

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

BRENO APARECIDO SERVIDONE MORENO

**Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho
no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880)**

Versão Corrigida

São Paulo
2022

BRENO APARECIDO SERVIDONE MORENO

**Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho
no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Versão Corrigida

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M843d Moreno, Breno Aparecido Servidone
Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880) / Breno Aparecido Servidone Moreno; orientador Carlos de Almeida Prado Bacellar - São Paulo, 2022.
428 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Cafeicultura. 2. Estrutura Agrária. 3. Trabalho Escravo. 4. Demografia. 5. Brasil Império. I. Bacellar, Carlos de Almeida Prado, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Breno Aparecido Servidone Moreno****Data da defesa: 23/03/2022****Nome do Prof. (a) orientador (a): Carlos de Almeida Prado Bacellar**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 23/05/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: MORENO, Breno Aparecido Servidone.

Título: **Desbravando os sertões da Piedade**: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880).

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Aprovado em: 23/03/2022

Banca Examinadora

Presidente: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Titular: Prof. Dr. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze
Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Titular: Prof. Dr. Angelo Alves Carrara
Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Titular: Prof. Dr. Renato Leite Marcondes
Instituição: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP)

Para Stellinha, por me fazer sorrir todos os dias e pelo privilégio de ser o seu papai. Para Silvana, o grande amor da minha vida. Sem vocês, meu mundo ficaria incompleto!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero registrar um agradecimento mais do que especial aos meus orientadores, Carlos de Almeida Prado Bacellar e Rafael de Bivar Marquese. Considero-me um sujeito bastante privilegiado pela oportunidade de conviver com dois grandes historiadores, desde a minha pesquisa de iniciação científica. Mesmo cientes dos meus limites, acreditaram em meu potencial e me estimularam a pensar no meu objeto de pesquisa para além das fronteiras do município de Bananal. Sensíveis e solidários, deram-me todo o apoio necessário nos momentos mais difíceis desta caminhada.

Aos professores Renato Marcondes e Angelo Carrara agradeço, primeiramente, por terem participado da banca de qualificação. A leitura atenta e criteriosa, os comentários críticos e sugestões feitas à primeira versão dos dois capítulos iniciais me permitiram desenvolver melhor tanto os objetivos quanto os argumentos da tese. Ao Renato, agradeço, ainda, pelas informações compartilhadas acerca da distribuição da posse cativa em Bananal. Ao Angelo, sou grato por ter facultado o acesso ao Laboratório de Geoprocessamento Aplicado da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o objetivo inicial de georreferenciar as grandes propriedades rurais de Bananal.

Mariana Muaze, Renato e Angelo aceitaram o convite para participar da defesa de minha tese de doutorado. Eles teceram críticas valiosas ao meu trabalho e deram-me uma série de sugestões para os próximos passos desta pesquisa. Até o presente momento, foi possível incorporar apenas uma parte das críticas colhidas a partir de suas respectivas arguições.

A Ricardo Salles (*in memoriam*), que infelizmente nos deixou há pouco, registro o meu profundo agradecimento pela sua humildade, generosidade e comprometimento com o rigor na produção do conhecimento científico. Sempre solícito e gentil, Ricardo jamais se furtou em responder prontamente às questões colocadas por mim. Ao longo de meu mestrado e doutorado, pude contar com a leitura e as críticas valiosas de alguns textos ainda em construção, que muito me ajudaram a pensar, de maneira mais ampla, o meu objeto de pesquisa.

A Heitor P. de Moura Filho (*in memoriam*), sou profundamente grato por me auxiliar em diversas ocasiões. Em uma delas, me ajudou a traçar as curvas de preços dos escravizados. Para isso, fez todos os cálculos necessários para que pudéssemos identificar o segmento da população cativa mais representativo dos preços médios gerais, no século XIX. Além disso, foi tão gentil, a ponto de selecionar, transcrever e tabular uma grande quantidade de dados

referentes às exportações de café do Brasil e às importações do café brasileiro pelos Estados Unidos.

As discussões realizadas no âmbito do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Lab-Mundi) me estimularam a pensar em meu objeto de pesquisa sempre articulado às transformações mais amplas da economia-mundo capitalista. Agradeço, em especial, a Alain Youssef, Bruno da Fonseca Miranda, Felipe Rodrigues Alfonso, Gabriel Sterman, João Paulo Pimenta, José Evando Vieira de Melo, Marcelo Rosanova Ferraro, Marco Aurélio dos Santos, Mariana Ferraz Paulino, Luiz Carlos Laurindo Junior, Clemente Gentil Penna, Rodrigo Goyena Soares e Tâmis Parron.

Bruno da Fonseca Miranda, que, nos últimos anos, se tornou um grande amigo, me ajudou de diversas maneiras. Fez leituras criteriosas de algumas partes desta tese, ainda em construção; transcreveu, da noite para o dia, as informações das matrículas dos escravos do comendador Manoel de Aguiar Vallim; me acompanhou em uma viagem de campo ao Museu Major Novaes e, na ocasião, fotografou alguns dos inventários utilizados nesta pesquisa; além disso, tive a oportunidade de aprender muito com a sua pesquisa sobre a Lei do Ventre Livre.

Felipe Rodrigues Alfonso também se tornou um amigo querido e companheiro de pesquisa. Atualmente, estamos trabalhando juntos com os inventários *post mortem* do município de Campinas, São Paulo. Em breve, iremos nos debruçar sobre esse material, com vistas a estabelecer comparações sistemáticas entre os municípios de Bananal e Campinas.

Nas reuniões e seminários promovidos pelo grupo de pesquisa O Império do Brasil e a Segunda Escravidão, tive o privilégio de conhecer excelentes historiadores. Muitos deles exerceram papel fundamental na minha trajetória. Agradeço, especialmente, a Carlos Gabriel Guimarães, Heitor P. de Moura Filho, Keila Grinberg, Leonardo Marques, Magno Fonseca Borges, Mariana Muaze, Rafael Marquese, Ricardo Salles, Rodrigo Marreto, Thiago Campos Pessoa e Walter de Mattos Pereira.

Tive a oportunidade de apresentar algumas versões deste trabalho aos colegas do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), grupo coordenado pelo nosso orientador, Carlos Bacellar. Agradeço ao Carlos Nicolette, Milton Stanczyk Filho, Vinícius de Assis, Maiara, Mariana, João Luís de Paula Santos, Victor Mauric, Patrícia Rodrigues, Larissa Costa, Lida Bejarano, Daniele Weigert, Jeferson Alves e Cecília Alencar. Suas críticas e sugestões me deram a possibilidade de aperfeiçoar muitos dos meus argumentos.

A Carlos Nicolette, agradeço, ainda, pela parceria e amizade tecidas nos últimos anos. Sobretudo nos últimos tempos de distanciamento social devido à pandemia, nossos diálogos

diários foram valiosos; compartilhamos nossas dificuldades e, especialmente, os resultados de nossas pesquisas. Além disso, traçamos planos para a execução de projetos. Dessa parceria, vieram a lume, até o momento, dois artigos.

Agradeço a Erich Aguiar e José Sidney Oliveira, cidadãos bananalenses, apaixonados pela história de sua terra natal, que me forneceram várias informações das outrora pujantes fazendas de café do município, dos seus ex-proprietários e das antigas estradas da região.

A todos os funcionários do Museu Major Novaes, sempre atenciosos e prestativos. Em especial, agradeço à diretora da instituição, Cláudia Ribeiro, por ter franqueado o acesso aos documentos, inclusive aos finais de semana.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que me concedeu uma bolsa de doutorado (processo nº 2016/17142-0). Por meio dela, pude me dedicar de maneira exclusiva e com tranquilidade à realização desta pesquisa por um período de três anos e meio.

Agradeço à Yara, que leu, de maneira atenta e minuciosa, toda a tese, corrigiu os erros gramaticais e fez uma série de sugestões para aprimorar o texto.

A Ariam Cury, Fernando Costa, Marcelo Loyola, Marco Lourenço e Thiago Trindade agradeço muito pela belíssima amizade edificada ao longo de todos esses anos. Sempre generosos, jamais se furtaram em ler partes desta tese, ou ouvir as minhas inquietações e descobertas feitas no curso da pesquisa. Senti uma tremenda falta da constante companhia de vocês, meus camaradas, especialmente nos últimos dois anos, muito por conta da pandemia. Agora, espero que possamos nos encontrar sempre e prosseguir as intermináveis análises de conjuntura.

Agradeço a José Carlos Pereira por me ensinar que, a despeito de todos os obstáculos colocados em nossos caminhos, podemos “tocar em frente” com alegria e esperança.

A meus pais, Osvaldo de Jesus Moreno e Helenice Servidone Moreno, devo tudo o que sou. Eles, que não tiveram oportunidade de seguir estudando, sempre me encorajaram a expandir os meus horizontes. Sem a sua ajuda, eu não teria ingressado na universidade pública. E, também, não teria sido possível permanecer em São Paulo, nem realizar as pesquisas de mestrado e doutorado.

O último e mais importante agradecimento é destinado a minha companheira, Silvana Ribeiro Godoi. Construímos, nestes 14 anos, uma relação de muito amor, carinho e respeito. E desse amor inoxidável, nasceu Stella: uma menina doce e alegre, que adora dançar, cantar, pintar e, claro, brincar. Não fosse a paciência de Silvana e Stella, eu dificilmente teria

conseguido concluir este doutorado. Agora, tenho condições de cumprir as promessas que lhes fiz ao longo dos últimos anos.

Preto Fugido

*Do jeito que me contaram
Eu vou contá bem direitinho
Que um dia o pai de Suzana
Saiu passeá no vizinho*

*Suzana ficou em casa
Companheiro um irmãozinho
E o preto tava sondando
De dentro de um capãozinho
Proveitou a oportunidade
Roubou a pobre mocinha*

*O preto disse a Suzana
Veja todos os seus vestido
Bem depressa e bem ligeiro
Que o momento está vencido*

*Que de hoje por diante
Eu vou ser vosso marido
A Suzana vendo isto
Dava suspiro doído
Ela se viu obrigada
Acompanhá o preto fugido*

*Suzana se viu no aperto
No momento ela pensou
Ai, pegou um punhado de sar
E consigo ela levou*

*Deixou o sar esparramado
Por todo o lugar que andou
Papai vem seguindo o sar
E vem achar aonde estou
Justamente saiu certo
Como a Suzana pensou*

*O preto era indecente
Feio estado ele estava
Já fazia muito tempo
Que nas mata ele habitava*

*Com a roupa toda rasgada
Quase sem roupa se achava
Cabelo tava comprido
As unha ele não cortava
Parecia fera bruta
Que na montanha morava*

*O preto disse a Suzana
Eu sou de cor, mas sou de raça
Você vai morá comigo
E sem comer você não passa*

*Eu tenho o meu trabuco
Que é meu matador de caça
Não pense em fugir de mim
Este papel você não faça
Se você tentá fugir
Ai, você deita na fumaça*

*Pra Suzana não fugir
No colo dela ele deitou
Ai, ele já pegou no sono
E seu querido pai chegou*

*Pôs o revólve no ouvido
E um tiro ele disparou
O preto tava dormindo
Como tava ele ficou
Tava com sono pesado
E nunca mais ele acordou*

Zé Carreiro, 1966[1953]

Preto Inocente

*Quando eu soube desse fato pelo rádio anunciado
Que um tal preto fugido morreu por haver roubado
As façanhas que ele fez me deixou muito amolado
Por lembrar que os pretos sempre são os mais visados
Mas diante da verdade eu vi que estava enganado*

*Vou contar o causo direito do modo que se passou
Porque o pai de Suzana num criminoso virou
Na hora que deu o tiro foi que a Suzana gritou
Oh papai porque fez isso o senhor nem me consultou
Se eu ainda estou com vida é o preto que me salvou*

*No mato eu tava lenhando logo pegou escurecer
O caminho que eu voltava eu não podia mais ver
Naquilo avistei o preto de susto peguei tremer
Mocinha não tenha medo escutei ele dizer
Eu sou preto só na cor mal nenhum vou lhe fazer*

*Eu estava muito cansada o meu corpo não aguentou
Fui sentar debaixo de um toco uma cobra me picou
O preto rancou da faca o meu pé ele sangrou
O veneno da serpente com a boca ele tirou
Pra salvar a minha vida com a morte ele brincou*

*E aqui nessa cabana ele trouxe eu carregando
E que nem um sentinela na porta ficou vigiando
Lá fora na mata escura as feras estavam uivando
Abatido pelo sono coitado foi cochilando
Veio o senhor de surpresa e a vida foi lhe tirando*

*Com as palavras de Suzana o seu pai pegou chorar
Fosse coisa que eu pudesse de novo a vida eu lhe dar
Com o sangue desse inocente minha honra eu fui manchar
Este chão que ele pisava eu não mereço pisar
Sei que vou ser condenado só Deus pode me livrar*

Teddy Vieira, Campão e Bento Palmiro, 1963

RESUMO

MORENO, Breno Aparecido Servidone. **Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c.1800-1880)**. 2022. 428f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta tese investiga a dinâmica da cafeicultura escravista em Bananal, no Vale do Paraíba, entre 1800 e 1880, nos períodos de sua formação, expansão, apogeu e sobrevida. Para cumprir esse propósito, utilizamos um amplo repertório documental, do qual se destacam: o inventário dos bens rústicos (1819); o registro de terras (1855-8); as listas nominativas de habitantes (1801, 1817, 1829); os inventários *post mortem* (1806-79); o censo demográfico (1854); e a lista de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (1873). Por meio dessas fontes, examinamos a estrutura fundiária e o perfil dos senhores de terras; a estrutura da posse cativa; o quadro produtivo das propriedades cafeeiras e os padrões de exploração da força de trabalho escravizada. Pretende-se demonstrar que a concentração fundiária, no Vale do Paraíba, oriunda do legado colonial da América portuguesa, seria, mais tarde, na expansão da cafeicultura escravista, um dos vetores decisivos para a melhor competitividade do café brasileiro no mercado mundial. Ela permitiu concatenar a exploração extensiva dos recursos naturais com a exploração intensiva dos escravizados. Na primeira metade do século XIX, os grandes proprietários rurais – que, desde 1810, controlavam parcela substantiva do território de Bananal – acumularam e concentraram a propriedade cativa, majoritariamente africana, masculina e em idade produtiva. Nesse período, ampliaram de maneira assombrosa os padrões de sobre-exploração da mão de obra, ao estruturarem uma planta produtiva cafeeira inédita, que rompeu com os padrões vigentes no Caribe. Esse processo ocorreu até o início dos anos 1850, quando se verifica uma estabilização nesses índices. O período de 1850 a 1870 foi marcado por mudanças importantes nas propriedades rurais do Vale do Paraíba. De um lado, a abolição do tráfico transatlântico de escravizados (1850) atenuou os desequilíbrios estruturais na demografia escrava, favorecendo o crescimento natural moderado dessa população. De outro lado, com o encarecimento dos custos relativos de produção, os cafeicultores deixaram de investir na ampliação das lavouras. Na década de 1870, dois fatores provocaram a redução nos custos de produção: a alta nos preços do café em relação ao preço dos cativos e a chegada dos ramais da Ferrovia D. Pedro II. Com isso, os cafeicultores voltaram a expandir suas plantações.

Mas, os municípios da porção ocidental do Vale do Paraíba (Areias, Queluz, Bananal, Vassouras, Resende, Barra Mansa, Rio Claro, São João Marcos, Piraí) não conseguiram atender a crescente demanda de café no mercado mundial, perdendo competitividade frente às novas zonas de produção: Oeste de São Paulo e a “tríplice fronteira” (norte fluminense, sul capixaba e Zona da Mata Mineira). Aquela região do Vale – explorada de forma ininterrupta desde 1820 – apresentava poucas possibilidades de expansão: solos esgotados, produtividade declinante dos pés e baixa oferta de terras em mata virgem. Na virada de 1860 para 1870, já era visível a devastação ambiental. Mesmo assim, os grandes fazendeiros continuaram a derrubar a mata e, dada a dificuldade de conseguir mão de obra, com o envelhecimento das escravarias, aumentaram os padrões de sobre-exploração dos cativos. Deste modo, a conjuntura favorável à expansão da cafeicultura levou à derrocada as fazendas do Vale do Paraíba Ocidental, acelerando a crise institucional da escravidão no Império do Brasil.

Palavras-chave: Bananal. Cafeicultura. Estrutura fundiária. Posse de escravizados. Trabalho escravo.

ABSTRACT

MORENO, Breno Aparecido Servidone. **Exploring the backlands of Piedade: land and labor in coffee-plantation Paraíba Valley (Bananal, c.1800-1880).** 2022. 428f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

This dissertation investigates the dynamics of slave-based coffee economy in Bananal, a county in the Paraíba Valley, between 1800 and 1880, during its formation, expansion, heyday, and long-term survival. In order to fulfill this purpose, we have made use of an extensive body of sources, notably: the inventory of rustic goods (1819); the land registry (1855-8); the nominative lists of inhabitants (1801, 1817, 1829); the *postmortem* inventories (1806-79); the demographic census (1854); and the classification list of slaves to be freed by the Emancipation Fund (1873). By using these sources, we examine the agrarian structure and the profile of the landlords; the size of slave holdings; the productive framework of coffee estates and the patterns of exploitation of the enslaved workforce. We intend to demonstrate that land concentration in the Paraíba Valley, having come from the colonial legacy of Portuguese America, would later, during the expansion of the slave-based coffee economy, be one of the decisive vectors to advance the competitiveness of Brazilian coffee in the world market. Said land concentration made it possible to concatenate the extensive exploitation of natural resources with the intensive exploitation of the enslaved population. In the first half of the 19th century, the large rural landowners – who had since 1810 been controlling a substantial portion of Bananal's territory – accumulated and concentrated slave holdings mostly composed of productive male Africans. During this period, said rural landowners sharply increased the patterns of labor overexploitation by structuring an unprecedented coffee production plan which broke with the ongoing patterns in the Caribbean. This process took place until the early 1850s, when these indices were stabilized. The period from 1850 to 1870 was marked by important changes in the rural properties of the Paraíba Valley. On the one hand, the abolition of the transatlantic [] trade (1850) alleviated structural imbalances in the slave demography, favoring the moderate natural growth of this population. On the other hand, with the increase in the relative costs of production, coffee growers stopped investing in expanding their crops. In the 1870s, two factors caused a reduction in production costs: the increase in coffee prices in relation to the price of captives and the arrival of the D. Pedro II Railway branches. With that, coffee growers went

back to expanding their plantations. However, the counties in the Western portion of the Paraíba Valley (Areias, Queluz, Bananal, Vassouras, Resende, Barra Mansa, Rio Claro, São João Marcos, Piraí) were unable to meet the growing demand for coffee in the world market, losing competitiveness against for new production zones: the West of São Paulo and the “triple frontier” (the North of Rio de Janeiro, the South of Espírito Santo, and the Zona da Mata Mineira). That Valley region – explored uninterruptedly since 1820 – had few possibilities for expansion: depleted soils, the declining productivity of coffee trees, and the short supply of land in virgin forests. At the turn of the 1860s, environmental devastation was already visible. Even so, the big landowners continued to cut forests down and, given the difficulty of finding labor due to the aging of slaves, the patterns of labor overexploitation increased. Thus, the favorable context for the expansion of coffee production led to the downfall of farms in the Western Paraíba Valley, accelerating the institutional crisis of slavery in the Empire of Brazil.

Keywords: Bananal. Coffee Economy. Agrarian Structure. Slave Holding. Slave Labor.

E-mail: breno.moreno@alumni.usp.br

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I.1 – Distribuição de Propriedades Rurais (com 1.000 alqueires ou menos). Bananal, 1819	63
Gráfico I.2 – Distribuição de Propriedades Rurais (com 100 alqueires ou menos). Bananal, 1819	63
Gráfico I.3 – Preços Médios do Café (em Mil-Réis por Arroba) Pagos aos Produtores. Vale do Paraíba Paulista, 1814-1836	82
Gráfico I.4 – Distribuição dos Proprietários Rurais (com 1.000 alqueires ou menos). Bananal, 1855-1858.....	126
Gráfico I.5 – Distribuição dos Proprietários Rurais (com 100 alqueires ou menos). Bananal, 1855-1858.....	126
Gráfico I.6 – Correlação entre a Área da Propriedade Rural e o Número de Escravizados. Bananal, 1851-1861.....	131
Gráfico I.7 – Correlação entre a Área da Propriedade Rural e o Número de Pés de Café. Bananal, 1851-1861.....	131
Gráfico I.8 – Evolução da Distribuição de Proprietários Rurais por FTS. Bananal, 1819-1855/1858.....	153
Gráfico I.9 – Evolução da Área Ocupada pelos Proprietários Rurais por FTS. Bananal, 1819-1855/1858.....	153
Gráfico II.1 – Quantidade de Escravizados Desembarcados nos Portos do Centro-Sul do Brasil, 1790-1856.....	190
Gráfico II.2 – Evolução da Participação Relativa de Africanos e de Crioulos. Bananal, 1801-1879	191
Gráfico II.3 – Distribuição de Africanos Escravizados por FTP. Bananal, 1817-1879	194
Gráfico II.4 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravizados Adultos (15 anos ou mais). Bananal, 1817-1879.....	196
Gráfico II.5 – Distribuição dos Escravizados de Acordo com o Sexo. Bananal, 1801-1879.	199
Gráfico II.6 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravizados Adultos (15 anos ou mais) por FTP. Bananal, 1817-1879.....	200
Gráfico II.7 – Evolução da Estrutura Etária dos Escravizados. Bananal, 1801-1879.....	202
Gráfico II.8 – Evolução da Idade Média dos Escravizados. Bananal, 1817-1879	204

Gráfico II.9 – Evolução da Idade Média dos Escravizados Segundo a Origem. Bananal, 1817-1879	204
Gráfico II.10 – Evolução da Idade Média dos Escravizados por FTP. Bananal, 1817-1879	206
Gráfico II.11 – Evolução da Força de Trabalho por Grupos Etários. Bananal, 1817-1879 ...	208
Gráfico II.12 – Evolução dos Escravizados em Boa Idade (15 a 30 Anos) por FTP. Bananal, 1817-1879.....	210
Gráfico II.13 – Evolução do Estado Conjugal dos Escravizados Adultos (15 anos ou mais). Bananal, 1801-1879.....	212
Gráfico II.14 – Preços Médios Anuais Correntes dos Escravizados. Bananal, 1830-1879 (“Escravo-Padrão”: 10 a 59 Anos e Sadios).....	223
Gráfico II.15 – Preços Médios Anuais Correntes dos Escravizados. Bananal e Minas Gerais, 1830-1879.....	227
Gráfico II.16 – Exportações Anuais de Café. Brasil, 1823-1879 (em Milhares de Toneladas)	230
Gráfico II.17 – Preços Médios Correntes da Saca de Café. Brasil, 1823-1879 (em Mil-Réis por Saca de 60 kg).....	231
Gráfico II.18 – Preços Médios Correntes do Café (em Réis por @). Localidades Seleccionadas, 1836/37-1849/50.....	232
Gráfico II.19 – Preços Médios Correntes dos Escravizados por Sexo. Bananal, 1830-1879 (“Escravo-Padrão”: 10 a 59 Anos e Sadios).....	237
Gráfico II.20 – Preços Médios dos Escravizados em Equivalentes de Sacas de Café (60 kg). Bananal, 1830-1879.....	240
Gráfico II.21 – Distribuição do Número Médio de Pés de Café por Escravizado. Bananal, 1830-1879	256
Gráfico II.22 – Estimativa da Produção Média Anual de Café (em kg por Escravizado). Bananal, 1817-1879.....	263

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I.1 – Mapa da Demarcação do Distrito da Piedade, Nova Vila de Lorena, c.1788	46
Figura I.2 – Estrada do Caminho Novo da Piedade. Vale do Paraíba, Final do Século XVIII	55
Figura I.3 – Mapa Demonstrativo da Medição das Terras de José Joaquim Domingues, no Lugar Denominado “Doce”. Bananal, 19 de agosto de 1878	116

LISTA DE QUADROS

Quadro I.1 – Relação dos Maiores Proprietários Rurais. Bananal, 1819	53
Quadro I.2 – Relação dos Menores Proprietários Rurais. Bananal, 1819	54
Quadro I.3 – Relação dos Maiores Proprietários Rurais. Bananal, 1855-1858.....	122
Quadro I.4 – Relação dos Menores Proprietários Rurais. Bananal, 1855-1858.....	124
Quadro I.5 – Distribuição dos Proprietários Rurais no RPT Segundo a Área Ocupada. Regiões Seleccionadas, 1855-1858.....	151
Quadro I.6 – Distribuição dos Proprietários Rurais no RPT Segundo a Área Ocupada. Bananal, São João del Rei e Capivary, 1855-1858.....	151
Quadro II.1 – Fazendas de Café da Região Cafeeira, Classificadas de Acordo com Algumas Características. Centro-Sul, 1883	259
Quadro III.1 – Complexo Cafeeiro do Comendador Manoel de Aguiar Vallim (Parte I). Bananal, 1878.....	297
Quadro III.2 – Complexo Cafeeiro do Comendador Manoel de Aguiar Vallim (Parte II). Bananal, 1878.....	298
Quadro III.3 – Complexo Cafeeiro do Alferes Francisco de Aguiar Vallim (Parte I). Bananal, 1857	344
Quadro III.4 – Complexo Cafeeiro do Alferes Francisco de Aguiar Vallim (Parte II). Bananal, 1857	344

LISTA DE TABELAS

Tabela I.1 – Indicadores Estatísticos Gerais da Propriedade Fundiária. Vale do Paraíba Paulista, 1819	52
Tabela I.2 – Indicadores Estatísticos Gerais da Posse de Escravizados em Algumas Regiões (1817-1819)	60
Tabela I.3 – Uso das Terras Segundo a Área Ocupada e o Número de Escravizados. Bananal, 1817-1819	70
Tabela I.4 – Classificação dos Proprietários Rurais Encontrados na Lista Nominativa de 1817 por FTS. Bananal, 1817-1819	87
Tabela I.5 – Classificação de Todas as Propriedades Rurais por FTS. Bananal, 1819	100
Tabela I.6 – Distribuição de Propriedades ou Proprietários Segundo a Área Ocupada por FTS. Bananal (1819), Campinas (1818) e Jundiáí (1818)	103
Tabela I.7 – Indicadores Estatísticos Gerais da Propriedade Fundiária Segundo o Registro Paroquial de Terras (RPT). Municípios Selecionados, 1854-1858	121
Tabela I.8 – Classificação dos Proprietários Rurais Encontrados nos Inventários por FTS. Bananal, 1855-1858	132
Tabela I.9 – Distribuição dos Proprietários Rurais e dos Escravizados Segundo as FTSs. Bananal, 1851-1861	134
Tabela I.10 – Distribuição dos Proprietários Rurais e dos Pés de Café Segundo as FTSs. Bananal, 1851-1861	135
Tabela I.11 – Classificação de Todos os Proprietários Rurais por FTS. Bananal, 1855-1858	145
Tabela I.12 – Formas de Aquisição das Propriedades Rurais. Bananal, 1855-1858	146
Tabela II.1 – Distribuição de Inventariados, Escravistas, Cafeicultores, e Cafeicultores Escravistas. Bananal, 1830-1879	161
Tabela II.2 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP, Segundo a Lista Nominativa. Bananal, 1801	167
Tabela II.3 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP, Segundo as Listas Nominativas. Bananal, 1817-1829	167
Tabela II.4 – Evolução da Distribuição de Proprietários por FTP. Bananal, 1830-1879	173
Tabela II.5 – Evolução da Distribuição de Escravizados por FTP. Bananal, 1830-1879	173

Tabela II.6 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP, Segundo os Inventários. Bananal, Vassouras e Cantagalo (Século XIX)	176
Tabela II.7 – Indicadores Estatísticos Gerais da Posse de Cativos. Bananal, 1801-1879	177
Tabela II.8 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP, Segundo os Inventários e a Lista de Classificação. Bananal, c.1870	179
Tabela II.9 – Evolução da Produção de Café. Bananal, 1799-1881	181
Tabela II.10 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP em Regiões de <i>Plantation</i> . Bananal, Recôncavo Baiano e Saint-Domingue (Períodos Seleccionados)	183
Tabela II.11 – Evolução da População Livre e Escravizada. Bananal, 1801-1886	185
Tabela II.12 – Distribuição dos Escravizados Segundo Alguns Atributos Referentes ao Estado Conjugal. Bananal, 1801-1879	214
Tabela II.13 – Indicadores Estatísticos Auxiliares na Análise da Reprodução Natural dos Escravizados. Bananal, 1817-1879	216
Tabela II.14 – Estimativa das Taxas de Fecundidade Geral (TFG) dos Escravizados. Bananal, 1817-1879	216
Tabela II.15 – Distribuição de Escravizados Crioulos em Boa Idade (15 a 30 Anos) Segundo a Presença de Filhos por FTP. Bananal, 1870-1879	218
Tabela II.16 – Distribuição de Escravizados Jovens e em Boa Idade (10 a 30 Anos) Segundo a Presença de Filhos por FTP. Bananal, 1870-1879	219
Tabela II.17 – Distribuição (%) dos Escravizados Segundo Alguns Atributos Referentes ao Estado Conjugal por FTP. Bananal, 1817-1879	219
Tabela II.18 – Produção de Café por FTP, Segundo a Lista Nominativa de Habitantes. Bananal, 1817	246
Tabela II.19 – Produção de Café por FTP, Segundo a Lista Nominativa de Habitantes. Bananal, 1829	247
Tabela II.20 – Preços Médios de Venda de Café por FTP, Segundo a Lista Nominativa de Habitantes. Bananal, 1829	248
Tabela II.21 – Distribuição de Cafeicultores Escravistas por FTP. Bananal, 1830-1879	254
Tabela II.22 – Distribuição de Pés de Café por FTP. Bananal, 1830-1879	254
Tabela II.23 – Distribuição de Escravizados nas Propriedades Rurais Cafeeiras por FTP. Bananal, 1830-1879	255
Tabela II.24 – Número Médio de Pés de Café por Escravizado Adulto (15 a 49 Anos) por FTP. Bananal, 1830-1879	261

Tabela II.25 – Propriedades Cafeeiras Escravistas, Classificadas de Acordo com Algumas Características por FTP. Bananal, 1872-1879	269
Tabela II.26 – Perfil Etário dos Escravizados de Roça por FTP. Bananal, 1872-1879.....	269
Tabela II.27 – Escravizados de Roça com Doenças e/ou Deficiências Físicas por FTP. Bananal, 1872-1879.....	270
Tabela II.28 – Origem dos Escravizados de Roça por FTP. Bananal, 1872-1879	270
Tabela II.29 – Estimativa da Produção Média Anual de Café (em kg por Escravizado de Roça) por FTP. Bananal, 1872-1879.....	271
Tabela II.30 – Estimativa da Produção Média Anual de Café (em kg por Escravizado – 15 a 49 Anos) por FTP. Bananal, 1817-1879.....	272
Tabela III.1 – Composição do Patrimônio do Comendador Manoel de Aguiar Vallim. Bananal, 1878	290
Tabela III.2 – Distribuição das Terras do Comendador Manoel de Aguiar Vallim Segundo a Área Ocupada e o Preço Médio. Bananal, 1878.....	295
Tabela III.3 – Composição do Patrimônio do Comendador Antônio Barbosa da Silva (“Baú”). Bananal, 1852.....	302
Tabela III.4 – Composição do Patrimônio de Maria Arruda Barbosa. Bananal, 1870.....	308
Tabela III.5 – Composição do Patrimônio do Comendador Antônio Barbosa da Silva (Barbosinha). Bananal, 1875	311
Tabela III.6 – Perfil Demográfico das Escravarias do Complexo Bom Retiro. Bananal, 1817-1875	313
Tabela III.7 – Produção Média Anual de Café no Complexo Bom Retiro. Bananal, 1817-1875	313
Tabela III.8 – Composição do Patrimônio do Comendador Francisco Ramos de Paula. Bananal, 1878	316
Tabela III.9 – Distribuição das Terras do Complexo Monte Alegre Segundo a Área Ocupada e o Preço Médio. Bananal, 1878.....	320
Tabela III.10 – Composição do Patrimônio do Major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Bananal, 1856.....	325
Tabela III.11 – Composição do Patrimônio de Olinta Tereza de Godoi. Bananal, 1871	330
Tabela III.12 – Distribuição das Terras da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros Segundo a Área Ocupada e o Preço Médio. Bananal, 1871	332

Tabela III.13 – Composição do Patrimônio de Maria Tereza de Godoi e Silva. Bananal, 1877	335
Tabela III.14 – Distribuição das Terras Herdadas da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros Segundo a Área Ocupada. Bananal, 1871	337
Tabela III.15 – Distribuição das Terras da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros Segundo a Área Ocupada. Bananal, 1877	337
Tabela III.16 – Perfil Demográfico das Escravarias do Complexo Santo Antônio dos Barreiros. Bananal, 1856-1877.....	339
Tabela III.17 – Produção Média Anual de Café no Complexo Santo Antônio dos Barreiros. Bananal, 1856-1877.....	339
Tabela III.18 – Composição do Patrimônio do Alferes Francisco de Aguiar Vallim. Bananal, 1857	342
Tabela III.19 – Composição do Patrimônio da Baronesa da Bela Vista. Bananal, 1873	351
Tabela III.20 – Distribuição das Terras do Complexo Cafeeiro Bela Vista Segundo a Área Ocupada e o Preço Médio. Bananal, 1873.....	352
Tabela III.21 – Perfil Demográfico das Escravarias do Complexo Cafeeiro Formiga-Bela Vista. Bananal, 1822-1873.....	355
Tabela III.22 – Produção Média Anual de Café no Complexo Cafeeiro Formiga-Bela Vista. Bananal, 1822-1873.....	355

UNIDADES DE MEDIDAS ANTIGAS E SUAS EQUIVALÊNCIAS NO SISTEMA MÉTRICO

MEDIDAS LINEARES

Unidades	Equivalências	
	Braça	Metro
Polegada	-	0,0275
Palmo	-	0,22
Braça	1	2,2
Légua	3.000	6.600
Meia Légua	1.500	3.300

Fonte: MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra*. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF-UFF, Niterói, 1979.

MEDIDAS DE SUPERFÍCIE AGRÁRIA

Unidades	Equivalências			
	Braça Quadrada	Alqueire Geodésico	Hectare	Metro Quadrado
Braça Quadrada	1	-	-	4,84
Alqueire Geodésico ^(a)	10.000 (100 x 100)	1	4,84	48.400
Alqueire Paulista ^(b)	5.000 (50 x 100)	0,5	2,42	24.200
Légua Quadrada	9.000.000	900	4.356	43.560.000

Fontes: (a) AUTOS DE MEDIÇÃO, DIVISÃO E PARTILHA DE TERRAS. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 82, n. 1672; INVENTÁRIO do tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 16 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1764; INVENTÁRIO de Angélica Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 12 jun. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3421; INVENTÁRIO de Maria Custódia da Conceição. Cruzeiro: MMN, 28 jun. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 167, n. 3475; MEDIÇÃO. Cruzeiro: MMN, 3 set. 1878. Cartório do 2º Ofício, caixa 9, n. 195; **Documentos que Acompanham o Relatório que o Ill.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Doutor Vicente Pires da Motta Apresentou à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1863**. São Paulo: Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, Rua do Rosário, 49, 1863. p. 77.

Notas: (a) o **alqueire geodésico** é equivalente ao *alqueire mineiro*, *alqueire de planta*, *alqueire de plantação*, *alqueire de milho* e *alqueire planta de milho*; (b) o **alqueire paulista** foi introduzido, provavelmente, entre as décadas de 1880 e 1900 em São Paulo. Para maiores esclarecimentos a respeito dessas medidas de superfície agrária, cf. Capítulo 2.

MEDIDAS DE CAPACIDADE PARA LÍQUIDOS (AGUARDENTE)

Unidades	Equivalências
	Litro
Tonel	840
Pipa ^(a)	420
Canada ^(b)	2,6
Barril ^(c)	84,8

Fontes: (a) BRASIL. Lei Nº 1.157, de 26 de junho de 1862. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1862**. p. 4, vol. 1, Part. I; BRASIL. Decreto Nº 5.089, de 18 de setembro de 1872. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1872**. p. 824, vol. 2, Part. II; BRASIL. Decreto Nº 5.169, de 11 de dezembro de 1872. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1872**. p. 1188, vol. 2, Part. II; (b) LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Observações a respeito dos preços agrícolas em São Paulo (1798/1836). **The Advance-Progress** (Vidalia), São Paulo, VII, p. 1-20, 2001; (c) LISANTI FILHO, Luís. **Negócios coloniais: uma correspondência comercial no século XVIII**. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, 5vs. p. 79-94 apud “Pesos e Medidas”, **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, Ano 3, N. 9, março de 1996.

MEDIDAS DE CAPACIDADE PARA SECOS

Produtos	Equivalências		
	Alqueire	Litro	Quilograma (kg)
Milho ^(a)	1	36,27	30,225
Feijão ^(a)	1	36,27	30,225
Arroz ^(a)	1	36,27	24,180
Farinha de Mandioca ^(b)	1	36,27	23,500

Fontes: (a) LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo: FEA-USP, ano VIII, n. 21, p. 1-5, mar. 2001; (b) CANABRAVA, Alice. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 95-123, out./dez. 1972.

MEDIDAS DE PESO

Unidades	Equivalências
	Quilograma (kg)
Tonelada	1.000
Arroba	14,7
Libra	0,454

Fonte: VASCONCELLOS, Paulo Mário B. **Guia prático para o fazendeiro**. 1. ed., 1975. São Paulo: Nobel, 1983.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
PRIMEIRA PARTE – A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	34
1 A REDE FUNDIÁRIA NA MONTAGEM DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA (c.1810)	35
1.1 O Aviso Régio de 1817 e o Inventário dos Bens Rústicos	40
1.2 Concentração Fundiária: um legado da colonização da América Portuguesa	51
1.3 A classificação das propriedades rurais.....	61
1.4 Os usos da terra e a formação da cafeicultura	69
1.5 Perfil e distribuição das propriedades rurais	85
2 A REDE FUNDIÁRIA NO APOGEU DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA (c.1850) ..	106
2.1 A Lei de 18 de setembro de 1850 e o Registro Paroquial de Terras.....	106
2.2 Digressão: as unidades de medida agrária.....	112
2.3 A sedimentação da rede fundiária e a classificação das propriedades rurais.....	120
2.4 Perfil e distribuição dos proprietários rurais	133
SEGUNDA PARTE – DEMOGRAFIA, TRABALHO ESCRAVO E PRODUÇÃO DE CAFÉ NAS PROPRIEDADES RURAIS.....	158
3 A ESTRUTURA DA POSSE CATIVA: ACUMULAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA NAS <i>PLANTATIONS</i> CAFEIEIRAS (c.1800-1880).....	159
3.1 A distribuição de proprietários e de escravizados	162
3.2 O perfil demográfico da propriedade cativa.....	188
Africanos e Crioulos	189
Homens e Mulheres	195
Grupos Etários.....	201
Famílias Escravas e Reprodução Natural.....	211
A dinâmica dos Preços de Escravos e dos Preços do Café.....	221
4 PRODUÇÃO DE CAFÉ E PADRÕES DE EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS (1817-1880).....	244
TERCEIRA PARTE – AS <i>PLANTATIONS</i> CAFEIEIRAS NA CRISE DA ESCRAVIDÃO	281
5 OS LIMITES DA EXPANSÃO DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA NO VALE DO PARAÍBA CAFEIEIRO.....	282
5.1 Complexo cafeeiro Resgate.....	288
5.2 Complexo de fazendas Bom Retiro	299
5.3 Complexo de fazendas Monte Alegre.....	315
5.4 Complexo de fazendas Santo Antônio dos Barreiros	324
5.5 Complexo cafeeiro Formiga-Bela Vista	340

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	356
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	361

INTRODUÇÃO

No livro intitulado *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, fruto de sua tese de doutorado, defendida em 1990, Jose Flávio Motta demonstrou que, no decurso das três primeiras décadas do século XIX, a implantação e o deslanche da cafeicultura alteraram a estrutura da posse de escravizados no município de Bananal, na capitania – mais tarde, província – de São Paulo. Segundo o autor, “[...] a lavoura cafeeira, em seu desenvolvimento, cada vez mais evoluía em direção a uma agricultura de *plantation* e o evoluer da estrutura da posse de escravos nesse período refletiu, ao que tudo indica, a direção desse desenvolvimento”¹. Mais à frente, reforça sua hipótese, ao afirmar: “entre 1817 e 1829, a ‘opção’ do café pela agricultura de *plantation* parece iminente, pois a fase favorável aos proprietários de menor porte dá sinais de ter-se acabado, o que se revela na diminuição da ‘riqueza’ em escravos por eles possuída”².

No entanto, passou-se um bom tempo até os pesquisadores começarem a dar atenção às mudanças percebidas por Flávio Motta no perfil de distribuição da propriedade cativa, após a década de 1830.³

José Flávio Motta faz parte de uma geração de ilustres pesquisadores – vinculados, fundamentalmente, ao campo da demografia histórica – que, desde a passagem da década de 1970 para a de 1980, têm contribuído, de maneira formidável, para o aprofundamento do conhecimento do passado escravista brasileiro. Grande parte dos esforços, levados a cabo por esses estudiosos, teve por intuito visitar o modelo demográfico da *plantation* escravista brasileira. Baseando-se, essencialmente, nas listas nominativas de habitantes, eles provaram, de maneira consistente, que, nos séculos XVIII e XIX, a maioria dos proprietários do Brasil detinha a posse de poucos escravizados. Quase todas essas pesquisas inovadoras, ao centrarem o foco, principalmente, no período de 1710 a 1830 e no início dos anos 1870, demonstraram que a *plantation* escravista (grande propriedade rural com centenas de cativos) constituía uma exceção (por ser minoritária) no panorama das propriedades rurais do passado brasileiro.⁴

¹ MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 151.

² *Ibid.*, p. 169-70.

³ O historiador norte-americano Stanley Stein, autor da primeira obra acadêmica de fôlego a investigar a cafeicultura escravista brasileira no século XIX, já havia assinalado a tendência à concentração da posse cativa durante a expansão da cultura cafeeira. Cf. STEIN, Stanley J. **Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900**. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

⁴ É vasta a bibliografia sobre o tema da estrutura da posse de escravizados no Brasil. A tentativa de arrolá-la acabaria deixando de lado várias pesquisas que contribuíram igualmente com a renovação na historiografia da escravidão brasileira. Assim, citaremos apenas alguns trabalhos, que apresentam balanços críticos e/ou sínteses

No entanto, esse é um debate em aberto, que demanda, certamente, novas investigações. A estrutura da posse de cativos nos períodos de expansão, apogeu e sobrevida da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, entre as décadas de 1830 e 1880,⁵ tem sido um assunto pouco frequentado pelos pesquisadores. Vale lembrar, nesse sentido, que a região do Médio Vale do Paraíba (que vai de Lorena, em São Paulo, e se estende até o município de Cantagalo, no Rio de Janeiro) causou profundo impacto na formação do mercado mundial de café, na construção do aparato institucional do Império do Brasil e no evidente fortalecimento da escravidão em nosso país.

As pesquisas de Ricardo Salles e Rodrigo Marretto sobre Vassouras e Cantagalo, respectivamente, parecem constituir, até o momento, uma das poucas a trazer uma investigação sistemática sobre a estrutura da posse de cativos no Vale do Paraíba, o coração da economia cafeeira, após a década de 1830.⁶ Ancorados em centenas de processos de inventários *post mortem*, comprovaram a prevalência das pequenas posses de escravizados, no século XIX. Entretanto, com a expansão da cafeicultura, a partir dos anos 1830, os autores constataram uma tendência à acumulação e concentração da propriedade cativa por parte dos grandes proprietários, nos municípios de Vassouras e Cantagalo. Tudo indica, portanto, que os pequenos escravistas, apesar de corresponderem à maioria dos senhores, foram responsáveis por uma diminuta fração das exportações de café; coube aos grandes proprietários a exportação da maior parte dos grãos.⁷

sobre o assunto, permitindo que se conheça parte dessa produção bibliográfica. MOTTA, 1999, p. 67-108; MOTTA, José F.; NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci del Nero da. Às vésperas da abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE/USP, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan.-mar. 2004; MARCONDES, Renato L. Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009; LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010; LUNA, Francisco V.; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert (Orgs.). **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

⁵ Sobre as fases de desenvolvimento da cafeicultura escravista, no Vale do Paraíba, ver a periodização proposta por: SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 150-153.

⁶ SALLES, 2008; MARRETO, Rodrigo M. **O opulento capitalista** – café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História Social) – ICHF-UFF, Niterói, 2019. Marcondes, em dois artigos, também investigou o tema, centrando-se, no entanto, nos anos 1870. Ver, de sua autoria: MARCONDES, Renato Leite. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002a; MARCONDES, Renato Leite. Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba (in the Province of São Paulo, Brazil). **The Hispanic American Historical Review**, DURHAM, v. 85, n. 2, p. 259-281, 2005.

⁷ Na pesquisa de mestrado, identifiquei a existência de um padrão demográfico uniforme no Vale do Paraíba, entre os anos de 1830 e 1860, ao estabelecer uma comparação estreita entre os municípios de Bananal e Vassouras. No caso específico de Bananal, os maiores proprietários eram donos de grande parte das terras e dos cafeeiros cultivados. Cf. MORENO, Breno S. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2013. Renato Marcondes constatou que, em Taubaté, São Paulo, as pequenas e médias propriedades – detentoras da maior parte dos cativos – exportaram uma proporção mais elevada de café em comparação às grandes propriedades. Contudo,

Na década de 1970, Maria Yedda Linhares instituiu uma nova linha de pesquisa em história agrária no Programa de Pós-Graduação da UFRJ, com o objetivo de compreender a conformação da rede fundiária no Brasil pretérito.⁸ Alguns integrantes desse grupo – Célia Muniz, João Fragoso, Hebe Mattos, Sheila Faria, Márcia Motta e Antonio Carlos Jucá de Sampaio – se debruçaram sobre a questão da estrutura fundiária, no século XIX e início do XX, nos municípios de Valença, Paraíba do Sul, Capivary, Campos dos Goytacazes, Niterói e Magé, respectivamente, questionando o paradigma da grande propriedade rural.⁹

Ao examinarem a distribuição das propriedades fundiárias, no século XIX, por meio dos registros paroquiais de terras (c.1850), esses autores chegaram a conclusões relativamente semelhantes às pesquisas que, ao mesmo tempo, vinham sendo realizadas no campo da demografia histórica; em linhas gerais, demonstraram que, embora a maioria dos senhores fosse proprietária de pequenas unidades agrárias, grande parte da superfície dos municípios investigados estava concentrada nas mãos de algumas famílias. Esse padrão – que permaneceu praticamente inalterado, ao longo da segunda metade do século XIX – garantiu à elite agrária a manutenção de seus privilégios, aprofundando a desigualdade social.

Esses pesquisas – juntamente com aquelas oriundas do campo da demografia histórica – contribuíram inegavelmente com a renovação da historiografia da escravidão brasileira. Entretanto, há um tema que requer um exame mais atento e consistente, que são as relações entre a estrutura da posse de cativos e a estrutura fundiária, sobretudo no Médio Vale do Paraíba, região que dominou a produção mundial de café, a partir da década de 1830. E é essa lacuna historiográfica que este trabalho procura preencher.

Assim, a presente tese de doutorado tem por objetivo investigar a dinâmica da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba cafeeiro, entre as décadas de 1800 e 1880, nos períodos de sua formação, expansão, apogeu e sobrevida. Está centrada, basicamente, nos atuais

deve-se destacar que essa não foi uma região de grande lavoura, a exemplo das localidades situadas no Médio Vale do Paraíba. Cf. MARCONDES, Renato L. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 4, n. 2, p. 35-54, 1998.

⁸ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁹ MUNIZ, Célia M. L. **Os donos da terra**. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF-UFF, Niterói, 1979; FRAGOSO, João L. R. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1983; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 1. ed., 1987. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV – Faperj, 2009; FARIA, Sheila S. de C. **Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPHS-UFF, Niterói, 1986; MOTTA, Márcia M. M. **Pelas bandas d'além: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora (1808-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPHS-UFF, Niterói, 1989; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História) – PPHS-UFF, Niterói, 1994.

municípios de Bananal e Arapeí, que, juntos, conformavam a vila de Bananal, no século XIX. Esta pesquisa pretende contribuir para lançar luzes sobre a economia cafeeira de uma região mais ampla, que abrange basicamente a porção ocidental do Vale do Paraíba: Resende, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Rio Claro, Piraí e São João Marcos. E isto se deve ao fato de que as fases de desenvolvimento da cafeicultura, nesses grandes municípios cafeeiros, foram simultâneas.

Para cumprir o objetivo proposto, dividimos a tese em três partes. A primeira delas trata da estrutura fundiária, nas décadas de 1810 e 1850. Pretende-se demonstrar que a concentração fundiária, no Vale do Paraíba, seria, mais tarde, na expansão da cafeicultura escravista, um dos vetores centrais para a melhor competitividade do café brasileiro no mercado mundial. Ela daria as bases para que os senhores explorassem de forma extensiva os recursos naturais por meio da exploração intensiva dos escravizados.

Já a segunda parte volta-se ao estudo da demografia da escravidão, da produção de café e do trabalho escravo nas lavouras cafeeiras, no século XIX. Procura-se mostrar que, na primeira metade desse século, os grandes proprietários rurais – que, em c.1810, dominavam a maior parte das terras de Bananal – acumularam e concentraram, paulatinamente, a propriedade cativa. E, nesse processo, ampliaram substancialmente os padrões de sobre-exploração dos trabalhadores escravizados, ao estruturarem uma planta produtiva cafeeira inédita, que rompeu com os padrões vigentes no Caribe. Na terceira e última parte, argumenta-se que o padrão produtivo, adotado na virada da década de 1820 para a de 1830, levou ao esgotamento da capacidade produtiva das fazendas de café, na passagem dos anos 1860 para 1870.

Para analisar as relações entre a estrutura fundiária e a estrutura da posse de cativos, no desenvolvimento da cafeicultura escravista, valemo-nos de um conjunto variado de fontes, dentre os quais destacam-se: o inventário dos bens rústicos (1819); o registro de terras (1855-8); as listas nominativas de habitantes (1801, 1817, 1829); os 554 inventários *post mortem* (1806-79); o censo demográfico (1854); e a lista de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (1873).

O capítulo 1, intitulado *A rede fundiária na montagem da cafeicultura escravista (c.1810)*, investiga o perfil e a distribuição das propriedades agrárias, no período de montagem da cafeicultura escravista.

Por sua vez, o segundo capítulo, denominado *A rede fundiária no apogeu da cafeicultura escravista (c.1850)*, procura examinar o perfil e a distribuição das propriedades

rurais, em um período marcado pela opulência econômica dos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba.

Já o capítulo 3, *A estrutura da posse cativa: acumulação e concentração da propriedade escrava nas plantations cafeeiras (c.1800-1880)*, aborda a evolução na distribuição da propriedade cativa e a composição demográfica da população escravizada de Bananal, no século XIX.

O quarto capítulo, que leva o título *Produção de café e padrões de exploração dos trabalhadores escravizados (1817-1880)*, analisa a dinâmica nos padrões de sobre-exploração da força de trabalho escravizada nas propriedades cafeeiras de Bananal.

Por fim, o capítulo 5, *Os limites da expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba cafeeiro*, investiga, por meio de estudos de caso de cinco grandes complexos produtivos, os vetores que atravancaram a expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, sobretudo em sua porção ocidental, na década de 1870.

PRIMEIRA PARTE – A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

[...] a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade. Se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas (LINHARES, 1999, p. 47).

1 A REDE FUNDIÁRIA NA MONTAGEM DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA (c.1810)

Um dos traços estruturantes da formação socioeconômica do Brasil é, sem sombra de dúvidas, a desigualdade social quanto ao acesso à propriedade fundiária. Recentemente, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontaram a acentuada concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais. O levantamento estatístico, organizado a partir dos dados coletados pelo INCRA, mostrou que, no ano de 2009, as propriedades agrárias com área superior a 2 mil hectares (413,2 alqueires mineiros) perfaziam tão somente 0,8% dos estabelecimentos, mas ocupavam 42,5% do espaço rural do Brasil. Por outro lado, as propriedades com área inferior a 25 hectares (5,17 alqueires mineiros) correspondiam a 59,1% dos estabelecimentos, apesar de abrangerem apenas 5,1% do território do país.¹ O que estes números revelam, portanto, é que, no Brasil, há uma enorme quantidade de terras sob posse de um número muito diminuto de proprietários.

Esta brutal concentração fundiária não é um fenômeno recente em nosso país. Trata-se de um processo histórico que vem se mantendo até os dias atuais. Com frequência, o problema da concentração da propriedade fundiária no Brasil é diretamente associado à colonização da América portuguesa, à instalação do sistema das capitânicas hereditárias, ao instituto das sesmarias e à Lei de Terras de 1850.

O instituto jurídico da sesmaria na América portuguesa remonta a um passado longínquo, mais precisamente aos tempos do reinado de Fernando I (1367-1383) em Portugal. A legislação, que ficou conhecida como Lei das Sesmarias, foi promulgada no ano de 1375 e teve como principal objetivo resolver os problemas de abastecimento no contexto de crise demográfica do século XIV. O regime sesmarial visava acabar com a ociosidade das terras, obrigando os senhorios a cultivá-las. Assim, objetivava-se incrementar a produção agrícola para evitar as crescentes importações de cereais (trigo, aveia e cevada).²

¹ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. p. 30 (Tabela 2). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioRural10-11.pdf>. Acesso em 15 set. 2020. Um (1) alqueire mineiro equivale a 4,84 hectares.

² MUNIZ, Célia M. L. **Os donos da terra**. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – ICH-UFF, Niterói, 1979. p. 26; SILVA, Lígia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 1. ed., 1996. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 41; MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996. p. 151.

Na América portuguesa, uma das primeiras iniciativas da metrópole acerca do estatuto do solo colonial consistiu em dividir o território em capitânicas hereditárias (1534), e sua principal finalidade era ocupar e defender as terras recém-conquistadas. A legislação que respaldava as doações de terras foi se transformando e adaptando-se aos eventos ocorridos na metrópole e na colônia, muito por conta das mudanças de atitude da Coroa em relação a essa última. Nesse sentido, a legislação pode ser dividida em duas fases distintas. Na primeira, que se prolongou até o final do século XVII, o regime de doação de sesmarias baseava-se fundamentalmente nas *Ordenações do Reino*: as Afonsinas (1446), as Manuelinas (1511-2) e as Filipinas (1603). As principais características do sesmarialismo colonial, durante esse período, consistiam basicamente na gratuidade e na condicionalidade da doação (aproveitamento das terras no prazo máximo de cinco anos). As *Ordenações* estabeleciam ainda que o colono receberia somente a quantidade de terras que fosse capaz de aproveitar no tempo estipulado. Contudo, as autoridades coloniais desrespeitaram na prática essa proposição, assim como desprezaram a cláusula que determinava a utilização das terras. As sesmarias concedidas nos séculos XVI e XVII eram imensos latifúndios, atingindo muitas vezes a dimensão de quatro, cinco, 10 e 20 léguas quadradas.³

O modo pelo qual se deu a inserção da colônia no mercado mundial determinou, em grande medida, o modelo de agricultura que se instituiu na América portuguesa, baseado no latifúndio, na monocultura e na escravidão.⁴ Assim, compreende-se a plena disposição da metrópole de conceder sesmarias para a montagem de engenhos de cana de açúcar, desde que os colonos pudessem comprovar a posse de cabedais para o empreendimento.⁵ A ampla disponibilidade de terras permitiu também a criação de outro sistema econômico, dependente da atividade açucareira e responsável, *grosso modo*, pela ocupação do sertão: a pecuária. As

³ SILVA, 2008[1996], p. 34-50. NOZOE, Nelson Hideiki. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2006. p. 591. Uma légua quadrada igualava-se a 900 alqueires mineiros, 4.356 hectares ou 43,56 km².

⁴ PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 1. ed., 1943. São Paulo: Brasiliense, 2004; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007; NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1. ed., 1979. São Paulo: Hucitec, 2001. Ver também: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵ CASTRO, Antônio Barros de. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1977; SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. 1. ed., 1988, trad. port. São Paulo: Cia. das Letras, 2011; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**. 1. ed., 1988. Bauru: Edusc, 2003.

sesmarias concedidas para a criação de gado foram igualmente responsáveis pela formação de imensos latifúndios, por vezes maiores que as concessões destinadas aos senhores de engenho.⁶

Uma das características internas da economia colonial, determinada pelo caráter externo da acumulação de capital, residia no fato de que todo o crescimento do sistema se fazia por extensão. Assim, isso explica, em larga medida, o modo pelo qual se deu a formação de grandes latifúndios pela economia açucareira e pela pecuária. A mobilidade, o caráter predatório e o crescimento extensivo eram as principais características da agropecuária na América portuguesa, desde os primórdios da colonização.⁷ Elas explicam, em grande parte, a liberalidade da Coroa e das autoridades coloniais em relação ao tamanho das propriedades e ao descumprimento das condições de concessões estipuladas nas *Ordenações do Reino*.

Por volta do último quarto do século XVII, iniciou-se a segunda etapa da legislação visando regulamentar a apropriação territorial na América portuguesa. A Coroa buscava aumentar o controle sobre as concessões de sesmarias. Uma das principais medidas adotadas estabelecia o pagamento de um foro na obrigação dos sesmeiros, cujo objetivo era desestimular a manutenção de domínio sobre terras improdutivas. Tal medida alterou a situação jurídica do solo colonial, pois modificava um dos elementos essenciais do regime de sesmarias: a gratuidade.⁸ Além dessa providência, a Coroa procurou limitar o tamanho das doações – que até então eram irrestritas – em uma légua de largura e três de comprimento,⁹ e estabeleceu a necessidade de confirmação do Rei para as concessões de terras. As exigências burocráticas, no entanto, não surtiram os efeitos desejados pela Coroa: recusando-se a cumprir as obrigações estipuladas, um número cada vez maior de sesmeiros foi colocado na ilegalidade, o que tornou a situação da propriedade agrária ainda mais confusa.¹⁰

No decorrer do século XVIII, houve a difusão de outra forma de apropriação territorial, que já existia desde os primórdios da colonização: a posse pura e simples.¹¹ A disseminação da posse foi um dos efeitos mais importantes das alterações ocorridas na América portuguesa nesse

⁶ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C. Impressores, 1907; PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1. ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985; FURTADO, 2007[1959]; GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 1. ed., 1978. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Revista Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-156, abr. 1997.

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. (trad. port.). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 89-106; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1. ed., 1936. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 18-19; BOSERUP, Ester. **Las condiciones del desarrollo en la agricultura**. Madrid: Editorial Tecnos, 1967. p. 39-52; LINHARES; SILVA, 1981; FRAGOSO, 1983, p. 15-37.

⁸ FERLINI, 2003[1988]; SILVA, 2008[1996], p. 55-58; NOZOE, 2006, p. 592-593.

⁹ Área equivalente a 2.700 alqueires mineiros, 13.068 hectares ou 130,68 km².

¹⁰ MUNIZ, 1979, p. 27-29; MOTTA, 1996, p. 152.

¹¹ Configura uma situação de posse quando o indivíduo ocupa um quinhão de terras sem a devida autorização – concessão de sesmaria – por parte da Coroa.

período, resultado, em grande medida, do desenvolvimento da economia mineira. A posse foi particularmente importante na região da pecuária, que estava diretamente ligada à zona de produção de açúcar no Nordeste. Normalmente, os criadores de animais ocupavam uma porção de terras e só depois solicitavam a concessão da sesmaria; outros, porém, evitavam o pedido de doação por não poderem provar que eram homens de posse. Essa forma particular de ocupação do território também foi largamente empregada pelo pequeno lavrador, que não tinha condições de solicitar uma sesmaria. Os pequenos agricultores, que proliferaram tanto no entorno quanto no interior dos latifúndios, dedicavam-se à produção de mantimentos para a sua própria subsistência e ao abastecimento das grandes propriedades. No decurso do período colonial, a posse acabou adquirindo características de grandes latifúndios, pois a falta de controle na dimensão das sesmarias também permitiu ao posseiro ampliar a área de suas propriedades.¹²

Com a expansão da economia e o adensamento populacional na colônia, no transcorrer do Setecentos, agravou-se ainda mais a situação jurídica da propriedade territorial. Os sesmeiros continuaram burlando as exigências de demarcação, medição e confirmação das doações e, além disso, as autoridades coloniais tiveram de enfrentar o problema do aumento das terras ocupadas pelos posseiros. No final desse século, ocorreram novas transformações na economia colonial que se refletiram diretamente na questão da apropriação territorial. A decadência da mineração e as novas possibilidades abertas para os produtos coloniais no mercado mundial contribuíram de modo decisivo para a alavancagem da agricultura na América portuguesa. Com isso, acirraram-se ainda mais os conflitos entre os sesmeiros e os posseiros, e entre esses grupos e as autoridades coloniais.¹³

No mesmo período, houve uma mudança de postura da Coroa em relação às posses. As autoridades coloniais reconheciam, cada vez mais, a existência de posseiros nas terras, e uma das medidas adotadas para tentar solucionar a questão foi a de estimular os colonos a legalizarem suas posses. A obtenção de terras pela posse com cultura efetiva, que, na América portuguesa, foi uma prática comungada por latifundiários e pela maioria dos lavradores pobres, dada sua importância como forma de aquisição de domínio, acabou sendo incorporada ao direito consuetudinário. Esta forma particular de ocupação do solo cresceu sistematicamente ao longo

¹² ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 1. ed., 1951. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990; MUNIZ, 1979, p. 31-32; NOZOE, 2006, p. 596-597; PEIXOTO, Tatiana da Cunha. **Os mandarins do sertão: os criadores de gado do São Francisco, 1650-1750**. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH-UFMG, Belo Horizonte, 2006.

¹³ PRADO JUNIOR, 1985[1945]; FURTADO, 2007[1959]; ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: a América Latina Colonial II**. (trad. port.). São Paulo: Edusp/Funag, 1999.

desse período e, no século XIX, continuou sendo uma das principais formas de aquisição de terras.¹⁴

A despeito das inúmeras tentativas da Coroa para regulamentar as formas de ocupação do território colonial, entre os séculos XVI e XVIII, os colonos (sesmeiros e posseiros) desobedeceram a (quase) todas as cláusulas da legislação. O principal motivo que explica a transgressão dos colonos se relaciona diretamente ao padrão de ocupação estabelecido na colônia desde os primórdios da colonização. A agricultura praticada esgotava rapidamente o solo, obrigando o colono a incorporar em sua unidade produtiva novas porções de terra para garantir a reprodução e/ou a expansão de sua produção. Diante desse quadro, não era do interesse dos colonos cumprir as disposições legais relativas à medição e à demarcação das terras, em virtude do próprio padrão de ocupação do território. O desenvolvimento da economia colonial, impulsionado ao longo do século XVIII pela expansão da mineração e, posteriormente, pela ampliação das atividades agroexportadoras, contribuiu de forma decisiva para o acirramento das tensões envolvendo a metrópole e a colônia, o que tornava cada vez menos legítima a legislação imposta pela Coroa.¹⁵

Com o intuito de lançar algumas luzes sobre o processo histórico de concentração de terras no Brasil, a primeira parte deste trabalho tem por objetivo central mapear a rede fundiária em Bananal, São Paulo, município situado no Médio Vale do Paraíba, no século XIX; de forma simultânea, investigar as transformações que nela ocorreram, provocadas pela dinâmica da cafeicultura escravista no Império do Brasil. A implantação e o arranque da atividade cafeeira no Brasil, no decurso do século XIX, alteraram a rede fundiária e o perfil socioeconômico dos proprietários rurais vigentes nos primórdios do povoado de Bananal? O argumento central que pretendo desenvolver é que a montagem e a expansão da cafeicultura escravista transformaram por completo a paisagem agrária do Vale do Paraíba, a exemplo do que ocorreu em Bananal. Desde o início da implantação das lavouras de café no município, a propriedade fundiária estava concentrada nas mãos de poucos indivíduos, sobretudo os senhores de engenho. Esse padrão de ocupação do território era fruto do legado da colonização da América portuguesa. A alta acentuada nos preços do café no mercado mundial, na década de 1810, abriu uma janela de oportunidades para os agricultores investirem recursos nessa atividade produtiva. Com efeito, muitos indivíduos passaram a cultivar cafezais, tanto os senhores de terras quanto os agregados. Poucos agricultores, porém, conseguiram, de fato, se enriquecer por meio dessa atividade.

¹⁴ MOTTA, 1996. p. 153-158.

¹⁵ Ibid., p. 160-161; MUNIZ, 1979, p. 33

Nesse processo, os fatores de produção – terra e trabalho – se condicionaram mutuamente. A concentração fundiária, oriunda do legado colonial, deu as bases para que, mais tarde, a partir de c.1820, os senhores de escravos explorassem de forma extensiva os recursos naturais por meio da maximização do trabalho escravo. O que garantiu aos agricultores do Vale do Paraíba a melhor competitividade do café brasileiro e, com isso, passaram a dominar o mercado mundial de café, na década de 1830.

Na primeira parte deste trabalho, iremos examinar a estrutura fundiária de Bananal e o perfil socioeconômico dos senhores de terra em dois momentos distintos: em c.1810, no período de montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba; e, em c.1850, no apogeu da economia cafeeira. Para tanto, utilizamos um amplo repertório documental, em especial, a Lista Nominativa de Habitantes (1817), o Inventário dos Bens Rústicos (1819), o Registro Paroquial de Terras (1855-8), e os Inventários *post mortem* dos cafeicultores escravistas (1851-61). Por meio do método de ligação nominativa de fontes, procuramos demonstrar que: 1) poucos chefes de domicílio eram proprietários de parcela majoritária do território de Bananal, antes mesmo do avanço do cultivo de café em larga escala; 2) as décadas de 1810 e 1820 foram marcadas essencialmente pela experimentação integrada das culturas de cana-de-açúcar e do café: os proprietários de pequeno porte dedicavam-se à produção de mantimentos associada à cultura do café; ao passo que, os senhores de grande porte, combinavam a produção de açúcar e/ou aguardente com a de grãos de café; 3) a partir de c.1830, a cafeicultura escravista tornou-se a atividade econômica predominante no município; 4) durante a montagem e expansão da cafeicultura, no Vale do Paraíba, as grandes propriedades rurais acabaram se fragmentando em unidades produtivas menores, e, nesse processo, cristaliza-se uma planta produtiva ideal para o cultivo de café em larga escala.

1.1 O Aviso Régio de 1817 e o Inventário dos Bens Rústicos

No final dos anos 1810, no exato momento em que as plantações de café começavam a se alastrar pelos domicílios de Bananal e, de modo geral, em boa parte do Vale do Paraíba, D. João VI ordenou, por meio do Aviso Régio de 21 de outubro de 1817, que os governadores de capitânicas do Brasil realizassem um levantamento de todas as propriedades rurais existentes.¹⁶

¹⁶ Este e os próximos seis parágrafos baseiam-se fundamentalmente em: MORENO, Breno S.; NICOLETTE, Carlos Eduardo. A estrutura fundiária no período de montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba Paulista (vila de São Miguel das Areias, 1819). **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, Edição 35, v. 13, n. 1, p. 945-970, jan./jun. 2021. Neste artigo, há a transcrição paleográfica integral do IBR de Areias.

Esse cadastro rural, que ficou conhecido posteriormente como *Inventário dos Bens Rústicos*, e que corresponde ao mais antigo cadastro rural conhecido no que se refere à área constituída atualmente pelo estado de São Paulo, tinha por objetivo estabelecer a

Relação exata de todas as pessoas que por qualquer título de compra, Herança, Posse ou Sesmaria tiverem qualquer porção de terrenos em cada um dos distritos tanto desta Província do Rio de Janeiro como de todas as mais deste Reino do Brasil, declarando-se nesta relação, (1) a freguesia a que pertence; (2) o nome da pessoa que possui; (3) o nome da fazenda; (4) a sua extensão com o número de braças de testada e de fundo; (5) se está ou não com cultura; (6) quantos escravos se acham nelas empregados; (7) onde reside o dono, bastando para estas declarações os comandantes dos respectivos distritos ou os oficiais empregados nesta delegacia o informe com o mesmo dono do terreno sem que dele se exija a apresentação de Títulos ou Documentos estando pelas declarações que fizer e na sua ausência com os seus administradores, Feitores, Rendeiros ou Agregados, convindo porém para maior exatidão que seja nestas relações a ordem em que se acham situados, passando sucessivamente dos confrontantes de cada terreno ou seja grande ou pequeno com expressa especificação etc.¹⁷

Como se vê, D. João VI intentava obter informações minuciosas e julgava que os itens estipulados no Aviso Régio seriam suficientes para conhecer a situação da apropriação fundiária no Brasil. O intuito do monarca, ao promulgar esse Aviso, estava relacionado à expansão e diversificação da pauta de exportações do Brasil.¹⁸ Segundo Alice Canabrava, a inclusão dos itens cinco e seis, no Aviso Régio, permitiria à Coroa checar a legalidade dos títulos de propriedade, tanto as sesmarias, quanto as posses (pretensamente) mansas e pacíficas. A legalidade das propriedades implicava necessariamente na efetiva ocupação das terras: as propriedades deveriam contar com a presença de culturas, moradia efetiva e, principalmente, com trabalhadores escravizados. Com isso, D. João VI poderia fazer novas concessões de terras em sesmarias, com base nas propriedades caídas em comisso, cujos donos, sesmeiros ou posseiros, não tivessem cumprido com as determinações legais.

No caso do Inventário dos Bens Rústicos (IBR) da vila de São Miguel das Areias,¹⁹ foram declaradas as mesmas informações estipuladas por D. João VI no Aviso Régio: o nome

¹⁷ O Aviso Régio de 21 de outubro de 1817 pode ser lido na íntegra em: AGUIRRA, João Batista de Camargo. Tombamento de 1817: propriedades rurais na capitania de São Paulo. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**, São Paulo, v. X, p. 57-64, mar. 1935.

¹⁸ É o que sugerem Milliet, Canabrava e Nozoe. Cf. MILLIET, Sérgio. Recenseamentos antigos do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. XXXII, p. 283-295, 1937; CANABRAVA, Alice P. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. **Separata da Revista de Estudos Econômicos**. IPE-USP, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 77-111, dez. 1972; NOZOE, Nelson H. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese (Livre-Docência em História Econômica) – FEA-USP, São Paulo, 2008.

¹⁹ Cf. APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias, 1819.

do proprietário; o nome e a área (braças de testada x braças de fundo) da propriedade; o número de escravos; a existência (ou não) de culturas; e o local de residência de seu dono.²⁰ Este cadastro foi realizado a partir de depoimentos orais dos próprios senhores de terra, pois, conforme postulava o Aviso Régio, os proprietários não eram obrigados a apresentar títulos ou documentos comprobatórios. Quanto à área informada pelos proprietários, pode-se presumir que ela correspondia, em termos gerais, a uma mera estimativa, visto que poucas propriedades teriam sido mensuradas até aquela data, a despeito de a Coroa ter estabelecido aos sesmeiros a confirmação, a medição, a demarcação e o tombamento das sesmarias concedidas.²¹ Deve-se salientar que até mesmo as propriedades demarcadas judicialmente apresentavam medidas imprecisas, uma vez que os pilotos de terra (ou agrimensores) se deparavam com obstáculos naturais no processo de aferição das propriedades. Em resumo, as medidas declaradas no IBR não devem ser tomadas como exatas, mas, antes, como uma simples estimativa.

Elaborado em 1819, o IBR de Areias foi comandado pelo capitão-mor Domingos da Silva Moreira. Nesse período, o cultivo de café não correspondia, ainda, à principal atividade econômica. Mas, na década de 1820, essa cultura adquire relevância, na medida em que passa a se fazer presente em dois quintos dos domicílios.²² Areias era formada pela sede da paróquia e por outras duas freguesias, a de Queluz e a do Bananal. Na paróquia-sede de Areias, havia 128 propriedades rurais, que ocupavam uma área total de quase 13.575 alqueires geodésicos (65.703 ha).²³ A posse de cativos foi encontrada em 81 (63,3%) propriedades, e o número total de escravizados igualou-se a 653. Já em Bananal,²⁴ o(s) recenseador(es) arrolou 85

²⁰ Análises abrangentes a respeito da estrutura fundiária em São Paulo, a partir dos IBRs, podem ser lidas em: CANABRAVA, 1972; NOZOE, 2008. Para investigações mais específicas, ver, entre outros: FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 205-222; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997. p. 113-124; RANGEL, Armênio de Souza. Dilemas da historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 351-368, abr.-jun. 1998; MARCONDES, Renato L. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Editora Stiliano, 1998a. p. 132-133 (Tabela 4.6); GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.

²¹ SILVA, 2008[1996]. Para a capitania de São Paulo, Nozoe pontuou que os documentos de confirmação correspondiam a um quinto do total de concessões de sesmaria. NOZOE, 2008, p. 127.

²² LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005. p. 100.

²³ A conversão de braças quadradas em alqueires geodésicos foi realizada do seguinte modo: multiplicou-se a linha de testada pela linha de fundo e, em seguida, dividiu-se o resultado por 10 mil, pois um (1) alqueire geodésico (48.400 m² ou 4,84 hectares) corresponde a 10 mil braças quadradas. Adotamos o termo *alqueire geodésico* tendo em vista a nomenclatura utilizada a partir de meados da década de 1850. Atualmente, usa-se o termo *alqueire mineiro*.

²⁴ Sobre Bananal, ver: MOTTA, 1999; MORENO, Breno S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 328-350.

propriedades, com uma superfície de 24.104 alqueires geodésicos (116.663 ha).²⁵ Além disso, 61 (71,8%) delas contavam com a propriedade cativa, cujo montante de escravizados era de 886.²⁶ Finalmente, em Queluz,²⁷ o número de propriedades somava 65, totalizando uma área de 4.831 alqueires geodésicos (23.382 ha). E, em apenas 18 (27,7%) estabelecimentos, foi declarada a posse de cativos, com um total de 90 escravizados.

Esse cadastro rural de Areias é, em larga medida, *sui generis* em relação ao conjunto de IBRs da capitania de São Paulo. Como se sabe, todos os cadastros rurais foram elaborados no ano de 1818, um ano após o Aviso Régio de 21 de outubro de 1817.²⁸ E, para todas as localidades paulistas em que houve o registro desses IBRs, há apenas uma única lista disponível, exceto no caso de Areias, onde foram confeccionadas duas listas distintas desse censo, uma em 1818, e outra em 1819. No primeiro levantamento, o de 1818, comandado pelo então capitão-mor Gabriel Serafim da Silva, foram arroladas, na sede da paróquia, 133 propriedades, e uma área total de 12.708 alqueires geodésicos (61.506,09 ha). Na freguesia de Queluz, o número de propriedades era igual a 64, cobrindo uma superfície de 3.167 alqueires geodésicos (15.328,28 ha).²⁹ Por fim, na freguesia do Bananal foram recenseadas 90 propriedades, cuja área montava a 4.660 alqueires geodésicos (22.554,57 ha); além disso, neste local, 55 (65,5%) proprietários alegaram possuir 792 cativos.³⁰

Por meio de uma comparação dos informes gerais disponíveis em ambos os cadastros rurais, o de 1818 e o de 1819, constatamos discrepâncias nos dados acerca da área das propriedades, sobretudo naquelas situadas em Bananal. Observe-se que, nessa freguesia, a área declarada em 1818 corresponde a tão somente 19,3% da que foi indicada em 1819, ao passo que, nos casos de Areias e Queluz, os índices correlatos igualaram-se, respectivamente, a 93,6% e 65,6%. Em vista disso, pode-se afirmar que o IBR da vila de Areias de 1818 foi retificado no

²⁵ O único declarante dono de mais de uma propriedade era o sargento-mor Brás de Oliveira Arruda. Proprietário das fazendas Bom Sucesso, com 817,5 alqueires e 80 escravos, e Pouso Seco, com 720 alqueires e 70 escravos, Oliveira Arruda era o terceiro maior senhor de terras de Bananal. Cf. APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819 (nº 197, 198).

²⁶ De acordo com a Lista de 1817, havia 1.010 escravos em Bananal. Deste modo, a escravaria declarada no IBR corresponde a 87,7% do total de cativos recenseados em 1817. Cf. APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817. Ver também: MOTTA, 1999, p. 141.

²⁷ A respeito de Queluz, ver: ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 61-66; 223-233. REIS, Paulo Pereira dos. Os Puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 61, p. 117-158, mar. 1965; REIS, Paulo Pereira dos. **O indígena do Vale do Paraíba**: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo: Governo do Estado, 1979. p. 61-122; MARINS, Paulo César G. Queluz e o café: cotidiano e cultura material no século XIX através de inventários. **Historical Archaeology in Latin América**, Columbia – South Carolina, v. 6, p. 45-65, 1995.

²⁸ Cf. CANABRAVA, 1972; NOZOE, 2008.

²⁹ NOZOE, 2008, p. 218 (Tabela 3.2).

³⁰ Cf. APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1818.

ano seguinte, em 1819. A análise minuciosa de ambos os IBRs da freguesia do Bananal mostrou que teria havido equívocos – por parte do(s) recenseador(es), provavelmente – na anotação referente às dimensões físicas das propriedades fundiárias. A título de exemplo, basta citar o caso do maior senhor de terras de Bananal, o capitão Hilário Gomes Nogueira. Ele era dono de uma propriedade com “6.290” braças de testada e “9.000” braças de fundo (5.661 alqueires geodésicos ou 27.399 ha), conforme atestam tanto o IBR de 1819³¹ quanto o Requerimento impetrado pelo mesmo proprietário para medir, demarcar e tombar a sua sesmaria.³² O IBR de 1818, ao contrário, indica erroneamente que Gomes Nogueira seria proprietário de “6.290” braças de testada e “900” braças de fundo (566,100 alqueires geodésicos ou 2.740 ha). Como há inúmeros casos semelhantes a este, concluímos que o de 1819 é o cadastro rural mais fidedigno e, por isso, optamos por analisá-lo, desconsiderando, portanto, o de 1818.³³

Em linhas gerais, o IBR da vila de Areias permite conhecer a estrutura fundiária em um contexto específico, marcado pela montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba. É justamente nos anos 1810 que os agricultores dessa região passaram a investir capitais na cultura cafeeira, motivados pelo aumento da demanda pelo produto nos mercados do Atlântico Norte, o que, conseqüentemente, impactou positivamente os preços pagos aos produtores de café do Brasil.³⁴

No que diz respeito especificamente à área de abrangência da então freguesia do Bananal, à época em que o IBR foi realizado, há de ser feita uma observação. Bananal – situada no extremo leste da capitania de São Paulo, na divisa com a capitania do Rio de Janeiro – foi fundada no ano de 1783 por João Barbosa de Camargo e sua esposa Maria Ribeiro de Jesus, que edificaram em suas terras uma capela em homenagem ao Senhor Bom Jesus do Livramento, em torno da qual se congregou o núcleo populacional. Por alvará de 26 de janeiro de 1811, Bananal foi alçada à condição de freguesia, permanecendo vinculada à vila de Lorena. Com a elevação da freguesia de São Miguel das Areias ao *status* de vila (1816), Bananal a ela ficou pertencendo, e, no período em questão, passou a corresponder à 4ª Cia. de Ordenanças da vila de Areias.³⁵ Já a freguesia de Nossa Senhora da Piedade, subordinada desde 1718 à vila de

³¹ APESP, 1819 (nº 193).

³² ARQUIVO NACIONAL (AN). [Requerimento para Medição, Demarcação e Tombamento de Sesmaria]. Requerente: Hilário Gomes Nogueira, 25 fev. 1817.

³³ Alice Canabrava também deu preferência ao IBR de 1819, embora não haja menção explícita a esse respeito em seu trabalho. Nelson Nozoe, ao contrário de Canabrava, baseou seu trabalho no IBR de 1818, não abordando essas inconsistências entre os dois IBRs. Cf. NOZOE, 2008, p. 218 (Tabela 3.2).

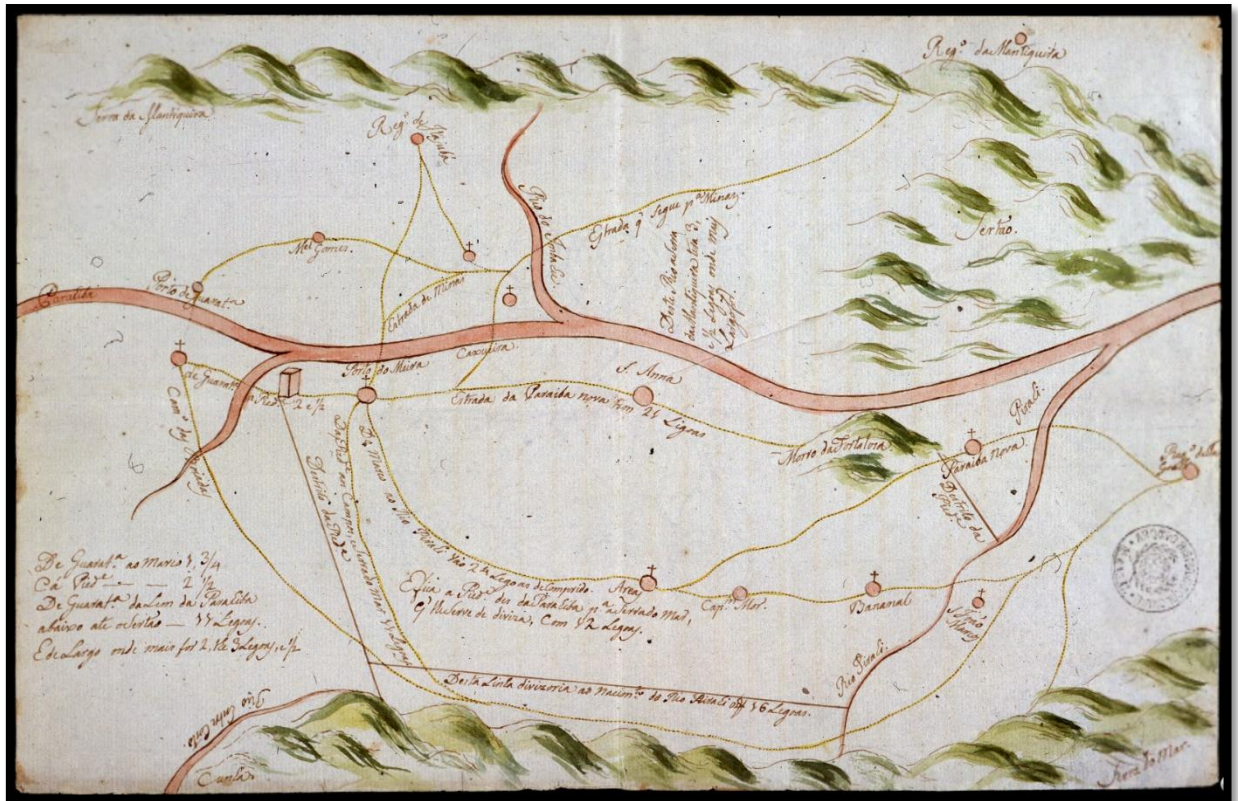
³⁴ MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383.

³⁵ Um ótimo balanço acerca da história do município de Bananal pode ser lido em: MOTTA, 1999.

Guaratinguetá, seria alçada à condição de vila de Lorena no ano de 1788. A **Figura I.1**, que apresenta o mapa com a demarcação da recém-fundada vila de Lorena, indica que as cabeceiras do Rio Piraí serviam como divisas naturais entre as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro.³⁶ Tais limites – que eram os mesmos existentes entre a freguesia do Bananal, em São Paulo, e Paraíba Nova (Resende), no Rio de Janeiro – permaneceriam relativamente inalterados até a década de 1810.

³⁶ REDE MEMÓRIA. **Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301599>. Acesso em: 19 out. 2020. Ver, também: FARIA, Maria Dulce de. **Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 322-323. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/acervo-digital/colecao-cartografica-e-iconografica-do-ahu/>. Acesso em: 19 out. 2020. Nesta publicação é possível ler uma descrição minuciosa acerca do mesmo Mapa. Ainda no que respeita aos limites entre as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, cabe destacar que, no “auto de ereção” da mesma vila de Lorena, em 1788, o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de São Paulo, o Desembargador Miguel Marcelino Velloso e Gama, determinou que “[...] ficasse servindo de limites por um lado o rio Paraíba abaixo; e para outro lado entre o Distrito desta nova Vila e a de Guaratinguetá lhe ficaria servindo de limites o ribeirão do Aterrado desde a estrada até onde ele faz barra do mesmo rio Paraíba e a da estrada para riba em rumo direito até buscar as cabeceiras do ribeirão chamado Antregosto; *deste lugar correndo em rumo paralelo ao rio Paraíba a buscar as cabeceiras do rio Piraí* descendo por ele abaixo até donde se divide a Paraíba Nova [Resende] com esta Capitania ficando assim o Distrito desta Vila no seu cumprimento com vinte e quatro léguas contadas desde o marco do ribeirão do Aterrado até o rio Piraí, e na largura maior com quatorze léguas contadas desde as cabeceiras do ribeirão do Antregosto até ao rio Paraíba [...]”. Cf. RODRIGUES, Antônio da Gama. **Gens Lorenensis**. Do sertão de Guaypacaré à formosa cidade de Lorena. Lorena: HL2 – Gráfica e Editora (Coleção Lorenense – Vol. VI). p. 27-34 (grifos nossos). Gama Rodrigues fez a transcrição completa da “*Certidão autêntica do edital de publicação e convocação do auto de ereção da nova Vila de Lorena, do termo de eleição, do termo de abertura de pelouro e portarias mandando erigir a Vila, confirmando a eleição das justiças e ampliando os limites da nova Vila*”, donde extraiu-se o excerto acima.

Figura I.1 – Mapa da Demarcação do Distrito da Piedade, Nova Vila de Lorena, c.1788



Fonte: REDE MEMÓRIA. Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: <http://bdib.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301599>. Acesso em: 19 out. 2020.

Uma outra informação sugere, ainda, que, no início dos anos 1810, os limites entre a capitania de São Paulo e Rio de Janeiro estendiam-se, na verdade, para além das cabeceiras do rio Piraí, conformando todo o curso natural do mesmo Rio, até desaguar no rio Paraíba do Sul.

Divide-se do Rio de Janeiro, quanto ao sertão, pelo Rio Piraí que desagua no grande Paraíba do Sul, e forma o termo da nova Freguesia do Bananal, distrito da Vila das Areias, por onde passa a estrada nova que vai desta Capitania para o Rio de Janeiro. Chama-se estrada nova, porque foi mandada abrir por Martin Lopes Lobo de Saldanha, governando esta Capitania, pela sua Portaria de 28 de Julho de 1776, da Cópia N° 55, de acordo com o Marques de Lavradio, sendo Vice-Rei deste Estado, por conhecerem ambos os Generais que a estrada velha, ou da Bocaina (mandada abrir por Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Governador desta Capitania de São Paulo, como se manifesta da Real Ordem de 24 de Novembro de 1728, da Cópia N° 56), além de péssima era muito dilatada.³⁷

³⁷ INFORMAÇÃO do Secretário da Capitania de S. Paulo, 1812. In: ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). **Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo**. Divisas de S. Paulo e Minas Gerais (Vol. XI). São Paulo: Typ. a Vap. – Espíndola, Siqueira & Comp., 1896. p. 525-545. A citação encontra-se à página 541 (grifos nossos). Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6954>. Acesso em: 19 out. 2020.

Os limites entre as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro continuaram sendo palco de controvérsias entre políticos e outras autoridades públicas de ambas as províncias. Em janeiro de 1837, por exemplo, o então presidente da província de São Paulo, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, no discurso de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, ao tratar dos usos que a administração pública almejava realizar a partir da estatística e do mapa provincial que Daniel Pedro Müller estava elaborando, assinalava que

O resultado serviria para se corrigirem os erros que existissem nos mapas e quadros já feitos. Esses trabalhos estatísticos muito poderiam concorrer para aplinar as dificuldades que se tem encontrado sempre que se trata de fixar os limites entre a província de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nos exames e observações que se fizerem deve entrar esse objeto em linha de conta, por isso que a divisão atual, principalmente com o Rio de Janeiro, era assaz prejudicial tanto a uma quanto a outra província pelo extravio de direitos que não se poderiam acautelar pela incerteza, irregularidade e natureza dos limites, que embaraçam os respectivos governos na colocação dos Registros e necessária fiscalização. *Os limites pelo Rio Pirai foram alterados por uma nova divisão que fez o Ouvidor da comarca do Rio de Janeiro em 1820, por montes e rumos vagos, sem audiência das autoridades desta província, cujo Governador e Capitão General representou então contra essa divisão, pela qual se tirava uma porção de terreno da mesma, com desvantagem pública, o que deu lugar a mandar-se consultar o Desembargo do Paço e a ficar sem aprovação até hoje essa divisão.*³⁸

Vê-se, portanto, que, no ano de 1820, o rio Pirai, até então utilizado como divisa natural entre as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, deixou de sê-lo. Os novos limites, alterados pelo Ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, passaram a ser constituídos por “montes e rumos vagos, sem audiência das autoridades” de São Paulo. Embora o presidente da província de São Paulo, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, não mencione o que teria levado à retificação nos limites entre as capitanias, pode-se especular que o motivo repouse na criação do distrito de São João do Príncipe (que, anos mais tarde, seria denominado de Rio Claro), no Rio de Janeiro.³⁹ Portanto, o que vale reter de toda essa discussão é que, na década de 1810, justamente

³⁸ EGAS, Eugênio. **Galeria dos presidentes de S. Paulo** – Período Monárquico (1822-1889). São Paulo: Seção de Obras do Estado de S. Paulo, 1926. p. 67. (Publicação Oficial do Estado de São Paulo – Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil) (grifos nossos). Agradeço a José Rogério Beier, pois as suas pesquisas nos mostraram o “caminho das pedras” para que conseguíssemos levantar as pistas acerca das mudanças de jurisdição entre as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX. Dentre os trabalhos desse autor, ver: BEIER, José R. **Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015. p. 173-174.

³⁹ É o que sugerem os títulos dos seguintes documentos: ARQUIVO NACIONAL (AN). **Auto da Demarcação da Divisão dos Distritos de São João do Príncipe e São Miguel das Areias**, 9 out. 1820; ARQUIVO NACIONAL (AN). **Resposta (cópia) da Câmara de São Miguel das Areias**, 7 out. 1820. Não foi possível consultar ambos os documentos, já que eles ainda não foram disponibilizados no portal do SIAN do Arquivo Nacional.

no período em que foi realizado o IBR da vila de São Miguel das Areias, o território da freguesia do Bananal era muito mais amplo que a área pertencente aos atuais municípios de Bananal e Arapeí, os quais, no século XIX, constituiriam juntos a vila e, posteriormente, cidade de Bananal.

Uma outra observação se refere à abrangência do IBR no que tange à participação dos proprietários rurais existentes no período histórico em tela. O caso de Antônio Pires de Oliveira, dono de terras no bairro da Boa Vista, que não foi arrolado no cadastro rural de 1819, sugere que outros tantos proprietários rurais de pequeno porte não declararam suas propriedades por ocasião do IBR. O entrecruzamento de fontes primárias permitiu lançar luzes sobre este fato. Uma “ação de notificação” de despejo, movida pelo tenente Antônio Joaquim de Oliveira contra um suposto agregado, o mencionado Antônio Pires de Oliveira, revelou a presença de proprietários bananalenses que não figuraram no cadastro rural.⁴⁰ Nas alegações iniciais desse processo judicial, o tenente Joaquim de Oliveira afirmava ser “[...] senhor e possuidor de uma sorte de terras em à qual tem edificado sua fazenda com grandes cafezais, e outras plantações [...]”, e que, ao adquiri-la, permitiu que Antônio Pires de Oliveira permanecesse na propriedade como agregado. No entanto, devido aos seus “[...] desenvolvos procedimentos não convêm mais ao suplicante que ele ali esteja [...]”. O tenente acrescentaria, ainda, um outro ponto em sua petição inicial:

[...] o quer fazer citar para nas ditas terras do suplicante não por mais enxada nem ferramenta de qualidade alguma, e menos passar o sítio a outrem sem expresso consentimento do mesmo sendo outrossim na mesma citação especificado para o suplicado desfrutar dentro de ano e dia todas as suas benfeitorias, e desfrutado que seja despojar o dito sítio, debaixo das penas de que fazendo qualquer (sic) das referidas coisas por si, escravo, ou outra alguma entreposta pessoa antes de sentença de se proceder por atentado, o ser condenado em 1:000\$000, para as despesas da [?], e 200\$000 para [?] e em todas as mais penas expostas em Direito [...].⁴¹

Nos embargos antepostos pelo procurador do réu, Francisco Silvério Leite Mazagão, o embargante Antônio Pires de Oliveira assinalou que

[...] não tendo terras, em que se estabelecesse, e achando devolutas as em que se acha arranchado, nelas entrou, e se estabeleceu; porque eram matos virgens, e devolutos, e que por conseguinte na forma das Leis, a pratica lhe era

⁴⁰ Cf. AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO entre o tenente Antônio Joaquim de Oliveira e Antônio Pires de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 30 ago. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 68. Caso bastante semelhante a este pode ser lido em: AÇÃO DE DESPEJO entre o tenente Antônio Joaquim de Oliveira e José Pereira da Costa. Cruzeiro: MMN, 27 ago. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 67.

⁴¹ AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO, 1822.

permitido apossar, como apossou; porque o Embargante fez muitas plantações, e tem um bom cafezal, fez casas, e há vinte anos [portanto, desde 1802 – BSM] pouco mais ou menos tem vivido, como dono que é, desfrutando as ditas terras à vista, à face de todos sem oposição de pessoa alguma, como dirão testemunhas [...]; porque sempre em todo este período foi o A. considerado, como dono do Sítio, em que se acha, e nunca como agregado, pois; porque é costume geralmente praticado nesta Comarca de S. Paulo pagar o dono da Fazenda o Dízimo por si, e por seus agregados, e depois destes cobram, o que por eles pagaram; porque nunca, o que se intitula dono do dito Sítio nem seus ante possuidores pagaram Dízimos pelo Embargante, mas este sempre se avençou com os Dizimeiros, como dono do dito Sítio; pois não obsta dizer-se, que a Sesmaria concedida a Luiz José de Almeida compreende o dito Sítio do Embargante, porque esta Sesmaria caducou por não ser medida, e demarcada em o tempo nela, e nas Leis prescrito, e além disso; porque o Embargante há vinte anos pouco mais ou menos, que vive no dito Sítio, como seu legítimo dono sem oposição de pessoa alguma, à vista, e face de todos, e sem interrupção alguma na sua posse, e mais; porque as benfeitorias feitas no dito Sítio valem mais, do que as mesmas terras, em que foram feitos como dirão testemunhas; e quando não houvesse a pró do Embargante tantos, e tão fortes fundamentos, bastava o que se passa a deduzir; porque o Embargado comprou as terras, em que vive a Antônio José Nogueira, que lhe vendeu um quinhão que lhe coube em legítima; porque havendo mais outros herdeiros, a quem tocaram terras, como ao dito Nogueira, nem ele nem o A. tem medido os seus respectivos quinhões, e por isso; porque não pode o A. saber, quais são as suas terras sem que se faça medir, e por conseguinte não pode saber, se o Sítio, em que se acha o Embargante está dentro das terras compradas [...].⁴²

O embargante Antônio Pires de Oliveira procurou valer-se de uma série de argumentos para se contrapor às pretensões do autor da “ação de notificação”. Dentre esses argumentos, dois deles nos interessam de imediato, por conta do fato de estarem em linha com a prática corrente na virada dos séculos XVIII para o XIX. O primeiro argumento apresentado pelo procurador do embargante assentava-se no princípio da “posse mansa e pacífica”, ao afirmar que “há vinte anos pouco mais ou menos, que vive no dito Sítio, como seu legítimo dono *sem oposição de pessoa alguma*, à vista, e face de todos, e sem interrupção alguma na sua posse”. O segundo recurso retórico utilizado pelo mesmo procurador diz respeito à presença de moradia e cultura efetiva na propriedade, tendo em vista que Pires de Oliveira “fez muitas plantações, e tem um bom cafezal, fez casas”. Ao que parece, o réu e embargante era, de fato, proprietário rural, e não agregado do tenente Antônio Joaquim de Oliveira. O primeiro indício a confirmar esta assertiva diz respeito ao fato de que o processo judicial não foi concluído, pois o dito autor e embargado não respondeu aos embargos do procurador do réu e embargante.

Informações extraídas a partir de outras fontes sugerem igualmente que Antônio Pires de Oliveira era, de fato, dono de um quinhão de terras. Oriundo de Taubaté, o agricultor contava

⁴² AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO, 1822.

36 anos de idade, em 1817. Sua consorte, Rosa Maria, tinha 34 anos e nasceu em Ilha Grande, Rio de Janeiro. Viviam, no mesmo fogo, os cinco rebentos do casal, todos naturais de Bananal: Manoel, Marciano, Maria e Ana, de 13, 11, seis e quatro anos; e o recém-nascido Antônio, de apenas seis meses. Proprietário de um escravizado, José Guiné, de 32 anos, Pires de Oliveira associava o plantio de gêneros à cultura do café: a safra de 1817 igualou-se a 100 alqueires de milho, oito de feijão, 15 de arroz e, também, exportou 30 arrobas de café, além das outras 20 arrobas do artigo “em ser”.⁴³ A informação relativa ao local de nascimento dos filhos do casal de agricultores aponta, assim, que Oliveira teria se estabelecido em Bananal por volta de 1804, o que condiz com os argumentos antepostos nos embargos contra o tenente Antônio Joaquim de Oliveira.

Com o falecimento de Rosa Maria da Conceição, em 1837, Antônio Pires de Oliveira deu abertura, no ano seguinte, ao processo de inventário *post mortem* dos bens angariados até aquela data.⁴⁴ Na propriedade do casal, foram arrolados sete cativos do sexo masculino, 13.700 pés de café e 22,5 alqueires geodésicos de terra. Além da produção de café, o escravista cultivava mantimentos e fabricava aguardente.⁴⁵ No que se refere à propriedade fundiária, o escrivão anotou “300 braças de terras de testada com um quarto de fundos, na sesmaria do Perapetinga, *havidas por compra ao capitão Antônio José Nogueira, pelo título que apresentou, que dividem pela testada e lado de oeste com o tenente Manoel Dias de Freitas, e pelo lado dos fundos e de leste com o mesmo vendedor, em cujas terras existem ao lado do leste 10.000 pés de café mais ou menos do mesmo vendedor*”. Ora, como se vê, Antônio Pires de Oliveira, de fato, adquiriu sua propriedade agrária ao capitão Antônio José Nogueira e, para provar que era dono dessa propriedade, durante os trâmites do processo de inventário, apresentou título de compra de tais terras.

Em suma, o que vale frisar é que nem todos os senhores de terra declararam suas propriedades por ocasião do IBR. Pode-se especular que parte deles – provavelmente, pequenos proprietários – não se preocupou em “registrar” suas terras, seja por desconhecimento do Aviso Régio de 1817, seja por acharem desnecessário efetuar a declaração, uma vez que, ao menos nesse período, já eram reconhecidos como legítimos donos de seus respectivos quinhões. É

⁴³ Cf. APESP, 1817 (fogo 287). “Em ser” parece indicar uma colheita estimada de grãos de café pendentes nos arbustos.

⁴⁴ INVENTÁRIO de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 dez. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 28, n. 469.

⁴⁵ Foram avaliados, no inventário, “um forno de cobre com o peso de 24 libras”, “uma roda de sevar mandioca com chapa de metal”, ambos utilizados para a produção de farinha de mandioca; “um alambique com capelo muito velho, com o peso de meia arroba” e “um cocho velho de guardar garapa”, usados na fabricação de aguardente. Cf. *Ibid.*

possível conjecturar, ainda, que as autoridades públicas responsáveis pelo cadastro rural tenham deixado, de propósito, de registrar alguns dos pequenos proprietários, com o intuito de beneficiar os senhores de terra mais poderosos. A despeito das eventuais omissões relativas aos pequenos proprietários rurais nos IBRs, a exemplo do caso mencionado, mantém-se plenamente válido o tratamento quantitativo desta fonte, tendo em vista que os grandes proprietários teriam declarado suas propriedades. É o que sugere Canabrava, para quem os IBRs abrangeram a maioria dos donos de terra e, por conta disso, a fonte é representativa das redes fundiárias locais, justamente por registrar grande parte da superfície de seus respectivos territórios.⁴⁶

1.2 Concentração Fundiária: um legado da colonização da América Portuguesa

O Inventário dos Bens Rústicos da vila de São Miguel das Areias oferece um ótimo ponto de partida para descortinar a estrutura fundiária no período de montagem da cafeicultura escravista de Bananal (c.1800-1830). Os indicadores estatísticos,⁴⁷ disponíveis na **Tabela I.1**, apontam para uma concentração social de terras nas mãos de poucos indivíduos na vila de Areias. Na passagem da década de 1810 para a de 1820, as propriedades agrárias de Bananal eram (em tendência) relativamente maiores que as das freguesias vizinhas, Areias e Queluz. A despeito dessa diferenciação, o índice de Gini não apresentou distinções relevantes entre Bananal e Areias. Em ambas as localidades, esse indicador revelou uma concentração fundiária de grau médio a forte.⁴⁸ Queluz, por sua vez, fundada em 1800 como aldeamento indígena, era a freguesia com os menores índices de desigualdade no que respeita à questão fundiária, devido, provavelmente, à própria existência do aldeamento.⁴⁹ Os dados revelam, ademais, que havia

⁴⁶ CANABRAVA, 1972.

⁴⁷ A *média* de um conjunto de dados numéricos obtém-se somando os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados. A *mediana*, depois de ordenados os valores por ordem crescente ou decrescente, é o valor que ocupa a posição central se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais se a quantidade desses valores for par. O *índice de Gini* geralmente é utilizado para medir a desigualdade na distribuição de renda entre os países, mas também pode ser usado para aferir a desigualdade social na distribuição da propriedade fundiária ou cativa. O coeficiente varia de 0 (zero) a 1 (um): quanto mais próximo de 0 (zero), maior é o equilíbrio na distribuição de terra entre os indivíduos; quanto mais próximo de 1 (um), maior é a concentração de riqueza em terras. O *Gini* foi calculado a partir de: WESSA, P. **Concentração e Desigualdade** (v1.0.1) em Software Livre de Estatística (v1.2.1), Escritório de Desenvolvimento de Pesquisa e Educação. Disponível em: http://www.wessa.net/rwasp_concentration.wasp/. Acesso em 22 fev. 2019.

⁴⁸ Lourival Câmara classificou o Índice de Gini a partir da seguinte escala: 1) **0,100 ou –**: concentração nula; 2) **0,101 a 0,250**: concentração nula ou fraca; 3) **0,251 a 0,500**: concentração fraca a média; 4) **0,501 a 0,700**: concentração média a forte; 5) **0,701 a 0,900**: concentração forte a muito forte; 6) **0,901 a 1,000**: concentração muito forte a absoluta. Cf. CÂMARA, Lourival A. Concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

⁴⁹ Vale destacar que, na década de 1870, o aldeamento indígena, edificado na virada do século XVIII para o XIX, já havia sido extinto, muito por conta do avanço do cultivo de café em toda a região.

uma profunda diferenciação social no interior do próprio grupo de senhores de terra. Por fim, resta destacar que a concentração fundiária nas localidades selecionadas era menos acentuada que no Vale do Paraíba Paulista e na capitania de São Paulo em seu conjunto. No Vale do Paraíba, o índice de Gini igualou-se a 0,83 e, na capitania, atingiu a cifra de 0,87.⁵⁰

Tabela I.1 – Indicadores Estatísticos Gerais da Propriedade Fundiária. Vale do Paraíba Paulista, 1819

Indicadores	Bananal ^(a)	Areias ^(b)	Queluz ^(c)
Média ^(d)	179	94	65
Mediana ^(d)	64	30	56
Índice de Gini	0,637	0,688	0,385
N	83	127	74

Fonte: APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias, 1819.

Notas: (a) exclusive as duas maiores propriedades, a do capitão Hilário Gomes Nogueira, com 5.661 alqueires geodésicos, e a de dona Quitéria Rita do Espírito Santo, com 3.600 alqueires; (b) exclusive a maior propriedade, a de João Antunes Fialho, com 1.687,5 alqueires; (c) inclusive a maior propriedade, a de Antônio Joaquim Índio”, com 1.350 alqueires. Ao que tudo indica, essa propriedade era um aldeamento indígena, e outros nove indígenas detinham, em comum, a posse da terra; por isso, fracionou-se, em termos ideais, a área da propriedade pelos seus dez possuidores; (d) em alqueires geodésicos.

Os 5% maiores proprietários rurais controlavam boa parte do território até então pertencente à freguesia do Bananal. O capitão Hilário Gomes Nogueira, dona Quitéria Rita do Espírito Santo, o sargento-mor Brás de Oliveira Arruda e Antônio José Nogueira e seus irmãos detinham a posse de 48,5% da área declarada no cadastro rural e 28,4% da mão de obra cativa (**Quadro I.1**). Dentre estes senhores, destaca-se Hilário Gomes Nogueira. Dono da fazenda Três Barras, possuía 5.661 alqueires geodésicos de terra (23,5% do total), e 45 cativos (5,1% do total), o que o alçava ao patamar de maior proprietário rural de Bananal. Aliás, esse potentado pertencia ao seletto grupo dos 25 maiores latifundiários da capitania de São Paulo.⁵¹ A sesmária pertencente ao capitão Hilário Gomes Nogueira – adquirida mediante compra, em 14 de junho de 1785, ao tenente-coronel Policarpo Joaquim de Oliveira – estava “[...] encravada nos limites das duas capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, cuja linha divisória corta, ou passa por meio dela, estando, ou compreendendo a vila de Resende parte da sesmária, e a vila

⁵⁰ NOZOE, 2008, p. 215-216 (Tabela 3.1). Alice Canabrava havia apontado, anteriormente, que os índices de Gini para o Vale do Paraíba Paulista e para a capitania de São Paulo igualaram-se, respectivamente, a 0,82 e 0,86. Cf. CANABRAVA, 1972, p. 91.

⁵¹ Nelson Nozoe arrolou os 28 maiores proprietários rurais da capitania de São Paulo, que tinham entre 21.780 e 156.816 ha de terra, segundo os IBRs de 1818. No entanto, o capitão Hilário Gomes Nogueira, dono de 27.399 ha, não figura como pertencente a este grupo, pois, conforme já assinalamos, o autor utilizou o cadastro rural da freguesia de Bananal de 1818, e não o de 1819. Cf. NOZOE, 2008, p. 222 (Tabela 3.4).

de Lorena o resto [...]”.⁵² No período em que adquiriu essa propriedade, Gomes Nogueira era capitão de ordenanças na freguesia de Baependi, comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais.⁵³ Ao que tudo indica, teria migrado para o povoado de Bananal no ano de 1792.⁵⁴ A sesmaria em questão havia sido concedida, originalmente, ao mencionado Policarpo Joaquim de Oliveira em 8 de fevereiro de 1779. Posteriormente, em 16 de novembro de 1805, Oliveira obteve a confirmação da dita sesmaria, em que pese o fato de essa propriedade já pertencer, à essa altura, ao capitão Hilário Gomes Nogueira.⁵⁵ Tendo em vista que essa sesmaria se espraiava pelas localidades de Bananal, em São Paulo, e Resende, no Rio de Janeiro, é mais correto pontuar que o IBR de Bananal abarca as *propriedades pertencentes aos habitantes de Bananal*, e não as *propriedades situadas em Bananal*.

Quadro I.1 – Relação dos Maiores Proprietários Rurais. Bananal, 1819

Proprietários Rurais	Local	Área Ocupada (em Alqueires)	Escravos
Capitão Hilário Gomes Nogueira	Três Barras	5.661	45
Dona Quitéria Rita do Espírito Santo	Santa Rita	3.600	21
Sargento-mor Brás de Oliveira Arruda	Bom Sucesso e Pouso Seco	1.538	150
Antônio José Nogueira e seus irmãos	Boa Vista	900	36

Fonte: APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819.

Do outro lado da balança, os 15% menores proprietários dominavam tão somente uma pequena porção de terras em Bananal. Doze indivíduos detinham a posse de pouco mais de 25

⁵² ARQUIVO NACIONAL (AN). [Requerimento para Medição, Demarcação e Tombamento de Sesmaria]. Requerente: Hilário Gomes Nogueira, 25 fev. 1817. Ver também: ARQUIVO NACIONAL (AN). [Requerimento para Medição de Sesmaria]. Requerente: Francisco da Cunha Muniz Gusmão e outros, 28 set. 1819.

⁵³ SCHNOOR, Eduardo C. **Na penumbra**: o entrelace de família e negócios (Vale do Paraíba, 1770-1840). Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2005. p. 19.

⁵⁴ Para saber mais sobre a trajetória de um de seus filhos, o tenente-coronel Luiz Gomes Nogueira (c.1790-1838), ver: MORENO, 2015, p. 328-350.

⁵⁵ Segundo a Carta de Concessão de Sesmaria, lê-se: “[...] 6.290 braças de terras de testada e três léguas de sertão no novo Caminho que da Vila de Guaratinguetá, e Freguesia da Piedade desta capitania, se abriu proximamente para a cidade do Rio de Janeiro pelo capitão-mor da mesma Vila Manoel da Silva Reis, para nelas estabelecer fazenda de criar, para si e sua mulher, e filhos, ascendentes, e descendentes, as quais terras compreendem e se acham ao norte do mesmo Caminho, a saber: para a parte do Bananal as sobrequadras de João Barbosa de Camargo; para a parte do Turvo as sobrequadras de Manoel Luiz Ferreira e José Luiz Ferreira; e para a parte de Perapetinga as sobrequadras de Pedro de Almeida Leal, que tudo pelas voltas do mesmo Caminho poderão ser as ditas 6.290 braças de testada partindo e correndo o dito sertão que ele suplicante pede de três léguas a rumo de Norte e a dita testada diretamente (sic) naquela quantidade de terras ao rumo de Leste ao Oeste. Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN). [Requerimento para Medição de Sesmaria]. Requerente: Francisco da Cunha Muniz Gusmão e outros, 28 set. 1819. fls. 19-19v.

alqueires geodésicos (0,1% do total), e eram donos de apenas sete escravos (0,8% do total). Dentre os menores proprietários, pode-se salientar o caso de Antônio Francisco. Morador no local denominado “Pedra Branca”, e destituído da posse cativa, sua propriedade era diminuta, cuja área igualava-se a 0,01 alqueire, ou 484 m². Neste estabelecimento, como se pode supor, não seria viável a exploração agrícola comercial, pois, em seu terreno, só teria sido possível construir sua residência, plantar alguns poucos mantimentos para o autoconsumo e criar alguns animais (porcos e galinhas). Antônio Francisco, certamente, enfrentou inúmeras dificuldades na tentativa de ascender na hierarquia social (**Quadro I.2**).

Quadro I.2 – Relação dos Menores Proprietários Rurais. Bananal, 1819

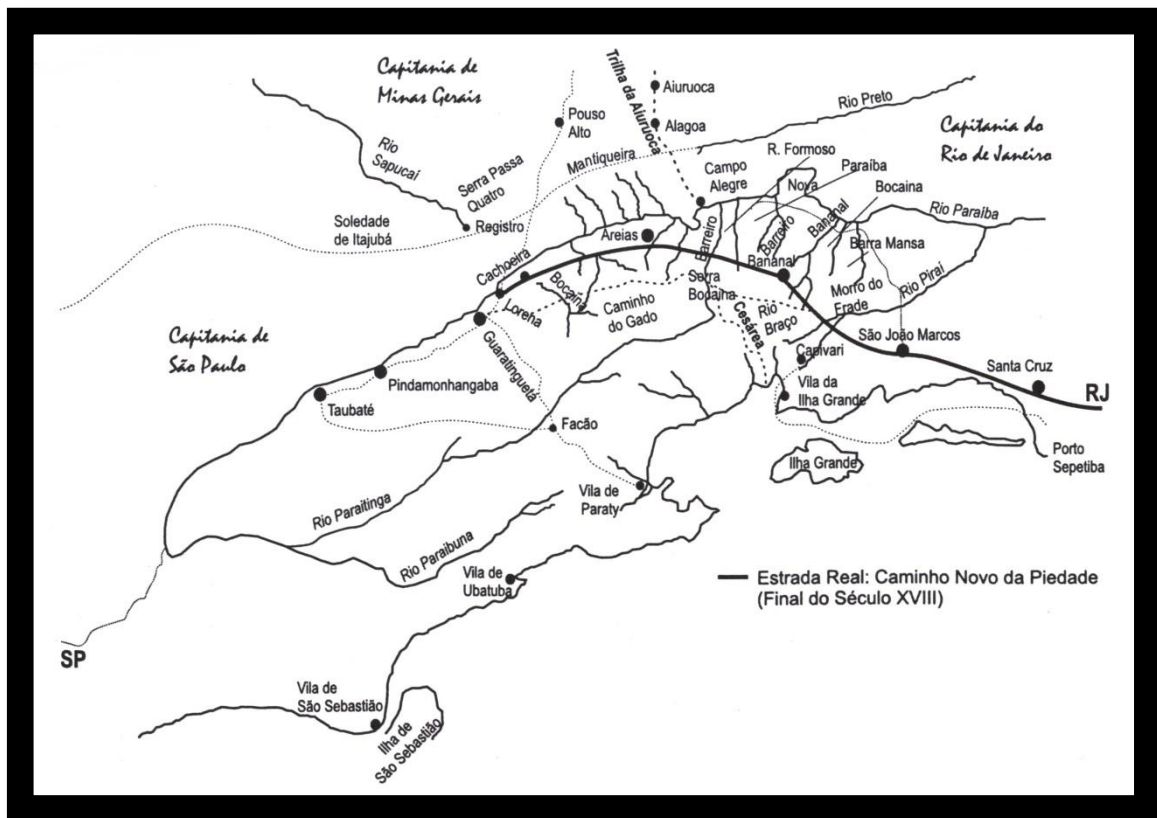
Proprietários Rurais	Local	Área Ocupada (em Alqueires)	Escravos
Antônio Francisco	Pedra Branca	0,010	0
Maria Antônia	Pedra Branca	0,096	3
Joana Maria	Boa Vista	0,350	0
José Vieira	Lavapés	0,480	0
João Dias Fagundes	Boa Vista	1,000	0
Francisco Xavier	Rio da Prata	1,815	0
Francisco Álvares da Luz	Buraco	2,450	0
José Joaquim Ribeiro	Boa Vista	2,640	0
Joaquim Mendes	Pedra Branca	3,000	0
Ana Gonçalves Leite	Córrego Fundo	3,720	2
José Álvares de Siqueira	Água Branca	3,750	0
Francisco Leite	Portão	6,000	2

Fonte: APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819.

A concentração fundiária dos 5% maiores senhores de terra de Bananal não era tão acentuada quanto no Vale do Paraíba Paulista. Nelson Nozoe apontou que, nesta macrorregião, o grupo correlato detinha a posse de 57,8% da superfície declarada. E, no que tange à concentração fundiária na capitania de São Paulo, o autor assinalou que os 5% maiores

proprietários eram donos de uma porção de terras ainda maior: 71,4% da área registrada.⁵⁶ O que os dados revelam é que havia um padrão comum no que diz respeito à estrutura agrária em São Paulo no alvorecer do Oitocentos: poucos senhores controlavam parcelas expressivas da superfície registrada nos IBRs, o que denota a profunda desigualdade social na distribuição de terras.

Figura I.2 – Estrada do Caminho Novo da Piedade. Vale do Paraíba, Final do Século XVIII



Fonte: TOLEDO, Francisco Sodero. **Estrada Real:** Caminho Novo da Piedade. Campinas: Editora Alínea, 2009. p. 13.

O que vale ressaltar, portanto, é que, na fase de montagem da cafeicultura escravista de Bananal, um grupo privilegiado de senhores – cujo perfil socioeconômico será apresentado mais adiante – controlava grande parte do fundo territorial da freguesia. E tal concentração fundiária repousava, em larga medida, no instituto jurídico das sesmarias. A Coroa portuguesa passou a conceder sesmarias, no entorno de Bananal, somente após o início da construção do

⁵⁶ NOZOE, 2008, p. 216 (Tabela 3.1). Alice Canabrava havia assinalado, anteriormente, que os 5% maiores proprietários do Vale do Paraíba Paulista controlavam 58,9% das terras, ao passo que, em relação à capitania de São Paulo, o grupo correlato concentrava 70,2% da superfície declarada. Cf. CANABRAVA, 1972, p. 89-90.

Caminho Novo da Piedade (c.1725-c.1778) (**Figura I.2**). Até então, toda essa região do Médio Vale do Paraíba – que, no século XIX, se tornaria a maior zona cafeeira do mundo – permaneceu bloqueada para a efetiva ocupação e povoamento pelos colonos. Eram as “zonas proibidas”.⁵⁷

Em 1725, o Governador-geral da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, mandou abrir uma estrada que partia da freguesia de Nossa Senhora da Piedade (Lorena) e desembocava na Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. O Caminho, que conectava a capitania de São Paulo ao Rio de Janeiro, foi construído com a finalidade de facilitar os contatos entre a sede do Vice-Reino e as minas de Goiás e de Mato Grosso. A obra, levada a cabo, inicialmente, pelo capitão-mor da vila de Guaratinguetá, Domingos Antunes Fialho, e por seu irmão, Manoel Antunes Fialho, seria definitivamente concluída tão somente no último quartel do Setecentos.⁵⁸ Para tanto, coube a Manoel da Silva Reis (?-c.1779), o sucessor de Domingos Fialho na capitania-mor, finalizar sua construção. Devido ao efetivo empenho em concluí-la, Silva Reis foi contemplado, em 1778, pelo governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, com uma enorme sesmaria de 5.630 braças de testada por duas léguas de sertão, correspondente a 3.378 alqueires geodésicos.⁵⁹ Lobo de Saldanha concedeu, ainda, poderes a Manoel da Silva Reis para que distribuísse, a partir do quinhão recebido, porções de terras aos indivíduos que haviam cooperado com a construção daquela Estrada. Consta que o capitão-mor teria concedido 13 sesmarias, cada qual contendo cerca de uma légua em quadra (900 alqueires geodésicos).⁶⁰ Quase seis décadas mais tarde, a Câmara Municipal de Bananal informava, em Ofício de 3 de novembro de 1836 dirigido ao presidente da província de São Paulo, que “[...] existem no município doze sesmarias, todas com proprietários e cultivadas. Existe terrenos devolutos no Sertão, que intermedia esta Vila, e a Cidade de Angra, entre as Serras, ou Estradas denominadas

⁵⁷ MARQUESE, Rafael de B.; SALLES, Ricardo. A cartografia do poder senhorial: cafeeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 100-129.

⁵⁸ MOTTA, 1999, p. 35-37; RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. **O Caminho Novo: povoadores do Bananal**. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 23-27 (Coleção Paulística, XVIII); CARRILHO, Marcos J. **As fazendas de café no Caminho Novo da Piedade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU-USP, São Paulo, 1994. p. 13-20. Mais detalhes a respeito do Caminho Novo da Piedade podem ser lidos em: REIS, Paulo P. dos. **O Caminho Novo da Piedade no nordeste da capitania de São Paulo**: apontamentos para o estudo do “Caminho Novo da Freguesia de N. Sa. da Piedade à Fazenda Santa Cruz dos Padres Jesuítas” – 1725-1822. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971; TOLEDO, Francisco Sodero. **Estrada Real: Caminho Novo da Piedade**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

⁵⁹ De acordo com o IBR de 1819, os herdeiros do capitão-mor Manoel da Silva Reis detinham 1.136,560 alqueires geodésicos de terras (4,7% do total) e 64 cativos (7,2% do total). A viúva, Inês Gonçalves da Cruz (c.1748-c.1826), proprietária absenteísta, residente na vila de Guaratinguetá, era dona de 776,560 alqueires e 18 escravizados. Dentre os filhos, o capitão Máximo José da Silva Reis possuía 240 alqueires e 22 cativos; o alferes José da Silva Reis era dono de 60 alqueires e seis cativos; por fim, o capitão Antônio José da Silva Reis era proprietário de 60 alqueires e 18 escravizados. Cf. APESP, 1819 (nº 128, 129, 130, 131).

⁶⁰ RAMOS, Agostinho Vicente de Freitas. **Pequena história do Bananal**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. p. 25-32.

do Ramos e Ariró”.⁶¹ Ao que parece, essas 12 sesmarias correspondiam àquelas 13 sesmarias distribuídas por Manoel da Silva Reis no último quarto do século XVIII. No entanto, deve-se frisar a necessidade de novas pesquisas de modo que seja possível investigar de forma apropriada as sesmarias concedidas em Bananal, o que permitirá recuperar os nomes dos primeiros sesmeiros bem como o histórico de sucessão de tais propriedades agrárias.

A concessão de terras em sesmarias pela Coroa portuguesa e pelas autoridades coloniais não explica, por si mesma, a concentração da propriedade fundiária em Bananal, no Vale do Paraíba Paulista e na capitania de São Paulo. Investigando a apropriação de terras rurais em São Paulo, Nelson Nozoe constatou – com base em 1.367 cartas de sesmarias doadas entre 1568 e 1822 na capitania de São Paulo – que o índice de Gini era equivalente a 0,535, indicando, assim, uma concentração fundiária de grau médio a forte. Porém, a partir das tão somente 279 cartas de confirmação de sesmarias, expedidas entre 1710 e 1822, o mesmo autor encontrou um índice de Gini relativamente menor, da ordem de 0,441.⁶² O que estes dados parecem sugerir é que as sesmarias teriam tido um peso significativo no processo de concentração fundiária em toda a capitania de São Paulo. Entretanto, outros fatores – como a compra, a posse e a herança – teriam interferido igualmente no aprofundamento da desigualdade social no que se refere à propriedade agrária no início do século XIX.

Baseando-se nos IBRs (1818) do Oeste Paulista (vilas de Itu, Jundiaí, Porto Feliz e Piracicaba), Carlos Bacellar assinalou que, na fase de crescimento da produção açucareira, a compra correspondeu ao principal mecanismo de apropriação fundiária utilizado pela elite agrária do açúcar. De acordo com o autor, quase 70% das 159 propriedades analisadas teriam sido obtidas por esse meio.⁶³ Infelizmente, não há informações sobre as formas de aquisição de terras pelos bananalenses, pois tais dados não foram recolhidos pelos recenseadores no cadastro rural. De todo modo, pode-se especular que a compra deve ter tido igualmente uma importância relevante na apropriação fundiária em toda a região do Vale do Paraíba, tendo em vista que, das décadas de 1770 (quando as sesmarias foram concedidas) até 1810 (data do cadastro rural), houve tempo suficiente para que as primeiras secessões hereditárias ocorressem.

Um caso em particular permite entrever a importância das compras no processo de formação da rede fundiária em Bananal. Em 18 de agosto de 1794, Joaquim Ferreira Pena (c.1763-1848) comprou de seu sogro, Francisco Gonçalves Pena, uma grande propriedade rural,

⁶¹ LIVRO dos Requerimentos de Ofícios, Leis, Portarias e Provisões da Câmara Municipal de Bananal. MMN: Cruzeiro, 1836-1838. Ofício de 3 de novembro de 1836. fls. 67v-69.

⁶² NOZOE, 2008. p. 90-92; 138-140 (Tabelas 2.2 e 2.6). Vale notar que, a partir do ano de 1710, as sesmarias doadas pelos governadores deveriam ser obrigatoriamente homologadas pelo Rei.

⁶³ BACELLAR, 1997 (Tabela 24).

de 1.125 alqueires geodésicos (1.500 braças de testada x 7.500 braças de fundo), às margens do Caminho Novo da Piedade.⁶⁴ Esta propriedade fora adquirida, originalmente, em sesmaria passada pelo general Francisco da Cunha Meneses em 4 de março de 1784, que, a seu turno, a havia comprado aos primeiros povoadores do “[...] sertão do Caminho Novo, que se abriu para o Rio de Janeiro [...]”, Maria Francisca das Neves, João Pereira Caldas e Manoel Francisco de Toledo.⁶⁵

O processo de transferência da fazenda Arribada permite, ainda, elucidar um outro aspecto da estrutura fundiária em áreas fronteiriças. As primeiras ondas de ocupação da fronteira abarcavam, normalmente, muitos posseiros, grandes e pequenos. Esses desbravadores, sobretudo os pequenos posseiros, eram responsáveis pela abertura de clareiras na mata, onde construía seus ranchos, plantavam mantimentos e criavam animais. Ao fazê-lo, revelavam a existência de terras férteis naquela região, atraindo a atenção de sujeitos dotados de recursos. Esses novos entrantes poderiam solicitar cartas de sesmarias junto às autoridades coloniais; poderiam, ainda, adquirir essas glebas mediante a compra; ou poderiam simplesmente expulsar os primeiros desbravadores.

Carlos Bacellar demonstrou que, no Nordeste Paulista (Franca, Batatais, Cajuru e São Simão), nas décadas que antecederam a implantação da cultura cafeeira na região, inúmeros indivíduos se apossaram dos terrenos devolutos quando migraram para aquelas localidades. Com o suceder das gerações, essas grandes propriedades rurais foram se fragmentando. Às vésperas da montagem das fazendas de café, cujo processo tem início apenas com a chegada das ferrovias, aquela miríade de pequenas propriedades seriam reaglutinadas, gerando assim um novo processo de concentração fundiária. O que o autor procurou mostrar é que as posses e sesmarias iniciais tendem a se fragmentar, por conta das sucessões, para eventualmente serem reunidas por compra.⁶⁶

⁶⁴ Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN). [Requerimento para Confirmação de Sesmaria]. Requerente: Joaquim Ferreira Pena, 18 ago. 1814. Em razão do Alvará Régio de 25 de janeiro de 1809, que estipulava que a expedição de cartas de sesmarias (concessão ou confirmação) seria entregue somente após a medição, demarcação e tombamento da propriedade, o guarda-mor Joaquim Ferreira Pena peticionou, em agosto de 1814, na Corte do Rio de Janeiro, o requerimento para a confirmação de sua sesmaria. Para tanto, apresentou a carta original de sesmaria bem como a competente dispensa referente ao lapso temporal em que deveria ter impetrado a dita confirmação.

⁶⁵ Vale notar que, no contrato de compra-venda, Joaquim Ferreira Pena adquiriu, além das terras, todos os bens de raiz e semoventes existentes na Arribada. Avaliada em 4:000\$000, o novo proprietário entregou à vista 3:200\$000; e firmou o compromisso de, em dois anos (1796), desembolsar mais 300\$000; e a quantia restante seria paga em parcelas anuais de 200\$000. Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN), 1814.

⁶⁶ BACELLAR, Carlos de A. P. Uma rede fundiária em transição. In: _____; BRIOSCHI, Lucila R. (orgs.). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 91-116.

Independentemente do modo pelo qual as propriedades fundiárias bananalenses foram adquiridas – sesmaria, compra, posse ou herança –, a concentração fundiária impactou, de forma decisiva, as formas de exploração da paisagem agrária no decurso de todo o século XIX. Essa prática secular de concentração de terras – legado colonial da América portuguesa – acabou sendo um vetor decisivo para a maior competitividade do café brasileiro, ao dar as bases para a prática da exploração extensiva dos recursos naturais assentada na exploração intensiva dos trabalhadores escravizados. Na década de 1810, os agentes coevos, notadamente os proprietários rurais, não dispunham ainda de elementos para prever que a produção cafeeira escravista despontaria como a atividade econômica mais importante do Império. No entanto, a janela de oportunidades, aberta a partir de 1815, com a alta acentuada nos preços do café no mercado mundial, permitiu aos proprietários rurais, que já dispunham de muitas terras em matas virgens, explorar esses recursos naturais com base no uso intensivo da mão de obra escravizada. O tipo de cultura que seria praticado no Vale do Paraíba – primeiro a cana-de-açúcar e, posteriormente, o café – manteve a posse da terra concentrada nas mãos dos senhores situados nos degraus superiores da pirâmide social. Pode-se afirmar, portanto, que a concentração fundiária em Bananal antecedeu a própria montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, uma vez que, nos anos 1810, os agricultores ainda estavam experimentando com a planta do café.

Nem todas as propriedades rurais bananalenses contavam com o uso de mão de obra cativa nas atividades agrícolas. Dos 84 senhores arrolados no IBR de 1819, 60 (71,4% do total) detinham a posse de escravizados. E cada proprietário tinha, em média, 15 cativos. Havia, no entanto, uma notável desigualdade na distribuição de escravos entre os donos de terra, pois o índice de Gini igualou-se a 0,680, denotando, assim, uma concentração social de cativos de grau médio a forte. De acordo com a **Tabela I.2**, evidencia-se o profundo desequilíbrio, em Bananal, na distribuição da posse de escravizados em comparação a outras regiões do Vale do Paraíba (Areias, Queluz e Taubaté) e do Oeste Paulista (Jundiaí). Nestas regiões, os indicadores estatísticos mostraram-se menos elevados frente aos de Bananal, o que revela o peso das atividades açucareira e cafeeira na conformação da posse de cativos nessa freguesia.

Tabela I.2 – Indicadores Estatísticos Gerais da Posse de Escravizados em Algumas Regiões (1817-1819)

Indicadores	Bananal ^(a)	Areias ^(b)	Queluz ^(c)	Taubaté ^(d)	Jundiá ^(e)
Média	15	8	5	8	10
Mediana	5	5	4	-	-
Índice de Gini	0,680	0,532	0,435	0,51	-

Fontes: (a), (b) e (c) APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias, 1819; (d) RANGEL, Armênio de Souza. Dilemas da historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 351-368, abr.-jun. 1998 (361); (e) FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 205-222 (216). **Notas:** (a) 60 proprietários e 886 cativos; (b) 81 proprietários e 653 cativos; (c) 18 proprietários e 90 cativos; (d) 128 proprietários e 1.034 cativos; (e) 100 proprietários e 998 cativos. Para Bananal, Areias e Queluz, os dados foram extraídos tão somente do IBR. No caso de Taubaté, os dados aludem aos donos de terra com escravos encontrados na Lista Nominativa de 1817. Quanto a Jundiá, os informes correspondem aos proprietários rurais escravistas presentes na Lista de 1818.

As propriedades agrárias com escravizados tinham perfil marcadamente distinto em relação aos estabelecimentos não escravistas. Os senhores de escravos de Bananal controlavam parcela majoritária da área registrada no IBR: 22.147 alqueires geodésicos (91,9% do total). Além do mais, o tamanho médio destas unidades produtivas era relativamente superior ao dos estabelecimentos que não dispunham de trabalhadores escravizados: no primeiro caso, a dimensão média era igual a 218 alqueires geodésicos,⁶⁷ ao passo que, no segundo, era de 35 alqueires;⁶⁸ já os donos de terra não escravistas possuíam tão somente 1.957 alqueires (8,1% do total). As duas formas de riqueza (terras e escravos) estavam intrinsecamente associadas, tendo em vista que o coeficiente de correlação (**R**) entre as duas variáveis igualou-se a 0,571,⁶⁹ denotando, assim, uma correlação positiva moderada.⁷⁰ Dito de outro modo, a dimensão das escravarias estava diretamente relacionada ao tamanho das propriedades ou vice-versa. Os

⁶⁷ Para o cálculo da área média das propriedades agrárias dos escravistas, retiramos da amostra as terras do capitão Hilário Gomes Nogueira, com 5.661 alqueires geodésicos, e as de dona Quitéria Rita do Espírito Santo, com 3.600 alqueires. Se tais propriedades fossem incluídas, a área média se elevaria a 363 alqueires. Cf. APESP, 1819 (nº 193, 212).

⁶⁸ Exclusive as propriedades de José do Prado e herdeiros, com 735 alqueires geodésicos, e de Jacinta Maria, com 450 alqueires. Caso fossem incorporadas à amostra, a área média aumentaria para 82 alqueires. Cf. Ibid. (nº 207, 140).

⁶⁹ Exclusive as duas maiores propriedades, a do capitão Hilário Gomes Nogueira, com 5.661 alqueires geodésicos, e a de dona Quitéria Rita do Espírito Santo, com 3.600 alqueires. Cf. Ibid. (nº 193, 212).

⁷⁰ O coeficiente de correlação (**R**), obtido a partir da raiz quadrada de R^2 , é uma medida do grau de relação entre duas variáveis quantitativas e exprime o grau de correlação através de valores situados entre -1 e 1. Quando o **R** se aproxima de 1, observa-se um aumento no valor de uma variável quando a outra também aumenta, ou seja, há uma **correlação linear positiva**. Quando o **R** se aproxima de -1, também é possível dizer que as variáveis são correlacionadas, mas quando o valor de uma variável aumenta o da outra diminui. Neste caso, há uma **correlação linear negativa**. O coeficiente de correlação positivo é classificado da seguinte maneira: 0,0 a 0,3 = *desprezível*; 0,3 a 0,5 = *fraco*; 0,5 a 0,7 = *moderado*; 0,7 a 0,9 = *forte*; 0,9 a 1,0 = *muito forte*.

índices correlatos para Areias ($R=0,558$),⁷¹ Queluz ($R=0,383$)⁷² e Taubaté ($R=0,323$)⁷³ reforçam o argumento do vínculo intrínseco entre terras e mão de obra cativa. Ao que parece, a atividade econômica, isto é, o tipo de uso que se fazia do solo, poderia determinar o grau de correlação entre os fatores de produção. A freguesia de Bananal e a vila de Areias (paróquia-sede) encontravam-se, a essa altura, integradas a uma agricultura de exportação (açúcar, aguardente e café), o que explica, em larga medida, o acentuado grau de correlação entre terras e escravos. A vila de Taubaté e a freguesia de Queluz, ao contrário, tinham uma economia voltada basicamente ao mercado interno, com poucos vínculos com a economia global.

1.3 A classificação das propriedades rurais

Estes breves informes iniciais acerca da rede fundiária de Bananal nos instigaram a classificar as propriedades rurais segundo faixas de tamanho de superfície (FTS), tendo em vista essencialmente o perfil socioeconômico dos proprietários. Mas qual a relevância de se propor este tipo de classificação das propriedades agrárias? Em que pesem os esforços empreendidos por inúmeros estudiosos que procuraram descortinar a estrutura fundiária no Império do Brasil, há poucos trabalhos disponíveis com propostas consistentes de classificação das propriedades a partir da composição socioeconômica dos senhores de terra.

Dentre as poucas exceções, cabe destacar a pesquisa de José Luiz de Freitas. Este autor buscou “[...] analisar as relações entre as estruturas fundiária e domiciliar em Jundiaí, no início do século XIX, procurando verificar as diferenças da organização dos domicílios nas diversas camadas sociais do meio rural”. Partindo, então, do entrecruzamento do IBR (1818) com a Lista Nominativa (1818), o autor classificou os proprietários rurais em pequenos (até 30 ha), médios (30 a 150 ha), grandes (150 a 500 ha) e latifundiários (mais de 500 ha).⁷⁴ Para tanto, levou em conta “[...] a área do imóvel, posse de escravos e produção, tendo como pano de fundo o sistema de uso do solo”. Vale notar que, nesse período, a economia de Jundiaí estava assentada em

⁷¹ Exclusive a maior unidade produtiva, denominada Bonito, pertencente a João Antunes Fialho, com 1.687,5 alqueires geodésicos. Cf. APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia de Areias), 1819 (nº 80).

⁷² Cf. *Ibid.*

⁷³ RANGEL, 1998, p. 361.

⁷⁴ Convertendo-se a área em hectares para o alqueire geodésico, temos o seguinte quadro: pequenos (até 6,2 alqueires), médios (6,2 a 31,0 alqueires), grandes (31,0 a 103,3 alqueires) e latifundiários (mais de 103,3 alqueires). Um (1) alqueire geodésico é igual a 4,84 ha.

quatro pilares: a cultura de cana-de-açúcar; a reexportação de gado mular; as lavouras de mantimentos; e os serviços de transporte com tropas de carga.⁷⁵

Não caberia nos limites deste trabalho esmiuçar o perfil socioeconômico de cada um dos quatro grupos de proprietários rurais. Importa destacar, no entanto, que a participação relativa de senhores de escravizados, o número médio de cativos por proprietário, a proporção de donos de terra com renda, a área média por proprietário, e o percentil de propriedades ligadas à produção de açúcar se ampliam conforme o “tipo de proprietário”. Noutros termos, há uma relação diretamente proporcional entre a riqueza angariada pelos proprietários e a dimensão de suas propriedades agrárias.⁷⁶

Para dar cabo à tarefa de classificar as propriedades rurais bananalenses,⁷⁷ elaboramos um primeiro gráfico de dispersão (**Gráfico I.1**), com o intuito de mapear, *grosso modo*, a “existência” de faixas de superfície. Neste gráfico, cada ponto representa o tamanho da propriedade de um determinado senhor, conforme o cadastro rural de 1819. É possível extrair, de forma sucinta, os seguintes elementos: 1) a existência de propriedades rurais com tamanhos variados; 2) a ausência de estabelecimentos com área entre 500 e 700 alqueires geodésicos; 3) a diminuta quantidade de propriedades com mais de 700 alqueires; 4) o grande número de estabelecimentos com menos de 100 alqueires. À primeira vista, a estrutura fundiária bananalense tinha como principal característica uma dupla deformação. De um lado, havia uma proliferação de propriedades com área igual ou inferior a 100 alqueires: 50 (60,2%) proprietários controlavam 1.796 alqueires (7,5% da área do município). De outro, a paisagem agrária era dominada pelos estabelecimentos com mais de 700 alqueires: 11 (12,9%) senhores concentravam cerca de 16.262 alqueires (67,5% da superfície de Bananal).⁷⁸ A disseminação de proprietários de pequeno porte, por um lado, e a concentração fundiária, por outro, eram a base da rede fundiária de Bananal na fase de montagem da cafeicultura escravista.

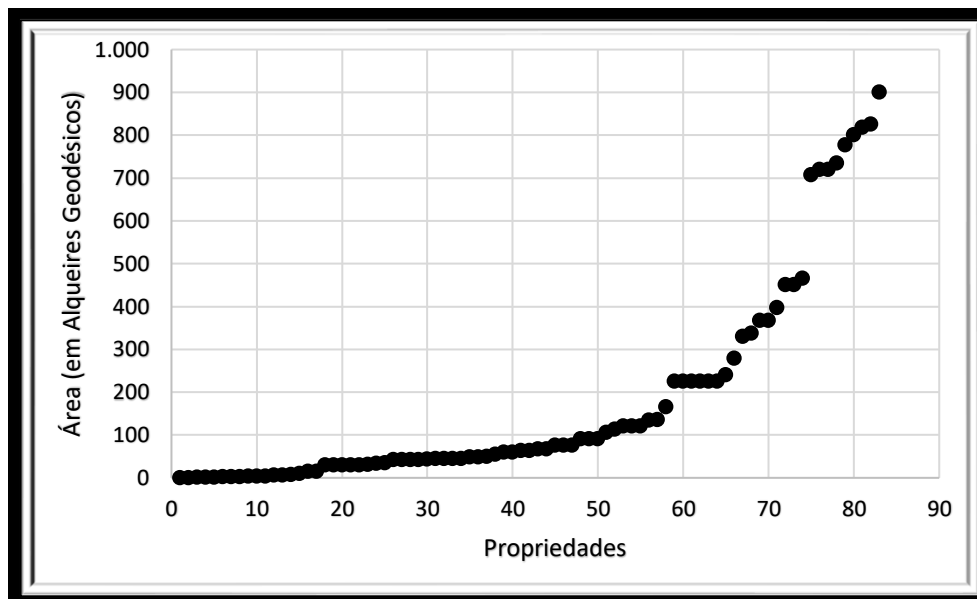
⁷⁵ FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 206.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 205-222. Armênio Rangel também traçou o perfil socioeconômico dos senhores de terra de Taubaté a partir do cruzamento dos informes disponíveis no IBR (1818) com os da Lista Nominativa (1817). Todavia, esse autor não se valeu das informações extraídas de ambas as fontes para classificar os proprietários rurais em faixas de tamanho de superfície. RANGEL, 1998.

⁷⁷ Sou grato a Angelo Carrara, Renato Marcondes e Heitor P. de Moura Filho, que me instigaram a elaborar uma proposta de classificação das propriedades agrárias de Bananal. Carrara e Moura Filho me auxiliaram diretamente na estruturação dos procedimentos metodológicos adotados. Os méritos desta proposta, portanto, são deles. E os eventuais problemas são de minha inteira responsabilidade.

⁷⁸ Inclusive o capitão Hilário Gomes Nogueira, com 5.661 alqueires geodésicos, e dona Quitéria Rita do Espírito Santo, com 3.600 alqueires. APESP, 1819 (nº 193, 212).

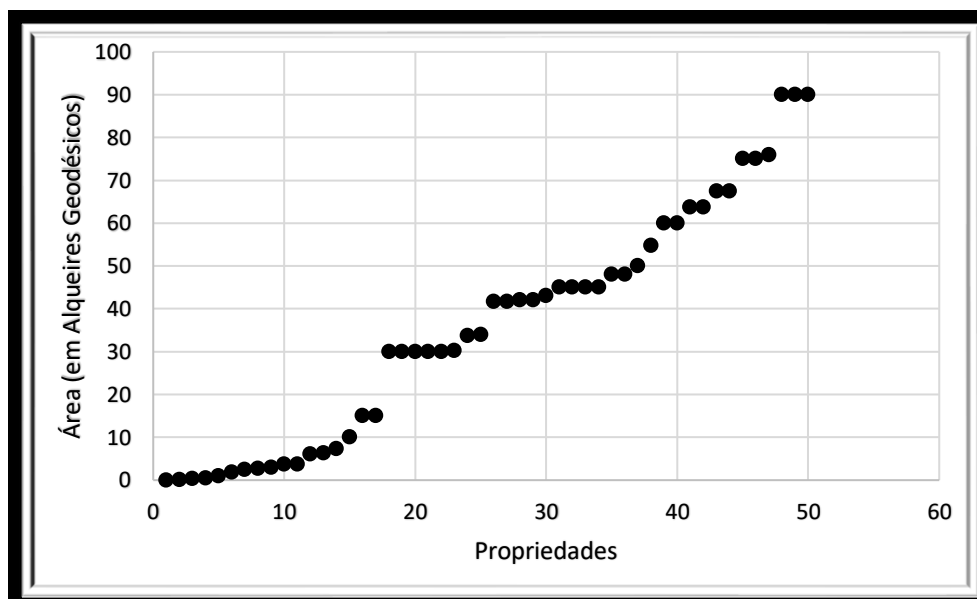
**Gráfico I.1 – Distribuição de Propriedades Rurais (com 1.000 alqueires ou menos).
Bananal, 1819**



Fonte: APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819 (83 propriedades rurais).

Nota: exclusive as duas maiores propriedades rurais, a do capitão Hilário Gomes Nogueira, com 5.661 alqueires geodésicos, e a de dona Quitéria Rita do Espírito Santo, com 3.600 alqueires.

**Gráfico I.2 – Distribuição de Propriedades Rurais (com 100 alqueires ou menos).
Bananal, 1819**



Fonte: APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819 (50 propriedades rurais).

Nota: exclusive as propriedades rurais com mais de 100 alqueires geodésicos.

Devido ao elevado número de propriedades com menos de 100 alqueires geodésicos, elaborou-se um segundo gráfico de dispersão (**Gráfico I.2**) com o objetivo de ampliarmos o

foco nessas unidades agrícolas. Logo de início, percebe-se a “existência” de pelo menos quatro faixas de tamanho de superfície (FTS): 1) menos de 15 alqueires (20% dos proprietários e 0,3% da área de Bananal); 2) 30 a 34 alqueires (9,4% dos proprietários e 1% da superfície); 3) 41 a 50 alqueires (14% dos proprietários e 2,2% da área); 4) 54 a 90 alqueires (15,3% dos proprietários e 3,9% da superfície). Por si só, estas FTSs não descortinam os tipos (padrões) de propriedades correntes em Bananal no período histórico retratado. No entanto, evidencia-se que tais FTSs poderiam abarcar algumas características em comum.

Estes novos elementos corroboraram a necessidade de buscar uma classificação dos proprietários que permitisse recuperar, ainda que parcialmente, os padrões inerentes aos tipos de propriedades correntes em Bananal, no período de montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba. Para descortinar tais padrões, levamos em consideração diversos elementos, quais sejam: 1) a área da propriedade rural; 2) a existência (ou não) de cativos e a dimensão destas escravarias; 3) a participação (ou não) da mão de obra familiar nas atividades agrícolas; 4) a ocupação principal do proprietário (tipo e volume de produção); 5) a diversificação (ou não) de atividades produtivas; 6) o ciclo vital do proprietário (idade). Uma vez que o objetivo primordial consistiu em encontrar padrões entre os tipos de propriedades vigentes em Bananal, era imprescindível, portanto, traçar o perfil socioeconômico dos proprietários, o que foi feito mediante o cruzamento dos informes disponíveis no IBR (1819) com os da Lista Nominativa (1817). Para tanto, utilizamos os métodos da micro-história e a ligação nominativa de fontes, o que nos permitiu levantar uma série de dados a respeito da maioria dos senhores listados no cadastro rural.⁷⁹ Eventualmente, consultamos outras fontes, como os maços de população dos anos de 1818, 1822, 1829 e 1836, os testamentos e os inventários *post mortem*.

A título de exemplo, veja-se o procedimento adotado para encontrar, na Lista de 1817, um dos proprietários registrados no IBR de 1819. “Antônio José e seus irmãos” eram donos de uma porção de terras situada na Boa Vista, com 900 alqueires geodésicos, e detentores de 36 escravizados.⁸⁰ Sabíamos, de antemão, que, ao longo do século XIX, a família Almeida Nogueira controlaria parcela majoritária do fundo territorial no mesmo bairro da Boa Vista. A partir disso, procuramos identificar, nas diversas fontes disponíveis, os integrantes daquela sociedade e, ainda, determinar se eles eram proprietários rurais em 1819. Com esse propósito, localizamos os seguintes sujeitos na Lista de 1817: 1) o cabo Antônio José Nogueira, casado

⁷⁹ Dos autores que se valeram igualmente do método de ligação nominativa de fontes, podemos citar, entre outros: FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. São Paulo: Alameda, 2014.

⁸⁰ Cf. APESP, 1819 (nº 195).

com Mariana da Silva, ambos com 25 anos de idade; 2) Luciano José de Almeida, solteiro e com 21 anos; 3) José Ramos Nogueira, com 32 anos e cônjuge de Domiciana, de 19 anos, irmã de Antônio e Luciano. Cada qual detinha, respectivamente, 10, 12 e 17 cativos, número este muito próximo ao que seria declarado dois anos mais tarde no IBR.⁸¹ Por meio destes indícios, detectamos os sócios integrantes da sociedade Antônio José e seus irmãos.

Os três irmãos, todos naturais de Bananal, eram filhos de Luiz José de Almeida (c.1771-1814), e este, por sua vez, era descendente do alferes Pedro Rodrigues de Almeida Leal (c.1715-c.1789), português que emigrou para o Brasil e fixou residência em Baependi, Minas Gerais, em meados do Setecentos.⁸² Em 16 de fevereiro de 1780, Almeida Leal – que prestou serviços à Coroa ao cooperar com a construção do Caminho Novo da Piedade – seria contemplado com uma sesmaria “[...] no caminho novo que se abriu de Guaratinguetá para o Rio de Janeiro [...] de 3000 braças de testada com uma légua de sertão” (900 alqueires geodésicos),⁸³ cuja área era idêntica à da propriedade declarada no IBR de 1819.

Como se nota, trilhamos um longo percurso para localizar, na Lista de 1817, os proprietários de Bananal, o que nos permitiu recuperar fragmentos da trajetória dos senhores de terra locais. Dentre os 84 proprietários rurais arrolados no IBR, identificamos 69 deles (82,1% do total), a partir da Lista de 1817. Na verdade, o número total de senhores de terra igualou-se a 71, pois três irmãos eram sócios de uma propriedade na Boa Vista, conforme dito acima. Estes proprietários compreendiam tão somente 15,8% dos 449 chefes de domicílio recenseados em 1817.⁸⁴

A maioria dos indivíduos de Bananal era destituída da posse formal da terra. Os 71 fogos eram (formalmente) habitados por 341 indivíduos livres (19,3% de 1.769), 14 agregados (9,5%

⁸¹ Cf. APESP, 1817 (fogos 264, 265, 308).

⁸² RAMOS, 1978, p. 374-375.

⁸³ “[...] Pedro de Almeida Leal, Francisco Gonçalves Leite, João Barbosa de Camargo, Francisco Xavier dos Santos, Francisco Xavier da Graça e Domingos da Costa, moradores no Caminho Novo que se abriu de Guaratinguetá para o Rio de Janeiro, termo da dita Vila [de Nossa Senhora da Piedade de Lorena], que eles se achavam de posse de suas respectivas sortes de terras [como] povoadores do mesmo sertão, cultivando-as para suas famílias sem contradição e o que as ditas terras compreendem na testada 6.830 braças de Leste a Oeste e com duas léguas de sertão de Norte a Sul, partindo da parte do Rio de Janeiro com terras que foram de Manoel Antônio de Sá Carvalho até entestar com as de Francisco Gonçalves Pena, a saber: 3.000 braças de testada com uma légua de sertão [900 alqueires] a Pedro de Almeida Leal; 750 braças de testada com uma légua de sertão [225 alqueires] a Francisco Gonçalves Leite; 1.580 braças de testada com duas léguas de sertão [948 alqueires] a João Barbosa de Camargo; meia légua de testada com duas de sertão [900 alqueires] a Francisco Xavier dos Santos; as sobrequadradas de Pedro de Almeida Leal a Francisco Xavier da Graça; e a Domingos da Costa as sobrequadradas de Francisco Gonçalves Leite [...]”. Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN). **[Requerimento para Medição e Demarcação de Sesmaria]**. Requerente: Maria Rodrigues de Souza, 20 nov. 1826. Maria Rodrigues de Souza era viúva de Domingos Rodrigues da Silva. Seu finado marido havia adquirido, mediante compra, “[...] os sobejos nas sobrequadradas da sesmaria de Pedro de Almeida Leal [...]” concedidas, inicialmente, a Francisco Xavier da Graça.

⁸⁴ Padrão semelhante foi encontrado no município de Taubaté, onde 27,4% dos chefes de domicílio detinham a posse formal da propriedade fundiária. Cf. RANGEL, 1998, p. 359.

de 147)⁸⁵ e 700 escravizados (69,3% de 1.010). Ao todo, estes 1.055 habitantes perfaziam 36,1% de toda a população da freguesia. As propriedades rurais contavam, portanto, com vários fogos em seus domínios e, por isso, amplas parcelas dos bananalenses viviam em terras alheias, submetidos a algum tipo de relação de dependência para com os donos da terra.⁸⁶

Deve-se salientar que uma parcela dos sem terras habitava as propriedades pertencentes a seus próprios parentes, especialmente pais ou sogros. Tal é o caso dos primogênitos de José de Aguiar de Toledo (c.1770-1837).⁸⁷ No final da década de 1810, Toledo possuía 90 alqueires geodésicos, situado em Pinheiros.⁸⁸ Dono de 17 cativos, ele vivia juntamente com a esposa, Maria Ribeiro de Aguiar (c.1782-1853), e seis filhos: Maria, Antônio, João, Manoel, Águeda e José, com idades de 20, 17, 12, 11, 10 e três anos.⁸⁹ Segundo a Lista de 1817, outros três herdeiros, os primogênitos do casal, tinham seus próprios fogos: Francisco de Aguiar Vallim (c.1792-1856), solteiro;⁹⁰ Eufrásia Maria de São José (c.1794-1865), casada com José Gonçalves Pereira (c.1789-1843);⁹¹ e Inácia Ribeiro dos Evangelhos (c.1797-1856), consorte de Manoel Ferreira de Almeida (c.1791-1822).⁹² A numeração dos fogos, atribuída pelo recenseador da Lista, aponta que tais domicílios eram próximos ao de José de Aguiar de Toledo (pai de Francisco e sogro de Manoel) em cujas terras aquelas unidades agrícolas se situavam. Os inventários *post mortem* de Francisco de Aguiar Vallim⁹³ e Manoel Ferreira de Almeida⁹⁴ comprovam, de fato, que os domicílios de ambos estavam encravados na propriedade de Toledo.

É razoável supor, ainda, que algumas famílias sem terras poderiam residir em talhões sem que o “legítimo” proprietário tivesse ciência disso, simplesmente pelo fato de Bananal encontrar-se, àquela altura, praticamente recoberta por densas florestas. O relato coevo de Auguste de Saint-Hilaire aponta que a freguesia era repleta de matas virgens. Em 26 de abril de

⁸⁵ Para saber mais sobre os domicílios habitados pelos agregados, cf.: APESP, 1817 (fogos 52, 55, 57, 97, 101, 116, 133, 157, 197, 357, 363).

⁸⁶ Em seu estudo sobre a vila de Sorocaba, Bacellar apontou que, no último quartel do século XVIII, pouco mais de um quinto dos chefes de domicílio cultivavam terras alheias ou a favor. BACELLAR, Carlos de A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. p. 133-134.

⁸⁷ A trajetória de José de Aguiar de Toledo pode ser lida em: MORENO, 2015, p. 328-350.

⁸⁸ Cf. APESP, 1819 (nº 155).

⁸⁹ Cf. APESP, 1817 (fogo 99).

⁹⁰ *Ibid.*, (fogo 95).

⁹¹ *Ibid.*, (fogo 98).

⁹² *Ibid.*, (fogo 92).

⁹³ Cf. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656. A trajetória do complexo cafeeiro Formiga-Bela Vista, montado na década de 1810 por Francisco de Aguiar Vallim, pode ser vista no **Capítulo 5**.

⁹⁴ Cf. INVENTÁRIO de Manoel Ferreira de Almeida. Cruzeiro: MMN, 20 jul. 1823. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 74.

1822, em retorno ao Rio de Janeiro pelo Caminho Novo da Piedade (atual Rodovia dos Tropeiros), o naturalista francês anotou em seu diário que “[...] a três quartos de légua do rancho onde passamos a última noite alcançamos a Aldeia (sic) do Bananal, sede de paróquia. Esta vila (sic) fica situada num vale bem largo entre *morros cobertos de mata* e compõe-se de uma única rua”.⁹⁵

Um caso em particular elucida a assimetria na correlação social de forças entre os proprietários rurais e os agregados. Trata-se de uma família de agregados da fazenda Resgate. Em 1829, Salvador Correia de Marins contava 23 anos de idade e sua esposa, Angélica Rosa, 31 anos. Naturais do Rio de Janeiro, estabeleceram-se em Bananal por volta de 1824, pois, segundo o recenseamento, os dois caçulas do casal – Maria, de cinco anos, e Antônio, de um ano – nasceram em Bananal. Dono de cinco cativos (quatro africanos e um crioulo), Marins combinava o plantio de mantimentos com a produção de café e a criação de porcos. Colheu 34 alqueires de milho, 14 de feijão, 20 de arroz, 24 de farinha de mandioca e produziu, ainda, 20 arrobas de café e seis de toucinho.⁹⁶ Nesse período, o casal já era, provavelmente, agregado na fazenda Resgate, pertencente, na ocasião, ao coronel Inácio Gabriel Monteiro de Barros, embora não haja menção explícita desse fato na Lista Nominativa.⁹⁷ Quando, em 1833, Monteiro de Barros vendeu sua propriedade a José de Aguiar de Toledo, o casal teria se tornado, então, agregado deste último. Pouco tempo depois, entre 1835-7, o fazendeiro e o agregado lavraram na justiça um processo de “conciliação espontânea” a respeito de umas benfeitorias que Marins possuía em terras de Toledo.⁹⁸ Por meio deste processo, o agregado se comprometia a vender – de forma “espontânea”, vale reiterar – as benfeitorias situadas na fazenda Resgate. Dentre elas, constam os cafezais, as laranjeiras, os valos, as cercas, as roças de milho, os mandiocais e “todas as mais benfeitorias que nas mesmas terras se acham”. Com efeito, o objeto da ação judicial foi consumado, pois, no processo de inventário de José de Aguiar de Toledo, autuado em 1838, os cafezais, outrora pertencentes a Salvador Correia, seriam, então, arrolados pelos avaliadores.⁹⁹

⁹⁵ Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 104 (grifos nossos).

⁹⁶ APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829 (fogo 34).

⁹⁷ Ibid., (fogo 30).

⁹⁸ AUTO DE CONCILIAÇÃO ESPONTÂNEA entre José de Aguiar de Toledo e Salvador Correia de Marins. Cruzeiro: MMN, 21 jan. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 23, n. 369.

⁹⁹ Segundo o inventário *post mortem*, as benfeitorias compradas por Toledo a Marins eram as seguintes: “outro cafezal que verte para o Marins, calculado em 10 mil pés”; “outro cafezal que foi do Marins, calculado em 2 mil pés”; “outro cafezal novo que foi do mesmo Marins, calculado em 4 mil pés”; “outro cafezal pequeno, e aliás velho, que foi do mesmo Marins, calculado em 500 pés”; “uma casa que foi de Salvador Correia de Marins”. Todos estes bens de raiz foram avaliados pela quantia de 2:530\$000. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de José de Aguiar de Toledo. Cruzeiro: MMN, 9 fev. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 26, n. 427.

A rigor, não é possível saber ao certo os motivos pelos quais Salvador Correia de Marins transferiu seus bens para José de Aguiar de Toledo. A despeito disso, ao menos duas hipóteses podem ajudar a compreender este fato. Primeira: o agregado teria vendido tais bens porquanto estivesse de mudança para outro município, tanto que, de 1837 em diante, Marins e seus familiares não aparecem em nenhum inventário *post mortem* ou mesmo em quaisquer dos inúmeros processos consultados. Não se deve descartar, ainda, a hipótese de que tal sumiço se deva à ausência de bens a inventariar, já que, em tese, todos os pertences de Marins teriam sido adquiridos por José de Aguiar. Segunda hipótese: é mais provável, contudo, que Salvador Correia tenha sido coagido a liquidar o patrimônio existente nas terras de Toledo. Nesse sentido, vale mencionar, de um lado, que, dos 16,5 mil pés de café vendidos a Toledo, pelo menos um quarto deles eram novos, com menos de cinco anos, sugerindo, assim, que o cafeicultor tinha planos de permanecer no local. De outro lado, o arranque da cafeicultura escravista em Bananal, na virada dos anos 1820 para 1830, estimulou os senhores de terra a expulsar os agregados de suas propriedades agrárias. Ademais, José de Aguiar encontrava-se, à essa altura, em seu estágio final de vida, o que nos leva a crer que já estava em marcha o processo de sucessão hereditária. Sendo assim, os sucessores de Toledo poderiam julgar *per si* se – e quais – os agregados poderiam permanecer nos respectivos quinhões hereditários. Ao que tudo indica, a família de Marins acabou sendo expulsa da propriedade de José de Aguiar de Toledo.

O deslanche da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba ensejou uma série de conflitos agrários em torno da disputa pela posse da terra.¹⁰⁰ Além dos embates travados de forma violenta, outros tantos foram resolvidos pela via judicial. Em sua maioria, esses processos judiciais foram movidos por grandes (e supostos) proprietários para expulsar os pequenos posseiros, muitos dos quais viviam nas franjas dessas grandes propriedades. Desde o século XVIII, as autoridades coloniais haviam reconhecido, na prática, a legitimidade da apropriação fundiária mediante o instrumento da posse “mansa e pacífica”, desde que esse quinhão contasse com algum tipo de cultura e moradia efetiva. Nesse sentido, pode-se levantar a seguinte hipótese: para evitar que os pequenos posseiros obtivessem em direito o domínio sobre esses terrenos – apossados no período anterior ao avanço do café –, os grandes proprietários acionaram a Justiça, cujos membros geralmente faziam parte de suas redes de parentela, para expulsar os posseiros e, desse modo, garantir reservas de terra visando à expansão futura de sua produção agrícola.

¹⁰⁰ Sobre esse assunto, ver, entre outros: MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder** – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

A partir dos diversos fatores elencados nas páginas precedentes, a classificação final dos proprietários rurais cadastrados no IBR – e que foram encontrados na Lista Nominativa de 1817 – foi definida nos seguintes termos: **grupo A** (19 alqueires geodésicos ou menos), **grupo B** (20 a 47 alqueires), **grupo C** (48 a 99 alqueires), **grupo D** (100 a 235 alqueires), **grupo E** (236 a 505 alqueires) e **grupo F** (506 alqueires ou mais). Antes de delinear os padrões comungados pelas distintas camadas de proprietários, é importante nos debruçarmos, inicialmente, nas formas de utilização do solo pelos senhores de terra, na fase de montagem da cafeicultura escravista. Argumenta-se, em linhas gerais, que, na virada da década de 1810 para a de 1820, não havia, ainda, uma especialização produtiva na atividade cafeeira. Havia, isto sim, uma experimentação integrada entre as culturas da cana-de-açúcar e a do café, notadamente nas maiores propriedades agrárias. É somente no curso dos anos 1820 que os agricultores acabaram se especializando no cultivo de café.

1.4 Os usos da terra e a formação da cafeicultura

No final da década de 1810, a estrutura econômica de Bananal girava essencialmente em torno de três atividades produtivas: a *lavoura de mantimentos*; a *cultura de café*; e a *cultura de cana-de-açúcar*. De acordo com a **Tabela I.3**, os lavradores de mantimentos, donos de 11% dos cativos, representavam um terço dos proprietários e ocupavam a terça parte da superfície da freguesia. Dedicavam-se, de forma exclusiva, ao cultivo de gêneros alimentícios. Todos os lavradores cultivavam milho e feijão.¹⁰¹ Já a cultura do arroz foi declarada em seis domicílios e a produção de toucinho em 11. Só quatro fogos indicaram a produção concomitante de milho, feijão, arroz e toucinho. Esses produtores de mantimentos se situavam na base da pirâmide social, tendo em vista apenas os senhores de terra, já que a produção de mantimentos era destinada, em grande medida, à subsistência dos próprios lavradores. Contudo, deve-se assinalar que ao menos uma parte da safra deveria ser comercializada no mercado interno, pois

¹⁰¹ Exceto três dos 23 chefes de domicílio: 1) Manoel Dias, natural de São João Marcos, Rio de Janeiro, de 20 anos, e casado com Joaquina Maria de Jesus, declarou ser “agricultor novo habitante”, indicando que acabara de migrar para Bananal; 2) Antônio Ribeiro da Silva, nascido igualmente em São João Marcos, com 39 anos, e casado com Maria Custódia da Conceição, foi arrolado como “novo habitante”; 3) João Ribeiro Barbosa (herdeiro dos fundadores de Bananal), de 84 anos de idade, e casado com Inácia Maria do Espírito Santo, embora “agricultor”, não teve sua produção agrícola anotada; provavelmente, o recenseador se esqueceu de mencioná-la, dado que, em 1822, colheu: 400 alqueires de milho, 200 de feijão, 100 de arroz e 100 arrobas de café, além de ter preparado 60 arrobas de toucinho e fabricado 30 canadas de aguardente. Cf. APESP, 1817 (fogos 206, 180, 136); APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1822 (fogo 190).

os lavradores tinham que adquirir, nas casas de negócios, itens indispensáveis tanto para a sobrevivência de seus familiares, dos cativos e dos rebanhos quanto para a manutenção e/ou expansão de sua produção agrícola.¹⁰²

**Tabela I.3 – Uso das Terras Segundo a Área Ocupada e o Número de Escravizados.
Bananal, 1817-1819**

Tipo de Uso	Proprietários Rurais		Área Ocupada (em Alqueires)		Escravizados	
	N	%	N	%	N	%
Cultura de Café	36 ^(a)	50,7	4.830	32,0	173	24,7
Lavoura de Mantimentos	23 ^(b)	32,4	5.171	34,3	77	11,0
Cultura de Cana de Açúcar	5 ^(c)	7,0	2.123	14,1	160	22,9
Culturas de Café e de Cana de Açúcar	7 ^(d)	9,9	2.957	19,6	290	41,4
Total	71	100,0	15.082	100,0	700	100,0

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819.

Notas: (a) 26 (72,2%) escravistas; (b) 11 (47,8%) escravistas; (c) 5 (100%) escravistas; (d) 7 (100%) escravistas.

Grande parte dos proprietários dedicava-se às lavouras de exportação (café e/ou cana-de-açúcar) e, por conseguinte, controlavam amplas parcelas de terras e escravizados em Bananal. Os produtores exclusivos de café – grupo majoritário dentre os proprietários (50,7% do total) – possuíam pouco mais que o dobro da área declarada pelos senhores de engenho.¹⁰³ Não obstante, os plantadores de café tinham, até esse período, uma proporção semelhante de cativos (24,7% do total) em relação àqueles (22,9% do total). Uma prática muito comum entre cafeicultores e senhores de engenho era o método da policultura, que consistia, basicamente, na combinação do cultivo de mantimentos com o de café – ou açúcar e/ou aguardente, no caso dos senhores de engenho.

Os cinco proprietários voltados precipuamente à cultura da cana-de-açúcar eram minoritários frente ao conjunto de proprietários rurais de Bananal. Esses senhores de engenho perfaziam apenas 7% dos indivíduos cadastrados no IBR, controlavam 14,1% da área da

¹⁰² É o caso, por exemplo, dos tecidos, das ferramentas de trabalho e do sal.

¹⁰³ Vale mencionar que, na Lista de 1817, os produtores de açúcar e/ou aguardente não se autodeclararam – ou foram designados pelo recenseador – como senhores de engenho. Nós é que tomamos a liberdade de assim denominá-los.

freguesia e detinham a posse de 22,9% da escravaria (**Tabela I.3**). Quase todos produziam açúcar e aguardente. Aparentemente, apenas um deles, o ajudante José de Castro Silva, dono de uma propriedade de 825 alqueires geodésicos, situada no lugar Negros, fabricava somente aguardente.¹⁰⁴ Os senhores de engenho associavam a cultura da cana-de-açúcar ao cultivo de gêneros alimentícios. Em todos os domicílios houve menção à produção de milho, feijão e toucinho, e, em três deles, anotou-se, adicionalmente, a cultura do arroz.

Os sete proprietários rurais com culturas mistas, isto é, dedicados ao cultivo simultâneo de café e de cana-de-açúcar, tinham participação relativa pouco maior que os senhores de engenho. Os produtores de café e açúcar e/ou aguardente representavam um décimo dos senhores, ocupavam quase 20% do território de Bananal e mantinham o domínio de 41,4% da mão de obra escravizada. Todos eles combinavam essas lavouras de exportação com a produção de mantimentos. Em todas as propriedades arrolou-se o cultivo de milho e feijão; em uma delas indicou-se a produção adicional de arroz; em outros três fogos houve a alusão ao preparo de toucinho; e em outros dois anotou-se o cultivo suplementar de arroz bem como a produção de toucinho.

Dentre os proprietários com culturas mistas, apenas dois produziam café e aguardente. Um deles era o guarda-mor Joaquim Ferreira Pena (c.1763-1848), natural de São Salvador, Bispado de Angra dos Reis, Portugal. Em 1817, este agricultor tinha 54 anos de idade e era consorte de Inácia Gonçalves Pena (c.1773-1873), nascida no Arraial de São Gonçalo do Tambor, Comarca de Sabará, Minas Gerais.¹⁰⁵ Naquele ano, o guarda-mor possuía 40 escravizados e era dono da fazenda Arribada (706,5 alqueires geodésicos),¹⁰⁶ que, anos mais

¹⁰⁴ Cf. APESP, 1817 (fogo 367); APESP, 1819 (nº 200). No início dos anos 1820, sua propriedade mudou de jurisdição, pois este senhor de engenho não foi mais arrolado em quaisquer documentos de Bananal. É o mesmo caso de seu provável irmão, o alferes Francisco José de Castro, senhor de engenho e proprietário absenteísta de uma propriedade agrária (de 165 alqueires geodésicos) no mesmo local denominado Negros. Cf. APESP, 1817 (fogo 363); APESP, 1819 (nº 208). Para saber mais sobre os demais senhores de engenho, ver: APESP, 1817 (fogos 52, 57, 363, 364); APESP, 1819 (nº 177, 128, 208, 197).

¹⁰⁵ Cf. APESP, 1817 (fogo 30); APESP, 1819 (nº 133). A naturalidade do casal pode ser lida em seus respectivos inventários *post mortem*, especialmente nos testamentos: INVENTÁRIO do Guarda-mor Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 53, n. 987; INVENTÁRIO de Inácia Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 20 out. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 158, n. 3353. Ver ainda: INVENTÁRIO INTER-VIVOS de Inácia Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 11 set. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 79, n. 1607.

¹⁰⁶ Cf. APESP, 1819 (nº 133). É importante mencionar a divergência existente quanto à área declarada no IBR de 1819 e no Requerimento de Confirmação de Sesmaria (1814) impetrado pelo próprio Joaquim Ferreira Pena. A primeira fonte aponta que o proprietário detinha 706,5 alqueires geodésicos (3.140 braças de testada x 2.250 braças de fundo), ao passo que a segunda indica uma área equivalente a 1.125 alqueires geodésicos (1.500 braças de testada x 7.500 braças de fundo). Provavelmente, a dimensão física da fazenda Arribada era mais próxima àquela apontada no *Requerimento*, pois, em outro documento, no RPT dos anos 1850, a mesma propriedade possuía 1.100 alqueires geodésicos. Sendo assim, pode-se especular sobre a existência de um equívoco na época em que foi realizado o IBR. Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN), 1814; APESP. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858 (nº 7).

tarde, na década de 1850, passaria a ser denominada Rialto.¹⁰⁷ Na ocasião, ele colheu 800 alqueires de milho, 60 de feijão, 150 arrobas de café, fabricou 16 canadas de aguardente e preparou 54 arrobas de toucinho. Caso semelhante é o de Francisco Alves Pereira, dono de uma propriedade com 337,5 alqueires geodésicos. No ano de 1817, contava 91 anos e era casado com Ana Isabel de Jesus, de 64 anos e oriunda de São João Marcos, Rio de Janeiro. Na mesma data, este senhor de 19 escravizados produziu 200 alqueires de milho, 30 de feijão, 30 de arroz, 10 arrobas de toucinho, 40 arrobas de café e fabricou 20 canadas de aguardente.¹⁰⁸

Outros dois proprietários rurais combinavam o cultivo de café com a fabricação de açúcar. Máximo Ribeiro dos Santos (c.1767-1831), nativo de Guaratinguetá, senhor de oito escravizados, possuía 330 alqueires geodésicos, cuja propriedade situava-se no Ribeirão do [Prado]. Em 1817, tinha 48 anos de idade, e era consorte de Tereza Joaquina de Toledo, de Pindamonhangaba.¹⁰⁹ Em sua unidade agrícola, produziu, na data em questão, 26 alqueires de milho, 14 de feijão, dois de arroz, dez arrobas de café e 12 de açúcar.¹¹⁰ Por seu turno, o alferes André Lopes Correia, genro de João Barbosa de Camargo e Maria Ribeiro de Jesus (fundadores de Bananal), possuía 465 alqueires geodésicos no lugar Água Limpa. Procedente de São João Del Rei, Minas Gerais, o alferes contava 77 anos de idade, em 1817, e era marido de Ana Ribeiro Barbosa, de 85 anos, natural de Guaratinguetá. Por intermédio do trabalho de seus 12 escravizados, colheu 60 alqueires de milho, 20 de feijão e produziu oito arrobas de toucinho, 180 arrobas de café e 80 arrobas de açúcar.¹¹¹

Por fim, em três unidades produtivas havia a produção de café, açúcar e aguardente. A primeira delas, situada na Cachoeirinha (278,4 alqueires geodésicos), pertencia a Manoel

¹⁰⁷ Sobre a fazenda Arribada/Rialto, ver: TIRELLO, Regina A. O caso da destruição das pinturas murais da sede da Fazenda Rialto, Bananal. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 277-334, jul.-dez. 2005; FRANCO, Elizeu M. et al. Evolução construtiva da casa de morada da Fazenda Rialto: da casa do trabalho à casa senhorial. In: PESSOA, Ana; MALTA, Marize (org.). II Colóquio Internacional 'Casa senhorial: anatomia dos interiores'. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 54-68.

¹⁰⁸ Cf. APESP, 1817 (fogo 425); APESP, 1819 (nº 211). Já no início dos 1820, o casal não figurou em nenhum dos documentos consultados. Sua propriedade mudou de jurisdição, passando a pertencer à vila de São João do Príncipe, Rio de Janeiro. Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN). [**Requerimento para Medição e Demarcação de Sesmaria**]. Requerente: Francisco Antônio do Rosário, 9 jul. 1821. Francisco A. do Rosário havia adquirido, mediante compra a Francisco Alves Pereira, em 30 de abril de 1821, 450 alqueires geodésicos de terra (1.500 braças de testada x 3.000 braças de fundo) “[...] sitas no Rio do Braço agora pertencentes a Comarca desta cidade do Rio de Janeiro por efeito da nova divisão que se fez de uma, e outra Comarca [...]”.

¹⁰⁹ Informações sobre Tereza Joaquina de Toledo podem ser lidas em: AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO de Francisca Tereza de Toledo. Cruzeiro: MMN, 29 jul. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 61. Neste processo, a sogra de Máximo Ribeiro dos Santos, Francisca Tereza de Toledo, habilita-se como herdeira de sua filha, que faleceu em 1822.

¹¹⁰ Cf. APESP, 1817 (fogo 26); APESP, 1819 (nº 132).

¹¹¹ Cf. APESP, 1817 (fogo 148); APESP, 1819 (nº 175). A respeito da naturalidade de André L. Correia, ver: INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS do alferes André Lopes Correia. Cruzeiro: MMN, 27 mar. 1829. Cartório do 1º Ofício, caixa 10, n. 160. Ver também: INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS de Ana Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 28 jan. 1830. Cartório do 1º Ofício, caixa 11, n. 174.

Rebello da Rosa (c.1776-1819). Em 1817, este senhor, dono de oito escravizados, nascido em Lisboa, Portugal, contava 41 anos de idade e era esposo de Tereza Maria dos Santos (?-1836), com cerca de 46 anos e oriunda de Guaratinguetá. No mesmo ano, obteve uma safra de 150 alqueires de milho, 22 de feijão, 32 arrobas de café e 24 de açúcar, além de ter produzido 40 arrobas de toucinho e 12 canadas de aguardente.¹¹² Manoel Rebello conciliava a produção agrícola com a atividade comercial, pois em sua propriedade havia “venda” e dois “ranchos de passageiros”.¹¹³ A estrutura erigida pelo proprietário permitia aos tropeiros, que transitavam pela estrada, um local para o pernoite, com abrigo, alimentação e suporte necessário para as tropas de mulas e para os seus encarregados.¹¹⁴ A segunda propriedade, fazenda Conceição (720 alqueires geodésicos), pertencia ao maior detentor de escravizados em Bananal, o alferes Luiz Gonçalves Lima, de 47 anos, casado com Joana Maria de São Joaquim, de 57 anos. Dono de 169 cativos, colheu, em 1817, 600 alqueires de milho, 150 de feijão, 140 de arroz, 70 arrobas de café e 800 de açúcar, além de produzir 60 arrobas de toucinho e 400 canadas de aguardente.¹¹⁵ Por fim, a terceira e última unidade produtiva dedicada à produção de café, açúcar e aguardente, denominada Três Barras, era do tenente Antônio Barbosa da Silva.¹¹⁶

Havia uma clara hierarquia no interior do próprio grupo de proprietários rurais. Observemos, primeiramente, o tipo de mão de obra empregada nas distintas lavouras. Os *lavradores de mantimentos* (23 ao todo) utilizavam basicamente mão de obra livre familiar. Em doze estabelecimentos não escravistas havia, em média, de três a quatro indivíduos em idade produtiva (com oito anos de idade ou mais) na faina agrícola.¹¹⁷ Já as outras onze propriedades, que dispunham de escravizados, provavelmente não usavam de forma exclusiva essa força de

¹¹² Cf. APESP, 1817 (fogo 31); APESP, 1819 (nº 134).

¹¹³ Informações a respeito de sua casa de negócio e dos ranchos de passageiros podem ser lidas em: INVENTÁRIO de Manoel Rebello da Rosa. Cruzeiro: MMN, 10 maio 1819. Cartório do 1º Ofício, caixa 1, n. 10. Ver ainda: INVENTÁRIO de Tereza Maria dos Santos. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 23, n. 360.

¹¹⁴ Em outros processos de inventário *post mortem* é possível observar, também, a existência de “rancho de passageiros”: Cf. INVENTÁRIO de José Mendes Leal. Cruzeiro: MMN, 20 jul. 1820. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 30; INVENTÁRIO de Teodora Lescura França. Cruzeiro: MMN, 17 maio 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 56; INVENTÁRIO do capitão Joaquim Gomes de Siqueira Mota. Cruzeiro: MMN, 18 maio 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 57; INVENTÁRIO de Ana Joaquina de Jesus. Cruzeiro: MMN, 24 set. 1829. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 195.

¹¹⁵ Cf. APESP, 1817 (fogo 361); APESP, 1819 (nº 199).

¹¹⁶ Cf. APESP, 1817 (fogos 151); APESP, 1819 (nº 176). A trajetória do complexo de fazendas pertencente ao tenente Barbosa da Silva será devidamente analisada no **Capítulo 5**.

¹¹⁷ Cf. APESP, 1817 (fogos 60, 76, 80, 84, 93, 100, 129, 169, 179, 206, 234, 238). Os indivíduos em idade produtiva, na verdade, eram aqueles que possuíam idade igual ou superior a 10 anos. Entretanto, para efeitos de análise, levaram-se em consideração os sujeitos com oito anos ou mais, pela seguinte razão: como os informes acerca dos indivíduos são provenientes da Lista Nominativa de 1817, elaborada dois anos antes do IBR (1819), ponderamos que seria conveniente incluir na categoria “em idade produtiva” as crianças que tinham oito anos, na medida em que, dois anos mais tarde, em 1819, elas já teriam 10 anos, cuja idade corresponderia ao início de sua utilização como mão de obra.

trabalho. Pelo menos seis lavradores – todos com quatro ou menos cativos – combinavam a mão de obra familiar com a de trabalhadores escravizados.¹¹⁸ Em média, estes proprietários tinham cerca de dois cativos e de três a quatro trabalhadores livres. Por fim, os cinco lavradores escravistas – quase todos com cinco a 19 cativos – não dependiam, aparentemente, da força de trabalho familiar para as tarefas nas lavouras: em média, havia cerca de 15 cativos e de três a quatro livres por unidade produtiva.¹¹⁹

No caso das *propriedades cafeeiras* (36 ao todo), havia um amplo predomínio da força de trabalho cativa, pois 26 senhores detinham a posse de escravizados. Os dez domicílios não escravistas controlavam apenas 5,7% das terras com cultura de café e tinham, em média, quatro trabalhadores livres labutando no eito.¹²⁰ Já os fogos escravistas subdividiam-se em dois grupos. O primeiro – formado por dez propriedades (quase todas com quatro ou menos cativos) – combinava mão de obra livre com braços cativos, e dominava 23,2% das terras com café.¹²¹ Nelas havia, em média, de quatro a cinco trabalhadores livres e de três a quatro cativos. O segundo – composto por 16 domicílios (quase todos detentores de cinco a 19 cativos) – contava essencialmente com a força de trabalho cativa, e concentrava 71,1% das terras dedicadas à cultura cafeeira.¹²² Neste caso, o número médio de cativos era de nove e o de trabalhadores livres igualava-se a três. Não à toa, a área média dessas propriedades (214 alqueires geodésicos) era superior à dos cafeicultores que combinavam o uso do trabalho de escravizados com o de seus familiares (112 alqueires).

Por seu turno, nas propriedades dedicadas exclusivamente à *cultura de açúcar* (cinco casos) empregavam-se apenas trabalhadores escravizados.¹²³ Neste grupo, o número médio de cativos por proprietário igualou-se a 32. Finalmente, os senhores que cultivavam, de forma simultânea, *cana-de-açúcar e café* (sete casos) utilizavam, igualmente, somente a mão de obra cativa.¹²⁴ Neste caso, eles tinham, em média, 20 escravos.¹²⁵

Com base em tais informações, pode-se apontar que os senhores de engenho e os agricultores com produção mista (culturas de cana-de-açúcar e de café) situavam-se no topo da

¹¹⁸ Cf. APESP, 1817 (fogos 3, 37, 131, 161, 180, 187). A hipótese se embasa na seguinte perspectiva: se o número de familiares e/ou agregados em idade produtiva era igual ou superior ao de cativos, haveria, provavelmente, o emprego de membros da família do proprietário nas atividades agrícolas.

¹¹⁹ Cf. APESP, 1817 (fogos 55, 56, 136, 281, 433).

¹²⁰ Cf. *Ibid.*, (fogos 18, 32, 42, 59, 85, 96, 133, 193, 228, 209).

¹²¹ *Ibid.*, (fogos 74, 97, 116, 128, 159, 160, 189, 199, 203, 357).

¹²² *Ibid.*, (fogos 75, 99, 101, 117, 120, 126, 157, 188, 194, 197, 207, 264, 265, 308, 309, 337).

¹²³ *Ibid.*, (fogos 52, 57, 363, 364, 367).

¹²⁴ *Ibid.*, (fogos 26, 30, 31, 148, 151, 361, 425).

¹²⁵ Exclusive o maior proprietário escravista, o alferes Luiz Gonçalves Lima, dono de 169 cativos. Caso o incluíssemos, a média se elevaria a 41 cativos por proprietário. Cf. APESP, 1817 (fogo 361); APESP, 1819 (nº 199).

hierarquia social, se considerarmos apenas os proprietários presentes no IBR (1819). Estes proprietários I) utilizavam apenas trabalhadores escravizados nas tarefas agrícolas, dispensando, deste modo, o uso da mão de obra de seus parentes; II) tinham, em média, mais cativos que os demais agricultores; III) possuíam, em média, mais terras que os outros proprietários;¹²⁶ IV) e tinham mais capital “empitado” em bens de produção, uma vez que os maquinários necessários para a fabricação de açúcar não eram acessíveis a todos os agricultores.¹²⁷

Os casos supracitados mostram com clareza o processo de experimentação integrada da cultura do açúcar com a do café, na virada dos anos 1810 para 1820, no Vale do Paraíba. Com efeito, na primeira década do século XIX, os agricultores escravistas que dispunham de capitais investiram, inicialmente, na atividade açucareira, após a rebelião escrava de Saint-Domingue.¹²⁸ É o caso, por exemplo, de três proprietários, que, ao se tornarem senhores de engenho justamente nesse período, acumularam grande patrimônio: o capitão Hilário Gomes Nogueira, o sargento-mor Brás de Oliveira Arruda e o guarda-mor Joaquim Ferreira Pena. Como se sabe, já havia todo um saber agrônômico estabelecido há séculos no Brasil a respeito dos métodos empregados na produção de açúcar e aguardente. Por conta disso, quando eclodiu a rebelião escrava na possessão francesa, os proprietários rapidamente mobilizaram capitais para investir no cultivo de cana-de-açúcar.¹²⁹ É provável que, entre os anos de 1790 e 1820, tenha havido aumento na produção açucareira e de cachaça em Bananal. Até o presente momento, não foi possível coletar dados referentes à produção de açúcar/aguardente para o período de 1790 a 1810. Sabe-se, no entanto, que, em 1817, a exportação de açúcar igualou-se a 3.186 arrobas, e a fabricação de aguardente atingiu o montante de 104 mil litros. Por sua vez, em 1818, os recenseadores arrolaram a produção de 7.065 arrobas de açúcar e 130 mil litros de aguardente.¹³⁰ Com base nesses números, pode-se apontar a tendência à ampliação no volume da produção desses artigos até o final da década de 1810.

¹²⁶ Nas *lavouras de mantimentos* a área média era igual a 71 alqueires geodésicos; nas *propriedades cafeeiras*, o índice correlato era de 142 alqueires; nas *unidades produtoras de açúcar e/ou aguardente*, a média igualou-se a 425 alqueires; por fim, nas *propriedades mistas* (cana-de-açúcar e café), o tamanho médio era de 423 alqueires. Vale destacar que, para o caso das *lavouras*, excluímos a maior detentora de terras, dona Quitéria Rita do Espírito Santo, com 3,6 mil alqueires; caso a incluíssemos, a média subiria para 225 alqueires. Cf. APESP, 1817 (fogo 433); APESP, 1819 (nº 212).

¹²⁷ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850.** (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005.

¹²⁸ Sobre este assunto, ver, entre outros: PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851).** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

¹²⁹ MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 353-354.

¹³⁰ Na Lista de 1817, a produção de aguardente foi registrada em *barris* (1.203 barris ao todo) ou em *pipas* (cinco pipas no total); na Lista de 1818, ela foi avaliada em *barris* (1.535 barris ao todo). Cf. APESP, 1817; APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1818. Não há, na historiografia, consenso algum acerca da equivalência entre o *barril*

Os dados disponíveis nos maços de população dos anos 1820 sugerem que, nesse período, teria havido uma mudança significativa no tipo de cultura predominante em Bananal. De um lado, a fabricação de açúcar e aguardente despencou na passagem da década de 1810 para a de 1820: nos anos de 1822 e 1829, registrou-se, respectivamente, o montante de 2.400 e 3.640 arrobas de açúcar; já a feitura de aguardente totalizou 2 mil litros em 1822 e 13,4 mil litros em 1829.¹³¹ De outro lado, o cultivo de café alastrou-se pelos domicílios bananalenses e, por essa razão, as safras cresceram exponencialmente nas primeiras décadas do Oitocentos. A colheita granjeada em 1799, de apenas nove arrobas, seria ultrapassada nos anos posteriores, sobretudo a partir de meados da década de 1810: as exportações de café subiram para 806 arrobas em 1814, 4.247 em 1817, 22.472 em 1822, e 47.305 arrobas em 1829.¹³² O que esses informes sugerem é que, no decurso da década de 1820, houve uma especialização dos agricultores bananalenses no cultivo de café, tendo em vista que a retração nas exportações de açúcar/aguardente ocorreu de forma concomitante ao deslanche da produção cafeeira.

Em recente publicação, Christopher Absell argumentou que o *boom* do café brasileiro foi impulsionado pelo aumento da demanda nos portos do Atlântico Norte, associado à abolição da tarifa de importação incidente sobre o café nos Estados Unidos.¹³³ O autor assinalou que a especialização brasileira no cultivo de café, em detrimento da produção açucareira, em termos de valor de exportação, ocorreu em meados da década de 1830, devido, sobretudo, à eliminação da tarifa aduaneira. No entanto, a exemplo do caso de Bananal, pode-se afirmar que a especialização produtiva ocorreu durante os anos 1820, portanto, antes da eliminação da tarifa

e a *pipa*, o que requer investigações a esse respeito. No entanto, adotamos a equivalência estabelecida por Lisanti Filho, em que um (1) “barril de aguardente” é igual a 84,8 litros, por se tratar de uma conversão mais conservadora. Para Vasconcellos, por exemplo, um (1) barril equivale a 200 litros. Em relação à *pipa*, utilizamos o que ficou estabelecido a partir da Lei Nº 1.157 de 26 de junho de 1862, que alterou o sistema de pesos e medidas do Império do Brasil, e os dois decretos (Nº 5.089 e Nº 5.169) de 1872, que regulamentaram a Lei, em que uma (1) pipa é equivalente a 420 litros. Cf. LISANTI FILHO, Luís. **Negócios coloniais**: uma correspondência comercial no século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, 5vs. p. 79-94 apud “Pesos e Medidas”, **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, Ano 3, N. 9, março de 1996; VASCONCELLOS, Paulo Mário B. **Guia prático para o fazendeiro**. 1. ed., 1975. São Paulo: Nobel, 1983. p. 386.

¹³¹ Na Lista de 1822, a fabricação de aguardente foi registrada em *canadas* (740 canadas no total); na Lista de 1829, ela foi arrolada em *pipas* (32 pipas ao todo). Cf. APESP, 1822; APESP, 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829. Uma (1) canada é igual a 2,662 litros. Cf. LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Observações a respeito dos preços agrícolas em São Paulo (1798/1836). **The Advance-Progress** (Vidalia), São Paulo, VII, p. 1-20, 2001.

¹³² MOTTA, 1999, p. 50, 141; Cf. APESP, 1817; APESP, 1822; APESP, 1829. Cabe destacar que José F. Motta afirmou, diferentemente de nós, que, para o ano de 1829, a produção de café atingiu a soma de 45.572 arrobas. Esta divergência deve-se ao fato de que o autor considerou os valores presentes nos Mapas de Exportações, dispostos nas últimas folhas das Listas Nominativas, e não as quantias arroladas em cada um dos fogos. Cf. MOTTA, 1999, p. 141. Em outro trabalho, redigido a quatro mãos, Marcondes & Motta apontaram para o mesmo ano de 1829 a produção de 47.100 arrobas. Desta feita tendo-se em vista o montante colhido em cada domicílio. Cf. MARCONDES, Renato L.; MOTTA, José F. Preços e comercialização do café no Vale do Paraíba paulista: Bananal em inícios do século XIX. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 183-209, 1999.

¹³³ ABSELL, Christopher David. The rise of coffee in the Brazilian south-east: tariffs and foreign market potential, 1827-40. **The Economic History Review**, v. 73, p. 964-990, nov. 2020.

de importação no mercado norte-americano. Os cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba guiaram suas estratégias pelo sistema de preços internacionais.

Por fim, é importante salientar que a especialização produtiva na cultura do café, nos anos 1820, não implicou necessariamente na renúncia à produção de açúcar e/ou aguardente por parte dos proprietários rurais. Os agricultores que já possuíam os maquinários necessários para a fabricação daquelas mercadorias permaneceram com a produção de açúcar e, sobretudo, aguardente, conforme atestam diversos inventários *post mortem*.¹³⁴ No entanto, esta atividade econômica acabou sendo relegada a segundo plano, em níveis relativamente inferiores aos registrados na década de 1810. Um ponto importante a se destacar é que os agricultores que se tornaram cafeicultores na década de 1810 e, sobretudo, nos anos 1820, passaram, de pronto, a produzir café, não alocando capitais na cultura de cana-de-açúcar.¹³⁵

A montagem da cafeicultura escravista em Bananal remonta ao final do século XVIII.¹³⁶ A abertura da estrada do Caminho Novo da Piedade, em meados dos anos 1720, marca o início do povoamento da freguesia de Nossa Senhora da Piedade,¹³⁷ que atualmente abarca os

¹³⁴ Veja-se, por exemplo, os seguintes processos judiciais: INVENTÁRIO de Manoel Rebelo da Rosa. Cruzeiro: MMN, 10 maio 1819. Cartório do 1º Ofício, caixa 1, n. 10; INVENTÁRIO de José Francisco de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 13 jun. 1819. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 17; INVENTÁRIO de José Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 15 jul. 1820. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 28; INVENTÁRIO de Anastácio Alves Moreira. Cruzeiro: MMN, 27 nov. 1823. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 76; INVENTÁRIO de Antônio Rodrigues Silva. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1827. Cartório do 1º Ofício, caixa 6, n. 122; INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS de Ana Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 28 jan. 1830. Cartório do 1º Ofício, caixa 11, n. 174; INVENTÁRIO de Felícia Maria de Santana. Cruzeiro: MMN, 22 fev. 1836. Cartório do 1º Ofício, Caixa 21, n. 328; INVENTÁRIO de Tereza Maria dos Santos. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 23, n. 360; INVENTÁRIO de Domiciana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 abr. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 19, n. 305; INVENTÁRIO do tenente-coronel Luiz Gomes Nogueira. Cruzeiro: MMN, 23 jan. 1838. Caixa 26, n. 424; INVENTÁRIO de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 dez. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 28, n. 469; INVENTÁRIO AMIGÁVEL do capitão Francisco Pinto do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 4 nov. 1846. Cartório do 1º Ofício, Caixa 49, n. 889; INVENTÁRIO do Guarda-mor Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1848. Cartório do 1º Ofício, Caixa 53, n. 987.

¹³⁵ MOTTA, José F.; NOZOE, Nelson. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 253-320, mai.-ago. 1994.

¹³⁶ Este parágrafo e os seguintes estão baseados em: MORENO, 2015, p. 328-350. Nesse trabalho, procurei investigar as estratégias que teriam guiado os agricultores bananalenses durante a formação dos primeiros pés de café, além de averiguar o impacto do tráfico transatlântico de africanos na composição demográfica de suas escravarias, e a dimensão do capital amalhado por eles a partir da atividade cafeeira. Argumentei que os indivíduos que investiram na cafeicultura, nas décadas iniciais do século XIX, conduziram suas estratégias com base no sistema de preços e na crescente demanda pelo produto no mercado mundial.

¹³⁷ RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O Caminho Novo: povoadores do Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 23-27 (Coleção Paulística, XVIII); CARRILHO, Marcos J. *As fazendas de café no Caminho Novo da Piedade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU-USP, São Paulo, 1994. p. 13-20; MOTTA, 1999, p. 34-35; TOLEDO, Francisco Sodero. *Estrada Real: Caminho Novo da Piedade*. Campinas: Editora Alínea, 2009. p. 23-24. Ainda a respeito do Caminho Novo da Piedade, ver: REIS, Paulo P. dos. *O Caminho Novo da*

municípios situados na porção leste do Vale do Paraíba Paulista, dentre os quais, Lorena, Areias, Queluz, São José do Barreiro, Bananal e Arapeí. Até a década de 1780, quando se concluiu aquela Estrada, havia o predomínio, no entorno do recém-povoado de Bananal, de propriedades policultoras de pequeno porte, dedicadas à produção de milho, feijão, arroz e farinha de mandioca. Além disso, era muito comum a criação de gado suíno e bovino. O cultivo de mantimentos era destinado, especialmente, à subsistência dos lavradores, porém já havia um comércio precário de excedentes, voltado, sobretudo, à venda de milho. O excedente dessa produção era reservado, em larga medida, às tropas de mulas que começaram a circular pelo Caminho Novo da Piedade.¹³⁸ Construído com o objetivo de facilitar os contatos entre a sede do vice-reino e as minas de Goiás e de Mato Grosso, o novo caminho provocou o aumento no trânsito das tropas de mulas nos arredores do povoado, fundado com o nome de Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal, em 1783.

A agricultura comercial de gêneros alimentícios, incipiente no início do século XIX, adquiriu papel fundamental no transcurso das décadas seguintes, especialmente durante a implantação da cafeicultura em Bananal. Essa atividade econômica permitiu o deslocamento paulatino dos lavradores para a atividade cafeeira, com um grau de risco relativamente baixo. Desde fins do século XVIII, houve uma simbiose entre as culturas do milho e do café no Vale do Paraíba. Os pés de milho eram cultivados entre as fileiras dos cafezais recém-plantados, cujo objetivo era o de sombrear os arbustos em crescimento e manter os cativos trabalhando no amanho dos mantimentos.¹³⁹ Essa simbiose permitiu que inúmeros agricultores investissem na cafeicultura; porém, apenas algumas famílias se enriqueceram a partir desta cultura.

As primeiras mudas de pés de café foram introduzidas em Bananal, provavelmente, na década de 1780, logo nos primeiros anos de fundação do povoado. Contudo, o registro de sua produção apareceu pela primeira vez, na lista nominativa, apenas em 1799: três agricultores – Joaquim da Silva, Inácio Ribeiro e João Dias Gonçalves, que trabalhavam em “terras de favor” – exportaram tão somente nove arrobas do artigo.¹⁴⁰ Em 1802, só em um desses fogos, o de

Piedade no nordeste da capitania de São Paulo: apontamentos para o estudo do “Caminho Novo da Freguesia de N. Sa. da Piedade à Fazenda Santa Cruz dos Padres Jesuítas” – 1725-1822. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

¹³⁸ HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos.** São Paulo: IPE-USP, 1986. p. 13-52; MOTTA, 1999, p. 35.

¹³⁹ LUNA; KLEIN, 2005, p. 81-106; MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 356. AGUIAR, Padre João Joaquim Ferreira de. **Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café.** Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, 1836. p. 9. Este último autor apontou que, nas ruas do cafezal, podiam-se cultivar mantimentos para utilizar a capina de uma cultura em proveito da outra, economizando tempo e trabalho.

¹⁴⁰ Os três agricultores também colheram milho, feijão e arroz. Cf. MOTTA, 1999, p. 49-50.

Gonçalves, que vivia “a favor do capitão Hilário Gomes Nogueira”, se registrou a colheita de café, 40 arrobas ao todo.¹⁴¹

A rápida disseminação da cafeicultura engendrou profundas transformações na estrutura econômica dos domicílios de Bananal, nas primeiras décadas do Oitocentos. Por meio da Lista Nominativa de 1801, José F. Motta demonstrou que, no início do século XIX, o local era caracterizado, de um lado, pela produção de subsistência e de mantimentos e, de outro, pela cultura do açúcar, que, nesse momento, começa a adquirir importância no Vale do Paraíba. O povoado de Bananal – que compunha a 6ª Cia. de Ordenanças da freguesia de Areias, na vila de Lorena – contava com 978 habitantes (577 livres e 401 cativos). Dentre os 124 fogos arrolados naquela fonte, a maioria de seus proprietários – 87 (70,2%) – dedicava-se ao cultivo de gêneros alimentícios (milho, feijão, arroz e farinha de mandioca) e apenas quatro (3,2%) produziu açúcar e/ou aguardente. Quanto aos donos de escravizados (44 ao todo), 35 eram lavradores, e outros cinco possuíam engenhos de açúcar/aguardente. Os primeiros detinham 220 (54,9%) cativos, ao passo que o segundo grupo controlava 176 (43,9%) escravizados.¹⁴² Vale notar que, no mesmo ano, não se anotou a colheita de café em nenhum fogo.¹⁴³

Pouco tempo depois, a paisagem agrária de Bananal já havia sofrido o impacto do arranque da cultura cafeeira. Segundo a Lista Nominativa de 1817, a população da freguesia de Bananal – 4ª Cia. de Ordenanças da recém-emancipada vila de Areias – havia aumentado para 2.926 habitantes (1.916 livres e 1.010 cativos). Nesse ínterim, ampliou-se igualmente o número de fogos, que subiu para 449. Dentre eles, 158 (35,2%) cultivavam mantimentos (milho, feijão, arroz, toucinho e farinha de mandioca), 103 (22,9%) dedicavam-se especialmente à cultura do café e só cinco (1,1%) tinham como principal atividade econômica a produção de açúcar e/ou aguardente.¹⁴⁴ No que tange aos senhores de escravizados (121 ao todo), observa-se a presença de 62 (51,2%) cafeicultores, cinco (4,1%) senhores de engenho e 27 (22,3%) lavradores. Os

¹⁴¹ Ibid., p. 49-50.

¹⁴² Ibid., p. 46-50; 114; 128. Deve-se salientar que os informes contidos nos maços de população (listas nominativas) não podem ser aceitos sem um mínimo de precaução, devido a possíveis problemas de qualidade dessas fontes. Sobre esse assunto, ver: FERNANDEZ, Ramon V. Garcia. A consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 3, p. 477-496, set./dez. 1989; NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci del Nero da. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 21, n. 2, p. 271-284, maio/ago. 1991; NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci del Nero da. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 34, p. 175-182, 1992; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008.

¹⁴³ Embora a freguesia contasse com algumas plantações de café, a ausência desta produção pode ser explicada, provavelmente, por conta do ciclo bienal de produção do cafeeiro. Cf. AGUIAR, 1836, p. 11.

¹⁴⁴ Os demais chefes de domicílio podem ser agrupados de acordo com as seguintes ocupações: 1) “agricultor novo habitante” (13,4%); 2) “novo habitante” (20,3%); 3) negociante (2,2%); 4) sacerdote (0,9%); 5) profissional liberal (2,7%); 6) jornalista (0,9%); 7) soldado (0,2%); 8) não declarado (0,2%). Cf. APESP, 1817.

produtores de café concentravam em suas mãos grande parte da mão de obra escravizada: 645 cativos (63,9%). Por sua vez, os senhores de engenho e os plantadores de gêneros eram proprietários de 160 (15,8%) e 140 (13,9%) escravizados, respectivamente.¹⁴⁵ Esses dados atestam, portanto, a célere disseminação da cafeicultura escravista na região e, mais do que isso, denotam claramente a mudança no perfil econômico dos domicílios bananalenses.

O avanço da cultura do café em Bananal, entre os anos de 1801 e 1817, ocorreu mediante um processo paulatino de deslocamento da agricultura de gêneros alimentícios para a atividade cafeeira. Os lavradores que, nesse período, investiram no plantio de arbustos de café tiveram de lidar com um problema muito comum: a inexistência de crédito agrícola bancário. Além deste fato, os cafeeiros demoravam de três a cinco anos para dar os primeiros frutos. É sabido que o beneficiamento dos grãos de café era mais simples que o processo de produção de açúcar (moagem, fervura e filtragem), demandando, assim, menos recursos por parte dos agricultores que almejavam plantar café.¹⁴⁶ Apesar disso, os produtores necessitavam de uma renda alternativa enquanto os arbustos não entravam em plena operação. Desse modo, a alternativa encontrada por eles para autofinanciar suas plantações consistiu na combinação do cultivo de mantimentos com o de café. Não à toa, Auguste de Saint-Hilaire, ao atravessar o Caminho Novo da Piedade, em 1822, anotou a seguinte informação em seu diário de viagem: “planta-se muito comumente milho e feijão entre os cafeeiros”.¹⁴⁷ O cultivo destas leguminosas permitiu, portanto, o autofinanciamento das lavouras de café, além do que essa simbiose tinha a dupla finalidade de sombrear os cafeeiros recém-plantados e manter a mão de obra cativa trabalhando no cultivo dos mantimentos.¹⁴⁸ A mudança verificada na composição dos domicílios escravistas de Bananal, no período em questão, corrobora, assim, a hipótese de Luna & Klein a respeito do autofinanciamento dos agricultores na montagem da cafeicultura.¹⁴⁹ Possivelmente, esse modelo pode ter sido adotado por outros municípios do Vale do Paraíba que se tornaram igualmente grandes produtores de café ao longo do século XIX.¹⁵⁰

¹⁴⁵ Cf. APESP, 1817; Ver também: MOTTA, 1999, p. 47-50; 114; 128.

¹⁴⁶ LUNA; KLEIN, 2005, p. 82-83. GEGGUS, David P. Sugar and coffee cultivation in Saint Domingue and the shaping of the slave labor force. In: BERLIN, Ira; MORGAN, Philip (Ed.). **Cultivation and culture**. Labor and the shaping of slave life in the Americas. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993. p. 73-98.

¹⁴⁷ SAINT-HILAIRE, 1974, p. 102.

¹⁴⁸ LUNA; KLEIN, 2005, p. 81-106; MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 356; AGUIAR, 1836, p. 9.

¹⁴⁹ LUNA; KLEIN, 2005, p. 81-106.

¹⁵⁰ Uma hipótese alternativa à implantação da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba pode ser lida em: FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manoel G. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Esse livro obteve uma ampla repercussão na historiografia brasileira. Dentre os trabalhos que, particularmente, criticaram a hipótese relativa ao processo de montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba, ver: GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 1. ed., 1990. São Paulo: Ática, 1991; MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F.; DANIELI NETO, Mário. Mercado interno

Em fins da década de 1820, a atividade cafeeira estava sendo praticada em boa parte do território de Bananal. Conforme a Lista de 1829, a freguesia, que compreendia as 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças da vila de Areias, era composta de 422 fogos e sua população somava 4.024 habitantes (1.741 livres e 2.283 escravos). O plantio de café era praticado em 218 (51,7%) domicílios e em 145 (74,4%) fogos escravistas (195 ao todo). Os domicílios dedicados de forma exclusiva à produção de gêneros perfaziam o total de 138 (32,7%) unidades. E, por fim, havia tão somente um único senhor de engenho (0,2%).¹⁵¹ Os cafeicultores escravistas controlavam quase a totalidade da mão de obra local, 2.025 cativos (88,7%). Por outro lado, os lavradores e o produtor de açúcar/aguardente mais uma vez perderam importância relativa: o primeiro grupo, constituído por 28 escravistas (14,4%), detinha somente 71 cativos (3,1%); já o segundo possuía 105 cativos (4,6%).¹⁵² A cultura cafeeira, portanto, foi se tornando, no curso dos primeiros decênios do Oitocentos, a atividade econômica mais importante em Bananal.

O arranque no plantio de cafeeiros no Vale do Paraíba ocorreu a partir da década de 1810, muito por conta da volta da paz na Europa, e a reorganização do mercado mundial, período em que houve aumento nas cotações externas dos preços do café.¹⁵³ Os preços internos pagos aos produtores do Brasil seguiram tendências relativamente semelhantes. De acordo com o **Gráfico I.3**, observa-se que, entre 1814 e 1822, houve crescimento substantivo nos preços do café, pois a cotação da arroba do produto passou de 1\$900 para 5\$100. Entre 1822 e 1827, contudo, os preços apresentaram queda acentuada, quando, então, atingiram a menor cotação (1\$300) no período histórico em tela. De 1827 a 1830, houve uma breve recuperação – parcial, vale dizer – nos preços pagos aos produtores do Vale. Por fim, de 1830 a 1836, novamente os preços voltaram a cair, tendência esta que perduraria até o final da década de 1840.

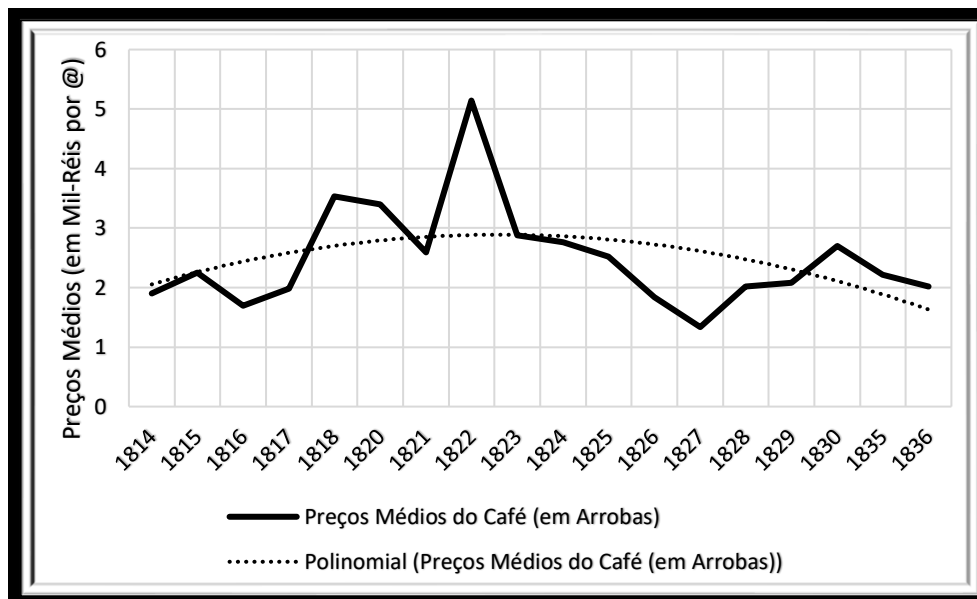
colonial e grau de autonomia: crítica às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos**: IPE-USP, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, abr./jun. 2001; MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 339-383.

¹⁵¹ As outras ocupações anotadas na Lista Nominativa pelos recenseadores foram: 1) negociante (6,2%); 2) sacerdote (0,5%); 3) profissional liberal (3,8%); 4) arreador de tropa (0,5%); 5) jornalista (0,9%); 6) “novo habitante” (2,6%); 7) “vive de esmolas” (0,2%); 8) “vive do jornal de escravos” (0,2%); 9) não declarado (0,5%). Cf. APESP, 1829.

¹⁵² Ibid. Ver também: MOTTA, 1999, p. 52; 114; 128.

¹⁵³ MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 339-383.

**Gráfico I.3 – Preços Médios do Café (em Mil-Réis por Arroba) Pagos aos Produtores.
Vale do Paraíba Paulista, 1814-1836**



Fonte: LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Observações a respeito dos preços agrícolas em São Paulo (1798/1836). *The Advance-Progress* (Vidalia), São Paulo, VII, p. 1-20, 2001.

Nota: em Bananal, o preço médio da arroba de café igualou-se, no ano de 1829, a 2\$340 (cifra 12,3% maior que a registrada no Vale).

Rafael Marquese e Dale Tomich, ao tratarem do papel do Vale do Paraíba na conformação do mercado mundial cafeeiro, apontaram que os produtores brasileiros reagiram prontamente ao sistema de preços do café no mercado internacional.¹⁵⁴ Eles argumentam que duas especificidades da cultura do artigo têm de ser levadas em conta para que se compreendam as estratégias dos cafeicultores. A primeira diz respeito ao tempo necessário entre o plantio do arbusto e a colheita dos primeiros grãos, que leva de três a cinco anos. Sendo assim, a resposta dos produtores – em termos de volume de produção – ao aumento nos preços do café só viria a partir do terceiro ano após o plantio. A segunda alude ao fato de que os pés de café têm caráter de bens de capital, isto é, depois de plantados, produzem frutos por muitos anos, cerca de duas décadas. Por conta disso, os cafeeiros não podiam ser abandonados só porque em um determinado ano a cotação dos preços estava em baixa. Os produtores de café continuavam cuidando das árvores, contando com o aumento futuro nos preços dos grãos.

Houve queda nos preços do café em Nova York (novo centro de distribuição internacional), que caíram de cerca 21 para oito *cents* de dólar por libra (equivalente a 0,453 kg), entre os anos de 1823 e 1830. No entanto, Marquese e Tomich, assim como Gorender,¹⁵⁵

¹⁵⁴ MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 339-383.

¹⁵⁵ GORENDER, 1991, p. 81-83.

apontaram que a desvalorização cambial favoreceu os cafeicultores brasileiros, que passaram a ganhar mais em mil-réis por unidade de produto nos últimos anos da década de 1820 (cf. **Gráfico I.3**). Segundo os dois autores,

Os índices das exportações brasileiras encontram notável correspondência com esses preços: a produção cresceu sensivelmente entre 1826 e 1828, fruto de cafezais que foram plantados antes de 1823, quando os preços estavam em alta; de 1828 a 1830 (cafezais plantados entre 1824 e 1826, preços externos e internos em baixa), a produção estacionou em torno de 27.000 t; de 1831 a 1834 (cafezais plantados entre 1827 e 1830, preços externos estacionados, mas os internos em alta), saltou de 32.940 t para 67.770 t.¹⁵⁶

Em um outro artigo, Rafael Marquese afirmou que,

[...] entre 1821 e 1848, os preços nominais e reais do café no mercado norte-americano tiveram queda contínua, claramente determinada pela massa crescente de produto brasileiro, o que, por sua vez, facultou a amplas parcelas da população norte-americana a aquisição do hábito de seu consumo. Vemos, aqui, o clássico mecanismo descrito pela Lei de Say, de indução do consumo pela oferta.¹⁵⁷

Entre as décadas de 1820 e 1850, o declínio (em tendência) nos preços internacionais do café, que impactou igualmente os preços internos, foi motivado justamente pelo crescimento das exportações de café do Brasil. Com efeito, a produção brasileira ampliou-se substantivamente nas primeiras décadas do século XIX. Entre 1797-1811, as exportações de café giraram em torno de 400 toneladas métricas anuais; de 1812 a 1816, com os preços do café em alta no mercado mundial, elas subiram para cerca de 1.500 t ao ano; entre 1817-21, as exportações atingiram o montante de 6.100 t anuais; entre 1822-3, elas dobraram, igualando-se a 13.500 t ao ano; por fim, em 1833, as exportações somaram 67.000 t, o que permitiu ao Brasil ascender ao posto de maior produtor mundial do produto, ultrapassando todos os seus demais competidores (Cuba, Java, Jamaica e Haiti).¹⁵⁸ Na mesma quadra histórica, a produção de café de Bananal acompanhou o ritmo de crescimento das exportações do Brasil. Em 1802, a freguesia exportou 40 arrobas de café (0,6 t); em 1814, a produção cresceu 20 vezes, igualando-se a 806 arrobas (11,8 t); em 1817, chegou a 4.247 arrobas (62,4 t); em 1822, a exportação de

¹⁵⁶ MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 357.

¹⁵⁷ MARQUESE, Rafael de B. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, jul./dez. 2013b, p. 301.

¹⁵⁸ MARQUESE, Rafael de B. A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p.855-880, out.-dez. 2009a.

Bananal multiplicou-se por cinco ao atingir o total de 22.472 arrobas (330 t); já em 1829, ela mais que dobrou, quando os cafeicultores colheram 47.305 arrobas (695 t); por fim, no ano de 1836, a produção totalizou 64.822 arrobas (953 t).¹⁵⁹

O que se pode afirmar, portanto, é que os agricultores do Vale do Paraíba tiraram grande proveito da janela de oportunidades aberta no mercado mundial nos anos 1810 para investir em uma nova atividade produtiva, a cafeicultura. Para tanto, esses agentes coevos comercializaram no mercado interno os excedentes de sua produção de gêneros alimentícios e, aos poucos, foram se deslocando de forma relativamente segura para a atividade cafeeira, enquanto os cafeeiros recém-plantados não entravam em plena produção. Os lucros granjeados com as vendas anuais de café foram, então, reinvestidos no plantio de mais arbustos e na aquisição de mais trabalhadores escravizados. A partir da década de 1820, os agricultores renunciaram ao cultivo de mantimentos para o mercado interno, especializando-se na cultura cafeeira, sem abdicar, contudo, do plantio de alimentos para o autoconsumo.

O deslanche nas exportações de café de Bananal – e de todo o Vale do Paraíba – contou, sem sombra de dúvida, com a ampliação da força de trabalho – e a mudança em seu perfil demográfico – nas propriedades rurais cafeeiras, adquirida majoritariamente no tráfico transatlântico de africanos escravizados. Na freguesia de Bananal, houve um intenso afluxo de africanos, tendo em vista que esta população perfazia 57,1% dos cativos em 1801, 62,3% em 1817, e 78,6% em 1829 (cf. Capítulo 3). Com efeito, a quantidade de escravizados ampliou-se no curso das primeiras décadas do século XIX. Os proprietários bananalenses detinham a posse de 401 cativos em 1801, 1.010 em 1817, 1.575 em 1822, 2.283 em 1829 e 3.470 em 1836.¹⁶⁰ Além disso, importa salientar que o aumento na produção de café tornou-se possível, sobretudo, em decorrência da ampliação nos padrões de exploração da força de trabalho escravizada. Em 1817, a produção média anual de café obtida por um cativo em idade produtiva (10 a 49 anos) era de 104 kg; pouco tempo depois, em 1829, esse número elevou-se a 384 kg; e, em 1854, no apogeu da produção cafeeira em Bananal, a cifra correlata multiplicou-se por três ao atingir 1.266 kg (cf. Capítulo 4). O aumento nos padrões de exploração da mão de obra cativa foi o resultado de transformações ocorridas nas formas de administração da paisagem agrária e do trabalho escravo no Vale do Paraíba, nas décadas de 1820 e 1830. As mudanças levadas a cabo pelos donos de terra escravistas implicaram na elaboração de uma nova planta produtiva

¹⁵⁹ MOTTA, 1999, p. 50, 141. Cf. APESP, 1817; APESP, 1822; APESP, 1829; MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p. 124-132.

¹⁶⁰ MOTTA, 1999, p. 141. Cf. APESP, 1817; APESP, 1822; APESP, 1829; MÜLLER, 1978[1838], p. 124-132.

cafeeira, que acabou rompendo com os padrões vigentes no Caribe que, até então, norteavam o plantio do café aqui no Brasil.¹⁶¹ Esse ponto será retomado na segunda parte desta tese, quando tratarmos dos padrões de exploração dos escravizados.

1.5 Perfil e distribuição das propriedades rurais

Uma parte dos donos de terra era procedente da própria região da freguesia do Bananal. Dentre os 71 proprietários encontrados na Lista de 1817, 27 (38%) nasceram em “Bananal”, “Guaratinguetá” ou “Lorena”.¹⁶² Conforme já foi dito, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade – até então subordinada a Guaratinguetá – seria elevada a vila, com o nome de Lorena, em 14 de novembro de 1788. Em 1801, Bananal integrava a 6ª Cia. de Ordenanças da freguesia de Areias, que, por sua vez, vinculava-se à vila de Lorena. Em 28 de novembro de 1816, Areias seria alçada à condição de vila, e Bananal ficaria a ela subordinada. Nesta última data, Bananal correspondia à 4ª Cia. de Ordenanças de Areias. Por meio destes informes, pode-se apontar, portanto, que os proprietários arrolados na lista nominativa como naturais de Guaratinguetá (22 casos) e Lorena (dois casos) não eram migrantes; na verdade, nasceram no mesmo território onde, anos mais tarde, seria erigida a freguesia do Bananal.

Outra parcela dos senhores de terra migrou das capitanias de Minas Gerais (21,1%) e do Rio de Janeiro (15,5%), e um pequeno grupo era proveniente da própria capitania de São Paulo (11,3%).¹⁶³ Os que vieram do Rio de Janeiro nasceram em São João Marcos, Resende, Ilha Grande e “Rio de Janeiro”. Por seu turno, os de São Paulo eram oriundos de Cunha, Taubaté, Pindamonhangaba, Mogi das Cruzes e “São Paulo”. E, finalmente, uma pequena fração de indivíduos emigrou de Lisboa (2,8%), das Ilhas do Atlântico (5,6%) e da Europa (4,2%). Estes últimos provavelmente teriam nascido em Portugal.¹⁶⁴

Os informes relativos à naturalidade dos proprietários rurais apontam que, na fase de montagem da economia cafeeira, a maioria deles não nasceu em Bananal. Isto é, os senhores de terra eram migrantes que afluíram para a região quando a Coroa estimulou o povoamento das localidades situadas à margem da estrada do Caminho Novo da Piedade. Portanto, a geração que seria responsável pela implantação das primeiras unidades produtivas de açúcar e de café

¹⁶¹ MARQUESE, Rafael de B. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense (online)*, v. 7, p. 138-152, maio 2008; MARQUESE, 2009a.

¹⁶² Cf. APESP, 1817.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ Dentre os 71 proprietários, apenas um (1,4%) não declarou a sua procedência na Lista de 1817. Cf. APESP, 1817.

aproveitou a janela de oportunidades que se abriu a partir da construção daquela Estrada. Para tanto, esses novos senhores ou solicitaram sesmarias às autoridades competentes, ou as compraram ou ainda simplesmente apossaram-se dos terrenos devolutos.

No interior do grupo dos donos de terra, havia um amplo predomínio de indivíduos brancos. Conforme atesta a Lista de 1817, tão somente dois (2,8%) proprietários eram pardos: Joaquim Mendes Paiva e Faustino José da Paixão.¹⁶⁵ O primeiro, um modesto lavrador de gêneros alimentícios (milho e feijão) e criador de porcos, possuía três alqueires geodésicos de terra; o segundo, por sua vez, que associava a cultura de víveres (milho e feijão) à produção de café (seis arrobas), era dono de 45 alqueires geodésicos.¹⁶⁶ A mesma fonte aponta que, dentre os 449 chefes de domicílio, a participação relativa de negros (3,6%) e pardos (22,3%) era mais elevada que a encontrada entre os proprietários rurais, evidenciando, assim, que a posse formal da terra não era acessível a todas as camadas livres de Bananal.¹⁶⁷ Isto é, aos egressos do cativeiro que almejavam ascender socialmente havia uma série de limites impostos pela sociedade escravista Oitocentista. O acesso formal à propriedade fundiária era – e, vale dizer, ainda é – um privilégio de poucos, notadamente de homens brancos.

Os senhores de terra eram constituídos, em sua ampla maioria, por indivíduos casados (74,6%) ou viúvos (16,9%). Estas taxas eram semelhantes às encontradas para o conjunto de chefes de domicílio recenseados na Lista de 1817.¹⁶⁸ Tendo em vista, ainda, a elevada idade média dos proprietários rurais (46,2 anos), pode-se afirmar que, ao contrário do que ocorria com a dimensão das escravarias, que crescia conforme o aumento da idade dos proprietários,¹⁶⁹ a posse formal da terra antecedia ao processo de formação das escravarias e da produção de gêneros agrícolas e/ou de exportação, revelando, assim, que as propriedades fundiárias haviam sido obtidas na etapa inicial da vida econômica dos agentes coevos. Noutros termos, não havia correlação entre o tamanho da propriedade agrária e a idade de seus donos.

Concluído esse breve panorama acerca do perfil social dos proprietários rurais, podemos prosseguir na análise e descortinar, desse modo, os padrões inerentes a cada um dos distintos grupos de proprietários de Bananal. A **Tabela I.4** apresenta a classificação dos 71 proprietários rurais presentes simultaneamente no IBR de 1819 e na Lista Nominativa de 1817. É preciso salientar, inicialmente, que a amostra selecionada é bastante representativa da rede fundiária bananalense, pois os 71 senhores perfaziam 84,5% dos proprietários cadastrados no IBR; além

¹⁶⁵ Cf. APESP, 1817 (fogos 100, 133).

¹⁶⁶ Cf. APESP, 1819 (nº 161, 143).

¹⁶⁷ Cf. APESP, 1817.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ BACELLAR, 1997. p. 141.

disso, a área ocupada por essas propriedades constituía 62,6% da superfície registrada no mesmo cadastro; e, por fim, as escravarias pertencentes àqueles proprietários representavam 78,9% do total anotado na mesma fonte. Em segundo lugar, deve-se ter cautela quanto à baixa amostragem de casos no interior das distintas camadas de proprietários. A mesma **Tabela I.4** informa que este número oscilou entre nove e 15, o que pode comprometer, embora não inviabilize, as interpretações relativas aos padrões comungados pelos grupos de proprietários.

Tabela I.4 – Classificação dos Proprietários Rurais Encontrados na Lista Nominativa de 1817 por FTS. Bananal, 1817-1819

FTS	Proprietários Rurais		Área Ocupada (em Alqueires)		Área Média (em Alqueires)
	N	%	N	%	N
A	12	16,9	37	0,2	3
B	15	21,1	564	3,7	38
C	15	21,1	1.004	6,7	67
D	11	15,5	1.792	11,9	163
E	9	12,7	3.316	22,0	368
F	9	12,7	8.369	55,5	930
Total	71	100,0	15.083	100,0	212

Fonte: APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819.
Notas: grupo A (19 alqueires geodésicos ou menos); grupo B (20 a 47 alqueires); grupo C (48 a 99 alqueires); grupo D (100 a 235 alqueires); grupo E (236 a 505 alqueires); grupo F (506 alqueires ou mais).

O **grupo A** era composto pelos (12) senhores que possuíam até 19 alqueires geodésicos. Kátia Mattoso assinala que na Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, qualquer propriedade inferior a 90 ha (ou 18,6 alqueires geodésicos)¹⁷⁰ era considerada muito pequena para pagar os selos de cadastramento. E esta área é bastante próxima da que estabelecemos como limite máximo para os proprietários do grupo A. Já um outro autor, José Luiz de Freitas, pontuou, sem dar maiores detalhes, que uma propriedade com 30 ha (6,2 alqueires geodésicos) seria “[...] suficiente só para a produção do mínimo necessário para a subsistência dos membros do domicílio”.¹⁷¹ Percebe-se, assim, que, embora os autores diverjam quanto à área necessária para garantir o sustento de uma determinada família, a faixa de tamanho de superfície (FTS), que estabelecemos para o grupo A, pode indicar que neste e nos demais grupos de propriedades havia potencialmente amplas reservas de terra em matas

¹⁷⁰ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; [Salvador]: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 43.

¹⁷¹ FREITAS, 1986, p. 208.

virgens, que, mais tarde, com o avanço da cafeicultura na região, mostrou-se de fundamental importância para a expansão dos cafezais.

Nas propriedades do grupo A, a força de trabalho predominante correspondia à mão de obra livre familiar, pois a maioria dos proprietários (dez ao todo) não detinha a posse cativa. Os únicos senhores de cativos – ambos produtores de café e com quatro ou menos escravizados – empregavam adicionalmente a força de trabalho familiar no eito. No que tange à ocupação (ou uso do solo), os integrantes do grupo A poderiam ser lavradores (seis)¹⁷² ou cafeicultores (seis),¹⁷³ e cada qual tinha, em média, três pessoas da família (com oito anos de idade ou mais) cuidando de (quase) todos os trabalhos.

Os lavradores cultivavam gêneros alimentícios (milho e feijão) para o autoconsumo, criavam porcos e, eventualmente, negociavam os excedentes de sua produção. Eles colheram, em média, 33 alqueires de milho e quatro de feijão, e produziram cinco arrobas de toucinho.¹⁷⁴ Por seu turno, os cafeicultores combinavam a cultura de cafeeiros com a produção de gêneros (milho, feijão e, ocasionalmente, arroz), podendo haver, ainda, o preparo de toucinho.¹⁷⁵ Nessas propriedades, a produção média de milho, feijão e toucinho não diferia tanto da que era realizada nos fogos dos lavradores. Deste modo, pode-se afirmar que a distinção fundamental entre cafeicultores e lavradores repousava, essencialmente, na produção adicional de grãos de café. Esses produtores de café apresentavam, no geral, idade média ligeiramente maior que os lavradores, indicando, assim, que o investimento em pés de café ocorria a partir de um certo acúmulo de riquezas, que vinha com o tempo. Em outros termos, um lavrador poderia se tornar um cafeicultor ao conseguir produzir excedentes de mantimentos e negociá-los no mercado, de modo a esperar o hiato entre o plantio de cafeeiros e a colheita de seus grãos, que, em geral, era de três a cinco anos.

Dentre os proprietários do grupo A, apenas quatro (três lavradores e um cafeicultor) produziam, simultaneamente, milho, feijão e toucinho.¹⁷⁶ Já o cultivo de arroz foi mencionado em apenas um fogo.¹⁷⁷ Por fim, um último traço marcante desse grupo diz respeito à ausência

¹⁷² Cf. APESP, 1817 (fogos 129, 80, 60, 100, 238, 234); APESP, 1819 (nº 142, 149, 158, 161, 170, 171).

¹⁷³ Cf. APESP, 1817 (fogos 32, 74, 59, 97, 228, 209); APESP, 1819 (nº 137, 150, 152, 153, 167, 186).

¹⁷⁴ Importante destacar que, nesta seção, os cálculos médios apresentados devem ser lidos com o devido cuidado, na medida em que a amostra é, na maior parte das vezes, diminuta, suscetível, portanto, a distorções.

¹⁷⁵ Em um destes domicílios, o de José Vieira de Souza, não foi anotada a produção de gêneros alimentícios. Provavelmente, trata-se de um equívoco por parte do recenseador, devido à prática de se plantar milho e/ou feijão entre as fileiras dos arbustos de café. Cf. APESP, 1817 (fogo 228); APESP, 1819 (nº 167).

¹⁷⁶ Cf. APESP, 1817 (fogos 129, 80, 97, 100); APESP, 1819 (nº 142, 149, 153, 161).

¹⁷⁷ Cf. APESP, 1817 (fogo 59); APESP, 1819 (nº 152).

de distinções relativas à área média das propriedades dos lavradores e dos cafeicultores, que, em ambos os casos, girava em torno de três alqueires geodésicos.

Um estabelecimento típico do grupo A pertenceu a Joaquim Mendes Paiva (c.1769-?), pardo, procedente das Minas Gerais.¹⁷⁸ Em 1817, era casado com Maria Francisca (c.1782-1823), parda, natural de Bananal, e tinha quatro filhos: João, de 15 anos, Rita, 13, Ana, 10, e a caçula Inácia, de apenas um ano. Joaquim e Maria eram proprietários de terra no bairro de Santo Antônio, na paragem Pedra Branca, e dedicavam-se ao cultivo de gêneros alimentícios e à criação de porcos. Nessa propriedade, de três alqueires geodésicos, adquirida mediante compra a Manoel Ferreira de Almeida,¹⁷⁹ o casal colheu 80 alqueires de milho, cinco de feijão e preparou sete arrobas de toucinho. Por não serem senhores de escravos, é possível que todo o trabalho no campo fosse realizado pelos próprios membros da família dos lavradores.

A propriedade do paulista João Dias Fagundes, branco, de 65 anos, ilustra igualmente o perfil característico de um estabelecimento pertencente ao grupo A. Consorte de Ana Maria, branca, de 32 anos, também natural de São Paulo, João Dias estabeleceu-se com sua família em Bananal, por volta de 1810.¹⁸⁰ Em 1817, possuía um alqueire geodésico de terra na Perapetinga, provavelmente comprada aos herdeiros dos primeiros proprietários dessa sesmaria,¹⁸¹ onde combinava o plantio de mantimentos com o de pés de café. No mesmo ano, colheu 30 alqueires de milho, três de feijão e 14 arrobas de café. Destituído da posse de escravizados, o casal e os quatro filhos mais velhos (José, de 15 anos, Antônio, de 14, Maria, de 13 e Luiza, de oito) trabalhavam juntos na propriedade familiar.

O segundo conjunto de proprietários – denominado de **grupo B** – abarcava os (15) senhores que possuíam entre 20 e 47 alqueires geodésicos. Estas unidades apresentavam, a um

¹⁷⁸ Cf. APESP, 1817 (fogo 100); APESP, 1819 (nº 161).

¹⁷⁹ As informações relativas à localização e à forma de aquisição da propriedade podem ser lidas em: INVENTÁRIO de Maria Ferreira Teodora. Cruzeiro: MMN, 24 maio 1825. Cartório do 1º Ofício, caixa 5, n. 93. A inventariada é a mesma “Maria Francisca” arrolada como cônjuge de Joaquim Mendes Paiva. Trata-se, provavelmente, de um equívoco por parte do recenseador.

¹⁸⁰ Os filhos mais novos do casal – Joaquim, Francisco, Manoel e Ana, com idades entre sete e dois anos – nasceram todos em Bananal, sugerindo, portanto, que João Dias e Ana Maria mudaram-se para Bananal por volta de 1810. Cf. APESP, 1817 (fogo 209); APESP, 1819 (nº 186).

¹⁸¹ Juan Azevedo apontou que as terras da Perapetinga sofreram um processo paulatino de fragmentação no curso da primeira metade do Oitocentos. Essa sesmaria, doada inicialmente a Francisco Xavier da Graça, em 1780, foi comprada por Domingos Rodrigues da Silva cerca de dez anos depois. Rodrigues da Silva teria cedido porções de terra a seus herdeiros para que se estabelecessem de forma autônoma e, portanto, pudessem cultivar suas próprias lavouras. Após a sua morte, alguns indivíduos, que migraram para a região, começaram a comprar quinhões de terra de seus filhos e genros. Com isso, nos anos 1850, a antiga sesmaria da Perapetinga encontrava-se bastante fracionada, com inúmeros proprietários que se consideravam donos de quinhões de terra. Provavelmente, este é o caso de João Dias Fagundes e Ana Maria. Cf. AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo. **Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade**: estrutura fundiária em Bananal, 1840-1850. Relatório Final (Iniciação Científica/FAPESP) – DH/FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

só tempo, características similares e distintas em relação às do grupo A. Uma primeira disparidade diz respeito à posse cativa: no grupo B, havia um equilíbrio relativo quanto às participações de proprietários com escravos (oito fogos) e sem escravos (sete fogos). Apesar disso, a força de trabalho predominante nessas propriedades ainda era a mão de obra livre familiar, como no caso do grupo A. Uma segunda assimetria estava diretamente associada à ocupação principal dos proprietários: no grupo B, a atividade cafeeira – praticada em dez fogos¹⁸² – era mais expressiva que o cultivo exclusivo de víveres, presente em cinco domicílios.¹⁸³ Estas características sugerem, desse modo, que o grupo B tinha uma capacidade mais elástica de mobilizar capitais para a cafeicultura, que, na passagem da década de 1810 para a de 1820, apresentava-se como a atividade econômica mais rentável.

Com efeito, nas propriedades do grupo B, despontam domicílios com escravarias mais numerosas. Tal é o caso do fogo chefiado por Mariana de Jesus.¹⁸⁴ Com 54 anos de idade e oriunda de Ilha das Flores, Portugal, esta senhora era detentora de dez cativos e tinha 30,250 alqueires geodésicos no local Laranjeiras, bairro de João Pereira. Contando tão somente com a força de trabalho de seus escravizados, a viúva de João Januário Ortiz de Camargo produziu, em 1817, a maior safra registrada no grupo B. Vale notar que, além de Mariana, apenas outros dois cafeicultores – Antônio Gonçalves Ribeiro e Maria Rodrigues de Souza – usavam, de forma exclusiva, trabalhadores escravizados na faina agrícola.¹⁸⁵

Em relação às propriedades com produção de café, observa-se que metade delas (cinco casos) detinha a posse cativa, com evidente predomínio de miniescravistas (quatro casos). Esses cafeicultores com cativos combinavam o cultivo de café com a produção de víveres, pois todos produziram milho, feijão, toucinho e café, e apenas dois colheram, adicionalmente, arroz. Por contarem com a força de trabalho de escravizados (cinco cativos, em média), esses produtores de café colheram cerca do dobro de mantimentos e de café em comparação aos cafeicultores não escravistas. Cabe observar que esses últimos proprietários dispunham, em média, de quatro a cinco trabalhadores livres. E, em todos os cinco casos, houve menção à produção de milho, feijão e café, mas em nenhum deles registraram-se o preparo de toucinho e a colheita de arroz. Evidencia-se, portanto, que o uso de mão de obra escravizada permitia aos proprietários uma diversificação maior da pauta de produtos agrícolas cultivados; em tese, isso tornava possível angariar mais recursos para ampliar os cafezais, as escravarias e a propriedade fundiária.

¹⁸² Cf. APESP, 1817 (fogos 18, 42, 128, 133, 101, 85, 96, 126, 159, 207); APESP, 1819 (nº 136, 138, 141, 143, 151, 160, 164, 165, 173, 178).

¹⁸³ Cf. APESP, 1817 (fogos 3, 84, 169, 161, 180); APESP, 1819 (nº 135, 159, 166, 174, 179).

¹⁸⁴ Cf. APESP, 1817 (fogo 101); APESP, 1819 (nº 151).

¹⁸⁵ Cf. APESP, 1817 (fogos 126, 207); APESP, 1819 (nº 165, 178).

Quanto às cinco lavouras de mantimentos, três possuíam mão de obra cativa. Não obstante, todas empregavam adicionalmente a força de trabalho familiar. Os lavradores contavam, em média, com dois ou três trabalhadores dedicados ao plantio de gêneros e à criação de porcos. A alusão à colheita de milho e feijão ocorreu em todos os fogos;¹⁸⁶ em três deles, dentre os quais dois pertencentes a miniescravidistas, anotou-se, também, a produção de toucinho;¹⁸⁷ e, por fim, em um único domicílio, chefiado por um dos miniescravidistas, arrolou-se adicionalmente a cultura de arroz.¹⁸⁸

Em linhas gerais, podemos salientar ao menos quatro características comungadas pelos grupos A e B. Primeira: a dimensão das propriedades dos lavradores e dos cafeicultores era semelhante em ambos os grupos. No grupo A, a área média igualou-se a três alqueires, ao passo que, no grupo B, era de 38 alqueires. Segunda: não havia distinções relevantes quanto ao volume de produção de alimentos (milho, feijão e toucinho) e de café: no grupo A, os donos de terra produziram, em média, 37 alqueires de milho, cinco de feijão, sete arrobas de toucinho e 23 arrobas de café; no grupo B, a produção média igualou-se, respectivamente, a 45 alqueires, sete alqueires, seis arrobas e 19 arrobas. Terceira: os lavradores eram relativamente mais jovens que os cafeicultores em ambos os grupos de proprietários. No grupo A, os produtores de mantimentos tinham, em média, 40 anos de idade, e os cafeicultores, 47 anos; já no grupo B a idade média dos lavradores e dos produtores de café igualou-se, respectivamente, a 38 e 44 anos. Quarta: o tipo de mão de obra utilizado pelos senhores, nos grupos A e B, era composto majoritariamente pelo trabalho livre familiar.

O domicílio de Salvador Gonçalves Leite ilustra bem o perfil socioeconômico de um proprietário rural integrante do grupo B, no período de montagem da cafeicultura no Vale do Paraíba. Em 1817, esse proprietário tinha 53 anos de idade, era cônjuge de Maria Dias, de 33 anos, ambos naturais de Guaratinguetá. Em sua propriedade, situada no Turvo, viviam os dois filhos do casal, João e Adriano, com dez e quatro anos, e três cativos, os africanos Maria e Domingos, de 37 e 46 anos, e a crioula Esméria, de oito anos. Salvador Gonçalves combinava o plantio de gêneros (milho e feijão) com a produção de café e a criação de porcos em uma propriedade de 41,7 alqueires geodésicos. Quanto aos mantimentos, produziu 32 alqueires de milho, sete de feijão e cinco arrobas de toucinho. Já o volume de café colhido (28 arrobas) pode

¹⁸⁶ Exceto o domicílio pertencente a Antônio Ribeiro da Silva, recém-chegado a Bananal, que nada colheu no ano de 1817. Cf. APESP, 1817 (fogo 180); APESP, 1819 (nº 179). Contudo, já em 1822, o recenseador arrolou a produção de milho (100 alqueires), feijão (20 alqueires), arroz (20 alqueires) e café (90 arrobas). Cf. APESP, 1822 (fogo 108).

¹⁸⁷ Cf. APESP, 1817 (fogos 3, 84, 161); APESP, 1819 (nº 135, 159, 174).

¹⁸⁸ Cf. APESP, 1817 (fogo 161); APESP, 1819 (nº 174).

indicar que a inversão de capitais na cultura cafeeira teria ocorrido há poucos anos, uma vez que havia tão somente entre 230 e 310 pés de café cultivados na propriedade, tendo em vista a produtividade média dos cafeeiros na época retratada.¹⁸⁹

É bem provável que a trajetória do casal, quanto ao investimento na atividade cafeeira, tenha sido análoga à de outros agricultores bananalenses. A conjuntura favorável à produção de café, materializada no aumento da demanda no mercado mundial, e a subsequente majoração dos preços médios, c.1810-1822, teria estimulado o lavrador a plantar os primeiros cafeeiros a partir dos lucros auferidos com a venda de gêneros eventualmente excedentes. No momento em que os pés de café entravam em plena operação, os lavradores foram se especializando na cultura do café, mas sem abdicar do plantio de mantimentos para o autoconsumo.¹⁹⁰

Os proprietários pertencentes ao **grupo C** (15 ao todo) tinham propriedades com área entre 48 e 99 alqueires geodésicos. Uma das principais características dessa camada era a prevalência de senhores de cativos: 12 proprietários contavam com trabalhadores escravizados. Mais do que isso, o número de proprietários com cinco a 17 cativos (sete casos) era superior ao de senhores com quatro ou menos cativos (cinco casos). Percebe-se, assim, que à medida em que se aumentavam as FTSs das propriedades, ampliava-se a presença de detentores de escravizados. Além disso, é importante reiterar que, no grupo A, havia apenas dois proprietários com escravos (com quatro ou menos cativos), enquanto no grupo B a quantidade de senhores com quatro ou menos cativos (sete casos) era mais elevada que a de proprietários com cinco ou mais cativos (um caso). O que estes dados permitem conjecturar é a tendência ao incremento nos níveis de riqueza, tendo em conta a dimensão das escravarias e a área ocupada, conforme as FTSs. Haveria, assim, uma estreita relação entre a propriedade agrária, a participação relativa de escravistas e a dimensão dessas escravarias.

Havia, ainda, no grupo C, a presença mais expressiva de proprietários vinculados aos mercados de exportação: sete senhores cultivavam café¹⁹¹ e outro dedicava-se à cultura de cana-de-açúcar.¹⁹² Vale salientar que é somente a partir desta FTS que começam a surgir os primeiros senhores de engenho. Esses exportadores eram, majoritariamente, detentores de cativos, com exceção de Antônio Rodrigues Silva.¹⁹³ E a maioria (cinco ao todo) possuía entre cinco e 17

¹⁸⁹ Na fase de montagem da cafeicultura em Bananal, entre os anos 1810 e 1820, as safras registravam, em média, a produtividade de 91 a 122 arrobas por mil pés. Cf. MARQUESE, Rafael de B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, p. 87, 2010.

¹⁹⁰ A esse respeito, ver: MOTTA, 1999; LUNA; KLEIN, 2005; MORENO, 2015, p. 328-350.

¹⁹¹ Cf. APESP, 1817 (fogos 99, 75, 160, 194, 203, 157, 193); APESP, 1819 (nº 155, 162, 168, 182, 185, 190, 192).

¹⁹² Cf. APESP, 1817 (fogo 52); APESP, 1819 (nº 177).

¹⁹³ Cf. APESP, 1817 (fogo 193); APESP, 1819 (nº 192).

escravizados. Por fim, todos os oito exportadores plantavam, também, milho e feijão; apenas três cultivavam, adicionalmente, o arroz; e o preparo de toucinho foi arrolado em seis propriedades.

Os outros sete senhores constituintes do grupo C eram lavradores, voltados à produção de gêneros alimentícios.¹⁹⁴ Cinco proprietários contavam com escravizados, dos quais três possuíam quatro ou menos cativos. Cultivava-se milho e feijão em todos os domicílios;¹⁹⁵ três deles também produziam arroz; e o toucinho foi indicado em apenas duas propriedades.

Observando-se o conjunto de proprietários do grupo C, pode-se inferir que quase todos os senhores com quatro ou menos cativos (quatro casos) usavam mão de obra cativa e familiar.¹⁹⁶ Neste caso, labutavam no eito de quatro a cinco trabalhadores livres e de dois a três escravizados. Já os donos de cinco a 17 cativos utilizavam, provavelmente, apenas esta força de trabalho, visto que, em todas as propriedades, o número de escravizados era maior que o de familiares potencialmente disponíveis para o trabalho no campo. Estes proprietários tinham, em média, onze cativos. Nesse sentido, o montante de trabalhadores presente nas propriedades com cinco a 17 cativos era mais elevado que o total existente nas unidades com quatro ou menos cativos.

O grupo C apresentava, ainda, características que o particularizava em face dos grupos A e B. Em primeiro lugar, as propriedades dos lavradores eram menores que a dos cafeicultores/senhor de engenho: a superfície média igualou-se a 62 e 74 alqueires geodésicos, respectivamente. Embora pouco marcante, essa diferença pode sugerir certa tendência ao acúmulo de terras pelos senhores conectados diretamente ao mercado mundial. Em segundo lugar, é a partir desta FTS que a produção agrícola tende a mudar de patamar. Com efeito, a produção de milho, feijão e toucinho aumentou em 80%,¹⁹⁷ e a de café mais do que dobrou. Muito provavelmente, a disponibilidade de um número superior de escravizados teria permitido ampliar os níveis de produção agrícola. Por último, cabe destacar uma característica comungada pelos grupos A, B e C. Os lavradores eram, em média, mais jovens que os cafeicultores/senhor de engenho: aqueles tinham cerca de 42 anos, e os últimos contavam 50 anos de idade.

¹⁹⁴ Cf. APESP, 1817 (fogos 55, 56, 37, 76, 187, 206, 281); APESP, 1819 (nº 129, 130, 139, 163, 180, 189, 194).

¹⁹⁵ Com exceção do fogo pertencente ao “agricultor novo habitante” Manoel Dias de Freitas Moço, que acabara de se mudar para Bananal. Cf. APESP, 1817 (fogo 206); APESP, 1819 (nº 189).

¹⁹⁶ Cf. APESP, 1817 (fogos 37, 160, 187, 203).

¹⁹⁷ Para este cálculo, excluímos os dois maiores produtores de milho e feijão, os irmãos José Joaquim e Antônio José da Silva Reis. O primeiro colheu 1,4 mil alqueires de milho e 70 alqueires de feijão. O segundo produziu 900 alqueires de milho e 70 de feijão. Estes lavradores foram retirados da amostra para não distorcer as médias. Caso fossem incluídos, a produção média de milho e de feijão seria de 231 alqueires e 22 alqueires, e não 78 alqueires e 13 alqueires. Cf. APESP, 1817 (fogos 55, 56); APESP, 1819 (nº 129, 130).

A propriedade rural de Francisco Ramos de Alvarenga, filho do alferes André Lopes Correia e Ana Ribeiro Barbosa, enquadra-se claramente no perfil típico do grupo C. No ano de 1817, o proprietário, que nascera em Guaratinguetá, tinha 40 anos e era cônjuge de Luiza Maria da Conceição, de 39 anos e oriunda de São João Marcos. O enlace matrimonial ocorrera em Resende, Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1794.¹⁹⁸ Na mesma propriedade, encravada na Serra [do Turvo], de 90 alqueires geodésicos, residia o agregado João Francisco, de 22 anos, natural de Guaratinguetá, e os seis escravos daquele casal. A escravaria era composta por dois africanos, Vicente e Joaquim, de 32 e 19 anos; uma africana, Maria, de 27 anos; e três crioulas, Luiza, Maria e Eva, de 12, 10 e dois anos. Nesse período, o cafeicultor colheu 140 alqueires de milho e 18 de feijão, e produziu 12 arrobas de fumo e 112 arrobas de grãos de café.¹⁹⁹

O **grupo D** era formado pelos (11) proprietários que tinham entre 100 e 235 alqueires geodésicos. A posse formal de 100 ou mais alqueires de terra acabou sendo um vetor decisivo para o avanço da cafeicultura escravista, notadamente na expansão desta atividade (c.1830-1850), na medida em que permitiu a estruturação de complexos de fazendas e/ou complexos cafeeiros, o que dinamizou a produção escravista de café no Vale do Paraíba.²⁰⁰

Um outro traço distintivo deste grupo diz respeito à expressiva participação de exportadores (oito casos) frente aos lavradores (três casos).²⁰¹ Havia seis cafeicultores,²⁰² um senhor de engenho,²⁰³ e um proprietário com plantações de café e de cana-de-açúcar.²⁰⁴ É justamente a partir desta FTS que desponta a experimentação integrada entre café e açúcar. O único senhor que combinava as duas atividades produtivas era o tenente Antônio Barbosa da Silva (c.1790-1852).²⁰⁵ Em sua propriedade, de 120 alqueires geodésicos, o tenente cultivava, com a mão de obra de 34 cativos, gêneros alimentícios (milho e feijão) para o autoconsumo, produzia café (250 arrobas), açúcar (60 arrobas) e aguardente (cinco canadas).²⁰⁶ É também nessa FTS que aparecem donos de terra com escravarias mais numerosas. Dentre os oito exportadores, três contavam quatro ou menos cativos, três tinham de seis e oito cativos, e dois

¹⁹⁸ BOPP, Itamar. Primeiros casamentos na Matriz de Resende. **Edição Especial da Revista Genealógica Latina**, São Paulo: Salvador de Moya – Federação dos Institutos Genealógicos Latinos, vol. 20, 1968. p. 45-70. Disponível em: http://www.genealogiafreire.com.br/bopp/casamento_227_299.htm. Acesso em 11 jul. 2020.

¹⁹⁹ Cf. APESP, 1817 (fogo 157); APESP, 1819 (nº 190).

²⁰⁰ Sobre a definição de *complexo cafeeiro* e *complexo de fazendas*, ver LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado** (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888). Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2015. p. 227-232.

²⁰¹ Cf. APESP, 1817 (fogos 136, 93, 179); APESP, 1819 (nº 147, 157, 187).

²⁰² Cf. APESP, 1817 (fogos 116, 197, 189, 199, 188, 309); APESP, 1819 (nº 146, 183, 184, 188, 191, 196).

²⁰³ Cf. APESP, 1817 (fogo 363); APESP, 1819 (nº 208).

²⁰⁴ Cf. APESP, 1817 (fogo 151); APESP, 1819 (nº 176).

²⁰⁵ Cf. Ibid.

²⁰⁶ A trajetória de Antônio Barbosa da Silva será tratada de forma pormenorizada no **Capítulo 5**.

possuíam entre 33 e 34 cativos, sendo que estes últimos senhores despontam pela primeira vez entre os grupos de proprietários. O que tais informes revelam é que os agricultores mais abastados de Bananal estavam situados nas mais altas FTSs. Isto é, à medida em que aumenta a FTS, havia tendência à diversificação das atividades produtivas e, também, ao aumento da presença de escravistas mais poderosos.

Outro traço marcante se refere ao predomínio do uso da força de trabalho escravo. Os dados apontam que seis proprietários (cinco exportadores e um lavrador) se valiam exclusivamente de cativos nas atividades agrárias.²⁰⁷ Em tais unidades, a média de escravizados por proprietário era igual a 17. Os outros cinco senhores – três exportadores e dois lavradores – combinavam a mão de obra cativa com a familiar.²⁰⁸ Nesse sentido, os proprietários com escravos tinham, em média, três cativos e quatro familiares. E os senhores não escravistas tinham à disposição de três a quatro indivíduos livres.

Outrossim, evidenciou-se a tendência à ampliação da escala produtiva. A safra média de milho (160 alqueires) e de feijão (18 alqueires) subiu de patamar, pois o aumento registrado foi de, respectivamente, 105% e 40% em relação à colheita média aferida no grupo C.²⁰⁹ Só a produção de toucinho (10 arrobas) e a de grãos de café (41 arrobas) manteve médias similares às encontradas no grupo C. É muito provável que o acréscimo na produção de milho e feijão repouse no fato de os agricultores do Vale do Paraíba terem adotado a prática de se cultivar estes cereais entre as fileiras dos arbustos de café recém-plantados.

E quais eram as similitudes entre os proprietários dos grupos D e C? Primeira: presença majoritária de donos de escravizados, pois nove detinham a posse de cativos. Segunda: predomínio de proprietários conectados ao mercado mundial, tendo em conta que oito, de um total de onze, eram exportadores. Terceira: as propriedades dos lavradores tendiam a ser relativamente menores que as dos exportadores. O tamanho médio igualou-se, respectivamente, a 160 e 164 alqueires geodésicos. Quarta: os lavradores eram mais jovens que os exportadores. Os plantadores de mantimentos tinham, em média, 36 anos de idade,²¹⁰ ao passo que os últimos contavam 48 anos.²¹¹ Quinta: a produção simultânea de milho, feijão e toucinho era praticada

²⁰⁷ Cf. APESP, 1817 (fogos 136, 151, 188, 197, 309, 363); APESP, 1819 (nº 147, 176, 191, 183, 196, 208).

²⁰⁸ Cf. APESP, 1817 (fogos 93, 116, 179, 189, 199); APESP, 1819 (nº 157, 146, 187, 184, 188).

²⁰⁹ Para os cálculos das colheitas médias de milho e de feijão, excluimos das amostras os maiores produtores dos respectivos artigos, pois, do contrário, haveria distorção nos valores. Os domicílios excluídos são, respectivamente: o do alferes Francisco José de Castro e o do tenente Antônio Barbosa da Silva. Cf. APESP, 1817 (fogos 363, 151); APESP, 1819 (nº 208, 176).

²¹⁰ Afora João Ribeiro Barbosa (84 anos), cuja idade mostrou-se mais elevada que a dos demais lavradores. Cf. APESP, 1817 (fogo 136); APESP, 1819 (nº 147).

²¹¹ Exclusive Anastácio Alves Moreira (74 anos), pois sua idade era bem maior que a dos outros exportadores. Cf. APESP, 1817 (fogo 197); APESP, 1819 (nº 183).

em 63,6% dos fogos, enquanto o cultivo concomitante de milho, feijão, arroz e toucinho foi encontrado em 36,4% dos domicílios.

Uma das propriedades rurais que elucidam o perfil socioeconômico de um senhor do grupo D pertenceu ao mineiro Anastácio Alves Moreira (c.1743-1823). Segundo a Lista de 1817, o viúvo de Quitéria Inácia de Jesus (?-1806) combinava a produção de víveres para o autoconsumo com o cultivo de café. Residente no Braço [do Perapetinga], em uma propriedade de 105 alqueires geodésicos, Moreira colheu milho (100 alqueires), feijão (12 alqueires), arroz (10 alqueires) e café (41 arrobas), além de produzir toucinho (nove arrobas).²¹² Toda a safra teria sido produzida pelos oito cativos arrolados no domicílio. Além da escravaria, foram recenseados na lista quatro filhos: Francisco, José, Manoel e Luiza, de 27, 20, 19 e 16 anos.²¹³

O **grupo E** era composto pelos (nove) proprietários que possuíam entre 236 e 505 alqueires geodésicos. Um dos elementos constitutivos deste grupo era a presença exclusiva de escravistas, embora dois deles conciliassem a força de trabalho de suas escravarias com a de seus familiares. Estes proprietários – um lavrador e um cafeicultor – contavam, em média, com quatro cativos e cinco indivíduos livres para as tarefas agrícolas.²¹⁴ Os outros sete senhores, todos exportadores e com cinco a 19 cativos, se valiam tão somente da mão de obra de seus escravizados, e tinham, em média, 12 cativos trabalhando para si.²¹⁵

As propriedades pertencentes ao grupo E singularizavam-se, ainda, pela alta participação de exportadores. Havia três cafeicultores,²¹⁶ um senhor de engenho²¹⁷ e quatro com culturas de café e de cana-de-açúcar.²¹⁸ Os cafeicultores possuíam, em média, 405 alqueires de terra, sete escravos, e 56 anos de idade. Já os proprietários que produziam, simultaneamente, café e açúcar/aguardente tinham, em média, 330 alqueires, 13 escravos, e 53 anos de idade. Tais informes parecem indicar que a experimentação integrada entre a cultura do café e a de cana-de-açúcar se tornou possível em decorrência do montante de trabalhadores escravizados.

A propriedade de Máximo Ribeiro dos Santos (c.1767-1831) permite descortinar o perfil econômico do grupo E. Oriundo de Guaratinguetá, possuía 330 alqueires geodésicos no lugar

²¹² Cf. APESP, 1817 (fogo 197); APESP, 1819 (nº 183).

²¹³ Sabe-se, no entanto, que os dois primeiros eram, na verdade, herdeiros legítimos de Quitéria Inácia e José Francisco de Mendonça, primeiro consorte de Quitéria. Só Manoel Alves Moreira e Luiza Maria de Jesus eram descendentes de Anastácio Alves e Quitéria Inácia. Cf. INVENTÁRIO de Anastácio Alves Moreira. Cruzeiro: MMN, 27 nov. 1823. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 76.

²¹⁴ Cf. APESP, 1817 (fogos 131, 357); APESP, 1819 (nº 140, 201).

²¹⁵ Cf. APESP, 1817 (fogos 57, 26, 31, 120, 148, 337, 425); APESP, 1819 (nº 128, 132, 134, 144, 175, 202, 211).

²¹⁶ Cf. APESP, 1817 (fogos 120, 357, 337); APESP, 1819 (nº 144, 201, 202).

²¹⁷ Cf. APESP, 1817 (fogo 57); APESP, 1819 (nº 128).

²¹⁸ Cf. APESP, 1817 (fogos 26, 31, 148, 425); APESP, 1819 (nº 132, 134, 175, 211).

denominado Ribeirão do [Prado].²¹⁹ Em 1817, Santos era cônjuge de Tereza Joaquina de Toledo (?-1822), proveniente de Pindamonhangaba.²²⁰ Desde 1803, logo após contrair matrimônio, o casal residia em fogo próprio.²²¹ Máximo Ribeiro cultivava gêneros alimentícios, e era produtor de café e de açúcar. Colheu, em 1817, milho (26 alqueires), feijão (14 alqueires), arroz (dois alqueires), café (10 arrobas), e fabricou açúcar (12 arrobas). Para tanto, contava com a mão de obra de oito cativos: os africanos Antônio, Maria, Manoel, Joaquim, José e Felisberta, de 32, 37, 22, 20, 19 e 31 anos; e os crioulos José e Policena, de cinco e três anos.²²²

Finalmente, o **grupo F** era composto pelos (nove) proprietários detentores de mais de 506 alqueires geodésicos. Esses senhores situavam-se no topo da hierarquia social, dado que controlavam parcela majoritária das terras e das escravarias de Bananal. Um dos elementos distintivos do grupo era a possibilidade de os proprietários poderem empregar exclusivamente trabalhadores escravizados nas tarefas ligadas ao funcionamento das propriedades.²²³ Esse é um ponto importante, pois, como visto, parte dos membros dos grupos A, B, C, D e E combinavam trabalho compulsório (cativo) com trabalho livre (familiar) na faina agrícola. Nesse sentido, os integrantes do grupo F se distinguiram socialmente dos demais grupos, já que não dependiam da força de trabalho de seus familiares.

Nas propriedades do grupo F foi possível notar, ainda, a ocorrência de escravarias ainda mais numerosas que as encontradas nas demais categorias de senhores de terra. O grupo comportava proprietários com dez a 19 cativos (cinco casos), com 22 a 40 cativos (dois casos), e com mais de 70 cativos (dois casos). Vale destacar que, pela primeira vez, senhores com mais de 40 escravizados se fizeram presentes na amostra, ratificando, assim, a tendência de que, com o aumento da dimensão das propriedades agrárias, ampliava-se a capacidade de acumulação e concentração de riquezas. O número médio de cativos por proprietário aponta nessa direção: os senhores do grupo F tinham, em média, 25 cativos,²²⁴ enquanto os do grupo E possuíam, em média, cerca de 10 cativos.

²¹⁹ Cf. APESP, 1819 (nº 132).

²²⁰ O recenseador anotou a seguinte informação no domicílio de Máximo Ribeiro: “falta sua mulher que se mudou”. Cf. APESP, 1817 (fogo 26). A despeito disso, localizamos o paradeiro de Tereza Joaquina de Toledo a partir do seguinte processo judicial: AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO de Francisca Tereza de Toledo. Cruzeiro: MMN, 29 jul. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 61. Neste processo, a sogra de Máximo Ribeiro dos Santos, Francisca Tereza de Toledo, habilita-se como herdeira de sua filha, que faleceu em 1822.

²²¹ MOTTA; NOZOE, 1994, p. 267.

²²² Cf. APESP, 1817 (fogo 26).

²²³ É válido apontar que algumas atividades vinculadas às propriedades rurais ainda dependiam de trabalhadores livres (assalariados), como é o caso dos feitores, dos arreadores de tropa, e dos administradores das propriedades.

²²⁴ Exclusive o maior escravista, o alferes Luiz Gonçalves Lima, dono do maior plantel de cativos (169 indivíduos) de Bananal em 1817. Se o incluíssemos, a média subiria para 41 escravos por proprietário. Cf. APESP, 1817 (fogo 361); APESP, 1819 (nº 199).

O tipo de cultura predominante no grupo F sugere igualmente o grau de riqueza alcançado pelos senhores. Havia um claro predomínio das culturas de exportação (café e cana de açúcar) em relação às lavouras de mantimentos. Dentre os nove proprietários, quatro dedicavam-se à cafeicultura,²²⁵ dois à produção de açúcar e/ou aguardente,²²⁶ outros dois cultivavam, simultaneamente, pés de café e de cana-de-açúcar,²²⁷ e apenas um plantava gêneros alimentícios.²²⁸ Cabe destacar a tendência ao aumento da participação relativa de produtores de açúcar/aguardente, tendo em vista que esta atividade não era acessível para grande parte dos donos de escravos, ao contrário das lavouras de víveres e de café. A esse respeito, deve-se mencionar que a idade média dos cafeicultores (27,5 anos) era menos elevada que a dos senhores de engenho e a dos proprietários com culturas mistas (49,3 anos). O que reforça o argumento de que o investimento na atividade açucareira demandava um acúmulo de riquezas, que, muitas vezes, era obtido com o tempo.²²⁹ Em contraposição, o ingresso de agricultores na cultura do café exigia poucos recursos, ao menos no período de montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, o que permitia a participação de mais indivíduos nessa atividade.

A safra granjeada pelos senhores do grupo F mostrou-se superior à obtida pelo grupo E. A produção média de milho (375 alqueires)²³⁰ e de feijão (59 alqueires)²³¹ cresceu quase três vezes; já a de toucinho (27 arrobas) e a de café (90 arrobas) aumentaram, respectivamente, 50% e 100%. Percebe-se, uma vez mais, a tendência segundo a qual o crescimento no volume de produção de mantimentos e de café era ditado pelo montante de trabalhadores disponíveis, o que ocorria em conformidade com a ampliação da dimensão das propriedades agrárias (FTS). Vale notar que em apenas uma das propriedades, a de José Gonçalves Campos, não foi indicado o preparo do toucinho.²³² Em mais da metade (cinco) das nove propriedades houve menção à produção simultânea de milho, feijão, arroz e toucinho, sugerindo, assim, que, no grupo F, havia maiores possibilidades de encontrar uma diversidade de culturas plantadas.

²²⁵ Cf. APESP, 1817 (fogos 117, 264, 265, 308); APESP, 1819 (nº 145, 195). Vale lembrar que a propriedade rural de “Antônio José e seus irmãos” (nº 195) abarcava três fogos distintos (264, 265 e 308).

²²⁶ Cf. APESP, 1817 (fogos 364, 367); APESP, 1819 (nº 197, 200).

²²⁷ Cf. APESP, 1817 (fogos 30, 261); APESP, 1819 (nº 133, 199).

²²⁸ Cf. APESP, 1817 (fogo 433); APESP, 1819 (nº 212).

²²⁹ Cf. BACELLAR, 1997.

²³⁰ Excluiu-se a colheita de mil alqueires de milho da propriedade de Luciano José de Almeida. Se a considerássemos, o volume médio aumentaria para 444 alqueires. Cf. APESP, 1817 (fogo 265); APESP, 1819 (nº 195).

²³¹ Menos a produção de 150 alqueires de feijão, obtidas na propriedade do sargento-mor Brás de Oliveira Arruda e na do alferes Luiz Gonçalves Lima. Caso fossem consideradas, a colheita média subiria para 79 alqueires. Cf. APESP, 1817 (fogos 364, 361); APESP, 1819 (nº 197, 199).

²³² Cf. APESP, 1817 (fogo 117); APESP, 1819 (nº 145).

Não havia discrepâncias no tamanho das propriedades agrárias, independentemente do tipo de cultura praticado. Os cafeicultores e os produtores de açúcar/café possuíam, em média, 800 alqueires geodésicos. O latifúndio de dona Quitéria Rita do Espírito Santo, com 3,6 mil alqueires geodésicos, era a exceção ao grupo.²³³ Natural do Rio de Janeiro, a viúva sexagenária era a única lavradora de mantimentos no grupo F. Em 1817, Quitéria Rita tinha duas filhas solteiras – Tereza e Ana, com 38 e 36 anos, respectivamente –, que residiam consigo no mesmo domicílio, além de dispor de 19 escravizados. Duas hipóteses podem justificar a ausência – pelo menos formal – de culturas de café e/ou de cana-de-açúcar na propriedade. Primeira: a propriedade pode ter passado por uma sucessão hereditária, após o falecimento de seu consorte, o capitão Luiz Pinto de Gouveia, o que teria implicado na divisão de bens entre os sucessores. Nesse sentido, a viúva pode ter mantido o domínio formal sobre as terras, enquanto outros eventuais herdeiros receberam em legítima paterna parte das plantações, dos escravos e de outros bens de raiz. Segunda: a despeito da dimensão da propriedade, grande parte dela poderia ser improdutiva, obstando, assim, as possibilidades de realizar o plantio de café e de cana-de-açúcar. Por meio das fontes consultadas, não foi possível obter informações que respaldassem tanto uma quanto outra hipótese. O que se sabe, contudo, é que o latifúndio de Quitéria Rita, situado no bairro de Piraí, mudou de jurisdição, em 1820,²³⁴ o que explica a ausência de informações a respeito dessa propriedade e de sua proprietária.²³⁵

A concentração fundiária pelos integrantes do grupo F, no período de montagem da cafeicultura, é um dos pontos-chave para compreender o processo de inserção do Brasil no mercado mundial de café. Além disso, tal fato contribuiu sobremaneira para o enriquecimento de algumas famílias bananalenses no decurso do século XIX. É o caso, por exemplo, das famílias Almeida Nogueira e Ferreira Pena. Excetuando-se o ajudante José de Castro Silva e dona Quitéria Rita do Espírito Santo, cujos estabelecimentos agrários mudaram de jurisdição, as demais famílias permaneceram em Bananal e tornaram-se poderosas, pois lograram êxito em

²³³ Cf. APESP, 1817 (fogo 433); APESP, 1819 (nº 212).

²³⁴ Em 1818, Quitéria seria arrolada no maço de população de Bananal. Só que, desta vez, seria recenseada como “Quitéria Rosa do Espírito Santo”. Suas duas filhas, Tereza e Ana, ambas solteiras, foram novamente arroladas. Já a produção agrícola mostrou-se semelhante à registrada um ano antes: colheu 200 alqueires de milho, cinco de feijão e doze de arroz. A produção de toucinho, no entanto, não foi indicada. A posse de escravos manteve-se praticamente intacta, alterada apenas pelo falecimento do escravo Antônio. Cf. APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1818 (fogo 480).

²³⁵ O que se sabe, até o momento, é que a propriedade rural em questão foi obtida mediante compra pelo seu finado marido ao capitão Estanislau José de Sá Cherem. Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN). [**Requerimento para Medição, Demarcação e Tombamento de Sesmaria**]. Requerente: Quitéria Rita do Espírito Santo, 6 out. 1825. Consta, no Requerimento, que a propriedade estava localizada às margens do Rio Piraí, no termo da vila de São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro.

manter o controle sobre os fatores de produção locais.²³⁶ Nesse sentido, uma outra característica é que esses proprietários tinham enormes reservas de terras em matas virgens, o que iria garantir a expansão da produção de café no decurso de boa parte do século XIX.

A partir da análise do perfil socioeconômico dos senhores de terra cadastrados no IBR de 1819, e presentes na Lista de 1817, agregamos os proprietários rurais ausentes na Lista de 1817. Com isso, elaboramos a **Tabela I.5**, que mostra a classificação de todas as propriedades arroladas no cadastro rural, na fase de montagem da cafeicultura escravista em Bananal. Primeiramente, deve-se destacar que, ao compararmos as **Tabelas I.4 e I.5**, praticamente não há distinções quanto à distribuição dos senhores de terra. Há, é bem verdade, diferenças no que se refere à área ocupada pelos proprietários, sobretudo o grupo F, o que não invalida, em hipótese alguma, a amostra que serviu de parâmetro para toda a discussão realizada anteriormente. A **Tabela I.5** aponta para um quadro de concentração fundiária mais acentuado que o retratado na **Tabela I.4**. A despeito disso, pode-se afirmar que as propriedades elencadas na **Tabela I.4** representavam, em larga medida, o panorama geral da rede fundiária na passagem da década de 1810 para a de 1820.

Tabela I.5 – Classificação de Todas as Propriedades Rurais por FTS. Bananal, 1819

FTS	Propriedades Rurais		Área Ocupada (em Alqueires)		Área Média (em Alqueires)
	N	%	N	%	N
A	17	20,0	79	0,3	5
B	17	20,0	638	2,6	38
C	17	20,0	1.079	4,5	67
D	13	15,3	2.362	9,8	169
E	10	11,8	3.683	15,3	368
F	11	12,9	16.262	67,5	1.478
Total	85	100,0	24.104	100,0	284

Fonte: APESP. Mss. *Inventário dos Bens Rústicos*. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819. **Notas:** grupo A (19 alqueires geodésicos ou menos); grupo B (20 a 47 alqueires); grupo C (48 a 99 alqueires); grupo D (100 a 235 alqueires); grupo E (236 a 505 alqueires); grupo F (506 alqueires ou mais).

²³⁶ Veja-se, por meio dos inventários *post mortem*, o patrimônio acumulado pelos membros do grupo F: INVENTÁRIO do sargento-mor Brás de Oliveira Arruda. Cruzeiro: MMN, 4 out. 1828 (Agradeço a Eduardo Schnoor por ter-me disponibilizado uma cópia da transcrição deste processo); INVENTÁRIO do Guarda-mor Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 53, n. 987; INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446; INVENTÁRIO do sargento-mor José Ramos Nogueira. Cruzeiro: MMN, [20 fev. 1856]. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1639; INVENTÁRIO do comendador Antônio José Nogueira. Cruzeiro: MMN, 15 abr. 1864. Cartório do 1º Ofício, caixa 112, n. 2422.

Nesse sentido, pode-se inferir, por meio da **Tabela I.5**, que, no geral, a estrutura fundiária tinha essencialmente duas características marcantes em Bananal. Por um lado, havia uma relativa disseminação de proprietários rurais de pequeno porte – **grupos A, B e C** – com até 99 alqueires geodésicos: eles perfaziam 60% dos senhores e controlavam tão somente 7,4% da superfície declarada no cadastro rural. Por outro lado, os proprietários de grande porte (**grupo F**), com 506 alqueires ou mais, constituíam 12,9% dos senhores e ocupavam 67,5% do território arrolado na mesma fonte. Já os proprietários rurais de médio porte (**grupos D e E**), que tinham entre 100 e 505 alqueires, compunham 27,1% dos senhores e possuíam 25,1% da área de Bananal. Esses dados sugerem que, a despeito do predomínio de propriedades de pequeno porte, eram os indivíduos situados no topo da hierarquia social, os donos das maiores propriedades agrárias, que controlavam grande parte do fundo territorial. No mesmo período, esses grandes proprietários detinham a posse de 370 escravizados (52,9% do total) e, por isso, foram responsáveis por boa parte da produção agrícola de Bananal: 1.400 arrobas de açúcar (67,1%); 674 barris de aguardente (76,3%); 450 arrobas de café (22,2%); 4.000 alqueires de milho (33%); 714 alqueires de feijão (43,9%); 216 arrobas de toucinho (41,9%); e 314 alqueires de arroz (62,9%). Como se pode notar, os proprietários rurais de grande porte concentravam a produção de açúcar, aguardente e arroz; mas eles não eram, até o momento, os principais produtores de café, milho, feijão e toucinho. Grande parte desses produtos foi granjeada nas propriedades de pequeno e médio porte.²³⁷

O que comprova um aspecto que há décadas vem sendo apontado por alguns pesquisadores, dentre os quais, Maria Luiza Marcílio, Iraci del Nero da Costa, José Flávio Motta e Renato Leite Marcondes.²³⁸ Em linhas gerais, esses autores mostraram que, no início do século XIX, o cultivo de café foi introduzido em domicílios que não contavam com a posse de escravizados ou que possuíam alguns poucos cativos. No entanto, com o deslanche da cafeicultura, nas décadas de 1820 e 1830, os senhores de escravos de grande porte passariam a concentrar grande parte da produção de café do Vale do Paraíba. Foi justamente no curso dos

²³⁷ Nas propriedades de pequeno porte (**Grupos A, B e C**), que contavam com 129 cativos (18,4%), a produção agrícola totalizou: 190 arrobas de açúcar (9,1%); 40 barris de aguardente (4,5%); 626 arrobas de café (30,9%); 4.276 alqueires de milho (35,3%); 441 alqueires de feijão (27,1%); 161 arrobas de toucinho (31,3%); 93 alqueires de arroz (18,6%). No caso das propriedades de médio porte (**Grupos D e E**), que possuíam 201 escravos (28,7%), o montante produzido foi de: 496 arrobas de açúcar (23,8%); 169 barris de aguardente (19,1%); 949 arrobas de café (46,9%); 3.848 alqueires de milho (31,7%); 471 alqueires de feijão (29%); 138 arrobas de toucinho (26,8%); 92 alqueires de arroz (18,4%).

²³⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000; COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil**. São Paulo: MGSP Editores Ltda., 1992; MOTTA, 1999; MARCONDES, Renato L. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Editora Stiliano, 1998a.

anos 1820 que os grandes proprietários rurais (506 alqueires ou mais) se especializaram no plantio de café em larga escala, ao abandonarem a experimentação integrada das culturas do açúcar e café. Com isso, os trabalhadores escravizados desses proprietários acabaram sendo deslocados para as atividades vinculadas às lavouras de café, permitindo, assim, aumentar a produção desse artigo. Pode-se afirmar, portanto, que a cafeicultura escravista no Vale do Paraíba tornou-se, aos poucos, uma atividade econômica mais viável e rentável, ao mesmo tempo em que a cultura do açúcar se mostrou mais pujante no Oeste Paulista.

A rede fundiária de Bananal diferenciava-se da estrutura agrária de outros espaços no mesmo período? Há poucos trabalhos disponíveis acerca da distribuição de proprietários e da área ocupada por eles, a partir dos IBRs, o que já nos coloca empecilhos para análises comparativas. Apesar disso, é possível confrontar a repartição da terra no Vale do Paraíba, a partir do caso da freguesia do Bananal, em relação ao Oeste Paulista, com base nas vilas de São Carlos (Campinas) e Jundiaí. Com este propósito, reorganizamos os nossos dados para que pudéssemos estabelecer tais comparações. Nesse sentido, utilizamos a classificação proposta por José Luiz de Freitas para Jundiaí, que estabeleceu quatro FTSs: até 30 ha; 30 a 150 ha; 150 a 500 ha; e mais de 500 ha.²³⁹ Estas FTSs foram convertidas para o alqueire geodésico, em que um (1) alqueire é equivalente a 4,84 ha. Sendo assim, as FTSs em alqueires geodésicos são as seguintes: *6,2 alqueires ou menos; 6,2 a 31,0 alqueires; 31,0 a 103,3 alqueires; e 103,3 alqueires ou mais*. O resultado pode ser visto na **Tabela I.6**.

Os dados permitem entrever distinções relevantes quanto à distribuição de propriedades e à área ocupada por elas. Ao que tudo indica, havia uma concentração fundiária mais acentuada no Vale do Paraíba, que, a essa altura, tinha sua economia lastreada nas culturas do café e da cana-de-açúcar. Campinas e Jundiaí, por sua vez, situadas no “quadrilátero do açúcar”, eram importantes centros de produção açucareira do Oeste Paulista.²⁴⁰ Dentre as três localidades, Bananal era a que apresentava um processo de ocupação e desbravamento mais recente, pois, durante boa parte do século XVIII, a Coroa havia barrado a ocupação no perímetro das “zonas proibidas”, notadamente na região do Vale do Paraíba. É isso que explica, em grande medida,

²³⁹ FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiaí (1818). In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 205-222. Vale notar que, para a mesma vila de Jundiaí, Nelson Nozoe anotou 312 propriedades rurais, cuja área total igualou-se a 72.591,99 ha (ou 14.998,350 alqueires geodésicos); portanto, há uma diferença residual, de 0,4%, no que se refere à área ocupada. NOZOE, Nelson H. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese (Livre-Docência em História Econômica) – FEA-USP, São Paulo, 2008. p. 218 (Tabela 3.2).

²⁴⁰ Mais informações sobre o desenvolvimento da cultura do açúcar em Campinas e Jundiaí podem ser lidas em: PETRONE, 1968; BACELLAR, 1997; LUNA; KLEIN, 2005; ALFONSO, Felipe R. **A fronteira escravista entre o açúcar e o café: Campinas, 1790-1850**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

a concentração fundiária mais acentuada em Bananal em relação às vilas de Campinas e Jundiaí.²⁴¹

Tabela I.6 – Distribuição de Propriedades ou Proprietários Segundo a Área Ocupada por FTS. Bananal (1819), Campinas (1818) e Jundiaí (1818)

FTS	Bananal ^(a)				Campinas ^(b)				Jundiaí ^(c)			
	Propriedades		Área Ocupada		Propriedades		Área Ocupada		Proprietários		Área Ocupada	
	Rurais		(em Alqueires)		Rurais		(em Alqueires)		Rurais		(em Alqueires)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6,2 ou -	13	15,3	32	0,1	57	19,7	180	0,7	69	24,5	158	1,1
6,2 a 31,0	10	11,8	228	0,9	96	33,2	1.579	6,3	114	40,4	1.944	12,9
31,0 a 103,3	27	31,8	1.537	6,4	70	24,2	4.067	16,2	56	19,9	3.514	23,3
103,3 ou +	35	41,2	22.307	92,5	66	22,8	19.321	76,8	43	15,2	9.436	62,7
Total	85	100,0	24.104	100,0	289	100,0	25.148	100,0	282	100,0	15.053	100,0

Fontes: (a) APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819; (b) NICOLETTE, Carlos Eduardo; MORENO, Breno S. Rede fundiária no Oeste Paulista: inventário dos bens rústicos de Campinas (1818). **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 2, e-022115, jul./dez. 2021; (c) FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiaí (1818). COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 205-222 (209); **Notas:** (a) na freguesia de Bananal havia 85 propriedades em mãos de 84 senhores (um deles era dono de duas propriedades); (b) em Campinas havia 289 propriedades; (c) na vila de Jundiaí havia 301 propriedades em mãos de 282 pessoas (13 indivíduos tinham mais de uma propriedade, sendo que nove possuíam três propriedades).

Em síntese, a investigação que realizamos a respeito da estrutura fundiária de Bananal, mostra claramente que, na passagem das décadas de 1810 para 1820, apenas uma pequena fração dos habitantes detinha a posse (formal) da terra. Dentre eles, os proprietários de grande porte concentravam em suas mãos parcela majoritária das terras arroladas no Inventário dos Bens Rústicos. Essa concentração fundiária, oriunda do legado da colonização da América portuguesa, antecedeu a implantação da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba.

A revolução escrava de Saint-Domingue impactou de maneira decisiva os agricultores do Brasil, em especial os senhores de escravos do Vale do Paraíba. No ano de 1790, a colônia francesa era a maior zona de produção escravista de açúcar e de café. Ela era responsável pela oferta de um terço do açúcar e metade do café consumido nos mercados do Atlântico Norte. No entanto, a revolução escrava (1791-1804), desestruturou suas *plantations*, alterando a oferta mundial daqueles produtos. No Estado recém-independente (Haiti), a produção de café reduziu-se à metade da safra de 1790 e a produção de açúcar, ao contrário, acabou sendo abandonada. Em uma conjuntura de curva ascendente de consumo, a saída de Saint-Domingue do mercado

²⁴¹ Renato L. Marcondes também examinou a estrutura fundiária da vila de Lorena com base no IBR de 1818. Cf. MARCONDES, 1998a, p. 132-137.

repercutiu de imediato nos demais espaços de produção cafeeira e açucareira do mundo. Na América portuguesa, a reação dos agricultores ao impacto da revolução escrava na colônia francesa deu-se, inicialmente, na atividade açucareira. Os proprietários do Recôncavo Baiano e da Zona da Mata de Pernambuco e Paraíba ampliaram a produção de açúcar, ao passo que, os senhores de escravos do Centro-Sul, montaram novas unidades açucareiras em Campos dos Goitacazes, no Recôncavo da Guanabara, no Oeste Paulista e no Vale do Paraíba.²⁴² Posteriormente, nos anos de 1810, com o aumento da demanda de café no mercado mundial, os agricultores – tanto os lavradores quanto os senhores de engenho – passaram a alocar parte de seus recursos na produção cafeeira.

Durante a montagem da cafeicultura (c.1800-c.1830), os agricultores do Vale do Paraíba passaram por um processo paulatino de aprendizagem com a planta do café. Há indícios apontando que o cultivo de café pode ter sido introduzido na região por pequenos lavradores, que não detinham a posse de cativos e viviam como agregados dos senhores de terra. Com o tempo, a cultura do café, que se disseminou por diversos domicílios, passou a ser adotada pelos proprietários rurais de pequeno porte, dedicados essencialmente à produção de gêneros alimentícios e à criação de animais. Ao comercializarem os excedentes dessa produção no mercado interno, eles foram se deslocando, de forma gradual, para a atividade cafeeira, mas sem deixar de cultivar mantimentos para o autoconsumo. No caso das maiores propriedades, voltadas à produção de açúcar e/ou aguardente, mas que também combinavam esta atividade com o cultivo de alimentos e à criação de animais, a introdução das lavouras de café ocorreria anos mais tarde. Foi apenas na década de 1810, com o aumento da demanda de café no mercado, que esses grandes proprietários foram estimulados a investir parte de seus recursos na atividade cafeeira. No caso de Bananal, o período de experimentação integrada das culturas de cana-de-açúcar e de café, particularmente nessas propriedades de grande porte, perdurou cerca de 15 anos (c.1815-1830). Nesse período, os agricultores foram, aos poucos, se especializando no cultivo de café, colocando em segundo plano a produção açucareira. Durante essa transição, esses senhores elaboraram uma nova planta produtiva para a produção em larga escala de café, fundada nas práticas locais.

A concentração fundiária nas mãos dos indivíduos situados nos degraus superiores da pirâmide social seria decisiva para o deslanche da cafeicultura escravista, na virada da década de 1820 para a de 1830. Ela mostrou-se como um dos elementos condicionantes para a melhor competitividade do café brasileiro no mercado mundial. Os proprietários puderam, assim,

²⁴² MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 339-383.

conjugar a exploração extensiva dos recursos naturais por meio da exploração intensiva dos trabalhadores escravizados. Ao fazê-lo, acabaram por transformar de forma radical a paisagem agrária do Vale do Paraíba. As extensas coberturas de mata atlântica, que, nos anos 1810, conformavam a paisagem natural do Vale do Paraíba, dariam lugar, nas décadas seguintes, a vastas plantações de café. Nesse processo, os donos das maiores propriedades rurais conquistaram as instâncias de poder, ao mesmo tempo em que passaram a acumular e concentrar a mão de obra escravizada.

2 A REDE FUNDIÁRIA NO APOGEU DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA (c.1850)

Neste capítulo, será examinada a estrutura fundiária no apogeu da cafeicultura escravista, na década de 1850. O cruzamento dos informes coligidos a partir do registro paroquial de terras (1855-8) e dos inventários *post mortem* (1851-61) permitiu estabelecer o perfil socioeconômico dos senhores de terra e, com base nisso, classificar as propriedades em faixas de tamanho de superfície (FTSs). Argumenta-se que o notável arranque da atividade cafeeira manteve a posse da terra concentrada no topo da pirâmide social. Mais do que isso: os mesmos grupos familiares – que, em c.1810, já controlavam extensas faixas territoriais de Bananal – continuaram exercendo o domínio sobre grande parcela do município, na década de 1850. Durante o processo de expansão da cafeicultura (c.1830-49), essas famílias – proprietárias de grande porte – puderam, assim, concentrar em suas mãos a população escravizada, os cafeeiros cultivados e, evidentemente, as exportações de café.

Uma das soluções encontradas por esses grandes proprietários de terra para coordenar de forma prática e eficaz o enorme volume de café colhido, bem como controlar a população cativa, refratária ao mando senhorial, consistiu na descentralização do cultivo e da produção. Na virada dos anos 1820 para 1830, os cafeicultores do Vale do Paraíba adotaram, como norma, a prática de fracionar as fazendas em unidades produtivas menores. Cada uma delas, especialmente contíguas, era dotada de todos os itens indispensáveis para a produção de café: tulha, paiol, engenho de café, monjolos, terreiro, cafezais, plantações de mantimentos, animais de carga, de sela e de corte, escravizados, senzalas, casa-grande etc. Portanto, nesse período, os produtores otimizaram as suas propriedades agrárias estruturando verdadeiros complexos de fazendas – e, em alguns casos, complexos cafeeiros.

2.1 A Lei de 18 de setembro de 1850 e o Registro Paroquial de Terras

O Aviso Régio de 21 de outubro de 1817 não surtiu o efeito desejado pela Coroa, qual seja, o de efetuar a relação sistemática de todas as propriedades rurais existentes no Brasil. Ao que parece, só na capitania de São Paulo teria havido a preocupação e o empenho das autoridades coloniais em cumprir essa determinação. Nas outras capitanias, ao contrário, não há indícios da elaboração de Inventários de Bens Rústicos; pode ser, também, que tais cadastros rurais não tenham sobrevivido à ação do tempo. Salvo engano, a única exceção parece ser o

caso da “*Relação das pessoas que se acham estabelecidas com fazendas no Termo da Vila de São Bento do Tamanduá*”, na Comarca do Rio das Mortes, cujo cadastro foi cumprido em 1818, tal qual o de São Paulo. A julgar pelo tipo de informação disponível nesse documento – nome do proprietário, área da propriedade, número de escravos e forma de aquisição –, tudo leva a crer que “[...] esta perquirição de 1818 tenha relação com o Alvará (sic) de 21 de outubro de 1817”.²⁴³

Seja como for, o fato é que a questão da apropriação fundiária no Brasil continuaria sem solução até meados dos anos 1850. Aliás, a única medida concreta tomada pela Coroa portuguesa foi a Resolução de 17 de julho de 1822, que simplesmente aboliu o regime de concessão de sesmarias.²⁴⁴ A posse “pura e simples” e especialmente a compra tornaram-se, deste modo, as únicas formas de aquisição de terras até a promulgação da Lei de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras.²⁴⁵

Após a independência política do Brasil, em 1822, o padrão de ocupação desenvolvido até então prevaleceu, uma vez que a posse havia conquistado, no decorrer do século XVIII, o reconhecimento das autoridades. Apesar de a questão da apropriação territorial ter permanecido na agenda de alguns políticos empenhados na estruturação do Estado nacional brasileiro, ainda não havia uma preocupação generalizada das elites quanto ao ordenamento jurídico da terra. Em virtude disso, nada seria feito até a abdicação de D. Pedro I (1831) e a volta dos grandes proprietários de terras ao centro da ação política. Na década de 1830, dois projetos foram apresentados à Câmara dos Deputados para apreciação dos parlamentares. Um deles versava sobre a legitimação das sesmarias, e o outro tratava do arrendamento de terras públicas. No entanto, os deputados não deram sequência a ambos os projetos.²⁴⁶

²⁴³ PINTO, Francisco E. Inácio Correia Pamplona e as sesmarias dos confins da Comarca do Rio das Mortes. In: GUIMARÃES, Elione S.; MOTTA, Márcia M. M. (orgs.). **Campos em disputa: história agrária e companhia**. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007. p. 155-188. A citação encontra-se à página 173, nota 26. Vale destacar que o autor não explorou de forma sistemática o cadastro rural. Sabe-se apenas que, para a vila de São Bento do Tamanduá, foram arrolados 633 proprietários e que, dentre eles, 81% eram donos de escravizados. Os detentores de quatro ou menos cativos perfaziam 47,8% dos senhores de escravos; por seu turno, os que possuíam entre cinco e 20 cativos representavam 46,4% dos escravistas; já aqueles que tinham entre 21 e 49 cativos constituíam 5,1% dos senhores; por fim, os proprietários com 50 ou mais cativos totalizavam tão somente 0,8% dos escravistas. Um último aspecto mencionado pelo autor aponta que grande parte das propriedades foram adquiridas mediante “compra” (52,3% do total), “herança e compra” (12,2%), “sesmaria e compra” (3,6%) e “posse e compra” (0,5%).

²⁴⁴ RESOLUÇÃO de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de 17 de julho de 1822. Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral Constituinte. In: **Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 62-63.

²⁴⁵ MUNIZ, 1979, p. 33; MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996. p. 160-161.

²⁴⁶ MUNIZ, 1979, p. 96; SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 1. ed., 1996. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 87-96; MOTTA, 1996. p. 171.

No início dos anos 1840, as alterações advindas no quadro político e econômico do Império possibilitaram a retomada das discussões no Parlamento acerca do ordenamento jurídico da propriedade territorial. A reorganização das forças políticas em torno de D. Pedro II, no movimento que ficou conhecido como “regresso conservador”, e a expansão da cafeicultura escravista no Médio Vale do Paraíba permitiram a abertura de uma fase de estabilidade política e de desenvolvimento econômico para o Império, desempenhando assim um papel decisivo no processo de consolidação do Estado nacional.²⁴⁷ O deslanche da economia cafeeira, entre os anos 1820 e 1830, repercutiu diretamente na questão da apropriação territorial, sobretudo no Médio Vale do Paraíba. O avanço do café provocou o aumento da concentração populacional e da densidade demográfica na região, em relação às demais províncias do Império.²⁴⁸ Uma série de indivíduos tomou posse das terras devolutas e converteu-as em fazendas e em sítios com plantações de café, gêneros alimentícios e criação de gado. Nesse contexto, a ausência de um ordenamento jurídico da propriedade da terra gerou uma série de conflitos fundiários, o que, por sua vez, contribuiu para o aumento do clima de insegurança dos proprietários de terras (sesmeiros e posseiros).²⁴⁹ De um lado, era conveniente para esses senhores que o Estado regulamentasse a propriedade agrária, a despeito do modelo de agricultura extensiva, móvel e predatória, praticado desde o período colonial. De outro, a regularização da propriedade satisfazia a uma das etapas fundamentais para a consolidação do Estado nacional.²⁵⁰

Em 1842, diante de um gabinete conservador, cujo partido expressava a plataforma política dos cafeicultores escravistas do Centro-Sul do Brasil, o ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, solicitou ao Conselho de Estado que elaborasse propostas referentes às sesmarias e à colonização. Um ano depois, foi apresentado o Projeto de Lei – de autoria de Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro – para ser debatido na Câmara dos Deputados, que continha algumas mudanças em relação à proposta do Conselho de

²⁴⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 1. ed., 1987. São Paulo: Hucitec, 2004; NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense (online)**, São Paulo, n. 10, p. 5-22, nov. 2009; SALLES, Ricardo. Notas de um debate. Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. **Almanack Braziliense (online)**, São Paulo, n. 10, p. 48-53, nov. 2009; PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²⁴⁸ PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1. ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

²⁴⁹ MARQUESE, Rafael de B.; SALLES, Ricardo. A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 100-129.

²⁵⁰ STEIN, Stanley J. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. MUNIZ, 1979, p. 44; MOTTA, 1996. p. 172.

Estado.²⁵¹ O Projeto apresentado provocou controvérsias na Câmara dos Deputados, na medida em que contrariava os interesses de uma parcela dos parlamentares. Tais deputados não concordaram com as cláusulas que determinavam a medição, a demarcação e a revalidação das sesmarias e que impunham limites ao tamanho das posses. Em virtude disso, a versão final do projeto estabeleceu que as posses anteriores a 1822 poderiam ser legitimadas sem qualquer restrição legal. Instituiu, ademais, que a taxa referente ao Imposto Territorial, à revalidação e à legitimação das propriedades rurais seria de apenas mil-réis. Em relação à colonização estrangeira, porém, manteve-se a proposta do Conselho de Estado, que vetava aos imigrantes a possibilidade de comprar ou de arrendar terras e, até mesmo, de estabelecer comércio por um período de três anos a contar de sua chegada ao Brasil.²⁵²

A proposta de regulamentação da propriedade da terra e da imigração foi aprovada na Câmara dos Deputados. No entanto, o projeto ficou aguardando a aprovação pelo Senado por um período de sete anos, durante a vigência dos gabinetes liberais. Naquele momento, não havia uma preocupação imediata em solucionar a eventual escassez de mão de obra e, além do mais, existia certa resistência por parte dos liberais em relação a medidas centralizadoras, dentre as quais figurava a questão do ordenamento jurídico da terra. Com a volta dos conservadores ao poder, retomou-se, em 1848, o projeto sobre a questão da apropriação territorial e a imigração, que foi reformulado e reapresentado na Câmara e no Senado para apreciação dos parlamentares.²⁵³

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, procurou regulamentar o acesso à terra, deter o avanço indiscriminado das posses e, por fim, previa a venda de terrenos devolutos em pequenos lotes para os colonos imigrantes. A Lei estabelecia, em relação às terras devolutas, que a compra era a única forma legal de adquiri-las. Estipulava também que os terrenos devolutos seriam definidos por exclusão das terras sob o domínio de particulares e, por fim, estabelecia a reserva de terras para a colonização, fundação de povoações, abertura de estradas e construção naval. Quanto às atribuições dos proprietários de terras, a Lei estipulava que as sesmarias e as posses “mansas e pacíficas” seriam revalidadas, desde que estivessem cultivadas ou que contassem com princípios de cultura e de morada habitual do sesmeiro ou posseiro. Cada posse em terras de cultura ou em campos de criação incluiria, além do terreno aproveitado ou do necessário para a pastagem dos animais, outro tanto

²⁵¹ MUNIZ, 1979, p. 39-41; MATTOS, 2004[1987]; NEEDELL, 2009; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 332; SILVA, 2008[1996], p. 105-108; MOTTA, 1996, p. 171-173.

²⁵² CARVALHO, 2010, p. 332-338; SILVA, 2008[1996], p. 108-116; MOTTA, 1996, p. 173-193.

²⁵³ CARVALHO, 2010, p. 339; SILVA, 2008[1996], p. 117-124.

de terras devolutas contíguas à propriedade. Os proprietários que não executassem a medição e a demarcação das sesmarias e das posses “mansas e pacíficas” nos prazos determinados teriam suas terras em comisso, conservando tão somente a posse da área cultivada. Por fim, a lei obrigava os possuidores a obterem o título de suas terras.²⁵⁴

O governo imperial ficaria responsável pela medição das terras devolutas, respeitando, no ato da medição, os limites das concessões e posses. Forneceria também o modo prático de distinguir o domínio público do particular, tarefa cuja execução caberia às autoridades competentes. O mesmo governo organizaria o registro das terras por freguesias, sob pena de multa para aqueles que não fizessem a declaração nos prazos determinados. Cabia ao governo, também, vender as terras devolutas em hasta pública ou fora dela. No que se refere aos imigrantes, a Lei estabelecia que os estrangeiros que comprassem terras e nelas se estabelecessem poderiam ser naturalizados depois de dois anos de residência no País. Estipulava, igualmente, que o produto dos direitos de chancelaria e da venda de terras seria exclusivamente aplicado na medição das terras devolutas e na importação de colonos livres. Por fim, a lei autorizava o governo imperial a estabelecer, por meio de um regulamento, uma repartição especial, denominada Repartição Geral das Terras Públicas, encarregada de administrar a medição, divisão, descrição e conservação das terras devolutas; fiscalizar a venda de terras e sua distribuição; promover a colonização nacional e estrangeira; e organizar o registro das terras no domínio particular.²⁵⁵

O Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentava a Lei de Terras, definiu as atribuições e as competências da Repartição Geral das Terras Públicas. O registro de terras, que ficou conhecido como Registro Paroquial de Terras ou Registro do Vigário, determinava que todos os proprietários eram obrigados a registrar suas terras nos prazos definidos pelos presidentes de província. As declarações seriam recebidas pelos vigários de cada uma das freguesias do Império e deveriam conter o nome do possuidor e da freguesia em que estivessem situadas, a denominação particular da propriedade, sua extensão e seus limites. Por último, os possuidores deveriam redigir, de próprio punho, as declarações, em duas vias.²⁵⁶

Com a publicação desse Decreto, os proprietários passaram a declarar suas propriedades agrárias nas diversas províncias do Império do Brasil. Em Bananal, o Registro Paroquial de Terras (RPT) foi realizado entre 1855 e 1858.²⁵⁷ Quase todos os registros de propriedades

²⁵⁴ CARVALHO, 2010, p. 341; SILVA 2008[1996], p. 153-155; MOTTA, 1996, p. 193-195.

²⁵⁵ CARVALHO, 2010, p. 341; SILVA, 2008[1996], p. 155-156.

²⁵⁶ CARVALHO, 2010, p. 341; SILVA, 2008[1996], p. 181-188; MOTTA, 1996, p. 202-203.

²⁵⁷ APESP. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858.

(93,5% do total) seriam, de fato, concretizados nos meses de abril e maio de 1856.²⁵⁸ De acordo com o RPT de Bananal, havia 199 senhores com 309 propriedades rurais.²⁵⁹ A área total dessas propriedades – originalmente declaradas em braças (testada x fundos) ou em alqueires geodésicos – igualou-se a 17.640 alqueires geodésicos.²⁶⁰

Dentre os 199 proprietários, excluiu-se da amostra Rita Tereza dos Santos (c.1805-1878), detentora de duas propriedades. No RPT, ela declarou ser “[...] senhora e possuidora de uma fazenda denominada Barra da Cachoeirinha [...] a qual consta de pastos, cafezais, terras de culturas, capoeiras, matos virgens, *que levará de planta de milho na forma costumada mil alqueires [...]* e bem assim uma parte de terras na Estrada do Sertão do Ramos [...] e consta de pastos, terras de cultura, capoeiras, matos virgens, *levará de planta de milho mil alqueires [...]*”.²⁶¹ A soma de ambos os quinhões totalizava 2 mil alqueires de terra, o que fazia de Rita Tereza a maior proprietária rural de Bananal. A despeito disso, tudo indica que esta fazendeira de café jamais chegou a ser dona desse enorme latifúndio. Por ocasião de seu falecimento, os sucessores realizaram a medição judicial das terras deixadas pelo falecido Máximo Ribeiro dos Santos (c.1767-1831), finado marido da fazendeira, e pela própria Rita Tereza dos Santos.²⁶² Neste processo, o alferes Máximo Ribeiro dos Santos (homônimo ao finado pai), inventariante e testamenteiro de Rita Tereza, alinhavou o histórico de aquisição de cada um dos quinhões componentes da propriedade inventariada, evidenciando, assim, que a área total equivalia a 185,281 alqueires geodésicos, e não os 2 mil alqueires geodésicos declarados por Rita Tereza dos Santos no RPT. Isso revela a imprecisão dos registros de terra efetuados nos anos 1850, principalmente das propriedades que, até aquele momento, não haviam sido medidas e

²⁵⁸ Rafael Laguardia afirmou que a concentração de registros nesta data em particular pode ser explicada por duas razões. Primeira: os meses de abril e maio coincidem com o período imediatamente posterior à quaresma e à semana santa. Segunda: o Regulamento para Execução da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, estabelecia, no art. 92, como primeiro prazo, o ano de 1856. Cf. LAGUARDIA, Rafael M. de O. **Sorte de terra, fazenda, sesmaria...** Georreferenciamento como instrumento de análise do Registro de Terras. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2011. p. 58-65.

²⁵⁹ O vigário encomendado de Bananal, Luiz José Alves Ferreira Freire de Andrade, também indicou os proprietários que não declararam suas propriedades no RPT. São eles: Francisco Ferreira Cardoso (Fazenda das Antinhas); major Camilo da Silva Reis (dono da metade da fazenda do Bom Sucesso que foi do major Brás de Oliveira Arruda); José Manoel de Freitas Valadão; Diniz Ferreira de Aguiar (Retiro); Manoel de Freitas Silva (Fazenda Campo Alegre); Damaso Pereira Melo. Cf. APESP, 1855-1858.

²⁶⁰ Vale destacar que, dentre os 199 proprietários, só oito senhores não declararam a superfície de suas terras: 1) Manoel Venâncio Campos da Paz (propriedade rural); 2) Irmandade do Senhor Bom Jesus (terreno urbano); 3) João José da Silva (propriedade rural); 4) João José Rodrigues e Pedro Mendes Leal (terreno urbano); 5) Ana Maria da Conceição (propriedade rural); 6) Luiz Gomes Nogueira Franco (terreno urbano e propriedade rural); 7) Manoel Brás de Souza Arruda e Luzia Arruda (propriedade rural); 8) Manoel Antunes de Sá (propriedade rural). APESP, 1855-1858 (nº 16, 91, 115, 119, 127, 168, 178, 183).

²⁶¹ *Ibid.*, (nº 132) (grifos nossos).

²⁶² AUTOS DE MEDIÇÃO E DIVISÃO JUDICIAL DE TERRAS entre os herdeiros da falecida d. Rita Tereza dos Santos, o Dr. Curador Geral dos Órfãos e mais herdeiros interessados. Cruzeiro: MMN, 13 dez. 1879. Cartório do 1º Ofício, Caixa 177, n. 3626.

demarcadas. O que mostra, portanto, que a área declarada pelos proprietários deve ser lida com certa cautela.

Em virtude da exclusão da propriedade de Rita, além de outros casos de proprietários que não declararam a dimensão de suas terras, deve-se assinalar que a amostra a ser analisada é constituída por 190 senhores, cujas propriedades somavam uma área de 15.640 alqueires geodésicos. Sendo assim, a área declarada no RPT seria representativa de Bananal? Segundo o IBGE, as superfícies atuais de Bananal e Arapeí – ambos integrantes do município bananalense no século XIX – perfazem 616,428 km² e 156,902 km², respectivamente.²⁶³ A soma das áreas destas regiões iguala-se, portanto, a 773,330 km², que corresponde a pouco menos de 16 mil alqueires geodésicos. Considerando-se que não houve reordenações administrativas em Bananal, após a execução do RPT,²⁶⁴ pode-se afirmar que as declarações dos proprietários contemplam, *grosso modo*, parcela majoritária do território pertencente a Bananal. Deste modo, não há dúvidas de que o Registro de Terras seja bastante representativo da rede fundiária local.

2.2 Digressão: as unidades de medida agrária

Antes, porém, de partirmos para a análise propriamente dita da estrutura fundiária de Bananal, é relevante que se faça uma digressão para apresentar e discutir as unidades de medida agrária declaradas no RPT e, portanto, as utilizadas no período histórico investigado. Originalmente, a área das propriedades foi registrada em “braças” (testada x fundos) ou em “alqueires”. Das 307 propriedades, há informações sobre a dimensão para 278 (90,6% do total). Dentre elas, 78 (28,1%) foram declaradas em braças e 200 (71,9%) em alqueires. Sabe-se que, atualmente, o *alqueire mineiro* (de 10.000 braças quadradas [100 x 100], 48.400 m² ou 4,84 ha) é empregado principalmente nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Já o *alqueire paulista* (de 5.000 braças quadradas [50 x 100], 24.200 m² ou 2,42 ha) é utilizado no Estado de São Paulo. É possível transplantar estas unidades de medida para o século XIX? Noutras

²⁶³ Sobre a dimensão territorial do município bananalense, ver: BRASIL. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bananal/panorama>. Acesso em: 21 jul. 2020. A respeito de Arapeí, ver: BRASIL. IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/arapei/panorama>. Acesso em: 21 jul. 2020. Arapeí emancipou-se de Bananal aos 30 de dezembro de 1991, elevada à categoria de município pela Lei Estadual nº 7644.

²⁶⁴ Agostinho Ramos afirmou que, em 1853, o município de Bananal perdeu uma pequena fração de seu território para a freguesia de São José do Barreiro, pertencente, até o ano de 1859, à vila de Areias. O autor se refere à Lei Nº 6, de 7 de abril de 1853. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1853/lei-6-07.04.1853.html>. Acesso em: 13 fev. 2017. Cf. RAMOS, Agostinho Vicente de Freitas. **Pequena história do Bananal**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. p. 118.

palavras, os agentes coevos (proprietários) faziam esta mesma distinção? Ao que tudo indica, a resposta é negativa!

Há evidências bastante sugestivas apontando para o fato de que os proprietários rurais de Bananal empregavam o que hoje chamamos de *alqueire mineiro* para estimar a superfície das propriedades. Em primeiro lugar, há uma referência explícita, nos inventários *post mortem* que embasaram esta pesquisa (1806-1879), sinalizando nessa direção. Uma das propriedades agrárias pertencentes ao tenente José Ferreira Gonçalves (c.1778-1858), a fazenda Bom Retiro, situada em Barra Mansa, Rio de Janeiro, município fronteiriço a Bananal, possuía “920 braças de terras de testada e 1.500 de fundos, contendo 138 alqueires”.²⁶⁵ Se o alqueire mencionado no inventário fosse o que hoje denominamos *alqueire paulista*, os avaliadores teriam registrado, na fonte, uma área equivalente a 276 alqueires, não “138 alqueires”. Pela seguinte razão: dado que o *alqueire paulista* corresponde a 5.000 braças quadradas, basta multiplicar a testada (920 braças) pelos fundos (1.500 braças) e, na sequência, dividir o resultado por cinco mil. Portanto, pode-se afirmar que o alqueire indicado no processo de inventário era, a rigor, o que atualmente chamamos *alqueire mineiro*, já que os avaliadores registraram uma superfície igual a 138 alqueires. Esta conversão é o resultado da multiplicação da testada (920 braças) pelos fundos (1.500 braças) e, posteriormente, da divisão deste número por dez mil, haja vista que o *alqueire mineiro* corresponde a dez mil braças quadradas. O simples fato de a propriedade citada (fazenda Bom Retiro) pertencer a um município da província do Rio de Janeiro não invalida nossa hipótese, pois, do ponto de vista lógico, não faria sentido algum que, ao atravessar a fronteira, os proprietários de Bananal empregassem uma outra unidade de medida, no caso o *alqueire paulista*, para avaliar as suas propriedades.

Os processos de medição e demarcação de propriedades rurais, disponíveis igualmente no Museu Major Novaes, em Cruzeiro, São Paulo, demonstram, de forma cabal, o tipo de alqueire utilizado pelos proprietários bananalenses no cálculo de superfície das propriedades. Por meio de tais processos judiciais, constatou-se que os termos *alqueire*, *alqueire de planta*, *alqueire de plantação*, *alqueire planta de milho* ou, ainda, *alqueire geodésico*²⁶⁶ correspondiam

²⁶⁵ Cf. INVENTÁRIO do tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 16 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1764.

²⁶⁶ O termo *alqueire geodésico* aparece em vários processos. Veja-se, por exemplo: INVENTÁRIO de Angélica Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 12 jun. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3421. fls. 55-56. Nesse processo, o agrimensor Manoel Rebelo de Almeida, contratado para proceder à “[...] medição, cálculos e reduções dos terrenos englobadamente ocupados de matas virgens, capoeiras, cafezais, pastos e mais benfeitorias do sítio que foi da finada Sra. D. Angélica Gonçalves Pena, situado no lugar denominado ‘Barreiro de Baixo’ [...]”, apresentou a medida superficial da propriedade em três unidades distintas: o metro quadrado, a braça quadrada e o alqueire geodésico. Caso semelhante pode ser lido em: INVENTÁRIO de Maria Custódia da Conceição. Cruzeiro: MMN, 28 jun. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 167, n. 3475. fl. 18.

ao que atualmente denominamos *alqueire mineiro*. A título de exemplo, selecionei um dos processos que continham tanto o mapa demonstrativo da medição e demarcação quanto as unidades de medida agrária correlatas (o metro quadrado e o hectare).

No dia 10 de setembro de 1878, Joaquim José Domingues solicitava ao Juiz Municipal de Bananal que homologasse a medição e demarcação de sua propriedade rural.²⁶⁷

Diz Joaquim José Domingues, fazendeiro residente neste município [do Bananal], que sendo *senhor e possuidor de uma sorte de terras neste município no lugar denominado 'Doce' compreendendo uma superfície de 28 e meio alqueires de planta*, e como as referidas terras se achavam pro-indiviso e em comum com outros proprietários e confinantes, tratou o suplicante de medir e demarcar a parte, que lhe pertence; e de fato teve a mesma lugar no mês de julho p. p. do corrente ano, assistindo toda a medição os coproprietários Claudiano Francisco Alves e outros, sem fazerem oposição alguma, nem reclamação de qualquer espécie, mostrando-se todos satisfeitos; assim pois e para que a dita medição e demarcação, que se procedeu amigavelmente, fique válida e produza seus legais efeitos, vem o suplicante requerer a V. Sa. se sirva mandar, que distribuída e autuada a presente e o instrumento de medição, que junto oferece, subam as custas à conclusão do Dr. Juiz de Direito afim de ser a mesma medição homologada por sentença, e esta intimada aos vizinhos confrontantes, que são os seguintes: Manoel Joaquim Rodrigues de Carvalho, Manoel Rodrigues Leite, Claudiano Francisco Alves e Eugênio de Paula Ramos.²⁶⁸

O engenheiro civil, Alfredo Luiz Campos da Paz, autor da medição e demarcação, assinalava, logo no início da aferição:

Medição das terras de Joaquim José Domingues, no lugar denominado 'Doce'; *terras que ocupam uma superfície de 137,9400 hectares ou 28 ½ alqueires* que houve por transferência de dívida de Joaquim Moreira Pena, e por compra de José Moreira Pena, Manoel Moreira Pena, Sebastião Moreira Pena e Antônio Moreira Pena.²⁶⁹

²⁶⁷ Cf. MEDIÇÃO. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1878. Cartório do 2º Ofício, caixa 9, n. 195.

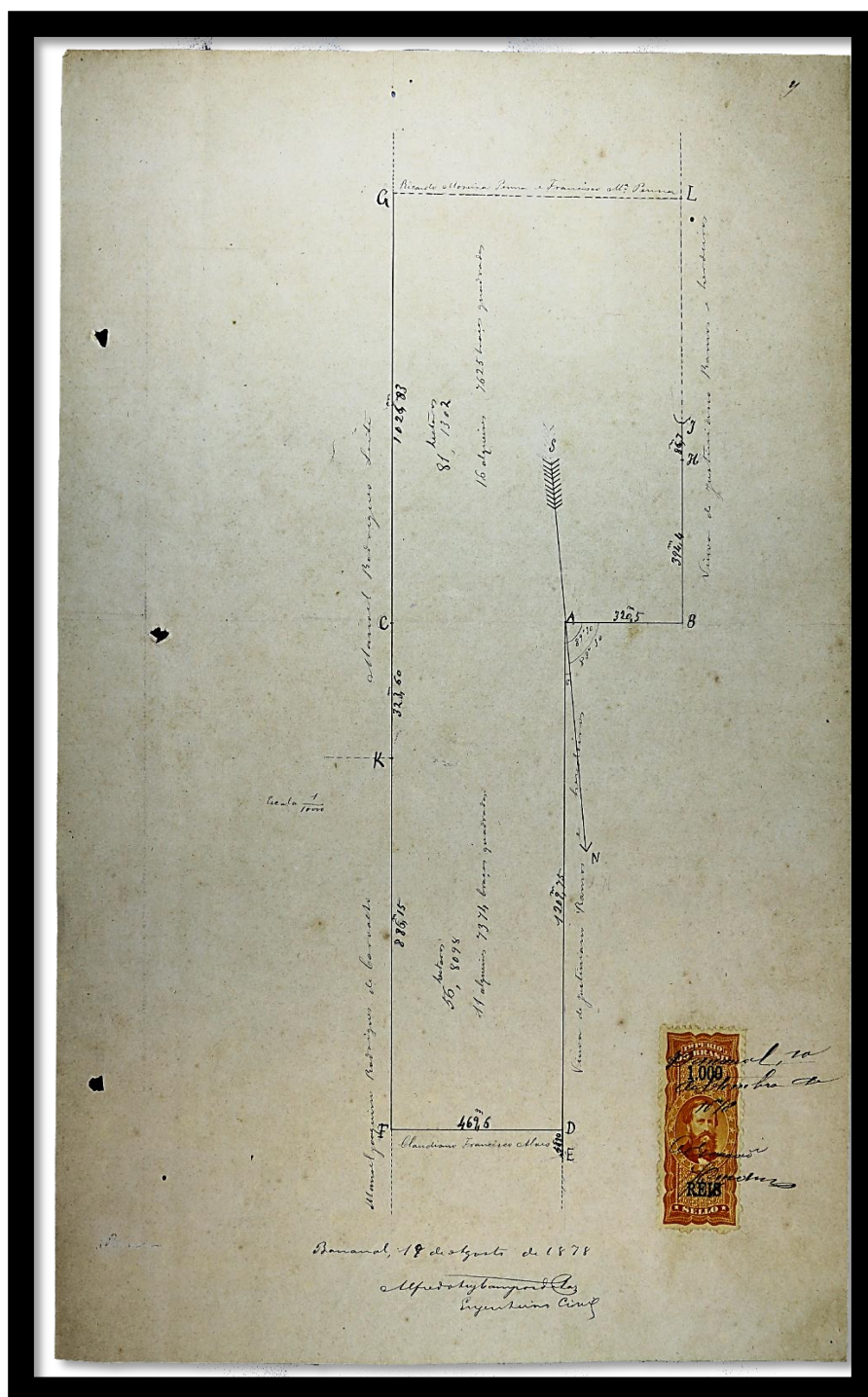
²⁶⁸ Cf. Ibid., fl. 2 (grifos nossos).

²⁶⁹ Cf. Ibid., fl. 4 (grifos nossos). O hectare passou a ser utilizado como unidade de medida de superfície agrária a partir do início do ano de 1874. O Decreto nº 5.169, de 11 de dezembro de 1872, aprovou o Regulamento que estabelecia as condições que devem satisfazer os pesos e medidas do sistema métrico francês, mandados adotar no Império pela Lei nº 1157, de 26 de junho de 1862. Cf. BRASIL. Decreto nº 5.169, de 11 de dezembro de 1872. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1872**. p. 1188, vol. 2, Part. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5169-11-dezembro-1872-551667-publicacaooriginal-68278-pe.html>. Acesso em: 7 set. 2020. A despeito disso, devido à força do costume, em quase todos os inventários, no tocante às avaliações dos quinhões de terra, os avaliadores indicavam a equivalência em *alqueire*. E, mais do que isso, os valores estipulados eram pensados tendo em vista os preços médios do *alqueire*. Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1874-1879.

Campos da Paz informa que a propriedade rural, situada no lugar “Doce”, pertencente a Joaquim José Domingues, possuía 137,940 hectares ou 28,5 alqueires. Ora, tendo em vista que o *alqueire mineiro* equivale a 4,84 hectares, logo 137,940 hectares perfazem a superfície exata de 28,5 *alqueires mineiros*. Portanto, não há dúvida alguma de que o “alqueire” aludido nos inventários *post mortem*, nos processos de medição e demarcação e, ainda, no RPT se refere ao que hoje denominamos “alqueire mineiro”. O mapa demonstrativo da medição e demarcação realizada a pedido de Joaquim José Domingues (cf. **Figura I.3**) revoga todas as dúvidas a esse respeito. Por meio da planta elaborada pelo engenheiro civil Alfredo Luiz Campos da Paz, é possível observar que a propriedade foi medida e demarcada em dois quinhões de terra distintos. O primeiro é constituído por um retângulo identificado pelos pontos **A-B-C-G-L**. Sendo **A-B** (320,5m) + **A-C** (469,6m) = **G-L** (790,1m), e **C-G** (1.026,83m) = **B-L** (1.026,83m), a superfície deste quinhão igualou-se a 811.298,383m², equivalente a 81,1302 hectares ou 16,7625 alqueires, conforme a anotação feita no mapa pelo próprio engenheiro. O segundo é composto também por um retângulo assinalado pelos marcos **A-C-D-F**. Sendo **A-C** (469,6m) = **D-F** (469,6m), e **A-D** (1.209,75m) = **C-F** (1.209,75m), a dimensão deste quinhão igualou-se a 568.098,6m², o que equivale a 56,8098 hectares ou 11,7374 alqueires. A soma de ambos os quinhões de terra era, portanto, igual a 1379.396,983m², ou 137,940 hectares ou 28,5 alqueires. Este processo de medição e demarcação demonstra, portanto, que a unidade de medida de superfície agrária era, por excelência, o alqueire geodésico.²⁷⁰

²⁷⁰ Um outro processo de medição, autuado na década de 1850, aponta igualmente na mesma direção. O autor da ação, o capitão Luiz Ribeiro de Souza, casado com D. Marcolina Francisca Ribeiro, informava, na petição inicial do processo, a necessidade de “[...] proceder a divisão e repartição [...]” das terras e cafezais herdados no inventário de João Paim da Câmara, sogro do capitão. Ao término do processo, o piloto Manoel Rebelo de Almeida sumariou a porção de terreno pertencente ao casal e aos netos de Paim da Câmara, cuja superfície total era de 47.310,6 braças quadradas. Ficou “pertencendo ao herdeiro Luiz Ribeiro de Souza, por cabeça de sua mulher, uma superfície de 14.905,4 braças quadradas, ou um alqueire e meio de terras [...]”. “Ao órfão Luiz, filho do dito Luiz Ribeiro, pertence uma superfície de 16.202,6 braças quadradas, ou um alqueire e meio e um selamim de terras [...]”. “A órfã Ana, filha do mesmo Luiz Ribeiro, pertence uma superfície de 16.202,6 braças quadradas, ou um alqueire e meio e um selamim de terras [...]”. Ora, sabendo que um (1) alqueire é igual a 10.000 braças quadradas, vemos, por exemplo, que as 14.905,4 braças quadradas seriam equivalentes a um terreno de 1,491 alqueire. Vê-se, assim, que o piloto nada mais fez que arredondar para a casa decimal mais próxima ao assinalar que as terras herdadas pelo casal tinham 1,5 alqueire. Cf. AUTOS DE MEDIÇÃO, DIVISÃO E PARTILHA DE TERRAS. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 82, n. 1672. fl. 12.

Figura I.3 – Mapa Demonstrativo da Medição das Terras de José Joaquim Domingues, no Lugar Denominado “Doce”. Bananal, 19 de agosto de 1878



Fonte: MEDIÇÃO. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1878. Cartório do 2º Ofício, caixa 9, n. 195. fl. 7.

Conforme apontamos no Registro Paroquial de Terras (RPT), a maior parte das propriedades rurais (71,9% do total) foi declarada em “alqueire”. Dentre os donos desses estabelecimentos, uma parte mencionou que a unidade de medida agrária adotada – o alqueire

– era correspondente ao “[...] sistema atual da plantação [...]”. É o caso, por exemplo, de Henrique Pereira Cardoso, que declarou ser “[...] senhor e possuidor de uma sorte de terras no lugar denominado Boa Vista do Rio Doce da freguesia do Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal Província de São Paulo, *cujas terras levarão de semente de milho segundo o sistema atual 20 alqueires [...]*”.²⁷¹ Caso semelhante se refere a José Leite da Silva, que afirmou ser “[...] senhor e possuidor de uma porção de terreno no lugar do Turvo da freguesia do Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal Província de São Paulo, *o qual levará de semente segundo o sistema atual de plantação 40 alqueires de milho [...]*”.²⁷²

O alqueire, em sua origem, não era uma medida para superfícies agrárias. Era uma medida de capacidade, utilizada na medição do volume de gêneros alimentícios, como o milho, o feijão, o arroz, o café e a farinha de mandioca. Segundo o agrônomo holandês Laërne, que, entre setembro de 1883 e abril de 1884, percorreu as zonas cafeeiras das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para aquilatar o sucesso da cafeicultura no Império do Brasil, “um alqueire de terra é a superfície na qual um homem pode plantar um alqueire de milho por monte de cinco grãos e com espaço entre eles de cinco palmos quadrados”.²⁷³ Nesse sentido, a extensão de um alqueire de terra dependia tanto da capacidade da medida quanto do tamanho do milho usado. Ou seja, o alqueire de terra não representava sempre uma mesma superfície e, por isso, estava sujeito às variações regionais. No período em que permaneceu no Brasil, Laërne assinalou a existência de três medidas para superfície agrária: 1) o “alqueire planta de milho” (5.625 braças quadradas ou 27.225m²); 2) o “alqueire paulista” (5.000 braças quadradas ou 24.200m²); 3) e o “alqueire geométrico” (10.000 braças quadradas ou 48.400m²). De acordo com o agrônomo, na província do Rio de Janeiro, os proprietários utilizavam o “alqueire planta de milho”. Em Minas Gerais e São Paulo fazia-se uso do “alqueire geométrico” e do “alqueire paulista”.²⁷⁴ Percebe-se, assim, que Laërne não assinalou, de forma precisa, quais municípios adotaram um ou outro tipo de alqueire.

É provável que essas distinções relativas ao alqueire tenham sido introduzidas no Centro-Sul a partir dos anos 1880. Para o caso de Bananal, tudo indica que os proprietários

²⁷¹ APESP, 1855-1858 (nº 39) (grifos nossos).

²⁷² Ibid., (nº 49) (grifos nossos). Para os demais casos em que a fórmula se repete, a despeito das variações, cf. Ibid., (nº 15, 33, 34, 66, 87, 92, 93, 94, 101, 103, 104, 106, 113, 132, 133).

²⁷³ Cf. LAËRNE, C.F. Van Delden. **Brazil and Java**. Report on coffee-culture in America, Asia and Africa. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1885. p. 274-275. Para saber mais sobre as motivações envolvendo a vinda de Laërne para o Brasil, ver: MARQUESE, Rafael de B. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. **História**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 108-127, jul./dez. 2015b.

²⁷⁴ Cf. LAËRNE, 1885, p. 209; 274-275.

rurais utilizaram, pelo menos até o ano de 1879, o *alqueire geodésico* – chamado, por Laërne, de “alqueire geométrico” –, denominado, também, de *alqueire de planta*, *alqueire de plantação*, *alqueire de milho*, *alqueire planta de milho* ou, simplesmente, *alqueire*, todos equivalentes à mesma superfície: 10.000 braças quadradas, 48.400m² ou 4,84 hectares. Chama a atenção o fato de Laërne ter afirmado que, na província do Rio de Janeiro, os fazendeiros usavam o “alqueire planta de milho” (5.625 braças quadradas, 27.225m² ou 2,72 hectares). Em todas as fontes compulsadas, não foram encontradas evidências indicando o uso do alqueire planta de milho, conforme postulado por Laërne. Talvez, os proprietários tenham adotado tal medida de superfície a partir dos anos 1880, cujo período extrapola o escopo desta pesquisa. Para dirimir tais divergências, quanto ao tipo de alqueire empregado pelos proprietários, seria crucial que os pesquisadores, sobretudo aqueles vinculados ao campo da história agrária do Brasil Oitocentista, expusessem aos leitores tanto as críticas às fontes quanto os métodos adotados nas análises relativas à estrutura fundiária dos municípios situados no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Enquanto isso, cabe apenas levantar hipóteses que permitam compreender a natureza destas distinções. Laërne assinalou que, tanto em Minas Gerais quanto em São Paulo, os proprietários utilizavam o “alqueire geométrico” e o “alqueire paulista”, embora não tenha especificado quais eram as localidades que empregavam um ou outro tipo de alqueire. À essa altura, parece não haver dúvidas de que, em Bananal, pelo menos até o final dos anos 1870, os proprietários empregavam o alqueire geodésico/geométrico.²⁷⁵ Mas, e os municípios situados no Oeste Paulista? Os proprietários locais faziam uso do “alqueire geodésico” ou “alqueire paulista”?

Levando-se em conta que o agrônomo percorreu diversos municípios do Oeste Paulista (Campinas, Amparo, Belém do Descalvado, Casa Branca, São João de Rio Claro, Jundiá, Itatiba, Pirassununga, São Carlos do Pinhal, Brotas, Botucatu etc.), pode-se especular que o “alqueire paulista” teria sido adotado pelos proprietários estabelecidos nestes locais a partir da década de 1870. No início dos anos 1870, a ampliação das estradas de ferro para o “sertão” da província de São Paulo promoveu a incorporação de toda essa região às frentes de expansão da cafeicultura escravista. Com isso, a montagem e/ou a expansão da atividade cafeeira provocou uma enorme especulação fundiária na região, refletindo-se na valorização das terras. Na Alta

²⁷⁵ Importante mencionar que, no início do século XX, o alqueire paulista (5.000 braças quadradas) já havia sido adotado em todo o Estado de São Paulo. Cf. SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatística Agrícola e Zootécnica de Bananal no Anno Agrícola de 1904-1905**. São Paulo: Typ. Brazil – Carlos Gerke & Rothschild, Rua 15 de novembro, 1908.

Mogiana, especialmente em Ribeirão Preto, os preços médios do alqueire de terra saltaram de 18\$610 em 1876 para 70\$625 em 1879-83.²⁷⁶ Deste modo, talvez seja possível cogitar que uma das formas encontradas pelos atuantes nos mercados de terra regionais tenha sido a de “partir ao meio” a medida de superfície usualmente empregada até aquele período, o alqueire geodésico/geométrico, gestando, assim, uma nova unidade de medida, o “alqueire paulista”, correspondente à metade do alqueire geodésico. Trata-se tão somente de uma hipótese, que precisa ser problematizada e investigada à luz das fontes primárias disponíveis nos municípios do Oeste Paulista.

A leitura cuidadosa dos informes contidos em todos os relatórios apresentados pelos presidentes da província de São Paulo, entre os anos de 1838 e 1880, sugere que a distinção entre os dois tipos de alqueire, o que denominamos atualmente de “paulista” e “mineiro”, não se fazia presente até meados da década de 1860. Nos *“Documentos que Acompanham o Relatório que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Doutor Vicente Pires da Motta Apresentou à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1863”*, o quadro “Colônias da Província de São Paulo”, que foi elaborado pelo delegado do Diretor Geral das Terras Públicas, José Joaquim Machado de Oliveira, em 17 de janeiro de 1863, demonstra que os proprietários rurais da região de Campinas também utilizavam o alqueire geodésico/geométrico no cálculo superficial de suas propriedades, tal qual os senhores do Vale do Paraíba. Nesse quadro lê-se que na “Colônia Boa Vista de João Leite de Moraes Cunha”, situada no município de Amparo, Comarca de Campinas, fundada em 18 de setembro de 1855, 67 colonos, entre alemães e suíços, tinham “150 alqueires cultivados com café e gêneros alimentícios” e outros “100 alqueires” por cultivar. Na última coluna do mesmo quadro (“observações”), consta o seguinte informe: “um alqueire (medida de extensão) corresponde à área de 100 braças quadradas” (100 braças de testada x 100 braças de fundos, o que equivale a 10.000 braças quadradas, ou um alqueire geodésico).²⁷⁷ Ao que tudo indica, portanto, a hipótese delineada acima, qual seja, a de que

²⁷⁶ Vale mencionar que o preço médio do alqueire de terra continuou crescendo nos anos posteriores. Em 1884, igualou-se a 114\$239; em 1885, 123\$768; em 1886-88, 157\$900. Esses indicadores foram extraídos das declarações de pagamento do imposto da sisa, sem discriminação do tipo de terra. Cf. BACELLAR, Carlos de A. P. Uma rede fundiária em transição. In: _____; BRIOSCHI, Lucila R. (orgs.). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 110-111. Em Bananal, na década de 1870, os preços médios do alqueire em mata virgem eram equivalentes a 302\$400 (42 casos), cifra bem mais elevada que a da Alta Mogiana. Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

²⁷⁷ **Documentos que Acompanham o Relatório que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Doutor Vicente Pires da Motta Apresentou à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1863**. São Paulo: Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, Rua do Rosário, 49, 1863. p. 77. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/5099?from=000001&to=000076>. Acesso em 13 dez. 2020.

somente a partir das décadas de 1870 e 1880 haveria mudanças no tipo de alqueire usado pelos donos de terra do Oeste Paulista, parece bastante válida.

2.3 A sedimentação da rede fundiária e a classificação das propriedades rurais

Após essa digressão a respeito das unidades de medida de superfície agrária, retornemos à investigação acerca da rede fundiária de Bananal em meados do século XIX. Para estabelecer o nível de concentração fundiária nesse município, no apogeu da cafeicultura escravista, agrupamos as propriedades pertencentes a um mesmo senhor, espacialmente contíguas (a maioria dos casos) ou não; por isso a diferença entre o número de proprietários (198) e o de propriedades (307). Dentre as 307 propriedades arroladas no Registro Paroquial de Terras, consta na fonte a área de 278 (90,6% do total). No que tange aos senhores, 190 (96% do total) declararam o tamanho de suas propriedades. Ao que nos parece, esses dados mostram que, em Bananal, e possivelmente em outros municípios do Vale do Paraíba cafeeiro, houve uma ampla aderência social ao cadastro de terras promovido pelo Estado, nos anos 1850. E esta aderência pode ser explicada pelo fato de que os proprietários de grande porte já controlavam o acesso à propriedade fundiária e, portanto, não havia mais espaço para o ingresso de novos entrantes na região.

Uma primeira abordagem relevante quanto à rede fundiária de Bananal diz respeito à permanência da concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários ao longo da primeira metade do Oitocentos. Os indicadores estatísticos gerais da propriedade agrária evidenciam o elevado nível de concentração fundiária no município. Veja-se a diferença entre a média (82 alqueires geodésicos) e a mediana (20 alqueires) e, ainda, o índice de Gini (0,742). Este último indicador revela, portanto, uma concentração fundiária forte a muito forte.²⁷⁸ Em termos comparativos, observa-se que, em Paraíba do Sul, província do Rio de Janeiro, outra região de *plantation* cafeeira, a área média (44 alqueires geodésicos) correspondia, portanto, à metade da registrada em Bananal (**Tabela I.7**).²⁷⁹

²⁷⁸ Conforme a classificação apontada por Lourival Câmara. Cf. CÂMARA, Lourival A. Concentração da propriedade agrária no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

²⁷⁹ FRAGOSO, João L. R. *Barões do Café e Sistema Agrário Escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 68 (Quadro 12). Vale notar que a unidade de medida agrária utilizada pelo autor é o hectare. Nesse sentido, convertemos a área em hectares para o alqueire geodésico/geométrico/mineiro, em que um alqueire é igual a 4,84 hectares. Além disso, importante frisar que, no livro em questão, o Quadro 12, intitulado “Concentração fundiária em Paraíba do Sul, 1855-1857”, deve ser lido com o devido cuidado, pois apresenta alguns erros de edição: 1) na fonte do Quadro, consta a seguinte informação: “Lista de Qualificação de Votantes de Cantagalo, 1856. Câmara Municipal de Cantagalo”. Na verdade, a fonte correta é o Registro de Terras de Paraíba do Sul; 2) na última linha do Quadro não há a soma da área total das propriedades rurais, o que obriga

Nos municípios de Magé e Capivary (atual Silva Jardim), cujos habitantes dedicavam-se essencialmente à produção de gêneros alimentícios e, no caso de Capivary, ao cultivo de café para o mercado regional, a área média das propriedades também era relativamente menor em relação às unidades agrícolas dos proprietários bananalenses. Já na região de Santa Rita do Turvo (atual Viçosa), situada na Zona da Mata Mineira, a área média e o índice de Gini mostraram-se mais elevados, enquanto a mediana equivalia à metade do encontrado em Bananal (**Tabela I.7**). É provável que esta diferença repouse no fato de que, nesse último local, os processos de ocupação e de povoamento do território encontravam-se devidamente sedimentados. Em Santa Rita do Turvo, ao contrário, o processo efetivo de desbravamento da região dava os seus primeiros passos.

Tabela I.7 – Indicadores Estatísticos Gerais da Propriedade Fundiária Segundo o Registro Paroquial de Terras (RPT). Municípios Selecionados, 1854-1858

Indicadores	Bananal ^(a)	Paraíba do Sul ^(b)	Capivary ^(c)	Magé ^(d)	Santa Rita do Turvo ^(e)
Média	82	44	54	15	91
Mediana	20	-	-	-	11
Índice de Gini	0,742	-	-	-	0,830

Fontes: (a) APESP. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858; (b) FRAGOSO, João L. R. **Barões do Café e Sistema Agrário Escravista**: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 68 (Quadro 12); (c) CASTRO, Hebe M. M. de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1. ed., 1987. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV – Faperj, 2009. p. 18-21; (d) SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo**: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – PPHS-UFF, Niterói, 1994. p. 43-95; (e) COSTA, Fernando A. A. da. **Em distantes paragens**: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2014. p. 81-87.

Notas: (a) 190 senhores (15.640 alqueires geodésicos); (b) 328 senhores (14.388 alqueires); (c) 178 senhores (9.625 alqueires); (d) 420 senhores (6.307 alqueires); (e) 94 senhores (8.550 alqueires).

No transcurso da primeira metade do século XIX, a propriedade fundiária em Bananal permaneceu concentrada nas mãos de uma pequena elite agrária. Nos anos 1850, os 5% maiores detentores de terra – dez indivíduos, ao todo, muitos dos quais aparentados entre si – controlavam uma superfície de 7.382 alqueires geodésicos (47,2% do total) (**Quadro I.3**). Dona Maria Joaquina de Almeida (1803-1882), viúva do comendador Luciano José de Almeida

o leitor a fazê-la (69.638,24 hectares); 3) na linha dos estabelecimentos rurais com “mais de 5001” hectares, a percentagem relativa à área total não é igual a “0”, conforme aparece no Quadro, mas sim igual a 9,0%. Uma crítica teórica-metodológica a esta obra pode ser lida em: SANTOS, Marco Aurélio dos; MORENO, Breno Aparecido Servidone. A formação da economia cafeeira do Vale do Paraíba. **Topoi** (Online), Rio de Janeiro, v.18, n. 34, p. 196-201, jan.-abr. 2017.

(c.1797-1854), era cunhada de Antônio José Nogueira (c.1788-1864), e sogra de Manoel de Aguiar Vallim (c.1806-1878). Este, por sua vez, era tio do Barão da Bela Vista (c.1823-1898); cunhado de Maria Ribeiro de Aguiar (c.1806-1862); irmão de Eufrásia Maria de São José (c.1794-1865); cunhado de Teodoro Pereira de Souza (?-1875); e tio materno de Emerenciana Maria de São José (c.1813-1878). Só uma família – o clã Aguiar Vallim – detinha a posse de 3.616 alqueires geodésicos (23,1% do total).²⁸⁰

Quadro I.3 – Relação dos Maiores Proprietários Rurais. Bananal, 1855-1858

Proprietários Rurais	Nome da Propriedade e/ou do Local	Área Ocupada (em Alqueires)
Manoel de Aguiar Vallim	Fazendas (Três Barras e Resgate), Situação (Sertão do Rio do Braço)	431,050
Francisco de Paula Pereira Leite	São Francisco e Alto da Serra	432,000
Barão da Bela Vista & Maria Ribeiro de Aguiar	Fazendas (Formiga, Rio Manso e Bela Vista), Situações (Morro do Caracol, Fazenda Pinheiros e Cantagalo)	555,500
D. Maria Joaquina de Almeida	Fazendas (Jararaca e Boa Vista)	574,500
D. Emerenciana Maria de São José	Retiro e Bocaina	634,000
D. Eufrásia Maria de São José & seus filhos	Fazendas (Pinheiros, Bocaina e Água Branca)	725,000
Antônio José Nogueira	Fazenda Santo Antônio, Perapetinga e Macacos	924,000
D. Genoveva Maria de Magalhães Couto & seus filhos	Fazendas (Chácara, Serra do Ramos e do Sertão), Sítios (do Primo e Hilário)	980,000
Teodoro Pereira de Souza	Retiro e Sertão	1.026,100
D. Inácia Gonçalves Pena	Fazenda da Arribada (“Rialto”)	1.100,000

Fonte: APESP. Registro Paroquial de Terras. Bananal, 1855-1858 (nº 17, 17A e 17B; 105; 97; 19 e 19A; 173; 41; 11; 100; 77; 7).

²⁸⁰ A família Aguiar Vallim, cujos membros eram descendentes diretos de José de Aguiar de Toledo (c.1771-1837) e Maria Ribeiro de Aguiar (c.1782-1853), era composta pelos seguintes indivíduos: 1) Barão da Bela Vista e Maria Ribeiro de Aguiar, filho e esposa do finado alferes Francisco de Aguiar Vallim (555,5 alqueires geodésicos); 2) Francisco Luiz da Costa, cônjuge de Inácia Ribeiro de Aguiar (210 alqueires); 3) Eufrásia Maria de São José e seus filhos (725 alqueires); 4) Antônio Ourique de Aguiar (390 alqueires); 5) Teodoro Pereira de Souza, consorte de Maria Ribeiro do Espírito Santo (1.026,100 alqueires); 6) Manoel de Aguiar Vallim (431,050 alqueires); 7) Francisco Antônio de Moura, marido de Águeda Maria de São José (77,970 alqueires); 8) José de Aguiar Vallim, esposo de Mônica Maria de Aguiar (200 alqueires). Cf. APESP, 1855-1858 (nº 97; 81; 41; 75; 77; 17, 17A e 17B; 4; 98).

O RPT indica que Teodoro Pereira de Souza (?-1875) era um dos maiores proprietários de terra em Bananal. Ele possuía 126,100 alqueires geodésicos na antiga sesmaria do Retiro, adquiridos mediante herança e compra, e 900 alqueires no sertão, “[...] fazendo testada com a mesma sesmaria do Retiro [...]”.²⁸¹ Apesar disso, pode-se especular que apenas a primeira propriedade pôde ser efetivamente explorada para o plantio de café e gêneros alimentícios. O processo de curatela de Teodoro Pereira, autuado em 1855, aponta que o casal possuía, de fato, duas propriedades agrárias, a “fazenda do Retiro” e “as posses de terras no sertão”. A primeira correspondia a uma unidade produtiva completa: tinha 120 alqueires de área, 106 escravizados, 172.000 pés de café, tropas arreadas, animais de sela e gado bovino, além de edifícios e maquinários necessários para a produção de café e mantimentos. Já a segunda propriedade possuía tão somente “uma casa coberta de palha de quatro lanços”.²⁸² Ao que parece, esta última propriedade não era viável à produção agrícola, pois, conforme o inventário *post mortem* aberto em 1885, dez anos após o falecimento de Teodoro Pereira de Souza, o finado inventariado “[...] não deixou bens, a exceção de umas terras no sertão deste município, que pouco valor têm, e poucas cabeças de gado, que ultimamente estão reduzidas a seis, por terem as demais morrido; entretanto que deixou um passivo muito superior e líquido ao valor desses poucos bens.”²⁸³ Até o presente momento, não foi possível traçar o quadro produtivo de ambas as propriedades rurais para o período de 1850 a 1880. Contudo, a hipótese que se levanta é que, muito provavelmente, a segunda propriedade estava encravada em uma região imprópria para a exploração agrícola. Portanto, pode-se afirmar que a dimensão das propriedades agrárias tem um peso relativamente secundário no exame da rede fundiária da localidade, tendo em vista que o potencial produtivo das unidades agrícolas era o que efetivamente ditava a capacidade de acumulação.

Já os 15% menores proprietários rurais – 29 indivíduos, ao todo – eram donos de uma diminuta fração do território de Bananal: pouco menos de 46 alqueires geodésicos (0,3% do total). Dentre esses proprietários, o caso de José Pereira da Rocha ajuda a entender o papel ocupado por esses proprietários de pequeno porte (**Quadro I.4**). Rocha morava no bairro da Perapetinga. Sua propriedade rural, comprada a Gertrudes Maria da Conceição e Inácio Alves da Silva, sendo este último o seu confrontante nos lados norte e leste, tinha uma área de 0,025 alqueires ou 1.210m² (22m x 55m). Com uma propriedade desta magnitude, a exploração agrícola dessa unidade era praticamente inviável. O terreno poderia ser útil apenas para a

²⁸¹ Cf. APESP, 1855-1858 (nº 77).

²⁸² Cf. CURATELA de Teodoro Pereira de Souza. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1494.

²⁸³ Cf. INVENTÁRIO de Teodoro Pereira de Souza. Cruzeiro: MMN, 5 maio 1885. Cartório do 2º Ofício, caixa 12, n. 257.

edificação de sua moradia, para o plantio de alguns mantimentos para o autoconsumo e para a criação de alguns animais, como porcos e galinhas. Portanto, a capacidade de ampliação de sua produção agrícola era muito limitada.

Quadro I.4 – Relação dos Menores Proprietários Rurais. Bananal, 1855-1858

Proprietários Rurais	Nome do Local	Área Ocupada (em Alqueires)
José Pereira da Rocha	Perapetinga	0,025
Francisco Severino da França	Chirango	0,025
José Antônio Gonçalves Bastos	Morro do Tanque	0,125
Manoel Gomes de Oliveira	Turvo	0,125
Moisés de Oliveira Rodrigues	Perapetinga	0,250
Agostinho José Duarte	Estrada Velha do Chirango	0,250
José Pereira da Silveira	Turvo	0,250
João Gonçalves Batista	Turvo	0,250
Anacleto José Gonçalves	Turvo	0,252
Félix Antônio da Costa	Sesmaria que foi de Mariana de Jesus (Bairro das Laranjeiras)	0,325

Fonte: APESP. **Registro Paroquial de Terras.** Bananal, 1855-1858 (nº 53, 111, 125, 140, 64, 71, 112, 141, 72, 79).

Nota: dos 29 menores proprietários, destacamos apenas os 10 primeiros.

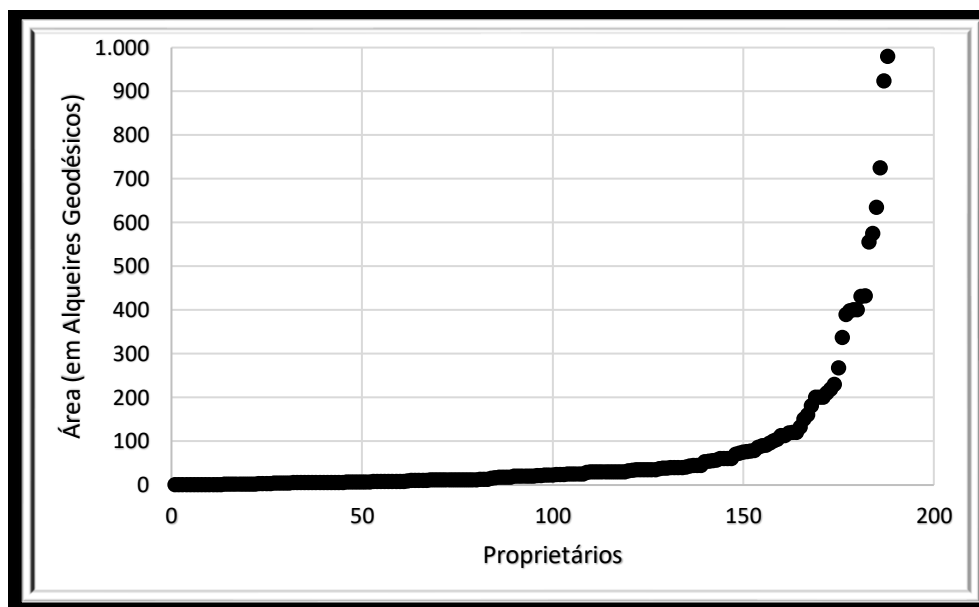
Os indicadores estatísticos da propriedade fundiária sugerem que, ao longo da primeira metade do Oitocentos, isto é, entre as fases de montagem e de apogeu da cafeicultura escravista, teria havido alterações na paisagem agrária de Bananal. A área média das propriedades reduziu-se de 179 alqueires em 1819 para 82 alqueires em 1855-58. A mediana, por sua vez, igualmente declinou, de 64 alqueires para 20 alqueires, no mesmo período. E, por último, o índice de Gini, ao contrário, aumentou de 0,637 para 0,742.²⁸⁴ Os dois primeiros indicadores (a média e a mediana) indicam, por um lado, o processo de fragmentação das terras no município. Por outro lado, é patente o aprofundamento da concentração fundiária, como revela o índice de Gini.

²⁸⁴ Cf. APESP, 1819; APESP, 1855-1858.

Com o intuito de apreender com acuidade a rede fundiária de Bananal, na década de 1850, isto é, no apogeu da cafeicultura escravista, classificamos as propriedades rurais em faixas de tamanho de superfície (FTSs), de acordo com o perfil socioeconômico dos senhores de terra. Para tanto, adotou-se procedimento metodológico análogo ao empregado no estudo da estrutura fundiária na fase de montagem da cultura cafeeira. É claro que houve a necessidade de adaptarmos os métodos empregados, de modo que pudéssemos descortinar os tipos (padrões) de propriedades correntes em meados do século XIX.

O primeiro ajuste deu-se nos tipos de fonte primária manuseados para tal intento. Para este período, utilizamos o Registro Paroquial de Terras (1855-58) e os Inventários *post mortem* (1851-61). A partir dos dados colhidos no RPT, elaboramos um primeiro gráfico de dispersão (**Gráfico I.4**) com o objetivo de vislumbrar, ainda que superficialmente, algumas FTSs. Lembrando que, neste gráfico, cada ponto representa a área da propriedade de um determinado proprietário. Neste sentido, a leitura deste gráfico permitiu evidenciar: 1) a presença de senhores com propriedades de diversos tamanhos; 2) a existência de uma grande quantidade de donos de terra com menos de 100 alqueires geodésicos; 3) e a diminuta participação de senhores com mais de 267 alqueires geodésicos. Deste modo, os informes demonstram, em linhas gerais, a permanência temporal de uma dupla deformação na estrutura fundiária de Bananal no decurso da primeira metade do século XIX: por um lado, a disseminação de propriedades com área igual ou inferior a 100 alqueires: 158 (83,2%) proprietários detinham o controle de 3.494 alqueires (22,3% da área de Bananal); por outro, a paisagem agrária ainda era dominada por uma pequena fração dos senhores de terra, pois 16 (8,4%) proprietários concentravam 9.575 alqueires (61,2% da superfície declarada no RPT). Em suma, a partir do gráfico em questão, pode-se apontar as seguintes FTSs: 1) 100 ou menos alqueires; 2) 104 a 230 alqueires; 3) 267 a 432 alqueires; 4) 555 a 725 alqueires; 5) 924 alqueires ou mais. No entanto, esta seleção prévia não permite apreender se cada uma destas FTSs possuía padrões comuns entre si.

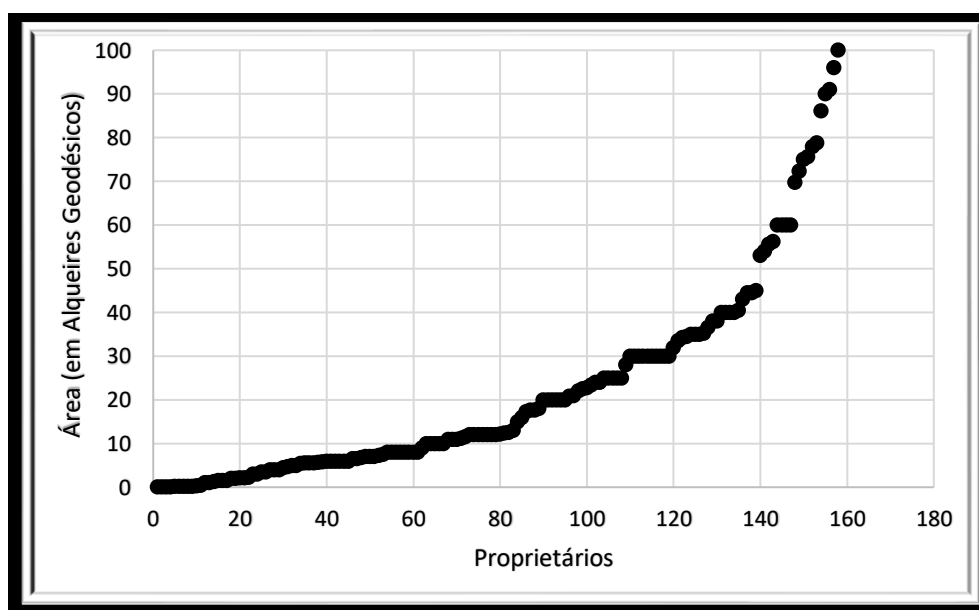
**Gráfico I.4 – Distribuição dos Proprietários Rurais (com 1.000 alqueires ou menos).
Bananal, 1855-1858**



Fonte: APESP. **Registro Paroquial de Terras.** Bananal, 1855-1858 (188 proprietários).

Nota: exclusive os dois maiores proprietários, Inácia Gonçalves Pena (viúva do guarda-mor Joaquim Ferreira Pena), com 1.100 alqueires, e Teodoro Pereira de Souza (genro de José de Aguiar de Toledo), com 1.026 alqueires.

**Gráfico I.5 – Distribuição dos Proprietários Rurais (com 100 alqueires ou menos).
Bananal, 1855-1858**



Fonte: APESP. **Registro Paroquial de Terras.** Bananal, 1855-1858 (158 proprietários).

Por conta do número elevado de proprietários com menos de 100 alqueires, elaborou-se o **Gráfico I.5** com o intuito de ampliar o foco nestas unidades produtivas e descortinar, *grosso modo*, outras faixas de tamanho de superfície (FTSs). Neste sentido, é possível observar a

“existência” de pelo menos cinco FTSs: 1) 18 ou menos alqueires; 2) 20 a 45 alqueires; 3) 53 a 60 alqueires; 4) 70 a 80 alqueires; 5) 86 a 100 alqueires. Vale registrar a mesma observação feita para o gráfico anterior: com base tão somente na dimensão destas propriedades não se pode determinar se os senhores pertencentes a uma mesma FTS possuíam características comuns.

Estes dois últimos gráficos de dispersão mostraram-se insuficientes para elucidar de forma adequada os tipos (padrões) de propriedades agrárias existentes em Bananal no período histórico em questão. Deste modo, foi necessário elaborar – na verdade, adaptar – um método analítico capaz de lançar luzes sobre o perfil da propriedade fundiária no apogeu da cafeicultura escravista bananalense. Sendo assim, cabe esmiuçar o método adotado.

Inicialmente, cruzamos os nomes dos inventariados ou inventariantes, cujos processos de inventário foram autuados entre os anos de 1851 e 1861, com os nomes dos senhores que declararam propriedades rurais no RPT. Este corte cronológico justifica-se, basicamente, por duas razões: 1) já assinalamos que grande parte dos registros de terra foi realizado no ano de 1856; por essa razão, selecionamos tão somente os inventários dos proprietários falecidos em até cinco anos antes ou cinco anos após a efetivação do cadastro no RPT; 2) segundo João Fragoso, a “elite agrária” – proprietários com mais de 1.000 ha (cerca de 207 alqueires geodésicos) – abandonava o mercado imobiliário formal (compra e venda de bens agrários lavrados em cartório), em média, onze anos antes de sua morte, ao passo que a média de retirada dos demais “lavradores” era de 6,2 a 7,7 anos.²⁸⁵ Nesse sentido, estabelecemos uma distância temporal limite de cinco anos, de modo a garantir que a fortuna agrária (terras, escravos e pés de café) arrolada nos inventários fosse, em grande medida, semelhante àquela possuída na época do cadastro no RPT. Com base em tais critérios, encontramos 30 inventários *post mortem* de senhores que registraram propriedades no RPT. Esta amostra é relativamente pequena para o objetivo proposto, qual seja, traçar o perfil socioeconômico dos proprietários rurais presentes no RPT. Apesar disso, pode-se afirmar que ela é representativa da fortuna agrária inventariada no período pela seguinte razão. Entre os anos de 1851 e 1861, chegaram até nós 73 inventários de cafeicultores escravistas; nestes processos, foram avaliados 4.890 escravos e 6.855,741 pés de café; nos 30 inventários elencados, arrolaram-se 2.916 cativos e 4.423,659 cafeeiros; assim, tal amostra contempla 41,1% dos cafeicultores escravistas, 59,6% dos escravos e 64,5% dos pés de café apreciados somente no município de Bananal.²⁸⁶ Além disso,

²⁸⁵ FRAGOSO, 2013, p. 83.

²⁸⁶ Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1851-1861.

vale notar que esses 30 senhores perfaziam 15,8% dos proprietários rurais, e controlavam 6.629 (42,4%) alqueires geodésicos de terra, segundo o RPT de Bananal.²⁸⁷ Portanto, assinala-se que, em termos gerais, a amostra selecionada, apesar de numericamente restrita, abarca proporção significativa do patrimônio fundiário inventariado.

É importante mencionar, ainda, que uma parcela desses inventariados possuía “bens de raiz” (terras, imóveis e cafeeiros) e “semoventes” (animais e cativos) em outros municípios. O comendador Luciano José de Almeida (c.1797-1854), por exemplo, era dono de propriedades situadas nas divisas de Bananal e Barra Mansa, além de possuir uma propriedade em Silveiras, São Paulo.²⁸⁸ Já as propriedades do tenente José Ferreira Gonçalves (c.1778-1858) espraiavam-se pelos municípios de Bananal, Barra Mansa e Rio Claro.²⁸⁹ Por sua vez, Joaquim Silvério Nogueira Cobra tinha bens de raiz e semoventes tanto em Bananal quanto em Baependi, Minas Gerais.²⁹⁰ Por fim, as unidades agrícolas pertencentes ao alferes José dos Santos Souza (c.1779-1857) eram encravadas em Bananal e Rio Claro.²⁹¹ Nos três primeiros casos, levou-se em consideração apenas os bens existentes no município bananalense, pois o RPT de Bananal contemplou, evidentemente, apenas as terras circunscritas a esta localidade. No que tange às unidades produtivas do alferes José dos Santos Souza, não se adotou o mesmo procedimento, visto que a análise deste inventário apontou que o centro de operações de seu complexo de fazendas situava-se em Rio Claro. Deste modo, substituímos a área registrada no RPT (4,5 alqueires geodésicos) pela área dos três quinhões de terra inventariados (23,5 alqueires).

O segundo passo consistiu em extrair dos inventários os seguintes informes: 1) nome e idade do inventariado;²⁹² 2) número de escravizados; 3) número de cativos jovens ou adultos

²⁸⁷ Cf. APESP, 1855-1858 (nº 1; 2; 5; 7; 9; 10; 13; 28; 30; 37; 38; 59; 69; 74; 78; 81; 90; 97; 100; 102; 128; 130; 162; 173; 177; 179; 189; 18, 19, 19A, 45, 46; 34, 39, 74; 62A).

²⁸⁸ Cf. INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446.

²⁸⁹ Cf. INVENTÁRIO do tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 16 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1764.

²⁹⁰ Cf. INVENTÁRIO de Mariana Esméria Nogueira da Silva. Cruzeiro: MMN, 23 maio 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 82, n. 1664. A inventariada era consorte de Nogueira Cobra.

²⁹¹ Cf. INVENTÁRIO do alferes José dos Santos Souza. Cruzeiro: MMN, 31 out. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 83, n. 1696.

²⁹² Sabe-se que, raramente, os inventários fornecem de modo objetivo a idade do falecido. Procurou-se, então, levantar esta informação a partir do cruzamento de diversas fontes primárias. Nesse sentido, buscamos os inventariados e inventariantes nas listas nominativas, especialmente as de 1817, 1822 e 1829, e em uma Base de Dados composta por testemunhas. Ao longo das pesquisas de mestrado e doutorado, coletou-se o nome, a idade, a cor, o estado conjugal, a procedência e a ocupação de quase 600 indivíduos que prestaram depoimentos à justiça entre os anos de 1818 e 1881. Estas testemunhas prestaram depoimentos em diversos tipos de processos, quais sejam: justificação para tutora; legalização de dívida; justificação de dívida; justificação para casamento; ação de libelo civil; justificação para emancipação; justificação para habilitação de herdeiros; justificação para suprimento de idade; ação de força nova; embargo etc. O entrecruzamento destas Bases de Dados – a de listas nominativas e a de testemunhas – permitiu, portanto, estipular a idade de quase todos os inventariados e inventariantes. Interessante notar que, para os sujeitos presentes, simultaneamente, nas listas nominativas e no rol de testemunhas,

(10 a 49 anos); 4) quantidade de pés de café plantados; 5) número médio de cafeeiros cultivados pelo total de escravizados; 6) número médio de cafeeiros cultivados por cativos jovens ou adultos; 7) número de trabalhadores livres (mão de obra familiar, inclusive genros e noras) com 10 anos ou mais;²⁹³ 8) e a quantidade de bestas arreadas (animais utilizados no transporte dos grãos de café para os portos de Angra dos Reis). Reitera-se que foram considerados tão somente os bens existentes no município de Bananal. Em relação ao RPT, coletamos os seguintes dados: 1) nome do proprietário; 2) e área declarada.

Dos 30 proprietários elencados, 17 deles tiveram seus inventários *post mortem* autuados antes ou durante a realização do cadastro no RPT, ou seja, entre 1851 e 1856. Dentre esses casos, foi necessário “reconstituir” as parcelas fundiárias de duas propriedades, a do comendador Luciano José de Almeida (c.1797-1854) e a de Joaquim Antônio de Carvalho (c.1787-1855), pois houve, de fato, a fragmentação das terras após a partilha dos bens avaliados nos inventários. Nos demais casos, portanto, isso não ocorreu. No primeiro caso, referente ao comendador Luciano José de Almeida,²⁹⁴ procedemos da seguinte maneira: a partir do RPT, realizado dois anos após o seu falecimento, em 23 de maio de 1856, procuramos os registros feitos pelos onze herdeiros do fazendeiro-capitalista. Maria Joaquina de Almeida, viúva do comendador, declarou dois quinhões de terra: o primeiro, situado na Jararaca, tinha 225 alqueires geodésicos; o segundo correspondia às terras da fazenda Boa Vista, com 349,5 alqueires, principal unidade produtiva do complexo de fazendas.²⁹⁵ Ela declarou, ainda, quatro quinhões de terra, na fazenda Cachoeira, que pertenciam formalmente aos quatro filhos menores do casal, Laurindo José de Almeida (30 alqueires), Luiz José de Almeida (30 alqueires), Antônio Luiz de Almeida (30 alqueires) e Maria Luiza de Almeida (30 alqueires).²⁹⁶ Por seu turno, dois genros do casal – José de Aguiar Vallim Filho, consorte de Alexandrina Maria de Almeida, e João de Azevedo Carneiro Maia, cônjuge de Antônia Cândida de Almeida – declararam, cada qual, a posse de 30 alqueires, cujas terras foram obtidas mediante legítima paterna do comendador Luciano.²⁹⁷ A área desses oito quinhões de terra igualava-se a 754,5

as idades registradas mostraram-se incrivelmente semelhantes. Exceto nos casos de imigrantes, cujas idades eram muito díspares entre si.

²⁹³ Para estabelecer o início da idade produtiva entre a população livre, valemo-nos, sobretudo, do trabalho de Lia Fukui, que apontou que “[...] por volta de nove ou dez anos, uma criança é capaz de trabalhar no mesmo ritmo de seus pais; é capaz também de escolher os melhores solos e prepará-los para o cultivo”. Cf. FUKUI, Lia F. G. A ‘riqueza do pobre’: relação pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 14, p. 67-77, 1973. p. 71.

²⁹⁴ Cf. INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446.

²⁹⁵ Cf. APESP, 1855-1858 (nº 19, 19A).

²⁹⁶ Cf. *Ibid.*, (nº 18).

²⁹⁷ Cf. *Ibid.*, (nº 45, 46).

alqueires. Já o inventário *post mortem* do fazendeiro-capitalista indicava que, em Bananal, a dimensão de suas terras era de 1.065,257 alqueires, diferença de 40% em relação ao RPT. As parcelas fundiárias herdadas por outros quatro sucessores não puderam ser recuperadas a partir do RPT.²⁹⁸ Ao menos quatro hipóteses justificam tal fato. Primeira: os sucessores herdaram somente as terras situadas em Barra Mansa e/ou Silveiras. Segunda: eles receberam, em legítima, quinhões de terra em Bananal, mas não os mencionaram de forma explícita no RPT. Terceira: eles foram agraciados com outros bens, como escravos, plantações de café, imóveis urbanos, títulos da dívida pública etc. Quarta: as áreas declaradas no RPT pelos sucessores supracitados eram divergentes em relação àquelas avaliadas no inventário. Seja como for, o fato é que, apesar desta suposta lacuna, pôde-se “reconstituir”, *grosso modo*, a propriedade fundiária outrora pertencente ao comendador Luciano José de Almeida.

No que diz respeito à propriedade de Joaquim Antônio de Carvalho²⁹⁹ adotou-se o mesmo procedimento, isto é, buscaram-se os quinhões declarados pelos herdeiros no RPT. Eram três os herdeiros deste cafeicultor: I) Flora Gonçalves Pena, viúva de Carvalho, que se casou, em segundas núpcias, com Henrique Pereira Cardoso; II) Antônio José de Carvalho Queirós; III) Maria Joaquina Gonçalves, consorte de Manoel Antônio de Carvalho. Henrique Pereira declarou 20 alqueires;³⁰⁰ o segundo, por seu turno, registrou 24 alqueires;³⁰¹ assim como Manoel Antônio, que também declarou 24 alqueires.³⁰² Portanto, a propriedade pertencente ao casal de Joaquim Antônio e Flora Gonçalves era equivalente a 68 alqueires.

A par de todos os informes pinçados do RPT e dos inventários *post mortem*, elaboramos outros dois gráficos de dispersão de modo a averiguar a existência de correlações entre a área declarada e o número de escravizados (**Gráfico I.6**) e a área declarada e a quantidade de pés de café plantados (**Gráfico I.7**).

²⁹⁸ Os quatro herdeiros eram: I) Domiciana Maria de Almeida Vallim, esposa de Manoel de Aguiar Vallim; II) Placídia Maria de Almeida, cônjuge de Pedro Ramos Nogueira; III) Francisca Carolina de Almeida, casada com Manoel de Freitas Silva; IV) Claudino José de Almeida, filho natural perfilhado do comendador Luciano José de Almeida. Para os registros de terras dos herdeiros I, II e IV, ver: APESP, 1855-1858 (nº 17, 17A, 17B; 165; 23).

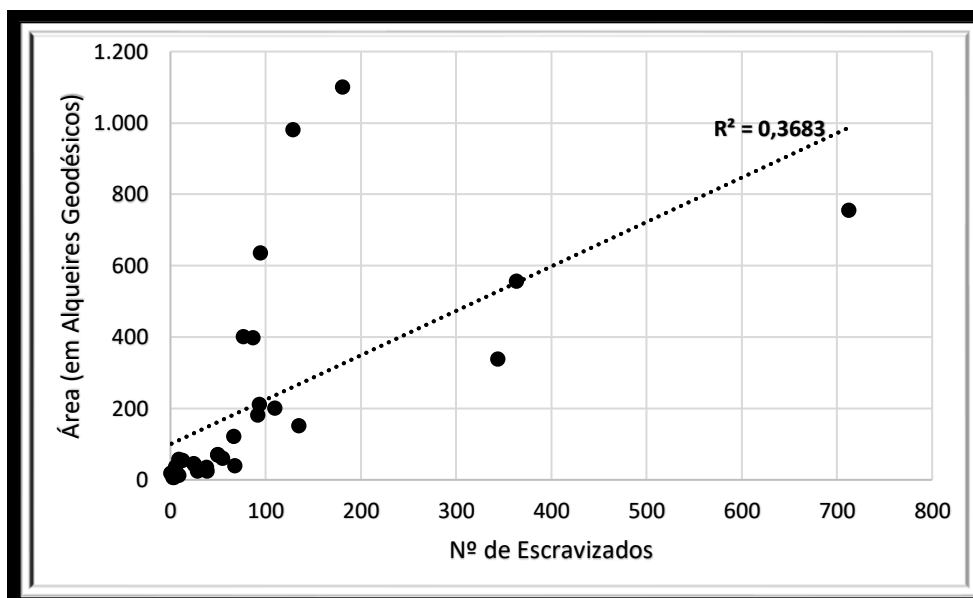
²⁹⁹ Cf. INVENTÁRIO de Joaquim Antônio de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 22 set. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 76, n. 1535.

³⁰⁰ Cf. APESP, 1855-1858 (nº 39).

³⁰¹ Cf. Ibid., (nº 34).

³⁰² Cf. Ibid., (nº 74). Vale notar que este senhor declarou, ainda, uma outra propriedade (19 alqueires), que foi doada por sua avó materna, Inácia Gonçalves Pena, além de um terreno urbano. Por não fazerem parte do espólio inventariado de Joaquim Antônio de Carvalho, tais propriedades não foram incluídas neste exercício de “recomposição” fundiária.

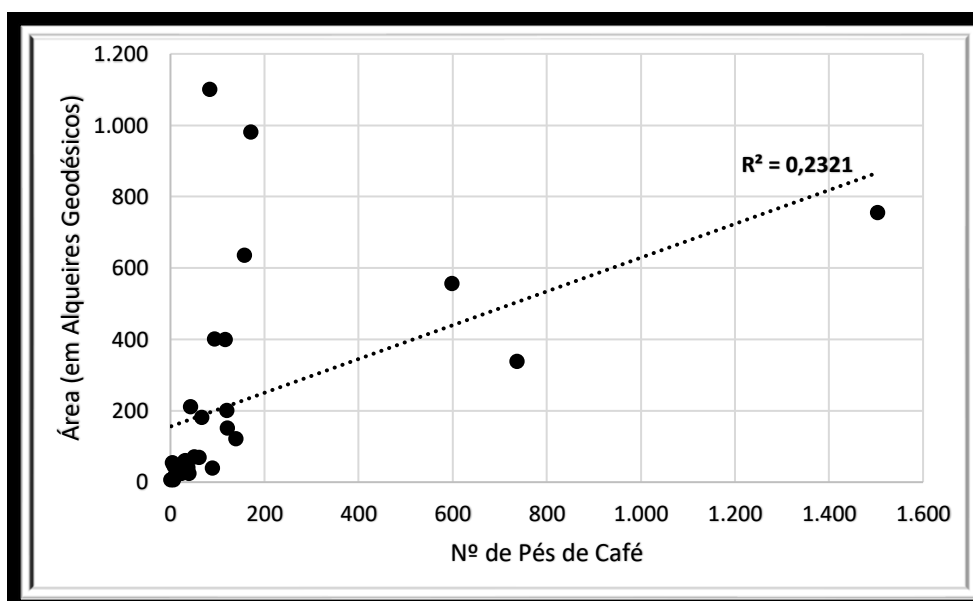
Gráfico I.6 – Correlação entre a Área da Propriedade Rural e o Número de Escravizados. Bananal, 1851-1861



Fontes: APESP. **Registro Paroquial de Terras.** Bananal, 1855-1858 (30 proprietários); INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1851-1861 (30 inventariados).

Notas: a área das propriedades fundiárias foi obtida a partir do RPT, e o número de cativos foi extraído dos inventários *post mortem*.

Gráfico I.7 – Correlação entre a Área da Propriedade Rural e o Número de Pés de Café. Bananal, 1851-1861



Fontes: APESP. **Registro Paroquial de Terras.** Bananal, 1855-1858 (29 proprietários); INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1851-1861 (29 inventariados).

Notas: I) exclusive um dos proprietários, o casal de comerciantes Manoel da Silva Reis e Joana Maria Leal, que, embora proprietários rurais (17,250 alqueires) e escravista (um cativo), não tinha plantações de café; II) a área das propriedades fundiárias foi obtida a partir do RPT, e o número de pés de café foi extraído dos inventários *post mortem*.

O primeiro gráfico confirma a hipótese inicial, qual seja, a de que havia, de fato, correlação positiva ($R=0,607$) entre a dimensão da propriedade fundiária e o número de escravizados. Desperta a atenção o fato de o coeficiente de correlação ter se mostrado similar ao encontrado no período de implantação da atividade cafeeira ($R=0,571$). Denota-se, assim, que o modelo analítico proposto é pertinente e, portanto, permite desvendar o perfil socioeconômico dos proprietários presentes no RPT. O segundo gráfico, por seu turno, evidencia, igualmente, a existência de correlação positiva ($R=0,482$) entre a área da propriedade agrária e o número de cafeeiros cultivados. Os dados de ambos os gráficos demonstram, deste modo, que o aumento no tamanho das escravarias e no montante de cafeeiros plantados dependia essencialmente da disponibilidade de terras. Por essa razão, a concentração fundiária nas mãos de poucas famílias no período de montagem da cafeicultura escravista em Bananal foi um vetor decisivo para o deslanche desta atividade a partir da década de 1830. O que permitiu a essas famílias um grande acúmulo de poder político e econômico.

O entrecruzamento das variáveis obtidas a partir do RPT e dos inventários *post mortem* permitiu chegarmos a uma classificação dos tipos de proprietários rurais existentes em Bananal em meados do Oitocentos, que, vale salientar, trata-se das mesmas faixas de tamanho de superfície (FTSs) encontradas na fase de montagem da cafeicultura. São eles: **grupo A** (19 alqueires geodésicos ou menos), **grupo B** (20 a 47 alqueires), **grupo C** (48 a 99 alqueires), **grupo D** (100 a 235 alqueires), **grupo E** (236 a 505 alqueires) e **grupo F** (506 alqueires ou mais). A distribuição dos donos de terra, a área ocupada e o tamanho médio das propriedades podem ser vistos na **Tabela I.8**.

Tabela I.8 – Classificação dos Proprietários Rurais Encontrados nos Inventários por FTS. Bananal, 1855-1858

FTS	Proprietários Rurais		Área Ocupada (em Alqueires)		Área Média (em Alqueires)
	N	%	N	%	N
A	4	13,3	40	0,6	10
B	8	26,7	260	3,9	32
C	5	16,7	308	4,6	62
D	5	16,7	861	13,0	172
E	3	10,0	1.135	17,1	378
F	5	16,7	4.024	60,7	805
Total	30	100,0	6.629	100,0	221

Fonte: APESP. Registro Paroquial de Terras. Bananal, 1855-1858.

Notas: *grupo A* (19 alqueires ou menos); *grupo B* (20 a 47 alqueires); *grupo C* (48 a 99 alqueires); *grupo D* (100 a 235 alqueires); *grupo E* (236 a 505 alqueires); *grupo F* (506 alqueires ou mais).

Como se pode notar, há um número diminuto de casos (entre três e oito) para cada uma das camadas de proprietários, o que pode fragilizar a análise do perfil socioeconômico dos senhores de terra. Por isso, procuramos tomar o devido cuidado para não “carregar nas tintas”. Desta forma, deve-se ter em vista que os dados apresentados podem conter certas distorções, principalmente quando nos referirmos às médias (número de escravizados por proprietário, relação de cafeeiros por cativo jovem/adulto etc.). O que se pretende, portanto, é simplesmente mapear os padrões (tendências) que ocorriam nas distintas FTSs. Apesar das limitações citadas, é possível perceber uma certa coerência no que diz respeito ao aumento da riqueza conforme a dimensão das propriedades. Reitera-se, nesse sentido, que um dos objetivos, ao buscar a classificação dos donos de terra de Bananal, foi lançar luzes a respeito da rede fundiária no Vale do Paraíba cafeeiro. Além disso, intenta-se fornecer subsídios para que outros estudiosos possam destrinchar a composição socioeconômica dos proprietários rurais presentes no RPT.

2.4 Perfil e distribuição dos proprietários rurais

É válido salientar, primeiramente, dois elementos basilares a distinguir os proprietários rurais arrolados no RPT (1855-8) em relação aos senhores cadastrados no Inventário dos Bens Rústicos (1819), isto é, entre as fases de montagem e apogeu da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba cafeeiro. O primeiro deles é que, na década de 1850, todos os donos de terra eram detentores da posse de escravizados. A **Tabela I.9** mostra, por um lado, a difusão da propriedade cativa entre senhores de terra de pequeno porte; por outro, evidencia a concentração social da propriedade de escravizados pelos proprietários de grande porte. Os **grupos A, B e C** (56,7% do total) detinham tão somente 14,7% de toda a escravaria arrolada nos inventários, ao passo que o **grupo F** (16,7% do total) controlava metade da mão de obra escravizada de Bananal.

É importante ressaltar que a mesma **Tabela I.9** abarca apenas uma diminuta fração de abastados proprietários rurais. Isto se deve à natureza das fontes compiladas. Como se sabe, o RPT contemplou somente os donos de terra. Por isso, o número de proprietários registrados nesse cadastro rural era ínfimo diante do total de habitantes existentes em Bananal no mesmo

período. Os 199 senhores que arrolaram suas propriedades no RPT perfaziam apenas 8,1% da população (livre) economicamente ativa (10 a 59 anos).³⁰³

No que se refere aos inventários *post mortem*, é sabido que tais processos não abarcavam todos os agentes socioeconômicos de uma determinada região, já que nem todos eles eram obrigados por lei a dar abertura a esse tipo de processo. O Estado exigia, na letra da lei, a autuação de um inventário apenas em três casos: I) se houvesse herdeiros menores de 21 anos; II) caso um sujeito falecesse com testamento, ainda que sem herdeiros necessários; III) e, se na ausência de herdeiros, um determinado indivíduo tivesse deixado bens. Neste sentido, os inventariados que registraram propriedades rurais no RPT correspondiam, portanto, a uma pequena parcela da sociedade escravista de Bananal. É por essa razão que os dados disponíveis na **Tabela I.9** parecem indicar uma concentração social da propriedade de escravizados bem mais elevada que a existente no período histórico retratado.

**Tabela I.9 – Distribuição dos Proprietários Rurais e dos Escravizados Segundo as FTSs.
Bananal, 1851-1861**

FTS	Proprietários Rurais		Escravizados	
	N	%	N	%
A	4	13,3	17	0,6
B	8	26,7	234	8,0
C	5	16,7	177	6,1
D	5	16,7	498	17,1
E	3	10,0	508	17,4
F	5	16,7	1.482	50,8
Total	30	100,0	2.916	100,0

Fontes: APESP. **Registro Paroquial de Terras.** Bananal, 1855-1858; **INVENTÁRIOS *post mortem*.** Cruzeiro: MMN, 1851-1861.

Notas: I) a área das propriedades foi obtida a partir do RPT, e o número de escravizados foi extraído dos inventários *post mortem*; II) *grupo A* (19 alqueires ou menos); *grupo B* (20 a 47 alqueires); *grupo C* (48 a 99 alqueires); *grupo D* (100 a 235 alqueires); *grupo E* (236 a 505 alqueires); *grupo F* (506 alqueires ou mais).

Um segundo aspecto peculiar aos donos de terra de Bananal diz respeito ao evidente predomínio de produtores de café. Quase todos os proprietários rurais tinham como principal atividade econômica o cultivo de cafeeiros; além disso, eles combinavam essa atividade com a produção de mantimentos (milho, feijão, arroz e farinha de mandioca) para o abastecimento de

³⁰³ APESP, 1855-1858; Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo, 1854 (II). In: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do passado:** dados demográficos, 1854. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998. p. 31-71.

suas unidades produtivas, e com a criação de animais (bovinos e suínos).³⁰⁴ A distribuição de cafeeiros segundo as FTSs é muito similar à repartição de cativos. Os proprietários de pequeno porte – **grupos A, B e C** (55,1% do total) – possuíam apenas 10,6% dos arbustos de café inventariados; já os proprietários de grande porte – **grupo F** (17,2% do total) eram donos de 56,9% dos pés avaliados entre 1851-61; por fim, os proprietários de médio porte – **grupos D e E** (27,5% do total) detinham 32,6% das árvores de café (**Tabela I.10**). Vale a ressalva delineada há pouco, isto é, de que as fontes consultadas tendem a superestimar a concentração social de escravizados e de cafeeiros.

Tabela I.10 – Distribuição dos Proprietários Rurais e dos Pés de Café Segundo as FTSs. Bananal, 1851-1861

FTS	Proprietários Rurais		Pés de Café	
	N	%	N	%
A	3	10,3	16.700	0,4
B	8	27,6	268.600	6,1
C	5	17,2	179.509	4,1
D	5	17,2	493.550	11,2
E	3	10,3	948.500	21,4
F	5	17,2	2.516.800	56,9
Total	29	100,0	4.423.659	100,0

Fontes: APESP. *Registro Paroquial de Terras*. Bananal, 1855-1858; *INVENTÁRIOS post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1851-1861.

Notas: I) exclusive um dos proprietários, o casal de comerciantes Manoel da Silva Reis e Joana Maria Leal, que, embora proprietários rurais (17,250 alqueires) e escravista (um cativo), não tinha plantações de café; II) a área das propriedades foi obtida a partir do RPT, e o número de pés de café foi extraído dos inventários *post mortem*; III) *grupo A* (19 alqueires ou menos); *grupo B* (20 a 47 alqueires); *grupo C* (48 a 99 alqueires); *grupo D* (100 a 235 alqueires); *grupo E* (236 a 505 alqueires); *grupo F* (506 alqueires ou mais).

Dediquemo-nos, agora, à análise dos padrões comungados pelos proprietários, segundo as distintas faixas de tamanho de superfície (FTSs). O **grupo A** era composto pelos (quatro) proprietários possuidores de 19 ou menos alqueires geodésicos.³⁰⁵ Havia um predomínio de miniescravistas, pois três senhores detinham a posse de quatro ou menos cativos. Em relação à ocupação, a maioria dedicava-se ao plantio de café (três casos), e somente um deles tinha como

³⁰⁴ A única exceção coube ao casal de comerciantes Manoel da Silva Reis e Joana Maria Leal. Donos do “sítio da Pedra”, com 17,250 alqueires, e detentores de um único cativo, Manoel e Joana não cultivavam pés de café. Cf. *INVENTÁRIO* de Joana Maria Leal. Cruzeiro: MMN, 11 maio 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 89, n. 1843.

³⁰⁵ APESP, 1855-1858 (nº 128, 59, 102, 69); *INVENTÁRIO* de Francisca de Moura Guimarães. Cruzeiro: MMN, 18 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1436; *INVENTÁRIO* de Manoel Barbosa Pinto. Cruzeiro: MMN, 22 jun. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1508; *INVENTÁRIO* de Francisco Rodrigues Vieira. Cruzeiro: MMN, 23 jun. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1509; *INVENTÁRIO* de Joana Maria Leal. Cruzeiro: MMN, 11 maio 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 89, n. 1843.

atividade principal o comércio. As duas características mais marcantes do grupo A eram: 1) a combinação de mão de obra escravizada com a força de trabalho livre familiar (10 anos ou mais) nos afazeres agrícolas; 2) e a ausência de “bestas arreadas”, imprescindíveis para o transporte do café para os portos de embarque em Angra dos Reis. Neste caso, os proprietários poderiam, então, comercializar “na terra” a produção de café, ou seja, negociá-la com outros cafeicultores ou até mesmo com os negociantes da vila urbana.³⁰⁶ Ou, ainda, poderiam remetê-las através de tropas alheias, quando parte dos lucros auferidos ficava retido pelos donos das tropas, sejam tropeiros profissionais, sejam produtores de café situados nas camadas superiores. De todo modo, o que vale destacar é que a capacidade de acumulação de riquezas e, portanto, as possibilidades de ascensão social do grupo A eram, em tese, limitadas.

Conforme já foi dito, a força de trabalho familiar cumpria papel fundamental no funcionamento pleno das unidades produtivas em análise. Os inventários *post mortem* raramente informavam, de modo explícito, sobre o emprego de trabalhadores livres nas tarefas relacionadas ao plantio, à colheita e ao beneficiamento dos grãos de café. No entanto, se considerarmos a relação do número de cafeeiros por escravizado jovem/adulto (10 a 49 anos), pode-se inferir que essa mão de obra participava de tais atividades. Com base nos três cafeicultores do grupo A, observa-se que cada cativo jovem/adulto repartia, em média, 2.386 pés, índice superior ao “postulado” por Taunay.³⁰⁷ Sendo assim, é razoável supor que os proprietários e seus familiares (cônjuge, filhos, filhas, genros e noras) labutassem com os escravizados nas lavouras de café. É claro que o ritmo de trabalho realizado pelos familiares deveria ser menos intenso em comparação ao que se exigia dos escravizados. É importante considerar, ainda, outras duas hipóteses explicativas acerca da elevada alocação de cafeeiros por escravo jovem/adulto. Primeira: os proprietários poderiam recorrer ao trabalho de mutirão, muito comum entre os lavradores pobres, no qual os vizinhos se reuniam para ajudar na colheita.³⁰⁸ Segunda: eles poderiam, ainda, alugar mão de obra cativa de terceiros durante as safras, quando a carga de trabalho aumentava nas unidades produtivas. Como não há evidências,

³⁰⁶ As listas nominativas de 1814, 1816, 1822, 1825, 1828 e 1829 indicam, para grande parte dos produtores de café, o destino da produção. Cf. MARCONDES, Renato L.; MOTTA, José F. Preços e comercialização do café no Vale do Paraíba paulista: Bananal em inícios do século XIX. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 183-209, 1999.

³⁰⁷ Carlos Augusto Taunay, em seu **Manual**, publicado pela primeira vez em 1839, assinalou que “para levar ao mercado 2 mil arrobas [de café] é preciso ter ao menos 100 mil pés, os quais pedem para cima de cinquenta pretos para sua lavoura”. Fazendo uma divisão simples entre os 100 mil pés de café pelos 50 escravos, cada trabalhador em condições de trabalho e bom estado de saúde se encarregaria, em média, de 2 mil pés de café por safra. Cf. TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. 1. ed., 1839. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 130.

³⁰⁸ A esse respeito, ver, entre outros: FRANCO, Maria Sylvania de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 1. ed., 1969. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. p. 30-42.

na documentação coligida, que permitam validar estas duas hipóteses alternativas, partiremos da premissa de que os produtores de café do grupo A valiam-se essencialmente do uso da mão de obra familiar. Deste modo, ao incorporarmos os familiares livres ao eito, juntamente com os escravos jovens/adultos, a alocação média de arbustos de café reduzia-se a 596 pés de café por trabalhador.

O grupo A possuía, em média, quatro escravizados, 5,5 mil pés de café, 10 alqueires de terra e um patrimônio (monte-mor) de 6:200\$000. Dos quatro proprietários rurais, dois deles teriam realizado uma primeira partilha formal de bens entre os seus herdeiros, o que justificaria, parcialmente, a “pobreza” relativa desta camada de proprietários.³⁰⁹

O **grupo B** era constituído pelos (oito) proprietários detentores de 20 a 47 alqueires geodésicos.³¹⁰ Aparentemente, esta era a camada mais heterogênea dos senhores de terra, pois comportava diversos grupos de escravistas. A despeito disso, havia tendência ao predomínio de médios escravistas (cinco casos). Os outros proprietários eram miniescravistas (um caso), pequenos escravistas (um caso) e grandes escravistas (um caso).³¹¹ O grupo B tinha, em média, 24 escravos, 25,5 mil pés de café, 32 alqueires de terra e um patrimônio da ordem de 52:400\$000.³¹² Percebe-se, portanto, que estes proprietários se situavam em um patamar superior perante os do grupo A, muito por conta da fortuna acumulada ao término de suas vidas.

No que respeita à força de trabalho predominante nessas propriedades, os dados parecem sugerir que metade dos proprietários empregava apenas trabalhadores escravizados³¹³ e a outra

³⁰⁹ Cf. *Ibid.*; INVENTÁRIO de Francisca de Moura Guimarães. Cruzeiro: MMN, 18 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1436.

³¹⁰ APESP, 1855-1858 (nº 37, 78, 5, 130, 189, 74, 9, 162); INVENTÁRIO de Placidina Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 63, n. 1254; INVENTÁRIO de José Pinto Cabral. Cruzeiro: MMN, 21 abr. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1566; INVENTÁRIO de Augusta Maria Nogueira. Cruzeiro: MMN, 30 abr. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1570; INVENTÁRIO de João Paim da Câmara. Cruzeiro: MMN, 7 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1588; INVENTÁRIO do alferes José dos Santos Souza. Cruzeiro: MMN, 31 out. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 83, n. 1696; INVENTÁRIO de Manoel Antônio de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 9 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 85, n. 1762; INVENTÁRIO de Custódio Gonçalves da Rocha. Cruzeiro: MMN, 12 mar. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 92, n. 1922; INVENTÁRIO do capitão Antônio Mariano da Ressurreição. Cruzeiro: MMN, 28 nov. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 99, n. 2094.

³¹¹ Vale lembrar que os *miniescravistas* detinham a posse de quatro ou menos cativos; os *pequenos* tinham de cinco a 19 cativos; os *médios* mantinham o domínio de 20 a 49 cativos; e os *grandes* possuíam entre 50 e 99 cativos.

³¹² Para dirimir eventuais distorções no cálculo médio das escravarias e dos cafezais, retirou-se da amostra o inventário de Augusta Maria Nogueira (grande escravista), cujos bens eram maiores que os dos demais proprietários do grupo. Caso mantivéssemos tal processo na amostra, a média de cativos e de pés de café subiria, respectivamente, para 29 e 33,5 mil. Cf. INVENTÁRIO de Augusta Maria Nogueira. Cruzeiro: MMN, 30 abr. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1570.

³¹³ Cf. *Ibid.*; INVENTÁRIO do alferes José dos Santos Souza. Cruzeiro: MMN, 31 out. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 83, n. 1696; INVENTÁRIO de Custódio Gonçalves da Rocha. Cruzeiro: MMN, 12 mar. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 92, n. 1922; INVENTÁRIO do capitão Antônio Mariano da Ressurreição. Cruzeiro: MMN, 28 nov. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 99, n. 2094.

metade labutava juntamente com os seus escravizados.³¹⁴ No primeiro caso, a alocação média de pés de café igualava-se a 1,3 mil pés por escravo jovem/adulto, e, no segundo caso, o índice correlato era de 1,5 mil pés por trabalhador (cativos + mão de obra livre familiar). Pode-se apontar, portanto, a tendência ao aumento da exploração da mão de obra conforme o aumento das FTSs, uma vez que o número médio de cafeeiros por escravo jovem/adulto e/ou trabalhador mostrou-se mais elevado no grupo B em comparação ao grupo A.

Outra característica comum do grupo B concernia à presença minoritária de donos de tropas arreadas. Somente três proprietários (todos com mais de 25 escravos) possuíam tropas – média de 23 muares por senhor – para o transporte de café até os portos de Angra dos Reis. Os produtores de café destituídos de tropas eram obrigados a comercializar os grãos colhidos e beneficiados com os fazendeiros de grande porte. É o caso de Custódio Gonçalves da Rocha, dono de 25 escravos, 8 mil pés de café e 44,5 alqueires de terra.³¹⁵ De acordo com o seu inventário, a viúva inventariante, Luiza Gonçalves Pena, negociou, no curso dos trâmites do processo, parte da safra de café com Rita Tereza dos Santos, fazendeira de café em Bananal. Portanto, pode-se assinalar que os grupos A e B tinham possibilidades limitadas de ascenderem na hierarquia social, na medida em que uma fração dos lucros granjeados com a exportação de café era abocanhada por outros fazendeiros ou negociantes munidos de tropas de muares.

Em resumo, pôde-se constatar a existência de um padrão comum entre os grupos A e B, sobretudo em relação aos donos de 19 ou menos cativos. Em primeiro lugar, eles conjugavam o uso de trabalhadores escravizados com a mão de obra livre familiar nas lavouras cafeeiras. Em segundo lugar, por não possuírem tropas arreadas, viam-se obrigados a comercializar a sua produção de café com os maiores proprietários, ou, alternativamente, despachavam os grãos colhidos e beneficiados por meio das tropas de terceiros. Ao que tudo indica, a distinção fundamental entre os grupos A e B parece repousar na dimensão das escravarias, dos pés de café e da área ocupada pelas propriedades, além do patrimônio auferido ao cabo de suas vidas.

Os (cinco) proprietários do **grupo C**, por seu turno, possuíam entre 48 e 99 alqueires geodésicos.³¹⁶ Eles tinham, em média, 35 escravos, 36 mil pés de café, 62 alqueires de terras e

³¹⁴ Cf. INVENTÁRIO de Placidina Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 63, n. 1254; INVENTÁRIO de José Pinto Cabral. Cruzeiro: MMN, 21 abr. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1566; INVENTÁRIO de João Paim da Câmara. Cruzeiro: MMN, 7 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1588; INVENTÁRIO de Manoel Antônio de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 9 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 85, n. 1762.

³¹⁵ Cf. INVENTÁRIO de Custódio Gonçalves da Rocha. Cruzeiro: MMN, 12 mar. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 92, n. 1922

³¹⁶ APESP, 1855-1858 (nº 2; 34, 39, 74; 38; 1; 179); INVENTÁRIO de Antônio Ribeiro da Silva. Cruzeiro: MMN, 9 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1434; INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS de Joaquim Antônio de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 22 set. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 76, n. 1535; INVENTÁRIO

um patrimônio de 68:000\$000. Com base nestes dados, pode-se assinalar a tendência ao aumento da riqueza em comparação aos estratos inferiores.

Além disso, podemos destacar outras características desse grupo. Nessa camada não foram encontrados detentores de quatro ou menos cativos. A amostra obtida parece indicar a presença de pequenos e grandes escravistas, respectivamente, dois e três casos. Ademais, havia a tendência ao uso exclusivo de mão de obra escravizada nas lavouras de café. Os dados apontam que os senhores com 50 cativos ou mais (três casos) contavam apenas com trabalhadores escravizados, visto que a alocação de cafeeiros por escravo girava em torno de 2 mil pés por cativo jovem/adulto.³¹⁷

No que se refere aos outros dois proprietários, os dados sugerem a combinação de mão de obra escravizada com a força de trabalho livre familiar. Tal é o caso de Antônio Ribeiro da Silva, cônjuge de Maria Custódia da Conceição, e dono de nove escravizados. Neste caso, a alocação de cafeeiros caía de 3,7 mil pés por escravo jovem/adulto para 1,3 mil pés por trabalhador.³¹⁸ Já o curatelado Antônio Ferreira Pena, senhor de 13 cativos, subutilizava a sua força de trabalho, tendo em vista a baixa relação de arbustos de café por escravo jovem/adulto (índice = 490).³¹⁹ Aliás, vale destacar que este proprietário era descendente de um dos maiores produtores de café bananalense na primeira metade do Oitocentos, o já mencionado guardamora Joaquim Ferreira Pena (c.1763-1848). Apesar disso, Antônio Ferreira não conseguiu ascender na hierarquia social, provavelmente devido ao seu estado de saúde – curatelado desde 1843 – e à suposta falta de zelo de seus curadores para com a gestão do patrimônio herdado.

Há evidências, na documentação coligida, sugerindo que o grupo C possuía suas próprias tropas arreadas. Ao menos três proprietários – que tinham, em média, 26 bestas – despachavam as safras de café obtidas em suas propriedades. Dentre os produtores de café desprovidos de tropas, um deles era o já aludido Antônio Ferreira Pena. O outro, Joaquim

AMIGÁVEL *INTER-VIVOS* de Antônio Ferreira Pena e Maria Gertrudes da Conceição. Cruzeiro: MMN, 20 fev. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1714; INVENTÁRIO do tenente Manoel Dias de Freitas. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 112, n. 2419; INVENTÁRIO de Joaquim Ferreira de Castilho. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 98, n. 2067.

³¹⁷ Cf. INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS de Joaquim Antônio de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 22 set. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 76, n. 1535; INVENTÁRIO do tenente Manoel Dias de Freitas. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 112, n. 2419; INVENTÁRIO de Joaquim Ferreira de Castilho. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 98, n. 2067.

³¹⁸ Cf. INVENTÁRIO de Antônio Ribeiro da Silva. Cruzeiro: MMN, 9 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1434.

³¹⁹ Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL *INTER-VIVOS* de Antônio Ferreira Pena e Maria Gertrudes da Conceição. Cruzeiro: MMN, 20 fev. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1714.

Ferreira de Castilho, remetia seu café ao porto de Jurumirim, em Angra dos Reis, por meio da tropa de Rita Tereza dos Santos.³²⁰

O **grupo D** reunia os (cinco) proprietários com 100 a 235 alqueires geodésicos.³²¹ Estes senhores – além dos integrantes dos grupos E e F – situavam-se no topo da hierarquia social de Bananal, pois, no curso de suas vidas, foram bem-sucedidos na atividade cafeeira, acumulando prestígio, poder e riqueza.

Os integrantes do grupo D tendiam a ser compostos, essencialmente, por grandes e megaescravistas, respectivamente, três e dois casos. Estes proprietários tinham, em média, 100 escravizados, 98,7 mil pés de café, 172 alqueires de terra e um patrimônio de 158:000\$000.³²² A principal característica dos proprietários desse grupo alicerçava-se na capacidade de formação de complexos produtivos. Estes, a seu turno, poderiam ocorrer de dois modos distintos. O primeiro deles correspondia às unidades produtivas anexas umas às outras. É o caso, por exemplo, do complexo de fazendas do tenente José Ferreira Gonçalves (c.1778-1858), mencionado anteriormente, disseminado pelos municípios de Bananal, Barra Mansa e Rio Claro.³²³ A fazenda Marrecas, em Bananal, e a fazenda Bom Retiro, em Barra Mansa, conformavam unidades produtivas completas, pois cada qual era constituída pelo terreiro, imóveis, escravos, cafeeiros e todos os itens indispensáveis para a produção de café. Já as propriedades situadas no “Carioca”, em Bananal, e “Negros”, em Rio Claro, ambas às margens da estrada, correspondiam, tudo indica, a pontos de apoio para os tropeiros, na medida em que continham “ranchos de passageiros” e “casa de negócios”.

Em segundo lugar, pode-se apontar a formação de complexos de fazendas cujas unidades produtivas não eram adjacentes. Este parece ser o caso do complexo pertencente a Francisco Luiz da Costa, cônjuge de Inácia Ribeiro de Aguiar (uma das herdeiras de José de

³²⁰ Cf. INVENTÁRIO de Joaquim Ferreira de Castilho. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 98, n. 2067. Cabe destacar que este proprietário teve, em 1836, uma filha natural com a referida fazendeira Rita Tereza dos Santos.

³²¹ APESP, 1855-1858 (nº 28, 81, 177, 13, 10); INVENTÁRIO de Inácia Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 19 maio 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1578; INVENTÁRIO de Inácia Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 28 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1594; INVENTÁRIO de Mariana Esméria Nogueira da Silva. Cruzeiro: MMN, 23 maio 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 82, n. 1664; INVENTÁRIO do tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 16 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1764; INVENTÁRIO E PARTILHA AMIGÁVEL de João Dias de Freitas. Cruzeiro: MMN, 5 nov. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 91, n. 1897.

³²² Para o cálculo médio do monte-mor, excluiu-se o inventário do tenente José Ferreira Gonçalves, pois a riqueza bruta (866:775\$578) acumulada por este cafeeiro-negociante era cerca de seis vezes maior que a dos demais cafeeiros do grupo. Se o incluíssemos na amostra, o monte-mor médio aumentaria para 300 contos de réis. Cf. INVENTÁRIO do tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 16 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1764.

³²³ Cf. *Ibid.*

Aguiar de Toledo e Maria Ribeiro de Aguiar).³²⁴ O casal possuía duas propriedades em Bananal. A primeira, com 130 alqueires geodésicos, situada em Pinheiros (ou Rio Manso), correspondia à principal unidade produtiva do casal, pois “[...] ocupadas com benfeitorias de raiz, casas e pastos, havidas por herança da finada Maria Ribeiro de Aguiar [...]”. Já o “sítio das posses no sertão”, localizado nas “Cachoeiras do Ariró”, estrada que corria em direção a Angra dos Reis, tinha 80 alqueires, e foi adquirido a título de posse e troca. Este sítio possuía “ranchos cobertos de palha” e um “rancho para tropas coberto de palha”, o que indica que tal propriedade serviria como ponto de apoio – alimentação, estadia e manutenção das tropas – para os tropeiros que traziam consigo toda a colheita de grãos de café.³²⁵ O produtor de café Joaquim Silvério Nogueira Cobra, casado com Mariana Esméria Nogueira da Silva, também era detentor de mais de uma propriedade agrária.³²⁶

As propriedades rurais cafeeiras tinham um tamanho médio ideal, que girava em torno de 100 alqueires geodésicos, para justamente atender às demandas da produção escravista de café. A área das propriedades rurais era determinada, de um lado, pela dimensão das escravarias e, de outro, pelo processo produtivo. Os cativos tinham de residir próximos à sede das unidades produtivas, pois isso facilitava seu controle. Todas as manhãs, o sino era tocado pelo feitor, e os escravizados reuniam-se no terreiro, onde eram, primeiramente, revistados e, logo em seguida, eram dadas as ordens e distribuídas as turmas para o trabalho do dia. Dali, a escravaria deslocava-se para os cafezais, levando os alimentos para suas refeições, e só regressava à noite, no fim da jornada. Deste modo, ter mais de uma propriedade rural permitia aos produtores de café a descentralização de sua administração, facilitando, portanto, a vigilância e o manejo da mão de obra. Além disso, possuir mais de uma propriedade facilitava a secagem e o beneficiamento dos grãos de café. Com frequência, cada uma das propriedades rurais constituía uma unidade produtiva completa: possuía suas tulhas, o terreiro para a secagem do café e as máquinas empregadas no benefício dos grãos, além dos animais para o transporte, a escravaria,

³²⁴ Cf. INVENTÁRIO de Inácia Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 28 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1594.

³²⁵ Cf. *Ibid.*; APESP, 1855-1858 (nº 81).

³²⁶ Cf. INVENTÁRIO de Mariana Esméria Nogueira da Silva. Cruzeiro: MMN, 23 maio 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 82, n. 1664; APESP, 1855-1858 (nº 177). As terras declaradas no RPT foram registradas em nome da sociedade “José Romão Nogueira & irmão”. Esta sociedade era composta pelos seguintes sócios-irmãos: Joaquim Silvério Nogueira Cobra; José Romão Nogueira; Luiz Joaquim Nogueira de Meireles Cobra. O primeiro administrava a fazenda Fortaleza, localizada em Bananal. Os outros dois irmãos eram responsáveis pela gestão da fazenda Ressaca, situada em Baependi, província de Minas Gerais. Tais informações constam no inventário de Mariana Esméria Nogueira da Silva.

os cafeeiros e as plantações de gêneros alimentícios.³²⁷ Portanto, a lógica intrínseca à administração da paisagem agrária repousava fundamentalmente no controle da escravaria e no processo de produção de café. Diante disso, os produtores escravistas de café do Vale do Paraíba adotaram a estratégia de subdividir a propriedade agrária em mais de uma unidade produtiva. Ao que tudo indica, segundo os dados colhidos nos inventários *post mortem*, os cafeicultores foram impelidos a estruturar estes complexos de fazendas a partir do período de expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, entre as décadas de 1830 e 1850.³²⁸

Havia ainda outros dois padrões comuns ao grupo D. Primeiro: todos possuíam suas próprias tropas arreadas e, por conta disso, despachavam suas sacas de café para os portos marítimos; tinham, em média, 37 bestas arreadas, cifra mais elevada que a das demais FTSs. Devido ao fato de controlarem todo o processo produtivo do café (cultivo, colheita, secagem, benefício e transporte), esses proprietários potencializavam as possibilidades de acúmulo e concentração de riquezas. Segundo: a diversificação de atividades econômicas praticadas. Dos cinco integrantes do grupo D, ao menos dois deles – o tenente José Ferreira Gonçalves e Francisco Luiz da Costa – dedicavam-se, simultaneamente, à produção escravista de café e ao comércio, o que, muito provavelmente, colaborou para o enriquecimento destes indivíduos.

O **grupo E** era composto pelos (três) proprietários que possuíam entre 236 e 505 alqueires geodésicos.³²⁹ Eles tinham, em média, 82 escravos, 106 mil pés de café, 380 alqueires de terra e um patrimônio de 140:000\$000.³³⁰ Tais indicadores mostraram-se menos elevados em analogia aos do grupo D. Talvez, isso pode ser explicado pelo fato de estes proprietários terem falecido “precocemente”, pois tinham, em média, 60 anos de idade, ao passo que os do grupo D possuíam, em média, 70 anos.

Os proprietários do grupo E apresentavam pelo menos três características similares às do grupo D. Primeira: eram representados única e exclusivamente por donos de 50 ou mais escravizados. Segunda: detinham tropas de mulas suficientes para despachar as sacas de café

³²⁷ STEIN, 1990[1957]; MUNIZ, 1979, p. 131-142; MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 339-383; SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro**: Bananal, 1850-1888. São Paulo: Alameda, 2016.

³²⁸ INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1806-1879.

³²⁹ APESP, 1855-1858 (nº 62A, 90, 30); INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219; INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 11 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627; INVENTÁRIO de João Ribeiro Guimarães. Cruzeiro: MMN, 15 maio 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1736.

³³⁰ Exclusive o inventário do comendador Antônio Barbosa da Silva, cujo patrimônio era muito superior ao dos outros membros do grupo E. A adição deste processo à amostra faria as médias atingirem outro patamar. A dimensão média de cativos, de cafeeiros e do monte-mor aumentaria para 169, 316 mil e 290 contos de réis, respectivamente. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219.

para os portos de Angra do Reis (27 bestas, em média).³³¹ Terceira: eram donos de complexos de fazendas. Um deles, o major Antônio Joaquim de Godoi Bueno (?-1856) possuía três propriedades rurais.³³² A fazenda Santo Antônio dos Barreiros (em Bananal) e a fazenda Taquaral (em Resende), eram, provavelmente, adjacentes. A primeira correspondia à principal unidade produtiva do fazendeiro: tinha 87 escravos, 117.500 pés de café e quase 98 alqueires geodésicos. Já a fazenda Taquaral não se tratava, aparentemente, de uma unidade produtiva completa, pois contava “apenas” com 100 alqueires, 15 mil pés de café e “umas casas de morada velhas, moinho e mais benfeitorias”.³³³ Por seu turno, o sítio no Sertão do Ariró (300 alqueires), situado próximo à Barreira e Registro do Ariró, na divisa com Angra dos Reis, era utilizado como ponto de apoio aos tropeiros que desciam com suas tropas de mulas carregadas de café.

As distinções mais significativas entre os grupos D e E repousavam, aparentemente, no nível de exploração dos escravizados e na disponibilidade de um fundo de reserva de terras em matas virgens, que, com o deslanche da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, mostrou-se de fundamental importância para a expansão da produção de café. Os dados colhidos nos processos de inventário parecem indicar que o grupo E conseguiu extrair uma taxa de trabalho mais elevada que a imputada aos escravizados do grupo D. A alocação média de cafeeiros por escravo jovem/adulto igualou-se a 2.500 pés de café contra os 1.400 registrados no grupo D.

Finalmente, o grupo F era constituído pelos (cinco) proprietários com mais de 506 alqueires geodésicos de terra e que dominavam a paisagem agrária de Bananal.³³⁴ Ao contrário da tendência encontrada anteriormente, os proprietários desse grupo eram detentores de mais de 100 escravizados. Em média, esses senhores repartiam 192 cativos, 253 mil pés de café, 805 alqueires de terra, e um patrimônio de 333:000\$000.³³⁵ Estes indicadores parecem sugerir que

³³¹ Exceto a tropa pertencente ao comendador Antônio Barbosa da Silva (80 bestas). Se incluídas, o número médio se elevaria a 44 bestas arreadas. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219.

³³² A respeito da trajetória do complexo de fazendas pertencente a este fazendeiro, ver: **Capítulo 5**.

³³³ Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627. Vale reiterar que os informes relativos à fazenda Taquaral, situada em Resende, foram incorporados à análise apenas para mostrar o quadro mais amplo do complexo de fazendas do major Godoi Bueno.

³³⁴ APESP, 1855-1858 (nº 100; 18, 19, 19A, 45, 46; 173; 7; 97); INVENTÁRIO do alferes João de Magalhães Couto. Cruzeiro: MMN, 16 jun. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 64, n. 1273; INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446; INVENTÁRIO de João Gonçalves Pereira de Souza. Cruzeiro: MMN, 2 jul. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1511; INVENTÁRIO *INTER-VIVOS* de Inácia Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 11 set. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 79, n. 1607; INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

³³⁵ Exclusive o inventário do comendador Luciano José de Almeida, pois sua fortuna (2:717:512\$383) era muito mais elevada que a média do patrimônio dos outros senhores. Se o incluíssemos na amostra, o número médio de cativos, de pés de café e do monte-mor aumentaria para 296, 503 mil e 810 contos de réis, respectivamente. Cf. INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446.

a riqueza lograda por estes proprietários os colocava em um outro patamar, se comparada à fortuna auferida por outros senhores na demais FTSs.

No grupo F, era comum encontrar, como forma de administração da paisagem agrária, a estruturação de complexos produtivos, isto é, unidades produtivas independentes, formando uma espécie de “colcha de retalhos”, cada qual contendo a casa-grande, escravarias, terreiro, cafezais, lavouras de mantimentos para o autoconsumo, senzalas em quadra, e todos os edifícios e os maquinários necessários ao preparo dos grãos de café. É o caso, por exemplo, do complexo Formiga-Bela Vista, pertencente ao alferes Francisco de Aguiar Vallim,³³⁶ e do complexo Boa Vista, do já mencionado comendador Luciano José de Almeida.³³⁷

A exploração da mão de obra escravizada era similar à encontrada no grupo E, uma vez que a alocação média de cafeeiros por escravo jovem/adulto girava em torno de 2,5 mil pés de café. Um outro ponto em comum partilhado pelas duas camadas de proprietários referia-se à existência de “tropas arreadas”, já que todos os senhores possuíam bestas suficientes para despachar as safras de café. A diferença, no entanto, é que havia, em média, mais bestas arreadas no grupo F (36 bestas) que no grupo E (27 bestas).³³⁸

O inventário *post mortem* de um dos integrantes do grupo D, o fazendeiro-negociante José Ferreira Gonçalves (c.1778-1858), permite estimar a produtividade dos cafeeiros e o grau de exploração dos escravizados. O processo autuado no ano de 1858 indica que, nessa data, o fazendeiro-negociante teria colhido 10.720 arrobas de café (157.584 kg). Nesse período, o complexo de fazendas Marrecas-Bom Retiro tinha 250 escravizados, dos quais 200 em idade produtiva (10 a 49 anos), 347.200 pés de café e 306 alqueires geodésicos de terra. Nesse sentido, a produtividade média dos arbustos girava em torno de 31 arrobas por 1.000 pés. E os cativos em idade produtiva colheram, em média, 54 arrobas de café (793,8 kg).

Já o inventário de um dos membros do grupo F, o comendador Luciano José de Almeida (c.1797-1854), aberto em 1854, indica que, no mesmo ano, o fazendeiro-capitalista teria obtido uma safra de pelo menos 54,5 mil arrobas de café (801.150 kg). O complexo de fazendas Boa Vista possuía 816 escravizados, sendo 580 em idade produtiva, 1.813 milhão de pés de café e 1.283 alqueires geodésicos de terra. Sendo assim, pode-se estimar que os cativos em idade

³³⁶ Sobre a formação, a expansão e o declínio deste complexo cafeeiro, ver: **Capítulo 5**.

³³⁷ Cf. INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446.

³³⁸ Exceto as tropas do comendador Luciano José de Almeida. Caso acrescentássemos essa tropa numerosíssima (146 bestas), a média se elevaria a 58 bestas por latifundiário. Cf. INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446.

produtiva colheram, em média, 94 arrobas de café (1.382 kg). E a produtividade média dos cafeeiros igualou-se a 30 arrobas por 1.000 pés.

Ora, tendo por base apenas os casos supracitados, os dados parecem indicar que a distinção entre os grupos D e E/F tinha como eixo fundamental a escala produtiva e a capacidade de extração de sobretrabalho das escravarias. De um lado, a produtividade média dos cafezais cultivados era similar em ambos os complexos de fazendas, visto que o índice em questão se igualou a cerca de 30 arrobas por 1.000 pés. De outro lado, a taxa de exploração dos escravizados pertencentes ao comendador Luciano José de Almeida era quase o dobro da obtida no complexo do tenente José Ferreira Gonçalves.

Levando-se em consideração os tipos (padrões) de propriedades rurais correntes em Bananal, em meados do século XIX, incluímos todos os outros senhores cadastrados no Registro Paroquial de Terras conforme as FTSs tipificadas nas páginas precedentes. Sendo assim, o resultado pode ser lido a partir da **Tabela I.11**. Evidencia-se a permanência de uma dupla deformação na distribuição de proprietários e das respectivas extensões de terra ocupadas. Por um lado, os **grupos A, B e C** (82,6% do total), proprietários de pequeno porte, representavam a grande maioria dos donos de terra de Bananal, embora possuíssem 21,7% da superfície declarada no RPT. Por outro lado, os integrantes do **grupo F** (4,2% do total), proprietários de grande porte, constituíam parcela diminuta dos senhores, em que pese o fato de controlarem 41,7% do território. Por último, os proprietários de médio porte – **grupos D e E** – 13,1% do total, dominavam 36,6% da área de Bananal.

Tabela I.11 – Classificação de Todos os Proprietários Rurais por FTS. Bananal, 1855-1858

FTS	Proprietários Rurais		Área Ocupada (em Alqueires)		Área Média (em Alqueires)
	N	%	N	%	N
A	89	46,8	604	3,9	7
B	50	26,3	1.518	9,7	30
C	18	9,5	1.272	8,1	71
D	17	8,9	2.671	17,1	157
E	8	4,2	3.056	19,5	382
F	8	4,2	6.519	41,7	815
Total	190	100,0	15.640	100,0	82

Fonte: APESP. Registro Paroquial de Terras. Bananal, 1855-1858.

Notas: grupo A (19 alqueires ou menos); grupo B (20 a 47 alqueires); grupo C (48 a 99 alqueires); grupo D (100 a 235 alqueires); grupo E (236 a 505 alqueires); grupo F (506 alqueires ou mais).

O Registro Paroquial de Terras revela, ainda, outras características da rede fundiária no apogeu da cafeicultura escravista de Bananal. A **Tabela I.12** indica, por exemplo, que, nos anos 1850, grande parte das propriedades (84,8% do total) havia sido adquirida, de acordo com os próprios declarantes, mediante compra (42,7%), herança (32,6%) e compra e herança (9,5%).³³⁹ Existiam, também, algumas propriedades em poder de posseiros (5,6% do total), o que denota a ocupação e o desbravamento relativamente recente de uma parcela do território de Bananal.

Tabela I.12 – Formas de Aquisição das Propriedades Rurais. Bananal, 1855-1858

Formas de Aquisição	N	%
Arrematação, Herança e Troca	1	0,6
Compra	76	42,7
Compra e Dote	1	0,6
Compra e Herança	17	9,5
Doação	8	4,5
Herança	58	32,6
Herança, Compra e Troca	1	0,6
Posse	10	5,6
Troca	6	3,4
Total	178	100,0

Fonte: APESP. Registro Paroquial de Terras. Bananal, 1855-1858.

Nota: das 307 propriedades rurais, há informações para 178 (58% do total).

O Decreto Nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, mandava executar a Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850. O artigo 28 desse Regulamento determinava aos presidentes das províncias que exigissem dos Juízes Municipais, Delegados, Subdelegados e Juízes de Paz informações acerca da existência ou não de posses sujeitas à legitimação e de sesmarias sujeitas à revalidação.³⁴⁰ Com efeito, o presidente da província de São Paulo despachou uma circular às

³³⁹ A compra (42,6%), a herança (19,7%) e a herança e compra (7,7%) perfaziam 70% dos títulos das propriedades pertencentes à elite agrária do Oeste Paulista, segundo o RPT de 1855. Cf. BACELLAR, 1997, p. 118-124.

³⁴⁰ Cf. Art. 28: “Logo que for publicado o presente Regulamento, os Presidentes das Províncias exigirão dos Juízes de Direito, dos Juízes Municipais, Delegados, Subdelegados, e Juízes de Paz informação circunstanciada sobre a existência, ou não existência em suas Comarcas, Termos e Distritos de posses sujeitas à legitimação, e de sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral, ou Provincial sujeitas à revalidação na forma dos Arts. 24, 25, 26 e 27”. Cf. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1854**. p. 10, vol. 1, Part. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>. Acesso em 14 set. 2020.

câmaras municipais solicitando tais informações. Em resposta a esta circular, o Juiz de Paz do 1º distrito de Bananal assinalou, em 30 de junho de 1854, que

[...] entre as duas cordilheiras [serra de Angra dos Reis e serra do Ramos] que correm paralelas na direção de Leste para o Oeste em toda a extensão do município e pelo lado das divisas com o município de Angra dos Reis existe um *espaço de terreno em grande parte inculto, variando de uma a duas léguas em sua largura em que talvez se encontrem porções de terras devolutas* cujas quantidades, extensões e situações não me é possível calcular em razão de existirem em todo esse espaço possuidores inumeráveis [...].³⁴¹

O relato indicava, assim, a existência de “porções de terras devolutas” em cujo espaço havia “possuidores inumeráveis”. Estes posseiros eram “[...] das duas classes de primeiros e segundos ocupantes, a cujas posses não será fácil precisar os limites, sem que haja verificações por meio de medições”.³⁴² Sendo assim, estes possuidores primitivos deveriam legitimar suas posses “[...] por não terem outro título senão a sua ocupação”.³⁴³ Vale lembrar, aqui, a informação prestada pela Câmara Municipal de Bananal à presidência da província de São Paulo em 1836: “[...] existe terrenos devolutos no Sertão, que intermedia esta Vila, e a Cidade de Angra, entre as Serras, ou Estradas denominadas do Ramos e Ariró”.³⁴⁴ Essa região é muito montanhosa e, portanto, imprópria ao cultivo de café. Por isso que, na década de 1850, a região comportava uma série de posseiros e alguns talhões de terras devolutas.

Já o Juiz de Paz do 2º distrito apontava, em 23 de junho de 1854, que, excetuando-se a área entre aquelas “duas cordilheiras”,

[...] o total da superfície do município acha-se ocupado por grandes e pequenos proprietários com efetiva cultura e moradia, cujos domínios firmam-se em concessões de sesmarias, algumas das quais medidas e confirmadas, ou em posses antigas transferidas a sucessores por direito hereditário e por outros títulos legítimos de transmissão: *poucos possuidores portanto existam no caso de imputarem a legitimação por não terem títulos senão a sua ocupação*.³⁴⁵

Dos excertos extraídos, vale destacar que, em meados do século XIX, a rede fundiária de Bananal se encontrava devidamente sedimentada. Isto é, de acordo com as autoridades locais, havia apenas algumas porções de terrenos devolutos. A despeito da existência de

³⁴¹ PETRONE, Maria Thereza S. Terras devolutas. Posses e sesmarias no Vale do Paraíba paulista em 1854. **Revista de História**, São Paulo, ano XXVI, vol. LII, nº 103, p. 375-399, jul.-set. 1975. p. 392 (grifos nossos).

³⁴² *Ibid.*, p. 393.

³⁴³ *Ibid.*, p. 393.

³⁴⁴ LIVRO dos Requerimentos de Ofícios, Leis, Portarias e Provisões da Câmara Municipal de Bananal. MMN: Cruzeiro, 1836-1838. Ofício de 3 de novembro de 1836. fls. 67v-69.

³⁴⁵ PETRONE, 1975, p. 393 (grifos nossos).

posseiros, principalmente na região entre a serra de Angra e serra do Ramos, que deveriam legitimar suas propriedades, a maior parte da superfície do município achava-se ocupada por proprietários com “efetiva cultura e moradia”, ou seja, tinham os requisitos necessários para manter o domínio sobre os seus quinhões. Nesses termos, pode-se afirmar que, no apogeu da cafeicultura escravista, os proprietários de Bananal não tinham à disposição quinhões de terra em matas virgens dentro dos limites geográficos do município.

É possível situar a estrutura fundiária de Bananal em relação à dos municípios do Centro-Sul do Império do Brasil? Sim, é possível. No entanto, deve-se salientar que, normalmente, os pesquisadores dedicados à temática em questão têm adotado classificações particulares e, portanto, distintas entre si ao examinarem a distribuição de proprietários e a superfície por eles ocupada. É bem verdade que a rede fundiária de um certo município poderia apresentar características peculiares quando comparadas com as de outras localidades. O tipo de cultura praticada, por exemplo, poderia impactar a organização da estrutura fundiária dos municípios. Apesar disso, seria importante que os estudiosos explicitassem os procedimentos metodológicos. Ou seja, por quais razões teriam empregado certas FTSs em detrimento de outras já existentes na historiografia. Sendo assim, optamos por rearranjar a nossa classificação (FTS) de modo que pudéssemos estabelecer comparações com a rede fundiária de outras regiões. Para tanto, elaboramos dois quadros comparativos, cujos dados são igualmente provenientes do Registro Paroquial de Terras: o primeiro (**Quadro I.5**) apresenta os proprietários com “200 alqueires ou menos” e “200 alqueires ou mais”; o segundo (**Quadro I.6**) mostra os proprietários com “83 alqueires ou menos” e “83 alqueires ou mais”.

Os dados levantados por João Fragoso apontam que, em Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, localidade que se notabilizou como um dos grandes municípios cafeeiros do Médio Vale do Paraíba, havia uma concentração de terras menos acentuada em relação a Bananal. A partir do RPT (1855-7), o autor assinalou que, de um lado, os proprietários com 200 alqueires ou menos, além de representarem a maioria dos proprietários (97,3% do total), controlavam boa parte das terras locais (70,5% do total). De outro lado, os senhores com 200 alqueires ou mais – a “elite agrária”, segundo Fragoso – constituíam parcela minoritária dos proprietários (2,7% do total) e detinham a posse de 29,5% da área declarada no RPT.³⁴⁶ Já em Bananal, os proprietários com 200 alqueires ou menos tinham uma participação relativa menor que os de Paraíba do Sul, na medida em que perfaziam 90% dos senhores e eram donos de 34,6% da superfície registrada no RPT. Os proprietários que detinham 200 alqueires ou mais (10% do

³⁴⁶ FRAGOSO, 2013, p. 68 (Quadro 12).

total) concentravam parcela majoritária das terras da região (65,4% do total). O que poderia explicar esta distinção substantiva no que concerne à concentração fundiária entre Bananal e Paraíba do Sul? Antes de tudo, é preciso destacar que ambos os municípios eram regiões de *plantation* escravista de café. Nesse sentido, esperava-se que o nível de concentração de terras em Paraíba do Sul fosse análogo ao de Bananal. Uma hipótese que pode ser cogitada diz respeito ao modo pelo qual João Fragoso pode ter organizado os dados relativos às propriedades fundiárias declaradas no RPT. Para o caso de Bananal, conforme explicitado nas páginas precedentes, agruparam-se as propriedades pertencentes a um mesmo proprietário, especialmente contíguas ou não. A adoção deste método justifica-se pelo próprio processo de formação da rede fundiária no Médio Vale do Paraíba, onde os proprietários de grande porte adotaram a prática de organizarem diversas unidades produtivas, adjacentes ou não. Por essa razão, só é possível compreender a rede fundiária dos municípios cafeeiros vale-paraibanos se considerarmos o conjunto de propriedades (unidades produtivas) pertencentes a um mesmo indivíduo. A partir desta premissa, pode-se especular que João Fragoso não teria realizado essa operação, levando-o a encontrar uma série de propriedades de pequeno porte; muito embora, vale dizer, o autor se refira explicitamente a “proprietários” e não a propriedades.

No município de Magé, situado na Baixada Fluminense, a estrutura fundiária mostrou-se notavelmente análoga à de Paraíba do Sul, tendo em vista, cabe assinalar, a distribuição dos proprietários. No entanto, levando-se em conta a área por eles ocupada, nota-se uma disparidade entre as duas localidades. Em Magé, os proprietários com 200 alqueires ou mais controlavam três quintos do território, proporção esta eminentemente superior à registrada em Paraíba do Sul, porém similar ao índice encontrado em Bananal.

Em Muriaé (freguesias de Nossa Senhora da Glória e São Paulo do Muriaé) e Juiz de Fora (freguesias de Santo Antônio do Paraibuna e Simão Pereira), na Zona da Mata Mineira, revelou-se uma concentração fundiária mais proeminente do que em Bananal. Quanto à distribuição de proprietários, os dados sugerem que aqueles com 200 alqueires ou menos tinham uma participação relativa menos intensa frente aos bananalenses. Com relação à área ocupada, os donos de terra com 200 alqueires ou mais dominavam uma fatia maior de Muriaé e de Juiz de Fora em comparação aos de Bananal.³⁴⁷ Estes dados sugerem, de um lado, que a propriedade

³⁴⁷ Importante destacar que Anderson Pires valeu-se igualmente do RPT da “vila de Santo Antônio do Paraibuna” para desvendar a estrutura fundiária local em meados do século XIX. No entanto, os dados apresentados pelo autor são distintos em relação aos apontados por Rômulo Andrade. Para aquele, a amostra é composta por 101 proprietários, cujas propriedades perfaziam 15.781 alqueires. Os 79 (78,2%) donos de menos de 200 alqueires ocupavam 4.058 alqueires (25,7%); já os 22 (21,8%) senhores com mais de 200 alqueires eram donos de 11.723 alqueires (74,3%). Como se pode notar, há uma diferença substantiva entre os dados apresentados por Pires e Andrade. Anderson Pires não estabelece, de forma clara e precisa, qual a base territorial analisada. Por exemplo,

agrária era mais disseminada no município bananalense, denotando, provavelmente, uma ocupação mais antiga da região. De outro lado, a concentração de terras pelos senhores com 200 alqueires ou mais era relativa, na medida em que havia proporcionalmente mais proprietários em Muriaé e Juiz de Fora que em Bananal. Pode-se conjecturar que tais distinções retratem fases específicas de desenvolvimento da cafeicultura escravista em cada região. Segundo Mônica de Oliveira, o período entre 1809 e 1850 correspondeu à “gênese do sistema agrário cafeicultor” ou aos “primórdios da expansão da cafeicultura” na Zona da Mata Mineira. O período seguinte (1850-70) fora marcado pela “expansão do sistema agrário” ou “consolidação da economia cafeeira e a formação de um complexo agroexportador”. No caso de Bananal, conforme demonstramos, as fases de montagem (1800-1830) e de expansão (1830-1850) da cafeicultura escravista ocorreram em período anterior às da Zona da Mata.

O **Quadro I.6** sugere, a seu turno, que em Capivary, na província do Rio de Janeiro, havia uma proliferação pouco mais elevada de proprietários com menos de 83 alqueires de terra em relação aos municípios de Bananal e São João del Rei. A área ocupada pelas propriedades enquadradas nessa FTS era proporcionalmente semelhante em Bananal e Capivary. Já as propriedades com mais de 83 alqueires controlavam, em termos percentuais, uma fatia mais larga do território de São João del Rei em comparação aos outros dois municípios.

o autor faz menção à “vila de Santo Antônio do Paraibuna”, no título da Tabela 2, e à “paróquia de Santo Antônio do Paraibuna”, na fonte da mesma Tabela 2. Cf. PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870-1930**. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1993. p. 35. A questão se complica ainda mais quando confrontamos os dados de Rômulo Andrade e Anderson Pires com os informes apresentados por Laird Bergad, que também utilizou o RPT da “região de Parahybuna”. Em “Escravidão e história econômica” (p. 120, nota 58), assinala-se que “Essas ‘regiões’ são definições do autor e correspondem às diferentes zonas por toda a província [...]”; a região de Parahybuna seria formada pelas “[...] fazendas localizadas em Muriaé e Parahybuna”. O número de proprietários, segundo Bergad, é igual a 4.616 e a área ocupada era de 370.680 alqueires. Neste caso, os donos de menos de 200 alqueires (91,9%) possuíam 48,6% da área de Parahybuna; já os senhores com mais de 200 alqueires (8,1%) ocupavam 51,4% da superfície declarada no RPT. Cf. BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004. p. 120-122. Se agruparmos os dados informados por Rômulo Andrade para as quatro freguesias dispostas no **Quadro I.5**, especulando que Bergad possa tê-los reunido sob a alçada “região de Parahybuna”, temos os seguintes resultados: número total de proprietários (1.022); área total (242.651 alqueires); número total de donos com menos de 200 alqueires (759, ou 74,3%) e área ocupada por estas propriedades (35.740 alqueires, ou 14,7%); quantidade total de senhores com mais de 200 alqueires (263, ou 25,7%) e superfície ocupada por estes proprietários (206.911 alqueires, ou 85,3%). Cf. ANDRADE, Rômulo. Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata Mineira (Juiz de Fora e Muriaé, século XIX). In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina (MG). **Anais...** Belo Horizonte (MG): UFMG/FACE/Cedeplar, 2006, v. 1. p. 4. Em suma, dentre os autores elencados, Rômulo Andrade parece ter estabelecido com mais precisão a base territorial investigada. Por isso, elegemos o seu trabalho para efetuar comparações com a rede fundiária de Bananal. Por fim, reitera-se a necessidade premente de os pesquisadores delimitarem de forma precisa a região analisada.

**Quadro I.5 – Distribuição dos Proprietários Rurais no RPT Segundo a Área Ocupada.
Regiões Seleccionadas, 1855-1858**

Municípios	200 Alqueires ou Menos				200 Alqueires ou Mais				Total	
	Proprietários		Área		Proprietários		Área		Proprietários	Área
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	N
Bananal ^(a)	171	90,0	5.406	34,6	19	10,0	10.234	65,4	190	15.640
Paraíba do Sul ^(b)	319	97,3	10.143	70,5	9	2,7	4.245	29,5	328	14.388
Magé ^(c)	410	97,6	2.573	40,8	10	2,4	3.734	59,2	420	6.307
Nossa Sra. da Glória ^(d)	191	59,3	8.468	9,7	131	40,7	78.465	90,3	322	86.933
São Paulo do Muriaé ^(e)	406	83,7	22.328	26,6	79	16,3	61.630	73,4	485	83.958
Santo Antônio do Paraibuna ^(f)	76	69,7	2.794	6,4	33	30,3	40.706	93,6	109	43.500
Simão Pereira ^(g)	86	81,1	2.150	7,6	20	18,9	26.110	92,4	106	28.260

Fontes: (a) APESP. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858; (b) FRAGOSO, João L. R. **Barões do Café e Sistema Agrário Escravista**: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888). Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 68 (Quadro 12); (c) SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo**: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – PPHS-UFF, Niterói, 1994. p. 30-45 (Tabela 1); (d) a (g): ANDRADE, Rômulo. **Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata Mineira (Juiz de Fora e Muriaé, século XIX)**. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina (MG). **Anais...** Belo Horizonte (MG): UFMG/FACE/Cedeplar, 2006, v. 1. p. 4.

**Quadro I.6 – Distribuição dos Proprietários Rurais no RPT Segundo a Área Ocupada.
Bananal, São João del Rei e Capivary, 1855-1858**

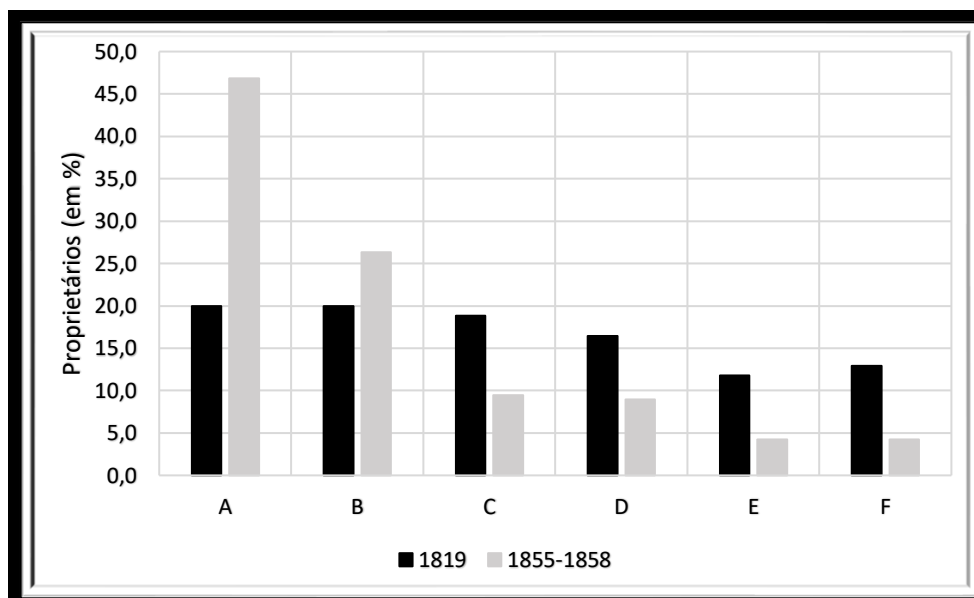
Municípios	83 Alqueires ou Menos				83 Alqueires ou Mais				Total	
	Proprietários		Área		Proprietários		Área		Proprietários	Área
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	N
Bananal ^(a)	153	80,5	3.031	19,4	37	19,5	12.609	80,6	190	15.640
São João del Rei ^(b)	76	81,7	983	13,1	17	18,3	6.525	86,9	93	7.508
Capivary ^(c)	151	84,8	2.406	25,0	27	15,2	7.219	75,0	178	9.625

Fontes: (a) APESP. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858; (b) GRAÇA FILHO, Afonso de A. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. p. 116 (Quadro 8); (c) CASTRO, Hebe M. M. de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1. ed., 1987. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV – Faperj, 2009. p. 18-21 (Quadro 1).

Apesar das distinções existentes nas redes fundiárias desses municípios, o que se evidencia é a brutal desigualdade estrutural na repartição de terras no Centro-Sul do Império do Brasil, em meados do século XIX. De um lado da balança, não há dúvidas de que, nas regiões elencadas, havia uma proliferação de senhores de terra com propriedades de pequeno porte. De outro, uma diminuta fração de proprietários, donos de propriedades de grande porte, concentrava grande parte das terras declaradas no RPT. E, mais do que isso, o domínio de largas faixas do território permitia que tais senhores exercessem controle sobre o processo produtivo de mercadorias. Segundo a amostra obtida por meio do cruzamento entre o RPT (1855-8) e os inventários *post mortem* (1851-61), os (33%) proprietários de Bananal, com mais de 200 alqueires, controlavam algo em torno de 75% dos escravizados, 82% dos pés de café e 84% da área de Bananal. Este fato sinalizava para a população livre bananalense, sobretudo aquela destituída da propriedade fundiária, a impossibilidade de angariar recursos e, portanto, de ascender na hierarquia social.

Quais transformações teriam ocorrido na estrutura fundiária de Bananal no decurso da primeira metade do século XIX? O deslanche da cafeicultura no Vale do Paraíba cafeeiro impactou de modo decisivo a rede fundiária, a exemplo do caso de Bananal. Entre 1819 e 1855-8, isto é, entre as fases de montagem (c.1800-1829) e apogeu (c.1850-1869) da cafeicultura escravista, houve, de um lado, aumento no número de proprietários rurais, que chegou a duplicar (de 85 para 190) entre aquelas datas. Essa expansão foi responsável pela disseminação de proprietários situados nos grupos A e B, em termos absolutos e relativos. A primeira camada saltou de 20% para 46,8%, enquanto a segunda pulou de 20% para 26,3%. Nesse processo, ambos os grupos aumentaram o controle sobre certas porções do território. De outro lado, aprofundou-se a concentração fundiária no topo da hierarquia social, uma vez que o índice de Gini saltou de 0,637, em 1819, para 0,742, em 1855-8. O grupo E retraiu-se (de 11,8% para 4,2%), mas ampliou os quinhões de terra possuídos (de 15,3% para 19,5% da área de Bananal). O grupo F também diminuiu sua importância relativa (de 12,9% para 4,2%), porém, ao contrário daquela camada, houve redução na fatia do território controlada por eles (de 67,5% para 41,7%). Apesar disso, o grupo F continuou dominando parcela importante da área do município de Bananal, além de concentrarem em suas mãos as escravarias e os pés de café.

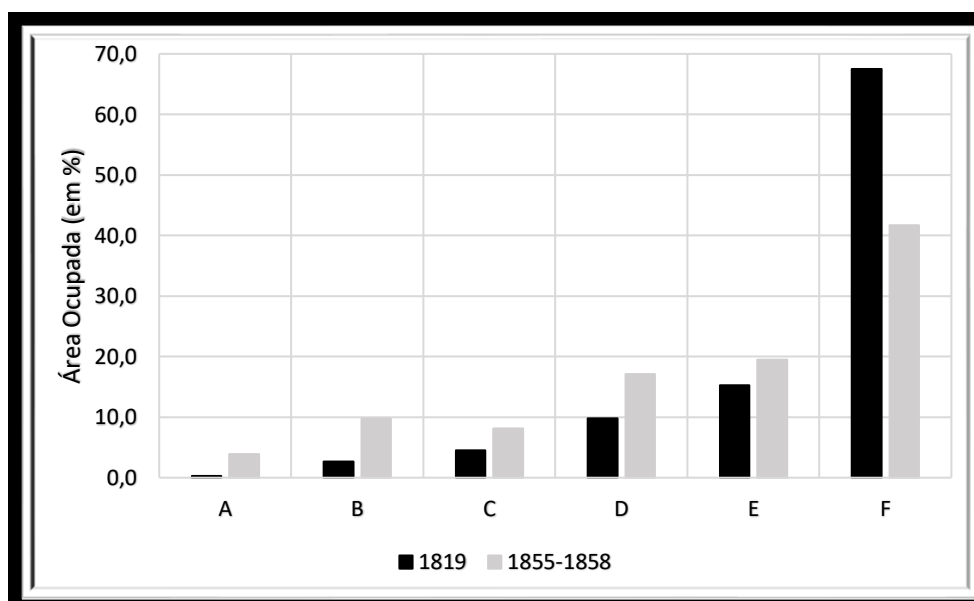
Gráfico I.8 – Evolução da Distribuição de Proprietários Rurais por FTS. Bananal, 1819-1855/1858



Fontes: APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819. Id. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858.

Notas: grupo A (19 alqueires ou menos); grupo B (20 a 47 alqueires); grupo C (48 a 99 alqueires); grupo D (100 a 235 alqueires); grupo E (236 a 505 alqueires); grupo F (506 alqueires ou mais).

Gráfico I.9 – Evolução da Área Ocupada pelos Proprietários Rurais por FTS. Bananal, 1819-1855/1858



Fontes: APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819. Id. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858.

Notas: grupo A (19 alqueires ou menos); grupo B (20 a 47 alqueires); grupo C (48 a 99 alqueires); grupo D (100 a 235 alqueires); grupo E (236 a 505 alqueires); grupo F (506 alqueires ou mais).

Duas hipóteses podem ajudar a compreender o aumento da participação relativa de proprietários de pequeno porte, de um lado, e a diminuição da área possuída pelos senhores de terra situados no topo da hierarquia social de Bananal, de outro. Tendo em vista que cerca de um terço das propriedades rurais existentes nos anos 1850 foram obtidas a título de herança, pode-se levantar a hipótese de que o suceder das gerações teria causado a fragmentação de algumas propriedades de grande porte, dando origem, nesse sentido, a diversas propriedades de pequeno porte. Foi justamente isso que ocorreu na sesmaria Perapetinga, uma das 13 sesmarias que foram concedidas em Bananal, no final do Setecentos.

Ao investigar a organização da rede fundiária nessa sesmaria, Juan Azevedo demonstrou que, ao longo da primeira metade do século XIX, houve um processo paulatino de fragmentação das terras pertencentes a essa propriedade. Doadada inicialmente a Francisco Xavier da Graça, em 1780, essa sesmaria foi comprada, posteriormente, por Domingos Rodrigues da Silva, cerca de dez anos depois. Nesse período, a propriedade em questão era tida como posse comum entre Rodrigues da Silva e seus herdeiros (filhos e genros). Domingos Rodrigues teria cedido porções de terra a seus futuros sucessores para que se estabelecessem de forma autônoma e pudessem cultivar suas próprias lavouras. Após a sua morte, alguns indivíduos, muitos deles recém-chegados à localidade, começaram a comprar quinhões de terra de seus filhos e genros; outros, no entanto, simplesmente avançaram sobre os limites da sesmaria. Em virtude disso, na década de 1850, a Perapetinga encontrava-se já bastante fracionada, com inúmeros proprietários que se consideravam donos de determinadas glebas.³⁴⁸

É possível pensar, ainda, em uma segunda hipótese explicativa acerca da repartição das propriedades agrárias em Bananal entre os decênios de 1810 e 1850. Indicou-se, anteriormente, que, em 1820, reordenações administrativas alteraram as divisas entre as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro. Com isso, a primeira perdeu parte de seu território para a segunda, cujo impacto deu-se, sobretudo, na freguesia do Bananal, situada justamente nos limites entre aquelas capitanias.³⁴⁹ Parte da área pertencente historicamente a Bananal daria origem às vilas

³⁴⁸ Cf. AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo. **Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade**: estrutura fundiária em Bananal, 1840-1850. Relatório Final (Iniciação Científica/FAPESP) – DH/FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

³⁴⁹ Até o ano de 1820, a área compreendida pela capitania de São Paulo confinava, ao norte, com o Rio de Janeiro pelo rio Piraí até a sua confluência no Paraíba e pela Mantiqueira, no trecho em que esta serra separava as capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. José Roberto Beier assinala que, em 1820, os limites da capitania de São Paulo com a do Rio de Janeiro (historicamente, o rio Piraí) foram alteradas por um Ouvidor da Comarca daquela capitania, sem a anuência do governo paulista. Por essa razão, a administração de Bernardo José Pinto Gavião Peixoto (presidente da Província de São Paulo entre 1836 e 1838) pretendia fazer retornar aos limites antigos, que, até àquela altura, não havia sido aprovada pelo governo imperial. Cf. BEIER, José R. **Artefatos de poder**: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849). Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015. p. 173-174.

fluminenses de São João Marcos e Rio Claro, desmembradas da vila de Resende. Sabe-se, por exemplo, que grande parte da sesmaria do capitão Hilário Gomes Nogueira (5.661 alqueires geodésicos) e toda a propriedade de Quitéria Rita do Espírito Santo (3.600 alqueires) ficaram sob a jurisdição das vilas de São João Marcos e Rio Claro.³⁵⁰ Nesse mesmo sentido, pode-se apontar que ao menos outras duas propriedades rurais, ambas situadas no lugar denominado Negros, também foram incorporadas àquelas vilas fluminenses: a primeira, que tinha uma área de 825 alqueires, pertenceu a José de Castro Silva; a outra era propriedade de seu irmão, Francisco José de Castro, com 165 alqueires. Tendo por base tais elementos, pode-se apontar para a inexistência de uma homogeneidade do território circunscrito ao município de Bananal, na primeira metade do século XIX. Ou seja, as propriedades arroladas no IBR de 1819 e as declarações contidas no RPT de 1855-8 não abarcam a mesma base geográfica. Portanto, é possível conjecturar que, no curso desse período histórico, a área que os proprietários de grande porte controlavam, na década de 1810, pode ter se mantido relativamente estável no tempo. Sendo assim, a pulverização das terras na sesmaria da Perapetinga, muito provavelmente, foi uma exceção à regra e, nesse sentido, a propriedade fundiária se manteve concentrada nas mãos dos grandes proprietários, durante a expansão da cafeicultura escravista.

Conforme demonstramos, o processo de concentração fundiária é anterior à chegada e ao avanço do café no Vale do Paraíba cafeeiro. Só que a posse da terra acabou sendo mantida concentrada nas mãos de uma elite agrária durante a expansão da atividade cafeeira. Esta concentração mostrou-se um vetor decisivo a partir do momento em que os agricultores adquiriram o saber agrônômico da planta do café com base nas práticas locais; o grande afastamento entre as fileiras dos arbustos esgotava rapidamente o solo e, por conta disso, era necessário que os proprietários tivessem à sua disposição reservas de terras em matas virgens para substituir os cafeeiros envelhecidos e, simultaneamente, ampliar a área cultivada.

No entanto, o fenômeno mais importante que ocorreu no Vale do Paraíba cafeeiro, a exemplo do caso de Bananal, foi a radical transformação na paisagem agrária, tendo em vista

³⁵⁰ Veja-se a petição impetrada pelo advogado de Quitéria Rita do Espírito Santo, em 6 de outubro de 1825, em um Requerimento para Medição e Demarcação de propriedade: “Diz D. Quitéria Rita do Espírito Santo, viúva que ficou do capitão Luiz Pinto de Gouveia, moradora na Freguesia de São João Marcos, que ela possui duas sesmarias de terras, com duas léguas de fundo e uma de testada, nas margens do Rio Pirahy, na mesma Freguesia, Termo da vila de São João do Príncipe, como consta dos Títulos juntos de confirmação nº 1 e 2, assim como da Escritura de Compra, cujas sesmarias a suplicante por necessidade pretende remedi-las e novamente demarcá-las, afim de conhecer os seus limites e até para evitar dúvidas e questões futuras”. As alegações iniciais do referido processo demonstram, portanto, que a propriedade de Quitéria Rita mudou de jurisdição entre os anos de 1819 e 1825. E denota, ainda, que a área da propriedade era de 1.800 alqueires, não os 3.600 alqueires anotados no Inventário dos Bens Rústicos. Cf. ARQUIVO NACIONAL (AN). **[Requerimento para Medição e Demarcação de Sesmaria]**. Requerente: Quitéria Rita do Espírito Santo, 6 out. 1825.

que as terras em matas virgens foram convertidas em propriedades rurais escravistas de café. As primeiras gerações de povoadores locais desbravaram o sertão inulto, por meio da conversão de matas virgens em extensas plantações de café.

A chave para compreender a melhor competitividade do café brasileiro em relação a outros espaços de produção cafeeira está na articulação estreita entre a exploração extensiva dos recursos naturais e a exploração intensiva do trabalho escravo. Durante o século XVIII, a Coroa portuguesa barrou de forma sistemática a ocupação de boa parte do Vale do Paraíba, por meio da política oficial de “zonas proibidas”, pois objetivava-se coibir o extravio dos metais preciosos garimpados nas Minas. Com o início da construção do Caminho Novo da Piedade, cuja obra foi autorizada pela Coroa, e levada a cabo por particulares, passou-se a estimular a ocupação do Vale do Paraíba Paulista. Nesse sentido, as autoridades coloniais começaram a distribuir sesmarias, notadamente para os indivíduos que cooperaram com a abertura daquela Estrada, que fazia a ligação das minas de Goiás e Mato Grosso com a capitania do Rio de Janeiro. Por volta do último quartel do Setecentos, outros indivíduos adquiriram porções de terra naquela mesma região, valendo-se, para tanto, da compra e/ou da posse de terrenos pretensamente devolutos.

Na esteira da rebelião escrava de Saint-Domingue, os agricultores do Vale do Paraíba Paulista passaram a cultivar, inicialmente, a cana-de-açúcar, embora alguns poucos agricultores já plantassem café, sobretudo em terras alheias. A partir da década de 1810, abriu-se uma janela de oportunidades no mercado mundial, muito por conta da elevação nas cotações dos preços do café, em uma conjuntura marcada, de um lado, pelo crescimento da demanda pelo produto e, de outro, pela dificuldade de oferta por parte dos principais produtores (Cuba, Jamaica, Haiti). Com isso, os agricultores do Vale do Paraíba acabaram sendo incitados a investir parte de seus capitais na cultura do café. Conforme procurou-se demonstrar, com base nas listas nominativas e no Inventário dos Bens Rústicos, os proprietários rurais, sobretudo os de grande porte, praticaram o que denominamos de experimentação integrada das culturas do açúcar e do café até meados dos anos 1820. Paulatinamente, os agricultores do Vale desenvolveram um saber agrônomo da planta do café lastreado fundamentalmente nas práticas locais, e, ao fazê-lo, se especializaram na atividade cafeeira, relegando a segundo plano a cultura do açúcar.

O Inventário dos Bens Rústicos revelou, ainda, que, desde pelo menos a década de 1810, antes do avanço do café, um pequeno grupo de famílias detinha o controle formal de uma boa parcela das terras pertencentes à freguesia de Bananal. Essa prática de concentração da propriedade fundiária era oriunda dos séculos pretéritos de colonização da América portuguesa.

O espaço de experiência dos colonos os informava que a concentração fundiária poderia vir a se tornar em um importante vetor de poder econômico e político. Os proprietários rurais do Vale do Paraíba não tinham como saber, nas décadas de 1810 e 1820, que a atividade cafeeira se tornaria a atividade econômica mais importante do Brasil. No entanto, quando esta atividade se mostrou efetivamente próspera, o que ocorreu no curso dos anos 1820, as famílias que já concentravam em suas mãos grande parte das terras tinham à disposição enormes parcelas de terra em matas virgens.

SEGUNDA PARTE – DEMOGRAFIA, TRABALHO ESCRAVO E PRODUÇÃO DE CAFÉ NAS PROPRIEDADES RURAIS

[...] o braço escravo roçava, derrubava e queimava a mata virgem; desembaraçava o terreno para facilitar a plantação, fazendo coivaras nos lugares obstruídos pelos galhos não queimados; drenava os terrenos úmidos, abrindo valetas ou canais para os córregos, que eram também desobstruídos; abria caminhos; cortava, lavrava e serrava as madeiras de lei; construía a casa, as senzalas, os ranchos, paiol, tulhas, monjolo, moinho e engenho; fazia tapumes e valas, mangueiras e currais; tratava da horta e do pomar; plantava todos os cereais, algodão, cacauzeiros, inhamais e milhões de cafeeiros; capinava todas as roças, tirava as ervas daninhas, extinguiu os formigueiros; colhia, beneficiava e exportava e tudo isso a tempo e a hora! (ANDRADE, 1989, p. 96-98).

3 A ESTRUTURA DA POSSE CATIVA: ACUMULAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE ESCRAVA NAS *PLANTATIONS* CAFEIEIRAS (c.1800-1880)

No decurso do século XIX, a cafeicultura escravista disseminou-se pelo território de Bananal. O cultivo de café, praticado, inicialmente, em domicílios não escravistas, logo despertou a atenção dos grandes senhores de terras e escravos. Combinando esta atividade com a produção de açúcar e/ou aguardente, esses proprietários de grande porte foram, aos poucos, se especializando na produção escravista cafeeira. Esse processo lento e gradual de conversão à cafeicultura concretizou-se na passagem dos anos 1820 para 1830, a partir do momento em que extensas áreas em matas virgens foram derrubadas para o plantio de café em larga escala. Para tanto, os proprietários bananalenses adquiriram quantidades cada vez mais elevadas de mão de obra, por meio do tráfico transatlântico de africanos escravizados. Com a adoção de métodos espoliativos de trabalho, a produção de café cresceu progressivamente na primeira metade do Oitocentos, saltando de apenas nove arrobas, em 1799, para 554.600 arrobas, em 1854.

A cafeicultura escravista mostrou-se bastante pujante, no Vale do Paraíba cafeeiro, até meados dos anos 1860. Contudo, desta data em diante, acabou perdendo competitividade para as novas regiões produtoras de café do Império do Brasil. Uma série de fatores contribuiu para a derrocada dessa cultura, não só no município de Bananal, mas em boa parte do Vale do Paraíba. Em grande medida, a indisponibilidade de reservas florestais (terras em matas virgens), o esgotamento da fertilidade natural dos solos, a produtividade declinante dos cafeeiros e o envelhecimento das escravarias resultaram na crise sistêmica da cafeicultura escravista vale-paraibana. Apesar da conjuntura externa favorável à expansão dessa atividade, devido ao barateamento nos custos relativos de produção, as localidades do Médio Vale do Paraíba não foram capazes de atender o aumento da demanda por grãos: a paisagem agrária local havia sido alterada radicalmente e, por isso, não havia, na década de 1870, os mesmos elementos condicionantes da bem-sucedida inserção desses produtores de café no mercado mundial, especialmente no período de c.1830 a c.1860.

O objetivo central desta segunda parte da pesquisa é examinar a estrutura da posse de escravizados, o quadro produtivo das propriedades rurais cafeeiras e os padrões de exploração da mão de obra cativa, em Bananal, no século XIX.

Para tanto, este terceiro capítulo abordará, inicialmente, a dinâmica na distribuição da propriedade cativa no município de Bananal, que, na década de 1830, tornou-se uma típica região de *plantation* escravista. Logo em seguida, centraremos o foco especialmente na análise do perfil demográfico dessa população cativa. E, finalmente, no quarto capítulo, investigaremos, em primeiro lugar, a produção escravista de café nas unidades agrárias cafeicultoras e, posteriormente, os padrões de exploração da força de trabalho escravizada.

Para investigar os padrões de posse da propriedade cativa, no decurso do Oitocentos, utilizamos três fontes primárias distintas, quais sejam: 1) as listas nominativas de habitantes dos anos de 1801, 1817 e 1829;¹ 2) os inventários *post mortem* autuados entre os anos de 1830 e 1879;² 3) e, por fim, a lista de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, elaborada em 1873.³ Esse conjunto de documentos abarca quase todas as fases da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba cafeeiro: 1) introdução e desenvolvimento da cultura cafeeira (c.1800-29); 2) expansão da produção de café e da *plantation* escravista (c.1830-49); 3) apogeu da economia cafeeira (c.1850-69); 4) e sobrevida do ciclo do café (c.1870-9).⁴ A última fase, marcada pela crise sistêmica da cafeicultura escravista (1880-8), terá de ser examinada em uma futura pesquisa.⁵

O período que compreende a montagem da cafeicultura escravista em Bananal será abordado por meio das listas nominativas de 1801, 1817 e 1829.⁶ Para as fases subsequentes da economia cafeeira serão utilizados os inventários *post mortem* abertos entre as décadas de 1830

¹ No que se refere à lista de 1801, recorreremos aos dados levantados por José F. Motta em: MOTTA, 1999. Quanto às listas de 1817 e 1829, todos os informes disponíveis em tais documentos foram transcritos e inseridos em uma Base de Dados no *Excel*. Cf. APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829.

² Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879. Todos os processos foram igualmente transcritos e inseridos em uma Base de Dados no *Excel*.

³ Agradeço a Renato Marcondes que gentilmente cedeu os dados relativos à distribuição de proprietários e cativos conforme as FTPs adotada neste trabalho. O autor em questão utilizou a Lista de Classificação, entre outras fontes, para examinar a estrutura da posse cativa no Vale do Paraíba Paulista nos anos 1870. Cf. MARCONDES, Renato L. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002a.

⁴ Ao analisar o mercado de escravizados no Vale do Paraíba fluminense nas décadas de 1860 e 1870, Robert Slenes denominou a segunda década como “grandeza” da cafeicultura escravista. No entanto, conforme será demonstrado, mais adiante, na terceira parte desta tese, os anos 1870 foram essencialmente caracterizados por uma série de limites à expansão da atividade cafeeira nos primeiros municípios produtores de café do Vale, a exemplo de Bananal e Vassouras. Por essa razão, classificamos esse período como sendo o de sobrevida da cafeicultura escravista. Cf. SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 103-155; PESSOA, Thiago C. **O império da escravidão: o complexo Breves no vale do café** (Rio de Janeiro, c. 1850-c. 1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018a.

⁵ Para esse período, há 109 processos de inventário, que foram devidamente digitalizados. Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1880-1888.

⁶ É preciso registrar que, para essa quadra histórica, chegaram até nós somente 30 inventários *post mortem*. Por serem pouco representativos, tendo em vista o corte temporal relativamente amplo, eles não serão utilizados na análise específica da estrutura da posse de cativos.

e 1880. Para esse período, há, no Museu Major Novaes de Cruzeiro, São Paulo, um total de 524 processos. Dentre eles, tivemos de excluir 22 ações judiciais, pois elas não permitiram conhecer adequadamente o conjunto de bens arrolados e avaliados, já que (quase) todas não foram formalmente concluídas. Portanto, nossa amostragem total de inventários é constituída por 502 processos. Vale salientar que nem todos esses documentos são, de fato, inventários *post mortem*. Ao longo desta pesquisa, identificamos outros tipos de processo que apresentavam estrutura similar à dos inventários: por conta disso, foram também incorporados à amostra inicial. Os tipos de processo utilizados são os seguintes: 1) 401 (79,9%) inventários *post mortem*; 2) 46 (9,2%) inventários amigáveis; 3) quatro (0,8%) inventários *intervivos*; 4) 26 (5,2%) arrecadações de bens; 5) 20 (4%) arrecadações de bens e inventários; 6) cinco (1%) de natureza distintas.⁷ Todos eles equivalem, na prática, a inventários, na medida em que permitem descortinar a composição da riqueza dos indivíduos em um dado momento de suas vidas.

Tabela II.1 – Distribuição de Inventariados, Escravistas, Cafeicultores, e Cafeicultores Escravistas. Bananal, 1830-1879

Períodos	Inventariados		Escravistas		Cafeicultores		Cafeicultores Escravistas	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1830-39	66	13,1	57	14,0	55	17,5	50	17,3
1840-49	87	17,3	72	17,7	51	16,2	48	16,6
1850-59	109	21,7	89	21,9	70	22,3	65	22,5
1860-69	112	22,3	95	23,3	59	18,8	58	20,1
1870-79	128	25,5	94	23,1	79	25,2	68	23,5
Total	502	100,0	407	100,0	314	100,0	289	100,0

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879.

Nota: nossa Base de Dados é composta por 295 cafeicultores escravistas; no entanto, seis deles foram retirados da amostra por conta da declaração imprecisa de suas plantações de café.

A **Tabela II.1** apresenta a distribuição total de processos de inventário, segundo o grau de envolvimento dos inventariados com a propriedade de escravizados e com a atividade cafeeira. Os inventários que serviram de base para a análise da estrutura da posse cativa (coluna “escravistas”), do quadro produtivo e do trabalho escravo nas unidades cafeeiras (coluna

⁷ São eles: 1) AUTUAÇÃO de Três Petições para Inventário. Cruzeiro: MMN, 27 abr. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 41, n. 729; 2) PRECATÓRIA de Avaliação. Cruzeiro: MMN, 13 jul. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 136, n. 2895; 3) TUTELA. Cruzeiro: MMN, 25 jun. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 153, n. 3241; 4) AUTORIZAÇÃO para Venda de Bens de Raiz, e Nomeação de Curador a Ausentes no Espólio do Finado Súdito Português Francisco Rodrigues Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 5 abr. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 171, n. 3514; 5) ARROLAMENTO dos Bens Deixados por Anacleto José Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 14 nov. 1878. Cartório do 2º Ofício, caixa 175, n. 3562.

“cafeicultores escravistas”) constituem grande parcela dos processos existentes no Museu Major Novaes. E, particularmente, os processos referentes aos cafeicultores escravistas representam mais da metade do total de inventários que chegaram até nós.

A cafeicultura escravista exerceu notável impacto na composição da riqueza acumulada pelos inventariados, bem como no desenvolvimento do povoado de Bananal. Por isso, a maior parte dos inventariados – 314 (62,5% do total) – tinha como principal atividade econômica a cultura do café. Os outros inventários atestam, ainda, a diversidade de ocupações e/ou ofícios presentes naquela sociedade, fruto do processo de transformação do núcleo urbano municipal.⁸ Os cafeicultores eram detentores da parcela majoritária da população escravizada, arrolada nos inventários de Bananal, pois eram donos de 13.378 cativos (96,2% do total).

3.1 A distribuição de proprietários e de escravizados

Na virada dos anos 1970 para os 1980, a demografia histórica,⁹ introduzida no Brasil por Maria Luiza Marcílio,¹⁰ ganhou novos adeptos no cenário científico e, com o tempo, acabou se firmando como área promissora, em especial, nos estudos sobre o passado escravista brasileiro.¹¹ Mediante a análise das listas nominativas de habitantes (fonte pouco explorada até então), os pesquisadores questionaram o paradigma da *plantation* escravista – elaborado por

⁸ Embora não seja o foco deste trabalho, vale a pena registrar os principais ofícios e/ou ocupações dos 502 inventariados: lavradores (6%); artesãos (0,4%); cafeicultores (62,5%); criadores de animais (0,2%); párcos (0,4%); funcionários públicos (1,4%); negociantes (12,4%); profissionais autônomos (3%); profissionais liberais (1,4%); rentistas (0,4%); indeterminados (12%). Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879.

⁹ Sobre a definição de demografia histórica, ver: COSTA, Iraci del Nero da. Por uma definição de demografia histórica. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, ano I, n. 2, jul. 1994; NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

¹⁰ A tese de doutorado de Marcílio, defendida na França, em 1968, **La ville de São Paulo. Peuplement et population. 1750-1850**, inaugurou a demografia histórica no Brasil. O trabalho foi traduzido para o português pelas editoras Pioneira e Edusp em 1973, sob o título **A cidade de São Paulo. Povoamento e população – 1750-1850**.

¹¹ Para um balanço sobre a demografia histórica no Brasil, ver: MOTTA, José Flávio. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 12, n. 1/2, p. 133-149, jan./dez. 1995; MOTTA, José F.; COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica: da sementeira à colheita. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, v. 14, n. 1/2, p. 151-157, jan./dez. 1997; MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, jan./dez. 1997; MOTTA, José F. Demografia histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da. (Org.). **Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001. p. 473-507. Para uma reflexão crítica sobre a produção no campo da demografia histórica e história da população no Brasil, ver: BACELLAR, Carlos de Almeida P.; SCOTT, Ana Silvia V.; BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, dez. 2005.

Caio Prado Junior e reafirmado por alguns estudiosos que o sucederam¹² –, alicerçado na grande propriedade rural, na monocultura, na exploração de centenas de trabalhadores escravizados e na produção voltada para o mercado externo.

As pesquisas no campo da demografia histórica, nos últimos quarenta anos, causaram profundo impacto na historiografia da escravidão, com destaque para três pontos fundamentais. Primeiramente, as pesquisas permitiram a revisão dos padrões de distribuição da propriedade cativa em relação às atividades mineratória, açucareira e cafeeira. Em segundo lugar, aprofundaram a compreensão da economia escravista brasileira, tal como se desenvolveu nas localidades comprometidas com aquelas atividades, como em outras regiões do Império. Por último, a análise da posse de escravizados, em especial, contribuiu de modo notável, em termos quantitativos e qualitativos, para o melhor conhecimento do perfil demográfico dos cativos e dos escravistas nos séculos XVIII e XIX.¹³

Assim, as pesquisas demonstraram que a grande fazenda constituía uma exceção no panorama das propriedades rurais do passado escravista brasileiro. Esta é uma discussão ainda em aberto, pois quase todas as pesquisas inovadoras centraram o foco, *grosso modo*, no período de 1710 a 1830, e nos primeiros anos da década de 1870. A estrutura da posse de escravizados, nos períodos de expansão da produção de café e da *plantation* escravista, de apogeu e de sobrevida da economia cafeeira, ou seja, entre 1830 e 1880, tem sido um tópico pouco frequentado pelos pesquisadores; e isto, a despeito da centralidade do Vale do Paraíba na formação do mercado mundial de café, para a construção do aparato institucional do Estado nacional brasileiro e para a notável expansão da escravidão em nosso país. Os trabalhos de Ricardo Salles e Rodrigo Marretto sobre Vassouras e Cantagalo, respectivamente, parecem constituir, até o momento, um dos poucos a trazer uma investigação sistemática sobre a

¹² Tal modelo encontrou distintas formulações; dentre os trabalhos mais significativos, vale lembrar aqui: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 1. ed., 1943. São Paulo: Brasiliense, 2004; STEIN, Stanley J. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007; NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1. ed., 1979. São Paulo: Hucitec, 2001.

¹³ MOTTA, 1999, p. 68. Um ótimo balanço crítico da historiografia dedicada à estrutura da posse de escravos no Brasil pode ser lido neste mesmo trabalho (p. 67-108). Para outros balanços críticos sobre o mesmo tema, ver: MOTTA, José F.; NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci del Nero da. Às vésperas da abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE/USP, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan.-mar. 2004; MARCONDES, Renato L. Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009; LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010; LUNA, Francisco V.; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert (Orgs.). **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

estrutura da posse de escravizados no Vale do Paraíba, o coração da economia cafeeira, após a década de 1830.¹⁴

Sendo assim, procuramos investigar a dinâmica da estrutura da posse de escravizados em Bananal, maior município cafeeiro de São Paulo até meados dos anos 1860, por meio de uma análise sistemática das listas nominativas de habitantes e dos inventários *post mortem*, no período de 1801 a 1879, abarcando as fases de introdução, expansão, apogeu e sobrevida da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba cafeeiro. Este trabalho não nega, em hipótese alguma, os notáveis contributos oriundos da historiografia da “pequena posse”. Intenta-se, isto sim, recolocar a questão da posse de cativos em uma outra perspectiva: a despeito da predominância das escravarias de pequeno porte em todo o Império do Brasil, foram as *plantations* que concentraram a mão de obra escravizada, a propriedade fundiária e os pés de café no Vale do Paraíba cafeeiro.¹⁵

Adotou-se, para tanto, a mesma classificação desenvolvida por Ricardo Salles para agrupar os proprietários de cativos.¹⁶ Buscando compreender a dinâmica histórica da relação de forças entre senhores e escravizados quando se inicia a crise do escravismo brasileiro, Salles investigou a posse cativa em Vassouras, Rio de Janeiro, um dos maiores municípios produtores de café do século XIX. Valendo-se de uma função linear – que representa a dificuldade que os senhores enfrentariam ao migrar de uma faixa de tamanho de posse para outra –, o autor reuniu os escravistas em cinco grupos: 1) *miniproprietário*, que detinha a posse de quatro ou menos escravos; 2) *pequeno proprietário*, que mantinha sob seu domínio entre cinco e 19 cativos; 3) *médio proprietário*, que tinha entre 20 e 49 escravos; 4) *grande proprietário*, que possuía entre

¹⁴ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MARRETO, Rodrigo M. **O opulento capitalista** – café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História Social) – ICHF-UFF, Niterói, 2019; Renato Leite MARCONDES, em dois artigos, também investigou o tema, centrando-se, no entanto, nos anos 1870. Ver: MARCONDES, 2002a; MARCONDES, Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba (in the Province of São Paulo, Brazil). **The Hispanic American Historical Review**, DURHAM, v. 85, n. 2, p. 259-281, 2005.

¹⁵ As *plantations* eram constituídas pelas propriedades detentoras de 100 ou mais cativos. Elas contavam com a posse formal das terras, dos trabalhadores escravizados e das plantações de café. Combinavam o cultivo de café à produção de gêneros alimentícios e à fabricação de aguardente; em alguns casos, à atividade comercial. Quase sempre, as *plantations* abarcavam mais de uma unidade produtiva, especialmente contíguas (ou não); e cada qual era administrada por um homem livre assalariado. Outros autores, contudo, trabalham com a ideia segundo a qual as *plantations* seriam formadas pelas unidades agrícolas com mais de 50 cativos. Cf. FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). 1. ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2010; SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. 1. ed., 1999. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

¹⁶ SALLES, 2008. Vale destacar que essa classificação já havia sido adotada anteriormente por Magno Fonseca Borges. Cf. BORGES, Magno F. **Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da cultura cafeeira em Vassouras, 1821-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – DH-USS, Vassouras, Rio de Janeiro, 2005.

50 e 99 cativos e, por fim, 5) *megaproprietário*, que era senhor de uma centena ou mais escravizados.¹⁷

O modelo de Ricardo Salles é bastante adequado aos nossos propósitos: primeiro, porque Vassouras e Bananal eram regiões de *plantation* escravista, cuja economia assentava-se na produção de café em larga escala visando atender à demanda do mercado mundial. E, em segundo lugar, conforme já demonstrei em outros trabalhos,¹⁸ a distribuição de escravistas e cativos, de acordo com as cinco faixas de tamanho de posse, era notavelmente semelhante em ambos os municípios, indicando um padrão demográfico uniforme no Vale do Paraíba cafeeiro.¹⁹

No decurso de todo o século XIX, um dos aspectos mais marcantes na estrutura da posse de escravizados em Bananal – e, no geral, em todo o Brasil – foi a significativa participação relativa de proprietários de pequeno porte. De fato, em todas as fases da cafeicultura escravista (introdução, expansão, apogeu e sobrevida), a presença significativa de senhores de poucos escravizados foi uma constante na sociedade bananalense. A possibilidade de homens livres pobres (inclusive os egressos do cativo) adquirirem cativos explica, em parte, a coesão social em torno da manutenção e fortalecimento da instituição escravista na América portuguesa e, posteriormente, no Império do Brasil, a despeito da derrocada do escravismo em outros espaços do Atlântico.²⁰

No período de montagem da cafeicultura escravista em Bananal (c.1800-29), a estrutura da posse cativa foi marcada, de um lado, pela disseminação de cativos no tecido social e, de outro, por uma incipiente concentração dessa propriedade nas mãos de indivíduos situados no topo da hierarquia. Por meio da lista nominativa de 1801, pode-se descortinar a distribuição de

¹⁷ SALLES, 2008, p. 155-157.

¹⁸ Cf. MORENO, Breno S. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2013. p. 83-167; MORENO, Breno S. A estrutura da posse de escravos no Médio Vale do Paraíba: Bananal, 1830-1880. In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2019, Florianópolis. **Anais do 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/9encontro/textos/breno_moreno.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

¹⁹ Rodrigo Marretto identificou o mesmo padrão demográfico de distribuição de proprietários e de cativos em Cantagalo, Rio de Janeiro. Cf. MARRETO, Rodrigo M. **O opulento capitalista – café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873)**. Tese (Doutorado em História Social) – ICHF-UFF, Niterói, 2019.

²⁰ Rafael Marquese argumentou que um dos traços estruturantes do sistema escravista do Brasil foi a estreita associação entre o tráfico negreiro transatlântico e a incidência de alforrias, que, ao permitir a reprodução da escravidão por meio da incorporação dos descendentes dos africanos escravizados, via alforria, garantiu a segurança da instituição na longa duração. MARQUESE, Rafael. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, ed. 74, v. 1, p. 107-123, mar. 2006.

proprietários e cativos nos primórdios da cultura cafeeira.²¹ A **Tabela II.2** revela que cerca da metade dos senhores detinha a posse de quatro ou menos escravizados. Por seu turno, os proprietários com cinco a 19 cativos representavam 36,4% dos escravistas. E aqueles com 20 ou mais cativos correspondiam a 11,3% dos senhores. Quanto à mão de obra, o primeiro grupo era dono de quase um décimo da escravaria. Já os proprietários com cinco a 19 cativos controlavam cerca de 40% dessa população. E, finalmente, os senhores com 20 ou mais cativos concentravam pouco mais da metade da escravaria de Bananal. Como se evidencia, a posse cativa estava diluída por entre distintos grupos de proprietários, embora concentrada nas mãos dos agricultores. A despeito disso, uma pequena parcela deles, sobretudo os senhores de engenho, reunia um contingente relevante de cativos em suas unidades produtivas. Esse é o caso do já mencionado capitão Hilário Gomes Nogueira, o maior escravista de Bananal. Em 1801, ele era um reputado senhor de engenho: fabricou 600 arrobas de açúcar branco, 100 de açúcar redondo, 50 de açúcar mascavo e 600 canadas de aguardente. Produziu, ainda, grande quantidade de gêneros alimentícios: 150 arrobas de toucinho, mil alqueires de milho, 400 de feijão, 50 de arroz e 200 de farinha.²² Para tanto, contava com o trabalho de 84 escravizados, cerca de 20% da escravaria local.²³ O capitão também foi um dos principais negociantes de cabeças de gado no Caminho Novo da Piedade, no mesmo período.²⁴

O padrão de posse cativa, no alvorecer do século XIX, estava atrelado aos tipos de atividades econômicas praticadas na localidade. Os chefes de domicílio de Bananal dedicavam-se ao cultivo de mantimentos para o autoconsumo – e, eventualmente, comercializavam os excedentes para as tropas de mulas que passavam pela região – e à fabricação de açúcar e/ou aguardente para o mercado mundial, atividade que vinha ganhando força justamente nesse período, nas capitâncias de São Paulo e Rio de Janeiro.²⁵ A cultura do café, no entanto, ainda não possuía relevância alguma, não só em Bananal, mas em todo o Brasil.

²¹ José F. Motta trabalhou com seis “faixas de tamanho dos plantéis” (FTPs), quais sejam: I) 1 a 4 cativos; II) 5 a 9; III) 10 a 19; IV) 20 a 29; V) 30 a 39; VI) 40 cativos ou mais. Nós reorganizamos essas FTPs de modo que pudéssemos estabelecer comparações com as faixas empregadas nesta tese.

²² Um alqueire de milho/feijão corresponde a 30,225 kg; um alqueire de arroz é igual a 24,180 kg; e uma arroba equivale a 14,689 kg. Cf. LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo: FEA-USP, ano VIII, n. 21, p. 1-5, mar. 2001a.

²³ MOTTA, 1999, p. 253.

²⁴ MARCONDES, Renato. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença de negociantes de gado (1801-1811). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 41-71, jan.-jun. 2001.

²⁵ Sobre a introdução e expansão da economia açucareira em São Paulo, ver: PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968; BACELLAR, 1997. Para o Rio de Janeiro: LARA, Sílvia H. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Tabela II.2 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP, Segundo a Lista Nominativa. Bananal, 1801

FTP	Proprietários		Escravizados	
	N	%	N	%
1 a 4	23	52,3	37	9,2
5 a 19	16	36,4	161	40,2
20 a 39	3	6,8	79	19,7
40 ou +	2	4,5	124	30,9
Total	44	100,0	401	100,0

Fonte: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 168.

José F. Motta demonstrou que, nas primeiras décadas do século XIX, a implantação e o deslanche da cafeicultura alteraram a estrutura da posse de escravizados em Bananal. Para o autor, “[...] a lavoura cafeeira, em seu desenvolvimento, cada vez mais evoluía em direção a uma agricultura de *plantation* e o evolver da estrutura da posse de escravos nesse período refletiu, ao que tudo indica, a direção desse desenvolvimento”.²⁶ Os informes obtidos por meio das listas nominativas – tanto pelo referido autor quanto por nós – revelam que, entre 1801 e 1817, ocorreu um processo de desconcentração relativa da posse de escravizados. No entanto, entre 1817 e 1829, houve, ao contrário, um movimento de concentração da propriedade cativa pelos proprietários situados nos degraus superiores da pirâmide (**Tabela II.3**).²⁷

Tabela II.3 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP, Segundo as Listas Nominativas. Bananal, 1817-1829

Ano	1817				1829			
	Proprietários		Escravizados		Proprietários		Escravizados	
FTP	N	%	N	%	N	%	N	%
Mini	73	60,3	152	15,0	97	49,7	197	8,6
Pequenos	39	32,2	380	37,6	70	35,9	665	29,1
Médios	6	5,0	185	18,3	15	7,7	397	17,4
Grandes	2	1,7	124	12,3	10	5,1	714	31,3
Mega	1	0,8	169	16,7	3	1,5	310	13,6
Total	121	100,0	1.010	100,0	195	100,0	2.283	100,0

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; Id. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829.

Notas: *mini* (quatro ou menos cativos); *pequenos* (cinco a 19 cativos); *médios* (20 a 49 cativos); *grandes* (50 a 99 cativos); *mega* (100 ou mais cativos).

²⁶ MOTTA, 1999, p. 151.

²⁷ O movimento de desconcentração/concentração da propriedade cativa, durante a implantação da cultura cafeeira em Bananal, foi examinado de forma minuciosa por: Ibid., p. 141-176.

Na primeira fase (1801-17), marcada pelo processo de desconcentração da posse cativa, proliferaram em Bananal indivíduos com poucos recursos, inclusive os que não possuíam nenhum escravizado. Todas as FTPs expandiram-se em termos absolutos, porém apenas os miniproprietários (quatro ou menos cativos) aumentaram sua participação relativa. Esse grupo subiu de 23 (52,3%), em 1801, para 73 (60,3%), em 1817; o número e a proporção de cativos residentes nessas unidades também cresceu, de 37 (9,2%) para 152 (15%), na mesma época. Os pequenos proprietários (cinco a 19 cativos), a seu turno, igualavam-se a 16 (36,4%) indivíduos, em 1801, e 39 (32,2%), em 1817; e a mão de obra escravizada pertencente a esse grupo passou de 161 (40,2%) para 380 (37,6%). Por fim, os donos de 20 ou mais cativos, que perfaziam cinco (11,3%) senhores, em 1801, atingiram a soma de nove (7,4%) indivíduos, em 1817; esses escravistas concentravam em suas mãos 203 (50,6%) cativos, em 1801, e 478 (47,3%), em 1817.

A região de Bananal foi palco de um intenso fluxo migratório na virada do século XVIII para o XIX. Como área de fronteira agrícola aberta, representou um estímulo econômico para muitos indivíduos que, desprovidos de recursos, vislumbraram a possibilidade de iniciar uma vida nova. Nesse sentido, esses entrantes poderiam edificar a sua moradia, plantar a sua roçada para a própria subsistência e, quando possível, negociar a produção excedente, ou até mesmo investir no plantio de café. O que se percebe, portanto, é que a chegada desses (i)migrantes à freguesia bananalense impactou diretamente a estrutura da posse de escravizados, provocando, assim, uma desconcentração relativa da propriedade cativa.

Em um segundo momento (1817-29), evidenciou-se, ao contrário, um processo de concentração da posse de escravizados, motivado pela difusão da lavoura cafeeira e, também, em virtude da chegada de novos indivíduos à freguesia de Bananal, muitos deles detentores de escravarias relativamente numerosas.²⁸ A proporção de miniproprietários reduziu-se a 49,7% do total de senhores arrolados na lista nominativa de 1829, malgrado o seu crescimento numérico; diminuiu também a importância relativa dos cativos recenseados nessa FTP (de 15% para 8,6%), no mesmo período, a despeito do incremento em termos absolutos. Os pequenos proprietários expandiram-se, física e proporcionalmente, de 39 (32,2%) em 1817 para 70 (35,9%), em 1829; contudo, embora tenha havido crescimento no número de cativos controlado pelo grupo, registrou-se um declínio em termos percentuais (de 37,6% para 29,1%). Finalmente,

²⁸ Em um artigo redigido a quatro mãos, Motta & Nozoe demonstraram, em detalhes, que os indivíduos que se mudaram para a freguesia de Bananal, na década de 1820, trouxeram consigo escravarias relativamente numerosas. Cf. MOTTA, José F.; NOZOE, Nelson. Cafeicultura e acumulação. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 253-320, mai.-ago. 1994.

os donos de 20 ou mais cativos também ampliaram sua participação, de nove (7,4%) em 1817 para 28 (14,4%) em 1829, no conjunto de proprietários, de tal sorte que a mão de obra escravizada confinada nas senzalas dessas propriedades saltou de 478 (47,3%), em 1817, para 1.421 (62,2%), em 1829.

Nesse sentido, José F. Motta parece estar convencido (e nós também) de que, entre os anos de 1817 e 1829, “[...] a ‘opção’ do café pela agricultura de *plantation* parece iminente, pois a fase favorável aos proprietários de menor porte dá sinais de ter-se acabado, o que se revela na diminuição da ‘riqueza’ em escravos por eles possuída”.²⁹ A dinâmica da estrutura da posse de cativos em Bananal evidencia que, durante a implantação da cafeicultura, houve decréscimo no peso relativo dos escravistas de pequeno porte e, simultaneamente, ampliação da participação dos proprietários de médio e grande porte.

O deslanche da atividade cafeeira apontava para o surgimento de um período de prosperidade econômica, não só em Bananal, mas em todo o Vale do Paraíba cafeeiro. Em um primeiro momento, c.1800-c.1820, os escravistas de médio e grande porte dedicaram-se ao cultivo simultâneo de cana-de-açúcar e café. Esse período foi marcado pela experimentação integrada entre as duas culturas. No entanto, a partir de meados dos anos 1820, a atividade cafeeira foi se tornando, do ponto de vista econômico, mais viável e rentável que a produção de açúcar, levando aqueles senhores a se especializarem no cultivo do café. A cana-de-açúcar passou a segundo plano, cultivada principalmente para a fabricação de aguardente.

A economia cafeeira de Bananal acelerou-se no curso das décadas de 1830 e 1840, transformando o município em uma típica região de *plantation* escravista. Nesse período, os maiores proprietários de escravos aumentaram ainda mais a sua importância no que se refere à conformação da economia agroexportadora. Em 1836, a colheita de café aumentou 37% em relação à do ano de 1829, alcançando a marca de 64.822 arrobas (11% da safra de São Paulo), o que garantiu à vila de Bananal o segundo lugar no *ranking* de exportações da província, ficando atrás apenas de Areias (102.797 arrobas). Já em 1854, a cidade de Bananal se tornaria a maior produtora de café de São Paulo, com a exportação de pouco mais de 554 mil arrobas (cf. **Tabela II.9**).

Qual foi o impacto da expansão da economia cafeeira, de 1830 em diante, na distribuição de proprietários e de escravizados em Bananal? Para responder a esta questão, iremos nos valer fundamentalmente dos inventários *post mortem* dos escravistas, cujos processos foram lavrados

²⁹ MOTTA, 1999, p. 169-170.

entre as décadas de 1830 e 1880.³⁰ Com isso, será possível investigar a dinâmica da estrutura da posse de cativos nos períodos de expansão, apogeu e sobrevida da cafeicultura escravista.

É importante salientar, inicialmente, que os inventários não constituem as fontes mais adequadas para o estudo pretendido. Ainda que tenhamos utilizado todos os processos que chegaram até nós, os inventários são heterogêneos entre si e conformam apenas uma amostra do conjunto de senhores de escravizados existentes quando tais processos foram lavrados nos cartórios. Heitor P. de Moura Filho, que teceu uma crítica instigante a respeito do uso de dados quantitativos obtidos em processos de inventário, ponderou que os “[...] dados e os indicadores calculados a partir deles não podem ser despreocupadamente tidos como representativos, nem dos inventariados, nem de seus patrimônios e nem da população em que viviam os falecidos.”³¹ É certo que, não só em Bananal, mas em quaisquer localidades do Brasil, patrimônios deixaram de ser inventariados, pois nem toda morte resultava necessariamente na abertura de um inventário *post mortem*.³² Além disso, os herdeiros com bens a inventariar podem ter burlado as leis e omitido o patrimônio legado perante os juízes de órfãos. A esse respeito, vale lembrar que, em Bananal, no período de 1783 (fundação do povoado) a 1829, foram encontrados tão somente 30 inventários *post mortem*, cifra bastante reduzida em relação à existente nos períodos posteriores. Pode-se levantar como hipótese que a distância entre as propriedades da freguesia de Bananal e o juizado de órfãos de Areias dificultava a comunicação dos familiares dos mortos com as autoridades competentes, no caso de haver patrimônio a inventariar. No entanto, a elevação de Bananal ao *status* de vila, em 1832, permitiu, de forma paulatina, uma presença mais atuante do Estado, o que pode ter dificultado a omissão – embora não tenha impedido – de bens passíveis de serem inventariados. É provável, ainda, que vários processos coevos não tenham sobrevivido à ação do tempo e ao descaso das autoridades. A título de exemplo, cabe registrar que, ao substituir a capa de um inventário *post mortem*, o escrivão do 1º Ofício de Notas de Bananal fez a seguinte observação: “Nota: 15 de Março de 1906 ~ Grande inundação – danificando o Cartório”.³³ Ao que parece, o rio Bananal transbordou, causando uma enchente no espaço urbano municipal, que atingiu o cartório. Aliás, isso poderia explicar o fato de termos encontrado inúmeros processos judiciais em péssimo estado de conservação, muitos deles com

³⁰ Para a fase de expansão da atividade cafeeira, há uma única lista nominativa disponível, a de 1836, cuja transcrição paleográfica ainda não foi feita, tarefa para uma pesquisa futura.

³¹ MOURA FILHO, Heitor P. de. **Demografia histórica do Rio de Janeiro na segunda escravidão**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2020. p. 57.

³² Sobre os requisitos estipulados pela lei para a abertura de um processo de inventário *post mortem*, conferir a primeira parte deste trabalho.

³³ Cf. INVENTÁRIO de Ana Nogueira Tereza de Sá. Cruzeiro: MMN, 5 ago. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 119, n. 2600.

a tinta esmaecida e com manchas de fungos.³⁴ Em síntese, queremos enfatizar que os processos de inventário não abarcavam toda a população de uma dada região, sejam os donos de cativos, sejam as escravarias.³⁵

De todo modo, por se tratar de uma das únicas fontes disponíveis para o período de 1830 a 1880 e, também, por seu caráter serial, esse tipo de processo permite descortinar, ainda que com ressalvas, as grandes tendências relativas à dinâmica da posse cativa. Vale apontar que, mais adiante, ao tratarmos da distribuição de escravistas e escravizados, nos anos 1870, tendo por base tanto os dados obtidos por meio dos inventários *post mortem* (1870-79) quanto os da Lista de Classificação (1873), será demonstrada a pertinência e a validade do uso dos informes contidos nos processos de inventário.

Em linhas gerais, os inventários *post mortem* apontam igualmente que a propriedade escrava estava disseminada em grande parte das camadas livres de Bananal, pois a posse cativa foi registrada em 407 processos (81,1% do total).³⁶ Contudo, a maioria desses inventariados escravistas – 318 (78,1%) – estava diretamente vinculada às atividades agrárias. Dentre eles, havia 22 lavradores (produtores de gêneros alimentícios), 295 cafeicultores e um único criador de animais.³⁷ Os cafeicultores escravistas detinham a posse de quase toda a população cativa arrolada nos inventários: 13.378 indivíduos (96,2%), o que denota claramente o papel primordial da cafeicultura escravista no desenvolvimento de Bananal durante o período em análise.

Os dados disponíveis nas **Tabelas II.4 e II.5** desvendam, *grosso modo*, a dinâmica da posse de escravizados por grupos de proprietários (FTP), segundo as distintas fases da cafeicultura escravista em Bananal.³⁸ Conforme demonstrado há pouco, no período de

³⁴ Cibele M. da Silva analisou os aspectos de conservação dos documentos dos municípios de Bananal, São José do Barreiro, Cruzeiro, Lorena e Silveiras. Cf. SILVA, Cibele Monteiro da. **Documentação cafeeira das cidades do Fundo do Vale do Paraíba paulista: a concentração e desconcentração da documentação cartorária e judicial custodiada ao Museu Major Novaes – Cruzeiro/SP**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – EACH-USP, São Paulo, 2016.

³⁵ Moura Filho elencou as potencialidades e os limites decorrentes de análises e interpretações de dados quantificáveis oriundos de processos de inventário. Cf. MOURA FILHO, 2020, p. 85-104.

³⁶ Sobre a disseminação da propriedade cativa na província do Rio de Janeiro, a partir dos inventários *post mortem*, ver: FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo G. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 86-89; CASTRO, Hebe M. de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX**. 1. ed., 1995. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 31; FLORENTINO, 2010[1997], p. 27-31.

³⁷ Deve-se registrar que 46 (15,6%) inventariados, que foram classificados como cafeicultores escravistas, combinavam o cultivo de café com outras atividades. Grande parte deles dedicava-se à produção de café e açúcar e/ou aguardente (22 ou 47,8%), e à cafeicultura e comércio (19 ou 41,3%).

³⁸ Optou-se pelo agrupamento dos dados extraídos dos inventários *post mortem* dos proprietários de cativos por grandes períodos (fases da cafeicultura escravista), de modo que fosse possível apontar tendências mais claras

implantação da cultura do café, sobretudo no final da década de 1820, a grande maioria dos proprietários detinha a posse de poucos cativos e, ao mesmo tempo, poucos senhores, principalmente os médios e grandes, concentravam em suas mãos boa parcela da população escravizada, de acordo com a lista nominativa.

Os dados compilados a partir dos inventários *post mortem* sugerem que, de 1830 em diante, notadamente nos períodos de expansão, apogeu e sobrevida da cafeicultura escravista, os padrões de posse da propriedade cativa sofreram profundas transformações. Durante a fase de expansão da *plantation* escravista (1830-49), os grandes e megaproprietários, que representavam 9,3% dos senhores, passaram a deter cerca de três quintos da população cativa arrolada nos processos.³⁹ Já os pequenos e miniproprietários diminuíram sua participação relativa – de 85,6%, em 1829, para 76,7%, em 1830-49 – e, nesse movimento, sua fatia da propriedade escrava declinou de modo significativo: de 37,8% para 20,7%, no mesmo período. E o grupo dos médios escravistas cresceu na mesma quadra histórica, chegando a 14% dos inventariados, embora sua escravaria tenha permanecido, na prática, inalterada, oscilando entre 17,4%, em 1829, e 19,4%, em 1830-49.

É importante sublinhar que as mudanças ocorridas nos padrões de distribuição da propriedade cativa, entre o ano de 1829 e as décadas de 1830 e 1840, devem ser lidas com cautela, tendo em vista que os inventários *post mortem* tendem a sobrevalorizar o peso dos maiores proprietários e, ao contrário, a minimizar o papel ocupado pelos menores proprietários. Neste sentido, é prudente nos atermos, de um lado, às tendências evidenciadas a partir dos processos de inventário e, de outro, às transformações que vinham ocorrendo na paisagem agrária do Vale do Paraíba cafeeiro, desde o final dos anos 1820, intensificadas nas décadas de 1830 e 1840. Foi justamente nessa quadra histórica, isto é, durante a expansão da *plantation* escravista, que os cafeicultores da região elaboraram uma nova planta produtiva, com base nas práticas locais. Essa nova planta produtiva tinha como principal característica a organização da

quanto à dinâmica da posse de escravizados em Bananal no século XIX. Ricardo Salles adotou método semelhante. Cf. SALLES, 2008.

³⁹ Sobre a distribuição de proprietários e de cativos, por meio dos informes contidos nos inventários *post mortem*, ver, entre outros: FRAGOSO; FLORENTINO, 2001[1993], p. 86-89; MARCONDES, Renato L. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Editora Stiliano, 1998a. p. 143-152; COSTA, Fernando Antônio A. da. **Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, 2014. p. 156-202; VITTORETTO, Bruno N. **Fronteiras do café na Zona da Mata Mineira (1870-1940)**. Tese (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2016. p. 89-90; BARROSO, Daniel S. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2017; MARRETO, 2019, p. 78-81; ANDRADE, Marcelo L. de. **Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, 2019. p. 133-152.

produção de café em distintas unidades agrícolas, especialmente contíguas, cada qual contendo as senzalas em quadra, o terreiro de café, as plantações de café e de gêneros alimentícios, os edifícios e os maquinários necessários para o beneficiamento dos grãos, a casa-grande, os animais, as escravarias etc. Estruturaram-se, assim, os complexos de fazendas ou, em alguns casos, os complexos cafeeiros. A gestação dessa nova planta produtiva permitiu aos cafeicultores coordenar de forma eficiente a administração da paisagem e das escravarias. Com isso, aumentou-se substantivamente a produção de café, notadamente nas *plantations*, cujas propriedades contavam com mais de 100 trabalhadores escravizados. Em vista disso, é muito provável que, na virada da década de 1820 para a de 1830/1840, pode ter havido um aumento efetivo na concentração da mão de obra cativa nas *plantations*.

Tabela II.4 – Evolução da Distribuição de Proprietários por FTP. Bananal, 1830-1879

Período	Expansão (1830-1849)		Apogeu (1850-1869)		Sobrevida (1870-1879)	
	N	%	N	%	N	%
FTP						
Mini	48	37,2	58	31,5	28	29,8
Pequenos	51	39,5	61	33,2	32	34,0
Médios	18	14,0	27	14,7	16	17,0
Grandes	5	3,9	20	10,9	8	8,5
Mega	7	5,4	18	9,8	10	10,6
Total	129	100,0	184	100,0	94	100,0

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (407 processos).

Notas: *mini* (quatro ou menos cativos); *pequenos* (cinco a 19 cativos); *médios* (20 a 49 cativos); *grandes* (50 a 99 cativos); *mega* (100 ou mais cativos).

Tabela II.5 – Evolução da Distribuição de Escravizados por FTP. Bananal, 1830-1879

Período	Expansão (1830-1849)		Apogeu (1850-1869)		Sobrevida (1870-1879)	
	N	%	N	%	N	%
FTP						
Mini	93	3,5	122	1,6	59	1,6
Pequenos	461	17,2	634	8,3	321	9,0
Médios	519	19,4	825	10,8	521	14,6
Grandes	345	12,9	1.392	18,2	525	14,7
Mega	1.256	47,0	4.681	61,2	2.150	60,1
Total	2.674	100,0	7.654	100,0	3.576	100,0

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (407 processos).

Notas: *mini* (quatro ou menos cativos); *pequenos* (cinco a 19 cativos); *médios* (20 a 49 cativos); *grandes* (50 a 99 cativos); *mega* (100 ou mais cativos).

Esse processo histórico de acumulação e concentração da posse cativa nas mãos dos megaproprietários pode ter aumentado ainda mais no apogeu da cafeicultura escravista de Bananal (1850-69). Nessa época, tais senhores dobraram sua participação relativa e passaram a comandar cerca de três quartos da escravaria arrolada nos inventários.⁴⁰ Já os grandes proprietários, que igualmente ampliaram sua participação no conjunto dos escravistas (pularam de 3,9% para 10,9%, na mesma época), também aumentaram a proporção de cativos sob seu domínio: controlavam 12,9% da mão de obra em 1830-49 e 19,2%, em 1850-69. Juntos, ambos os grupos perfaziam 20,7% dos inventariados e reuniam 79,4% da escravaria. Evidencia-se, assim, um intenso processo de concentração da propriedade cativa nas mãos de poucas famílias da elite cafeeira de Bananal. Por sua vez, a escravaria pertencente aos médios proprietários – grupo que se manteve estável em comparação com a fase precedente – declinou de modo formidável: possuíam, durante a expansão, 19,4% dos cativos, mas, no apogeu, tinham apenas 10,8%. Finalmente, o grupo dos pequenos e miniproprietários despencou mais uma vez, entre 1830-49 e 1850-69: o grupo reunia, no apogeu, 64,7% dos inventariados e mantinha o domínio de apenas 9,9% dos cativos.

Na fase de sobrevida da economia cafeeira de Bananal (1870-9), não ocorreram mudanças expressivas nos padrões de posse de escravizados. O que se averiguou, efetivamente, foi uma certa estabilidade na distribuição da propriedade cativa entre os períodos de apogeu e sobrevida. Observando-se os pequenos e miniproprietários, de um lado, e os grandes e megaescravistas, de outro, percebe-se que ambos os grupos mantiveram seu peso relativo no conjunto dos proprietários. Entretanto, o primeiro grupo ampliou discretamente sua escravaria, de 9,9%, em 1850-69, para 10,6%, na década de 1870, ao mesmo tempo em que a mão de obra dos grandes e megaproprietários reduziu-se a 74,8%. Já os médios proprietários cresceram enquanto grupo, de 14,7% para 17%, juntamente com sua escravaria, que passou de 10,8% para 14,6%, entre as fases de apogeu e sobrevida da cafeicultura escravista.

Importa salientar, portanto, que as informações obtidas por meio das listas nominativas e dos inventários sugerem que, no decurso do século XIX, a propriedade cativa manteve-se continuamente disseminada na sociedade e, ao mesmo tempo, foi se concentrando nas mãos dos megaproprietários, isto é, nas *plantations* cafeeiras. Nesse ínterim, mini e pequenos

⁴⁰ O comendador Luciano José de Almeida (1797-1854), cafeeiro e capitalista, ao falecer, era proprietário de 816 escravizados, correspondentes a 17,4% de todos os cativos inventariados no apogeu da cafeicultura escravista de Bananal (1850-69). Uma escravaria desta magnitude poderia enviar os resultados quanto à posse de escravos. Apesar disso, não foi necessário excluí-lo da amostra, na medida em que, sem este potentado, não houve alterações substantivas nas tendências registradas na **Tabela II.5**. Veja-se, por exemplo, a distribuição das escravarias pertencentes a cada uma das FTPs com a omissão de Luciano J. de Almeida: mini (1,8% do total de cativos); pequenos (9,3%); médios (12,1%); grandes (20,4%); mega (56,5%).

escravistas perderam paulatinamente sua importância relativa com o avanço da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba cafeeiro. Os processos de inventário revelaram, ainda, um padrão comum quanto ao grau de envolvimento dos proprietários de pequeno porte no mundo da escravidão. Com frequência, mini e pequenos proprietários chegavam ao final de suas vidas bastante endividados, vendo comprometida boa parcela do patrimônio acumulado. Por conta disso, após o arrolamento e a avaliação dos bens inventariados, e antes da partilha formal entre os herdeiros, era necessário realizar leilões de parte desses bens para quitar as dívidas legalizadas nos processos de inventário. Quase sempre, os escravizados eram os itens preferidos nas hastas públicas, por duas razões: primeiramente, os cativos conformavam a parcela majoritária do patrimônio dos inventariados; em segundo lugar, os cativos tinham rápida liquidez. Nesse sentido, os inventários *post mortem* evidenciaram que, da noite para o dia, inúmeros senhores de escravizados deixaram de sê-lo, sobretudo os detentores de 19 cativos ou menos. Isso explica, em partes, as oscilações na distribuição da propriedade cativa, sobretudo nos degraus inferiores da sociedade.

Pode-se afirmar que o avanço da cafeicultura escravista, ao longo do século XIX, transformou o município de Bananal – e outras localidades do Vale do Paraíba cafeeiro – em zona de *plantation* escravista de café. Vários indivíduos passaram a alocar recursos nessa atividade, especialmente nas primeiras décadas do Oitocentos. No entanto, com o deslanche da cafeicultura, os não escravistas e os escravistas de pequeno porte minguaram, enquanto os maiores proprietários, notadamente os donos das *plantations*, concentraram em suas mãos tanto a propriedade cativa quanto os pés de café existentes no território de Bananal.

As pesquisas disponíveis, abordando o tema da posse de escravizados, sugerem que o padrão demográfico de posse cativa, identificado em Bananal (disseminação da propriedade cativa no tecido social e concentração das escravarias nas *plantations*), não se restringiu a esse município. Ricardo Salles e Rodrigo Marretto encontraram padrão demográfico semelhante em Vassouras e em Cantagalo, ambos situados no Vale do Paraíba cafeeiro.⁴¹ De acordo com o **Tabela II.6**, nota-se, por um lado, que a maior parte dos proprietários era formada por mini e pequenos escravistas e, por outro, uma pequena fração deles, os megaescravistas, detinha o controle de ampla maioria da população cativa. Os dados sugerem, portanto, que havia um padrão demográfico uniforme quanto à distribuição de proprietários e de escravizados nos três municípios. Essa constatação pode ser extrapolada para as demais localidades do Vale do

⁴¹ Em outro trabalho, analisei de forma sistemática a distribuição da propriedade cativa nos municípios de Bananal e Vassouras. Cf. MORENO, 2013, p. 83-167.

Paraíba cafeeiro, coração da cafeicultura escravista do Brasil no século XIX. Outros grandes municípios produtores de café – Rio Claro, São João Marcos, Barra Mansa, Resende, Pirai, Valença e Paraíba do Sul – muito provavelmente conformavam padrão demográfico semelhante ao de Bananal, Vassouras e Cantagalo. Estas regiões estavam intrinsecamente voltadas à produção de café para o mercado mundial. Assim, conforme afirmou Ricardo Salles, o Vale do Paraíba cafeeiro era o coração do Império do Brasil.⁴² Por isso, pode-se afirmar que essa região de *plantation* escravista acabou formando, no Oitocentos, um bloco unificado em torno da produção de café em larga escala, da concentração da propriedade cativa, dos pés de café e da rede fundiária.

Tabela II.6 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP, Segundo os Inventários. Bananal, Vassouras e Cantagalo (Século XIX)

Municípios	Bananal (1830-1879) ^(a)				Vassouras (1821-1880) ^(b)				Cantagalo (1810-1880) ^(c)			
	Proprietários		Escravos		Proprietários		Escravos		Proprietários		Escravos	
FTP	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mini	134	32,9	274	2,0	117	16,4	282	1,0	71	23,7	159	1,6
Pequenos	144	35,4	1.416	10,2	284	39,8	3.107	11,0	132	44,1	1.298	12,9
Médios	61	15,0	1.865	13,4	160	22,4	5.084	18,0	57	19,1	1.920	19,1
Grandes	33	8,1	2.262	16,3	87	12,2	6.214	22,0	19	6,4	1.330	13,2
Mega	35	8,6	8.087	58,2	66	9,2	13.558	48,0	20	6,7	5.354	53,2
Total	407	100,0	13.904	100,0	714	100,0	28.245	100,0	299	100,0	10.061	100,0

Fontes: (a) INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879; (b) SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 36 (nota 25); 155-157; (c) MARRETO, Rodrigo M. **O opulento capitalista – café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873)**. Tese (Doutorado em História Social) – ICHF-UFF, Niterói, 2019. p. 78-81.

Notas: *mini* (quatro ou menos cativos); *pequenos* (cinco a 19 cativos); *médios* (20 a 49 cativos); *grandes* (50 a 99 cativos); *mega* (100 ou mais cativos).

Os indicadores estatísticos da posse cativa, coligidos na **Tabela II.7**, reforçam o argumento de que a cafeicultura escravista acarretou uma série de transformações em Bananal. Os dados apontam para o movimento de concentração da mão de obra escravizada no decurso do século XIX. A média de cativos por proprietário, que era igual a 9, em 1801, atingiu o seu ápice no apogeu da cultura do café (1850-69), chegando à cifra de 42 cativos/proprietário. A moda, por seu turno, manteve-se estável no tempo, igualando-se à unidade (1), o que revela, desse modo, a presença permanente de pequenas posses na região. Já a mediana apresentou tendência ascendente, igualando-se a 11, nos anos 1870. O desvio-padrão da amostra, com

⁴² SALLES, 2008.

valores relativamente elevados e crescentes, denota a assimetria na distribuição da propriedade cativa. Por fim, o índice de Gini cresceu igualmente de forma paulatina, ao longo da primeira metade do Oitocentos, indicando, assim, um grau de forte concentração da posse cativa.⁴³ Em resumo, os indicadores selecionados permitem afirmar que, nas fases de montagem, expansão e apogeu da atividade cafeeira, ocorreu um processo de concentração da posse de cativos, que foi seguido, no período de sobrevida, por uma relativa estabilidade na distribuição da propriedade cativa.⁴⁴

Tabela II.7 – Indicadores Estatísticos Gerais da Posse de Cativos. Bananal, 1801-1879

Ano/Período	1801 ^(a)	1817 ^(b)	1829 ^(c)	1830-49 ^(d)	1850-69 ^(e)	1870-79 ^(f)
Indicadores						
Média	9	8	12	21	42	38
Moda	1	1	1	1	1	1
Mediana	4	4	5	7	10	11
Desvio-Padrão	14,4	17,9	19,9	43,1	92,7	81,3
Índice de Gini	0,631	0,649	0,657	0,715	0,743	0,722

Fontes: (a) MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres:** estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 158; (b) APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; (c) Id. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; (d), (e), (f) INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879.

Notas: (a) 44 proprietários e 401 cativos; (b) 121 proprietários e 1.010 cativos; (c) 195 proprietários e 2.283 cativos; (d) 129 proprietários e 2.674 cativos; (e) 184 proprietários e 7.654 cativos; (f) 94 proprietários e 3.576 cativos.

Tendo em vista os dados levantados até o presente momento, é plausível concluir que teria havido efetivamente uma intensificação na concentração da propriedade cativa nas *plantations* cafeeiras no decurso do século XIX? Inicialmente, deve-se ponderar uma vez mais que o (rápido) aumento na proporção de cativos residentes nas *plantations*, entre as fases de montagem e expansão da cafeicultura, é, em grande medida, fruto das peculiaridades inerentes aos inventários *post mortem*. Sabe-se que os maços de população – estruturados como listas nominativas anuais (censos) – abarcavam (quase) todos os habitantes (livres ou cativos) de uma localidade. Já os inventários englobavam tão somente uma pequena parcela dos indivíduos falecidos – basicamente, aqueles que deixaram fortuna e herdeiros com menos de 21 anos de idade –, pois que nem todos eram obrigados a lavrar processos de inventário. A despeito disso, é admissível conjecturar que as informações coligidas nas **Tabelas II.4 e II.5** desvendam a

⁴³ Cf. a escala de classificação do Gini elaborada por CÂMARA, Lourival A. Concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

⁴⁴ José F. Motta também apresenta indicadores estatísticos acerca da propriedade cativa para o período relativo à introdução da cafeicultura escravista em Bananal. Cf. MOTTA, 1999, p. 158-159.

dinâmica da estrutura da posse de escravizados em Bananal, pois o movimento de concentração da propriedade cativa, constatado entre os anos de 1817 e 1829 (cf. **Tabela II.3**), seguiu em plena marcha após a década de 1830.

Esse argumento pode ser corroborado por uma outra fonte, a Lista de Classificação dos Escravos para Serem Libertados pelo Fundo de Emancipação, de 1873, que informa sobre a distribuição da propriedade cativa. Esse Fundo, criado pela Lei Nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, era distribuído de tempos em tempos para os municípios do Império de modo proporcional ao número de escravizados ali existentes. Destinado à compra de alforrias, o Fundo de Emancipação dava preferência aos cativos enquadrados em determinadas categorias sociais: em primeiro lugar, aos casais de diferentes proprietários; depois, aos cônjuges com filhos nascidos livres em decorrência da lei e menores de oito anos; e assim por diante. De acordo com Slenes,

Em 1873, as juntas de classificação dos escravos, constituídas nos municípios, eram obrigadas a fazer uma lista de *todos* os escravos residentes nas suas respectivas localidades, agrupando-os nas categorias especificadas pela lei que regia o Fundo. As juntas baseavam seu trabalho nos livros de matrícula de 1872, e as listas que fizeram reproduzem a maioria das informações da matrícula para cada escravo [...] As listas [...] sugerem que em muitos municípios nem todos os escravos foram classificados, como era de se esperar.⁴⁵

Com efeito, no município de Bananal, nem todos os cativos matriculados em 1872 foram classificados pela Junta nos livros destinados a esse propósito. Dentre os 8.256 escravizados matriculados, 7.536 (91,3%) receberam o seu registro na Lista de Classificação.⁴⁶ É provável que parte dos cativos sem vínculos familiares tenham sido negligenciados pela Lista. A despeito disso, a população cativa arrolada na Lista perfazia parcela majoritária do total de escravizados existentes em Bananal, o que permite, desse modo, conhecer a estrutura da posse cativa no período. Importante frisar, por fim, que, segundo o ofício encaminhado, em 14 de janeiro de 1874, à presidência da província de São Paulo pela Coletoria de Bananal, foram matriculados,

⁴⁵ SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 117-149, jan./abr. 1983. A citação encontra-se às páginas 142-3 (grifo do autor). Neste artigo, Slenes faz uma ótima crítica à coerência interna tanto das Matrículas de 1872-3 e 1886-7 quanto das Listas de Classificação de 1873.

⁴⁶ Para os dados relativos à Matrícula de 1872: BRASIL. Ministério do Império. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. Sobre os informes concernentes à Lista de Classificação de 1873: MARCONDES, 2002a. Agradeço a Renato L. Marcondes pela indicação do *Relatório*.

até 30 de setembro de 1873, além dos 8.256 cativos mencionados, 537 ingênuos, perfazendo, ao todo, 8.793 indivíduos.⁴⁷

Em linhas gerais, a Lista de Classificação revela que uma boa parte das escravarias, dois quintos do total, residiam nas *plantations*, a despeito de seus proprietários representarem tão somente 3,2% dos senhores. Se a eles somarmos os donos das grandes propriedades, tem-se que as unidades agrícolas cafeeiras com 50 cativos ou mais, 7,4% do total, reuniam três quintos da população escravizada de Bananal. Por outro lado, a maioria dos proprietários era detentora de poucos cativos, a exemplo dos miniescravistas (58,6% do total) que detinham a posse de apenas 7,2% dos escravizados (**Tabela II.8**).

Tabela II.8 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP, Segundo os Inventários e a Lista de Classificação. Bananal, c.1870

Período	Inventários (1870-79) ^(a)				Lista de Classificação (1873) ^(b)			
	Proprietários		Escravizados		Proprietários		Escravizados	
FTP	N	%	N	%	N	%	N	%
Mini	28	29,8	59	1,6	292	58,6	541	7,2
Pequenos	32	34,0	321	9,0	126	25,3	1.222	16,2
Médios	16	17,0	521	14,6	43	8,6	1.294	17,2
Grandes	8	8,5	525	14,7	21	4,2	1.485	19,7
Mega	10	10,6	2.150	60,1	16	3,2	2.994	39,7
Total	94	100,0	3.576	100,0	498	100,0	7.536	100,0

Fontes: (a) INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879; (b) MARCONDES, Renato L. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002a.

Notas: *mini* (quatro ou menos cativos); *pequenos* (cinco a 19 cativos); *médios* (20 a 49 cativos); *grandes* (50 a 99 cativos); *mega* (100 ou mais cativos).

Os dados compilados nessa mesma tabela permitem, ainda, iluminar as distinções existentes na distribuição da propriedade cativa, ao confrontarmos os informes extraídos da Lista com os dos inventários *post mortem*. Fica claro o fato de que os inventários tendem, de um lado, a sobrestimar a posição ocupada pelos senhores de escravarias de grande porte e, de outro, a minimizar a participação relativa dos proprietários de pequeno porte. De todo modo, é possível notar uma tendência uniforme, seja nos inventários, seja na Lista de Classificação: a proporção de cativos controlada pelos senhores cresce conforme o aumento no tamanho das FTPs; e, ao contrário, o percentil de proprietários decresce consoante a ampliação na dimensão

⁴⁷ APESP. Mss. Ofício N° 153, c. 35, p. 2, d. 85. Sou grato a Marco Aurélio dos Santos que, gentilmente, me forneceu uma cópia digitalizada dos ofícios remetidos à presidência da província de São Paulo pelo município de Bananal.

das FTPs. A exceção a esse padrão pode ser observada no caso dos miniescravistas, cujo peso relativo no conjunto dos proprietários inventariados tende, a rigor, a permanecer aquém dos padrões correntes.

Os informes contidos na **Tabela II.8** revelam, portanto, dois aspectos importantes no que tange à estrutura da posse de escravizados. O primeiro deles, de caráter metodológico, diz respeito ao fato de que, na ausência de fontes que contenham o arrolamento de todos – ou quase todos – os cativos de uma determinada localidade em um dado ano, a exemplo das listas nominativas ou das listas de classificação, os pesquisadores podem utilizar os inventários *post mortem* para mapear grandes tendências relativas à distribuição da propriedade cativa. O segundo elemento, de ordem factual, se refere ao próprio movimento paulatino de acúmulo e concentração da posse cativa pelos megaproprietários. Na fase inicial da atividade cafeeira, particularmente em 1817, havia somente um único (0,8%) dono de *plantation*, em cuja unidade agrícola residiam 169 (16,7%) cativos, conforme atesta a lista nominativa de Bananal; cinquenta anos mais tarde, notadamente no período de sobrevida da cafeeira escravista, os megaproprietários elevaram-se a 16 (3,2%) indivíduos, e as escravarias confinadas nessas propriedades atingiram o cômputo de 2.994 (39,7%) pessoas, segundo a lista de classificação de 1873. Essa última fonte demonstra, portanto, que houve efetivamente um processo de concentração da mão de obra escravizada nas mãos dos proprietários de grande porte.

Esse processo gradativo de concentração da propriedade cativa nas *plantations* cafeeiras permitiu o crescimento exponencial das exportações de café pelo Império do Brasil – e, ao mesmo tempo, foi a resultante desse movimento. Veja-se a **Tabela II.9**, que apresenta a evolução da produção cafeeira no município de Bananal, no século XIX. Como se vê, as exportações de café cresceram de forma contínua no curso desse período. No entanto, deve-se salientar que o salto vertiginoso na safra desse produto ocorreu justamente na fase de expansão da *plantation* escravista, especialmente entre 1836 e 1854. No início dos anos 1860, tudo indica que a produção de café tenha permanecido em patamares relativamente estáveis.⁴⁸ E, ao longo

⁴⁸ Cf. “Mapa do arrolamento das Fazendas de café situadas nas imediações das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, organizado na conformidade do artigo 104 do Regulamento Provincial de 24 de setembro de 1860 pela Coletoria de Rendas Provinciais do Município de Angra dos Reis”. In: PEREIRA, Waldick. **Cana, café & laranja**: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977. p. 55-70. Vale destacar que esta fonte não discrimina a produção de café por municípios. No entanto, foi possível identificar grande parte dos fazendeiros de café de Bananal a partir do cruzamento de três fontes primárias, quais sejam: Inventários *post mortem* (1830-79); Almanak Laemmert (1854-61); e Almanack da Província de São Paulo (1873). É provável que outros cafeeiros bananalenses não tenham sido devidamente identificados. Waldick Pereira afirma que o “Mapa” foi elaborado pelo coletor de Angra dos Reis, Antônio Francisco Corrêa Viana, em 1º de Setembro de 1868, em virtude da construção de um ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II. Entretanto, acredito que o ano em questão é incorreto pelas seguintes razões: I) dos 120 fazendeiros de café de Bananal, arrolados no “Mapa”, nove faleceram entre 1861 e 1868: três em 1861; um em 1863; um em 1864; dois em 1865; um em 1867;

da década de 1870, começou a haver um declínio nas exportações de café, revertendo, assim, a tendência experimentada na primeira metade do Oitocentos. Com efeito, em 1881, houve um declínio de 18,5% nas exportações de grãos de café em comparação à cifra registrada em 1861-63.

Tabela II.9 – Evolução da Produção de Café. Bananal, 1799-1881

Ano	Produção de Café		
	em @	em Kg	em Sacas
1799 ^(a)	9	132	2
1802 ^(a)	40	588	10
1814 ^(a)	806	11.848	197
1817 ^(b)	4.247	62.431	1.041
1822 ^(c)	22.472	330.338	5.506
1829 ^(d)	47.305	695.384	11.590
1836 ^(e)	64.822	952.883	15.881
1854 ^(f)	554.600	8.152.620	135.877
1861-3 ^(g)	490.800	7.214.760	120.246
1881 ^(h)	400.000	6.000.000	100.000

Fontes: (a) MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres:** estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 49-50; (b) APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; (c) Id. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1822; (d) Id. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; (e) MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo:** ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p. 124; (f) OLIVEIRA, José J. Machado de (org.). Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da província de S. Paulo. In: **Documentos com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de S. Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855.** São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1855. p. 20; (g) “Mapa do arrolamento das Fazendas de café situadas nas imediações das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, organizado na conformidade do artigo 104 do Regulamento Provincial de 24 de setembro de 1860 pela Coletoria de Rendas Provinciais do Município de Angra dos Reis”. In: PEREIRA, Waldick. **Cana, café & laranja:** história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977. p. 55-70; (h) APESP. Mss. Ofício, Paço da Câmara Municipal da Cidade do Bananal, em Sessão de 17 de novembro de 1881, c. 35, p. 3, d. 66.

Notas: entre os anos de 1799 e 1861-3, uma (1) arroba é igual a 14,7 kg; para 1881, uma (1) arroba é equivalente a 15 kg.

O deslocamento do eixo da produção mundial de café do Caribe para o Brasil foi marcado por mudanças notáveis na planta produtiva das propriedades rurais cafeeiras. No que

um em 1869; II) a Fazenda Cascata, listada no “Mapa” como propriedade do comendador Antônio Barbosa da Silva (“Barbosinha”), pertencia, desde 1863, a Manoel Brás de Souza Arruda, genro de Barbosinha; III) a Fazenda Bocaina, cujo dono, segundo o “Mapa”, era o suíço Gustavo de Coppet, teria sido vendida ao comendador Manoel de Aguiar Vallim por volta de 1865. As três constatações podem sugerir, portanto, que o “Mapa” teria sido composto entre os anos de 1861 e 1863. Sobre a fazenda Bocaina: ALEGRIO, Leila Vilela. A fazenda Bocaina e seus poderosos proprietários. **Revista do Café** (Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, p. 36-37. Disponível em: <http://www.cccrj.com.br/revista/845/36.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019a.

se refere especificamente à estrutura da posse de escravizados, veja-se a **Tabela II.10**, que mostra a distribuição da propriedade cativa em três regiões de *plantation*: Bananal, Saint-Domingue e Recôncavo Baiano. Antes de mais nada, é importante salientar que a natureza das fontes utilizadas para o levantamento dos dados é bastante distinta. David Geggus valeu-se de documentos notariais (inventários *post mortem*, registros de compra-venda de propriedades, escrituras de arrendamento e de sociedade etc.) relativos às unidades agrícolas cafeeiras de Saint-Domingue, no período de 1767 a 1792. No caso de Bananal, selecionamos apenas os inventários *post mortem*, lavrados nos anos 1850, pertencentes aos cafeicultores escravistas. Já Stuart Schwartz utilizou o recenseamento de escravistas realizado no Recôncavo Baiano entre 1816-7; porém, elencamos somente as informações atinentes aos engenhos de açúcar situados nas paróquias das vilas de Santo Amaro e São Francisco do Conde, coração da economia açucareira baiana. Os dados mais fidedignos são referentes aos engenhos da Bahia, pois, segundo Schwartz, foram arrolados todos os proprietários da região. Por sua vez, os dados de Bananal são mais homogêneos – portanto, mais confiáveis – que os de Saint-Domingue,⁴⁹ tendo em vista que foram extraídos a partir de um único tipo de fonte. Apesar da falta de isonomia entre os dados das distintas regiões, é possível mapear em linhas gerais a distribuição da propriedade cativa nos três espaços escravistas. Por fim, importa destacar que cada uma das localidades se encontrava em seu período de maior opulência econômica.

Os dados compilados na **Tabela II.10** podem indicar a existência de padrões relativamente distintos de concentração da propriedade cativa nas regiões elencadas. Em primeiro lugar, nota-se que, em Bananal e em Saint-Domingue, a maioria dos cafeicultores, cerca de três quintos, possuía no máximo 39 cativos. Esses grupos de proprietários controlavam mais ou menos 13,1% das escravarias, em Bananal, e 27%, em Saint-Domingue. Evidencia-se, assim, que os cafeicultores de pequeno porte da colônia francesa tinham, ao que parece, um

⁴⁹ É importante apontar que a cafeicultura escravista de Saint-Domingue carece, ainda, de investigações mais sistemáticas, principalmente no período de 1760 e 1790, quando a colônia francesa passou a dominar o mercado mundial de café. Não há, até o momento, dados sólidos sobre a distribuição da propriedade fundiária, a posse de cativos e o trabalho escravo nas lavouras cafeeiras. As pesquisas empreendidas por Rafael Marquese sobre a formação do mercado global do café vêm preenchendo essa lacuna na historiografia. Atualmente, esse autor dedica-se a um projeto de livro com o objetivo de investigar as relações entre a cafeicultura, o trabalho compulsório e a economia-mundo capitalista, na longa duração. Afora isso, há duas pesquisas de mestrado em andamento no Departamento de História da USP, sob orientação de Rafael Marquese, relativas às economias açucareira e cafeeira de Saint-Domingue, abordando diversos aspectos da planta produtiva desta colônia. A primeira delas, de autoria de Juliana Cristina Zanezi, é intitulada **Cafeicultura escravista no Departamento Norte da colônia de Saint-Domingue (1775-1789)**. A segunda, por sua vez, está sendo realizada por Isabela Rodrigues de Sousa, sob o título **O sistema de *plantation* em tempos de revolução abolicionista: Saint-Domingue, 1790-1803**. Estas três pesquisas – ancoradas em vasta documentação notarial, parte dela já trabalhada anteriormente por David Geggus – permitirá, em larga medida, traçar um quadro mais fidedigno da planta produtiva cafeeira de Saint-Domingue nos períodos pré e pós-revolucionário.

peso mais relevante na conformação da economia cafeeira. No Recôncavo Baiano, a posição ocupada pelos senhores de engenho, situados nas mesmas FTPs (39 cativos ou menos), era menos significativa se comparada à dos senhores das outras duas regiões. O grupo mais numeroso era constituído pelos senhores de engenho com 60 a 99 cativos: eles representavam 40% dos proprietários e concentravam 46,1% das escravarias. Os dados apontam, ainda, que, nas três regiões, havia uma proporção relativamente semelhante de *plantations*; no entanto, parcela majoritária da população cativa de Bananal, dois terços ao todo, vivia nas senzalas dos megaproprietários (100 cativos ou mais), ao passo que, em Saint-Domingue e no Recôncavo, 37% e 28,3% da mão de obra cativa, respectivamente, residia no mesmo tipo de unidade produtiva.

Tabela II.10 – Distribuição de Proprietários e Escravizados por FTP em Regiões de *Plantation*. Bananal, Recôncavo Baiano e Saint-Domingue (Períodos Seleccionados)

Regiões	Bananal (1850-59) ^(a)				Recôncavo Baiano (1816-17) ^(b)				Saint-Domingue (1767-92) ^(c)			
	Proprietários		Cativos		Proprietários		Cativos		Proprietários		Cativos	
FTP	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
19 ou -	31	47,7	262	5,9	5	3,0	63	0,6	29	27,1	-	7,0
20 a 39	11	16,9	320	7,2	38	23,0	1.153	10,7	36	33,6	-	20,0
40 a 59	4	6,2	197	4,4	32	19,4	1.549	14,3	14	13,1	-	13,0
60 a 99	8	12,3	666	15,0	65	39,4	4.990	46,1	16	15,0	-	24,0
100 ou +	11	16,9	2.985	67,4	25	15,2	3.058	28,3	12	11,2	-	37,0
Total	65	100,0	4.430	100,0	165	100,0	10.813	100,0	107	100,0	-	100,0

Fontes: (a) INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1850-59; (b) SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 364 (Tabela 54); (c) GEGGUS, David P. Sugar and coffee cultivation in Saint Domingue and the shaping of the slave labor force. In: BERLIN, Ira; MORGAN, Philip (Ed.). **Cultivation and culture.** Labor and the shaping of slave life in the Americas. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993. p. 77 (Tabela 2.5).

Notas: (a) abarca apenas os donos de propriedades rurais cafeeiras; (b) engloba somente os senhores de engenho; (c) inclui só os proprietários de unidades agrícolas cafeeiras.

Levando em conta apenas os dados apresentados sobre a distribuição da propriedade cativa em Saint-Domingue e em Bananal, não se pode asseverar que a montagem e expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba tenha ensejado transformações nos padrões de posse de escravizados. Em Saint-Domingue, 26,2% dos cafeicultores (com 60 ou mais cativos) eram donos de 61% da mão de obra cativa; já em Bananal, o grupo correlato de proprietários – 29,2% dos produtores de café – controlava 82,4% dos escravizados arrolados em inventários *post mortem*. Reitera-se, portanto, que, em virtude da natureza das fontes utilizadas por David

Geggus, não é possível afirmar que, no Vale do Paraíba cafeeiro, tenham ocorrido alterações substantivas nos padrões de posse cativa.

No que se refere à dimensão das propriedades rurais, pode, sim, ter havido alterações nos padrões correntes. David Geggus, com base nas mesmas fontes mencionadas há pouco, apontou que, na colônia francesa, entre 1767-92, a área média das unidades cafeeiras era de cerca de 30 alqueires mineiros (145 ha). Em Bananal, conforme demonstrado na primeira parte deste trabalho, o tamanho médio das propriedades rurais, de acordo com o Registro Paroquial de Terras (1855-8), girava em torno de 82 alqueires mineiros (397 ha). O padrão encontrado nesse município era, provavelmente, semelhante ao das demais localidades do Vale do Paraíba cafeeiro, tendo em vista o padrão demográfico uniforme dos municípios de Bananal, Vassouras e Cantagalo.

O ponto-chave de toda essa discussão é que a diferença de escala das propriedades agrárias do Vale do Paraíba, relativamente às de Saint-Domingue, permitiu aos cafeicultores escravistas elevarem em muito os padrões de exploração da mão de obra escravizada.⁵⁰ No final do século XVIII, as estimativas existentes acerca do trabalho escravo nas colônias de Saint-Domingue e Suriname, que, até esse período, eram as duas maiores zonas de produção de café escravistas, indicam que a produção média anual de café girava em torno de 230 kg/cativo e 219 kg/cativo, respectivamente.⁵¹ Por sua vez, no apogeu da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba, os proprietários rurais de Bananal obtinham, em média, cerca de 1.070 kg de café/ano por cativo, conforme o Censo de 1854.⁵²

A expansão da *plantation* escravista de café contou, sem dúvida, com o crescimento da população cativa de Bananal. Os dados disponíveis apontam que, ao longo da primeira metade do Oitocentos, ampliaram-se tanto a quantidade de escravizados quanto a participação relativa dessa população em relação ao total de habitantes (**Tabela II.11**). Entre os anos de 1836 e 1854, por exemplo, o número de cativos mais que dobrou. Para tanto, a intensificação nas importações de africanos escravizados, por meio do tráfico transatlântico, no período de 1835 a 1850, foi o que permitiu o aumento no contingente de cativos adquiridos pelos fazendeiros de café do Vale do Paraíba. Vale lembrar que, desde 1831, essa atividade tornou-se ilegal, na letra da lei. Após o encerramento definitivo do comércio negreiro, em 1850, a população escravizada continuou aumentando, embora tenha havido uma desaceleração no ritmo de seu crescimento. De 1854 a

⁵⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, segunda escravidão e a economia cafeeira do Império do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 5, p. 51-60, 1º semestre de 2013c.

⁵¹ MARQUESE, Rafael de B. A tale of two coffee colonies: environment, slavery, and anti-slavery in Suriname and Saint-Domingue, c.1750-1790 (*no prelo*).

⁵² Este ponto será retomado no final da segunda parte deste trabalho.

1872, o aumento dessa população foi de 8,5%. No entanto, ao levarmos em conta os dados concernentes à matrícula de 1872-3, que registrou 8.793 pessoas (8.256 cativos e 537 ingênuos), vê-se que o crescimento foi mais elevado, de cerca de 15,2%.⁵³

Tabela II.11 – Evolução da População Livre e Escravizada. Bananal, 1801-1886

População	Livre		Escravizada		Total	
	N	%	N	%	N	%
Ano						
1801 (a)	577	59,0	401	41,0	978	100,0
1817 (b)	1.916	65,5	1.010	34,5	2.926	100,0
1829 (c)	1.741	43,3	2.283	56,7	4.024	100,0
1836 (d)	3.238	48,3	3.470	51,7	6.708	100,0
1854 (e)	3.851	33,5	7.631	66,5	11.482	100,0
1872 (f)	7.325	46,9	8.281	53,1	15.606	100,0
1883 (g)	-	-	7.168	-	-	-
1886 (h)	13.472	76,3	4.182	23,7	17.654	100,0

Fontes: (a) MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829).** São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 46-63; (b) APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; (c) APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; (d) MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837.** 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p. 132; (e) OLIVEIRA, José J. Machado de. **Quadro estatístico de alguns estabelecimentos rurais da província de S. Paulo. Documentos com que o Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855.** São Paulo: Typografia 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1855; (f) BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do passado: dados demográficos, 1872.** Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998. p. 37 (dados do Censo de 1872); (g) **Fala Dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo na Abertura da 2ª Sessão da 24ª Legislatura em 10 de Janeiro de 1883 pelo Presidente Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão.** São Paulo: Typographia do Ypiranga, Rua do Ouvidor, n. 4, 1883. p. 63-4; (h) BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do passado: dados demográficos, 1886.** Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998. p. 34; 89 (população escrava: dados da matrícula de 1886-7; população livre: população total do Censo de 1886 - população cativa matriculada).

Sabe-se que a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, que emancipou os filhos nascidos de mães cativas, deu início a um processo gradual de abolição da escravidão no Brasil. No final dos 1870 e início dos 1880, o avanço do movimento abolicionista e a intensificação das ações de resistência dos escravizados acabaram acelerando esse processo de libertação.⁵⁴

⁵³ Ao testar a confiabilidade dos dados contidos no censo e na matrícula, Slenes demonstrou que “[...] na maioria dos casos, a matrícula de 1872 é mais completa do que o censo desse ano. Contudo, se os senhores, em geral, obedeciam à lei e matriculavam seus escravos, nem sempre davam as informações corretas. Há bastante evidência, por exemplo, nos dados da matrícula sobre a distribuição etária, de que muitos senhores reduziam as idades de seus escravos mais velhos.” Segundo o autor, “a lei que regulava a matrícula considerava livre qualquer escravo não registrado no prazo estipulado. Outrossim, e talvez mais importante na ótica dos senhores, a lei exigia a prova de matrícula para legitimar qualquer contrato que envolvesse a transferência de propriedade em escravos.” Cf. SLENES. 1983, p. 129; 127.

⁵⁴ Sobre o assunto, ver: YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880.** Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2019.

Desde 1872, a população cativa existente no Império do Brasil começou a declinar, ainda que esta tendência não tenha ocorrido de forma igual nas diversas partes do país. No Vale do Paraíba cafeeiro, em seu conjunto, não só houve queda no número de cativos, como, também, reduziu-se a proporção de escravizados em relação ao total de habitantes.⁵⁵ Em Bananal, por exemplo, a mão de obra cativa teria experimentado declínio da ordem de 13,1%, no período de 1872-3 a 1883, e de 41,7%, entre os anos de 1883 e 1886 (cf. **Tabela II.11**). E esta queda ocorreu justamente em uma conjuntura marcada pelo aumento da demanda de café – e pela majoração nos preços médios – no mercado mundial.

Em relação aos dados da população escravizada de Bananal, é importante apontar que a quantidade de cativos matriculados na coletoria do município, em 1883, deve estar inflacionada. As coletorias ficaram encarregadas das matrículas de 1872-3 e 1886-7, além dos registros subsequentes (averbações) “[d]os nascimentos de ingênuos, [d]os falecimentos, [das] transferências de posse ou mudanças do município de residência de escravos e ingênuos e [das] alforrias de escravos”.⁵⁶ De tempos em tempos, as coletorias tinham de repassar os dados sobre as averbações para os governos das províncias e para o Império. Contudo, como bem salientou Robert Slenes, os proprietários registravam, com menos frequência, as mortes e as saídas de seus cativos do município. A esse respeito, veja-se o que esse autor pontuou:

É provável que os dados sobre nascimentos e migrações *para* os municípios (entrada) sejam mais completos do que as informações sobre óbitos, mudanças para outros lugares (saídas) e alforrias, já que escravos e ingênuos vivos e recém-adquiridos eram de um valor considerável, enquanto pessoas falecidas, vendidas ou libertas não mais interessavam, economicamente, aos seus ex-senhores.⁵⁷

Em maio de 1886, o Secretário Interino do Governo da Província de São Paulo, João de Souza Amaral Gurgel, informava que, nesta data, o total de cativos matriculados em Bananal era de 6.464 pessoas.⁵⁸ Pouco tempo depois, a segunda matrícula geral de cativos, realizada entre 30 de março de 1886 e 30 de março de 1887, indicava a existência de 4.182 escravizados no mesmo município.⁵⁹ Essa ampla variação, de um ano para o outro, evidencia que os

⁵⁵ Para o movimento da população cativa, entre 1872-84, na província do Rio de Janeiro, ver: SALLES, 2008, p. 255-271.

⁵⁶ SLENES, 1983, p. 133.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 134.

⁵⁸ Cf. **Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, Barão do Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887**. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887. p. 39.

⁵⁹ Cf. Resumo geral dos escravos matriculados até 30 de março de 1887. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do passado: dados demográficos, 1886**. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998. p. 89.

proprietários, provavelmente, não atualizavam as informações de suas escravarias junto à coletoria local. Assim, não se pode afirmar que, em Bananal, tenha havido uma quebra da ordem escravista, durante a década de 1880, particularmente entre 1883 e 1886-7. É mais provável que o declínio no número de cativos tenha ocorrido de forma progressiva, entre os anos de 1873 e 1886-7.

A população cativa bananalense reduziu-se, nesse período, em decorrência de vários fatores. O primeiro deles, a Lei do Ventre Livre, que barrou o crescimento natural da população cativa. Dentre as medidas contidas nessa Lei, a principal delas dava liberdade aos filhos das mulheres escravas, nascidos a partir de 28 de setembro de 1871. Essa medida sepultou o plano dos senhores de manter a escravidão por tempo indeterminado: pode ter arruinado as estratégias de estímulo à reprodução natural das escravarias, que, parece, estava começando a cumprir um importante papel na conformação dos plantéis (como veremos mais adiante). Em segundo lugar, há de se destacar que uma série de escravizados alcançou a alforria mediante recursos oriundos do Fundo de Emancipação, e, também, por outras modalidades de manumissão.⁶⁰ O terceiro fator, a Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários, promulgada em 28 de setembro de 1885, foi igualmente responsável pela libertação de muitos escravizados. Ela concedeu plena liberdade aos cativos com idade superior a 65 anos, e permitiu, ainda, a alforria condicional para os escravizados que tinham entre 60 e 64 anos de idade.⁶¹ O número de cativos que passou à condição de liberto, em Bananal, nos termos da Lei Nº 3.270, foi de pelo menos 601 indivíduos, cerca de 10% da população escravizada do município.⁶² O quarto fator explicativo – tão relevante quanto o primeiro – está diretamente relacionado à derrocada da cafeicultura escravista, não só em Bananal, mas em todo o Vale do Paraíba cafeeiro.⁶³ Em fins dos anos 1870 e início dos 1880, as propriedades agrárias dos senhores não contavam com recursos naturais (terras em mata virgem) para a expansão da produção; nem havia recursos suficientes para a manutenção dos níveis de produtividade vigentes nas décadas precedentes.

⁶⁰ Vale notar, contudo, que, ao menos para o caso de Vassouras, a proporção de cativos alforriados, entre os anos 1873 e 1884, seja pelo Fundo de Emancipação, seja por liberalidade particular, mostrou-se relativamente pequena, girando em torno de 4%. Cf. SALLES, 2008, p. 250.

⁶¹ SLENES, 1983, p. 136.

⁶² Cf. **Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, Barão do Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887**. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887. p. 43. Marco dos Santos apontou que a *Gazeta da Tarde* (edição 193, de 24 de agosto de 1886) informava aos leitores a existência de 700 escravizados sexagenários que ainda não haviam sido libertos, conforme a Lei de 28 de setembro de 1885. Cf. SANTOS, Marco Aurélio dos. Lutas políticas, abolicionismo e a desagregação da ordem escravista: Bananal, 1878-1888. **Almanack**, Guarulhos, n. 11, p. 732-756, dez. 2015. p. 744.

⁶³ Sobre o declínio da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, ver, entre outros: STEIN, 1990[1957]; MARQUESE, Rafael de B. A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e George Grimm. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 44, p. 55-76, fev. 2007.

No final do decênio de 1870, grande parte das propriedades vale-paraibanas apresentavam produtividade declinante dos cafeeiros, envelhecimento dos pés de café e das escravarias, esgotamento da fertilidade e erosão dos solos. Isso porque essas unidades agrícolas cafeicultoras vinham sendo exploradas de forma sistemática para o cultivo de café há pelo menos 50 anos.⁶⁴ Além disso, uma série de proprietários não conseguiu liquidar as dívidas – contraídas desde o final dos anos 1860 – com as instituições bancárias ou com os comissários de café. Várias dessas propriedades acabaram sendo hipotecadas pelos credores.⁶⁵ Por fim, não se deve descartar uma outra hipótese, complementar às demais. Segundo Marco Aurélio dos Santos, o município de Bananal teria sido palco de uma luta política travada entre os membros dos partidos Liberal e Conservador, entre os anos de 1878 e 1888. Nesse período, os liberais teriam se valido da plataforma abolicionista para atingir a seus adversários, o que pode ter trazido instabilidade na ordem escravista local.⁶⁶

Em resumo, o que se pode afirmar é que a conjunção de todos esses fatores resultou no declínio numérico da população escravizada de Bananal, no decurso das décadas de 1870 e 1880. Nesse período, diante da relativa escassez de braços para o trabalho nas lavouras, os cafeicultores procuraram elevar as taxas de sobretrabalho – estáveis, desde os anos 1850 – das escravarias. O que, por sua vez, levou ao aumento nas ações de resistência dos cativos, particularmente na década de 1880, cada vez mais insubmissa aos desígnios senhoriais.

3.2 O perfil demográfico da propriedade cativa

O desbravamento dos sertões, a transformação das matas virgens em propriedades rurais cafeeiras e a construção da fortuna dos agricultores que investiram na atividade cafeeira, no Vale do Paraíba, dependeu da importação e da brutal exploração de milhares de trabalhadores escravizados. Daí o dito do século XIX no Brasil: “o Império é o café, e o café é o Vale”. E, conforme bem salientou Ricardo Salles, “[...] o Vale era o escravo”.⁶⁷ Nesta seção, analisaremos o perfil demográfico da população escravizada de Bananal, no século XIX, por meio das informações contidas nas listas nominativas (1801, 1817 e 1829), nos inventários *post mortem* (1830-79) e no Censo de 1854.

⁶⁴ Essa questão será abordada em detalhes na terceira parte desta tese, por meio do acompanhamento longitudinal de cinco complexos produtivos.

⁶⁵ Este processo de endividamento dos fazendeiros foi muito bem documentado em: STEIN, 1990[1957].

⁶⁶ Cf. SANTOS, 2015.

⁶⁷ SALLES, 2008, p. 139.

Ao longo do Oitocentos, a cafeicultura escravista brasileira foi marcada por um processo paulatino de acumulação e concentração da propriedade cativa nas *plantations* cafeeiras do Vale do Paraíba. O deslanche da cultura do café, na primeira metade do século XIX, dependeu, em larga medida, da intensificação do tráfico negreiro transatlântico. Por seu turno, o arranque nos desembarques de africanos escravizados, nos portos do Centro-Sul do Brasil, desencadeou uma série de desequilíbrios estruturais na demografia escrava nos municípios vale-paraibanos. De 1850 em diante, com a abolição definitiva do tráfico atlântico, os desequilíbrios no perfil demográfico da população cativa atenuaram-se gradativamente, propiciando, assim, melhores possibilidades para o crescimento natural das escravarias.

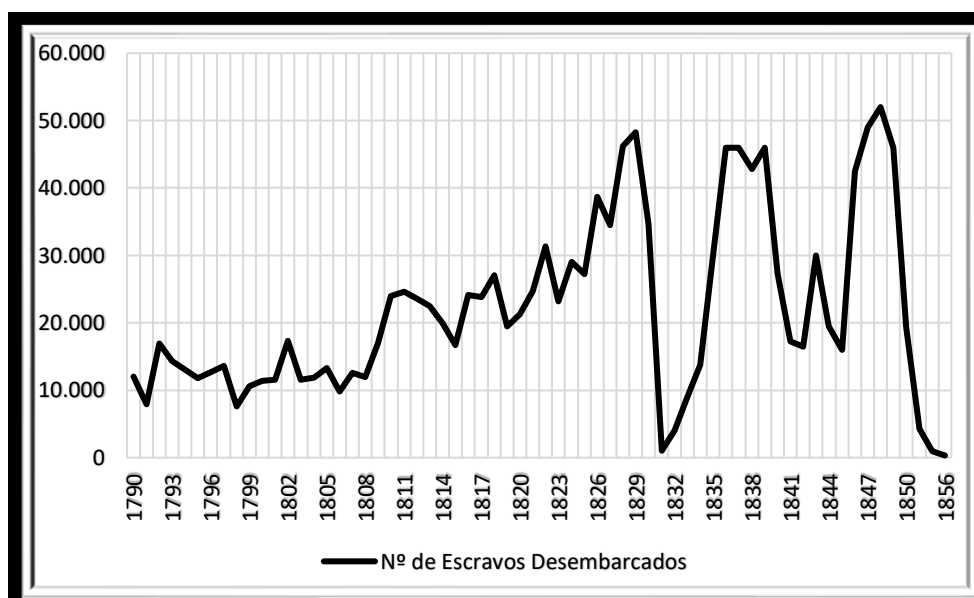
Com o objetivo de compreender as transformações ocorridas na demografia escrava, durante o desenvolvimento da atividade cafeeira, no século XIX, examinaremos o perfil dessa população a partir das seguintes variáveis: procedência; sexo; idade; relações familiares; e preço dos escravizados. Cada um dos atributos mencionados foi investigado, inicialmente, tendo em vista a população cativa em seu conjunto. Em seguida, aprofundamos as análises observando a evolução desses indicadores segundo os distintos grupos de proprietários – faixas de tamanho de posse (FTPs). Nesse sentido, reorganizamos as cinco FTPs, anteriormente discriminadas, em apenas três: *pequenos* (19 cativos ou menos), *médios* (20 a 49 cativos) e *grandes* (50 cativos ou mais), o que nos permitiu, de um lado, perceber, com maior clareza, as grandes tendências na demografia escrava e, de outro, evitar possíveis distorções no caso de pequenas amostras de dados.

Africanos e Crioulos

A ampliação da demanda por café nos mercados consumidores do Atlântico Norte, ao longo do século XIX, incentivou os cafeicultores escravistas a investirem cada vez mais no plantio de novos pés de café. Para tanto, os proprietários rurais do Vale do Paraíba adquiriram, no mercado transatlântico de africanos, grandes contingentes de escravizados. As estimativas referentes aos desembarques de africanos nos portos do Centro-Sul do Brasil, entre 1790 e 1856, podem ser vistas a partir do **Gráfico II.1**. Inicialmente, evidencia-se o crescimento vertiginoso da entrada de africanos escravizados entre os anos de 1808 e 1829. Uma das primeiras medidas adotadas pela Coroa portuguesa, ao chegar no Brasil, consistiu no decreto de livre comércio com as nações amigas, em 1808, permitindo, assim, a conexão direta dos senhores de escravos com o mercado mundial. Na esteira da independência política do Brasil, em 1822, a coroa

britânica, em troca do reconhecimento do novo Estado soberano, exigiu de D. Pedro a assinatura de um tratado que decretasse o fim do tráfico negreiro. Este compromisso, firmado em 13 de março de 1827, previa a supressão do tráfico entre África e Brasil em três anos.⁶⁸ Nesse sentido, houve notável incremento nas importações de africanos escravizados entre os anos de 1827 e 1830, evidenciando, assim, que os proprietários apostavam que, muito em breve, o tráfico se encerraria. Com efeito, em 7 de novembro de 1831, o parlamento brasileiro promulgou uma lei decretando, de fato, o encerramento do comércio negreiro transatlântico.⁶⁹

Gráfico II.1 – Quantidade de Escravizados Desembarcados nos Portos do Centro-Sul do Brasil, 1790-1856



Fonte: BANCO DE DADOS: ESTIMATIVAS. 2009. **Viagens:** O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/C7Z0VYcF>. Acesso em 17 nov. 2019.

Após um breve interregno no comércio transatlântico, as importações em larga escala de africanos para o Centro-Sul do Brasil foram retomadas – ilegalmente, é importante que se diga – a partir de 1835, fruto da pressão política exercida pelos fazendeiros de café do Vale do Paraíba.⁷⁰ Aliás, uma das primeiras reações à Lei de 7 de novembro de 1831 partiu da Câmara

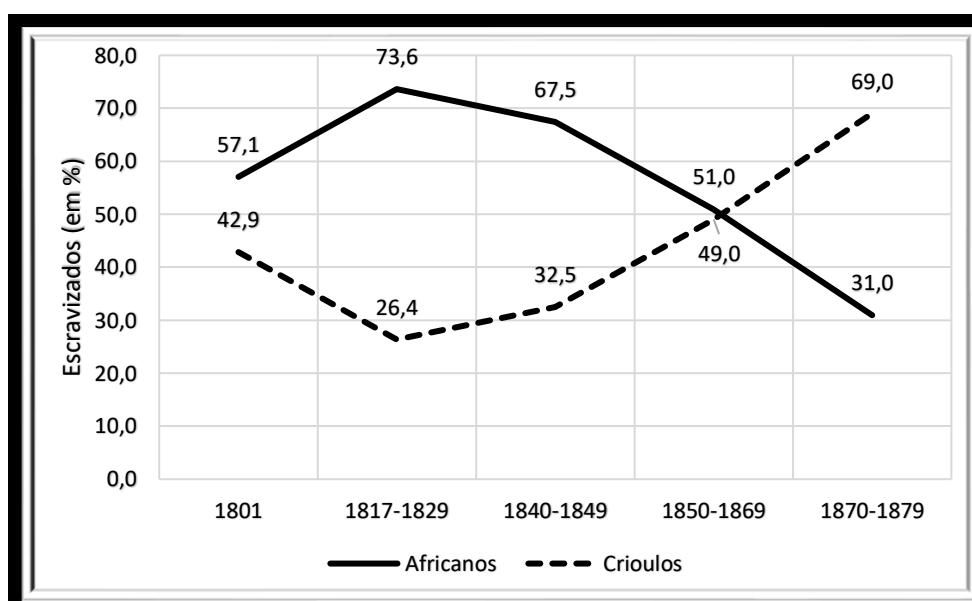
⁶⁸ MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 364-365.

⁶⁹ Sobre a Lei de 1831, ver: GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz (Org.). Dossiê: “Para inglês ver”? Revisitando a lei de 1831. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 29, v. 1/2/3, p. 91-340, jan./dez. 2007.

⁷⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 1. ed., 1987. São Paulo: Hucitec, 2004; PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 121-191; MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense (online)**, v. 7, p. 138-152, maio 2008. p. 140.

Municipal de Bananal, cujos vereadores enviaram uma representação à Assembleia Geral sugerindo a derrogação da Lei.⁷¹ O número de africanos ilegalmente escravizados saltou de 30 mil, em 1835, para 46 mil, em 1839. Estas cifras expressam, nesse sentido, a existência de uma forte demanda por mão de obra cativa nas propriedades rurais cafeeiras vale-paraibanas, justamente no período de expansão da cafeicultura escravista. A despeito do declínio na entrada de navios negreiros, na primeira metade da década de 1840, os desembarques logo retomaram a tendência dos anos anteriores e atingiram o pico da série histórica do tráfico atlântico para a região: no ano de 1848, aportaram no Centro-Sul 52 mil africanos ilegalmente escravizados.

Gráfico II.2 – Evolução da Participação Relativa de Africanos e de Crioulos. Bananal, 1801-1879



Fontes: MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres:** estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 133-135; APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; *INVENTÁRIOS post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem procedência: 1801 (0%); 1817 (0,1%); 1829 (0%); 1830-9 (29,8%); 1840-9 (5%); 1850-9 (14%); 1860-9 (18%); 1870-9 (2,1%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem procedência.

É possível depreender, destes números, o impacto que o tráfico de africanos exerceu no perfil demográfico da população cativa nos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba.⁷² Veja-se o **Gráfico II.2**, que apresenta a evolução da distribuição de africanos e crioulos, em Bananal,

⁷¹ BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil:** a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. 1. ed., 1970. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976. p. 104; PARRON, 2011, p. 129-130.

⁷² Para os casos de Vassouras e Cantagalo, ver: SALLES, 2008, p. 177-233; MARRETO, 2019, p. 96-124. Sobre o complexo de fazendas cafeeiras do “Rei do Café”, ver: PESSOA, 2018a.

ao longo do século XIX. Os dados foram extraídos das listas nominativas de habitantes (1801, 1817 e 1829) e dos processos de inventário *post mortem* (1840-79). Conforme ressaltado anteriormente, as listas tendem a abarcar (quase) toda a população de uma localidade em um determinado ano, enquanto os inventários contemplam apenas uma pequena parcela de seus habitantes, a dos indivíduos que faleceram (no geral, pessoas maduras ou idosas) e deixaram bens a serem inventariados e transmitidos a seus herdeiros e legatários.⁷³ Por isso, não há homogeneidade entre as informações compiladas por meio das listas e as extraídas dos inventários, como sexo, origem e idade das escravarias. Em outros termos, os informes sobre a população cativa, coligidos em ambas as fontes, não são inteiramente comparáveis entre si. Embora com ressalvas, é possível – e recomendável – utilizar esses dados, relacionados ao perfil da população escravizada, no mapeamento das tendências dos indicadores demográficos no tempo. Foi o que fizemos.

Dito isso, pode-se afirmar que, ao longo da primeira metade do Oitocentos, as senzalas de Bananal tornaram-se cada vez mais africanizadas; isto é, a participação relativa de africanos frente aos crioulos (cativos nascidos no Brasil) ampliou-se de forma paulatina, sobretudo entre 1801 e 1829. Nos primórdios da cafeicultura bananalense, 57,1% da população cativa arrolada na lista nominativa de 1801 era proveniente do continente africano. Com a disseminação do cultivo de café na região, a proporção de africanos elevou-se a 73,6%, entre 1817-29 (**Gráfico II.2**).⁷⁴

Para as fases posteriores da cafeicultura escravista (expansão, apogeu e sobrevida), não dispomos de dados tão homogêneos e sólidos, como os das listas nominativas, que permitam traçar a evolução das curvas referentes à origem dos cativos durante o século XIX. Neste caso, utilizamos os informes colhidos a partir dos inventários *post mortem*. Os inventários autuados em Bananal indicam que, já na década de 1840, teria havido declínio na participação relativa de africanos no total de cativos arrolados. E, ao contrário do esperado, isso ocorre justamente numa conjuntura marcada pelo pico do tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, que, por

⁷³ A partir do cruzamento de diversas fontes primárias, pelo método de ligação nominativa, foi possível estimar, para uma parte dos inventariados, a idade em que faleceram. Nesse sentido, na década de 1840, a idade média dos inventariados igualou-se a 52,9 anos (36 casos dentre os 72 inventariados); no período seguinte (1850-9), a idade média era de 57,5 anos (53 casos de 89); no decênio de 1860, o índice encontrado foi de 48,9 anos (29 casos de 96); por fim, em 1870-9, a idade média totalizou 61,3 anos (23 casos de 94). Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

⁷⁴ Em 1817, os africanos perfaziam 62,3% da população cativa de Bananal e, em 1829, 78,6%. Cf. APESP, 1817; APESP, 1829. Ver, também, MOTTA, 1999, p. 133-135. No município de Campinas, polo dinâmico da economia açucareira do Oeste Paulista, a população africana constituía 80% dos escravos adultos (com 15 anos ou mais), em 1829. Em Bananal, o índice correlato, na mesma data, era ainda maior: 90,1%. Cf. SLENES, 2011[1999], p. 78-79; 126.

sua vez, foi o resultado da expansão da *plantation* cafeeira no Vale do Paraíba. Entretanto, é bastante remota a probabilidade de que, entre 1817-29 e 1840-9, tenha havido decréscimo no peso relativo de africanos perante o contingente de cativos em Bananal. Basta lembrar que, entre 1829 e 1854, a população total de escravizados neste município saltou de 2.283 para 7.621 pessoas. E este notável aumento ocorreu, certamente, com a entrada de milhares de escravizados por meio do tráfico transatlântico de africanos. Provavelmente, o suposto decréscimo de africanos, em termos percentuais, entre os períodos de montagem e expansão da *plantation* cafeeira, seja resultado das características intrínsecas da fonte consultada (os inventários *post mortem*), de acordo com a ressalva feita nas páginas acima. Não se deve descartar, contudo, a hipótese de que possa ter havido uma breve inflexão nas curvas relativas à distribuição de cativos segundo a origem, devido ao interregno do comércio negreiro para o Império do Brasil (c.1831-5). Como vimos, entre 1826-30, a média anual de desembarques de africanos, nos portos do Centro-Sul, igualou-se a 40,4 mil, ao passo que, no quinquênio seguinte (1831-5), a cifra correlata reduziu-se a 11,5 mil.⁷⁵

Com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós (1850), abolindo o comércio negreiro, os crioulos passaram, paulatinamente, a predominar na população cativa – até o momento de maioria africana. Entre 1850-69, metade (49%) dos escravizados haviam nascido no Brasil. A diferença entre africanos e crioulos acentuou-se na década de 1870: os primeiros representavam 31% dos cativos inventariados, e os crioulos, 69% destes (**Gráfico II.2**).⁷⁶

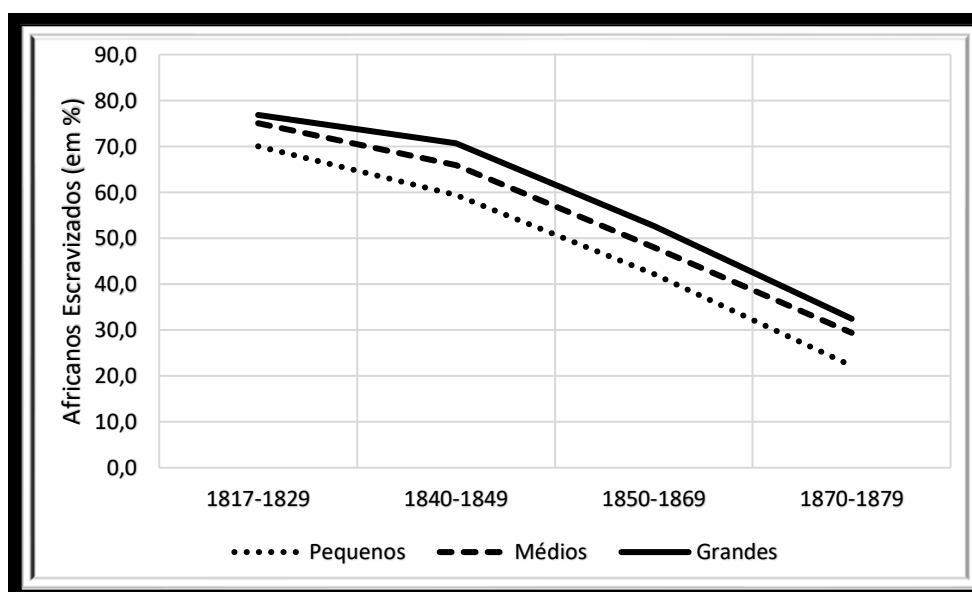
É importante destacar que o deslanche da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba somente foi possível graças à entrada de milhares de africanos escravizados, que, a seu turno, gerou profundas transformações na composição demográfica das populações cativas. De 1808 em diante, com a multiplicação de navios negreiros que atracaram nos portos do Centro-Sul do Brasil, houve aumento na taxa de africanidade nas propriedades rurais cafeeiras. Resta saber se, nesse período, o mercado transatlântico de africanos escravizados era acessível aos diferentes grupos de proprietários; e se teria havido uma distribuição mais ou menos equilibrada de mão de obra africana nas três faixas de tamanho de propriedade (FTPs).

⁷⁵ BANCO DE DADOS: ESTIMATIVAS. 2009. **Viagens**: O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/C7Z0VYcF>. Acesso em 17 nov. 2019. Ricardo Salles constatou que, no município de Vassouras, teria havido acréscimo na proporção de africanos na primeira metade do Oitocentos: na década de 1820, eles perfaziam 68,9% do total de cativos arrolados nos processos de inventário, e, nos anos 1840, este percentual elevou-se a 74%. Cf. SALLES, 2008, p. 181-182.

⁷⁶ A população africana decresceu de forma progressiva entre as décadas de 1850 e 1880. Ela perfazia 55,3% do contingente de cativos avaliados nos inventários dos anos 1850, 44,1% no período subsequente, e 31% em 1870-9. Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1850-1879. É importante mencionar que, de acordo com o Censo de 1872, havia 1.286 (15,5%) africanos dentre os 8.281 cativos recenseados em Bananal. BASSANEZI, 1998, p. 804.

Inicialmente, o que se evidencia, por meio do **Gráfico II.3**, é que, durante todo o século XIX, os grandes proprietários (50 cativos ou mais) possuíam uma proporção um pouco mais elevada de africanos em suas unidades agrícolas, em comparação aos médios (20 a 49 cativos) e pequenos escravistas (19 cativos ou menos). Teria havido, por assim dizer, a constituição de uma certa hierarquia entre os distintos grupos de proprietários quanto à presença de cativos de origem africana. A título de exemplo, veja-se que, na década de 1840, os africanos constituíam 70,7% do total de escravizados nas grandes propriedades, 65,9% nas médias, e 59,4% nas pequenas.⁷⁷ O que esses dados sugerem é que a mão de obra dos cafeicultores escravistas apresentava perfil demográfico relativamente distinto, oscilando conforme o porte dos proprietários.

Gráfico II.3 – Distribuição de Africanos Escravizados por FTP. Bananal, 1817-1879



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem procedência: 1817 (0,1%); 1829 (0%); 1830-9 (29,8%); 1840-9 (5%); 1850-9 (14%); 1860-9 (18%); 1870-9 (2,1%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem procedência.

Em linhas gerais, os informes obtidos por meio das listas nominativas e dos inventários *post mortem* indicam que a montagem e a expansão da *plantation* cafeeira contaram, certamente, com o tráfico transatlântico de africanos – muitos deles escravizados ilegalmente – no decorrer da primeira metade do Oitocentos. Com a entrada de milhares de africanos no Vale

⁷⁷ No município de Vassouras, identificou-se tendência semelhante no que tange à proporção de africanos nas senzalas. Na mesma década de 1840, a população africana representava 65,8%, 69% e 78,5% do total de cativos arrolados nos inventários dos pequenos, médios e grandes proprietários, respectivamente. Cf. MORENO, 2013, p. 127.

do Paraíba cafeeiro, houve profundas mudanças na composição demográfica das escravarias senhoriais. Quanto à procedência dos trabalhadores escravizados, os dados das listas indicaram uma tendência ascendente no peso relativo de africanos, entre os anos de 1801 e 1829. Os inventários, ao contrário, apontaram um declínio nessa tendência, no período de 1830 a 1850. Nosso argumento, porém, é que, de fato, houve um crescimento nas taxas de africanidade, ao longo da primeira metade do século XIX. Após a abolição definitiva do tráfico internacional, o percentil de africanos decresceu de forma contínua, entre as décadas de 1850 e 1880. Os grandes proprietários, em especial, foram capazes de acumular e concentrar uma proporção mais elevada de africanos – portanto, de força de trabalho (conforme será demonstrado mais adiante) – que os demais escravistas, notadamente nos períodos de implantação e de expansão da *plantation* cafeeira.

A análise mais acurada do conjunto de forças que permitiu aos grandes proprietários concentrarem a posse cativa – e, mais do que isso, a melhor força de trabalho disponível no mercado – será retomada no final da segunda parte deste trabalho. Por ora, o que se quer demonstrar são as mudanças ocorridas na estrutura da demografia escrava.

Homens e Mulheres

Grande parte dos africanos escravizados era composta por homens, jovens e adultos.⁷⁸ À vista disso, a população cativa de Bananal – e do Vale do Paraíba cafeeiro – caracterizou-se por uma elevada razão de sexo,⁷⁹ sobretudo no período em que os traficantes operaram no mercado atlântico de africanos. Com o término deste comércio, em 1850, a participação relativa de homens nas unidades agrícolas decresceu paulatinamente no decorrer da segunda metade do Oitocentos.

O **Gráfico II.4** apresenta a evolução da razão de sexo dos cativos adultos (15 anos ou mais) de Bananal. Os dados revelam a tendência ascendente deste indicador demográfico, entre a implantação (1817-29) e a expansão do ciclo do café (1840-9). E, a partir da fase de apogeu (1850-69), a razão de sexo apresentou tendência declinante. Em 1817-29 e 1840-9, a razão de sexo igualou-se, respectivamente, a 233 e 239 homens para cada grupo de 100 mulheres,

⁷⁸ KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico Atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago. 1987; FLORENTINO, 2010[1997].

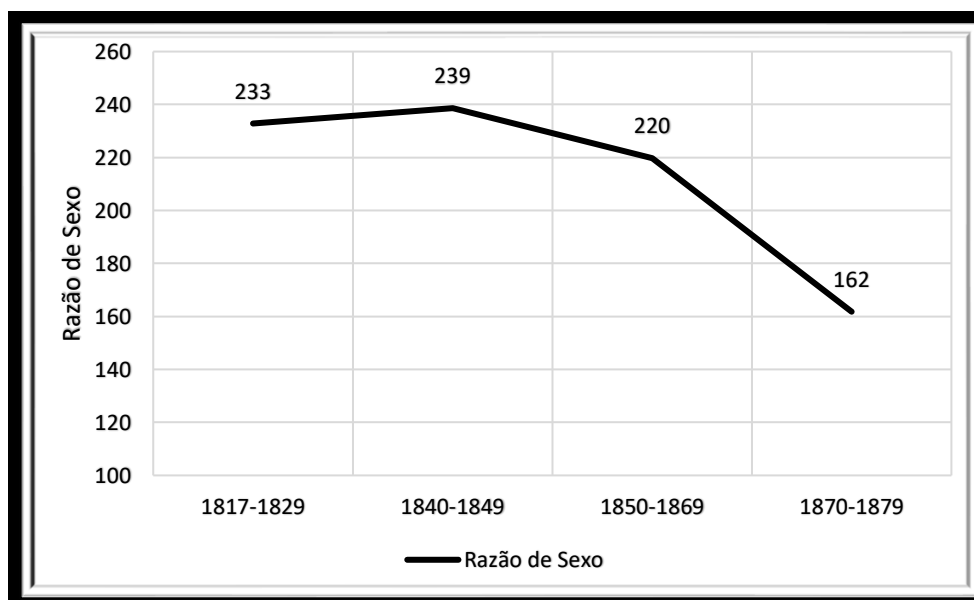
⁷⁹ A razão de sexo é um indicador demográfico definido como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres. Para calculá-la, basta dividir o número de homens pelo de mulheres, multiplicando-se, em seguida, por 100. O equilíbrio sexual absoluto de uma dada população ocorre quando o resultado se iguala a 100.

sugerindo, assim, um crescimento discreto deste indicador. Desagregando-se, porém, estes informes em cortes cronológicos menores, poder-se-á averiguar que, com a disseminação das lavouras de café no município, houve, na verdade, uma intensificação da presença de cativos do sexo masculino frente à das mulheres. A razão de sexo, que se igualava a 195 em 1817, chegou ao patamar de 253 em 1829, exatamente durante o pico histórico – até este momento – do tráfico atlântico de africanos.⁸⁰

O declínio da razão de sexo dos cativos bananalenses, entre 1829 e 1840-9, pode ser explicado, em larga medida, pela recuo do peso relativo dos africanos avaliados nos inventários *post mortem*. Na mesma época, os africanos compunham, respectivamente, 78,6% e 67,5% da população cativa inventariada na região.⁸¹ E esta queda, por sua vez, pode ter sido causada, conforme sublinhado anteriormente, tanto pela interrupção momentânea do comércio negreiro transatlântico para o Centro-Sul do Brasil (c.1831-5) quanto pelas características intrínsecas a cada um dos conjuntos de fontes utilizadas no levantamento dos dados, as listas nominativas (1817 e 1829) e os processos de inventário (1840-79).

Gráfico II.4 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravizados Adultos (15 anos ou mais).

Bananal, 1817-1879



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1830-9 (63,7%); 1840-9 (30,2%); 1850-9 (26%); 1860-9 (18,7%); 1870-9 (3,3%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem idade.

⁸⁰ Cf. APESP, 1817; APESP, 1829. José F. Motta também tratou da razão de sexo dos escravizados de Bananal. No entanto, levou em conta toda a escravaria recenseada nos maços de população, independentemente de grupos etários específicos. Cf. MOTTA, 1999, p. 128-129.

⁸¹ Cf. APESP, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1849.

Em Vassouras, a evolução da razão de sexo dos cativos apresentou tendência similar à de Bananal. Por meio dos inventários, Ricardo Salles pontuou que a razão de sexo total das escravarias – independentemente de grupos etários – igualou-se a 214 homens para cada 100 mulheres em 1821-30, elevou-se a 231, em 1831-40, e declinou para 175, em 1841-50.⁸² Nesse mesmo período, ampliou-se a proporção de africanos (de 68,9%, na década de 1820, para 74%, nos anos 1840) em relação ao total de cativos arrolados nos inventários *post mortem*.⁸³ Apesar disso, o declínio na razão de sexo teria ocorrido, segundo o autor, devido ao incremento na quantidade de mulheres, que constituíam 24% dos africanos, em 1821-30, e 30%, em 1841-50.⁸⁴ Salles argumentou, ainda, que a aceleração da demanda por novos cativos africanos pode ter “[...] repercutido nas estruturas africanas e atlânticas do tráfico internacional, de tal forma que a preferência pela captura e pela comercialização de homens jovens não pudesse mais ser atendida”. Assim, mulheres e crianças também passaram a ser comercializadas no mercado atlântico.⁸⁵

É bastante provável que, em Bananal, também tenha ocorrido acréscimo na percentagem de mulheres africanas, entre as décadas de 1830 e 1850. Em 1829, havia 216 homens para cada 100 mulheres, conforme a lista nominativa.⁸⁶ Para o início dos anos 1850, o Censo de 1854 apontava uma razão de sexo de 157.⁸⁷ Ora, tendo em vista que, nesse período, a reprodução das escravarias dava-se, fundamentalmente, mediante o tráfico internacional de africanos, a queda na proporção de homens pode ter acontecido devido ao aumento da entrada de mulheres africanas, adquiridas pelos traficantes de escravizados.

Com a abolição definitiva do tráfico negreiro, o declínio na razão de sexo foi ainda mais expressivo. Se em 1850-9 havia 2,6 homens para cada mulher, nas décadas de 1860 e 1870 o

⁸² Cf. SALLES, 2008, p. 197 (Quadro 8). Para o caso de Bananal, considerando-se a razão de sexo de todos os cativos, sem considerar tão somente os adultos, os valores são os seguintes: 1817 (176 homens para cada grupo de 100 mulheres); 1829 (216); 1830-9 (235); 1840-9 (210). Cf. APESP, 1817; APESP, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1849. Cabe destacar que, em 1829, a razão de sexo dos cativos bananalenses revelou-se muito superior à encontrada para a região do Vale do Paraíba (168) e do Oeste Paulista (202). Cf. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005, p. 185 (Tabela 6.2).

⁸³ Cf. SALLES, 2008, p. 181-182.

⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p. 199-200 (Gráficos 14 e 15).

⁸⁵ Cf. *Ibid.*, p. 200-203.

⁸⁶ APESP, 1829.

⁸⁷ Cf. BASSANEZI, 1998, p. 31-71; 78; 289-295; 389. Os dados originais podem ser lidos em: OLIVEIRA, José J. Machado de (org.). Quadro estatístico da população da província de São Paulo recenseada no anno de 1854. **Discurso com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. Antônio Roberto d’Almeida, Vice-Presidente da Província de S. Paulo, Abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1856**. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1856.

índice contraiu-se, respectivamente, a 1,76 e 1,62.⁸⁸ Pode-se inferir que, na segunda metade do século XIX, houve uma desaceleração na evolução deste indicador demográfico. A taxa de crescimento (negativa) da razão de sexo igualou-se a 32,3%, entre 1850-9 e 1860-9, e a 8%, entre 1860-9 e 1870-9. Por um lado, fica evidente que os cafeicultores de Bananal se valeram do tráfico interno de escravizados para recompor e ampliar as posses cativas. A esse respeito, José F. Motta pontuou que

[o] tráfico interno de cativos envolveu, pois, uma quantidade significativa de indivíduos, em grande medida enviados para as províncias do Centro-Sul cafeeiro e, nelas, para os municípios particularmente dedicados ao cultivo do café. Adicionalmente, as possibilidades de sobrevivência nesse trajeto foram maiores em comparação à travessia do Atlântico. Não obstante essa distinção, a historiografia detectou, no tráfico interno, muitas características similares às verificadas no comércio de escravos internacional. Em especial, no que respeita ao sexo e à idade das pessoas negociadas, mantiveram-se grosso modo as mesmas desproporções que marcaram os contingentes provenientes da África.⁸⁹

De fato, José F. Motta demonstrou que, nas áreas produtoras de café da província de São Paulo, no período de 1861 a 1887, a maioria dos cativos negociados era constituída por homens entre 15 e 29 anos de idade.⁹⁰ Provavelmente, os cafeicultores de Bananal também adquiriram, no mercado interno, mão de obra escravizada com perfil demográfico semelhante à do município de Areias, uma das localidades estudadas por Flávio Motta. Este fato pode justificar o arrefecimento no ritmo declinante da razão de sexo da população escravizada bananalense, nas décadas de 1860 e 1870.⁹¹

⁸⁸ INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1850-1879.

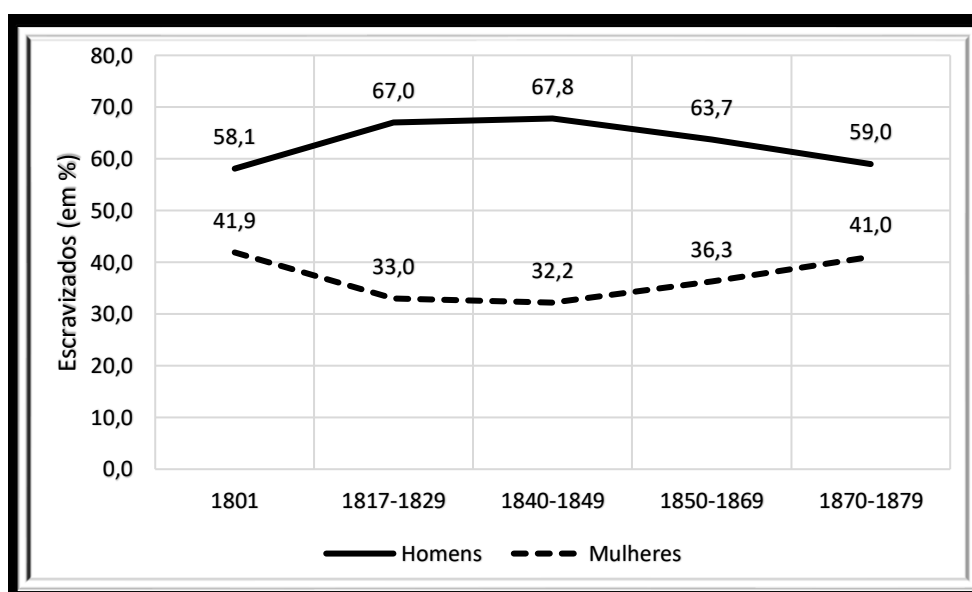
⁸⁹ MOTTA, José F. **Escravos daqui, dali e de mais além**: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. p. 66-67.

⁹⁰ No município de *Areias*, a razão de sexo dos cativos, em 1866-9 e 1870-80, igualou-se, respectivamente, a 135 e 128 homens para cada grupo de 100 mulheres. E, no primeiro período, 43,8% dos homens e 46,7% das mulheres tinham entre 15 e 29 anos. Em *Guaratinguetá*, a razão de sexo da escravaria, em 1863-9 e 1870-9, alçou-se, nessa ordem, a 110 e 170. “A participação relativa dos homens de 15 a 29 anos de idade, que se igualara a 39,5% no intervalo 1863-9, alçou-se a pouco mais do que isso (42,6%) em 1870-3, atingindo quase dois terços do total (64,2%) em 1874-9”. Já os percentis correlatos calculados para as mulheres igualaram-se, respectivamente, a 44,9%, 41,7% e 55,2%. Na região de *Constituição/Piracicaba*, a razão de sexo, em 1861-9 e 1870-80, igualou-se, nessa ordem, a 166 e 199. A proporção de “jovens adultos” (homens + mulheres), nos períodos 1861-9, 1870-3 e 1874-9, foi, respectivamente, de 46,6%, 38,6% e 47,5%. Por último, em *Casa Branca*, a razão de sexo da população cativa alçou-se a 177 em 1870-80. E “[...] a participação das pessoas de 15 a 29 anos de idade (homens + mulheres) no conjunto dos cativos transacionados igualou-se a 43,9% em 1870-3 e 48,4% em 1874-80”. Cf. MOTTA, 2012, p. 113-116; 126-130; 137-146; 174; 193-202; 217-227; 245-254.

⁹¹ Os livros de escrituras de compra e venda de escravizados encontram-se depositados no Museu Major Novaes de Cruzeiro, São Paulo. Salvo engano, eles abarcam os períodos de 1865-1870 e 1872-1888. Em pesquisas futuras, pretende-se examinar estas escrituras para averiguar as entradas e as saídas de cativos do município e, também, o perfil demográfico deste segmento da população.

Por outro lado, pode-se especular que os proprietários teriam apostado simultaneamente na reprodução endógena de suas escravarias. A abolição definitiva do tráfico internacional permitiu o dismantelamento gradual nos desequilíbrios estruturais da demografia escrava de Bananal. Considerando-se, pois, todos os cativos inventariados no município, observa-se que, a partir de 1850, houve decréscimo no peso relativo dos homens, tanto que, nos anos 1870, esta proporção se igualou à da fase de implantação da atividade cafeeira (**Gráfico II.5**). Apesar deste percentual relativamente elevado, os dados sugerem a tendência ao equilíbrio entre os sexos.⁹² E, conforme será visto mais adiante, essa mudança na estrutura demográfica propiciou melhores condições para o crescimento natural das escravarias.

Gráfico II.5 – Distribuição dos Escravizados de Acordo com o Sexo. Bananal, 1801-1879



Fontes: MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres:** estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 128; APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Nota: exclusive os anos 1830.

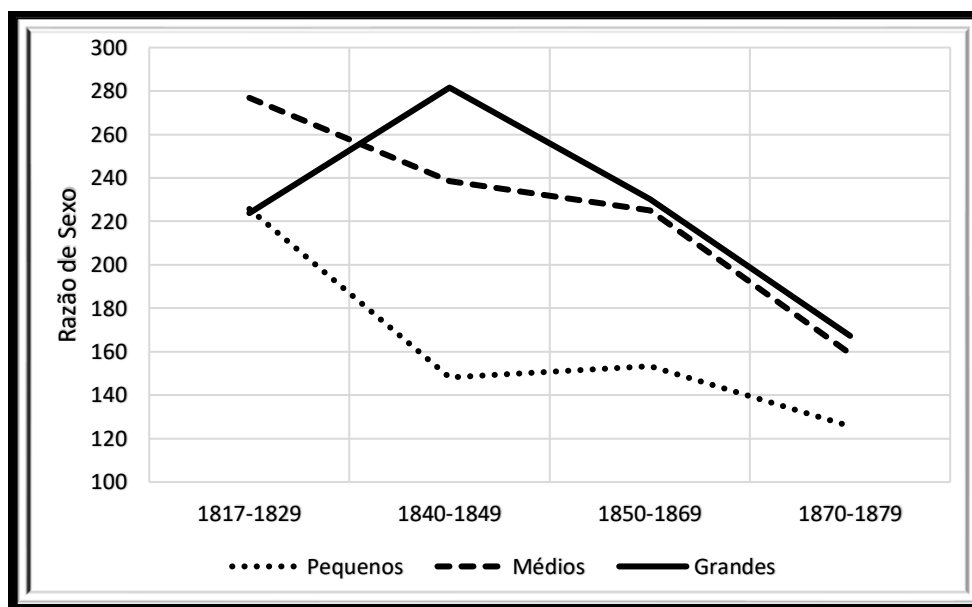
No que diz respeito aos padrões relativos à razão de sexo das escravarias, por faixas de tamanho de posse (FTPs), foi possível identificar a ocorrência de uma hierarquia entre os grupos de proprietários. O **Gráfico II.6** apresenta a dinâmica do mencionado indicador demográfico, no século XIX, de acordo com as três FTPs. Percebe-se, inicialmente, a tendência ao declínio da razão de sexo em todas as FTPs. Nas médias propriedades, a queda ocorreu de forma gradual, no período histórico analisado. Por sua vez, nas pequenas posses, houve uma retração abrupta

⁹² É a mesma tendência observada para o caso de Vassouras. Cf. SALLES, 2008, p. 204-205 (Gráfico 17).

na razão de sexo, entre 1817-29 e 1840-9, mantendo-se praticamente estável no período seguinte, até declinar novamente em 1870-9. Finalmente, nas grandes propriedades, o indicador cresceu entre 1817-29 e 1840-9, mas, daí em diante, despencou de forma acentuada, igualando-se, na prática, à razão de sexo das escravarias dos médios proprietários.

Pode-se observar, ainda, que o aumento da razão de sexo total da escravaria, entre 1817-29 e 1840-9 (cf. **Gráfico II.4**), teria sido impulsionado pelo que estava ocorrendo nas grandes propriedades, na medida em que a razão cresceu apenas nestas unidades produtivas (**Gráfico II.6**). Este mesmo gráfico sugere, por fim, que os grandes escravistas tendiam a possuir uma proporção mais elevada de homens, quando comparados aos demais senhores. Pode-se inferir, nesse sentido, que a concentração de cativos do sexo masculino indicaria o potencial produtivo das propriedades agrárias onde residiam e, também, a capacidade de mobilização de capitais para a sua aquisição, pois o preço médio dos homens era superior ao das mulheres (conforme será visto mais adiante); por seu turno, isto revela que as grandes propriedades conseguiram, ao que parece, comprar no mercado a melhor força de trabalho disponível.

Gráfico II.6 – Evolução da Razão de Sexo dos Escravizados Adultos (15 anos ou mais) por FTP. Bananal, 1817-1879



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1830-9 (63,7%); 1840-9 (30,2%); 1850-9 (26%); 1860-9 (18,7%); 1870-9 (3,3%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem idade.

Em linhas gerais, procuramos mostrar que a razão de sexo da população escravizada de Bananal elevou-se durante quase toda a primeira metade do século XIX, notadamente nas fases

de implantação e expansão da *plantation* cafeeira. Tendo em vista que parcela majoritária dos escravizados oriundos do tráfico atlântico de africanos era do sexo masculino, a composição demográfica das propriedades rurais cafeeiras de Bananal não poderia ser diferente. No entanto, a partir de c.1840, com as mudanças ocorridas no lado da oferta de escravizados no tráfico internacional, houve declínio no perfil sexual da população cativa, tendência que se acentuou daí em diante. Os dados do Censo (1854), da Lista de Classificação (1873) e da Matrícula de Escravos (1886-7) sugerem, nesse sentido, que a população escravizada caminhava para um possível equilíbrio entre os sexos: em 1854 havia 157 homens para cada 100 mulheres;⁹³ em 1873, o índice correlato caiu para 140;⁹⁴ por fim, em 1886-7, a razão de sexo reduziu-se a 122.⁹⁵ A migração em massa de escravizados, por meio do tráfico interno, estruturado na passagem das décadas de 1850 para 1860, manteve, em larga medida, o mesmo perfil demográfico quando da vigência do tráfico atlântico. No entanto, há indícios apontando que pode ter havido uma retração na demanda por cativos do sexo masculino, entre os decênios de 1860 e 1880. José F. Motta demonstrou, por exemplo, que a razão de sexo dos escravos, comprados pelos senhores do município de Areias, declinou de 135 para 128 homens para cada 100 mulheres, entre os anos de 1866-9 e 1870-80. É bem provável que isso também tenha ocorrido em Bananal. Sendo assim, pode-se cogitar que os cafeicultores locais estariam buscando equilibrar a razão de sexo das escravarias, de modo a estimular a reprodução endógena da população cativa. Ao que tudo indica, no final dos anos 1860, já estava em marcha o processo de crescimento natural das escravarias nas senzalas dos cafeicultores bananalenses. Não à toa, houve uma forte reação contrária dos proprietários de escravos do Vale do Paraíba cafeeiro à aprovação da Lei do Ventre Livre.⁹⁶

Grupos Etários

O tráfico negreiro transatlântico engendrou igualmente desequilíbrios estruturais no perfil etário da população escravizada no Vale do Paraíba cafeeiro. Em Bananal, as alterações nos padrões etários podem ser notadas a partir do **Gráfico II.7**. De forma preliminar, cabe salientar que os cativos foram reunidos em três grandes faixas etárias: 1) a de crianças e jovens,

⁹³ Cf. BASSANEZI, 1998, p. 299. Os dados originais podem ser lidos em: OLIVEIRA, 1856.

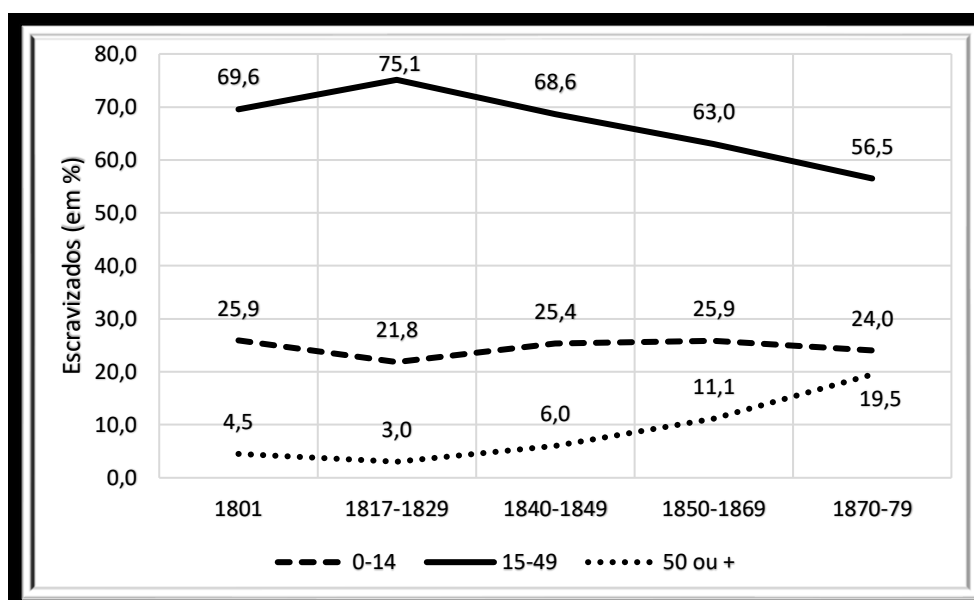
⁹⁴ MARCONDES, 2002a, p. 59 (Tabela 4).

⁹⁵ Cf. BASSANEZI, 1998, p. 89 (Quadro 14). A Matrícula de Escravos registrou a presença de 2.300 homens e 1.882 mulheres.

⁹⁶ Como bem o demonstram os trabalhos de SALLES, 2008; e MIRANDA, Bruno da F. **O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

formada pelos indivíduos com até 14 anos de idade; 2) a dos adultos, com idade entre 15 e 49 anos; 3) e a dos idosos, composta por sujeitos com 50 anos ou mais. Em linhas gerais, as crianças ainda não estavam integradas completamente ao mundo do trabalho, não obstante executassem atividades auxiliares, exceto aquelas menores de cinco anos de idade.⁹⁷ Os adultos, por seu turno, constituíam a principal força de trabalho dos proprietários, pois estes cativos encontravam-se em idade plenamente produtiva. E os idosos apresentavam capacidade produtiva declinante.

Gráfico II.7 – Evolução da Estrutura Etária dos Escravizados. Bananal, 1801-1879



Fontes: MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres:** estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 130; APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1830-9 (63,7%); 1840-9 (30,2%); 1850-9 (26%); 1860-9 (18,7%); 1870-9 (3,3%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem idade.

No século XIX, as escravarias bananalenses eram compostas por adultos, em sua grande maioria. Esta desproporção experimentou dois movimentos muito claros ao longo do desenvolvimento da atividade cafeeira. O primeiro deles ocorreu durante a montagem da cafeicultura escravista, quando houve, por um lado, incremento numérico e proporcional da força de trabalho e, por outro, decréscimo de crianças e idosos. Este processo estava claramente atrelado ao grande afluxo de africanos na vigência do tráfico atlântico de escravizados para o Centro-Sul do Brasil. O segundo movimento resultou na redução gradual da força de trabalho dos proprietários, entre as décadas de 1840 e 1880. No mesmo período, aumentou o peso

⁹⁷ ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989. p. 96-102.

relativo da participação de idosos na população cativa inventariada. Percebe-se, portanto, que, já nos anos 1840, teria havido queda no percentil de cativos em idade adulta, cujo processo de envelhecimento acelerou-se após o término do comércio negreiro. Vale notar que apenas o grupo de crianças e jovens permaneceu praticamente estável no século XIX, ao redor de um quarto do total.

De acordo com outras duas fontes, o Censo de 1854 e a Lista de Classificação de 1873, que apresentam informações mais abrangentes e precisas a respeito da composição etária dos escravizados de Bananal, constatou-se que o percentil de adultos era, na realidade, mais elevado em comparação ao que foi encontrado por meio dos inventários *post mortem*. Com efeito, os cativos com idade entre 10 e 49 anos perfaziam 84,5% da população total registrada em 1854,⁹⁸ ao passo que, nos inventários (1850-9), a proporção correlata era de 71,4%.⁹⁹ O recenseamento de 1854 revelou, ainda, que as crianças (9 anos ou menos) e os idosos (50 anos ou mais) representavam 13,5% e 2% do total de cativos, respectivamente. Por seu turno, a Lista de Classificação (1873) indicou que os adultos (15-49 anos), as crianças (14 anos ou menos) e os idosos (50 anos ou mais) constituíam, respectivamente, 62,1%, 25,5% e 12,4% dos escravizados arrolados nessa última fonte.¹⁰⁰ Assim, as informações contidas nos inventários, sobretudo as relacionadas à origem, ao sexo e à idade dos cativos, representam tendências gerais da evolução do perfil da população cativa.

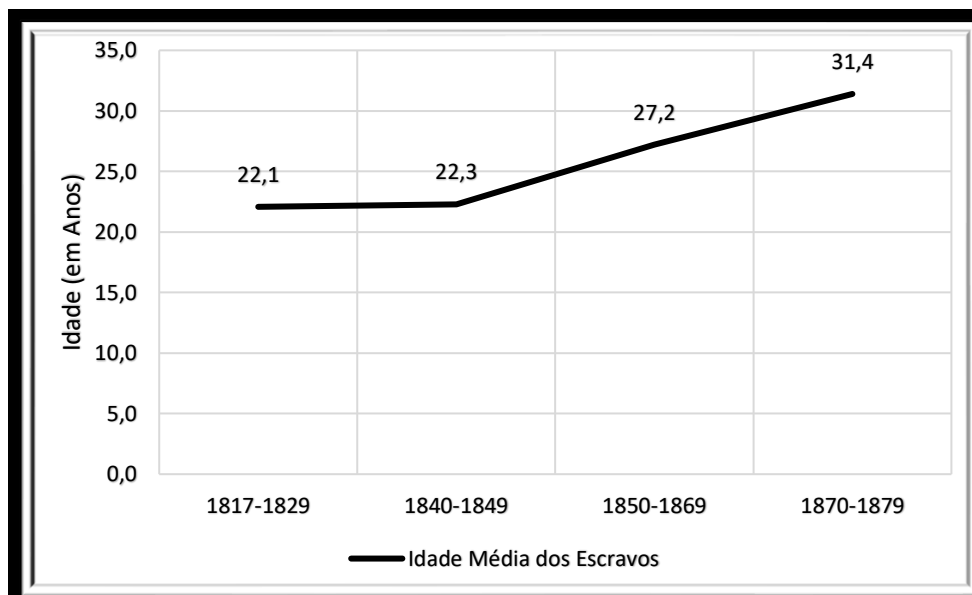
Os dados relativos à evolução da idade média dos escravizados reforçam a constatação do envelhecimento da população escravizada de Bananal. De acordo com o **Gráfico II.8**, nas fases de implantação e expansão da cafeicultura, a idade média dos cativos manteve-se inalterada, ao redor de 22 anos. De 1850 em diante, pode-se observar o processo paulatino de envelhecimento das escravarias. Com efeito, a idade média subiu para 27,2 anos, em 1850-69, e 31,4 anos, na década de 1870.

⁹⁸ Cf. BASSANEZI, 1998, p. 31-71; 78; 289-295; 389. Os dados originais podem ser lidos em: OLIVEIRA, 1856.

⁹⁹ Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1850-1859.

¹⁰⁰ MARCONDES, 2002a, p. 60 (Tabela 5).

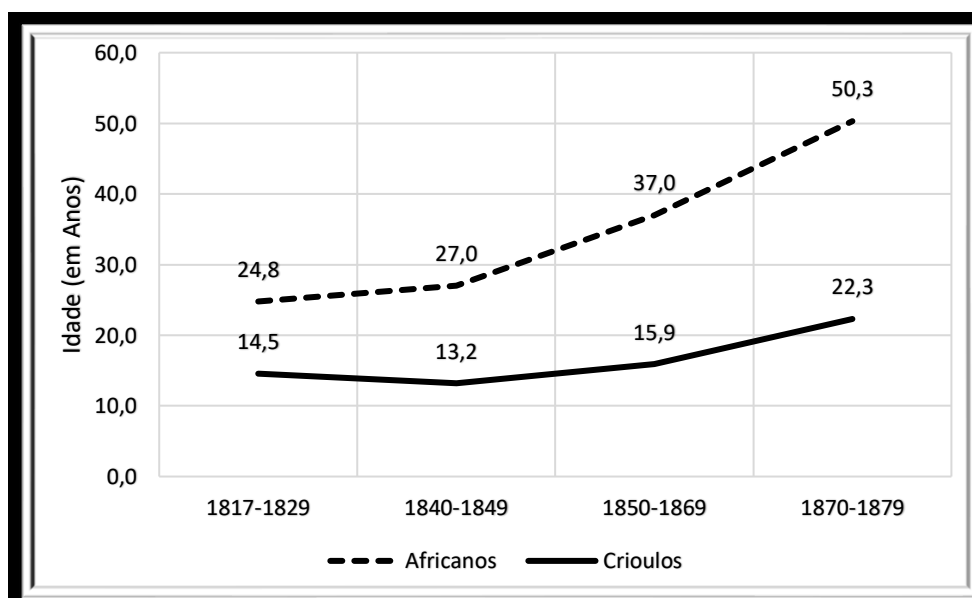
Gráfico II.8 – Evolução da Idade Média dos Escravizados. Bananal, 1817-1879



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1830-9 (63,7%); 1840-9 (30,2%); 1850-9 (26%); 1860-9 (18,7%); 1870-9 (3,3%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem idade.

Gráfico II.9 – Evolução da Idade Média dos Escravizados Segundo a Origem. Bananal, 1817-1879



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1830-39 (63,7%); 1840-49 (30,2%); 1850-59 (26%); 1860-69 (18,7%); 1870-79 (3,3%); 2) % de cativos sem procedência: 1817 (0,1%); 1829 (0%); 1830-39 (29,8%); 1840-49 (5%); 1850-59 (14%); 1860-69 (18%); 1870-79 (2,1%); 3) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem idade e/ou sem procedência.

No entanto, uma investigação mais acurada revela que é só parcialmente correto afirmar que houve um envelhecimento da população escravizada de Bananal. O **Gráfico II.9**, que apresenta a idade média segundo a procedência dos cativos, permite constatar que, a partir de 1850, o envelhecimento dos africanos foi mais acentuado que o da população crioula, visto que a idade média daqueles subiu mais que a dos crioulos. Entre os africanos, a idade média cresceu de 24,8 anos, em 1817-29, para 50,3 anos, em 1870-9, ao passo que a dos cativos nascidos no Brasil aumentou de 14,5 anos para 22,3 anos, no mesmo período histórico.¹⁰¹ O que esses dados sugerem, portanto, é que, na década de 1870, os crioulos estavam assumindo a posição outrora ocupada pelos africanos. Isto é, os escravizados nascidos no Brasil, que haviam chegado à idade adulta, e se encontravam na plenitude de seu vigor físico, estavam substituindo os trabalhadores provenientes do continente africano, nas propriedades rurais cafeeiras.

Com o tráfico transatlântico de africanos, havia uma oferta elástica e relativamente barata de mão de obra.¹⁰² Escravos jovens ou adultos eram comprados nesse mercado e integrados às unidades agrícolas quando necessário, permitindo, assim, substituir os cativos que sucumbiam – vitimados pela superexploração de sua força de trabalho, pelas doenças etc. – e/ou ampliar o tamanho dos plantéis. De 1850 em diante, a recomposição da mão de obra escravizada deu-se, inicialmente, por meio do tráfico interno de cativos, estruturado na passagem das décadas de 1850 para 1860. Em sua grande maioria, os cativos negociados eram oriundos de regiões economicamente menos dinâmicas.¹⁰³ É bastante provável, também, que, na mesma época, os produtores de café tenham apostado simultaneamente na reprodução endógena de suas escravarias, de modo a pelo menos manter o número de trabalhadores existentes nas propriedades rurais.¹⁰⁴

No **Gráfico II.10**, é possível acompanhar a evolução da idade média dos escravizados, nos distintos grupos de proprietários. No período do infame comércio, percebe-se que não havia assimetrias na idade média das populações cativas, independente das FTPs. A partir de 1850,

¹⁰¹ Trata-se do mesmo padrão encontrado para o caso do município de Vassouras. Cf. SALLES, 2008, p. 228-229 (Gráfico 25).

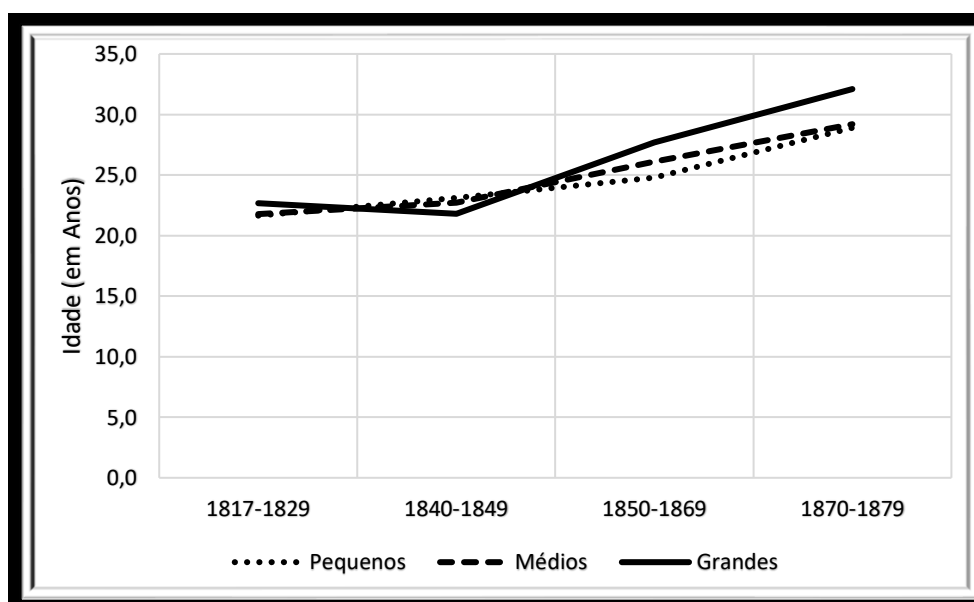
¹⁰² FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo G. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FLORENTINO, 2010[1997].

¹⁰³ Sobre o tráfico interno de escravos, ver: SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986. p. 103-155; MOTTA, José F.; MARCONDES, Renato L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 30, n. 2, p. 267-299, abr./jun. 2000b; MOTTA, 2012.

¹⁰⁴ Conforme bem documentado nos seguintes trabalhos: SALLES, 2008, p. 213-233; PESSOA, Thiago C. E depois da “Lei Eusébio”? Reprodução da escravidão e seus limites em um complexo de fazendas do vale do café (Rio de Janeiro, c. 1864-1888). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 465-489, set./dez. 2017.

contudo, o perfil etário da mão de obra escravizada sofreu um forte impacto por conta do fim do comércio atlântico negro. Embora tenha havido aumento na idade média das escravarias pertencentes aos três grupos de proprietários, este acréscimo foi mais acentuado nas grandes propriedades, devido à forte concentração de africanos nestas unidades produtivas. As curvas de evolução da idade média dos cativos, residentes nas pequenas e médias unidades, mostraram-se simétricas, desenvolvendo-se paralelamente ao longo de todo o Oitocentos.

Gráfico II.10 – Evolução da Idade Média dos Escravizados por FTP. Bananal, 1817-1879



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1830-9 (63,7%); 1840-9 (30,2%); 1850-9 (26%); 1860-9 (18,7%); 1870-9 (3,3%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem idade.

Outro aspecto importante a investigar diz respeito à composição etária da população escravizada, que, efetivamente, trabalhava na cafeicultura. Não há consenso, na historiografia, acerca de qual seria a faixa etária mais representativa dessa *força de trabalho*.¹⁰⁵ Por conta disso, buscou-se analisar a evolução da força de trabalho em Bananal a partir de três faixas

¹⁰⁵ A título de exemplo, anotou-se, entre parênteses, as faixas etárias relativas aos adultos (força de trabalho) consideradas pelos seguintes estudiosos: Stuart Schwartz (14 a 50 anos); Paiva & Libby (15 a 49 anos); Manolo Florentino (15 a 49 anos); Laird Bergad (15 a 40 anos); Luna & Klein (15 a 64 anos); Ricardo Salles (13 a 49 anos). Cf. SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. 1. ed., 1988, trad. port. São Paulo: Cia. das Letras, 2011. p. 288; PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995; FLORENTINO, 2010[1997], p. 221 (Apêndice 6); BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004. p. 208-209 (Figura 4.2); LUNA; KLEIN, 2005, p. 185; SALLES, 2008, p. 223-224.

etárias distintas. A primeira – utilizada por inúmeros pesquisadores – é composta pelos cativos *adultos*, com idade entre 15 e 49 anos. Por seu turno, a segunda faixa etária, mais ampla, é integrada por *jovens ou adultos*, com idade entre 10 e 49 anos. Os escravos jovens (10 a 14 anos) foram incorporados ao grupo etário dos adultos pela seguinte razão: de acordo com a Matrícula de Escravos de Bananal (1872-3), cujas listas encontram-se anexadas aos inventários *post mortem* da década de 1870, constatou-se que, para os cativos com idade igual ou superior a dez anos, havia, na maioria dos casos, a designação de uma ocupação, o que denota, deste modo, que eles se encontravam em idade produtiva.¹⁰⁶ Por último, o terceiro grupo etário é formado pelos escravos em “boa idade”, com idade entre 15 e 30 anos. O relato coevo de João de Oliveira Guimarães, irmão e legatário da terça do cafeicultor-comerciante José Antônio de Oliveira Guimarães, extraído dos autos de um processo de inventário, admite a adoção e a classificação da categoria boa idade. O legatário João Guimarães impetrou, em 1868, por intermédio de seu advogado, a seguinte petição ao Juízo de Órfãos de Bananal:

Dizem João de Oliveira Guimarães e seus filhos, legatários de dez escravos, que, com a fazendinha do Turvo, lhes deixou seu irmão e tio José Antônio de Oliveira Guimarães, que tendo, pelo testamento, direito a escravos “de boa idade”, cumpra que fique decidido, pelo governo dos partidores, o que seja “boa idade”, e como os suplicantes entendam, com todas as pessoas de critério, que a ***boa idade é relativa ao fim a que se destina o homem, e que, portanto, a boa idade de um trabalhador de roça é a da plenitude de suas forças, a qual é de 15 a 30 anos***, vem os suplicantes requerer a V.Sa. que digno-se mandar que assim seja observado pelos partidores em metade dos escravos, dando outra metade em ***escravos maduros, de quarenta anos mais ou menos***, segundo a lista que a este acompanha, afim de ficar feita tal escolha do modo mais justo e livre de reclamações, que é possível.¹⁰⁷

Como se vê, João de Oliveira Guimarães e seus filhos, bem como “[...] todas as pessoas de critério [...]” consideravam que “[...] a boa idade é relativa ao fim a que se destina o homem, e que, portanto, a boa idade de um trabalhador de roça é a da plenitude de suas forças, a qual é de 15 a 30 anos”. Dado que o juiz de órfãos de Bananal acolheu a petição dos legatários sem reparo algum, pode-se inferir, portanto, que a faixa etária aludida abarcava, de fato, a melhor mão de obra dos cafeicultores escravistas no Vale do Paraíba cafeeiro.

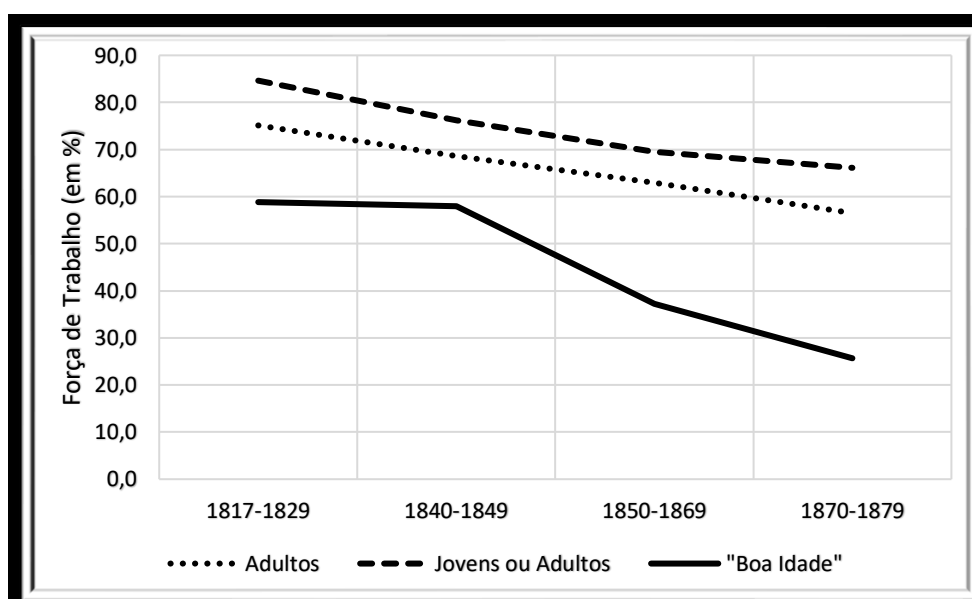
A evolução da força de trabalho em Bananal, no século XIX, por grupos etários, pode ser acompanhada a partir do **Gráfico II.11**. Inicialmente, é possível observar, de um lado, que

¹⁰⁶ Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1872-1879.

¹⁰⁷ Cf. INVENTÁRIO de José Antônio de Oliveira Guimarães. Cruzeiro: MMN, 22 nov. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 131, n. 2815. fls. 91-92 (grifo nosso).

a participação relativa de trabalhadores *adultos* (15 a 49 anos) e *jovens ou adultos* (10 a 49 anos) decresceu, paulatina e paralelamente, no desenrolar do ciclo do café. Durante a montagem desta atividade (1817-29), os índices igualaram-se, respectivamente, a 75,1% e 84,6%. Contudo, no período de sobrevida (1870-9), a taxa de adultos caiu para 56,5% e a de jovens/adultos reduziu-se a 66,1%.¹⁰⁸ É notável a queda simétrica (de 18%) nas respectivas taxas de participação dessa força de trabalho, no período em questão, para ambos os grupos etários. Além disso, desperta a atenção que, malgrado o término do trato negreiro, em 1850, não teria havido queda drástica da população adulta ou jovem/adulta nas fases de apogeu e sobrevida da cafeicultura.

Gráfico II.11 – Evolução da Força de Trabalho por Grupos Etários. Bananal, 1817-1879



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1830-9 (63,7%); 1840-9 (30,2%); 1850-9 (26%); 1860-9 (18,7%); 1870-9 (3,3%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem idade.

De outro lado, a evolução da força de trabalho em *boa idade* (15 a 30 anos) apresentou trajetória peculiar ao longo do Oitocentos. Nas fases de implantação e expansão da *plantation* escravista, a proporção desses trabalhadores permaneceu inalterada, ao redor de 60%. No entanto, com o fim do tráfico negreiro, o percentil de cativos em *boa idade* decresceu acentuadamente: a melhor força de trabalho dos cafeicultores despencou para 37,2%, em 1850-

¹⁰⁸ Os dados sobre Vassouras apontam a mesma tendência no que diz respeito à evolução da população cativa adulta (13 a 49 anos) no decurso do Oitocentos. Cf. SALLES, 2008, p. 223-228. A participação relativa de adultos (13 a 49 anos) na população cativa de Juiz de Fora, na década de 1870, é muito semelhante à de Bananal. Cf. VITTORETTO, 2016, p. 92.

69 (queda de 20,8%), e 25,7%, na década de 1870 (redução de 11,5%).¹⁰⁹ Esta desaceleração na curva de cativos em *boa idade*, entre o apogeu e a sobrevida, pode indicar que os senhores arregimentaram mão de obra com esse perfil etário, nas décadas de 1860 e 1870. Para tanto, teriam utilizado dois mecanismos para a reprodução desta força de trabalho: 1) a compra de cativos via tráfico interno;¹¹⁰ 2) e a reprodução endógena da população cativa, que, provavelmente, permitiu aos cafeicultores recompor, ainda que de forma parcial, a proporção de trabalhadores situados nessa faixa etária. Além destas duas medidas, complementares entre si, não se deve descartar a hipótese de que os cafeicultores podem ter melhorado as condições materiais de vida e de trabalho dos cativos, de modo a atenuar a alta mortalidade dos trabalhadores confinados nas senzalas das propriedades rurais cafeeiras do Vale do Paraíba.

A teoria oitocentista sobre a gestão escravista, contida nos manuais agrícolas, estimulou a formação de famílias e a reprodução natural da população cativa, além de prescrever medidas com vistas ao cuidado dos recém-nascidos, à melhoria na alimentação, vestimenta e moradia dos escravizados.¹¹¹ Na vigência do tráfico internacional, as possibilidades de os cativos formarem suas famílias e, portanto, de se reproduzirem, eram bem menores, uma vez que os produtores de café contavam com uma oferta elástica e relativamente barata de africanos, no mercado atlântico, para a formação, recomposição e ampliação de seus plantéis. No entanto, com o fim do tráfico negreiro, é provável que os senhores do Vale do Paraíba cafeeiro tenham acatado as medidas, preconizadas nos manuais agrônômicos, como forma de lidar com a escassez de braços para os trabalhos da lavoura.¹¹²

Os grandes proprietários rurais foram bem-sucedidos em concentrar, em seus complexos produtivos, uma proporção mais elevada de trabalhadores com idade entre 15 e 30 anos. Em todos os períodos selecionados, a incidência de cativos em *boa idade*, nessas propriedades, mostrou-se superior à dos pequenos e médios plantéis. Esta hierarquia sugere, uma vez mais, que os proprietários de grande porte conseguiram mobilizar capitais para obter a melhor força de trabalho disponível no mercado, sobretudo na vigência do tráfico transatlântico de africanos. A partir de 1850, a proporção de cativos com esse perfil etário atingiu valores semelhantes, independentemente das FTPs. Na década de 1870, por exemplo, a participação relativa de

¹⁰⁹ Em 1817, os cativos em *boa idade* perfaziam 55% de toda a população escravizada; esse índice subiu para 60,5%, em 1829; reduziu-se a 58%, na década de 1840; despencou para 44,6%, nos anos 1850; nos anos 1860, a taxa correlata caiu para 27,2%; e, finalmente, em 1870-9, pendeu para 25,7%. Cf. APESP, 1817; APESP, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

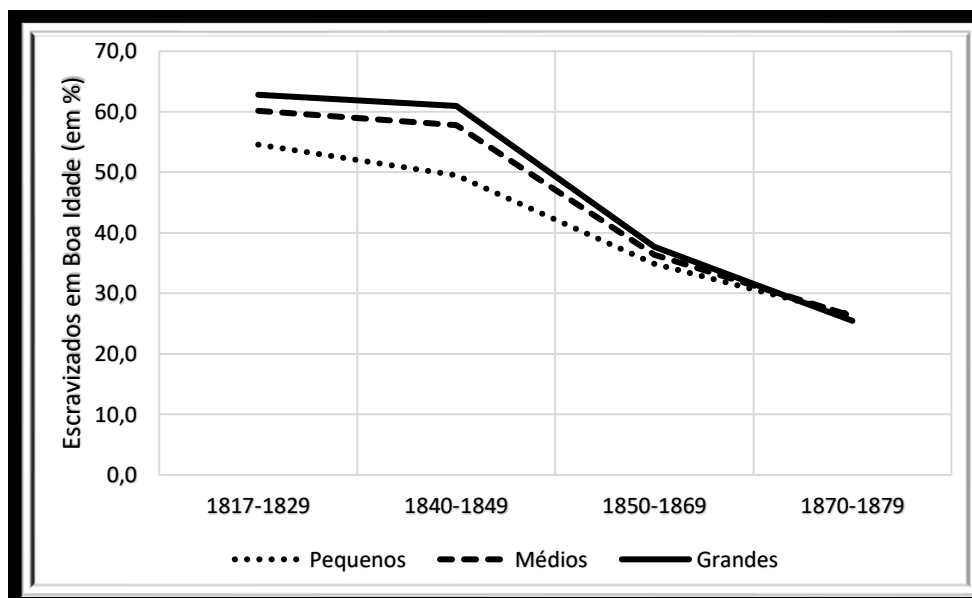
¹¹⁰ Processo este muito bem demonstrado por: MOTTA, 2012.

¹¹¹ Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p. 268-298.

¹¹² Cf. SALLES, 2008, p. 241-271.

escravizados em *boa idade* atingiu o mesmo índice – cerca de 25% do total – nas três FTPs (Gráfico II.12).

**Gráfico II.12 – Evolução dos Escravizados em Boa Idade (15 a 30 Anos) por FTP.
Bananal, 1817-1879**



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1840-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1830-9 (63,7%); 1840-9 (30,2%); 1850-9 (26%); 1860-9 (18,7%); 1870-9 (3,3%); 2) exclusive os anos 1830, devido à alta % de cativos sem idade.

De um modo geral, os dados disponíveis a respeito da composição etária da população escravizada de Bananal apontam que o tráfico internacional de africanos provocou um intenso desequilíbrio na estrutura demográfica. Durante o século XIX, os adultos constituíram o grupo etário mais representativo da população cativa do Vale do Paraíba cafeeiro. Contudo, a partir de 1850, essa desproporção na estrutura etária atenuou-se gradualmente. A participação relativa de adultos experimentou tendência declinante, a de idosos cresceu e a de crianças manteve-se relativamente estável. Observando-se a faixa etária dos escravizados em boa idade, foi possível constatar que, na vigência do tráfico atlântico, justamente nos períodos de montagem e expansão da cafeicultura escravista, cerca de 60% da população pertencia a esse segmento. O que revela uma vez mais que o tráfico internacional teve um papel decisivo no deslanche da atividade cafeeira, tendo em vista que grande parte dos cativos, recém-chegados às propriedades rurais, encontravam-se exatamente na plenitude de suas forças.

Famílias Escravas e Reprodução Natural

O casamento de cativos e a constituição de laços familiares foram, no correr do século XIX, algo muito comum no espaço rural, onde residia a maioria dos escravizados no Brasil.¹¹³ No município de Bananal, não foi diferente. A despeito das agruras do sistema escravista, os cativos conquistaram seus espaços de sociabilidade e conseguiram, assim, encontrar parceiros em potencial nas senzalas (ou fora delas) para se casarem e formarem suas famílias.¹¹⁴ Destas uniões matrimoniais, nasceram inúmeras crianças. É difícil, contudo, estabelecer com precisão se, em determinados anos ou períodos, a proporção de nascimentos suplantou a de falecimentos, nas propriedades rurais cafeeiras.

A despeito das dificuldades em determinar as taxas de natalidade e de mortalidade da população cativa bananalense, no século XIX, procuramos abordar a questão da reprodução natural das escravarias mediante a participação relativa de: 1) cativos alguma vez casados; 2) crianças; 3) filhos legítimos ou naturais; 4) mães ou pais solteiros; 5) cativos envolvidos em laços parentais; e 6) por meio da taxa de fecundidade geral. Na segunda metade do Oitocentos, as mudanças ocorridas na estrutura demográfica da população cativa – em virtude da abolição do tráfico transatlântico de africanos e do estímulo (in)direto dos proprietários rurais – teriam implicado em melhores condições para a reprodução vegetativa das escravarias. Na virada da década de 1860 para a de 1870, os crioulos nascidos no interior das propriedades agrárias cumpriam um importante papel na conformação dos plantéis escravistas. Contudo, a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, jogou uma pá de cal nos anseios dos senhores, que almejavam postergar o término da instituição escravista e dispor livremente da mão de obra que estava sendo gerada no interior de suas propriedades.

A análise da evolução dos índices de matrimônio formal (sacramentado pela Igreja) da população cativa adulta, com 15 anos ou mais, oferece um ótimo ponto de partida para aquilatar o potencial reprodutivo das escravarias de Bananal.¹¹⁵ Os dados podem ser lidos no **Gráfico II.13**. Cabe esclarecer, antes de tudo, que, neste gráfico, não foram incluídos os cativos

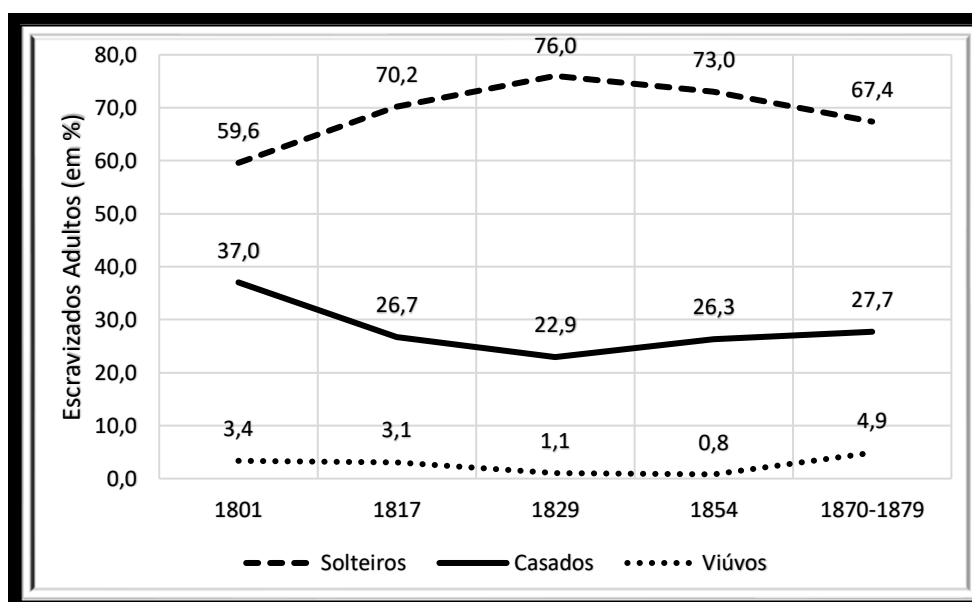
¹¹³ Cf. LUNA; KLEIN, 2010, p. 229-270; MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. Família escrava em impérios agrários – o caso da Fazenda Guaribú. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 34-51, jan.-jun. 2017.

¹¹⁴ Sobre os distintos significados da existência da família escrava, ver: CASTRO, 1998[1995]; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, 2011[1999]; SALLES, 2008; MUAZE; SALLES, 2017.

¹¹⁵ É bem provável que os cativos arrolados nas fontes como “casados” ou “viúvos” tenham sido, de fato, casados pela Igreja. Deste modo, pode-se afirmar que os dados apresentados não incluem uniões consensuais. Cf. SLENES, 2011[1999], p. 83-84.

inventariados nas décadas de 1830, 1840, 1850 e 1860, em virtude da elevada proporção de pessoas sem idade declarada nos inventários. Isso porque era fundamental que estes processos judiciais indicassem a idade para grande parcela das escravarias. Neste sentido, as melhores fontes primárias são justamente as listas nominativas de 1801, 1817 e 1829, o Censo de 1854 e os inventários *post mortem* da década de 1870, cujos informes são, portanto, mais homogêneos.

Gráfico II.13 – Evolução do Estado Conjugal dos Escravizados Adultos (15 anos ou mais). Bananal, 1801-1879



Fontes: MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres:** estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 298-301; APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829; Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo, 1854 (II). In: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do passado:** dados demográficos, 1854. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998. p. 31-71; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1801 (0%); 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1854 (0%); 1870-9 (3,3%); 2) para o ano de 1829, exclusive os cativos da 5ª Cia. de Ordenanças, por conta da ausência de registro dos vínculos familiares; 3) para o ano de 1854, cativos com 10 anos ou mais.

Este gráfico evidencia o impacto provocado pelo tráfico internacional de africanos na constituição das famílias escravas em Bananal. Com o deslanche da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, os senhores de serra acima adquiriram milhares de escravizados, grande parte do sexo masculino. O aumento na razão de sexo dificultava em muito as possibilidades de uniões matrimoniais entre os cativos, sobretudo para os homens.¹¹⁶ No período de montagem da atividade cafeeira (1801-29), a participação relativa de cativos alguma vez casados (isto é, casados ou viúvos) declinou progressivamente, justamente por conta da entrada de africanos

¹¹⁶ Cf. MORENO, 2013.

escravizados no município.¹¹⁷ Já no período de expansão da *plantation* cafeeira, malgrado a aceleração nas importações de africanos, verificou-se uma recuperação – parcial, vale dizer – na taxa de casados/viúvos, em 1854, resultado das compras de mais mulheres, em termos proporcionais, conforme demonstramos anteriormente. A partir de 1850, com o término do tráfico atlântico, e a conseqüente atenuação paulatina no desequilíbrio entre os sexos da população cativa, casados e viúvos foram ampliando seu peso relativo nas “comunidades de *plantation*”.¹¹⁸ Neste sentido, na década de 1870, a população alguma vez casada elevou-se a 32,6% do total de cativos arrolados nos processos de inventários, cifra muito próxima à encontrada no início do século XIX, nos primórdios da cafeicultura.

A **Tabela II.12**, que mostra a distribuição dos escravizados envolvidos em relações de parentesco, elucida as mudanças ocorridas no perfil demográfico da população de Bananal. Além do aumento na taxa de cativos alguma vez casados, houve significativa ampliação na proporção de filhos (legítimos ou naturais) existentes nas propriedades rurais cafeeiras, na segunda metade do século XIX.¹¹⁹ O percentil de mães ou pais solteiros também cresceu, no mesmo período.¹²⁰ Somando-se, portanto, todos os cativos que estavam envolvidos em algum tipo de relação familiar, pode-se observar que, em 1801, quando a cafeicultura dava os primeiros passos, havia estabilidade nos plantéis, tendo em vista que metade das escravarias eram aparentadas entre si. Contudo, o avanço da atividade cafeeira no Vale do Paraíba, na primeira metade do Oitocentos, provocou a fragmentação relativa dos núcleos familiares. A despeito do incremento numérico de cativos aparentados – de 209, em 1801, para 454, em 1829

¹¹⁷ José F. Motta desvendou minuciosamente o impacto do tráfico negreiro atlântico na formação das famílias cativas em Bananal, nas primeiras décadas do Oitocentos (1801-1829). Cf. MOTTA, 1999. Vale observar que, tendo-se em conta todo o contingente de cativos recenseados ou matriculados, independentemente da idade, os escravos alguma vez casados somavam 23,1%, em 1817, 18,6%, em 1829, 23,4%, em 1854, 24,5%, em 1872-3, 27,7%, em 1886-7. Cf., respectivamente: APESP, 1817; APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829. Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo, 1854 (II). In: BASSANEZI, 1998, p. 31-71; MARCONDES, 2002a; BASSANEZI, 1998, p. 89 (Quadro 14). Em 1801, na vila de Lorena, casados/viúvos reuniam 33,3% dos escravos com 15 anos ou mais. Cf. COSTA, Iraci del N.; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio-ago. 1987. (p. 250 [Tabela 5]). Para uma análise comparativa da família escrava em Lorena e Bananal, ver: MOTTA, 1999, p. 227-288. Na província de São Paulo, casados/viúvos perfaziam, em 1829, 29% dos escravos com 15 anos ou mais. Cf. LUNA; KLEIN, 2005, p. 186 (Tabela 6.3).

¹¹⁸ Sobre o conceito “comunidades de *plantation*”, ver: MUAZE; SALLES, 2017.

¹¹⁹ Na realidade, a taxa de filhos legítimos ou naturais, na década de 1870, era de 36,9% da escravaria de Bananal. Ocorre, contudo, que, para a elaboração dos informes das famílias escravas, privilegiou-se a informação sobre o estado conjugal. Nesse sentido, dentre os casados ou viúvos, que perfaziam 883 (24,7% do total) escravos, 130 (14,7%) indivíduos também foram declarados como filhos legítimos ou naturais. Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

¹²⁰ Interessante frisar que os proprietários tendiam a declarar os cativos viúvos como solteiros, após certo tempo de viuvez. É o caso, por exemplo, de um dos escravizados pertencentes ao comendador Manoel de Aguiar Vallim – Fortunato Tropeiro, de 41 anos, natural do Rio de Janeiro –, que foi arrolado como solteiro, em 1878, embora registrado, na Matrícula de 1872, como viúvo. Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

–, ocorreu um declínio em termos relativos, de 52,1% para 33,8%, no mesmo período. A extinção do tráfico atlântico, em 1850, alterou profundamente a composição demográfica da população cativa de Bananal. Vê-se, deste modo, que, na fase de sobrevida da cafeicultura (1870-9), grande parcela dos cativos vivenciaram a experiência da família escrava, na medida em que pouco mais de três quintos (62,2%) das escravarias arroladas nos inventários possuíam algum grau de parentesco.

Tabela II.12 – Distribuição dos Escravizados Segundo Alguns Atributos Referentes ao Estado Conjugal. Bananal, 1801-1879

Ano/Período	1801		1817		1829		1870-1879	
Atributos	N	%	N	%	N	%	N	%
Casados ou Viúvos	120	29,9	233	23,1	250	18,6	883	24,7
Filhos Legítimos ou Naturais	82	20,4	80	7,9	166	12,4	1.190	33,3
Mães ou Pais Solteiros	7	1,7	17	1,7	38	2,8	153	4,3
Famílias Escravas	209	52,1	330	32,7	454	33,8	2.226	62,2
Demais Solteiros	192	47,9	680	67,3	888	66,2	1.350	37,8
Total	401	100,0	1.010	100,0	1.342	100,0	3.576	100,0

Fontes: MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres:** estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999. p. 312; APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

Nota: para o ano de 1829, exclusive os cativos da 5ª Cia. de Ordenanças, por conta da ausência de registro dos vínculos familiares.

Renato Marcondes constatou que, no ano de 1873, a participação de escravizados com relações de parentesco, em Bananal, igualou-se a 52,8% do total de cativos registrados na Lista de Classificação.¹²¹ A diferença deste índice em relação ao computado por nós, com base em inventários, deu-se, sobretudo, na porcentagem de filhos naturais ou legítimos. Esta distinção talvez possa ser explicada pelo fato de que consideramos inclusive os ingênuos, ou seja, os filhos de mães cativas nascidos após a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871. A Lista, ao contrário, não arrolava tais indivíduos, tendo em vista que, ao completarem oito anos de idade, seriam considerados livres.

¹²¹ MARCONDES, 2002a, p. 61-62 (Tabela 7).

Seja como for, os dados relativos às relações familiares sugerem que, na década de 1870, a participação relativa de crioulos nascidos nas próprias unidades cafeeiras de Bananal era superior à do início do Oitocentos. É possível inferir, portanto, que a reprodução endógena da população escravizada já cumpria um papel importante na conformação das senzalas dos produtores de café, no último quarto do século XIX. É bem verdade que a mortalidade infantil era muito elevada, tanto entre os cativos quanto entre os livres; assim, não é possível afirmar se o número de crianças sobreviventes, quando adultas, teria sido capaz de sustentar os níveis de produção, nas propriedades rurais cafeeiras, nas décadas de 1870 e 1880.¹²²

Outros indicadores estatísticos podem nos ajudar a delimitar melhor a questão da reprodução natural das escravarias de Bananal. Para tanto, observemos os informes coligidos nas **Tabelas II.13 e II.14**. Inicialmente, pode-se notar que, entre 1817 e 1829, houve aumento tanto no percentil de africanos quanto na razão de sexo dos cativos.¹²³ Infere-se, assim, que o incremento nas importações de africanos escravizados, ao abastecer as propriedades rurais com milhares de jovens/adultos do sexo masculino, prejudicou a constituição dos laços familiares entre os cativos, notadamente nas fases de montagem e expansão da *plantation* cafeeira. Nesse período, a participação relativa de crianças (nove anos ou menos), no conjunto dos cativos, manteve-se estável. Por seu turno, a proporção de mulheres em idade fértil (15 a 49 anos), em relação ao total de mulheres, cresceu muito pouco. Conseqüentemente, a taxa de fecundidade geral (razão criança-mulher) da população cativa sofreu um pequeno acréscimo, de 518 para 574 crianças para cada 1.000 mulheres.¹²⁴

¹²² Ao analisar a reprodução do escravismo no complexo cafeeiro do comendador Joaquim José de Souza Breves, situado no Vale do Paraíba cafeeiro, Thiago Pessoa demonstrou, a partir de um livro de controle interno das fazendas do “Rei do café”, que, na virada dos anos 1860 para 1870, o número de crianças (com 14 anos ou menos), geradas nas propriedades, passou a superar a quantidade de rebentos falecidos. Cf. PESSOA, 2017.

¹²³ Em termos proporcionais, os homens (com 10 anos ou mais) abarcavam 65,4% da escravaria, em 1817, 69,9%, em 1829, e 60,7%, em 1870-9. Cf. APESP, 1817; APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

¹²⁴ A taxa de fecundidade geral (TFG), obtida a partir da razão entre crianças (0 a 9 anos) e mulheres em idade fértil (15 a 49 anos) não é a mais indicada para o cálculo de fecundidade. No entanto, devido à ausência de dados relativos às mães e ao número de filhos gerados, a razão criança-mulher pode ser utilizada como *proxy* para as estimativas gerais de fecundidade. Neste cálculo, o numerador pode estar subestimado, por conta da alta mortalidade infantil e da incidência de alforrias. Já o denominador, ao contrário, pode estar superestimado, na medida em que pode incluir mulheres sem filhos. Cf. MARCONDES, Renato L.; GARAVAZO, Juliana. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875). XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. **Anais...**, p. 1-12. Costa, Slenes e Schwartz também destacaram que a TFG “[...] trata-se de estimativa pouco refinada, mas é suficiente para evidenciar dessemelhanças bem acentuadas. Cf. COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987.

Tabela II.13 – Indicadores Estatísticos Auxiliares na Análise da Reprodução Natural dos Escravizados. Bananal, 1817-1879

Indicadores	Africanos	Razão de Sexo (10 anos ou mais)	Idade Média (Africanos)	Idade Média (Crioulos)
Ano/Período	%	H/M*100	N	N
1817	62,3	189	27,1	16,5
1829	81,7	232	23,4	9,3
1870-1879	31,0	155	50,3	22,3

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1870-9 (3,3%); 2) % de cativos sem procedência: 1817 (0,1%); 1829 (0%); 1870-9 (2,1%); 3) para o ano de 1829, exclusive os cativos da 5ª Cia. de Ordenanças, por conta da ausência de registro dos vínculos familiares.

Tabela II.14 – Estimativa das Taxas de Fecundidade Geral (TFG) dos Escravizados. Bananal, 1817-1879

Ano/Período	1817		1829		1854		1870-1879	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Crianças (9 anos ou -)	128	12,8	174	13,0	1.031	13,5	483	14,0
Mulheres em Idade Fértil (15 a 49 anos)	247	67,5	303	69,3	1.926	64,8	823	58,5
TFG (0-9/15-49 anos)	518		574		535		587	

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829; Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo, 1854 (II). In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do passado:** dados demográficos, 1854. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998. p. 31-71. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

Notas: 1) % de cativos sem idade: 1817 (0%); 1829 (0,04%); 1854 (0%); 1870-9 (3,3%); 2) para os anos de 1817 e 1829, exclusive crianças naturais da África; 3) para 1829, exclusive os cativos da 5ª Cia. de Ordenanças, por conta da ausência de registro dos vínculos familiares; 4) para 1854, as mulheres férteis correspondem àquelas com idade entre 20 e 49 anos; se levássemos em conta as mulheres com idade entre 10 e 49 anos, o número de mulheres férteis subiria para 2.459 (82,8% do total), que, por sua vez, resultaria em uma TFG de 419.

Para o início da década de 1850, os dados disponíveis sobre crianças e mulheres parecem indicar que teria havido queda na TFG da população cativa bananalense. Embora os dados do Censo de 1854 não permitam estabelecer comparações uniformes com os anos de 1817 e 1829, tudo indica que a razão criança-mulher tenha oscilado entre 419 e 535 crianças para cada 1.000 mulheres, portanto, inferior ao encontrado na fase de montagem da cafeicultura. Nos anos 1870, já havia ocorrido uma série de transformações na estrutura demográfica da população

escravizada. Os crioulos constituíam grande parte dos cativos arrolados nos inventários (69% do total), e o peso relativo dos homens havia diminuído em muito, pois a razão de sexo atingiu o índice de 155 homens para cada 100 mulheres. Nesse ínterim, a proporção de crianças cresceu pouco, apesar do declínio de mulheres férteis. Com isso, a razão criança-mulher atingiu a marca de 587 crianças por 1.000 mulheres.

Em princípio, esses indicadores estatísticos não permitem asseverar que, na década de 1870, o crescimento natural (positivo) da população cativa de Bananal já estaria acontecendo. Mesmo sem a Lei do Ventre Livre, não se pode afirmar, igualmente, que os senhores teriam tido condições de manter a dimensão de suas posses cativas sem recorrer à compra de mais escravos no tráfico interno. No entanto, há outras evidências nas fontes consultadas que permitem conjecturar que, na virada da década de 1860 para a de 1870, a reprodução endógena das escravarias estava cumprindo um papel importante na conformação dos plantéis das propriedades agrárias do Vale do Paraíba cafeeiro. A despeito de a Lei do Ventre Livre ter estancado a potencialidade dessa forma de reprodução da escravidão – e, com isso, solapado as expectativas dos senhores de dispor livremente das crianças nascidas em suas propriedades –, ela garantiu, por um lado, a manutenção da propriedade cativa – que, desde 1831, era ilegal, na letra da lei – e, por outro, permitiu que os senhores usufríssem da força de trabalho dos ingênuos até que atingissem a idade de 21 anos. Quando os senhores de escravos entenderam, de fato, esse conteúdo da Lei de 1871, o preço médio da população cativa tornou a subir, já a partir de 1873, após um período de tendência declinante, notadamente entre os anos de 1862-73. Provavelmente, os senhores apostavam que a Lei do Ventre Livre seria a última intervenção do Estado imperial na questão servil; e que poderiam continuar a explorar, por muitos anos, a mão de obra que estava nascendo no interior das próprias unidades agrárias.

Uma das maneiras de circunscrever melhor o papel representado pela reprodução natural das escravarias na conformação das propriedades rurais cafeeiras é por meio do exame do perfil demográfico da população cativa em boa idade, isto é, dos trabalhadores com idade entre 15 e 30 anos. A **Tabela II.15** apresenta a distribuição de crioulos em boa idade e a participação relativa de filhos legítimos ou naturais neste segmento por FTPs. Inicialmente, é evidente a presença majoritária de cativos nascidos no Brasil, tendo em vista que o tráfico atlântico há muito tempo havia sido encerrado. O dado mais relevante, no entanto, diz respeito à proporção de filhos (legítimos ou naturais), ou seja, de cativos que haviam nascido no interior das próprias unidades cafeeiras. Ao menos metade dos crioulos era fruto de uniões matrimoniais, legítimas ou não, da população cativa de Bananal. Em outros termos, 50,5% da melhor força de trabalho

dos produtores de café havia sido concebida nas senzalas de seus proprietários; um claro sinal de que a reprodução natural das escravarias estava em plena marcha na década de 1870. Os filhos em boa idade eram responsáveis por boa parcela dos grãos de café colhidos, beneficiados e exportados para os portos do Atlântico Norte, sobretudo para os Estados Unidos. Embora estes cativos representassem 12,6% das escravarias arroladas nos inventários *post mortem*, estima-se que, em relação à força de trabalho total alocada diretamente no trato dos cafeeiros, os filhos com idade entre 15 e 30 anos perfaziam cerca de 20,3%.¹²⁵ Por fim, vale notar que as médias e grandes propriedades contavam com proporções superiores de rebentos comparativamente às das pequenas posses, sugerindo, deste modo, que nas propriedades de grande porte haveria maiores probabilidades de os cativos se casarem e terem filhos, como bem o demonstra a **Tabela II.17**.

Tabela II.15 – Distribuição de Escravizados Crioulos em Boa Idade (15 a 30 Anos) Segundo a Presença de Filhos por FTP. Bananal, 1870-1879

Atributos	Crioulos		Filhos Legítimos ou Naturais	
	N	%	N	%
Pequenos	89	100,0	33	37,1
Médios	119	94,4	62	52,1
Grandes	654	99,2	340	52,0
Total	862	98,6	435	50,5

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

Notas: 1) % de crioulos em relação ao total de cativos com origem declarada; 2) os escravos em boa idade perfaziam 25,7% (888) da mão de obra inventariada; 3) deste total, não há a procedência de 14 cativos; 4) os filhos legítimos/naturais representavam 12,6% dos escravizados com idade declarada.

Se agregarmos à tabela acima os dados existentes sobre os cativos jovens (10 a 14 anos), há fortes indícios de que, mantidas as condições vigentes no período imediatamente anterior à promulgação da Lei do Ventre Livre, os cafeicultores poderiam assegurar os mesmos níveis de produção sem a necessidade de grande aporte de trabalhadores oriundos do tráfico interno. Os cativos com idade entre 10 e 30 anos, embora perfizessem 19,2% dos escravizados avaliados nos processos de inventário, compunham cerca de 31% de toda a força de trabalho vinculada diretamente ao cultivo de café.

¹²⁵ Será demonstrado, no Capítulo 4, que a força de trabalho escravizada dos cafeicultores constituía cerca de 60% da população cativa arrolada nos processos de inventário da década de 1870.

**Tabela II.16 – Distribuição de Escravizados Jovens e em Boa Idade (10 a 30 Anos)
Segundo a Presença de Filhos por FTP. Bananal, 1870-1879**

Atributos	Crioulos		Filhos Legítimos ou Naturais	
	N	%	N	%
Pequenos	134	100,0	65	48,5
Médios	175	96,2	109	62,3
Grandes	842	99,4	491	58,3
Total	1.151	99,0	665	57,8

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

Notas: 1) % de crioulos em relação ao total de cativos com origem declarada; 2) os escravos jovens e em boa idade perfaziam 34,1% (1.178) da mão de obra inventariada; 3) deste total, não há a procedência de 15 cativos; 4) os filhos legítimos/naturais representavam 19,2% dos escravizados com idade declarada.

Tabela II.17 – Distribuição (%) dos Escravizados Segundo Alguns Atributos Referentes ao Estado Conjugal por FTP. Bananal, 1817-1879

Atributos	Filhos Legítimos ou Naturais			Casados ou Viúvos (15 anos ou mais)			Famílias Escravas		
	1817	1829	1870-79	1817	1829	1870-79	1817	1829	1870-79
Pequenos	9,0	13,8	38,7	19,9	22,9	15,4	26,1	35,4	55,8
Médios	9,7	10,4	42,6	31,6	21,4	20,3	36,8	30,7	62,2
Grandes	4,8	11,6	35,6	44,2	26,0	36,7	42,0	33,5	63,2
Total	7,9	12,4	36,9	29,8	24,0	32,6	32,7	33,8	62,2

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

Nota: para o ano de 1829, exclusive os cativos da 5ª Cia. de Ordenanças, por conta da ausência de registro dos vínculos familiares.

Pode-se concluir, portanto, que, durante a formação e expansão da *plantation* cafeeira, a entrada de centenas de milhares de africanos – via tráfico negreiro – no Brasil provocou uma série de desequilíbrios na estrutura demográfica da população cativa do Vale do Paraíba cafeeiro. Em Bananal, por exemplo, logo no início do século XIX, período em que o cultivo de café era inexpressivo, já havia certo desequilíbrio na demografia escrava; contudo, essa população cativa gozava de uma relativa estabilidade, tendo em vista que metade dela era aparentada entre si. Com o avanço das lavouras de cana-de-açúcar e de café, nas décadas de 1810 e 1820, os proprietários rurais passaram a demandar quantidades cada vez mais elevadas de trabalhadores escravizados. Estes cativos, adquiridos no mercado atlântico de africanos, eram, em sua ampla maioria, do sexo masculino e jovens ou adultos. A chegada desses indivíduos nas unidades agrícolas provocou a diluição dos arranjos familiares existentes no

alvorecer do Oitocentos. Em meados dos anos 1820, a cafeicultura escravista tornou-se a atividade produtiva dominante em Bananal, ao passo que a produção de açúcar e aguardente acabou sendo relegada a segundo plano. Ao mesmo tempo em que os agricultores se especializaram no cultivo de café, o Brasil assumiu a dianteira da produção dessa mercadoria no mercado mundial cafeeiro. Entre c.1830 e c.1850, a demanda por trabalhadores escravizados permaneceu elevada, por conta da expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba. Após um breve interregno no tráfico negreiro (c.1831-5), a retomada ilegal desse comércio atendeu devidamente a fome de braços para o trabalho nas lavouras de café. Nessa conjuntura, havia, portanto, poucas possibilidades de os escravizados encontrarem nas senzalas (ou fora delas) parceiros em potencial para se casarem e terem filhos.¹²⁶

No entanto, com a abolição do tráfico internacional de africanos, em 1850, aos poucos, começaram a ocorrer mudanças na composição demográfica das escravarias. Entre c.1850 e c.1880, os desequilíbrios estruturais, outrora marcantes, foram se atenuando gradualmente. Esse processo foi muito bem sintetizado por Ricardo Salles. De acordo com este autor,

[...] os anos sessenta [1860], menos que o início de um processo irreversível de declínio da população cativa, em Vassouras e outras regiões valeparaibanas, representaram um momento de transição nas relações entre senhores e escravos. A dinâmica demográfica marcada pela presença africana, que ainda estava atuante mesmo adentrada a década, realimentada pela importação de africanos propiciada pelo tráfico inter e intraprovincial, passou a dar lugar a uma nova dinâmica, característica de uma *sociedade escravista madura*. A base desta nova dinâmica era a comunidade escrava estável, assentada na família, na crescente proporção de crioulos em relação aos africanos, no maior equilíbrio entre os sexos, resultando tudo isso em uma pirâmide etária mais equilibrada e no aumento do número de famílias e filhos. Essa comunidade tendia a um processo de crescimento vegetativo, quando nele já não havia ingressado.¹²⁷

Conforme apontou Ricardo Salles, essa nova dinâmica demográfica, característica de uma “sociedade escravista madura”, poderia estar ocorrendo em outras localidades do Vale do

¹²⁶ É importante destacar que alguns autores já demonstram que, em certas localidades, os senhores de escravizados se valiam de compras no tráfico internacional de africanos e, simultaneamente, do estímulo à reprodução natural de suas escravarias para manter e até mesmo ampliar suas posses cativas. Ver, entre outros: PAIVA; LIBBY, 1995; GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161-188, mar./ago 1988; FREIRE, Jonis. Crescimento da população cativa em uma economia agroexportadora: Juiz de Fora (Minas Gerais), século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 245-283, jan.-jun. 2012. Os trabalhos de Costa, Slenes & Schwartz e de José F. Motta também sugerem a compatibilidade entre tráfico atlântico e reprodução endógena, embora os dados para Lorena e Bananal sejam menos impactantes, o que levou os autores mencionados a serem menos enfáticos que Paiva & Libby. Cf. COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987; MOTTA, 1999.

¹²⁷ SALLES, 2008, p. 254 (grifo nosso).

Paraíba cafeeiro. Com efeito, a análise do perfil demográfico das escravarias de Bananal, realizada por meio de uma série de fontes, demonstrou que, de 1860 para 1870, a população cativa desse município estava passando por mudanças estruturais semelhantes às ocorridas em Vassouras. Ao que tudo indica, teria havido melhores condições para a constituição de laços matrimoniais entre os cativos, permitindo o aumento da reprodução natural das escravarias. Os dados obtidos a partir dos inventários *post mortem* indicaram que, nos anos 1870, grande parte da população cativa inventariada, cerca de 60% do total, estava ligada por algum laço de parentesco. Além disso, desde meados do século XIX, parte das crianças – concebidas no interior das unidades cafeeiras – sobreviveu às altas taxas de mortalidade, atingindo, naquele período, a plenitude de sua força física (15 a 30 anos). Esses cativos tinham um peso importante no processo de produção cafeeira, pois representavam cerca de 20% dos escravizados de roça (trabalhadores diretamente envolvidos no amanho dos pés de café).

É importante destacar, por fim, um outro componente fundamental dessa sociedade escravista madura do Vale do Paraíba cafeeiro. Os dados que levantamos para Bananal sugerem que, nos anos 1850 e 1860, os padrões de exploração da população escravizada permaneceram em patamares relativamente estáveis, após o enorme aumento ocorrido na primeira metade do século XIX. Entre 1817 e 1854, a quantidade média de café obtida pelos cativos (10 a 49 anos) saltou de 104 kg/cativo para 1.266 kg/cativo, respectivamente. Nesse último ano, os padrões de exploração parecem ter atingido um possível ponto de equilíbrio, sem o risco de provocar abalos na ordem escravista. Este fato justificaria, em boa medida, a estabilidade nos padrões de exploração das escravarias, nas décadas de 1850 e 1860. É provável, também, que esse equilíbrio pode ter sido resultado da nova dinâmica demográfica que estava ocorrendo no Vale do Paraíba cafeeiro. Isso, por sua vez, provocou mudanças na correlação social de forças entre senhores e escravizados, dificultando, assim, a ampliação da sobre-exploração da mão de obra escravizada.

A dinâmica dos Preços de Escravos e dos Preços do Café

Os valores monetários declarados em inventários *post mortem*, independentemente do tipo de bem, não podem ser tomados como correspondentes aos vigentes no mercado, na medida

em que se baseavam mais em estimativas de preços do que em reais transações comerciais.¹²⁸ De todo modo, como dispomos de uma amostragem relativamente homogênea, que abarca um amplo período, é possível mapear as tendências gerais dos preços dos escravizados arrolados nos inventários de Bananal, no século XIX.

Alguns autores calcularam os índices de preços praticados no Brasil do século XIX, o que, em princípio, permitiria deflacionar os preços dos cativos inventariados e elaborar estimativas a respeito do valor real dessa mão de obra para os cafeicultores do Vale do Paraíba. No entanto, os indicadores disponíveis foram construídos com base em preços de produtos específicos e, por isso, apresentam problemas, quando utilizados em comparações.¹²⁹ Neste caso, adotamos o seguinte procedimento para lidar com essa questão: em primeiro lugar, analisamos a dinâmica dos preços dos cativos tendo em conta os valores nominais registrados nos processos de inventário; em seguida, com base no preço da saca de café (60 kg), calculamos quantas sacas seriam necessárias para comprar um escravizado, o que nos permitiu elaborar estimativas a respeito dos preços reais dos cativos, entre as décadas de 1830 e 1880.¹³⁰

Para investigar o movimento de preços dos escravizados de Bananal, nesse período histórico, foi necessário, antes de tudo, selecionar o “escravo-padrão”, isto é, o segmento da população cativa que deveria compor a base empírica deste estudo.¹³¹ Desse modo, examinamos a evolução dos preços de cativos tendo em vista: 1) os grupos etários específicos (9 anos ou menos; 10 a 13 anos; 14 a 29 anos; 30 a 59 anos; 60 a 69 anos; 70 anos ou mais); 2) os cativos com a presença ou ausência de doenças ou deficiências físicas; 3) os escravos com ou sem idade declarada. A partir do intercruzamento dessas variáveis, constatamos que as melhores curvas de preços eram as dos cativos que tinham entre 10 e 59 anos de idade e sadios (sem doenças ou deficiências físicas), uma vez que os valores nominais deste segmento da população seguiam tendências relativamente uniformes, independentemente das distintas conjunturas. Com base

¹²⁸ Uma ótima crítica aos preços de bens em processos de inventário pode ser lida em: COSTA, Fernando A. Alves da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários post-mortem do século XIX. *Histórica*, São Paulo, ano 9, n. 60, p. 6-17, dez. 2013.

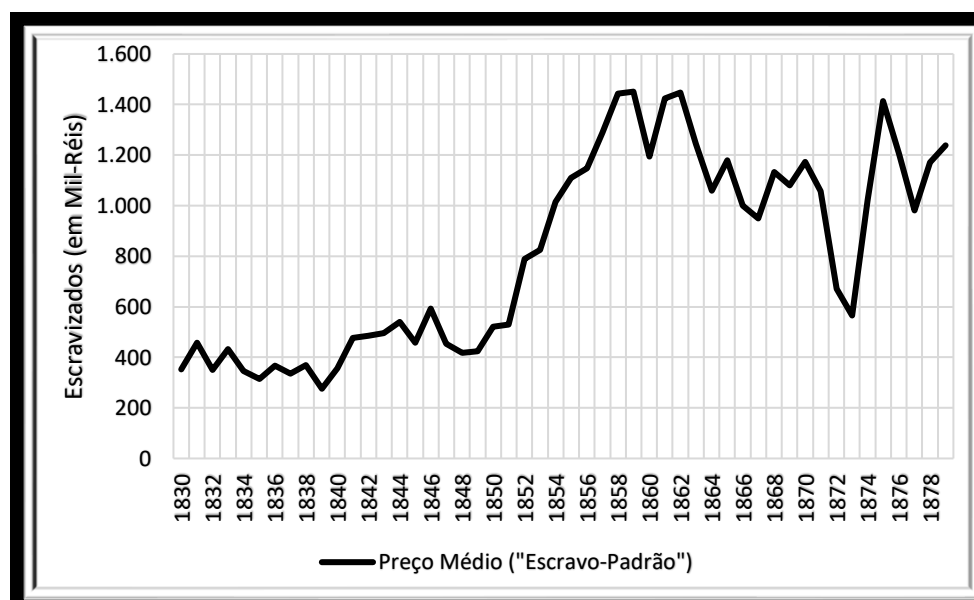
¹²⁹ Cf. ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958)*. Rio de Janeiro: s/ed., 1960; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro 1820-1930 – resultados preliminares. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 24-5, p. 235-265, out./dez. 1971; BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973. Marcondes apontou alguns dos problemas nos índices de preços para o século XIX em: MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Editora Stiliano, 1998a.

¹³⁰ Aliás, é importante destacar que este foi o mesmo método adotado por: SLENES, 1986.

¹³¹ Agradeço a Heitor P. de Moura Filho que muito me auxiliou nesta parte do trabalho. Ele calculou os preços médios das escravarias para que pudéssemos encontrar o “escravo-padrão”, ou seja, o segmento da população cativa que serviria de base para o nosso estudo. Além disso, foi bastante generoso por ter selecionado, transcrito e tabulado uma grande quantidade de dados referentes às exportações de café do Brasil e às importações do café brasileiro pelos Estados Unidos. Até o momento, não foi possível trabalhar com todo esse conjunto de dados, o que será feito em pesquisas futuras.

em tais critérios, retiramos da amostra uma parcela dos cativos a quem os avaliadores tinham atribuído valores que distorciam os preços médios gerais. Portanto, foram excluídos: I) as crianças com menos de dez anos de idade; II) os idosos com idade igual ou superior a 60 anos; III) os cativos sem preços; IV) os escravos com doenças ou deficiências físicas; V) e todos os cativos arrolados no inventário de Maria Tereza de Godoi e Silva,¹³² que foram avaliados em núcleos familiares, e não individualmente, conforme o costume. Sendo assim, nossa base empírica definitiva é composta pelos escravizados com 10 a 59 anos de idade e em boas condições de saúde. De um total de 13.904 cativos arrolados nos 407 inventários *post mortem* dos proprietários bananalenses (1830-79), a amostragem selecionada é constituída por 7.516 cativos (54,1% do total), avaliados em 324 processos (79,6% do total). O resultado pode ser observado a partir do **Gráfico II.14**.

Gráfico II.14 – Preços Médios Anuais Correntes dos Escravizados. Bananal, 1830-1879
 (“Escravo-Padrão”: 10 a 59 Anos e Sadios)



Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (324 processos).

O **Gráfico II.14** evidencia que os preços médios nominais dos escravizados cresceram (em tendência) ao longo do século XIX. Em 1830, um trabalhador cativo em idade produtiva (10 a 59 anos de idade) e em boas condições de saúde (sem doenças ou deficiências físicas) custava, em média, 350\$000. E, no ano de 1879, o valor de um escravo-padrão atingiria a cifra de 1:230\$000 (alta de 250%). Todavia, no decurso desse período histórico, os preços da mão

¹³² Cf. INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

de obra cativa sofreram constantes oscilações. Sendo assim, faz-se necessário compreender a dinâmica nas curvas de preços, o que será feito a partir da análise das (cinco) microconjunturas identificadas por meio desse gráfico. Entretanto, não pretendemos, nos limites deste trabalho, realizar uma investigação exaustiva sobre a formação dos preços de cativos (oferta e demanda, política da escravidão, dinâmica do mercado global de café etc.). Nosso objetivo aqui é levantar algumas ideias que permitam descortinar, ainda que parcialmente, os elementos que incidiram nas variações dos preços dos escravizados.

A microconjuntura iniciada nos anos 1830, e que se estendeu até princípios da década de 1850, caracterizou-se, *grosso modo*, por uma constante instabilidade nos preços médios dos escravizados. Nesse período, a cafeicultura escravista encontrava-se em plena fase de expansão em todo o Vale do Paraíba cafeeiro. Com isso, sobreveio um período de forte demanda por mão de obra cativa: os produtores de café necessitavam de braços para a formação, recomposição e/ou ampliação de suas posses cativas. No entanto, a agressiva política externa britânica de combate à escravidão nas Américas colocou em suspeição a continuidade do tráfico transatlântico de africanos para o Império do Brasil, justamente nessa quadra histórica. Além disso, o tratado assinado em 1827 entre D. Pedro e a coroa inglesa – ratificado pelo Parlamento em 7 de novembro de 1831 – havia estabelecido o término do comércio de africanos escravizados.¹³³ Como se sabe, a lei de 1831 não foi lida pelos agentes coevos como mera simulação diplomática, mas, sim, como medida efetiva para coibir o tráfico atlântico de almas.¹³⁴ Não à toa, o número de africanos desembarcados nos portos do Centro-Sul reduziu-se drasticamente: em 1831-5, a quantidade estimada foi de 57,8 mil africanos, ao passo que, no quinquênio anterior (1826-30), esse número havia girado em torno de 202 mil.¹³⁵

No ano de 1834, a Câmara Municipal de Bananal endereçou a primeira petição ao Parlamento, manifestando-se de forma contrária à Lei de 7 de novembro de 1831.¹³⁶ Esta petição tinha entre os signatários um dos maiores senhores de escravos e produtores de café, açúcar e aguardente de Bananal, Antônio Barbosa da Silva.¹³⁷ Segundo Tâmis Parron,

¹³³ Sobre a Lei de 1831, ver: GRINBERG; MAMIGONIAN, 2007.

¹³⁴ PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 68-74. Ver também: RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.

¹³⁵ Todos os dados relativos aos desembarques de africanos escravizados foram retirados de: VOYAGES DATABASE. **The Trans-Atlantic Slaves Trade Database**, 2009. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 10 jan. 2021.

¹³⁶ BETHELL, 1976[1970], p. 104.

¹³⁷ Em 1829, o capitão de cavalaria Antônio Barbosa da Silva possuía, em sua propriedade rural, 101 escravizados, correspondente à terceira maior escravaria de Bananal. Na mesma data, produzia 6 mil arrobas de café, 2,6 mil arrobas de açúcar e onze pipas de aguardente. No ano de 1852, quando faleceu, o então comendador detinha 344 escravizados, que também era a terceira maior escravaria inventariada na década de 1850. Cf. APESP. 5ª Cia. de

Baú [alculha de Barbosa da Silva] e seus amigos não pediam a revogação da lei [...]. Queriam as coisas na prática. Um entendimento cordial que anulasse o direito à liberdade dos africanos ilegalmente escravizados e erigisse em direito o interesse dos proprietários na escravização ilegal dos africanos.¹³⁸

Com efeito, entre 1835-7, o tráfico transatlântico acabou sendo reaberto ilegalmente pelo Parlamento, devido à pressão política exercida pelos proprietários da bacia expandida do Vale do Paraíba.¹³⁹ Por conta disso, chegaram, nos portos do Centro-Sul, cerca de 208 mil africanos entre 1836-40. Nesse sentido, pode-se argumentar que a redução (em tendência) nos preços dos cativos, ocorrida na segunda metade dos anos 1830, teria sido fruto da ampliação da oferta de mão de obra africana.

Logo na sequência houve uma mudança na trajetória dos preços dos escravizados. No primeiro quinquênio de 1840, os valores registrados nos inventários *post mortem* subiram de 276\$000, em 1839, para 540\$000, em 1844. A contínua pressão britânica pelo encerramento efetivo do contrabando ilegal de africanos prejudicou a atuação dos traficantes de escravizados, muitos dos quais sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro. A aprovação do *Bill Palmerston*, de 1839, que submetia embarcações portuguesas às cortes britânicas, e a aplicação forçada da cláusula de equipamentos (sinais de traficância eram suficientes para a incriminação) contra navios brasileiros, presente originalmente no acordo anglo-espanhol de 1835, levaram os traficantes a utilizar navios de bandeira norte-americana.¹⁴⁰ Estas medidas, provavelmente, incidiram em aumentos nos custos de transação dos agentes que operavam no tráfico negreiro ilegal. E podem explicar, em boa parte, a redução nos desembarques de africanos no Centro-Sul, entre 1841-5, visto que o número de escravizados declinou para cerca de 99 mil. Já no período seguinte (1846-50), embora a quantidade de africanos traficados tenha aumentado, chegando a quase 209 mil, os preços médios dos cativos permaneceram elevados, em relação aos da década de 1830, tendo em vista que os custos de transação continuaram onerosos.¹⁴¹

Ordenanças. Areias, 1829 (fogo 54); INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219.

¹³⁸ PARRON, Tâmis. **A política da escravidão na era da liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015. p. 328-330.

¹³⁹ PARRON, 2011, p. 121-191.

¹⁴⁰ PARRON, 2015, p. 411-426.

¹⁴¹ Nogueurol, Versiani & Vergolino também atribuíram a elevação dos preços dos cativos à pressão britânica pelo fim do tráfico negreiro para o Brasil. “Entre 1830 e 1850, os preços pagos pelos escravistas brasileiros dobraram novamente; houve também, nesse período, forte aumento de preços na África. Isso parece relacionar-se [...] aos riscos associados à repressão, pela marinha britânica, do tráfico atlântico, agora formalmente declarado ilegal pela lei de 1831. Os traficantes pareciam exigir uma compensação pela possibilidade, que era real, de terem seus navios apresados e a carga humana libertada.” Cf. NOGUERÓL, Luiz Paulo F.; VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R. O. Preços de escravos e racionalidade econômica. In: VERSIANI, Flávio R.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F.

A década de 1850 foi, sem dúvida, o período mais turbulento no que se refere aos mercados de escravizados no século XIX. O mesmo **Gráfico II.14** revela que, entre 1851-62, houve um aumento exponencial nos preços médios das escravarias bananalenses, que saltaram de 530\$000, em 1851, para 1:450\$000, em 1862 (alta de 174%). O crescimento acentuado nos valores dos cativos não se restringiu à cidade de Bananal. Há, na historiografia, alguns trabalhos apontando que esse aumento ocorreu não só em todo o Império do Brasil, mas também em Cuba e nos Estados Unidos.¹⁴² É interessante notar a semelhança nas curvas de preços das escravarias inventariadas na província de Minas Gerais (regiões de Ouro Preto-Mariana, Diamantina, São João del Rei-Tiradentes) e em Bananal (**Gráfico II.15**).¹⁴³ Como se vê, os dados relativos aos cativos de Minas, em uma amostragem bastante abrangente (18.385 cativos), indicam que, entre 1851-61, os preços médios dos escravizados elevaram-se em 165%, cifra equivalente à verificada em Bananal.¹⁴⁴

No Rio Grande do Sul e em Pernambuco, aconteceu o mesmo fenômeno, isto é, os preços médios das escravarias, arroladas nos inventários *post mortem* em ambas as províncias, sofreram uma forte majoração na década de 1850. Redigido a seis mãos, o trabalho de Noguéról, Versiani & Vergolino trouxe à luz os resultados de investigações tocadas há mais de uma década. Em uma amostra composta por cerca de 5 mil processos de inventário, contendo informes sobre 29 mil cativos, os autores estabelecerem comparações com os dados disponibilizados por Bergad e, com base nisso, assinalaram acertadamente a existência de um

(org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016. p. 261.

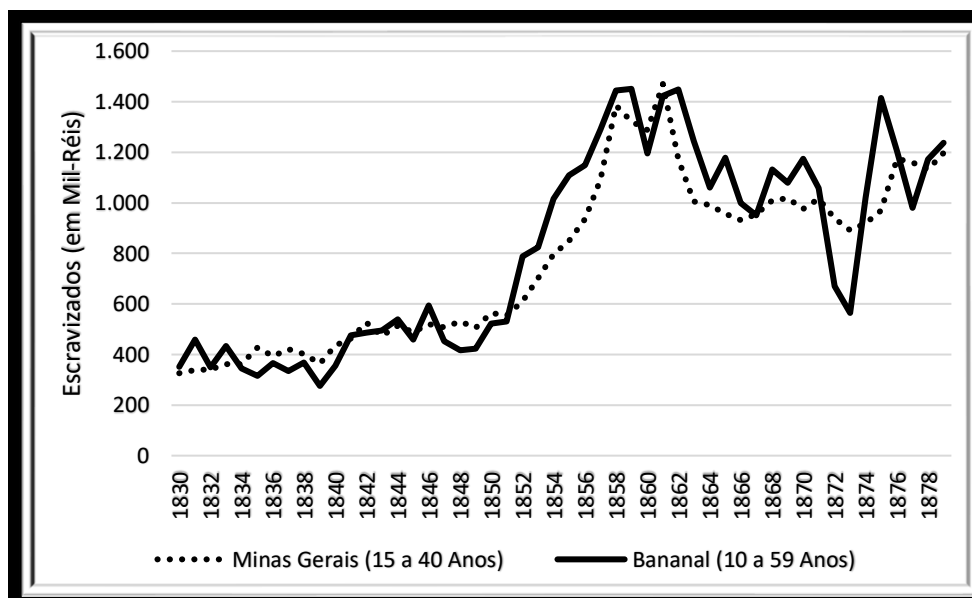
¹⁴² A evolução dos preços dos cativos em Cuba, nos Estados Unidos e na província de Minas Gerais pode ser lida em: BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004. p. 239-284; 356-367. Para o caso da Bahia: MATTOSO, Kátia M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. 1. ed., 1982; trad. port. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 77-96. Sobre a vila de Santa Rita do Turvo (Viçosa-MG): COSTA, Fernando A. A. da. **Em distantes paragens**: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2014. p. 191-199. Para Vassouras: SALLES, 2008. p. 164-166.

¹⁴³ Pedro C. de Mello levantou os preços médios nominais de 3.807 cativos (com 17 a 49 anos de idade), entre os anos de 1835-87, na província do Rio de Janeiro. Para tanto, valeu-se de informes disponíveis em diversas fontes: I) anúncios do Jornal do Comércio; II) inventários *post mortem* de fazendeiros de café depositados no Arquivo Nacional, na coleção “Documentos da Família Werneck” e no Cartório do Primeiro Ofício de Vassouras; III) Cartas de Libertação dos Escravos (Arquivo Histórico da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município do Rio de Janeiro); IV) Requerimento de Hipotecas de Fazendas de Café (Banco do Brasil). Comparando os dados levantados para Bananal (Gráfico II.14) com os coletados por Mello (3.607 escravizados no período de 1835-79), constatamos que as curvas de preços médios seguiram, *grossa modo*, as mesmas tendências temporais. A única diferença verificada se deve ao fato de os cativos de Bananal serem mais valorizados (em tendência) que os da província do Rio de Janeiro. Cf. MELLO, Pedro C. de. **A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888**. Rio de Janeiro, 1984. p. 95-105 (Tabela 2).

¹⁴⁴ Importante destacar que Bergad não estudou a região cafeeira de Minas Gerais, uma vez que, segundo o próprio autor, não havia fontes primárias disponíveis para a consulta, quando do desenvolvimento de sua pesquisa.

mercado nacional de cativos no século XIX, tendo em conta a evolução paralela das curvas de preços.¹⁴⁵

Gráfico II.15 – Preços Médios Anuais Correntes dos Escravizados. Bananal e Minas Gerais, 1830-1879



Fontes: Bananal: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (324 processos); Minas Gerais: BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004. p. 362-363 (Tabela E.1).

Qual a explicação para esse aumento vertiginoso nos preços médios das escravarias, na década de 1850, no Império do Brasil? O impacto da abolição definitiva do tráfico transatlântico de africanos escravizados é a resposta mais recorrente, na historiografia.¹⁴⁶ Porém, desde meados dos anos 1990, alguns pesquisadores têm revisto esta interpretação.¹⁴⁷ Laird Bergad, por exemplo, argumentou que o fim do tráfico negreiro teria exercido, na verdade, papel secundário no crescimento dos preços dos cativos, uma vez que, nos anos 1850, as curvas de preços seguiram tendências relativamente uniformes no Brasil, em Cuba e no Sul dos Estados

¹⁴⁵ NOGUERÓL; VERSIANI; VERGOLINO, 2016, p. 249-292. Valendo-se dos índices de correlação entre os preços de cativos em diversas regiões do Brasil, e entre esses valores e as receitas de exportação do café, no século XIX, os autores evidenciaram “[...] não só que os preços de escravos são fortemente correlacionados, entre as províncias consideradas, mas também que há correlação positiva entre as receitas de exportação do café e os preços dos escravos em todas essas províncias – mesmo no caso de uma província onde não se cultivava esse produto, como o Rio Grande do Sul, ou onde seu cultivo era inexpressivo, como em Pernambuco. Isso reforça a noção de um mercado de escravos de âmbito nacional, com características de mercado competitivo, com arbitragem de preços entre as províncias.” (p. 271-272).

¹⁴⁶ Para alguns exemplos, ver: STEIN, 1990[1957]; EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. 1. ed., 1974; trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁴⁷ Dentre os quais, podemos citar: BERGAD, 2004[1999]; NOGUERÓL; VERSIANI; VERGOLINO, 2016, p. 249-292; RIBEIRO, Maria A. R. Preços de escravos em Campinas no século XIX. **História Econômica & História de Empresas**, v. 20, n. 1, p. 85-123, jan.-jun. 2017.

Unidos. Com efeito, no Império do Brasil, a exemplo de Bananal e das províncias de Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, os preços médios dos escravizados subiram mais de 150%, entre 1851-61;¹⁴⁸ em Cuba (1851-58) e nos Estados Unidos (1851-60), o aumento ocorrido foi da ordem de 110%.¹⁴⁹ De acordo com Bergad,

[...] as tendências nos preços dos escravos foram muito semelhantes nos três maiores sistemas escravagistas das Américas durante a década de 1850 – mas as associações entre as importações e os mercados internos de escravos eram muito diferentes. Nesta década o comércio escravagista no Brasil teve uma súbita repressão; em Cuba as importações aumentaram muitíssimo; e nos Estados Unidos há muito deixara de ter qualquer relação com os preços para os escravos. Não obstante, nessas três regiões houve aumentos quase equivalentes nos preços dos escravos.¹⁵⁰

Esse autor levantou uma outra hipótese explicativa na tentativa de compreender a “meteórica ascensão” dos preços dos escravizados no decênio de 1850. Ele assinalou que os valores podem ter subido

[...] por causa da demanda europeia dos produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e lucratividade da mão-de-obra escrava. Se os valores dos escravos subiram demais, pode-se pressupor que a elevação da demanda causou a elevação dos preços, e isto por sua vez refletia a maior lucratividade de suas atividades econômicas. Assim, o preço do trabalho escravo subiu na década de 1850, mas não devido à rápida crise causada pelo fim do tráfico, mas a fatores econômicos mais essenciais como o aumento das demandas da produtividade e das mercadorias.¹⁵¹

Ele argumenta, em linhas gerais, que as tendências análogas nas curvas de preços dos cativos nos três espaços escravistas estariam relacionadas ao *boom* das *commodities* (café, açúcar e algodão).¹⁵² O aumento da demanda europeia e norte-americana, na década de 1850,

¹⁴⁸ Para os preços em Bananal e Minas Gerais, ver Gráfico II.15; para Pernambuco e Rio Grande do Sul: NOGUERÓL; VERSIANI; VERGOLINO, 2016. p. 249-292.

¹⁴⁹ BERGAD, 2004[1999], p. 249-251.

¹⁵⁰ Ibid., p. 251.

¹⁵¹ Ibid., p. 252-253. Cabe notar que essa hipótese já havia sido levantada por outros pesquisadores. Moreno Friginals, Klein & Engerman mostraram que os preços de escravos em Cuba apresentaram notável correspondência com os de outras regiões das Américas, o que refletia a demanda em expansão, nos portos do Atlântico Norte, por *commodities* produzidas com trabalhadores escravizados. Cf. MORENO FRAGINALS, Manuel; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. The Level and Structure of Slave Prices on Cuban Plantations in the Mid-Nineteenth Century: Some Comparative Perspectives. **The American Historical Review**, v. 88, n. 5, 1201-1218, dec. 1983.

¹⁵² Rafael Marquese também concorda com essa hipótese explicativa. De acordo com ele, “a curva positiva nos preços do café, na verdade, fez parte de um processo mais amplo de valorização das *commodities* tropicais no correr da década de 1850. A alta nos preços do café, do açúcar e do algodão, por seu turno, trouxe a alta nos preços dos escravos no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos.” Cf. MARQUESE, Rafael de B. Capitalismo, escravidão

impactou os preços internacionais desses produtos, invertendo “[...] a trajetória de baixa gradual ocorrida na primeira metade do século 19”. Além disso, uma série de transformações tecnológicas, como o desenvolvimento de maquinários para o beneficiamento do açúcar e do café, e o uso cada vez mais frequente de navios a vapor no transporte dessas mercadorias, reduziram os custos de produção e de transação para os senhores de escravizados. Esses fatores levaram ao aumento da produtividade da mão de obra cativa, e, com isso, aumentou-se a eficácia do processo de produção daquelas *commodities*.¹⁵³

Nogueról, Versiani & Vergolino afirmaram, igualmente, que o aumento vertiginoso nos preços dos trabalhadores escravizados, nos anos 1850, foi provocado pela ampliação da demanda por produtos tropicais (café, açúcar e algodão) nos portos do Atlântico Norte. No que se refere à produção açucareira, os autores destacaram que, em Cuba, houve um crescimento de 70%, na década de 1850, em relação ao decênio anterior, e, em Pernambuco, o índice correlato igualou-se a 33%, no mesmo período.¹⁵⁴ Tendo por base, portanto, a evolução paralela das curvas de preços de cativos no Brasil (Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul) e em Cuba, os autores assinalaram:

O quadro que se depreende [...] é o de um mercado de escravos diretamente influenciado por variações nas perspectivas de lucros oriundos do investimento em mão de obra escravizada, perspectivas essas associadas principalmente à demanda pelas mercadorias produzidas com tal mão de obra. O preço máximo que os compradores estariam dispostos a pagar por um escravo [...] seria o somatório dos rendimentos esperados da atividade produtiva desse trabalhador, levando em conta sua expectativa de vida e uma determinada taxa de desconto no tempo.¹⁵⁵

As exportações de café do Brasil apresentaram tendências semelhantes à encontrada para a produção de açúcar em Cuba e em Pernambuco. Conforme se observa a partir do **Gráfico II.16**, que apresenta a dinâmica da produção brasileira de café entre os anos de 1823 e 1879, a safra exportada de grãos passou, em médias anuais, de 110 mil toneladas, entre 1841-51, para 162 mil toneladas, entre 1852-62, um aumento de 47,3%.¹⁵⁶ Os preços médios das sacas de café (60 kg) também experimentaram uma acentuada majoração na mesma quadra histórica. Eles

e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, jul./dez. 2013b, p. 303.

¹⁵³ BERGAD, 2004[1999], p. 253.

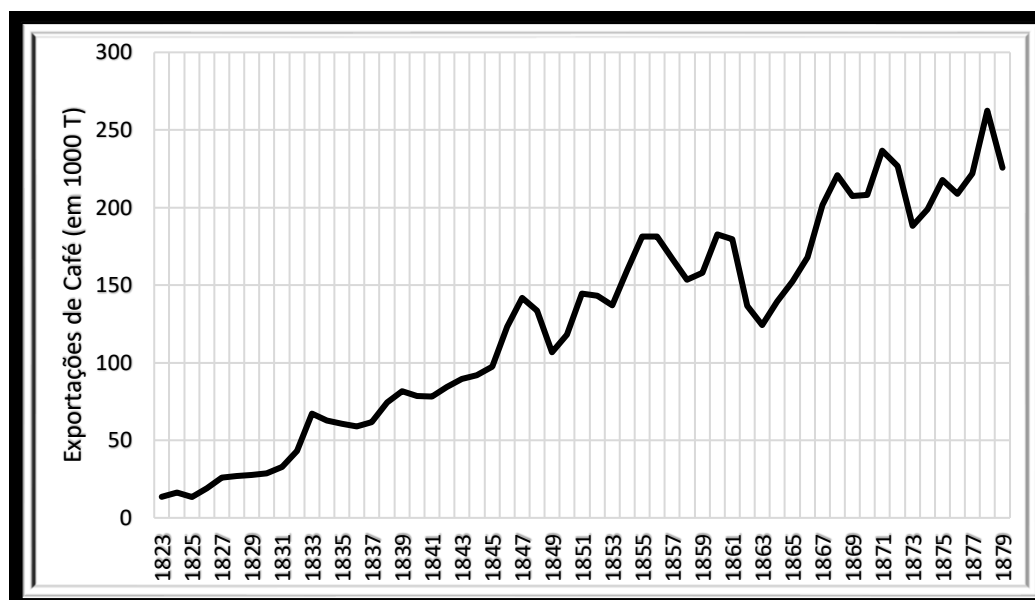
¹⁵⁴ NOGUERÓL; VERSIANI; VERGOLINO, 2016, p. 261-262.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 263.

¹⁵⁶ Cf. SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIC, Steven (eds.). **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 432-435.

pularam de 12\$200, entre 1841-51, para 18\$300, entre 1852-1862 (alta de 50%) (cf. **Gráfico II.17**). Esses informes reforçam, portanto, a hipótese explicativa levantada pelos autores supracitados.

Gráfico II.16 – Exportações Anuais de Café. Brasil, 1823-1879 (em Milhares de Toneladas)



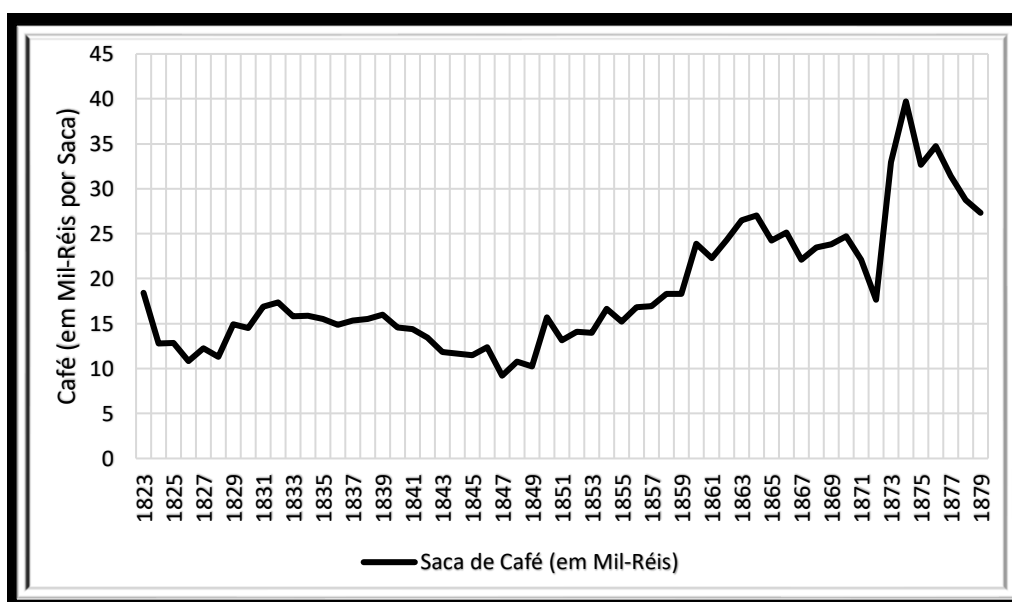
Fonte: SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIC, Steven (eds.). **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 432-435 (Tabela A.14 – Annual South American Coffee Exports, 1823-1960 [thousands of metric tons]).

Em relação às informações contidas no **Gráfico II.17**, cabe uma observação. Não há transparência na forma pela qual o IBGE recolheu e processou os informes referentes ao volume e valor das exportações de café do Brasil, no século XIX. Nesse sentido, não temos como saber a participação relativa de cada região produtora no montante total de grãos exportados, e nem mesmo os preços médios alcançados por essas regiões. Pode-se inferir, no entanto, que os valores de exportação de café expressariam, *grosso modo*, uma média geral dos preços, tendo em vista o conjunto das regiões produtoras do artigo. Com base nisso, cabe questionar se haveria diferenças significativas nos preços médios dos grãos, nas distintas regiões de produção (área do Rio de Janeiro, área de Santos e outros portos de embarque).

Sabe-se que o Vale do Paraíba dominou de forma incontestada a produção brasileira de café até a década de 1870. Se, em 1839, a participação do porto de Santos, em relação ao montante de grãos exportados pelo porto do Rio de Janeiro, era de apenas 0,4%, o percentual correlato atingiria a casa de 21,5%, em 1870, e 32,6%, em 1879. Já a parcela dos demais portos

nas exportações de café foi diminuta ao longo de todo o século XIX.¹⁵⁷ Desse modo, pode-se cogitar que os preços do café seriam ditados pela produção da área do Rio de Janeiro, que englobava toda a província do Rio e parte do Espírito Santo, os municípios do Vale do Paraíba Paulista e a região da Zona da Mata de Minas Gerais. A porção majoritária do café brasileiro, que era exportada, vinha das propriedades rurais dessa área de influência; por isso, os preços de exportação refletiriam, provavelmente, os valores alcançados pelas safras do Rio.

Gráfico II.17 – Preços Médios Correntes da Sacca de Café. Brasil, 1823-1879 (em Mil-Réis por Sacca de 60 kg)



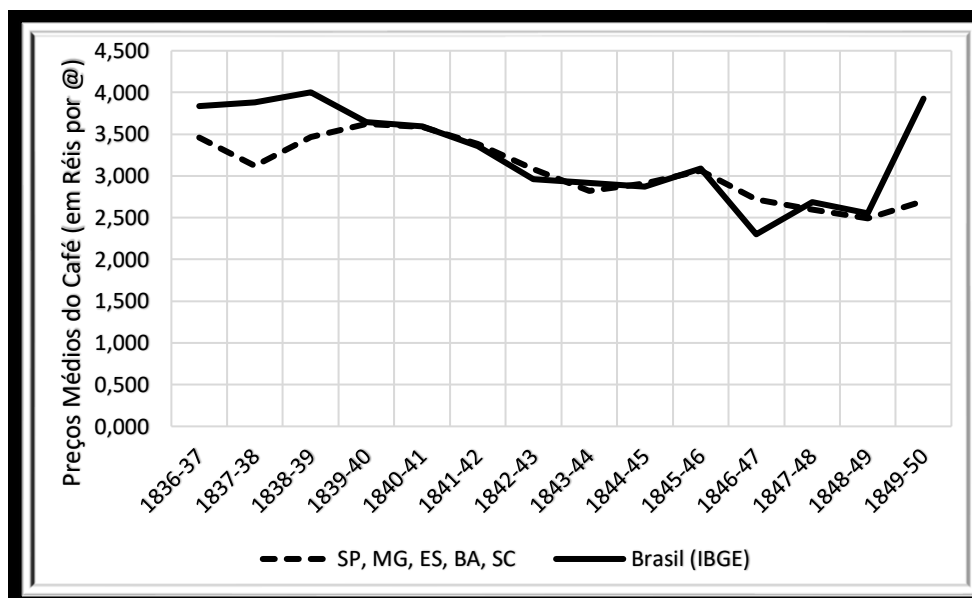
Fonte: BRASIL. IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 350 (Tabela 6.43 – Quantidade e Valor da Exportação de Café em Grão [1821-1987]) (Séries Estatísticas Retrospectivas).

Os dados consolidados pela Contadoria da Tesouraria Provincial do Rio de Janeiro, em janeiro de 1850, corroboram nossa hipótese. O “Quadro C” – *Demonstração do termo médio do preço do café no mercado [...] com distinção das províncias que o produzirão* – atesta que os preços médios do café, produzido nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Santa Catarina eram notavelmente semelhantes aos valores médios gerais do café exportado por todo o Império do Brasil (**Gráfico II.18**).¹⁵⁸ Pode-se afirmar, assim, que os dados do IBGE são bastante representativos do “termo médio do preço do café no mercado”.

¹⁵⁷ Cf. CUNHA, Mauro Rodrigues da. Apêndice Estatístico. In: Marcellino Martins & E. Johnston. **150 anos de Café**. São Paulo: Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., 1992. p. 388-389 (Tabela 2.14 – Comércio Exportador de Café. Índices de Concentração, Exportação por Portos e Performances da M. Martins, E. Johnston e MMJ).

¹⁵⁸ Agradeço a Heitor P. de Moura Filho por ter disponibilizado uma cópia digital da fonte mencionada.

Gráfico II.18 – Preços Médios Correntes do Café (em Réis por @). Localidades Seleccionadas, 1836/37-1849/50



Fontes: BRASIL. IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 350 (Tabela 6.43 – Quantidade e Valor da Exportação de Café em Grão [1821-1987]) (Séries Estatísticas Retrospectivas); ALMEIDA, Francisco Antônio de. Quadro C – Demonstração do termo médio do preço do café no mercado e do preço porque se cobrou o imposto do dízimo nos diversos anos abaixo declarados com distinção das províncias que o produzirão, qual o número de arrobas despachadas, e qual o número de arrobas isento do imposto. In: **Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da 1ª Sessão da 8ª Legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1º de março de 1850, Acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o Ano Financeiro de 1850-1851**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, de N. L. Vianna, 1850. p. 77 (Quadro C).

Entre os anos de 1862 e 1867, os preços da mão de obra cativa experimentaram uma tendência de queda. O valor médio de um escravo, em idade produtiva e sadio, declinou de 1:450\$000, em 1862, para 950\$000, em 1867. Tudo indica que, nesse período, teria havido uma equalização entre demanda e oferta por trabalhadores escravizados, motivada, em larga medida, pela estruturação do tráfico interno de cativos. Com efeito, o mercado interno de escravizados cresceu de modo significativo nas décadas de 1860 e, sobretudo, 1870, ampliando a oferta da força de trabalho para os fazendeiros de café do Centro-Sul.¹⁵⁹ No pico do tráfico interno no Brasil (1872-81), cerca de 100 mil escravizados foram adquiridos pelos produtores de café

¹⁵⁹ Vale notar que, nos anos 1850 e início dos 1860, o tráfico intraprovincial teve um peso mais significativo que o interprovincial para o suprimento dos fazendeiros de café do Centro-Sul. Cf. MARQUESE, 2013b, p. 302; SLENES, Robert W. *The Brazilian internal Slave Trade, 1850-1888: regional economies, Slave experience, and the politics of a peculiar market*. In: JOHNSON, Walter (ed.). **The Chattel principle: internal slave trades in the Americas**. New Haven: Yale University Press, 2004. p. 346.

dessa região, “[...] com claro predomínio das transferências interprovinciais sobre os intraprovinciais”.¹⁶⁰ Contudo, de acordo com Rafael Marquese,

[a] distribuição regional desses cativos não foi uniforme. Ainda que fazendeiros de todo o centro-sul tenham adquirido escravos no mercado interno, os principais polos compradores estavam nas zonas de fronteira recém atendidas pelas ferrovias. Tal foi o caso de Cantagalo: entre 1873 (ano da chegada da ferrovia ao município) e 1882, sua população escrava saltou de 17.562 para 21.621. Padrão análogo pode ser observado em todos os municípios do “Oeste Novo” de São Paulo (isto é, para além da região de Campinas), cobertos pelos trilhos da *Paulista* e da *Mogiana*: no período de 1874 a 1882, seu número de escravos aumentou de 26.282 para 38.242. Já nos municípios de exploração mais antiga do Vale do Paraíba ocidental, entre 1872 e 1884 a população escrava ou estacionou (casos de Valença e Barra Mansa, no Rio de Janeiro), ou regrediu (Vassouras e Piraí, no Rio de Janeiro, Bananal, em São Paulo).¹⁶¹

Aspectos conjunturais explicam esse aumento do afluxo em massa de cativos para as zonas cafeeiras. Nas províncias do Norte, principalmente aquelas ligadas à produção de açúcar e algodão, o acirramento da concorrência com o açúcar cubano e com o algodão norte-americano provocou uma queda nos preços dos respectivos artigos, levando os senhores de escravos a se desfazer de boa parte de sua força de trabalho.¹⁶² Além disso, uma grande seca assolou extensas parcelas de terras de agricultores situados no sertão, sobretudo, no Ceará. Na província do Rio Grande, a retração na produção escravista de charque também estimulou o tráfico para o Centro-Sul. Por conta disso, foi suprida a demanda dos produtores de café do Vale do Paraíba cafeeiro e de São Paulo, que necessitavam de braços, de um lado, para repor a força de trabalho relativamente envelhecida e, de outro, expandir a mão de obra necessária para cultivar os novos cafeeiros.¹⁶³

Já no período de 1868 a 1873, a queda nas curvas de preços dos escravizados acentuou-se ainda mais em comparação aos anos anteriores. Veja-se, especificamente, a desvalorização ocorrida entre 1870-73, quando os preços despencaram de 1:174\$000 para 565\$000. Nessa época, ao que tudo indica, a política da escravidão teve um impacto mais incisivo na

¹⁶⁰ Cf. MARQUESE, 2013b, p. 306. Os dados sobre o volume do tráfico interno podem ser lidos em: SLENES, 2004, p. 331.

¹⁶¹ MARQUESE, 2013b, p. 306. Sobre o mesmo assunto, ver também: CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 362; SALLES, 2008, p. 258-259.

¹⁶² Com exceção da Bahia, cujos proprietários ofertaram poucos cativos no tráfico interno. Nesta região, a população escrava manteve-se relativamente estável no período. Cf. SLENES, 2004.

¹⁶³ Acerca do tráfico interno de cativos, ver: SLENES, 1986; MOTTA; MARCONDES, 2000b; GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 121-160, jan./jun. 2002; MOTTA, 2012.

configuração dos preços das escravarias do que a lei da oferta-procura. Para compreender as razões dessa queda nos preços, é preciso recuperar, ainda que brevemente, o processo que levou à aprovação da Lei do Ventre Livre (1871).¹⁶⁴

Em janeiro de 1864, ainda no curso da Guerra Civil norte-americana, D. Pedro II redigiu uma nota ao recém-empossado chefe de Gabinete, Zacarias de Góis e Vasconcelos, recomendando a necessidade de se pensar no futuro da escravidão no Brasil, pois o desenrolar do conflito nos Estados Unidos indicava a derrota dos Confederados, o que implicaria no isolamento do Império do Brasil no sistema interestatal mundial. O monarca sugeria que a medida mais prudente seria a libertação dos filhos dos escravizados. Essa sugestão representou o passo inicial da futura Lei de 28 de setembro de 1871, que, mais tarde, ficaria conhecida como Lei do Ventre Livre.

Por conta da eclosão e dos desdobramentos da Guerra do Paraguai (1864-70), as discussões na Câmara e no Senado, sobre a emancipação escrava, acabaram sendo momentaneamente adiadas. No entanto, o assunto continuou sendo analisado no Conselho de Estado, ensejando as primeiras formulações em torno da futura Lei do Ventre Livre. Os cinco projetos de emancipação, apresentados ao Imperador, em 1866, por José Antônio Pimenta Bueno – futuro visconde (1867) e marquês (1873) de São Vicente –, passaram a ser debatidos, em 1867, no âmbito do Conselho de Estado. Em 1868, os conselheiros Nabuco de Araújo, Francisco Salles Torres Homem, Bernardo de Souza Franco e São Vicente, que haviam sido nomeados, em abril de 1867, pelo Imperador para compor uma comissão com o objetivo de preparar um projeto único de emancipação, apresentaram o texto final ao Conselho de Estado. Entre abril e maio de 1868, esse projeto foi amplamente debatido pelos conselheiros. Ao término da última sessão, o monarca ordenou ao relator, Nabuco de Araújo, que redigisse um novo projeto com base em todos os pontos levantados pelos membros do Conselho. Finalizado esse projeto, ele seria novamente apreciado no âmbito do Conselho, e só então seria endereçado à Câmara dos Deputados.

Paralelamente aos trabalhos da comissão, D. Pedro II manifestou-se publicamente a respeito do tema da emancipação escrava, na Fala do Trono de 1867 e de 1868. Em linhas gerais, o monarca apontava a impossibilidade de manter indefinidamente a escravidão no

¹⁶⁴ Os próximos parágrafos baseiam-se na pesquisa de Bruno Miranda, que investigou o processo de elaboração, no Império do Brasil, do projeto de liberdade do ventre. Cf. MIRANDA, 2018, p. 22-73. O impacto da Guerra Civil norte-americana para o encaminhamento da questão servil no Império do Brasil foi muito bem abordado em: SALLES, 2008; MARQUESE, Rafael de B. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 51, p. 37-71, 2015a; YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2019.

Império, dado o isolamento do país no cenário internacional; por conta disso, era necessário buscar uma solução prudente para dirigir o processo de emancipação. Ficava claro, portanto, o alinhamento do Imperador e do ministério com a questão da emancipação escrava. A despeito de todo esse esforço, o projeto não foi apresentado à Câmara, pois o foco do novo Gabinete, empossado em 1868, chefiado por Itaboraí, recaiu sobre a trama da Guerra do Paraguai. É provável que isso explique a elevação momentânea das curvas de preços de escravizados entre 1868-70.

Com o término do conflito platino, em 1870, as discussões em torno da emancipação escrava foram retomadas. E foi justamente a partir desse ano que os preços médios das escravarias declinaram abruptamente. Isso porque os debates acalorados colocaram em suspeição a permanência da instituição escravista no Império do Brasil. O projeto de lei entrou em discussão na Câmara dos Deputados quando D. Pedro II nomeou, em fevereiro de 1871, José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco) como chefe de Gabinete. Esse projeto, que foi apresentado pelo ministro da agricultura (Teodoro da Silva), era o mesmo que havia sido discutido no Conselho de Estado em 1868, com o acréscimo de um dos dispositivos do projeto da comissão de 1870 (indenização aos senhores que entregassem os filhos das escravas, quando completassem oito anos). Com poucas alterações, esse projeto deu origem à Lei do Ventre Livre de 1871, aprovada em 28 de setembro de 1871, contra o voto dos parlamentares das províncias cafeeiras do Centro-Sul do país.

Por esse breve panorama, pode-se especular que as discussões travadas no Parlamento em torno do que viria a ser a Lei do Ventre Livre colocaram em suspeição a permanência da escravidão no Império do Brasil. Entretanto, ao ser promulgada e, sobretudo, após a realização da Matrícula de Escravos (1872-3), que assegurou aos senhores o direito de manutenção dessa propriedade – ilegal, desde 1831 –, a percepção senhorial foi a de que a escravidão perduraria ainda por longos anos. Não à toa, os preços médios dos cativos tornaram a subir, já a partir dos anos de 1873-4, tendência que seria mantida pelo menos até 1879. O que revela, assim, que, na virada da década de 1860 para a de 1870, a política da escravidão teve um peso decisivo na configuração dos preços dos escravizados.

Ainda há pouco, apontamos que a distribuição regional dos cativos oriundos do tráfico interno para as distintas regiões cafeeiras do Centro-Sul do Brasil não ocorreu de maneira uniforme.¹⁶⁵ As zonas de produção maduras atraíram menores proporções de trabalhadores escravizados em comparação às zonas pioneiras. De acordo com Rafael Marquese, “a

¹⁶⁵ MARQUESE, 2013b, p. 306.

confluência entre a alta dos preços internacionais [do café] e a chegada das ferrovias às zonas maduras e pioneiras trouxe impulso renovado para a expansão da cafeicultura brasileira”. No Vale do Paraíba Ocidental (Areias, Queluz, Bananal, Vassouras, Barra Mansa, Resende, São João Marcos, Piraí, Paraíba do Sul), “zona madura a caminho da regressão”, a população escravizada se manteve estável ou em declínio, no decurso da década de 1870.¹⁶⁶ Nessa região, marcada pela produtividade decrescente de seus cafeeiros,

A chegada da ferrovia D. Pedro II na conjuntura econômica favorável da década de 1870 estimulou a aceleração da exploração de seus recursos naturais e humanos, com a alocação de mais pés de café por escravo em idade produtiva ideal e a derrubada de suas últimas reservas florestais [...] com vistas à reposição do grande número de arbustos improdutivos.¹⁶⁷

Era exatamente isso que estava acontecendo no município de Bananal, nos anos 1870, conforme será demonstrado em detalhes na terceira parte deste trabalho. Já nas zonas pioneiras (“Oeste Novo” de São Paulo, região provida pelos ramais férreos da Paulista e Mogiana), a situação era completamente distinta. A produtividade elevada dos terrenos (em arrobas por mil pés), juntamente com os preços médios (baixos) das terras em matas virgens, estimulou a migração dos cafeicultores de diversas localidades, inclusive das zonas maduras/decadentes. Com isso, na passagem da década de 1870 para a de 1880, houve um enorme crescimento da produção em larga escala de café com base no trabalho escravo.¹⁶⁸ Nesse exato momento, o “Oeste Novo” Paulista estava assumindo a posição que, nos anos 1820-30, era ocupado pelo Vale do Paraíba Ocidental; e este, por sua vez, encontrava-se na mesma situação do Caribe.

Algumas variáveis estavam diretamente associadas às diferenças de preços entre os escravizados. Sem dúvida, as mais importantes eram o sexo, a idade, o ofício e a condição de saúde das escravarias. De imediato, interessa-nos observar as distinções de preços entre homens e mulheres.¹⁶⁹ Para tanto, elaboramos o **Gráfico II.19**, que apresenta a dinâmica dos preços

¹⁶⁶ Ibid., p. 305-306.

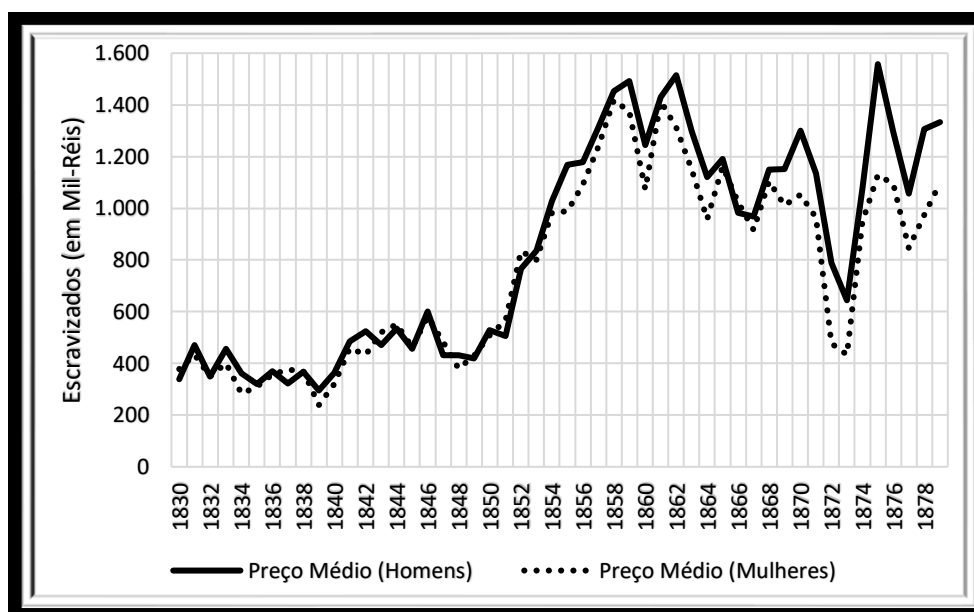
¹⁶⁷ Ibid., p. 307.

¹⁶⁸ Ibid., p. 307-309.

¹⁶⁹ A distinção nos preços de cativos que exerciam (ou não) algum ofício e que apresentavam (ou não) doenças ou deficiências físicas foi examinada em: NOGUERÓL; VERSIANI; VERGOLINO, 2016. p. 278-281. Maria Alice Ribeiro estabeleceu comparações dos preços de escravizados “portadores de ofício” em relação aos demais cativos, no município de Campinas. Cf.: RIBEIRO, 2017, p. 114-116. Marcondes & Motta analisaram os preços dos cativos

médios anuais das escravarias de Bananal de acordo com o sexo, no século XIX. Inicialmente, cabe destacar a predileção dos proprietários rurais, no curso de todo o Oitocentos, por trabalhadores do sexo masculino; seu preço mais elevado, se comparado ao das mulheres, atesta essa preferência. Parcela majoritária dos cativos inventariados em Bananal pertencia aos produtores de café. O trabalho nas lavouras cafeeiras demandava, acima de tudo, força física e resistência a exaustivas jornadas de trabalho. Daí advém a preferência dos cafeicultores pelos trabalhadores do sexo masculino.¹⁷⁰

Gráfico II.19 – Preços Médios Correntes dos Escravizados por Sexo. Bananal, 1830-1879
 (“Escravo-Padrão”: 10 a 59 Anos e Sadios)



Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (324 processos).

As diferenças relativas entre os preços dos homens e os das mulheres mudaram de patamar ao longo do século XIX.¹⁷¹ O mesmo **Gráfico II.19** permite identificar três momentos distintos de desvalorização dos preços atribuídos às mulheres. Entre 1830-52 – período no qual a reposição e ampliação da força de trabalho dava-se essencialmente por meio do tráfico atlântico – não teria havido divergências notáveis nos preços estipulados aos escravizados, pois

de acordo com o sexo e segundo o ofício para quatro localidades do Vale do Paraíba Paulista, no início da década de 1870. Cf. MARCONDES; MOTTA, 2001.

¹⁷⁰ Ponto bem abordado em: VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F. Escravos e escravas: havia preferência por gênero entre os proprietários escravistas? In: VERSIANI, Flávio R.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F. (org.). **Muitos escravos, muitos senhores**: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016. p. 293-325; RIBEIRO, 2017, p. 107-108.

¹⁷¹ Obtêm-se as diferenças relativas a partir da diferença entre os preços dos homens e os preços das mulheres, dividida pelos valores dos homens, e multiplicada por 100.

as diferenças relativas variavam ao redor de 1,5% em favor dos homens. Já na fase seguinte (1853-68), quando houve a estruturação do tráfico interno, acentuou-se a diferença nos preços relativos dos homens, visto que as variações médias subiram para cerca 7%. Por último, no pico do tráfico interprovincial (1869-79), ocorreu um forte descolamento nos valores relativos dos homens, cujas diferenças médias igualaram-se a 20,7%.¹⁷²

Ao que parece, as discussões em torno do projeto de emancipação do ventre das escravas, que resultaria na aprovação da futura Lei do Ventre Livre, provocaram enorme impacto nos preços das mulheres escravizadas. O **Gráfico II.19** aponta que, a partir de 1869, começou a ocorrer uma maior diferenciação nos preços das escravas, tendência que perduraria até 1879. É possível especular, neste sentido, que, até às vésperas da promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871, o potencial reprodutivo das mulheres escravizadas estava acoplado ao seu valor de mercado. Haveria, por parte dos senhores, a expectativa de que poderiam contar, em maior ou menor grau, com o ventre de suas escravas para recompor parte de seus plantéis. E, conforme argumentamos, era algo que estava se concretizando no Vale do Paraíba cafeeiro, na virada da década de 1860 para a de 1870, a exemplo de Bananal, Vassouras e Piraí. Entretanto, quando a Lei do Ventre Livre foi finalmente aprovada, o mercado teria descontado, do valor corrente das escravas, o seu potencial reprodutivo, o que poderia explicar o aumento no diferencial de preços entre homens e mulheres, nos anos 1870.

Outros autores também destacaram as implicações da Lei de 1871 no diferencial de preços entre homens e mulheres. Versiani, Vergolino & Noguéról, por exemplo, argumentaram que

[...] os filhos de escravas podiam ser vistos como um investimento de longo prazo dos senhores: havia um custo em sustentá-los, que seria compensado pelos rendimentos líquidos a que dessem origem depois que passassem a ser produtivos (o que podia suceder mesmo quando ainda crianças), e por toda sua vida útil. A Lei do Ventre Livre, limitando a 21 anos essa vida útil – o período de usufruto dos serviços dos filhos de escravas, formalmente livres, pelos senhores de suas mães – tornava tal investimento menos atraente e, portanto, reduziria a demanda por escravas, fazendo cair seu preço relativamente ao dos escravos.¹⁷³

Com efeito, esses autores mostraram que, no Rio Grande e em Pernambuco, as diferenças relativas entre os valores das mulheres e os dos homens – ambos os grupos com 15

¹⁷² Laird Bergad encontrou tendência análoga em seu estudo sobre as antigas regiões auríferas de Minas Gerais. Vale destacar, no entanto, que ele calculou as razões dos preços de escravos do sexo masculino para escravas. BERGAD, 2004[1999], p. 258-264 (Figura 5.5).

¹⁷³ VERSIANI; VERGOLINO; NOGUERÓL, 2016, p. 277.

a 45 anos de idade – elevaram-se após o ano de 1871. Entre 1800-71, as diferenças giraram em torno de 10%, mas, entre 1872-88, o índice correlato subiu para cerca de 30%. Já no município de Bananal, a diferença relativa entre os preços das escravas e os dos escravos – 10 a 59 anos de idade e saudáveis – mostrou-se notavelmente semelhante: variou ao redor de 7%, entre 1830-71, e aumentou para 29%, entre 1872-9. Pode-se afirmar que regiões tão díspares, do ponto de vista de suas estruturas econômicas, foram afetadas, de forma igual, pela Lei do Ventre Livre.¹⁷⁴ Além disso, o impacto causado por essa Lei nos preços das mulheres aponta que os proprietários do Centro-Sul reduziram a demanda por escravas, e, portanto, colocaram em segundo plano as estratégias de estímulo ao crescimento vegetativo de suas escravarias.¹⁷⁵

Passamos a investigar, agora, a dinâmica dos preços reais dos escravizados para os produtores de café, no século XIX. Conforme dissemos no início desta seção, esta análise será feita por meio da relação entre o preço dos cativos e o das sacas de café, no período de 1830 a 1880. Com isso, será possível observar o impacto dos preços reais dos escravizados no desenvolvimento da cafeicultura escravista em Bananal. Cruzando, pois, os preços médios nominais de escravizados com 10 a 59 anos de idade e saudáveis (cf. **Gráfico II.14**) com os valores médios nominais das sacas de café (cf. **Gráfico II.17**), elaborou-se o **Gráfico II.20**, que apresenta os preços dos escravizados em equivalentes de café (em sacas de 60 kg).

Este gráfico permite notar a ocorrência de pelo menos quatro grandes tendências quanto ao comportamento dos preços reais da mão de obra escravizada, entre as décadas de 1830 e 1880.

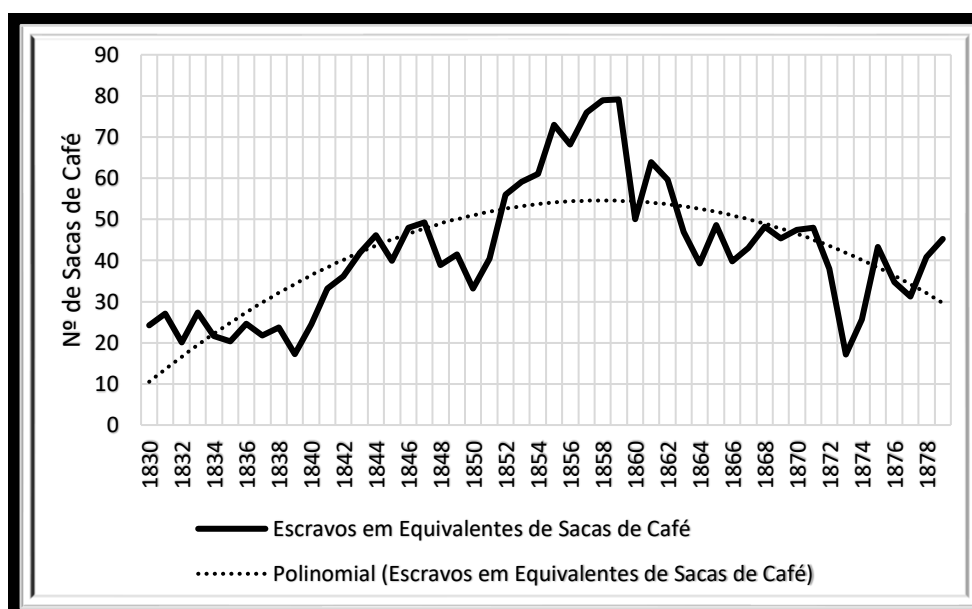
O primeiro período foi marcado, inicialmente, por constantes oscilações nos preços dos cativos (c.1830-c.1835), mas, após a reabertura ilegal do tráfico atlântico de africanos, os preços estabilizaram-se: entre os anos de c.1835 e c.1840, o preço médio de um escravizado (10 a 59 anos de idade e sadio) girava em torno de 20 sacas de café. Na década de 1830, a cafeicultura escravista encontrava-se em plena fase de expansão. A produtividade elevada dos cafeeiros, a existência de enormes áreas de terras em matas virgens e a oferta elástica de trabalhadores escravizados, majoritariamente do sexo masculino e em idade produtiva ideal, favoreceram em

¹⁷⁴ Maria A. Ribeiro constatou, igualmente, para a região de Campinas, o aumento da amplitude dos preços das mulheres em relação ao dos homens, no período posterior à aprovação da Lei do Ventre Livre. RIBEIRO, 2017, p. 107-108.

¹⁷⁵ MARQUESE, 2013b, p. 310; MOTTA, 2012.

muito os agricultores que, desde os anos 1820, estavam investindo seus capitais na ampliação do plantio de pés de café. Nesse momento, os proprietários rurais do Vale do Paraíba – zona de produção pioneira – estavam elaborando uma nova planta produtiva, com métodos espoliativos de administração da paisagem e do trabalho escravo, com vistas ao processamento do grande volume de grãos de café produzidos.¹⁷⁶

Gráfico II.20 – Preços Médios dos Escravizados em Equivalentes de Sacas de Café (60 kg). Bananal, 1830-1879



Fontes: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (324 processos); BRASIL. IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 350 (Tabela 6.43 – Quantidade e Valor da Exportação de Café em Grão [1821-1987]) (Séries Estatísticas Retrospectivas).

Em um segundo momento (c.1840-c.1860), os preços reais dos cativos experimentaram forte tendência de aumento. O preço da mão de obra escravizada em equivalentes de sacas de café praticamente dobrou: entre os anos de 1840 e 1847, saltou de 24 para 47 sacas; de 1847 a 1850, houve um breve interregno no movimento ascensional da curva, por conta da alta mais que proporcional nos preços do café; porém, de 1850 a 1860, ocorreu um novo crescimento nos preços dos cativos relativamente aos do café, quando, então, atingiram o pico de nossa série

¹⁷⁶ Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul.-dez. 2005; MARQUESE, Rafael de Bivar. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense (online)*, v. 7, p. 138-152, maio 2008; MARQUESE, Rafael de B. A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 855-880, out.-dez. 2009a; SANTOS, Marco Aurélio dos. *Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro: Bananal, 1850-1888*. São Paulo: Alameda, 2016.

histórica (cerca de 80 sacas de café). O que os dados evidenciam, portanto, é que houve um claro processo de encarecimento nos custos relativos de produção para os cafeicultores do Vale do Paraíba. Ao longo desse período, quando a região se converteu em zona madura, as propriedades cafeeiras se tornaram plenamente produtivas, recém-abastecidas com mão de obra escravizada, oriunda do tráfico atlântico de africanos, e a produtividade dos cafeeiros se estabilizou. Por esta razão, o aumento nos custos de produção, nos anos 1850, não prejudicou tanto os senhores desta região, na medida em que não houve a necessidade de grande aporte de cativos para a produção de café nessas propriedades, montadas no decurso da primeira metade do século XIX.

Após o momento crítico da década de 1850, ocorreu queda vertiginosa no preço real da mão de obra escravizada. Entre os anos de c.1860 e c.1873, o valor dos cativos em equivalentes de café despencou de cerca de 80 para 20 sacas de café, respectivamente. Nesse movimento, os preços relativos retornaram aos patamares correntes nos anos de 1830. No primeiro quinquênio de 1860, quando os preços reais dos cativos ainda estavam bastante elevados, os cafeicultores do Vale do Paraíba não expandiram suas plantações de café. Isto porque a eclosão da Guerra Civil norte-americana (1861-5) provocou retração na demanda de café, devidamente compensada pela diminuição no lado da oferta: a praga da borboletinha, que infestou parte dos cafezais do Vale, causou a quebra momentânea das safras.¹⁷⁷ Contudo, já nos anos posteriores ao pós-Guerra, os preços do café dispararam no mercado internacional, por conta do aumento da demanda por grãos nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que o valor nominal da mão de obra declinou.

No quarto e último período (c.1873-c.1879), os preços reais da força de trabalho cativa permaneceram relativamente reduzidos, a despeito da tendência ao aumento na relação escravo-padrão/saca de café, que subiu de algo ao redor de 20 para 45 sacas de café. Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, os valores nominais dos escravizados tornaram a crescer, puxados pelo restabelecimento na confiança da continuidade da escravidão e, também, pela demanda dos cafeicultores do Centro-Sul. Os preços correntes do café, que permaneceram elevados, impulsionaram a expansão da cafeicultura escravista brasileira, em suas distintas zonas de produção (pioneiras, maduras e decadentes). No caso do Vale do Paraíba Ocidental, essa conjuntura bastante favorável deu uma sobrevida para os proprietários rurais, que, para tanto, levaram ao limite a exploração dos últimos recursos florestais existentes. O notável crescimento

¹⁷⁷ MARQUESE, 2013b, p. 305.

nas exportações de café, na virada da década de 1870 para a de 1880, veio das novas zonas pioneiras e maduras.

Em síntese, pode-se afirmar que os custos (baixos) relativos de produção, entre as décadas de 1830 e 1850, deram ensejo ao aumento substantivo nas safras de café no Vale do Paraíba cafeeiro. Nesse contexto, os cafeicultores estruturaram suas fazendas e concentraram em suas mãos a propriedade cativa. No período seguinte (c.1850-c.1865), com o aumento nos custos de produção, as exportações de grãos de café permaneceram relativamente estáveis. Não teria havido, portanto, grande aporte de trabalhadores, nem mesmo aumento no plantio de pés de café. Contudo, essa tendência se reverteu, entre os anos de c.1865 e c.1879, quando fatores internos (transferência em massa de escravizados das regiões menos produtivas) e externos (aumento da demanda por grãos de café pós-Guerra de Secessão) provocaram a redução nos custos de produção. A partir daí, os fazendeiros da parte Ocidental do Vale do Paraíba reinvestiram capitais na atividade produtiva cafeeira; e os produtores das zonas pioneiras e maduras puderam ampliar o plantio de café em larga escala, reaquecendo a economia cafeeira no Império do Brasil, na década de 1870.

Robert Slenes, em artigo clássico, debruçou-se sobre o mercado de escravos e a economia cafeeira no Rio de Janeiro. Em seu trabalho, mostrou que, entre os anos de 1850 e 1880, a cafeicultura escravista da província do Rio permitiu uma alta taxa de lucratividade para os fazendeiros que investiram nessa atividade. O autor argumentou que as exportações de café aumentaram durante os anos 1870, após permanecerem estáveis durante boa parte dos dois decênios antecedentes. Por meio dos informes sobre o imposto de “meia sisa de escravos”, demonstrou que, entre os anos de 1861-2 e 1873-80, a procura de cativos cresceu bastante no Vale do Paraíba fluminense. Segundo ele, nessa época ocorreu uma diminuição relativa no custeio das fazendas de café, que teria resultado na diminuição do preço real do escravo para os cafeicultores.¹⁷⁸

Os dados que levantamos para o caso de Bananal – preços dos escravizados em equivalentes de sacas de café – corroboram inteiramente as proposições de Slenes. Isto é, a força de trabalho se tornou um insumo de produção relativamente barato para os proprietários rurais que queriam utilizá-lo nas plantações de café. Entre c.1860 e c.1873, houve, ao que tudo indica, um acentuado declínio no preço real do cativo para os produtores de café do Centro-Sul do Brasil. Além desse fato, deve-se sublinhar que, quando um dos ramais da Estação de Ferro D. Pedro II atingiu o município de Barra Mansa, no ano de 1871, todos os cafeicultores de

¹⁷⁸ SLENES, 1986.

Bananal passaram a utilizá-la para despachar, para o Rio de Janeiro, a sua produção de café, antes conduzida pelas tropas de mulas para os portos situados nas imediações de Angra dos Reis. Com isso: 1) encurtaram-se as distâncias que as tropas tinham de percorrer para levar o café até a estação de Barra Mansa; 2) reduziram-se as dificuldades envolvidas no transporte das cargas, pois as tropas não enfrentavam condições tão adversas quanto as vigentes nos anos anteriores, qual seja, a topografia irregular da serra do mar; 3) reduziu-se a necessidade de os cafeicultores terem de manter grandes quantidades de bestas arreadas; 4) e os cafeicultores não precisavam ter de deslocar muitos trabalhadores do eito para o transporte do produto. Ao fim e ao cabo, tudo isso teve impacto direto na redução dos custos com o frete do café para o mercado mundial, o que barateou os custos relativos de produção e de transação para os cafeicultores escravistas.

4 PRODUÇÃO DE CAFÉ E PADRÕES DE EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS (1817-1880)

Pretende-se, neste capítulo, examinar os padrões de exploração da mão de obra escravizada de Bananal, no século XIX. Para tanto, faz-se necessário trilhar um longo percurso, sumariado nos pontos seguintes:

- 1) apontar, por meio das listas nominativas de 1817 e 1829, o volume de café exportado pelos diferentes grupos de cafeicultores, e os preços de negociação desta mercadoria, durante a implantação da cultura cafeeira;
- 2) mostrar, a partir dos inventários *post mortem* (1830-79), a distribuição de cafeeiros plantados, por décadas, de acordo com os mesmos grupos de cafeicultores escravistas, nos períodos de expansão, apogeu e sobrevida do ciclo do café;
- 3) estabelecer a relação entre o número de pés de café e o de escravizados, nas propriedades rurais inventariadas;
- 4) estimar o montante de café que pode ter sido produzido e exportado pelos proprietários inventariados, entre as décadas de 1850 e 1880, e, também, a produção média anual de cada escravizado em idade adulta (15 a 49 anos);
- 5) cotejar as taxas encontradas – referentes aos padrões de exploração da força de trabalho dos cafeicultores escravistas – com as estimativas realizadas por meio de outras duas fontes disponíveis para a segunda metade do Oitocentos, o Censo de 1854 e o Ofício da Câmara Municipal de Bananal de 1881;
- 6) por fim, calcular os padrões de exploração dos escravizados, tendo em vista tão somente os cativos de roça (trabalhadores alocados diretamente no amanho dos cafeeiros).

Este passo a passo nos permitiu identificar os padrões de exploração da população escravizada nas unidades cafeeiras de Bananal. Na primeira metade do século XIX, os cafeicultores escravistas ampliaram suas plantações e, ao mesmo tempo, intensificaram, substantivamente, a exploração dos escravizados. Por volta de c.1850, os níveis de sobre-exploração desses trabalhadores atingiram um possível ponto de equilíbrio, permanecendo relativamente estáveis, nas décadas de 1850 e 1860. Entretanto, nos anos 1870, a alta acentuada dos preços do café no mercado pode ter levado os senhores a aumentar a exploração da mão de obra, pois os fazendeiros se viam impossibilitados de atrair braços para a lavoura cafeeira.

A cultura do café cresceu de forma paulatina durante as primeiras décadas do século XIX no Brasil. Foi somente a partir dos anos 1810 que o granjeio desse produto passou a despertar a atenção efetiva dos agricultores. O aumento nas cotações do café no mercado internacional teve um peso decisivo para que eles passassem a cultivá-lo. No caso de Bananal, a primeira menção à produção de café, nas listas nominativas, ocorreu em 1799, quando se exportaram 40 arrobas. Em 1814, anotou-se a produção de 806 arrobas. E, três anos mais tarde, a produção já havia atingido 4.247 arrobas.

Os maços de população dos anos de 1817 e 1829 permitem averiguar a distribuição das exportações de café de acordo com os diferentes produtores, sejam escravistas, sejam não escravistas. Na primeira data, os cafeicultores não escravistas tinham uma participação relativa nada desprezível no montante de café exportado pela freguesia de Bananal: 594 arrobas (14% do total) (**Tabela II.18**). Isso decorreu do fato de o cultivo de café ser plenamente viável, em termos econômicos, em propriedades de tamanhos variados, portanto não dependente de grande aporte de capitais, ao menos no período de montagem das unidades agrícolas cafeicultoras.¹⁷⁹ No entanto, de 1830 em diante, após o deslanche definitivo dessa atividade econômica em todo o Vale do Paraíba cafeeiro, tornou-se cada vez mais difícil a inserção dos produtores de pequeno porte, especialmente os não escravistas, no mercado global de café.

Os senhores de escravizados responderam por boa parte da safra cafeeira de Bananal em 1817: 3.653 arrobas (86% do total). Até o final dos anos 1810, essa produção era realizada essencialmente em propriedades detentoras de 19 ou menos cativos. Os pequenos e miniescravistas constituíam a maioria dos cafeicultores (55,3%), e eles levaram ao mercado mais da metade de toda a safra registrada no ano de 1817. Por outro lado, os donos de 20 ou mais cativos perfaziam uma pequena fração dos cafeicultores (4,9%), embora tenham exportado 29,4% dos grãos. Assim como os demais agricultores, estes começaram a se dedicar ao cultivo de café, a partir da década de 1810, reinvestindo parte dos rendimentos obtidos com a comercialização da produção de açúcar e/ou aguardente e excedentes do cultivo de mantimentos, até então sua atividade econômica principal. O que se pode afirmar, portanto, é que a atividade cafeeira, que começara a ganhar força justamente neste período, não havia permitido, ainda, o acúmulo e a concentração da propriedade cativa por parte das camadas superiores da sociedade.

¹⁷⁹ MARQUESE, Rafael de B. *Visualidade e administração do trabalho escravo nas fazendas de café e engenhos de açúcar de Brasil e Cuba, c.1840-1880. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 143-170, jan.-abr. 2019. p. 159-160.

**Tabela II.18 – Produção de Café por FTP, Segundo a Lista Nominativa de Habitantes.
Bananal, 1817**

FTP	Cafeicultores		Produção de Café (em @)	
	N	%	N	%
Sem Escravos	41	39,8	594	14,0
Mini	30	29,1	859	20,2
Pequenos	27	26,2	1.544	36,4
Médios	3	2,9	480	11,3
Grandes	1	1,0	700	16,5
Mega	1	1,0	70	1,6
Total	103	100,0	4.247	100,0

Fonte: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817.

Notas: *mini* (quatro cativos ou menos); *pequenos* (cinco a 19 cativos); *médios* (20 a 49 cativos); *grandes* (50 a 99 cativos); *mega* (100 cativos ou mais).

Em fins dos anos 1820, contudo, esse cenário se alterara radicalmente. Em primeiro lugar, ocorreu arranque formidável no volume de café produzido na freguesia: os cafeicultores colheram, em 1829, 47.305 arrobas, quantidade onze vezes superior à obtida em 1817. Essa ampliação deveu-se ao aumento no número de chefes de domicílio dedicados a essa atividade (que saltou de 103, em 1817, para 216, em 1829), e, sobretudo, como corolário da expansão no plantio de pés de café. Os miniescravistas e os cafeicultores não escravistas foram os únicos grupos que reduziram sua participação relativa, no período histórico retratado. Já os maiores proprietários, com 20 cativos ou mais, ampliaram, em termos numéricos e proporcionais, as exportações de café para os portos do Atlântico Norte (**Tabela II.19**). Pode-se afirmar, portanto, que, no curso da montagem da cafeicultura escravista, houve um processo gradual de enriquecimento dos produtores de café, notadamente os senhores de escravizados. Nesse ínterim, ocorreu a gestação de uma clara hierarquia socioeconômica entre os distintos produtores de café bananalenses. Se, em 1817, os pequenos escravistas foram responsáveis pela maior parte da produção, no ano de 1829, os grandes proprietários “tomaram” o lugar outrora ocupado por aqueles cafeicultores. Na última data, a produção de café granjeada pelos megaescravistas, análoga à dos pequenos e médios escravistas, ganhou certo destaque, ainda que relativo, tendo em vista o papel que esse grupo ocuparia, nas décadas posteriores, no que se refere à concentração da posse cativa e de cafeeiros.

Por fim, ressalta-se que as transformações ocorridas entre os anos de 1817 e 1829 – ampliação do número de agricultores dedicados à cafeicultura, incremento no número de cafeeiros e de escravizados – incidiram no aumento da correlação entre as duas variáveis

(volume de café e dimensão das escravarias), que saltou de 0,340, em 1817, para 0,836, em 1829. Estes dados sugerem que o acréscimo na produção cafeeira se deu, em larga medida, pela aquisição de trabalhadores escravizados, grande parte oriunda do tráfico transatlântico de africanos. E, para além disso, o trabalho dessa mão de obra cumpriu um papel primordial no aumento da produção cafeeira nas propriedades rurais, tendo em vista a ampliação observada na quantidade média de grãos de café, colhida pelos escravizados adultos (15 a 49 anos), que cresceu de 119 kg/cativo, em 1817, para 433 kg/cativo, em 1829.

**Tabela II.19 – Produção de Café por FTP, Segundo a Lista Nominativa de Habitantes.
Bananal, 1829**

FTP	Cafeicultores		Produção de Café (em @)	
	N	%	N	%
Sem Escravos	71	32,9	1.516	3,2
Mini	57	26,4	3.133	6,6
Pequenos	61	28,2	10.266	21,7
Médios	15	6,9	7.640	16,2
Grandes	10	4,6	15.750	33,3
Mega	2	0,9	9.000	19,0
Total	216	100,0	47.305	100,0

Fonte: APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829.

Notas: 1) *mini* (quatro cativos ou menos); *pequenos* (cinco a 19 cativos); *médios* (20 a 49 cativos); *grandes* (50 a 99 cativos); *mega* (100 cativos ou mais); 2) apenas dois (2) cafeicultores não declararam o volume de café produzido.

Na primeira parte deste trabalho, verificou-se que, ainda no período de implantação da cafeicultura escravista, a propriedade fundiária era controlada por poucos indivíduos, boa parte deles voltados à produção de açúcar/aguardente e/ou café. Essa concentração de terras nas mãos desses agricultores será decisiva para o que viria a seguir, na fase de expansão da atividade cafeeira (1830-49): a constituição de uma planta produtiva, concebida para possibilitar a exploração extensiva dos recursos naturais por meio da sobre-exploração da força de trabalho escravizada. Nesse processo, os proprietários de Bananal irão acumular e concentrar grande parcela da população escravizada.

Cabe, aqui, a pergunta: quais fatores poderiam explicar o fato de a elite fundiária ter se tornado, no decurso da primeira metade do Oitocentos, a principal produtora de café da região? Uma das formas de se responder esta questão é por meio do estudo dos preços de venda da produção de café. Renato L. Marcondes e José F. Motta analisaram os preços e as formas de

comercialização do café produzido em Bananal, nas primeiras décadas do século XIX. Para tanto, recorreram aos informes disponíveis nas listas nominativas dos anos de 1814, 1816, 1822, 1825, 1828 e 1829, reunindo os cafeicultores em cinco grupos distintos, conforme a dimensão das escravarias: 0; 1 a 9; 10 a 29; 30 a 39; 50 cativos ou mais. Esses autores concluíram que tanto o porte das escravarias quanto o total de café produzido eram elementos condicionantes das diferenças de preços averiguadas na freguesia. Marcondes e Motta afirmaram, ainda, que a distinção existente nos preços de venda dos grãos de café teria permitido, aos maiores proprietários, a obtenção de rendimentos mais elevados, que, ao fim e ao cabo, tornou possível o acúmulo e concentração de mão de obra cativa, garantindo, assim, a continuidade dos investimentos em pés de café.¹⁸⁰

Partindo, pois, dos resultados instigantes encontrados por esses autores, resolvemos examinar igualmente os valores pagos aos cafeicultores de Bananal pela arroba de café, por meio da lista de 1829, mas, de acordo com as faixas de tamanho de posse de escravizados adotadas nesta pesquisa. Os dados, compilados na **Tabela II.20**, revelam a existência de pelo menos três faixas distintas de preços. Os produtores de café não escravistas obtiveram os menores preços médios com a comercialização de seu artigo no mercado, quase 2\$000 a arroba. Já os médios, pequenos e miniproprietários conseguiram negociar sua safra por um valor pouco mais elevado, algo em torno de 2\$500 a arroba. Por fim, os grandes e megaescravistas lograram êxito em receber os melhores preços, cuja produção foi vendida por cerca de 2\$900 a arroba.

Tabela II.20 – Preços Médios de Venda de Café por FTP, Segundo a Lista Nominativa de Habitantes. Bananal, 1829

FTP	Cafeicultores		Preços Médios (em Réis por @)
	N	%	\$
Sem Escravos	63	31,7	1\$982
Mini	53	26,6	2\$387
Pequenos	56	28,1	2\$554
Médios	15	7,5	2\$433
Grandes	10	5,0	2\$788
Mega	2	1,0	3\$300
Total	199	100,0	2\$339

Fonte: APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829.

Nota: 19 cafeicultores não declararam o valor de venda de sua produção.

¹⁸⁰ Cf. MARCONDES, Renato L.; MOTTA, José F. Preços e comercialização do café no Vale do Paraíba paulista: Bananal em incios do século XIX. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 183-209, 1999.

Esses informes corroboram, evidentemente, as conclusões de Marcondes e Motta, isto é, a dimensão das escravarias – e, por conseguinte, o volume ofertado de grãos – possibilitava aos proprietários de grande porte a obtenção de um preço médio superior para a sua produção de café. Dito de outro modo, os maiores senhores de escravizados precisavam vender uma quantidade relativamente menor de sacas de café, em comparação aos demais proprietários, para adquirirem, no mercado, um cativo do sexo masculino, em idade produtiva (15 a 40 anos) e saudável. Estima-se que os cafeicultores não escravistas tinham de disponibilizar no mercado cerca de 33 sacas de café para obterem um escravizado adulto e sadio. Já os médios, pequenos e miniescravistas precisavam ofertar algo ao redor de 28 sacas. E a quantidade correlata para que os grandes e megaescravistas comprassem um cativo girava em torno de 23 sacas.¹⁸¹ Por conta disso, os proprietários situados nos degraus superiores da pirâmide social conseguiram acumular e concentrar em suas mãos boa parte da mão de obra escravizada, no decurso dos anos seguintes. É isso que justifica, em parte, o processo de enriquecimento da elite agrária bananalense, durante a montagem da cafeicultura escravista.

Os cafeicultores de Bananal integravam-se ao mercado mundial de café por meio da comercialização de sua produção. Alguns maços de população informam o destino dado à safra dos produtores. É este o caso da lista de 1829, que mostra, por exemplo, que grande parte dos cafeicultores despachou sua produção para exportação. Dentre os 218 produtores de café, 173 (79,4% do total) deles indicaram os locais onde a sua produção foi negociada. A maioria desses senhores vendeu sua safra na Corte do Rio de Janeiro (42,8%) ou em Ilha Grande/Mangaratiba (43,9%). Outros cafeicultores fizeram negócios na própria localidade: 13,3% venderam os grãos de café “na terra”, “em casa” ou “na porta”.¹⁸² Em outros termos, das 43.275 arrobas – em que consta a menção ao destino dado à produção – 98,9% delas foram exportadas para os portos do Atlântico Norte e só 1,1% acabou sendo comercializada na freguesia.

A freguesia de Bananal exportou toda a sua produção de café para o mercado mundial, segundo os informes da lista de 1829. Sendo assim, pode-se afirmar que o café negociado localmente teria sido remetido de maneira indireta aos portos de embarque. Observando-se em detalhes os preços médios alcançados pela arroba de café, tendo em conta a finalidade dada à

¹⁸¹ Essa estimativa foi feita do seguinte modo: I) **para o preço dos cativos**: consideramos o preço médio do escravo-padrão (267\$000), no ano de 1829, segundo a relação elaborada por Bergad, tendo em vista a semelhança das curvas de preços dos escravizados de Minas Gerais e Bananal; II) **para o valor das sacas de café**: para cada uma das três faixas de preços, multiplicamos o preço médio da arroba por quatro, pois a saca de 60 kg equivale a cerca de quatro arrobas; III) por último, dividimos o preço do escravo-padrão pelo preço estimado da saca de café. Cf. BERGAD, 2004[1999], p. 362 (Tabela E.1).

¹⁸² Cf. APESP. 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças. Areias, 1829.

produção, vê-se que a safra despachada diretamente para o mercado atingiu preço médio mais elevado – 2\$616 (144 casos) – em comparação à negociada na freguesia – 1\$162 (23 casos).¹⁸³ Essa divergência permite inferir que a etapa mercantil do produto possibilitava a concentração de renda pelos maiores cafeicultores, garantindo-lhes o aporte de mais capital na esfera produtiva.

Dois fatores podem justificar a distinção existente entre os preços do café destinado ao mercado mundial em relação ao comercializado na própria localidade. O primeiro deles decorre, certamente, dos custos atinentes ao transporte terrestre e ao frete marítimo.¹⁸⁴ Para remeter os grãos de café, colhidos e beneficiados, até os portos de Angra dos Reis, os cafeicultores valiam-se de um eficiente sistema de transporte de tropas de mulas. Para tanto, tinham que arcar com todos os custos decorrentes da aquisição e manutenção das bestas arreadas e, também, com a emissão da guia necessária para a exportação do café.¹⁸⁵ Para o traslado entre Angra dos Reis e a Corte do Rio de Janeiro, os produtores arcavam com os seguintes gastos: 1) frete marítimo; 2) carroto até o armazém do comissário; 3) comissão de 3% ao comissário. Estima-se que o custo de comercialização do café (transporte e comissão) girava em torno de 17% a 25%.¹⁸⁶

É interessante investigar, dentre os cafeicultores escravistas de Bananal, quais grupos tinham tropas de muares suficientes para o transporte do café que produziam. Com base no perfil socioeconômico dos cafeicultores escravistas detentores de terras, inventariados entre os anos de 1851-61 (primeira parte desta tese), pode-se afirmar que, *grosso modo*, eram os senhores detentores de 35 cativos ou mais que mantinham suas próprias bestas arreadas e, portanto, remetiam sua produção cafeeira diretamente para os portos de embarque. E é provável que possuíssem vínculos creditícios com os comissários de café, estabelecidos nas praças de

¹⁸³ As diferenças entre os preços médios do café vendido na Corte do Rio de Janeiro (2\$620) ou em Ilha Grande/Mangaratiba (2\$611) são estatisticamente irrelevantes. Para seis casos, não houve a menção ao preço médio da arroba de café. Cf. APESP, 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças. Areias, 1829.

¹⁸⁴ Cf. MARCONDES; MOTTA, 1999, p. 185.

¹⁸⁵ Esse imposto, chamado de “dízimo”, era recolhido nos Registros estabelecidos nas principais estradas da província de São Paulo. Os cafeicultores de Bananal, por exemplo, utilizavam os Registros do “Ariró”, “Banco de Arêas” e “Rio do Braço”. O do Banco de Arêas, situado em Bananal, na estrada para o Rio de Janeiro, foi instalado em 1835 e manteve-se em operação até 1878. O do “Rio do Braço”, por seu turno, localizado igualmente em Bananal, na estrada para o Rio de Janeiro, foi criado em 1835 e continuou funcionando até 1890. Por fim, o do “Ariró”, localizado ao sul de Bananal, na divisa com Angra dos Reis, foi erigido em 1836 e permaneceu em atividade até 1877. Sobre as Barreiras, ver: COSTA, Hernani M. **As Barreiras de São Paulo (Estudo histórico das Barreiras paulistas no século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 1984; COSTA, Hernani M. **O triângulo das Barreiras (As Barreiras do Vale do Paraíba paulista, 1835-1860)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2002; BEIER, José R. **Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015. p. 261-283; BEIER, José R. **As Barreiras como instrumento econômico para o desenvolvimento da rede viária da província de São Paulo (1835-1850)**. **Confins** (*on-line*), Paris, n. 32, p. 1-22, 2017.

¹⁸⁶ MARCONDES; MOTTA, 1999, p. 189-190.

Angra dos Reis e do Rio de Janeiro. Por fim, é possível especular que os cafeicultores com 35 cativos ou menos eram obrigados a despachar sua produção por intermédio dos maiores senhores de escravizados.

Pode-se cogitar, em terceiro lugar, que os produtores de café, que venderam seu produto no local, não teriam força de trabalho suficiente para realizar a colheita de sua produção. Por conta disso, viam-se obrigados a negociar o café “na terra”, “em casa” ou “na porta”. Embora não saibamos o significado preciso dessas categorias, anotadas pelo recenseador da lista de 1829, as informações contidas em um inventário *post mortem* permitem, no entanto, levantar pistas a esse respeito. Em 1840, veio a óbito o cafeicultor Antônio de Medeiros Torres (c.1795-1840), natural dos Açores, Portugal, e casado com Sezarina Maria de Jesus. Dentre os bens legados aos herdeiros – à esposa e ao filho natural que teve com Francisca Alves Moreira – constavam “6.600 pés de café em terras de Antônio Moreira, sogro do finado, todas em ponto de dar as frutas”. Na partilha, efetivada em 1841, metade dos cafeeiros foi destinada a Antônio de Medeiros Torres (homônimo do pai), que, na época, tinha onze anos de idade. Como não havia trabalhadores escravizados para realizar a colheita dos grãos – além da inexistência de maquinários para beneficiá-los, nem tropa para despachá-los até os portos de embarque –, o tutor do órfão, João de Araújo Carvalho, passou a vender as frutas nas “árvores”, os seja, terceirizou o serviço da colheita a outros proprietários. Em virtude disso, o café foi negociado, entre os anos de 1845 e 1849, a um preço médio de \$800 a arroba, valor bastante inferior ao comercializado no período.¹⁸⁷ Este exemplo explica a razão pela qual o café negociado na freguesia alcançava um baixo preço médio em comparação ao que era despachado diretamente aos portos. Os maiores cafeicultores cobravam taxas sobre o café produzido nas menores propriedades, de sorte a cobrir os custos de trabalho (colheita e beneficiamento dos grãos) e de transação (transporte para os portos).

Observando-se o perfil daqueles 23 produtores de café, que negociaram sua produção na própria freguesia, 18 deles não detinham a posse de nenhum cativo, e outros cinco possuíam 12 cativos ou menos. Eles eram lavradores que combinavam a produção de mantimentos (milho, feijão, arroz e toucinho) com o cultivo de café: produziram, em média, 26 alqueires de milho, seis de feijão, nove de arroz, 21 arrobas de café e nove de toucinho.¹⁸⁸ Noutros termos, tratava-se de um grupo de agricultores de pequeno porte que plantava alimentos para o

¹⁸⁷ Cf. INVENTÁRIO de Antônio de Medeiros Torres. Cruzeiro: MMN, 7 fev. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 31, n. 553 (Contas de Tutela).

¹⁸⁸ APESP. 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças. Areias, 1829 (fogos 50, 83, 92, 95, 128, 135, 153, 156, 164, 167, 168, 173, 177, 180, 199, 248, 296, 307, 312, 316, 352, 379, 391).

autoconsumo e, eventualmente, negociava os excedentes, reinvestindo os lucros auferidos em pés de café.¹⁸⁹

Em linhas gerais, a cafeicultura escravista bananalense, durante a implantação desta atividade, caracterizou-se por uma dupla desigualdade. De um lado, os preços de negociação do café no mercado denotavam a diferenciação existente entre os exportadores e os produtores regionais. De outro, o volume de produção obtido nas propriedades assinalava a existência de uma assimetria entre os distintos grupos de cafeicultores. Em vista disso, os maiores produtores de café obtinham ganhos de escala quanto aos custos de transporte. Noutras palavras, “[...] poderia ser mais oneroso para o pequeno produtor enviar seu café para o Rio de Janeiro, ainda que ele estivesse ciente de que o preço passível de ser auferido na Corte era superior ao que poderia ser obtido com a venda “na terra”.¹⁹⁰

Os maiores senhores de escravizados – que, *grosso modo*, também eram os maiores produtores de café – dispunham de trabalhadores suficientes para realizar a colheita dos grãos, de maquinários para o seu beneficiamento e de tropas necessárias para escoar a produção. Já os cafeicultores de pequeno porte – muitos dos quais destituídos da posse de cativos – por não serem donos de tropas de mulas, tinham de vender sua safra para aqueles escravistas ou para os negociantes locais. Em decorrência disso, os maiores escravistas lograram êxito em adquirir no mercado proporções mais elevadas de cativos em relação aos demais proprietários, resultando, assim, no acúmulo e concentração de trabalhadores escravizados e, conseqüentemente, na quantidade de pés de café cultivados nas propriedades agrárias. Ao fim e ao cabo, a fase de implantação das lavouras cafeeiras em Bananal – e, possivelmente, em todo o Vale do Paraíba – impactou de modo decisivo as fases posteriores de desenvolvimento da atividade cafeeira.

No período posterior à década de 1830, isto é, nas fases de expansão, apogeu e sobrevida da cafeicultura escravista, a vila de Bananal transformou-se em uma típica região de *plantation* escravista. Com efeito, as grandes propriedades rurais cafeeiras – que podemos denominar de complexos cafeeiros ou complexos de fazendas (cf. Capítulo 5) – começaram a despontar

¹⁸⁹ Sobre a conversão paulatina dos produtores de gêneros alimentícios em cafeicultores escravistas, ver: MOTTA, José F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1999; LUNA; KLEIN, 2005; MORENO, Breno S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 328-350.

¹⁹⁰ Cf. MARCONDES; MOTTA, 1999, p. 207.

justamente nos anos 1830. Uma das formas de se averiguar o porte dos produtores de café bananalenses é a partir da distribuição de cafeeiros existentes nas propriedades agrárias dos senhores de escravizados. Para tanto, valemo-nos dos inventários *post mortem* dos cafeicultores escravistas autuados entre as décadas de 1830 e 1880. Os dados foram compilados nas **Tabelas II.21 e II.22**, e, em grande medida, permitem traçar o quadro produtivo das unidades agrícolas cafeeiras.

É importante salientar, contudo, que as informações relativas à repartição dos produtores de café, com base nos processos de inventário, são qualitativamente distintas em comparação aos informes compilados por meio dos maços de população. Como se sabe, as listas nominativas tendem a abarcar toda a população existente na localidade em estudo, enquanto os inventários *post mortem* contemplam apenas uma pequena parcela dos habitantes, notadamente a mais rica da sociedade. Sendo assim, os dados empíricos obtidos por meio desta última fonte tendem, de um lado, a superestimar a participação relativa dos maiores cafeicultores e, de outro, a subvalorizar o papel ocupado pelos menores produtores de café. Isso explica, por exemplo, o fato de os grandes e megaescravistas terem ampliado sua participação relativa – de 8,3%, em 1829, para 12,2% do total de cafeicultores, em 1830-49 – ao passo que os pequenos e miniescravistas viram reduzida sua importância relativa no mesmo período, de 81,4%, em 1829, para 70,4%, em 1830-49.¹⁹¹ Por isso, devemos centrar o foco nas tendências mais amplas que subjazem a partir das análises obtidas por meio dos maços de população e dos processos de inventário, qual seja, o processo paulatino de concentração da propriedade de cafeeiros – e de escravizados, vale dizer. Dito isso, não se pode negar que tenham ocorrido mudanças no quadro produtivo das propriedades rurais cafeeiras entre as fases de implantação e expansão da cultura do café.

As **Tabelas II.21 e II.22** evidenciam a existência de um padrão bastante similar ao da distribuição da posse cativa, isto é, havia um claro predomínio de cafeicultores de pequeno porte, de um lado, e a concentração de pés de café pelo grupo de megaescravistas, de outro. Nas três fases de desenvolvimento da cafeicultura, grande parte dos produtores de café eram donos de 19 ou menos cativos. Entretanto, possuíam uma proporção relativamente pequena de cafezais cultivados. Por sua vez, os senhores de 100 ou mais cativos, embora minoritários, concentravam de dois a três quintos de todos os cafeeiros arrolados nos inventários, atuados entre as décadas de 1830 e 1880.

¹⁹¹ Para estabelecer comparações minimamente compatíveis entre um período e outro, retiramos do cálculo os cafeicultores não escravistas, originalmente presentes na amostra de 1829.

Os dados indicam que a concentração de pés de café nas *plantations* (megapropriedades) aprofundou-se, provavelmente, entre as fases de expansão (1830-49) e apogeu (1850-69) da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, mantendo-se relativamente estável na década de 1870. Uma série de transformações, nas décadas de 1820 e 1830, permitiram, aos donos de *plantations*, aumentar a concentração da mão de obra escravizada e dos cafeeiros. Tanto que, entre 1836 e 1854, a produção de café no município de Bananal saltou de 64.822 para 554.600 arrobas, respectivamente.¹⁹² Retornaremos a este assunto logo adiante.

Tabela II.21 – Distribuição de Cafeicultores Escravistas por FTP. Bananal, 1830-1879

Período	Expansão (1830-1849)		Apogeu (1850-1869)		Sobrevida (1870-1879)		Total
	N	%	N	%	N	%	
FTP							
Mini	26	26,5	20	16,3	12	17,6	58
Pequenos	43	43,9	41	33,3	22	32,4	106
Médios	17	17,3	24	19,5	16	23,5	57
Grandes	5	5,1	20	16,3	8	11,8	33
Mega	7	7,1	18	14,6	10	14,7	35
Total	98	100,0	123	100,0	68	100,0	289

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (289 processos).

Tabela II.22 – Distribuição de Pés de Café por FTP. Bananal, 1830-1879

Período	Expansão (1830-1849)		Apogeu (1850-1869)		Sobrevida (1870-1879)		Total
	N	%	N	%	N	%	
FTP							
Mini	98.999	3,8	136.050	1,3	96.650	1,8	331.699
Pequenos	345.276	13,1	494.353	4,7	403.397	7,4	1.243.026
Médios	567.020	21,6	930.600	8,9	904.250	16,7	2.401.870
Grandes	504.600	19,2	1.792.220	17,1	657.000	12,1	2.953.820
Mega	1.111.950	42,3	7.098.550	67,9	3.362.200	62,0	11.572.700
Total	2.627.845	100,0	10.451.773	100,0	5.423.497	100,0	18.503.115

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (289 processos).

As *plantations* cafeeiras também concentravam grande parte da mão de obra escravizada de Bananal (**Tabela II.23**). Nesse sentido, o coeficiente de correlação entre as duas variáveis consideradas (cativos e pés de café) manteve a tendência de crescimento registrada durante a

¹⁹² A respeito das novidades introduzidas, na virada dos anos 1820 para 1830, na cafeicultura escravista do Vale do Paraíba, pelos maiores escravistas, ver: MARQUESE, 2005; MARQUESE, 2008; MARQUESE, 2009a; SANTOS, 2016.

implantação da cultura cafeeira (1800-29). Entre 1830-49, o grau de correlação igualou-se a 0,882; no período seguinte (1850-69), subiu para 0,910; por fim, na fase de sobrevida da cafeicultura escravista (1870-79), o índice correlato alcançou o patamar de 0,944.

Tabela II.23 – Distribuição de Escravizados nas Propriedades Rurais Cafeeiras por FTP. Bananal, 1830-1879

Período	Expansão (1830-1849)		Apogeu (1850-1869)		Sobrevida (1870-1879)		Total N
	N	%	N	%	N	%	
FTP							
Mini	53	2,1	51	0,7	20	0,6	124
Pequenos	377	14,9	467	6,4	235	6,8	1.079
Médios	497	19,7	744	10,1	521	15,1	1.762
Grandes	345	13,6	1.392	19,0	525	15,2	2.262
Mega	1.256	49,7	4.681	63,8	2.150	62,3	8.087
Total	2.528	100,0	7.335	100,0	3.451	100,0	13.314

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (289 processos).

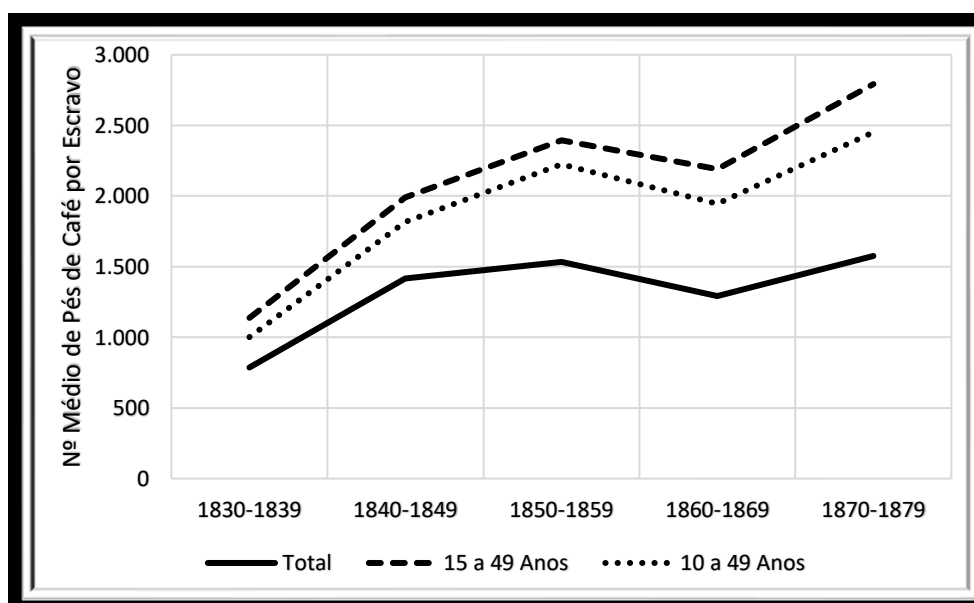
Poucos inventários *post mortem* fornecem dados explícitos sobre o montante de café produzido nas unidades agrícolas; tampouco oferecem informações concernentes às tarefas imputadas à população cativa. Apesar disso, é possível mapear, *grosso modo*, os padrões de exploração das escravarias mediante a relação entre o número de arbustos de café plantados e o de trabalhadores escravizados. Nesse sentido, elaboramos o **Gráfico II.21**, que apresenta a alocação média de cafeeiros por escravizado: uma das curvas abarca toda a população cativa inventariada, inclusive crianças (14 anos ou menos) e idosos (50 anos ou mais); outra curva é composta apenas pelos cativos adultos (15 a 49 anos); a terceira e última curva contempla os cativos jovens ou adultos (10 a 49 anos).

Para a confecção desse gráfico, utilizamos 220 inventários, o que corresponde a 76,1% dos 289 processos pertencentes aos cafeeiros escravistas (cf. **Tabela II.21**). A exclusão de 69 ações judiciais da amostra inicial obedeceu ao seguinte critério: já mostramos que a idade de parte dos escravizados não foi registrada nos processos de inventário. A inclusão destes cativos traria distorções no cômputo relativo à média de pés de café por escravizado. Por esta

razão, definimos que cada inventário *post mortem* deveria conter dados atinentes à idade de mais de 70% dos escravizados, de modo a tornar a amostra mais homogênea.¹⁹³

O **Gráfico II.21** indica que parece ter havido, ao longo do tempo, uma tendência de aumento na alocação média de pés de café por escravizado, independentemente do grupo etário considerado. Como é sabido, nem toda a população cativa, pertencente a uma dada unidade agrícola, tinha idade apropriada para assumir as tarefas ligadas diretamente ao plantio e limpeza dos cafeeiros, e à colheita e beneficiamento dos grãos de café. Por isso, é razoável supor que a faixa etária dos adultos (15 a 49 anos) seria a mais apropriada para a análise dos padrões de exploração da mão de obra escravizada, nas propriedades rurais cafeeiras. De fato, nota-se um crescimento contínuo, entre 1830 e 1860, na proporção média de pés de café atribuída individualmente aos adultos. Já na década de 1860, houve queda relativa na alocação média de cafeeiros, que foi seguida, no período de sobrevida da cafeicultura escravista (1870-9), por um aumento mais elevado na quantidade registrada nos anos 1850. Trocando em miúdos: cada cativo adulto cuidava de cerca de 1.140 pés de café, em 1830-9; e, na década de 1870, essa relação havia aumentado para algo em torno de 2.800 pés.

**Gráfico II.21 – Distribuição do Número Médio de Pés de Café por Escravizado.
Bananal, 1830-1879**



Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (220 processos).

¹⁹³ Agradeço a Thiago Berlanga Trindade por me ajudar a definir esse critério, permitindo, assim, tornar a amostra mais homogênea e, ao mesmo tempo, preservando o maior número de inventários e de escravizados possíveis.

Há poucos dados disponíveis de outras regiões do Vale do Paraíba cafeeiro a respeito dos padrões de exploração da população cativa no século XIX. Pode-se afirmar, em linhas gerais, que as pesquisas que abordaram o assunto apresentam certos problemas, particularmente de natureza metodológica, uma vez que não houve a preocupação em estabelecer critérios que levassem em consideração o perfil etário dos escravizados. Daí, a dificuldade para estabelecer comparações precisas a partir desses trabalhos, o que não impede, é claro, que se possa esboçar alguns traços gerais acerca do trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras.

Para Vassouras, Ricardo Salles mostrou que, nas fases de desenvolvimento da cafeicultura, ocorreu um aumento paulatino na alocação média de pés de café por escravizado. Segundo esse autor, entre 1821-35, cada cativo tinha de cuidar, em média, de 461 cafeeiros. Com o deslanche da atividade cafeeira, esse número subiu gradualmente para 820 pés de café, entre 1836-50, 1.000 pés, entre 1851-65, até atingir o pico de 1.312 pés por escravizado, entre 1866-80.¹⁹⁴ Esses cálculos foram executados com base na quantidade de arbustos de café arrolados nos inventários *post mortem* – dados compilados por Adelci dos Santos¹⁹⁵ – e no número de escravizados avaliados nos mesmos processos, sem a discriminação da população cativa adulta. Cabe notar, ainda, que Adelci dos Santos não distinguiu, aparentemente, as propriedades cafeeiras das unidades produtivas não cafeeiras. À vista disso, as curvas de exploração da mão de obra cativa, para Vassouras, estariam subestimadas. No entanto, pode-se inferir a ocorrência de tendências relativamente similares às de Bananal, isto é, acréscimo paulatino na proporção de cafeeiros imputados aos trabalhadores escravizados ao longo do século XIX.

O mesmo processo de ampliação da exploração dos trabalhadores escravizados ocorreu no município de Capivary. Baseando-se igualmente em inventários *post mortem*, Hebe Mattos estabeleceu a relação entre o número de cafeeiros cultivados e o de escravos produtivos (15 a 40 anos) para os dois grupos de cafeicultores encontrados na localidade: os *fazendeiros de café*, detentores de mais de 15 cativos (41 casos); e os *sitiantes*, donos de menos de 15 cativos (58 casos). Para o primeiro grupo, a autora assinalou que, em um primeiro momento, entre 1855-64 e 1865-74, a alocação média de cafeeiros por escravizado aumentou, de 1.173 para 1.910 pés/cativo, e, em seguida (1875-88), reduziu-se a 1.340 pés/cativo. No caso dos *sitiantes*, o número correlato mostrou-se superior ao registrado nas fazendas, e manteve uma tendência de crescimento no mesmo período: em 1855-64, um escravo produtivo cuidava, em média, de

¹⁹⁴ Cf. SALLES, 2008, p. 153-154.

¹⁹⁵ SANTOS, Adelci Silva dos. **À sombra da fazenda**: a pequena propriedade agrícola no século XIX. Curitiba: Juruá, 2012. p. 124-130 (Tabelas 1 a 7).

1.222 pés, e, posteriormente, esta relação subiu para 2.543 e 3.293 pés/cativo, entre 1865-74 e 1875-88.¹⁹⁶

Já em Cantagalo, no Vale do Paraíba Oriental, Rodrigo Marreto pôde notar processo semelhante ao verificado nas localidades supracitadas. Por meio dos inventários, verificou-se crescimento constante na proporção de pés de café atribuídos a cada escravizado, para manejo. A relação entre a quantidade de arbustos sob o cuidado de um cativo saltou de 1.314, entre 1851-60, para 2.238 pés/cativo, entre 1871-80.¹⁹⁷ Uma observação a ser feita é que o autor levou em conta o total de cativos inventariados no município, sem distinguir a população em idade produtiva.

Para a região da Zona da Mata de Minas Gerais, Bruno Vittoretto elaborou estimativas para traçar o quadro de exploração da mão de obra escravizada. Valendo-se dos processos de inventário autuados em Juiz de Fora, e tendo em vista o conjunto das escravarias, o pesquisador assinalou a ocorrência de um acréscimo consecutivo na proporção de cafeeiros mantidos e cuidados pelos cativos. Esta relação subiu de pouco mais de 1.000 pés/cativo, na década de 1850, para algo ao redor de 3.000 pés/cativo, nos anos 1880.¹⁹⁸

Em seu estudo sobre a economia cafeeira do Rio de Janeiro, na segunda metade do Oitocentos, Pedro C. de Mello trouxe à discussão informações relativas ao mesmo tema. Para tanto, utilizou dados referentes às fazendas de café hipotecadas ao Banco do Brasil (41 casos), entre 1867-70. O pesquisador indicou que, nestas propriedades, a alocação média de árvores de café por escravizado era de 3.750 pés/cativo. E, além disso, constatou que essa relação era inversamente proporcional à área das fazendas, ou seja, quanto menor a propriedade, mais elevada era a exploração da mão de obra cativa.¹⁹⁹

Esse mesmo autor tabulou uma série de dados referentes a 720 fazendas de café, que, em 1883, encontravam-se igualmente hipotecadas ao Banco do Brasil: 574 situavam-se na zona de influência do Rio de Janeiro (municípios cafeeiros das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Nordeste Paulista); e 146 na área de Santos (regiões do Centro e Oeste

¹⁹⁶ CASTRO, Hebe M. M. de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 1. ed., 1987. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV – Faperj, 2009. p. 44-49 (Quadros 16 e 18).

¹⁹⁷ MARRETO, Rodrigo M. **O opulento capitalista – café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873)**. Tese (Doutorado em História Social) – ICHF-UFF, Niterói, 2019. p. 93-96.

¹⁹⁸ VITTORETTO, Bruno N. **Fronteiras do café na Zona da Mata Mineira (1870-1940)**. Tese (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2016. p. 90-91. Ver, também: VITTORETTO, Bruno N. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2012. p. 139.

¹⁹⁹ Cf. MELLO, Pedro C. de. **A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888**. Rio de Janeiro, 1984. p. 16-17 (Tabela 3).

de São Paulo).²⁰⁰ As informações sobre essas fazendas foram originalmente compiladas por Laërne.²⁰¹ No trabalho do agrônomo holandês, há dados sobre 12 fazendas de café do município de Bananal. Sistematizamos esses informes de modo a estabelecer comparações com aquelas duas macrorregiões, conforme se lê no **Quadro II.1**. É importante destacar, primeiramente, que, para o caso de Bananal, a amostra é relativamente pequena; por isso, os dados podem estar enviesados. Em segundo lugar, Laërne não explicitou, em seu trabalho, se teria recolhido informações sobre o total de cativos hipotecados juntamente com as fazendas, ou se teria centrado foco somente nos trabalhadores adultos. É provável que ele tenha selecionado somente os escravizados de roça, uma vez que, para cumprir seu objetivo – conhecer os segredos da cafeicultura escravista brasileira – seria indispensável observar os níveis de exploração da mão de obra escravizada a partir dos trabalhadores ligados diretamente no amanho dos pés de café.

Quadro II.1 – Fazendas de Café da Região Cafeeira, Classificadas de Acordo com Algumas Características. Centro-Sul, 1883

Região	Nº de Fazendas	Nº Médio de Escravos por Fazenda	Nº Médio de Pés de Café por Fazenda	Nº Médio de Pés de Café por Escravo
Bananal ^(a)	12	57	156.417	2.728
Área do Rio ^(b)	574	44	154.000	3.539
Área de Santos ^(b)	146	36	88.000	2.450

Fontes: (a): LAËRNE, C.F. Van Delden. **Brazil and Java**. Report on coffee-culture in America, Asia and Africa. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1885. p. 220-221; (b): MELLO, Pedro C. de. **A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888**. Rio de Janeiro, 1984. p. 18-19 (Tabela 4).

De acordo com dados coligidos no **Quadro II.1**, é possível perceber, inicialmente, que o número médio de escravizados, nas fazendas cafeeiras de Bananal, era mais elevado em comparação ao das zonas do Rio e de Santos. Além disso, observa-se a notável semelhança na quantidade média de cafeeiros cultivados nas propriedades de Bananal e do Rio, em proporção equivalente ao dobro da registrada em Santos. Quanto aos índices de exploração da mão de obra escrava, obtidos por meio da relação entre o número de cafeeiros e o de cativos, os dados sugerem que, na área do Rio, haveria a atribuição de mais pés de café por cativo do que em Bananal e na zona de Santos. As diferenças encontradas revelam estágios distintos de desenvolvimento da cultura cafeeira em cada uma das regiões, ou seja, cada qual marcada por

²⁰⁰ Cf. *Ibid.*, p. 18-19 (Tabela 4).

²⁰¹ Cf. LAËRNE, C.F. Van Delden. **Brazil and Java**. Report on coffee-culture in America, Asia and Africa. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1885. p. 220-221.

temporalidades distintas. Na perspectiva analítica de Antônio Barros de Castro, a área do Rio era, no início da década de 1880, uma zona de produção cafeeira madura/decadente, enquanto a de Santos conformava uma zona de produção de café pioneira/madura. No primeiro caso, havia estabilidade no porte das escravarias e dos cafezais, bem como na produtividade dos cafeeiros (variando entre 16 e 30@ por 1.000 pés); no segundo caso, estava ocorrendo incremento na quantidade de trabalhadores, expansão do plantio de cafezais, e a produtividade dos cafeeiros era bastante elevada (cerca de 100@ por 1.000 pés).²⁰²

Em síntese, os dados levantados evidenciam um claro cenário de intensificação na sobre-exploração dos trabalhadores escravizados, no decurso da segunda metade do Oitocentos, tanto nas zonas maduras ou decadentes (Bananal, Vassouras, Capivary, área do Rio), bem como nas zonas pioneiras ou maduras (Cantagalo, Juiz de Fora e área de Santos). As informações obtidas por meio dos processos de inventário sugerem, para as décadas de 1870 e 1880, a tendência à uma exploração mais acentuada dos trabalhadores escravizados de Cantagalo e Juiz de Fora. Já os dados extraídos das hipotecas indicam, ao contrário, que as escravarias residentes nas regiões de produção maduras ou decadentes eram coagidas a cuidar de uma proporção mais elevada de cafeeiros.

Efetuamos, ainda, para o caso de Bananal, estimativas alusivas ao trabalho escravo, imposto pelos distintos grupos de cafeicultores. Priorizamos a curva atinente aos adultos (15 a 49 anos de idade), pois esta faixa etária abarcava grande parte da força de trabalho dos produtores de café. É importante ressaltar que, para as décadas de 1830 e 1840, os dados desagregados por FTPs são menos representativos que os dos períodos subsequentes, na medida em que poucos inventários *post mortem* continham informações sobre a idade para mais de 70% da população cativa. Por isso, os informes obtidos por meio dos processos, abertos entre 1850 e 1879, são relativamente homogêneos e, assim, permitem abordar a questão com mais fidedignidade.

Os dados da **Tabela II.24** sugerem padrões um tanto quanto distintos de exploração dos escravizados adultos, oscilando conforme o porte das propriedades. Os cativos pertencentes aos miniescravistas eram, aparentemente, muito mais explorados que os escravizados residentes nas demais FTPs. Além disso, naquelas propriedades pode ter havido, entre as décadas de 1850 e 1880, um aumento significativo na relação entre o número de pés de café e o de cativos

²⁰² Rafael Marquese, ao valer-se da proposta de Antônio Barros de Castro para compreender a cafeicultura “em três tempos e três espaços”, identificou e examinou os “[...] três momentos distintos na relação entre a economia-mundo capitalista e a produção escravista de café, nos quais as interações entre forças globais e forças locais passaram por transformações substantivas”. Cf. MARQUESE, 2013b, p. 307.

adultos. Levando em conta os achados de Hebe Mattos²⁰³ e Pedro C. de Mello,²⁰⁴ sobre a exploração dos escravizados em idade produtiva, é possível apontar a tendência de que, nas propriedades de pequeno porte, atribuíam-se proporções mais altas de cafeeiros por cativo do que nas unidades cafeicultoras de grande porte.

Nas propriedades dos pequenos, médios e megaescravistas, teria ocorrido retração na exploração da população cativa adulta, na passagem dos anos 1850 para 1860. No entanto, na década de 1870, a alocação média de arbustos de café por cativo tornou a subir, o que, a seu turno, sobrepujou os padrões de exploração existentes nos anos 1850. Já no caso das grandes propriedades, a tendência indicada, a partir do manuseio das mesmas fontes, é a de que, no decênio de 1860, houve acréscimo na proporção de cafeeiros atribuídos aos adultos; porém, no período seguinte, a taxa correlata reduziu-se, retornando aos patamares vigentes nos anos 1850. Em termos gerais, pode-se afirmar, com base nos inventários *post mortem* de Bananal, que o ápice da exploração da população adulta escravizada teria acontecido na década de 1870, no período de sobrevida da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba. Cabe destacar que, na ocasião, cada escravizado adulto teria sido responsável pelo amanho de cerca de 2.800 pés de café, proporção notavelmente similar à obtida a partir das hipotecas de fazendas de café (cf. **Quadro II.1**). A confluência entre esses índices, obtidos por meio de duas fontes distintas, talvez esteja a nos indicar, de forma bastante aproximada, os padrões de exploração da força de trabalho cativo na passagem da década de 1870 para a de 1880.

Tabela II.24 – Número Médio de Pés de Café por Escravizado Adulto (15 a 49 Anos) por FTP. Bananal, 1830-1879

FTP	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79
Mini	1.175	2.664	3.300	5.317	8.515
Pequenos	1.324	1.879	2.051	1.643	3.652
Médios	905	2.391	2.806	2.196	3.546
Grandes	1.207	2.518	2.337	2.628	2.346
Mega	-	1.437	2.390	2.091	2.623
Total	1.138	1.989	2.394	2.192	2.792

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879 (220 processos).

²⁰³ CASTRO, Hebe M. M. de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1. ed., 1987. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV – Faperj, 2009. p. 44-49 (Quadros 16 e 18).

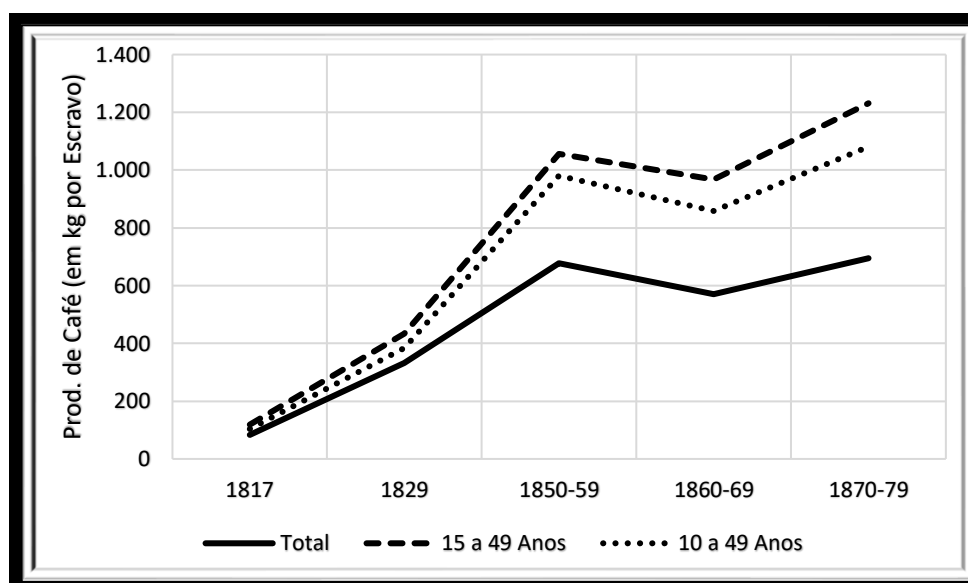
²⁰⁴ MELLO, 1984, p. 16-17 (Tabela 3).

Esses padrões podem ser abordados de uma maneira distinta, por meio da quantidade de café produzido anualmente pelos escravizados. Para alcançar esse objetivo, adotamos o seguinte procedimento metodológico: inicialmente, compilamos, a partir das listas nominativas de 1817 e 1829, o montante de café exportado pelos escravistas e o contingente de cativos recenseados nas propriedades. Em seguida, elaboramos estimativas referentes ao volume de café que pode ter sido exportado pelos senhores de escravos, entre os anos de 1850 e 1879, já que essa informação não consta explicitamente nos inventários *post mortem*.²⁰⁵ Neste caso, valemo-nos do número total de cafeeiros e da quantidade de cativos arrolados nesses processos. Partiu-se, pois, da premissa de que, entre 1850-79, a produtividade média dos cafeeiros teria girado ao redor de 30 arrobas por 1.000 pés, equivalente a 441 kg por mil pés.²⁰⁶ Com base nesta estimativa, dividimos os prováveis montantes de café exportados pelo total de cativos. E, posteriormente, convertimos a relação arroba/cativo em kg/cativo. Os resultados a que chegamos podem ser vistos no **Gráfico II.22**. Vale pontuar, finalmente, que não estabelecemos cálculos correlatos para as décadas de 1830 e 1840 porque não encontramos, até o momento, dados relativamente sólidos a respeito do rendimento médio dos cafeeiros.

²⁰⁵ Por meio das contas de tutela, anexadas aos inventários *post mortem*, é possível calcular as quantidades de grãos de café exportadas pelos proprietários rurais. A prestação de contas de tutela – fornecida ao Juiz de Órfãos, a cada dois anos, por tutores responsáveis pelos órfãos – ocorria nos casos em que o chefe de família (o pai, não a mãe), ao falecer, deixava herdeiros menores de 21 anos. Portanto, apenas uma parte dos processos de inventário contém essas contas de tutela. Em pesquisas futuras, pretende-se examinar as contas de tutela que permitam levantar informações detalhadas sobre o montante de café exportado e, assim, estimar a produtividade dos cafeeiros e a produção média anual dos trabalhadores escravizados.

²⁰⁶ A esse respeito, veja-se, na primeira parte desta tese, a estimativa feita sobre a produtividade dos cafeeiros, na década de 1850, a partir dos casos dos fazendeiros de café, o tenente José Ferreira Gonçalves (c.1778-1858) e o comendador Luciano José de Almeida (c.1797-1854). Ver, também, o processo de curatela de Teodoro Pereira de Souza, que indica uma produtividade semelhante, de 28,7 arrobas por 1.000 pés. Cf. CURATELA de Teodoro Pereira de Souza. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1494. É bem provável que a relação encontrada – de 30 arrobas por 1.000 pés – tenha permanecido mais ou menos estável até o final dos anos 1870. Veja-se o argumento: para os anos de 1883-4, Pedro C. de Mello tabulou alguns dados – coletados por Laërne, vale dizer – atinentes ao rendimento médio dos arbustos de 38 fazendas de café (29 situadas na área do Rio e nove na área de Santos). Segundo o autor, a produtividade média anual situava-se em torno de 5,6 sacas de café (de 60 kg) por 1.000 pés, equivalentes a 23 arrobas por 1.000 pés. Outros dados, referentes à safra de 1904-5, indicam que a produtividade média dos cafeeiros de Bananal igualava-se a 18,5 arrobas por 1.000 pés. Cf. MELLO, 1984, p. 20-21 (Tabela 5); SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatística Agrícola e Zootécnica de Bananal no Anno Agrícola de 1904-1905**. São Paulo: Typ. Brazil – Carlos Gerke & Rothschild, Rua 15 de novembro, 1908. Mais informes sobre os rendimentos dos cafeeiros em São Paulo, em 1904-5, podem ser lidos em: MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984. p. 167-172.

**Gráfico II.22 – Estimativa da Produção Média Anual de Café (em kg por Escravizado).
Bananal, 1817-1879**



Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1850-1879 (169 processos).

Nota: os volumes de café produzidos nos anos de 1817 e 1829 constam nas fontes; para o período 1850-79, os montantes foram estimados, tendo por base uma produtividade média de 30@ por 1.000 pés de café.

Durante a montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba (1817-29), as quantidades médias de grãos de café, produzidas por um cativo adulto (15 a 49 anos), conforme as listas nominativas, eram relativamente baixas, tendo em vista o patamar que seria alcançado na segunda metade do Oitocentos. Apesar disso, a produção média anual ampliou-se quase quatro vezes, de 119 kg/cativo, em 1817, para 433 kg/cativo, em 1829. Já na década de 1850, o volume de café exportado, de acordo com as estimativas realizadas a partir dos inventários *post mortem*, atingiu a cifra de 1.056 kg/cativo, o que corresponde a um aumento de 145% em relação ao registrado no ano de 1829. No período seguinte (1860-9), os dados sugerem que teria havido uma pequena redução (cerca de 8,4%) na relação entre o montante de grãos exportados e o de escravizados adultos. E, finalmente, na fase de sobrevida da cultura cafeeira (1870-9), o índice correlato voltou a subir, atingindo o pico histórico de 1.231 kg/ano por cativo em idade adulta. Pode-se afirmar, portanto, que, ao longo do século XIX, os cafeicultores escravistas de Bananal conseguiram ampliar os padrões de exploração dos trabalhadores adultos, visto que, entre as décadas de 1810 e 1880, a tarefa imputada à força de trabalho cativa aumentou cerca de dez vezes.

Outras duas fontes primárias permitem colocar em perspectiva os dados compilados por meio dos processos de inventário. A primeira delas se refere ao Censo de 1854, realizado em toda a província de São Paulo, durante o apogeu da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba.

A segunda, por seu turno, corresponde a um Ofício redigido pelos vereadores de Bananal, em 17 de novembro de 1881, que foi remetido à presidência da província paulista. O Censo de 1854 informava que as 70 propriedades rurais cafeeiras, localizadas em Bananal, foram responsáveis pela produção de 554.600 arrobas de café (equivalentes a 8,15 milhões de kg).²⁰⁷ Essas unidades agrícolas contavam com 7.621 escravizados, dos quais 6.440 (84,5% do total) tinham entre 10 e 49 anos de idade.²⁰⁸ Esses números revelam, assim, que a produção média de café por escravizado jovem ou adulto era de cerca de 1.266 kg/ano – cifra 30% superior à calculada por meio dos inventários da década de 1850, que se igualou a 981 kg/ano por cativo (**Gráfico II.22**).

Já o Ofício da Câmara de Bananal, de 1881, comunicava à presidência da província que a produção de café exportada para a Corte “[...] pela Barra Mansa, Pombal, Rezende e Estalo [...]” girava em torno de 6 milhões de kg/ano.²⁰⁹ Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que, a essa altura, o município já não exportava tanto café quanto em seu período mais próspero: a safra obtida em 1881 perfazia cerca de 73,6% da colheita obtida na primeira metade da década de 1850. Sinais dos tempos! Os agricultores tinham plena consciência da crise da cafeicultura escravista em Bananal e em todo o Vale do Paraíba cafeeiro. Nessa mesma época, precisamente em 1883, havia 7.168 cativos matriculados na coletoria do município de Bananal.²¹⁰ Partindo, pois, da premissa de que o montante de escravizados existentes na localidade esteja correto – o que não é o caso, conforme argumentamos anteriormente –, percebe-se que a população cativa também declinou, entre 1854 e 1883; no entanto, este decréscimo teria sido menos expressivo em comparação ao da produção de café, pois o número de cativos matriculados constituía cerca

²⁰⁷ OLIVEIRA, José J. Machado de (org.). Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da província de S. Paulo. In: **Documentos com que o Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de S. Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855**. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1855. p. 20. No *Almanak Laemmert* publicado em 1854, mesmo ano do Censo, o número total de bananalenses que se autodeclarou como “fazendeiro de café” igualou-se a 94. Nesse sentido, pode-se cogitar que o Censo de 1854 teria contemplado apenas os produtores de café escravistas, deixando de recensar, portanto, os cafeicultores não escravistas. Ou, alternativamente, os 70 “estabelecimentos rurais” existentes em Bananal abarcariam mais de um produtor de café. Cf. LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1854**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1854. p. 196-197 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo).

²⁰⁸ Cf. BASSANEZI, 1998, p. 31-71; 78; 289-295; 389. Os dados originais podem ser lidos em: OLIVEIRA, José J. Machado de (org.). Quadro estatístico da população da província de São Paulo recenseada no anno de 1854. **Discurso com que o Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. Antônio Roberto d’Almeida, Vice-Presidente da Província de S. Paulo, Abrio a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1856**. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1856.

²⁰⁹ APESP. Mss. Ofício, Paço da Câmara Municipal da Cidade do Bananal, em Sessão de 17 de novembro de 1881, c. 35, p. 3, d. 66. Agradeço a Marco Aurélio dos Santos que, gentilmente, nos forneceu uma cópia digitalizada de todos os ofícios endereçados à presidência da província de São Paulo pelo município de Bananal.

²¹⁰ Cf. **Fala Dirigida à Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo na Abertura da 2ª Sessão da 24ª Legislatura em 10 de janeiro de 1883 pelo Presidente Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão**. São Paulo: Typographia do Ypiranga, Rua do Ouvidor, n. 4. 1883. p. 64. Cf. também: LAËRNE, 1885, p. 115-119.

de 94,1% do total de cativos recenseados em princípios da década de 1850. No que se refere ao perfil demográfico da população escravizada, também ocorreram mudanças, entre o decênio de 1850 e 1880: no primeiro período, os cativos jovens ou adultos correspondiam a 71,4% da população inventariada, ao passo que, nos anos 1870, a proporção correlata reduziu-se a 66% do total (cf. **Gráfico II.11**). Se tomarmos esse percentil de jovens/adultos como parâmetro para o início dos anos 1880, pode-se estimar que, nesta data, a produção média de café por escravizado era mais ou menos igual a 1.270 kg/ano – taxa 17,5% mais elevada que a calculada a partir dos inventários, que indicou 1.081 kg/ano por cativo (**Gráfico II.22**).

Em suma, os dados extraídos do Censo de 1854 e do Ofício da Câmara indicaram que, entre as décadas de 1850 e 1880, a produção média de café por escravizado jovem ou adulto teria permanecido mais ou menos estável (1.266 kg/ano, em 1854, e 1.270 kg/ano, em 1881-3). No entanto, se recuperarmos uma das críticas feitas por Robert Slenes a respeito das averbações de escravos nas coletorias municipais – os senhores tendiam a registrar com menos frequência as pessoas falecidas, alforriadas e as que deixavam o município –, é bem provável que não havia o total de 7.168 cativos matriculados em 1883. Portanto, nesta data, haveria uma quantidade menor de escravizados em Bananal. Sendo verdadeira esta hipótese, é possível conjecturar que o montante de café produzido pelos cativos pode, na verdade, ter aumentado, entre as décadas de 1850 e 1880.

Os cálculos que realizamos para mapear os padrões de exploração da força de trabalho escravizada revelaram duas coisas importantes. Em primeiro lugar, ficou claro que os níveis de exploração dos trabalhadores poderiam oscilar, conforme o tipo de fonte consultada, embora, tanto os inventários *post mortem* (1850-79), de um lado, e o Censo (1854) e o Ofício da Câmara (1881), de outro, sugiram a prevalência de padrões bastante elevados, se comparados aos que vigoraram na fase da implantação da cafeicultura no Vale do Paraíba. Em segundo lugar, evidenciou-se uma vez mais que, a despeito de os inventários abarcarem apenas uma pequena parcela dos cafeicultores escravistas existentes no período histórico em análise (normalmente os mais ricos e com idade média mais elevada), as estimativas feitas com base nesse tipo de processo permitem estudar a economia cafeeira Oitocentista de modo satisfatório.

Em síntese, é possível levantar a seguinte hipótese a respeito da dinâmica do trabalho cativo nas propriedades rurais durante o século XIX: as tarefas atribuídas aos escravizados cresceram, rigorosamente, entre os períodos de montagem e expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba (c.1800-1850). Entre c.1850-c.1870, no apogeu da economia cafeeira, os padrões de exploração da força de trabalho permaneceram relativamente estáveis. E, por fim,

no período de sobrevida da atividade cafeeira (c.1870-9), ocorreu uma nova ampliação na quantidade de grãos de café colhidos pelos trabalhadores escravizados.

Entre c.1800-c.1830, pode-se dizer que os agricultores que investiram na cafeicultura estavam experimentando com a planta do café. De um lado, os não escravistas e os proprietários de pequeno porte foram se deslocando aos poucos para a atividade cafeeira. Para isso, a venda de mantimentos excedentes no mercado interno cumpriu papel fundamental, dado que não havia disponibilidade de crédito agrícola. Parte dos lucros auferidos acabaram sendo aplicados no plantio de pés de café, sobretudo a partir de 1810, com a alta acentuada nos preços do café no mercado mundial. De outro lado, os maiores senhores de escravos apostaram, inicialmente, na produção de açúcar e/ou aguardente. A rebelião escrava de Saint-Domingue (1791-1804) deixou um vácuo no mercado mundial açucareiro e cafeeiro, principalmente por conta da desestruturação do sistema de *plantation*. Com isso, os agricultores do Vale do Paraíba foram motivados a investir parte de seus capitais no plantio de cana-de-açúcar. Em pouco tempo, esses senhores passaram a alocar parte dos recursos – granjeados com a produção de açúcar/aguardente e de gêneros alimentícios – na atividade cafeeira. Nesse período, tanto os menores quanto os maiores proprietários tomaram ciência dos saberes agrônômicos gestados nos espaços cafeeiros do Caribe, especialmente o de Saint-Domingue. E, aos poucos, esses senhores foram introduzindo uma série de inovações com base na experiência concreta, tanto na gestão da paisagem agrária (manejo dos recursos naturais) quanto na administração do trabalho escravo, o que, ao fim e ao cabo, fez com que os senhores do Vale do Paraíba rompessem com os padrões vigentes no Caribe, região que, até o último quartel do século XVIII, dominava o mercado global de café. Esta nova planta produtiva – que deu origem a uma nova espacialidade da cafeicultura – cristalizou-se entre as décadas de 1830 e 1850, e, dali em diante, seria emulada pelas novas zonas de produção de café do Brasil.

Levando em consideração os padrões de exploração da população cativa em outros espaços cafeeiros, fica evidente que, com o deslocamento do eixo da produção de café do Caribe para o Brasil, na passagem dos séculos XVIII para o XIX, os senhores de escravos do Vale do Paraíba cafeeiro elaboraram métodos profundamente espoliativos de exploração da mão de obra escravizada. Em fins do Setecentos, a produção média anual de café por escravizado, nas duas maiores zonas de produção escravista de café até aquele momento, igualava-se a cerca de 230 kg/cativo, em Saint-Domingue, e 219 kg/cativo, no Suriname.²¹¹ No município de Bananal, esse

²¹¹ Cf. MARQUESE, 2013b, p. 294-295; MARQUESE, Rafael de B. A tale of two coffee colonies: environment, slavery, and anti-slavery in Suriname and Saint-Domingue, c.1750-1790 (*no prelo*).

patamar seria ultrapassado já no período de montagem da cafeicultura escravista: em 1829, cada cativo teria sido responsável, em média, pela produção de 332 kg/ano. Nos anos 1850, em pleno apogeu da atividade cafeeira, ocorreria um novo salto: os cativos de Bananal produziram algo ao redor de 1.070 kg/ano, segundo o Censo de 1854. Portanto, na passagem da cafeicultura do Caribe para o Brasil, ocorreram mudanças notáveis nos padrões de exploração da mão de obra escravizada.

A partir de meados de 1872, os inventários *post mortem* passaram a conter a relação dos escravizados matriculados pelos inventariados, em razão dos desdobramentos da Lei do Ventre Livre (1871). Por conta disso, esses processos permitem delimitar, com mais acuidade, o perfil demográfico das escravarias e, conseqüentemente, os padrões de exploração dos trabalhadores confinados nas maiores propriedades rurais cafeeiras. Os senhores eram obrigados a informar, na Matrícula de Escravos (1872-3), o *nome*, a *cor*, a *idade*, o *estado conjugal*, a *naturalidade*, a *filiação*, a *aptidão para o trabalho*, a *profissão* e, eventualmente, *observações*.²¹² No que tange especificamente à profissão, estes inventários possibilitam elaborar estimativas referentes ao número e à proporção de escravizados vinculados diretamente nas lavouras de café. Sendo assim, devemos centrar o foco na população cativa qualificada da seguinte maneira na Matrícula: “*serviço de roça*”; “*de roça*”; “*roceiro*”; “*agricultura*” e “*lavoura*”. A adoção deste método é relevante, pois, nas propriedades de grande porte, sobretudo as que contavam com mais de 50 cativos, parte dos escravizados era especializada em tarefas alheias ao cultivo e beneficiamento do café. Basta citar, a título de exemplo, o caso das cativas domésticas (cozinheira, lavadeira, costureira, enfermeira, engomadeira, mucama, tecedeira etc.), e o dos trabalhadores envolvidos no trato dos animais e no transporte do café para os portos de embarque (arreador, campeiro, carreiro, tropeiro etc.).

Para atingir tal objetivo, foi necessário percorrer os seguintes passos: inicialmente, selecionamos apenas os inventários *post mortem* dos cafeicultores escravistas abertos entre 1872-9, que contavam com as respectivas matrículas de escravizados (51 processos ao todo). Em seguida, descartamos todos os 26 processos referentes aos proprietários com 19 cativos ou

²¹² No período precedente à Lei do Ventre Livre, era prática comum encontrar, no rol de cativos avaliados nos inventários, ao menos algumas destas “qualidades”. Contudo, é raro nos depararmos com processos que contenham informações sistemáticas e simultâneas a respeito da idade, naturalidade, condição de saúde e ocupação das escravarias.

menos, pois em tais propriedades não havia escravizados dedicados única e exclusivamente às lavouras de café. Chegamos, assim, a uma amostra de 25 inventários: oito proprietários tinham entre 20 e 43 cativos; oito possuíam de 50 a 88 cativos; e nove eram donos de 100 a 640 cativos. Dentre esses 25 processos, tivemos de descartar quatro deles, justamente por não apresentarem informações detalhadas a respeito da profissão das escravarias. Portanto, a base empírica final reduziu-se a 21 inventários.²¹³ Embora seja uma amostra restrita, deve-se salientar que ela abarca as maiores propriedades escravistas de café, o que nos permitiu traçar os padrões de exploração dos escravizados residentes em propriedades que, na década de 1870, concentravam grande parte da mão de obra – 2.369 (79,6%) de um total de 2.975 cativos – e dos pés de café – 3.779.650 (86,9%) de um total de 4.351.059 cafeeiros – inventariados em Bananal. As informações extraídas desses 21 inventários devem ser lidas conjuntamente a partir das **Tabelas II.25, II.26, II.27 e II.28**.

Os dados parecem sugerir que o percentil de escravizados de roça era praticamente análogo à proporção de adultos (15 a 49 anos) (**Tabela II.25**). As escravarias diretamente alocadas no trato do café eram compostas por adultos, crianças e jovens (14 anos ou menos) e idosos (50 anos ou mais). A despeito disso, deve-se sublinhar que os cativos de roça eram majoritariamente constituídos pelos adultos, cerca de 70% do total. Pouco mais de um quarto dos roceiros pertencia ao grupo etário dos idosos, e outros 5% tinham até 14 anos de idade (**Tabela II.26**). Os escravizados de roça correspondiam a algo em torno de 60% da população

²¹³ Cf. INVENTÁRIO de Maria Guilhermina Pacheco (Baronesa da Bela Vista). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307; INVENTÁRIO de Joaquim Gonçalves Pereira. Cruzeiro: MMN, 27 abr. 1874. Cartório do 2º Ofício, caixa 3, n. 65; INVENTÁRIO de Luiza Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 11 fev. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 159, n. 3364; INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383; INVENTÁRIO AMIGÁVEL do major Cândido Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 23 set. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3396; INVENTÁRIO de João Gonçalves Pereira. Cruzeiro: MMN, 6 dez. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 162, n. 3407; INVENTÁRIO de Angélica Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 12 jun. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3421; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Josefa da Costa Miranda Almeida. Cruzeiro: MMN, 21 ago. 1876. Cartório do 2º Ofício, caixa 6, n. 124; INVENTÁRIO de Henrique Pereira Cardoso. Cruzeiro: MMN, 21 out. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 164, n. 3436; INVENTÁRIO do Dr. Antônio Barbosa da Silva e Souza. Cruzeiro: MMN, 19 out. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 164, n. 3437; INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158; INVENTÁRIO de Ana Ribeiro dos Santos. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 172, n. 3536; INVENTÁRIO de Emerenciana Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3537; INVENTÁRIO de Rita Tereza dos Santos. Cruzeiro: MMN, 24 jul. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 172, n. 3531; INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551; INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Joaquim José Rodrigues. Cruzeiro: MMN, 5 abr. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3575; INVENTÁRIO de Polucena Maria do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3582; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Marinha Miranda Barbosa (Baronesa de Ariró). Cruzeiro: MMN, 26 jun. 1879. Cartório do 2º Ofício, caixa 10, n. 208; INVENTÁRIO de Januário Ribeiro Guimarães. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 176, n. 3601; INVENTÁRIO do alferes José de Araújo Ferraz Branco. Cruzeiro: MMN, 10 dez. 1879. Cartório do 2º Ofício, caixa 11, n. 225.

cativa arrolada nos inventários (**Tabela II.25**). Esta proporção é bastante semelhante à encontrada por Pedro C. de Mello (de 57,1%), cujo índice foi calculado a partir de informações – coletadas por Laërne, em 1883-4 – referentes a 38 fazendas de café das áreas do Rio e de Santos.²¹⁴

Tabela II.25 – Propriedades Cafeeiras Escravistas, Classificadas de Acordo com Algumas Características por FTP. Bananal, 1872-1879

FTP	Cafeicultores Escravistas	Escravizados				Pés de Café			
		Total	Adultos (15 a 49 Anos)	de Roça	Idade Média dos de Roça	Total	Nº Médio por Escr.	Nº Médio por Escr. Adulto	Nº Médio por Escr. de Roça
Médios	8	241	114	134	39,2	371.350	1.541	3.257	2.771
Grandes	5	319	143	168	43,7	396.000	1.241	2.769	2.357
Mega	8	1.809	1.118	1.119	36,7	3.012.300	1.665	2.694	2.692
Total	21	2.369	1.375	1.421	37,8	3.779.650	1.595	2.749	2.660

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1872-1879 (21 processos).

Quanto à alocação média de pés de café por escravizado de roça, os dados indicam variações nos padrões de exploração desta mão de obra conforme a faixa de tamanho de posse de cativos (**Tabela II.25**). Por sua vez, a proporção de cafeeiros destinada aos cativos estava diretamente atrelada ao perfil demográfico das escravarias (**Tabelas II.26, II.27 e II.28**). Com base em nossa amostra de inventários, pode-se apontar que, nos anos 1870, o número médio de arbustos de café, mantidos e cuidados por um roceiro, mostrou-se notavelmente semelhante nas médias e megapropriedades, enquanto nas grandes unidades cafeicultoras a proporção correlata teria sido um tanto quanto menor em relação à encontrada naquelas FTPs.

Tabela II.26 – Perfil Etário dos Escravizados de Roça por FTP. Bananal, 1872-1879

Faixas Etárias	14 ou -		15 a 30		31 a 49		50 ou +		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
FTP										
Médios	13	9,7	34	25,4	41	30,6	46	34,3	134	100,0
Grandes	4	2,4	38	22,6	47	28,0	79	47,0	168	100,0
Mega	52	4,6	349	31,2	469	41,9	249	22,3	1.119	100,0
Total	69	4,9	421	29,6	557	39,2	374	26,3	1.421	100,0

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1872-1879 (21 processos).

²¹⁴ Cf. MELLO, 1984, p. 20-21 (Tabela 5).

Tabela II.27 – Escravizados de Roça com Doenças e/ou Deficiências Físicas por FTP. Bananal, 1872-1879

FTP	Escravizados		
	Total	com Doenças e/ou Deficiências Físicas	
	N	N	%
Médios	134	6	4,5
Grandes	168	14	8,3
Mega	1.119	39	3,5
Total	1.421	59	4,2

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1872-1879 (21 processos).

Tabela II.28 – Origem dos Escravizados de Roça por FTP. Bananal, 1872-1879

Origem	Africanos		Crioulos		Total	
	N	%	N	%	N	%
Médios	61	45,9	72	54,1	133	100,0
Grandes	95	56,9	72	43,1	167	100,0
Mega	424	38,2	685	61,8	1.109	100,0
Total	580	41,2	829	58,8	1.409	100,0

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1872-1879 (21 processos).

Nota: não foi declarada a origem de 12 cativos.

As distinções nas taxas de exploração da força de trabalho escravizada atrelavam-se às características demográficas desta população. Em primeiro lugar, os roceiros residentes nas grandes propriedades apresentavam idade média mais elevada em comparação aos confinados nas senzalas das médias e megapropriedades (**Tabela II.25**). Quase a metade daqueles cativos tinha 50 anos ou mais, ao passo que, nas médias e megapropriedades, os índices correlatos oscilavam, respectivamente, entre um terço e um quinto do total (**Tabela II.26**). Além desse fato, ou em decorrência disso, a frequência de doenças e/ou deficiências físicas entre os escravizados pertencentes aos grandes proprietários mostrou-se tanto maior que a existente entre as escravarias situadas nas outras FTPs (**Tabela II.27**). Por fim, deve-se atentar para a naturalidade dos escravizados de roça. A população cativa dos grandes proprietários era, em sua maioria, constituída por africanos (**Tabela II.28**), o que provavelmente explica tanto o perfil etário bem como as condições de saúde dessa escravaria. Esses dados evidenciam, portanto, que, nas propriedades rurais cafeeiras, a tarefa imputada à população cativa era ditada por uma conjunção de fatores, quais sejam: 1) o número de pés de café plantados; 2) a dimensão das

escravarias; 3) o perfil etário e as condições de saúde desta população; 4) por fim, a quantidade de cativos aptos ao trabalho nas lavouras de café.

Os dados referentes às quantidades de cafeeiros e de escravizados de roça, compilados na **Tabela II.25**, permitem, ainda, estimar a produção anual de café pela população cativa de Bananal. Para tanto, partiu-se novamente do princípio de que, nos anos 1870, a produtividade dos cafeeiros estaria girando em torno de 30 arrobas por 1.000 pés. Com base nessa estimativa, elaborou-se a **Tabela II.29**. Ela mostra, evidentemente, um grau semelhante de exploração da mão de obra, tanto a pertencente aos médios quanto a dos megaproprietários: nestas unidades agrícolas, cada cativo de roça teria produzido cerca de 1.200 kg de café/ano, ao passo que, nas grandes propriedades, cada trabalhador pode ter sido responsável pela produção aproximada de 1.000 kg de café/ano.

Tabela II.29 – Estimativa da Produção Média Anual de Café (em kg por Escravizado de Roça) por FTP. Bananal, 1872-1879

FTP	Produção de Café (30@ por 1.000 pés)		
	Em @	Em Kg	Kg por Escravizado de Roça
Médios	11.141	163.765	1.222
Grandes	11.880	174.636	1.040
Mega	90.369	1.328.424	1.187
Total	113.390	1.666.826	1.173

Fonte: INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1872-1879 (21 processos).

Os 21 processos de inventário *post mortem*, que serviram de base para essa análise dos padrões de exploração dos escravizados roceiros (trabalhadores diretamente envolvidos no amanho dos pés de café), compõem uma amostra relativamente pequena, conforme afirmamos acima. No entanto, vejam-se as estimativas referentes à produção média anual de café por cativo adulto (15 a 49 anos), segundo as faixas de tamanho de posse (FTPs), entre as décadas de 1810 e 1880 (**Tabela II.30**).²¹⁵ Interessa-nos, nesse momento, observar os padrões de exploração das escravarias, nos anos 1870, especialmente nas médias, grandes e megapropriedades. Os dados sugerem que as estimativas relativas às taxas de sobre-exploração dos **escravizados roceiros**,

²¹⁵ Para o cálculo das estimativas referentes às décadas de 1850, 1860 e 1870, adotamos o mesmo método utilizado na elaboração do **Gráfico II.22**.

com base em uma pequena amostragem de inventários (**Tabela II.29**), são notavelmente semelhantes às dos **cativos adultos**, obtidas por meio de 65 inventários (**Tabela II.30**). Indicando, assim, que, na ausência de informações detalhadas acerca da profissão dos cativos, os pesquisadores poderão se valer dos dados referentes à população escravizada adulta, caso queiram elaborar estimativas atinentes à produção média anual de café por cativo.

Tabela II.30 – Estimativa da Produção Média Anual de Café (em kg por Escravizado – 15 a 49 Anos) por FTP. Bananal, 1817-1879

FTP	1817	1829	1850-59	1860-69	1870-79
Mini	294	475	1.455	2.345	3.755
Pequenos	142	352	905	724	1.610
Médios	90	379	1.237	969	1.564
Grandes	312	414	1.030	1.159	1.035
Mega	7	765	1.054	922	1.157
Total	119	433	1.056	967	1.231

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817; APESP. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças. Areias, 1829; INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1850-1879 (169 processos).

Nota: os volumes de café produzidos nos anos de 1817 e 1829 constam nas fontes; para o período 1850-79, os montantes foram estimados, tendo por base uma produtividade média de 30@ por 1.000 pés de café.

Pedro C. de Mello elaborou estimativas a respeito da produção média anual de café por escravizado de roça. Ele utilizou uma amostra de 29 fazendas de café – hipotecadas ao Banco do Brasil entre os anos de 1867 e 1869 – da área do Rio de Janeiro, com 1.849 cativos. Ao solicitarem empréstimo hipotecário ao banco, as propriedades normalmente forneciam dados relativos à sua produção média anual de café; e esta informação era checada pelos peritos do banco. Adotando uma proporção de 50% de escravizados de roça no total da população cativa das fazendas de café, Mello estimou que, no início da década de 1870, a produção média de café auferida pelos escravizados de roça era de cerca de 155 arrobas ao ano, equivalentes a 2.278 kg/ano.²¹⁶ Percebe-se, assim, que esta cifra era muito superior às estimativas que elaboramos para o município de Bananal. É bom que se diga que o cálculo feito por Pedro C. de Mello representa um limite superior, conforme afirmou o próprio autor. Nesse sentido, pode-se argumentar que os dados referentes à exploração da força de trabalho cativa das fazendas de café de Bananal são bastante sólidos, na medida em que representam um limite inferior.

²¹⁶ Cf. MELLO, 1984, p. 270-271.

Na primeira parte deste trabalho, demonstrou-se que a concentração fundiária – legado da colonização da América portuguesa – existente no período de montagem da cafeicultura escravista – ou, para ser mais preciso, durante a experimentação integrada entre as culturas de cana-de-açúcar e café – seria decisiva para o posterior avanço da atividade cafeeira no Vale do Paraíba. Essa concentração de terras nas mãos de poucas famílias criou as bases para uma maior competitividade do café brasileiro no mercado mundial, ao permitir que os senhores de escravos – que, ao longo da década de 1820, se especializaram na cafeicultura – explorassem de forma extensiva os recursos naturais por meio da exploração intensiva dos trabalhadores cativos. No processo de expansão da cafeicultura escravista, os senhores que, desde c.1810, detinham a posse das terras, acumularam e concentraram grande parte dos escravizados – adquiridos, sobretudo, na ilegalidade do tráfico transatlântico de africanos. Na virada da década de 1820 para a de 1830, os proprietários rurais do Vale do Paraíba acabaram organizando uma nova planta cafeeira: para dar conta da grande produção de café, esses senhores ampliaram os padrões de sobre-exploração da força de trabalho escravizada, na primeira metade do século XIX.²¹⁷

Rafael Marquese demonstrou que os proprietários rurais do Vale do Paraíba, durante a montagem de suas unidades cafeeiras, criaram, aos poucos, um saber agrônomo fundado nas práticas locais. Até o início dos anos 1820, as técnicas agrícolas utilizadas no cultivo de café seguiram os padrões correntes nos espaços produtivos caribenhos do final do século XVIII, notadamente em Saint-Domingue. Contudo, já na década de 1830, os proprietários estavam colocando em prática novas técnicas que, ao fim e ao cabo, acabaram rompendo com os padrões vigentes no Caribe, conforme revelava o manual agrônomo do padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*, publicado em 1836.²¹⁸ E quais foram as mudanças substantivas, introduzidas pelos cafeicultores do Vale, que lhes permitiram o domínio da oferta de café no mercado mundial, numa conjuntura caracterizada pela concorrência entre distintas zonas de produção pelo controle desse produto?²¹⁹

A primeira delas se refere ao alinhamento vertical dos cafeeiros e ao afastamento entre as fileiras dos pés de café. No Vale do Paraíba, o afastamento-padrão adotado – de 14 a 16

²¹⁷ MARQUESE, 2008; MARQUESE, 2009a; MARQUESE, 2013b.

²¹⁸ AGUIAR, Padre João Joaquim Ferreira de. **Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, 1836.

²¹⁹ Em dois artigos, Rafael MARQUESE estabelece comparações substantivas entre o padrão caribenho e o novo padrão elaborado pelos cafeicultores do Brasil. Ver, de sua autoria: MARQUESE, 2008; MARQUESE, 2009a. Os próximos parágrafos baseiam-se, fundamentalmente, em ambos os trabalhos desse autor.

palmas (3,1 a 3,5 m) – implicava em grande desperdício de terras, pois a proporção de arbustos por alqueire geodésico (48.400 m²) variava de cerca de 3.900 a 5.100 pés de café por alqueire. Em Saint-Domingue, a densidade correlata era de 15.700 árvores por alqueire geodésico. Os cafeicultores do Vale puderam adotar esse amplo espaçamento entre os pés em decorrência da enorme disponibilidade de terras em matas virgens no Brasil; algo que foi potencializado pela concentração fundiária nas mãos dos proprietários de grande porte. No caso do Caribe, dada a oferta reduzida desse fator de produção, os produtores se preocuparam em criar um modelo com o objetivo de economizar terreno.

O plantio alinhado vertical de cafeeiros parece ter sido introduzido, no Vale do Paraíba, na virada dos anos 1820 para 1830. Durante os trâmites do processo de inventário do tenente-coronel Luiz Gomes Nogueira (c.1792-1837), um dos herdeiros do já mencionado capitão Hilário Gomes Nogueira, os avaliadores fizeram o seguinte registro, ao avaliarem as plantações de café da fazenda Glória dos Campos: “17 mil pés de café, *novos*, no lugar Boa Fé, *plantados quadrejadamente* [sic]”.²²⁰ Era a primeira vez – e seria a única – que os avaliadores detalhavam a maneira como os pés de café foram plantados. Muito provavelmente, indica o novo método de plantio que passou a ser empregado pelos cafeicultores do Vale do Paraíba, isto é, amplo afastamento entre os pés e disposição vertical dos cafeeiros nos morros de meia-laranja.

Outros processos judiciais confirmam igualmente a adoção desse novo método de plantio. De acordo com o inventário do sargento-mor José Ramos Nogueira (c.1785-1854), autuado em fevereiro de 1855, em Rio Claro, Rio de Janeiro, coube, em legítima paterna, aos herdeiros Pedro Ramos Nogueira (1823-1885), futuro barão de Joatinga, José Antônio de Oliveira Guimarães (c.1813-?) e José Ramos Fragoso (c.1818-?)

[...] as terras e benfeitorias das fazendas da Boa Vista (hoje com a denominação de Loanda) e Bem-Posta, em quantidade e valores unicamente, por isso querem-se dividir de modo que eles interessados possam tomar posse e utilizaram-se daquela porção que lhes for partilhada e demarcada em terras e cafezais [...].²²¹

Com efeito, os sucessores de José Ramos Nogueira, cujo patrimônio inventariado foi calculado em Rs. 920:441\$524, contrataram, em março de 1856, o agrimensor Manoel Rebelo de Almeida para realizar a partilha e a demarcação judicial das terras e dos cafezais existentes

²²⁰ INVENTÁRIO do tenente-coronel Luiz Gomes Nogueira. Cruzeiro: MMN, 23 jan. 1838. Caixa 26, n. 424. Sobre a trajetória desse senhor de engenho e cafeicultor, ver: MORENO, 2015, p. 328-350.

²²¹ INVENTÁRIO do sargento-mor José Ramos Nogueira. Cruzeiro: MMN, [20 fev. 1856]. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1639.

nas fazendas Loanda e Bem-Posta, em Bananal. Interessa-nos, de imediato, uma das anotações feitas pelo piloto de terras durante os trâmites desse processo:

E procedendo-se ao cálculo de medição desta superfície em quantidade de pés de café, *tomando por base quatro mil pés para cada dez mil braças quadradas, capacidade de um alqueire de planta*, acharão conter as 69.120 braças superficiais [6,912 alqueires geodésicos] o total de vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e oito pés de café; sendo no terreno de 39.404 braças superficiais [3,940 alqueires geodésicos], pertencentes ao herdeiro José Antônio [de Oliveira Guimarães, cônjuge de Augusta Maria Nogueira Guimarães], quinze mil, setecentos e sessenta e dois pés de café; e nas de 29.716 braças superficiais [2,971 alqueires geodésicos], em terreno pertencente ao herdeiro José Ramos Fragoso, onze mil oitocentos e oitenta e seis pés de café.²²²

Como se vê, o sargento-mor havia adotado, nas fazendas Loanda e Bem-Posta, um amplo afastamento (16 x 16 palmos) entre os pés de café, o que implicava em uma densidade de cerca de 4.000 arbustos por alqueire geodésico. Embora não seja possível saber ao certo a data em que os 27.648 cafeeiros mencionados foram plantados, pode-se afirmar que eles teriam entre cinco e 20 anos de idade, justamente por se encontrarem produtivos. Nesse sentido, o plantio desses cafeeiros provavelmente foi feito entre os anos de 1836 e 1851, portanto, no momento de cisão dos saberes gestados no Vale do Paraíba em relação aos do Caribe. No complexo cafeeiro Resgate, o comendador Manoel de Aguiar Vallim (c.1806-1878) empregava afastamento-padrão similar, conforme revela o seu processo de inventário, autuado em 1878 (cf. **Quadro III.2**, Capítulo 5).²²³

Em outras propriedades agrárias, contudo, os cafeicultores podem ter se valido de um espaçamento ainda mais amplo. É o caso do complexo cafeeiro Formiga-Bela Vista, que pertenceu ao alferes Francisco de Aguiar Vallim (c.1792-1856). Na fazenda Formiga e no sítio do Turvo – propriedades montadas na virada da década de 1810 para a de 1820 – a proporção de pés de café por alqueire geodésico oscilou, respectivamente, entre 2.700 e 3.200 cafeeiros (cf. **Quadro III.4**, Capítulo 5).²²⁴ Aliás, pode-se cogitar que a adoção desse enorme espaçamento entre as fileiras dos arbustos justifique, em larga medida, o processo precoce de esgotamento dos recursos naturais (terras em matas virgens) nessas propriedades, já na virada dos anos 1860 para 1870.

²²² Ibid.

²²³ INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

²²⁴ INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

A segunda novidade introduzida pelos cafeicultores do Vale do Paraíba refere-se à organização do processo de trabalho. De acordo com Rafael Marquese,

O alinhamento vertical dos pés, com grande espaçamento entre as fileiras, obedecia ao primado da visualização como meio de controle dos trabalhadores. Na safra ou nas capinas, cada escravo era alocado em uma fileira de arbustos, principiando a faina pelo alto dos morros até chegar à sua base: o feitor ou capataz, na parte inferior, teria pleno controle visual sobre as atividades, observando – caso das capinas – se a linha de cativos prosseguia no mesmo passo ditado pelos trabalhadores das pontas, ou – caso da safra – se não deixaram de colher nenhuma árvore ou se as danificaram.²²⁵

O sistema de tarefas também foi aprimorado pelos cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba. Na década de 1830, três métodos distintos estavam sendo experimentados pelos produtores. Nos dois primeiros procedimentos,

a tarefa a ser cumprida obrigatoriamente pelo escravo era fixada em três alqueires, com rigorosa supervisão do feitor para impedir a apanha de frutos verdes. A diferença entre ambos remetia-se à forma de estimular o trabalhador, ou com a cessão de tempo livre caso o escravo cumprisse a tarefa (sistema corrente nas Antilhas), ou com recompensa monetária caso excedesse o *quantum* mínimo exigido. No terceiro método, o que importava ao fazendeiro era antes a quantidade do que a qualidade dos frutos, com a máxima economia de trabalho: colhendo frutos verdes e maduros, era evidente que o *quantum* retirado por cada escravo, em anos de safras boas, seria consideravelmente maior do que os três alqueires exigidos como padrão.²²⁶

O terceiro método seria adotado como regra durante a expansão da *plantation* escravista, no Vale do Paraíba. É o que revela o manual agrônômico de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (barão de Pati do Alferes), redigido no final da década de 1840. No ano de 1847, esse proprietário de Vassouras publicou a *Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, com o propósito de auxiliar o filho, recém-egresso da Europa, que se tornara fazendeiro de café.²²⁷ A tarefa diária seria estabelecida pelo administrador da propriedade, com base na estimativa do volume da safra e nas forças físicas do escravizado. Após o cumprimento dessa tarefa, o cativo estaria apto a receber uma gratificação monetária. Por meio desse estímulo, a tarefa diária elevou-se de forma significativa, entre as décadas de 1830 e 1850. Essa prática funcionou como instrumento poderoso para o enorme aumento ocorrido no montante de

²²⁵ MARQUESE, 2008, p. 143.

²²⁶ MARQUESE, 2008, p. 143-144.

²²⁷ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. 1. ed, 1847. In: SILVA, Eduardo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1985. p. 67.

café colhido pelos escravizados e, por conseguinte, no volume ofertado pelos cafeicultores brasileiros no mercado mundial.

O inventário *post mortem* de Rita Tereza dos Santos (c.1805-1878) comprova a adoção desse sistema de tarefas pelos fazendeiros de café do Vale do Paraíba. Nas últimas declarações e encerramento do processo judicial, aberto em 1878, o alferes Máximo Ribeiro dos Santos, inventariante e filho da finada fazendeira,

[...] declarou mais que [...] ainda há a pagar-se o feitor da fazenda, camaradas que trabalham a jornal, e aos *escravos da apanhação de café aos domingos, segundo o costume da casa*, e bem assim a compra feita de 600 e tantos alqueires de milho aos mesmos escravos, milho esse que se acha no paiol [...].²²⁸

Rita Tereza dos Santos, proprietária da fazenda Barra da Cachoeirinha, detinha, em 1878, a posse de 132 escravizados, 278.500 pés de café e 185,281 alqueires geodésicos. Com base no trecho citado, percebe-se que a fazendeira estava seguindo à risca as prescrições elaboradas pelo barão de Pati do Alferes. Em seu manual, Lacerda Werneck preconizava que “o escravo deve ter domingo e dia santo” e que

o fazendeiro deve, o mais próximo que for possível, reservar um bocado de terra onde os pretos façam as suas roças; plantem o seu café, o seu milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, cana, etc. Não se deve, porém, consentir que a sua colheita seja vendida a outrem, e sim a seu senhor, que deve fielmente pagar-lhe por um preço razoável, isto para evitar extravios e súcias de taberna.²²⁹

É possível observar, portanto, que a fazendeira bananalense facultava o acesso a uma porção de terras para que uma parte da escravaria cultivasse suas próprias roças. O inventário *post mortem* revelou, por exemplo, que a Casa era devedora aos cativos pela compra de “600 e tantos alqueires de milho” (18 toneladas). Vê-se, assim, que os escravizados podiam cultivar mantimentos, desde que o vendessem à sua senhora, conforme postulava o barão de Pati do Alferes.

Em outros processos de inventário, encontramos evidências adicionais que corroboram igualmente a prática da “brecha camponesa”²³⁰ nas unidades cafeeiras escravistas de Bananal.

²²⁸ Cf. INVENTÁRIO de Rita Tereza dos Santos. Cruzeiro: MMN, 24 jul. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 172, n. 3531 (grifos nossos).

²²⁹ WERNECK, 1985[1847], p. 63.

²³⁰ Sobre o assunto, ver: SILVA, Eduardo. A função ideológica da brecha camponesa. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Na propriedade do produtor de café e de aguardente Domingos Antônio Gonçalves (c.1786-?), cônjuge de Ana Maria de Carvalho (c.1798-1833), situada no Turvo, foi mencionada uma plantação de bananeiras pertencente a seus escravos.²³¹ Por seu turno, no processo judicial de Domiciana Maria da Conceição (c.1796-1825), casada com o já aludido sargento-mor José Ramos Nogueira (c.1785-1854), arrolou-se, na fazenda Boa Vista, um cafezal de propriedade dos cativos.²³² E, por fim, na fazenda São Francisco, pertencente ao capitão Francisco de Paula Pereira Leite, os avaliadores registraram, no inventário, a existência de uma “roça dos negros”.²³³ É importante destacar que referências às roças de escravizados são pouco frequentes em processos de inventário, pois inventariantes e avaliadores consideravam apenas os bens pertencentes aos falecidos inventariados. Sendo assim, é bastante provável que a brecha camponesa tenha sido, de fato, algo recorrente em todo o Vale do Paraíba.

O excerto extraído do inventário de Rita Tereza dos Santos revela, ainda, uma outra prática comum, no Vale do Paraíba cafeeiro, relativa ao pagamento em espécie para os cativos dispostos a trabalhar na colheita do café aos domingos – dia reservado para o descanso da população escravizada. Como lembra Rafael Marquese, “a safra (colheita e beneficiamento) constituía o gargalo da atividade, o ponto que determinava as dimensões ideais da força de trabalho nas fazendas”.²³⁴ Para incentivar a mão de obra cativa a trabalhar aos domingos, mas, sobretudo, estimulá-la a colher quantidades cada vez mais elevadas de café, nos dias úteis, os senhores acabaram adotando como norma o pagamento monetário. Na fazenda Barra da Cachoeirinha, pertencente a Rita Tereza, as evidências apontam apenas para a remuneração dos cativos que colhiam café aos domingos, prática relativamente comum no Vale do Paraíba.²³⁵

A terceira novidade, introduzida pelos proprietários rurais do Brasil, consistiu no método de organizar o beneficiamento das safras de café. “A secagem dos frutos [que durava, em média, cerca de dois meses] se dava em terreiros de chão batido até o ponto em que as polpas estivessem completamente secas; nos maiores estabelecimentos, a separação da polpa e

²³¹ INVENTÁRIO de Ana Maia de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 13 abr. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 13, n. 206. O casal possuía oito cativos e 3.000 pés de café.

²³² INVENTÁRIO de Domiciana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 abr. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 19, n. 305. Na data, o sargento-mor era dono de 136 escravizados, 56.000 cafeeiros e 168,5 alqueires geodésicos de terras.

²³³ INVENTÁRIO do capitão Francisco de Paula Pereira Leite. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 108, n. 2319. O casal detinha a posse de 187 cativos, 441.000 pés de café e 362,5 alqueires geodésicos de terras.

²³⁴ MARQUESE, 2008, p. 145.

²³⁵ João Fragoso encontrou casos correlatos no município de Paraíba do Sul. Cf. FRAGOSO, João L. R. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1983, p. 51-52; 65-67. Rafael Marquese também citou exemplos que comprovam a difusão da prática de pagamento aos cativos pelo trabalho de colheita realizado aos domingos. Cf. MARQUESE, 2008, p. 145 (nota 32).

do pergaminho ocorria nos pilões”.²³⁶ O engenho de pilões, denominado “engenho de socar café” nos inventários, havia sido criado por Joaquim Theodoro da Roza, no município de Pirai, em 1832. Em pouco tempo, esse maquinário ganhou a atenção dos cafeicultores, principalmente dos proprietários rurais de grande porte, justamente por abreviar o tempo necessário para o beneficiamento do café. A título de exemplo, ao menos três grandes propriedades inventariadas contavam com o engenho de pilões hidráulico, na década de 1830: a fazenda Boa Vista (mais tarde, Loanda), pertencente ao já aludido sargento-mor José Ramos Nogueira (c.1785-1854); a fazenda Glória dos Campos, de propriedade do tenente-coronel Luiz Gomes Nogueira (c.1792-1837); e a fazenda das Marrecas, do tenente José Ferreira Gonçalves (c.1778-1858). Esses três fazendeiros detinham, cada qual, a posse de mais de 100 cativos e de 50.000 pés de café.²³⁷

Uma outra inovação adotada nas propriedades rurais cafeeiras, no Vale do Paraíba, consistiu em um novo arranjo arquitetônico: as senzalas em quadra, ou “quadro de senzalas”, termo mais frequente nos inventários *post mortem*. Esse modelo arquitetônico rompeu com os padrões vigentes nas Américas.²³⁸ Segundo Marquese, os cafeicultores vale-paraibanos adotaram as senzalas em quadra – e, os senhores de engenho de Cuba, os barracões de pátio – com o claro objetivo de aumentar o controle espacial sobre as escravarias, “em um contexto de aceleração da produção de café e açúcar, aumento no volume do tráfico negreiro transatlântico ilegal e acirramento das tensões internas e externas em torno da escravidão”.²³⁹

Ao que tudo indica, esse novo arranjo arquitetônico surgiu na virada da década de 1820 para a de 1830 e, muito provavelmente, foi adotado apenas nas propriedades rurais de grande porte, com mais de 50 cativos. Dentre os processos de inventário analisados nesta pesquisa, o primeiro a conter uma menção explícita a esse novo modelo de moradia escrava foi o de Felícia Maria de Santana (c.1791-1835), cônjuge de Joaquim Manoel de Freitas (c.1785-1854).²⁴⁰ Nos anos 1830, Freitas era um reputado cafeicultor e produtor de aguardente. Detentor de 76 escravizados, era dono de duas unidades produtivas, encravadas na sesmaria da Perapetinga: o sítio da Perapetinga ocupava uma área de 115 alqueires geodésicos, e tinha 52.000 pés de café;

²³⁶ MARQUESE, 2009a, p. 875.

²³⁷ Cf. INVENTÁRIO de Domiciana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 abr. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 19, n. 305; INVENTÁRIO do tenente-coronel Luiz Gomes Nogueira. Cruzeiro: MMN, 23 jan. 1838. Caixa 26, n. 424; INVENTÁRIO de Antônia Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 5 mar. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 32, n. 561.

²³⁸ MARQUESE, 2005. Segundo o autor, as senzalas em quadra compreendiam “[...] edifícios contínuos erigidos em formato retangular e subdivididos em compartimentos ou cubículos, todos voltados para um terreiro ou pátio com entrada única guardada por um portão de ferro”. *Ibid.*, p. 167.

²³⁹ *Ibid.*, p. 168.

²⁴⁰ INVENTÁRIO de Felícia Maria de Santana. Cruzeiro: MMN, 22 fev. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 21, n. 328. A respeito da trajetória desse casal, ver: MORENO, 2015, p. 328-350.

já o sítio da Serra contava com 25,5 alqueires e 18.000 cafeeiros. No sítio da Perapetinga, que correspondia à principal unidade agrícola do casal, os avaliadores anotaram a existência de “*dezenove lanços de casas em um quadro que servem de senzalas, tudo coberto de telha, feitos de madeira lavrada, rebocados e caiados à frente, e calçados tudo de pedra à roda, com vinte e uma portas e duas janelas*”.²⁴¹

Marco Aurélio dos Santos estudou a “geografia da escravidão” em Bananal, na segunda metade do século XIX. Por meio da análise conjunta dos processos-crime – envolvendo cativos que cometeram crimes contra senhores, feitores, administradores e outros escravizados – com os inventários *post mortem* dos proprietários, esse autor demonstrou que o espaço agrário, sobretudo o quadrado das senzalas, constituiu em um dos elementos centrais para os mecanismos de dominação senhorial. Isto dificultou, mas não impediu a resistência escrava. Nesse sentido, os escravizados foram levados a elaborar estratégias específicas de resistência por meio de usos alternativos desse mesmo espaço.²⁴²

²⁴¹ Algumas senzalas em quadra podem ser encontradas nos seguintes processos de inventário: INVENTÁRIO do Guarda-mor Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 53, n. 987; INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446; ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO do Padre Bento José Duarte. Cruzeiro: MMN, 1 fev. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 74, n. 1452; INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS de Joaquim Antônio de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 22 set. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 76, n. 1535; INVENTÁRIO do sargento-mor José Ramos Nogueira. Cruzeiro: MMN, [20 fev. 1856]. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1639; INVENTÁRIO de Joaquim Ferreira de Castilho. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 98, n. 2067; INVENTÁRIO do comendador Antônio José Nogueira. Cruzeiro: MMN, 15 abr. 1864. Cartório do 1º Ofício, caixa 112, n. 2422; INVENTÁRIO de Manoel Brás de Souza Arruda. Cruzeiro: MMN, 19 nov. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 3006; INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510; INVENTÁRIO de Ana Ribeiro dos Santos. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 172, n. 3536; INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219; INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048; INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383. Vale notar que outro autor já havia feito, anteriormente, esse mapeamento. Cf. SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro: Bananal, 1850-1888**. São Paulo: Alameda, 2016. p. 45-46 (nota 12).

²⁴² Cf. SANTOS, 2016.

**TERCEIRA PARTE – AS *PLANTATIONS* CAFEEIRAS NA CRISE DA
ESCRAVIDÃO**

5 OS LIMITES DA EXPANSÃO DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA NO VALE DO PARAÍBA CAFEIEIRO

Às vésperas da abolição da escravidão no Império do Brasil, Luciano José de Almeida Vallim, fazendeiro de café, vereador e presidente da Câmara Municipal de Bananal, informava aos membros da Comissão de Estatística da província de São Paulo, em novembro de 1887, que “o mais importante [município] da província [...] quando das grandes derrubadas para o plantio do café [...] progrediu até 1866, época em que começou a se manter estacionário. Agora, retrógrad[o]”.¹ Com efeito, os anos 1880 marcariam, de forma definitiva, a crise da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba cafeeiro. Os primeiros sinais desta debacle, no entanto, pairavam no horizonte dos fazendeiros em Bananal e, no geral, nos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba Ocidental (Areias, Queluz, São João Marcos, Rio Claro, Barra Mansa, Resende, Vassouras e Piraí), desde meados da década de 1860. Nessa época, os proprietários rurais tinham plena consciência dos impactos que uma crise, inicialmente de matriz ecológica, poderia causar nos negócios do café.²

O plantio das primeiras mudas de café, em Bananal, foi efetuado nas décadas de 1780 e 1790, simultaneamente à fundação do povoado do Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal. O cultivo de café em larga escala seria realizado só nos anos 1810. A volta da paz na Europa, com a consequente reorganização dos mercados consumidores, provocou o aumento da demanda de café nos portos do Atlântico Norte, majorando, de forma acentuada, os preços do produto no mercado global. Nas décadas de 1820, 1830 e 1840, a penetração e a ampliação das plantações de café nas propriedades rurais transformaram o município em uma típica região de *plantation* escravista; nos anos 1850, atingiu o seu pico histórico de produção, tornando-se a maior exportadora de café da província de São Paulo. Todavia, no último quartel do Oitocentos, já eram visíveis o desgaste do solo, a produtividade declinante dos cafeeiros e a

¹ RAMOS, Agostinho Vicente de Freitas. **Pequena história do Bananal**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. p. 101. O ofício da Comissão Central de Estatística da província de São Paulo foi remetido à Câmara Municipal de Bananal em sete de fevereiro de 1887. Cf. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANANAL. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1879 a 10 set. 1887. Infelizmente, não encontramos o Livro de Atas subsequente, que nos daria informações precisas sobre o conteúdo do Relatório redigido pela Câmara de Bananal.

² Sobre a decadência da cafeicultura escravista em Vassouras, ver: STEIN, Stanley. **Vassouras**. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Acerca do “definhamento do sistema agrário” em Paraíba do Sul, ver: FRAGOSO, 1983. Para Slenes, ao contrário, o Vale do Paraíba não seria uma região decadente na década de 1870. Teria experimentado, antes, período de “grandeza” na economia cafeeira. A crise iria se manifestar somente no início dos anos 1880, devido a fatores políticos, não econômicos. SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil**: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE-USP, 1986. p. 103-155.

relativa escassez de recursos naturais (terras em matas virgens), condições fundamentais para a expansão da produção de café. Altera-se a paisagem agrária local com a diminuição da capacidade produtiva de suas fazendas.

No sistema agrário vigente na cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, a reprodução (extensiva) era realizada mediante a incorporação de (mais) terras em matas virgens e (mais) força de trabalho, sem o intermédio de instrumentos de trabalho ou técnicas agrícolas mais sofisticadas. Nesse sistema de uso da terra, marcado por uma pequena inversão de trabalho por alqueire (derrubada, queimada, roçada e abertura de covas), a expansão da produção se faziam a partir da derrubada de matas e da aquisição de trabalhadores escravizados.³ A escassez de terras em mata virgem, o desgaste do solo e a produtividade declinante dos pés de café, nos primeiros municípios cafeeiros do Médio Vale do Paraíba, provocou o colapso do sistema agrário vigente desde os primórdios da cafeicultura. Essa devastação ambiental se materializou, portanto, na progressiva redução da capacidade de ampliação da produção das fazendas.⁴

A produção escravista de café no Império do Brasil, particularmente no Vale do Paraíba, cresceu de forma vertiginosa ao longo de toda a primeira metade do século XIX, sobretudo a partir dos anos 1830. Nesse período, o Brasil tornou-se o maior produtor mundial do artigo, ultrapassando todos os demais competidores.⁵ Entre 1850 e 1863, as exportações de café permaneceram em patamares relativamente estáveis.⁶ Todavia, observa-se a tendência ao crescimento nas exportações, entre 1850-6, e, ao contrário, uma tendência à retração, entre 1857-63 (cf. **Gráfico II.16**). A queda nas exportações, neste último período, foi motivada por três fatores: a praga da borboletinha, que infestou os arbustos de café dos fazendeiros da Bacia do Paraíba entre 1861-3;⁷ a escassez de mão de obra cativa; e, por fim, o gargalo provocado pelo sistema de transporte que utilizava tropas de mulas.⁸

A partir de meados dos anos 1860, abre-se um novo ciclo de prosperidade para os cafeicultores escravistas, marcado pela expansão da produção de café no Império do Brasil, especialmente entre 1863 e 1878, quando se expandem as exportações (cf. **Gráfico II.16**). A

³ FRAGOSO, 1983.

⁴ MARQUESE, Rafael de B. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum (UFPB)**, v. 29, p. 289-321, 2013b.

⁵ MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 360.

⁶ SAMPER, Mario & FERNANDO, Radin. Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960, in: William G. Clarence-Smith & Steven Topik. **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 432-435 (Tabela A.14).

⁷ Cf. WHATELY, Maria Celina. **O café em Resende no século XIX**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

⁸ YOUSSEF, 2019, p. 102-103.

alta mais que proporcional nos preços das sacas de café, em relação aos preços dos escravos (cf. **Gráfico II.20**), incentivou os cafeicultores escravistas do Médio Vale do Paraíba a retomarem os investimentos na atividade produtiva cafeeira.⁹ Com isso, acelerou-se, ainda mais, o processo de esgotamento das reservas de terras em matas virgens existentes nas unidades produtivas cafeeiras de Bananal e, de modo geral, nos primeiros municípios cafeeiros do Vale do Paraíba. Nesse ínterim, os fazendeiros de café, sobretudo os que dispunham de escassas reservas de matas, não pouparam sequer as terras em “capoeira”. Essas terras, se respeitado o sistema de pousio por um certo período, poderiam dar uma sobrevida ainda maior à cafeicultura no Vale. Entretanto, os cafeicultores do Vale, durante todo o século XIX, de forma consciente, ignoraram a questão ambiental (uso do solo) e guiaram suas estratégias empresariais principalmente pela demanda e cotações do café no mercado mundial. Com isso, acabaram acelerando a crise ecológica que pairava no horizonte desde meados dos anos 1860.

Apesar de os cafeicultores terem reinvestido seus capitais na produção cafeeira, na virada dos anos 1860 para 1870, convertendo as áreas em matas virgens e em capoeiras em novos pés de café, esse processo mostrou-se, na prática, demasiadamente limitado. Como dito acima, os primeiros municípios cafeeiros do Médio Vale do Paraíba estavam sendo sistematicamente explorados desde as primeiras décadas do século XIX. Nesse sentido, havia exíguos talhões de terra em matas virgens para parcela significativa dos fazendeiros, o que freava, na prática, as oportunidades de realizar novos investimentos. Portanto, o período histórico em tela – meados de 1860 e princípios de 1870 – balizou os limites da expansão da cafeicultura escravista em Bananal e no Médio Vale do Paraíba.

O processo de retomada dos investimentos na atividade produtiva cafeeira tornou-se possível devido à conjugação de três fatores primordiais. O primeiro deles diz respeito à construção e à expansão da Estrada de Ferro D. Pedro II, no Vale do Paraíba. Até os anos 1850, todas as sacas de café eram remetidas aos portos do Rio de Janeiro por tropas de mulas.¹⁰ Esse sistema, de eficiência relativa, era oneroso para os fazendeiros de café. Primeiro, demandava prover a subsistência de uma numerosa tropa de muas nas propriedades rurais. Segundo, transferia força de trabalho cativa da faina agrícola para a condução das tropas até os portos.¹¹

⁹ FRANCO, Maria Sylvania de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 1. ed., 1969. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

¹⁰ Sobre o papel dos tropeiros envolvidos com a distribuição de mantimentos destinados à praça do Rio de Janeiro, cf. LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 1. ed., 1979. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

¹¹ Rogério Ribas assinala que, entre 1840-69, de 6% a 7% da mão de obra masculina das propriedades rurais cafeeiras de Vassouras estava diretamente ligada ao serviço de transporte de café. Cf. RIBAS, Rogério de Oliveira.

Terceiro, as tropas de mulas não eram suficientes para atender à crescente demanda de café, em decorrência do grande volume de grãos produzidos nas fazendas. Nesse sentido, a implantação da ferrovia – cujo primeiro trecho entrou em operação em 1858 – e a ampliação de seus ramais – a partir dos anos 1860, intensificada na década seguinte – provocaram a redução dos custos com o transporte dos grãos de café para o Rio de Janeiro, além de incorporar ao processo produtivo regiões de fronteira agrícola aberta.¹² A expansão da malha ferroviária no Vale do Paraíba permitiu, ainda, estancar o gargalo provocado pelo sistema de transporte no lombo de mulas, estimulando os fazendeiros a plantarem novos arbustos de café, na medida em que seria possível escoar, em tempo hábil, toda a produção resultante dos cafeeiros, velhos e novos.

Bananal não foi contemplada no traçado da linha férrea Pedro II, e o município só conheceu a modernidade dos trilhos em 1º de janeiro de 1889, com a inauguração da Estrada de Ferro do Bananal.¹³ De todo modo, os fazendeiros bananalenses passaram a despachar a produção de café local através da Estação de Barra Mansa, inaugurada em 16 de setembro de 1871, distante cerca de 30 km. Até o início dos anos 1870, as tropas de muares percorriam, em média, 60 a 80 km para escoar a produção através dos portos de Angra dos Reis, de onde o café era despachado, posteriormente, para o Rio de Janeiro. De 1871 em diante, todos os cafeicultores de Bananal passaram a utilizar a Estação de Barra Mansa para remeter as safras para a Corte.¹⁴ O encurtamento das distâncias reduziu, portanto, os custos dos fazendeiros, principalmente no que tange à manutenção de numerosas tropas de muares e ao pagamento dos fretes.¹⁵

Um outro aspecto impactou positivamente a retomada dos investimentos na atividade cafeeira pelos fazendeiros. Na segunda metade dos anos 1860, após o término da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, ampliou-se a demanda de café norte-americana, que resultou no aumento mais que proporcional nos preços da saca de café em comparação aos preços dos

Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 1989. p. 72-73. Stanley Stein havia apontado anteriormente que “[...] 20% da força de trabalho masculina produtiva e efetiva da fazenda [...] eram tirados do campo para trabalharem como tropeiros”. Cf. STEIN, 1990[1957], p. 122.

¹² Sobre a construção e início das atividades operacionais da ferrovia D. Pedro II: EL-KAHREN, Almir Chaiban. **Filha branca de mãe preta:** a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865). Petrópolis: Vozes, 1982. Para a expansão da malha ferroviária: MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias:** a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas, SP: Pontes, 1990.

¹³ RAMOS, 1978, p. 241-251.

¹⁴ Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1871-1879. Ver, particularmente, as Contas de Tutela e as Legalizações de Dívidas, ambas anexadas aos processos de inventário.

¹⁵ Em todo o Vale do Paraíba, os fazendeiros de café queixavam-se constantemente do estado de conservação das estradas. Cf. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANANAL. Cruzeiro, MMN, 5 jul. 1854 a 5 jan. 1861; 14 dez. 1870 a 29 set. 1879; 3 out. 1879 a 10 set. 1887. Ver, também: RIBAS, 1989, p. 98-115.

escravos.¹⁶ Nesse sentido, o mercado global em alta incitou os cafeicultores a derrubarem as pequenas parcelas restantes de matas virgens existentes em suas unidades produtivas.¹⁷

O tráfico interprovincial de escravos cresceu de forma significativa nas décadas de 1860 e, sobretudo, 1870, ampliando a oferta da força de trabalho para os fazendeiros de café do Centro-Sul, inclusive no Médio Vale do Paraíba. Aspectos conjunturais explicam esse afluxo em massa de cativos para a região. Nas províncias do Norte, principalmente aquelas ligadas à produção de açúcar e algodão, o acirramento da concorrência com o açúcar cubano e com o algodão norte-americano provocou uma queda nos preços desses artigos, levando os senhores de escravos a se desfazer de boa parcela de sua força de trabalho.¹⁸ Além disso, uma grande seca prejudicou muitos agricultores situados no sertão, sobretudo, no Ceará. Na província do Rio Grande, a retração na produção escravista de charque também estimulou o tráfico para o Centro-Sul. Por conta disso, foi suprimida a demanda dos fazendeiros de café do Médio Vale do Paraíba e de São Paulo, que necessitavam de braços, de um lado, para repor a força de trabalho relativamente envelhecida e, de outro, expandir a mão de obra necessária para cultivar os novos cafeeiros.¹⁹

Os inventários *post mortem* permitem deslindar, ainda que parcialmente, o processo de recuperação da atividade econômica cafeeira por parte dos fazendeiros do Médio Vale do Paraíba. A partir do histórico produtivo de dois *complexos cafeeiros* e três *complexos de fazendas*,²⁰ situados no município de Bananal, pretende-se demonstrar que, a despeito do

¹⁶ Sobre a majoração nos preços do café, ver: BACHA, E. “Política brasileira do café. Uma avaliação centenária”. In: BACHA, E.; GREENHILL, R. **Marcelino Martins & E. Johnston**: 150 anos de café. 2ª ed. revisada. São Paulo: Salamandra Cons. Editorial, 1992. p. 325; MARQUESE, 2013b.

¹⁷ YOUSSEF, 2019, p. 214-215.

¹⁸ Com exceção dos proprietários da Bahia, que ofertaram poucos cativos no tráfico interno. Nesta região, a população escrava manteve-se relativamente estável no período. Cf. SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888. Regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). **The chattel principle**: internal slave trades in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004. p. 325-370.

¹⁹ Acerca do tráfico interno de cativos, ver: SLENES, 1986; MOTTA, José F.; MARCONDES, Renato L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 30, n. 2, p. 267-299, abr./jun. 2000b; GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 121-160, jan.-jun. 2002; MOTTA, 2012.

²⁰ Adotamos, aqui, a definição de *complexo cafeeiro* e *complexo de fazendas* proposta por Thiago Campos Pessoa. Segundo esse autor, o *complexo cafeeiro* seria formado por um conjunto de fazendas – especialmente contíguas ou não – com gestão financeira centralizada (pertencente a um mesmo proprietário), mas com gestão operacional descentralizada (administradores e/ou feitores são diretamente responsáveis pelo controle, dentro de cada unidade, da respectiva escravaria); e contava com uma articulação estreita – normalmente, via relações de parentesco – com as zonas portuárias de escoamento da produção (armazéns no litoral) e a praça mercantil do Rio de Janeiro (casas comissárias). Já o *complexo de fazendas*, em tudo era semelhante ao complexo cafeeiro, exceto pelo fato de não envolver uma conexão estreita (familiar) com os portos. Cf. LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **A indiscrição como ofício**: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888). Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2015. p. 227-232.

aumento dos investimentos na cultura do café, a quadra histórica da virada dos anos 1860 para 1870 foi marcada por uma iminente devastação ambiental no Vale do Paraíba cafeeiro. Os ventos favoráveis à expansão da cafeicultura escravista acabaram esbarrando em um aspecto central da paisagem agrária local: a degradação do solo, o envelhecimento dos cafeeiros e o esgotamento dos recursos naturais (terras em matas virgens).

Inicialmente, cumpre elucidar o método empregado na triagem dos casos investigados. Em primeiro lugar, foram mapeadas todas as fazendas de café, inventariadas na década de 1870, que possuíam informações detalhadas acerca da distribuição de terras (campo, capoeira, cultura, mata virgem, pasto etc.) e do “estado” dos pés de café (“novos”, “velhos” etc.); buscou-se aquilatar a capacidade produtiva dessas fazendas, naquele período. O passo seguinte consistiu em identificar, de forma retroativa, a partir de uma série de fontes – Listas Nominativas de Habitantes (1817, 1822, 1829 e 1836); Inventários *post mortem* (1830-79); IBR (1819), RPT (1855-8), Almanak Laemmert (1854-61); Almanack da Província de São Paulo (1873); entre outros documentos disponíveis – a trajetória da produção nessas unidades, no decurso do século XIX. Objetivava-se, assim, acompanhar a dinâmica destas fazendas nos períodos de montagem, expansão, apogeu e sobrevida da cafeicultura escravista em Bananal. Nesse sentido, até o presente momento, foi possível recuperar parcialmente o histórico de cinco complexos, quais sejam: 1) Resgate, que pertenceu ao comendador Manoel de Aguiar Vallim (c.1806-78); 2) Bom Retiro, propriedade da família do comendador Antônio Barbosa da Silva (c.1815-75); 3) Santo Antônio dos Barreiros, fundado pelo major Antônio Joaquim de Godoi Bueno (?-1856); 4) Monte Alegre, edificado pelo comendador Francisco Ramos de Paula (?-1878); 5) Bela Vista, implantado pela família do alferes Francisco de Aguiar Vallim (c.1792-1856). Os cinco complexos, cujos chefes pertenciam à elite fundiária local, chegaram a produzir, no início da década de 1860, no apogeu da cafeicultura escravista, 92.000 arrobas de café, aproximadamente 18,7% do café exportado por Bananal através dos portos de Angra dos Reis.²¹

Procurou-se, desta forma, a partir de fragmentos, delinear o percurso dos cinco complexos, tendo em vista as distintas conjunturas econômicas. Muito embora utilizemos uma amostra diminuta frente ao conjunto de fazendas de café existentes em Bananal, cabe destacar que os cinco complexos são representativos, na medida em que refletem, no campo particular, os movimentos gerais da economia cafeeira ao longo do século XIX. Sendo assim, esses estudos

²¹ Cf. “Mapa do arrolamento das Fazendas de café situadas nas imediações das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, organizado na conformidade do artigo 104 do Regulamento Provincial de 24 de setembro de 1860 pela Coletoria de Rendas Provinciais do Município de Angra dos Reis”. In: PEREIRA, Waldick. **Cana, café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977. p. 55-70.

de caso iluminam as fases de montagem, expansão, apogeu e sobrevida da cafeicultura escravista, no Médio Vale do Paraíba. O perfil demográfico das escravarias, o quadro produtivo das fazendas (distribuição de terras e de pés de café) e o grau de endividamento também serão considerados na análise.

5.1 Complexo cafeeiro Resgate

O primeiro complexo cafeeiro a ser analisado pertenceu a um dos homens mais ricos do Império do Brasil, o comendador Manoel de Aguiar Vallim (c.1806-1878). Natural de Bananal, era filho de José de Aguiar de Toledo (c.1771-1837) e Maria Ribeiro de Aguiar (c.1782-1853).²² Em 1844, contraiu núpcias com Domiciana Maria de Almeida Vallim (1826-1907), primogênita do comendador Luciano José de Almeida (1797-1854) e Maria Joaquina de Almeida (1803-1882), abastados fazendeiros de café em Bananal, selando, assim, a união das famílias *Almeida Nogueira e Aguiar Vallim*.

No início de 1878, faleceu o fazendeiro-capitalista,²³ aos 72 anos de idade, na sede de seu complexo cafeeiro, a Fazenda Resgate.²⁴ O comendador foi um dos membros mais importantes do Partido Conservador, em Bananal, onde ocupou os cargos de Juiz de Paz (1861-4) e de vereador na Câmara Municipal em pelo menos três legislaturas (1853-6, 1857-60, 1873-6).²⁵ Um mês após o seu passamento, Domiciana Maria procedeu à abertura do processo de inventário *post mortem* do casal. O potentado²⁶ acumulou, ao longo de sua vida, uma fortuna extraordinária, avaliada em 2:847:169\$362. Além da viúva, o comendador deixou sete filhos legítimos: 1) Francisca Vallim de Almeida, 30 anos, casada com o major Luiz Antônio de Almeida (tio materno de Francisca); 2) Amélia Vallim Pereira de Souza, 26 anos, casada com

²² Sobre a trajetória de José de Aguiar de Toledo, ver: MORENO, Breno S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 328-350.

²³ O termo designa o tipo de “empresário que não vivia exclusivamente de sua produção agrícola”. Cf. FRAGOSO, João L. R.; RIOS, Ana Maria L. Um empresário brasileiro nos oitocentos. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 199.

²⁴ Sobre a fazenda Resgate, ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. Rafael Marquese analisou o conjunto de pinturas parietais da casa de vivenda da Resgate, aspecto não investigado a fundo no livro supracitado. Cf. MARQUESE, Rafael de B. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, p. 83-128, 2010.

²⁵ RAMOS, 1978, p. 91-92; 317.

²⁶ Ricardo Salles, Mariana Muaze e Thiago Campos vêm desenvolvendo, nos últimos anos, a categoria de análise “potentado”. Os critérios para identificá-lo seriam os seguintes: 1) possuir pelo menos três grandes propriedades rurais; 2) ter mais de 300 escravos; 3) deter grandes reservas de valor em títulos, ações, moedas etc.; 4) diversificar os negócios (comércio, usura, fazenda de café, aluguel etc.). Cf. Informação fornecida por Ricardo Salles, em 2017.

o Dr. Pedro Luiz Pereira de Souza; 3) Luciano José de Almeida Vallim, 23 anos, solteiro;²⁷ 4) Cândida de Almeida Vallim, 18 anos, solteira;²⁸ 5) Manoel de Aguiar Vallim (futuro Barão de Aguiar Vallim), 17 anos, solteiro; 6) Guilhermina de Almeida Vallim, 14 anos, solteira;²⁹ 7) Eduardo de Almeida Vallim, oito anos.³⁰

A riqueza pertencente ao fazendeiro-capitalista, em 1878, pode ser segmentada em dois grandes grupos. De um lado, os bens rurais conformavam a atividade produtiva cafeeira: animais, escravizados, terras, cafezais e imóveis rurais (edifícios), que correspondiam a um terço de toda a fortuna. De outro, as apólices da dívida pública dos Estados Unidos e do Império do Brasil, as apólices do empréstimo nacional de 1868, 1871 e 1875, as letras hipotecárias do Banco do Brasil e do Banco Predial e as dívidas ativas (empréstimos a juros) configuravam a atividade financeira. Esses negócios concentravam o grosso do patrimônio de Vallim (62,1% do total). Por fim, vale mencionar que só 2,4% do espólio estava alocado em imóveis urbanos.³¹

Os dados disponíveis na **Tabela III.1** evidenciam que o potentado investia simultaneamente nas atividades produtiva e financeira. A partir de 1867, Manoel de Aguiar Vallim passou a diversificar os seus negócios, alocando parcela substantiva dos capitais oriundos da esfera produtiva na atividade financeira.³² Não obstante o grosso de a riqueza estar alicerçada nesta última atividade, a maior parte da receita bruta (54,5% do total) do comendador provinha das exportações de café para os mercados do Atlântico Norte, o que demonstra o papel central da esfera produtiva nos seus negócios. O restante decorria da esfera financeira: 36,4% de juros dos títulos públicos e 9,1% de saldos de contas correntes (empréstimos a juros).³³ Logo,

²⁷ Em 1878, casou-se com América Toledo de Aguiar Vallim, filha de José de Aguiar Toledo e Maria Guilhermina Pacheco (Barão e Baronesa da Bela Vista).

²⁸ Contraiu núpcias, em 1880, com o Dr. José Álvares Rubião, médico residente na cidade de Piraí, Rio de Janeiro.

²⁹ Aos 23 de novembro de 1878, uniu-se conjugalmente ao Dr. João Álvares Rubião Júnior, morador de Barra Mansa, Rio de Janeiro.

³⁰ Sobre as estratégias familiares quanto às alianças matrimoniais das famílias Almeida e Aguiar Vallim, cf. FARIA, Sheila S. de C. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 63-97.

³¹ Os edifícios urbanos eram constituídos por: “uma casa de sobrado situada no Largo Municipal” (30:000\$000); “duas casas anexas ao sobrado” (750\$000); duas casas na Rua Direita (4:000\$000); uma casa na Rua do Comércio (3:000\$000); “uma casa térrea situada à Rua da Boa Vista” (300\$000); o “Teatro denominado de Santa Cecília, e seus acessórios, situado à Rua do Comércio” (5:000\$000); e, por último, “uma casa de sobrado na Rua Conde D’Eu, nº 159 [...]”, na Corte do Rio de Janeiro (25:000\$000). Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

³² No inventário há a referência explícita ao ano de 1867. A viúva inventariante declarou “[...] que existem 53 *bonds* dos Estados Unidos, 6%, [do ano de] 1867 [...]”. Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

³³ Em 1879, Domiciana Maria apresentou “a conta da administração dos bens do casal do comendador Manoel de Aguiar Vallim no período de 1878 a 1879”. No documento, lê-se que a receita bruta total se igualou a 216:922\$844: 1) líquido do café, 118:274\$193; 2) juro dos títulos públicos, 78:970\$000; 3) “valores recebidos” (saldos de contas), 19:678\$651. As “despesas”, por seu turno, resultaram na quantia de 30:684\$925. Portanto, a receita líquida total atingiu a soma de 186:237\$919 (6,5% da riqueza inventariada em 1878). Cf. *Ibid.*

a renda anual da Casa dependia, em larga medida, da atividade produtiva praticada no complexo cafeeiro. Ao que parece, a produção escravista de café não estaria sendo preterida pelo fazendeiro-capitalista.³⁴ Os dados sugerem, muito pelo contrário, que, na década de 1870, a atividade produtiva cafeeira em Bananal e, no geral, em todo o Médio Vale do Paraíba, era altamente lucrativa.³⁵

**Tabela III.1 – Composição do Patrimônio do Comendador Manoel de Aguiar Vallim.
Bananal, 1878**

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	23:983\$000	0,8
Animais	19:275\$000	0,7
Escravos	603:395\$000	21,2
Terras	81:250\$000	2,9
Pés de Café	188:080\$000	6,6
Imóveis Rurais	72:540\$000	2,5
Imóveis Urbanos	68:050\$000	2,4
Moeda	20:500\$000	0,7
Apólices e Letras Hipotecárias	1:635:429\$000	57,4
Dívidas Ativas	133:187\$362	4,7
Outros	1:480\$000	0,1
Total	2:847:169\$362	100,0

Fonte: INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

³⁴ Baseando-se nos inventários *post mortem* do comendador Manoel de Aguiar Vallim (1878), Barão de Nova Friburgo (1872) e Barão de Itapetininga (1877), Fragoso e Rios argumentam que, nos anos 1870, esses fazendeiros-capitalistas estavam “abandonando a escravidão”, na medida em que “[...] pararam de adquirir escravos e terras e de investir em suas fazendas e passaram a investir em opções não agrícolas, algumas de caráter rentista e, inclusive, com uma lucratividade menor.” Como resultado disso, ao final de suas vidas, a maior parte da riqueza desses empresários estava aplicada fundamentalmente em atividades financeiro-rentistas. Cf. FRAGOSO; RIOS, 1995, p. 199-202. Rodrigo Marreto defende tese contrária à de Fragoso e Rios, ao demonstrar que o Barão de Nova Friburgo retirava parcela substantiva de seus rendimentos da atividade produtiva cafeeira. Cf. MARRETO, Rodrigo M. **O opulento capitalista** – café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História Social) – ICHF-UFF, Niterói, 2019. p. 187-190.

³⁵ Slenes e Mello mostram que “[...] a taxa média de retorno do investimento em escravos do sexo masculino com idade entre 20 e 29 anos foi de 13% no triênio 1870-1872; 12% no 1873-75; 15% no 1876-78 e 11,5% no 1878-81. Estas taxas foram comparadas ao valor de 10% para a taxa alternativa de retorno [...] que um fazendeiro de café poderia obter caso aplicasse seu capital em outras modalidades de investimento que não escravos no período 1871-88 [...] Os resultados mostram que o capital investido em escravos era pelo menos tão remunerativo para os fazendeiros de café quanto os usos alternativos [em] que esse capital pudesse ser empregado”. Cf. SLENES, Robert W.; MELLO, Pedro Carvalho de. Análise Econômica da Escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (Org.). **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 102.

Com o intuito de dialogar com Fragoso e Rios, procuramos seguir o mesmo método adotado por eles. Nessa perspectiva, examinaremos o perfil demográfico da população cativa, a estrutura fundiária e a composição dos cafezais cultivados no complexo cafeeiro do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Com base nesses informes, pretende-se oferecer outra hipótese, contraposta àquela dos autores supracitados, o que, ao fim e ao cabo, permitirá abrir uma nova “janela” para a compreensão da quadra histórica da passagem dos anos 1860 para 1870, marcada por uma profunda crise ecológica no Médio Vale do Paraíba.

O complexo cafeeiro pertencente a Manoel de Aguiar Vallim era composto por sete unidades produtivas. As fazendas Resgate³⁶ e Três Barras,³⁷ situadas em Bananal, e a Fazenda Bocaina,³⁸ em Barra Mansa, na província do Rio de Janeiro, eram unidades produtivas completas, na medida em que possuíam todos os edifícios e equipamentos necessários para a produção em larga escala de café.³⁹ O fazendeiro-capitalista era dono, ainda, das fazendas da

³⁶ A Fazenda Resgate pertenceu, originalmente, ao coronel Inácio Gabriel Monteiro de Barros (c.1798-1850), casado com Alda Romana de Oliveira Arruda (c.1812-1899), que a recebeu em dote de casamento, em 1828, de seus sogros, o sargento-mor Brás de Oliveira Arruda e Alda Maria Leme Nogueira. Em 1833, Monteiro de Barros, que migrou para a Corte do Rio de Janeiro, vendeu a sua propriedade a José de Aguiar de Toledo, pai de Manoel de Aguiar Vallim. Com a morte de Toledo, em 1838, Manoel recebeu, via legítima paterna, uma parte da Resgate. Mediante compra, adquiriu porções maiores da mesma propriedade. A legítima paterna de cada um dos oito filhos de Toledo igualou-se a 17:664\$490; no entanto, Manoel de Aguiar foi contemplado com bens no valor de 39:177\$000, tendo de repor a seus irmãos 21:512\$510. Assim, o quinhão hereditário de Vallim era composto por 20 escravos (14,6% do total), 93,750 alqueires de terras (31,3% do total), 104.375 pés de café (32,2% do total), além de quatro burros, um boi, um bezerro, “três quartas partes da casa de morada”, “seis senzalas”, “casa em que mora Jacinto Mariano”, “três oitavas partes do engenho de serra”, “três oitavas partes do engenho de pilões”, “três oitavas partes do moinho, roda para mandioca, monjolo, o lanço de casa que os cobre, e do respectivo rego d’água”, “metade da casa e paiol, que foram de Manoel Rodrigues do Prado”, e outras miudezas. Entre 1838 (inventário de seu pai) e 1856 (Registro Paroquial de Terras), Manoel de Aguiar comprou de seus irmãos o restante da Resgate. Nos anos 1850, portanto, Vallim já era o único proprietário da dita fazenda. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de José de Aguiar de Toledo. Cruzeiro: MMN, 9 fev. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 26, n. 427; APESP. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858 (nº 17 B).

³⁷ A Fazenda Três Barras foi obtida por Manoel de Aguiar Vallim mediante compra a José Barbosa da Silva e Sá, filho do comendador Antônio Barbosa da Silva e Placidina Carolina Nogueira Barbosa. Provavelmente, adquiriu a propriedade no início dos anos 1850, quando boa parte da família Barbosa da Silva se mudou para a Corte do Rio de Janeiro. Cf. APESP, 1855-1858 (nº 17).

³⁸ A Fazenda Bocaina pertenceu originalmente ao sargento-mor Domiciano de Oliveira Arruda (filho do sargento-mor Brás de Oliveira Arruda e Alda Maria Leme Nogueira), casado com Feliciano Barbosa Arruda, herdeira do comendador Antônio Barbosa da Silva e Placidina Carolina Nogueira Barbosa. Com o falecimento de Domiciano, em 18 de junho de 1849, em Paris, Feliciano contraiu segundas núpcias com o suíço Gustavo de Coppet. A Fazenda Bocaina teria sido comprada pelo comendador Manoel de Aguiar Vallim por volta de 1865. Cf. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense**: Fazenda Bocaina. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/5_bocaina.pdf. Acesso em: 8 out. 2019; ALEGRIO, 2019a.

³⁹ O termo “unidade produtiva completa” é inspirado na análise realizada por João Fragoso, a partir dos inventários *post mortem* de Paraíba do Sul, acerca das partes constitutivas de uma fazenda de café. Cf. FRAGOSO, 1983, p. 61-65.

Cruz e Independência,⁴⁰ do Sítio do Perapetinga⁴¹ e de uma propriedade no Sertão do Rio do Braço.⁴² Estas quatro propriedades eram unidades produtivas incompletas. Todas as sete propriedades eram espacialmente contíguas umas às outras, formando uma grande “colcha de retalhos”, e a Fazenda Resgate, posicionada ao centro do complexo cafeeiro, era a sede “mãe”. Juntas, possuíam 640 escravos, 718 alqueires de terras e 1.222.700 pés de café.⁴³ Trata-se, sem dúvida, de um dos maiores complexos cafeeiros do Médio Vale do Paraíba.

A numerosa população cativa residente nas senzalas do complexo espelhava a comunidade típica de uma sociedade escravista madura.⁴⁴ Com a abolição do tráfico atlântico de africanos, em 1850, a escravaria do comendador passou por um processo paulatino de criouliização e de equilíbrio relativo entre os sexos. Isto contribuiu de modo decisivo para a estabilidade demográfica, tornando possível a reprodução natural no interior da própria comunidade escrava. Entre 1872 e 1878, a escravaria do fazendeiro-capitalista permaneceu, em números absolutos, praticamente inalterada: havia, em 1872, 662 escravos e, em 1878, 640.⁴⁵ No entanto, são nítidas as mudanças experimentadas no perfil demográfico da escravaria no mesmo período. Em primeiro lugar, houve um declínio na razão de sexo (de 140 para 134), permitindo, assim, maiores possibilidades de reprodução natural da escravaria. Caiu, igualmente, a participação de adultos (de 69,3% para 62,8%), com idade entre 15 e 49 anos.⁴⁶ Ao mesmo tempo, a proporção de crioulos no seio da comunidade elevou-se (de 59,2% para 67,2%), assim como a idade média, de 32 para 34 anos. Quanto aos cativos casados ou viúvos, com 15 anos ou mais, os índices não sofreram variações expressivas, oscilando de 72,7% para

⁴⁰ A fazenda Independência, na verdade, foi dada em dote, em 1868, a sua filha Amélia Vallim Pereira de Souza, quando se casou com o Dr. Pedro Luiz Pereira de Souza. A despeito disso, o comendador Vallim possuía, ainda, 45 alqueires de terras (16 em “mata virgem”, 12 em “cultura”, três em “capoeirão” e 14 em “campo, carrascal e pasto”), 16.000 pés de café, além de um “regio d’água” e um “moinho coberto de palha”. Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

⁴¹ O Sítio do Perapetinga possuía tão somente 20 alqueires de terras (quatro em “mata virgem”, cinco em “cultura”, quatro em “capoeirão” e sete em “carrascal”), 25.000 pés de café e uma “casa de vivenda”. Cf. Ibid.

⁴² Esta propriedade tinha “pastagens, matas e terras de cultura”, 42 novilhas e dois touros. Cf. Ibid.

⁴³ A escravaria, as terras e os pés de café correspondiam, respectivamente, a 18,4%, 9,2% e 22,4% do total de cativos, terras e cafezais inventariados na década de 1870. Cabe observar que, para Frago e Rios, havia 650 escravos, 710 alqueires e 1.213.700 pés de café no complexo cafeeiro de Vallim. Cf. FRAGOSO; RIOS, 1995, p. 200.

⁴⁴ Sobre a acepção do termo “sociedade escravista madura”, ver: SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 64-69.

⁴⁵ Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510. Os informes acerca da Matrícula de Escravos de 1872 foram gentilmente cedidos por Bruno da Fonseca Miranda, que, “a toque de caixa”, debruçou-se sobre a transcrição desta fonte. MIRANDA, Bruno da Fonseca. **O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2018. p. 205-208.

⁴⁶ Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

72,9%.⁴⁷ Apesar disso, os laços matrimoniais, presentes no complexo cafeeiro do potentado, resultaram, no decurso do tempo, em uma parcela considerável de cativos com filiação conhecida (36%, em 1872, e 38,8%, em 1878), denotando, desse modo, que tais indivíduos nasceram na propriedade e, mais que isso, que o processo de reprodução natural da escravaria estava em curso desde, pelo menos, os anos 1850.⁴⁸

Com o claro objetivo de atenuar a crise de mão de obra instaurada após a abolição do tráfico transatlântico de africanos, Manoel de Aguiar Vallim, assim como outros grandes fazendeiros de café do Médio Vale do Paraíba, empreendeu duas estratégias distintas e complementares de gestão de sua escravaria. Por um lado, passou a comprar escravos no tráfico interno, buscando equalizar os sexos da força de trabalho. Entre 1850-72, o fazendeiro-capitalista adquiriu, pelo menos, 105 cativos (53 homens e 52 mulheres), no tráfico inter e intraprovincial. Como se nota, a razão de sexo dessa escravaria (102 homens para cada 100 mulheres) era bem menor que a do conjunto de cativos residentes nas senzalas do Resgate (140). Por outro, Vallim procurou estimular a reprodução natural de sua população cativa.⁴⁹ Em 1872, 74,4% dos escravos, com 15 anos ou mais, eram casados ou viúvos. Por conta disso, 39,7% da escravaria total da Fazenda Resgate possuía filiação conhecida, indicando que teria sido concebida na própria unidade produtiva. Deve-se destacar, ainda, que metade desses “filhos” tinham idade igual ou inferior a 15 anos.⁵⁰

Esse dado permite levantar a hipótese de que estaria ocorrendo uma preocupação maior com a saúde das crianças concebidas nas senzalas – com o fornecimento de refeições reforçadas às mães e autorização para que se ausentassem do eito por um período maior do que o praticado antes da abolição do tráfico, em 1850. Desse modo, refeições reforçadas e o aleitamento materno das crianças podem ter resultado em uma diminuição relativa da taxa de mortalidade. Isto posto, novos indivíduos poderiam ser incorporados à atividade produtiva cafeeira, garantindo, no tempo, a continuidade da escravidão no Médio Vale do Paraíba. Esse fenômeno pode explicitar, por exemplo, as razões pelos quais o comendador Manoel de Aguiar Vallim

⁴⁷ Para uma análise mais detida sobre as famílias de cativos do comendador Manoel de Aguiar Vallim, cf. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Parentesco e família entre os escravos de Vallim. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 139-164.

⁴⁸ MIRANDA, 2018, p. 205-208. Ver, também: INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

⁴⁹ Bruno Miranda argumenta que essa dupla estratégia (aquisição de cativos via tráfico interno e estímulo à reprodução natural da escravaria) vinha sendo adotada por diversos fazendeiros de café do Vale do Paraíba que assinaram as representações contra a proposta de liberdade do ventre, em 1871. Cf. MIRANDA, 2018, p. 196-208.

⁵⁰ Vale notar que os dados apresentados neste parágrafo são oriundos da Matrícula de Escravos da fazenda Resgate. A Matrícula da fazenda Bocaina será objeto de estudo em pesquisas futuras. Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

comprou no mercado interno, entre 1872 e 1878, tão somente 13 escravos (seis homens e sete mulheres).⁵¹ Na Fazenda Resgate, por exemplo, nasceram 92 ingênuos, entre 1871 e 1878,⁵² e, dentre eles, 67,4% permaneciam vivos em 1878.⁵³

Em linhas gerais, pode-se assinalar que as estratégias de gestão de escravarias adotadas pelos grandes fazendeiros de café do Médio Vale do Paraíba – recomposição e/ou ampliação da escravaria por meio do tráfico interno e, simultaneamente, estímulo à reprodução natural – consistiam em prolongar a escravidão no Império do Brasil. Os senhores de escravos ambicionavam depender cada vez menos do tráfico inter e intraprovincial como meio de repor mão de obra nas unidades produtivas. A reprodução natural da escravaria, em curso desde os anos 1850, seria suficiente para restituir a força de trabalho envelhecida.⁵⁴ No início dos anos 1870, estava claro, pelo menos para os grandes cafeicultores do Vale do Paraíba, que seria possível prolongar a instituição escravista no Império do Brasil por décadas a fio. É isso que explica, em parte, as razões pelos quais o potentado opôs-se de modo ferrenho à aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871. Esta Lei desferiu um golpe certo nos planos dos proprietários rurais escravistas no coração do Império, ao obstar as possibilidades de reprodução do sistema agrário-escravista. A Lei, portanto, acenava, no futuro, ainda que longínquo, para o término da instituição escravista.

No que tange à estrutura fundiária do complexo cafeeiro do comendador Manoel de Aguiar Vallim, percebe-se que, nos anos 1870, as terras se encontravam bastante envelhecidas, com poucas possibilidades de garantir a expansão da produção de café. Os 718 alqueires pertencentes ao complexo do fazendeiro-capitalista estavam distribuídos da seguinte forma: “cafezais” (41,8%); “campo, carrascal ou pasto” (27,7%); “capoeiras” (7,4%); “morros” (8,4%) e “matas virgens” (14,1%). Conforme salientamos, a reprodução extensiva do sistema agrário vigente no Vale do Paraíba era realizada por meio da incorporação de matas virgens e força de trabalho, sem a mediação de um desenvolvimento técnico na agricultura. Nesse sentido, a capacidade de reprodução do sistema estava diretamente ligada à existência de matas virgens.⁵⁵ Esse aspecto pode ser comprovado examinando-se o preço médio do alqueire de terras conforme a sua distribuição. As terras em “mata virgem” (300\$000) eram muito mais

⁵¹ Cf. *Ibid.*

⁵² MIRANDA, 2018, p. 207.

⁵³ Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

⁵⁴ Sobre a reprodução natural da escravaria, após a abolição do tráfico atlântico de africanos, ver: SALLES, 2008, p. 213-271.

⁵⁵ FRAGOSO, 1983.

valorizadas que os quinhões em “capoeira baixa” (50\$000), em “campo, carrascal ou pasto” (50\$000), em “cultura” (71\$400) e em “capoeirão” (200\$000) (**Tabela III.2**).

Tabela III.2 – Distribuição das Terras do Comendador Manoel de Aguiar Vallim Segundo a Área Ocupada e o Preço Médio. Bananal, 1878

Situação	Área Ocupada (em Alqueires)	Preço Médio (em Mil-Réis)
	N	%
Mata Virgem	101,000	14,1
Cultura	300,000	41,8
Campo, Carrascal ou Pasto	199,000	27,7
Capoeira Baixa	3,000	0,4
Capoeirão	50,000	7,0
Morros	60,000	8,4
Sem Declaração	5,000	0,7
Total	718,000	100,0
		\$
		300\$000
		71\$400
		50\$000
		50\$000
		200\$000
		50\$000
		50\$000
		149\$100

Fonte: INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

É possível depreender, portanto, que, no final dos anos 1870, o comendador Vallim tinha plena ciência de que o seu complexo cafeeiro enfrentava – ou passaria a enfrentar, em breve – sérios entraves para a contínua expansão da produção de café. É bem verdade que, em 1878, havia, ainda, 14,1% de matas virgens para serem derrubadas e convertidas em cafezais. Entretanto, nesse terreno, somente seria possível efetuar o plantio de cerca de 400.000 pés de café,⁵⁶ equivalente a um terço de todos os cafeeiros existentes no complexo produtivo. Conseqüentemente, essa reserva de matas não garantiria, por muito tempo, a manutenção e/ou ampliação do cultivo de café nas propriedades do potentado.

A iminente crise ambiental, que se desenhava no horizonte do Vale do Paraíba, na virada da década de 1860 para a de 1870, não levou os grandes proprietários a abandonarem a escravidão, já nos anos 1860.⁵⁷ No início da década de 1870, Manoel de Aguiar Vallim apostava firmemente na instituição escravista. Primeiro, porque o comendador defendeu de forma intransigente a manutenção do cativo no Império do Brasil, posicionando-se de forma

⁵⁶ Conforme revela o próprio inventário *post mortem* do comendador Vallim, havia 4.000 pés de café plantados por alqueire. Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510. Segundo o inventário da Condessa do Rio Novo, de 1882, existia igualmente 4.000 arbustos de café por alqueire. Cf. FRAGOSO, 1983, p. 134.

⁵⁷ Cf. FRAGOSO; RIOS, 1995, p. 199-202.

contrária à aprovação da Lei do Ventre Livre.⁵⁸ Em segundo lugar, analisando-se a descrição dos pés de café cultivados em seu complexo cafeeiro, nota-se que pouco menos de um terço deles teria sido plantado no primeiro quinquênio da década de 1870: dentre os arbustos de café cultivados no complexo, 6,3% foram plantados entre 1875-6 e 23,5%, avaliados como “novos”, entre 1870-4. A alta mais que proporcional das sacas de café em relação aos preços dos cativos, na passagem de 1860 para 1870, muito provavelmente, estimulou Manoel de Aguiar Vallim a reinvestir no plantio de novos cafeeiros, o que demonstra de forma clara o alinhamento dos fazendeiros de café às flutuações do mercado global.

O que se depreende, desse modo, é que o comendador Manoel de Aguiar Vallim continuou investindo na cafeicultura escravista, na virada da década de 1860 para a de 1870, muito embora o tenha feito em um ritmo mais lento: a riqueza alicerçada na esfera produtiva (bens agrários), quando de sua morte, em 1878, correspondia a tão somente um terço de sua fortuna. Realmente, o complexo cafeeiro de Vallim encontrava-se, àquela altura, envelhecido, com poucas áreas em terras virgens. A Fazenda Resgate, a título de exemplo, vinha sendo explorada de forma sistemática desde meados dos anos 1820.⁵⁹ Assim, não se pode afirmar que o fazendeiro-capitalista abandonara a escravidão, conforme as assertivas de Fragoso e Rios.⁶⁰ Os historiadores não se debruçaram sobre o “estado” dos cafeeiros cultivados no complexo do comendador. Por conta disso, não puderam perceber que Vallim alocou capitais na esfera produtiva cafeeira, entre os anos 1860 e 1870.

As quatro principais propriedades rurais do comendador podem ser vistas nos **Quadros III.1** e **III.2**. Todas elas, exceto a Fazenda da Cruz, eram unidades produtivas completas, pois apresentavam todos os itens indispensáveis para a produção e o beneficiamento dos grãos de café. Os dados apontam, conforme já se afirmou, que a área em matas virgens era muito diminuta, o que colocava obstáculos para a expansão da cafeicultura. A força de trabalho – tanto os escravizados adultos quanto os escravizados de roça – agregava a maior parte da população cativa dessas unidades produtivas, cerca de dois terços do total. A alocação média de pés de café por escravizado adulto ou de roça – ou a produtividade dos trabalhadores cativos – sugere, primeiramente, que nas propriedades rurais mais “velhas” (Resgate e Três Barras) a taxa de exploração da força de trabalho era relativamente menor se comparada à das propriedades mais “novas” (Bocaina e Cruz). Esse ponto pode indicar que, nas *plantations* cafeeiras do Vale do

⁵⁸ MIRANDA, 2018, p. 126; 205.

⁵⁹ SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; _____. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 33; MARQUESE, 2010, p. 87.

⁶⁰ Cf. FRAGOSO; RIOS, 1995, p. 197-224.

Paraíba, haveria uma hierarquização reversa das propriedades rurais. Isto é, nas unidades situadas próximas à sede do complexo cafeeiro (Resgate e Três Barras), poderia haver o predomínio de relações sociais mais paternalistas entre senhores e cativos, materializada na atribuição de taxas relativamente menores de sobre-trabalho aos escravizados; e, ao contrário, nas unidades satélites (Bocaina e Cruz), haveria o predomínio de relações sociais menos paternalistas, com a imposição de taxas mais elevadas de exploração da força de trabalho.

Em segundo lugar, os dados compilados nos **Quadros III.1 e III.2** revelam, ainda, que os cativos adultos cultivariam, em média, 2.962 arbustos de café e os cativos de roça 2.861 pés, revelando, assim, que o complexo do potentado se encontrava em plena produtividade no final dos anos 1870. No que se refere à produtividade da força de trabalho escravizada, pode-se apontar que os adultos e os roceiros teriam sido responsáveis pela produção média de 1.306 kg/ano e 1.262 kg/ano de café. Essa taxa de sobre-trabalho da mão de obra era pouco maior que o índice encontrado para o conjunto das propriedades rurais cafeeiras de Bananal, na década de 1870 (cf. **Tabelas II.24, II.25, II.29 e II.30**).

**Quadro III.1 – Complexo Cafeeiro do Comendador Manoel de Aguiar Vallim (Parte I).
Bananal, 1878**

Área das Fazendas				Escravizados					
Propriedades	Total	Mata Virgem		Total	Adultos (15 a 49 Anos) [1]			de Roça (8 a 72 anos) [2]	
		N	N		%	N	N	%	N
Fazenda Resgate	197,000	34,000	17,3	278	178	64,0	150	54,0	
Fazenda Três Barras	231,000	6,000	2,6	122	80	65,6	93	76,2	
Fazenda da Bocaina	156,000	12,000	7,7	195	118	60,5	139	71,3	
Fazenda da Cruz	69,000	29,000	42,0	37	23	62,2	31	83,8	
Total	653,000	81,000	12,4	632	399	63,1	413	65,3	

Fonte: INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

Nota: a informação relativa aos escravizados de roça consta nas Matrículas de Escravos.

**Quadro III.2 – Complexo Cafeeiro do Comendador Manoel de Aguiar Vallim (Parte II).
Bananal, 1878**

Propriedades	Cafezais (em Nº de Pés)				Estimativa de Produtividade			
	Total [3]	Área Ocupada	Pés por Escravo Adulto [3]/[1]	Pés por Escravo de Roça [3]/[2]	Produção (em @)	Produção (em kg) [4]	kg por Adulto [4]/[1]	Kg por de Roça [4]/[2]
	N	N	N	N	N	N	N	N
Fazenda Resgate	285.200	71,300	1.602	1.901	8.556	125.773	707	838
Fazenda Três Barras	226.500	56,625	2.831	2.435	6.795	99.887	1.249	1.074
Fazenda da Bocaina	574.000	143,500	4.864	4.129	17.220	253.134	2.145	1.821
Fazenda da Cruz	96.000	24,000	4.174	3.097	2.880	42.336	1.841	1.366
Total	1.181.700	295,425	2.962	2.861	35.451	521.130	1.306	1.262

Fonte: INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.

Notas: 1) a produção de café (em arrobas) das fazendas foi estimada tendo por base uma produtividade média dos cafeeiros de 30@ por 1.000 pés de café; 2) uma (1) arroba é equivalente a 14,7 kg.

De tudo o que foi dito, é possível afirmar que o comendador Manoel de Aguiar Vallim estava “abandonando a escravidão”? Acreditamos que não! Vallim “agarrou-se” à escravidão enquanto pôde. O fazendeiro-capitalista alavancou o aporte de capitais na atividade produtiva cafeeira, no início dos anos 1870, quando a conjuntura tornou-se novamente favorável aos fazendeiros. Para tanto, plantou milhares de novos arbustos, manteve a força de trabalho plenamente produtiva e, mais que isso, continuou extraindo de seus trabalhadores uma alta taxa de sobretrabalho. Ao mesmo tempo, Manoel de Aguiar Vallim diversificou os investimentos, transferindo parte de seus capitais para a atividade financeiro-rentista, ao adquirir títulos da dívida pública. Com isso, o potentado teria buscado uma forma segura de garantir, no tempo, a manutenção da riqueza de sua família, preservando o *status quo*, e, de forma simultânea, precavendo-se, de um lado, contra a crise ecológica que pairava no horizonte dos agricultores do Médio Vale do Paraíba, desde fins dos anos 1860, e, de outro, da abolição da instituição escravista no Império do Brasil, colocada à mesa após a aprovação da Lei do Ventre Livre.

Vale observar, ainda, que Frago e Rios não atentaram para o fato de que, a partir de 1871, com a inauguração do ramal férreo em Barra Mansa, reduziram-se os custos de produção

para os cafeicultores de Bananal com o transporte de grãos de café para o porto do Rio de Janeiro. Para escoar a produção de café colhida e beneficiada nas fazendas Três Barras, Resgate e Bocaina, por exemplo, as tropas de mulas (ou “bois de carro”) percorriam, respectivamente, 21 km, 17 km e 11 km. Até o final dos anos 1860, a distância trilhada pelas “bestas arreadas” girava em torno de 80 km até os portos de Angra dos Reis. Conforme assinalamos, é justamente na primeira metade dos anos 1870 que o fazendeiro-capitalista voltou a alocar capitais no plantio de novos cafeeiros. Certamente, a redução nos custos com o frete, em consonância com o aumento mais que proporcional nos preços das sacas de café vis-à-vis o dos cativos, incitou Vallim a derrubar uma parcela de suas matas virgens para plantar novos pés de café.

5.2 Complexo de fazendas Bom Retiro

O estudo do complexo de fazendas Bom Retiro permite acompanhar e compreender a dinâmica da cafeicultura escravista, em quase todas as suas fases, em Bananal e no Vale do Paraíba.

Antônio Barbosa da Silva, que mais tarde receberia a alcunha de “Gordo” e “Baú”, nasceu por volta de 1790, em Sabará, Minas Gerais. Era filho do coronel Antônio Barbosa da Silva e de Ana Maria de Jesus. Não se sabe, ao certo, quando “Baú” teria migrado para Bananal. Sabe-se, todavia, que, em 1813, contraiu núpcias, na Fazenda Três Barras, com Placidina Carolina Nogueira Barbosa, filha de um dos casais mais abastados de Bananal, o capitão Hilário Gomes Nogueira e Maria Josefa do Nascimento. Amigos de longa data, o coronel e o capitão, ambos mineiros, haviam atuado, juntos, desde os anos 1770, em defesa dos interesses da Coroa portuguesa. O enlace matrimonial entre “Baú” e Placidina sedimentaria a aliança estabelecida há décadas entre as famílias *Barbosa da Silva* e *Gomes Nogueira*.⁶¹

No ano de 1817, o então tenente “Baú” despontava como um opulento agricultor e proprietário rural. Era um dos maiores produtores de açúcar e de café de Bananal. Com uma mão de obra numerosa (34 escravos), colheu 250 arrobas de café, fabricou 60 arrobas de açúcar e cinco pipas de aguardente. Além disso, produziu 400 alqueires de milho e 100 de feijão.⁶² Sua

⁶¹ Eduardo Schnoor aponta alguns episódios em que o coronel Antônio Barbosa da Silva e o capitão Hilário Gomes Nogueira atuaram em defesa dos interesses metropolitanos. Destaca, ainda, os vínculos de parentesco estabelecidos posteriormente, nas primeiras décadas do século XIX, entre os Gomes Nogueira e os Barbosa da Silva. Cf. SCHNOOR, Eduardo C. **Na penumbra: o entrelace de família e negócios** (Vale do Paraíba, 1770-1840). Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2005. p. 30-36.

⁶² APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817 (fogo 151).

propriedade, com 120 alqueires geodésicos de área,⁶³ teria sido obtida, a título de dote de casamento, de seu sogro, o capitão Hilário Gomes Nogueira. A fazenda do tenente, mais tarde denominada Bom Retiro, situava-se na divisa da Três Barras, pertencente a seu sogro. Os dados da safra de 1817 reforçam a hipótese segundo a qual a propriedade teria sido adquirida mediante dote, visto que a grandeza da produção de açúcar e de café evidencia que, em 1813, já havia cafezais e canaviais cultivados no Bom Retiro. Ao que tudo indica, “Baú” foi dotado por seu sogro com uma fazenda de “porteira fechada”, isto é, uma unidade produtiva completa, constituída pelo terreiro, imóveis, escravos, cafeeiros, canaviais e todos os itens indispensáveis para a produção de açúcar e café.

Doze anos mais tarde, em 1829, o capitão de cavalaria havia ampliado substancialmente sua fortuna agrária, tornando-se o maior produtor de açúcar e de café de Bananal. Sua mão de obra escravizada multiplicou-se por três, atingindo o número de 101 cativos. O crescimento do plantel impactou de forma positiva a safra de sua fazenda: 6.000 arrobas de café, 1.300 arrobas de açúcar e onze pipas de aguardente; colheu, ainda, 2.000 alqueires de milho, 300 de feijão, 100 de arroz, e produziu 50 arrobas de toucinho. O capitão contava, também, com a mão de obra de dois feitores: Constantino da Cunha, branco, natural da Europa, de 41 anos, e Antônio de Lima, pardo, de Minas, de 61 anos.⁶⁴

O período de montagem da cafeicultura escravista (c.1800-30) permitiu aos produtores de café granjear altas taxas de lucro. A atividade cafeeira, combinada com a produção de açúcar/aguardente e gêneros alimentícios, propiciou o enriquecimento dos lavradores que alocaram capitais no cultivo destes artigos de exportação, a despeito das baixas cotações internacionais. Os senhores de escravos do Vale do Paraíba, ao inundar o mercado com uma grande quantidade de grãos de café, aumentaram a oferta do produto, provocando queda nos preços. Nesse sentido, ao expandirem a produção, os fazendeiros de café auferiram altos rendimentos. Esses cafeicultores do Vale do Paraíba foram a peça-chave na montagem do mercado mundial de café, contribuindo de modo decisivo para a disseminação dos hábitos de consumo dessas mercadorias.⁶⁵

⁶³ APESP. Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1819 (nº 176). Nesse ano, declarou, ainda, a posse de 36 escravos.

⁶⁴ APESP. 5ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829 (fogo 54).

⁶⁵ Sobre a conversão paulatina dos produtores de gêneros alimentícios em cafeicultores escravistas, ver: MOTTA, José F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1999; LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005; MORENO, 2015, p. 328-350. Acerca do papel do Vale do Paraíba na formação do mercado global de café, ver: MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 339-383; MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: _____ (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro:

No início dos anos 1850, no apogeu da cafeicultura escravista em Bananal, veio a óbito, em 1852, o então comendador Antônio Barbosa da Silva.⁶⁶ Ilustre membro do Partido Conservador, exerceu o cargo de vereador em pelo menos duas legislaturas (1833-6 e 1841-4) e de Juiz Municipal (1837-40).⁶⁷ Com cerca de 60 anos de idade, “Baú” acumulou um grande patrimônio (585:177\$580), concentrado, em grande parte, na atividade produtiva cafeeira, conforme a **Tabela III.3**. Os bens agrários (animais, escravos, terras, pés de café e imóveis rurais) conformavam 88,8% de sua fortuna. A atividade usurária, materializada nas “dívidas ativas”, tinha uma participação relativamente diminuta, da ordem de 2,7%, frente à da agricultura. Baú investira, ainda, na compra e/ou edificação de mais de uma dezena de “imóveis urbanos”, na vila do Bananal, perfazendo 6,9% do monte-mor inventariado, indicando que uma fração de seus rendimentos anuais seria oriunda da atividade rentista (aluguéis).⁶⁸

O comendador Baú enriqueceu-se, igualmente, a partir da atividade comercial. O seu inventário menciona, dentre os imóveis, “um lanço de cozinha nova, seis lanços de *rancho velho*, dois lanços novos de *casa de negócio*” e, ainda, assinala que os gêneros existentes no “armazém” somavam a quantia de pouco mais de 518\$000.⁶⁹ Sabe-se, também, que, um ano antes de falecer, o fazendeiro liquidou as contas da sociedade que tinha com o português João José Frederico Ludovice em uma casa de negócio.⁷⁰ Ao que parece, Baú não deixou de atuar na esfera comercial, após a liquidação desta sociedade.

Civilização Brasileira, 2016. p. 99-161. Tâmis Parron mostra como o Brasil se tornou *price maker* do café no mercado mundial. Cf. PARRON, Tâmis. **A política da escravidão na Era da Liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

⁶⁶ INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219. Agradeço a Marco Aurélio dos Santos por ter me alertado sobre este processo. O documento está anexado a um processo de “Libelo Civil de Escravidão”, movido por Antônio Barbosa da Silva, filho homônimo do comendador, contra a “preta Alexandrina e seu curador”.

⁶⁷ RAMOS, 1978, p. 74; 88; 90.

⁶⁸ Os imóveis situados no espaço urbano eram compostos por: “um sobrado na cidade do Bananal [denominado Omnibus”, no valor de 18:000\$000; “um sobrado [...] ao pé da Matriz”, 5:000\$000; “uma casa [...] no Largo da Matriz nº 17”, 3:500\$000; “uma casa [...] na Rua do Comércio nº 73”, 3:000\$000; “uma casa [...] na Rua Direita nº 16 e 18”, 2:500\$000; “um rancho e terreno pela frente até a Rua do Comércio, e os fundos até a Rua Direita”, 2:500\$000; “uma casa na Rua do Comércio onde foi negócio de Ritton”, 1:500\$000; “um terreno desde a Rua Direita até o rio, nos fundos do rancho”, 1:000\$000; “uma casa na Rua do Fogo, que foi de José Pedro”, 2:000\$000; “uma casa na Rua do Fogo defronte ao rancho do China”, 1:000\$000; “um terreno entre a Rua do Lavapés e Direita”, 200\$000. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219.

⁶⁹ Cf. *Ibid.* (grifo nosso).

⁷⁰ Cf. LIBELO de João José Frederico Ludovice contra os herdeiros do finado Luiz José de Vasconcelos e o Curador Geral. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 65, n. 1303. Neste processo, João José informa que, “[...] por mais que tendo-se de mudar o comendador Barbosa para o Rio de Janeiro, e tendo de liquidar contas da sociedade que tinha com o autor [João José Frederico Ludovice] em à *casa de negócio* [...]” (grifo nosso). Ludovice, que faleceu em 20.07.1852, era sócio de uma loja de fazendas com Manoel de Oliveira Bittencourt e tinha, também, uma outra sociedade em negócio de escravos com o Dr. João Antônio de Medeiros. Cf. INVENTÁRIO de João José Frederico Ludovice. Cruzeiro: MMN, 26 jul. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 66, n. 1335.

Tabela III.3 – Composição do Patrimônio do Comendador Antônio Barbosa da Silva (“Baú”). Bananal, 1852

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	9:096\$680	1,6
Animais	8:937\$000	1,5
Escravos	254:225\$000	43,4
Terras	58:320\$000	10,0
Pés de Café	140:120\$000	23,9
Imóveis Rurais	58:660\$000	10,0
Imóveis Urbanos	40:200\$000	6,9
Dívidas Ativas	15:518\$900	2,7
Outros	100\$000	0,0
Total	585:177\$580	100,0

Fonte: INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219.

O complexo de fazendas de Antônio Barbosa da Silva foi um dos mais pujantes de Bananal no século XIX. Era constituído por três fazendas de café que, juntas, reuniam 344 escravos, 337,5 alqueires de terras e 737.000 cafeeiros. A Fazenda Bom Retiro – principal unidade produtiva do fazendeiro – tinha 441.000 pés de café plantados e 225 alqueires de terras. Por seu turno, as fazendas Coqueiros e Campinhos possuíam, respectivamente, 176.000 e 120.000 pés de café e contavam com uma área total de 112,5 alqueires.⁷¹ Os cafezais cultivados ocupavam, mais ou menos, 185 alqueires (55% do total). Nesse sentido, pode-se cogitar que, nos anos 1850, o complexo produtivo continha muitas porções de áreas em mata virgem, o que poderia garantir, no tempo, a expansão da produção de café nas unidades produtivas do fazendeiro.

A Bom Retiro era uma unidade produtiva cafeeira completa. A “casa de morada e sobrado”, avaliada em 18:000\$000, edificada no início dos anos 1840, conformava o centro de todo o complexo de fazendas do Baú.⁷² Na quadra do terreiro de café, encontravam-se todos os bens de raiz e os maquinários necessários para a produção de café, açúcar, aguardente e gêneros alimentícios: “casa de engenho de socar, com *abanador*, *separador*, *engenho de soque*, *engenho*

⁷¹ Os dados sobre a dimensão física das propriedades do comendador foram extraídos do Registro de Terras de Bananal. O processo de inventário, por ser “amigável”, não apresentou, de forma detalhada, inúmeros informes, como a área ocupada pelas fazendas e o perfil demográfico da escravaria. Cf. APESP, 1855-1858 (nº 62).

⁷² A sede desta propriedade encontra-se, atualmente, muito bem conservada. Nos últimos anos passou por um longo processo de reforma, e hoje é utilizada em festas de casamento e eventos corporativos.

de cana anexo com cilindros de ferro, cochos, *alambique* assentado [...]; “38 lanços de senzalas”; “quatro lanços assoalhados com paredes de taipa”; “quatro lanços de varanda assoalhados”; “seis lanços de telhas assoalhados [...]; “dois *moinhos* e uma *roda de mandioca*”; “cinco lanços contendo *despolpador*, casa de tropa e *estufa*”; por fim, “10 lanços de senzalas, e quatro lanços abertos do chiqueiro”.⁷³ Os bens de raiz arrolados no inventário sugerem que o complexo funcionava tal qual uma indústria moderna. O potentado investiu capitais na aquisição de maquinários modernos e eficientes (“abanador”, “separador”, “engenho de soque”, “despolpador”) com o intuito de aumentar a produtividade da Fazenda Bom Retiro. Com isso, uma parcela de trabalhadores escravizados poderia dedicar-se exclusivamente ao amanho dos cafeeiros. As máquinas permitiriam, ainda, diminuir a dependência do fazendeiro em relação à compra de escravos no mercado. Medida premente, em virtude do término definitivo do tráfico atlântico de africanos, em 1850.⁷⁴

Coqueiros e Campinhos, por sua vez, correspondiam, aparentemente, a unidades produtivas complementares ao Bom Retiro. Os bens de raiz existentes na Coqueiros compreendiam tão somente “um sobrado [...] 16 lanços de senzalas de telha, e moinho”, avaliado em 4:000\$000, e as “casas de morada, senzalas, telhas, e mais casinhas no sítio que foi de Cândido [Ribeiro] Barbosa”. Apesar da presença de edificações básicas para a produção de café, nenhuma máquina de beneficiar o grão foi declarada. O que pode indicar, desse modo, que, durante a safra, os grãos de café da Coqueiros eram beneficiados no Bom Retiro. Na Campinhos havia o “engenho, casa, despolpador, telha, rego d’água e seus pertences, abanador e moinho [...]”, no valor de 8:400\$000, e “uma casa de morada [...], senzalas, telhas, paióis, terreiro e um campo gramado”, avaliada em 1:300\$000.⁷⁵ O que vale ressaltar é que as três unidades produtivas funcionavam em uníssono. As capinas dos cafeeiros, milharais, feijoais, arrozais e canaviais, o deslocamento da força de trabalho para o amanho das lavouras, e o beneficiamento de toda a produção agrícola, sobretudo dos grãos de café, eram coordenadas

⁷³ Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219 (grifos nossos).

⁷⁴ Fragoso assinala que, após os anos 1850, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, os grandes fazendeiros de café de Paraíba do Sul investiram na compra de máquinas de beneficiamento com o claro objetivo de poupar “braços”. FRAGOSO, 1983, p. 85-89. A lógica intrínseca à modernização das fazendas de café se insere nos quadros da Segunda Escravidão. Na esteira do que ocorria nos Estados Unidos e em Cuba, esta modernização permitia não apenas poupar mão de obra, mas sobretudo garantir o domínio do mercado mundial, ainda que isso não necessariamente estivesse explícito para os fazendeiros, era a consequência lógica desses investimentos. TOMICH, Dale. A “Segunda Escravidão”. In: _____. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial.** (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2011b, p. 81-97.

⁷⁵ Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219.

e distribuídas, segundo as necessidades, nas unidades produtivas. Assim, garantiam-se a eficiência e pujança do complexo de fazendas do comendador Baú.

Entre 1852 e 1856, o patrimônio inventariado permaneceria *pro indiviso*,⁷⁶ sob a administração do primogênito da Casa, Antônio Barbosa da Silva (homônimo do pai). Nesse período, “Barbosinha” era dono, ainda, de duas propriedades rurais em Bananal: a Fazenda Cascata, com 75 alqueires de área, situada na divisa com Barra Mansa, cerca de 7 km distante da Bom Retiro; e um quinhão de terras “no lugar denominado Rio do Braço do Pirai”, com 45 alqueires.⁷⁷ Após a morte de Placidina Carolina Nogueira Barbosa, viúva do Baú, Barbosinha compraria as quotas hereditárias de seus irmãos.⁷⁸ Nesse sentido, a preservação do complexo Bom Retiro nas mãos de um único proprietário evitou a dispersão da fortuna acumulada ao longo de, pelo menos, quatro décadas.

É importante assinalar que o documento a que tivemos acesso, na verdade, trata-se de um borrão de arrolamento e avaliação de bens, intitulado “Inventário da Fazenda do Bom Retiro, 1852”. Ele foi anexado a um “Libelo Civil de Escravidão”, que consta do processo movido, em 1862, por Barbosinha contra a “preta Alexandrina e seu curador”. No intuito de reescravizar a “preta liberta”, o fazendeiro exibiu o “borrão” como prova fundamental, contudo ele não era autêntico, já que não foi homologado pelo juiz municipal.⁷⁹ No Libelo fica claro que, por volta de 1856, foi lavrado, de fato, um inventário amigável dos bens do Baú, que foi homologado e permaneceu sob a guarda de Barbosinha, pois este havia comprado as quotas hereditárias de todos os seus irmãos. Ao que tudo indica, Barbosinha não apresentou este documento no decurso dos trâmites do Libelo porque Alexandrina não teria sido arrolada no

⁷⁶ “Segundo o moderno direito sobre as coisas, a *composse pro indiviso* é a situação de um condomínio em que cada compossuidor tem apenas uma parte ideal sem saber qual a parte certa que lhe cabe, ou seja, a posse é exercida sobre coisa na qual sua parte não é determinada. Não havendo divisão de fato, a comunhão é de fato e de direito. No senso comum, se fala em um imóvel *pro indiviso*, ou em comum, quando os condôminos não têm a posse de determinada parcela da coisa, onde tudo é de todos. Juridicamente, os títulos de propriedade de um condomínio *pro indiviso* falam em fração ideal, descrevem o todo e nada é referido quanto ao uso exclusivo. Da mesma forma, as proteções possessórias conferidas pela lei têm por finalidade sempre a gleba como um todo. Mas, na prática, ninguém usa [a] parte certa, todos usam o todo segundo as normas legais e as conveniências do grupo condominial”. PEDROZA, Manoela da S. **Engenhocas da moral**: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2008. p. 156.

⁷⁷ Cf. APESP, 1855-1858 (nº 62). Certamente, Barbosinha adquiriu estas propriedades rurais por meio de um dote de casamento, ao contrair núpcias com Maria Arruda Barbosa, filha do sargento-mor Brás de Oliveira Arruda e Alda Maria Floriana Lemes Nogueira.

⁷⁸ Placidina Carolina faleceu entre 1852 e 1856, e não deixou inventário, já que os filhos eram maiores de idade. No Registro de Terras consta a informação de que, ainda em 1856, as terras encontravam-se *pro indiviso* e que Antônio Barbosa da Silva (filho) era o gerente da Casa. Cf. APESP, 1855-1858 (nº 62).

⁷⁹ Como se sabe, o “inventário amigável”, normalmente, era realizado de forma sumária, já que não havia a necessidade de declarar minuciosamente os bens que compunham o acervo inventariado. O Juiz Municipal apenas homologava o processo, sem se ater ao tipo de bem e à avaliação estipulada para cada item arrolado. Todos os trâmites do processo eram acordados entre os próprios herdeiros, inclusive as partilhas.

inventário como escrava do Baú. Desse modo, se tal documento fosse exibido em Juízo, Barbosinha teria de renunciar à tentativa de reescravizar Alexandrina, liberta desde o início dos anos 1850.⁸⁰

O que nos interessa reter desse fato é que o borrão de arrolamento e avaliação de bens não permitiu, de um lado, determinar o grau de endividamento da Casa do “Baú”, e, de outro, estipular o valor “real” da herança legada aos sucessores. Sabe-se, no entanto, por meio do Libelo, que, após as partilhas, Barbosinha adquiriu as legítimas de seus dez irmãos, entre junho e setembro de 1856, despendendo, para tanto, 130:250\$000, tornando-se, assim, único senhor da Casa.⁸¹ Com base nesta cifra, podemos levantar duas hipóteses: 1) a Casa do Baú estaria parcialmente comprometida com passivos financeiros; 2) os sucessores do Baú teriam “entregue” suas legítimas ao irmão mais velho, o Barbosinha, por um preço abaixo ao de mercado. As evidências sugerem uma combinação entre as duas alternativas.

Em 1849, Baú lavrou em cartório, no Rio de Janeiro, uma escritura de dívida e hipoteca a favor do comendador Manoel José de Bessa, abastado capitalista atuante na Corte. Na ocasião, Baú hipotecou a Fazenda Bom Retiro, “[...] com todas as suas benfeitorias e pertenças, e 240 escravos [...]”, como garantia de pagamento da dívida estipulada em 141:248\$167. No acordo celebrado entre os comendadores, estabeleceu-se prazo de quatro anos e juros de 9% ao ano.⁸² Não se pôde averiguar, ainda, se – e quando – a dívida teria sido quitada. O que vale destacar, contudo, é que o débito a favor de Bessa equivalia a cerca de 24,1% do patrimônio do Baú, segundo o “inventário” de 1852. Por si só, tal dívida não oferecia graves riscos aos negócios da família Barbosa da Silva, uma vez que, no sistema agrário-escravista vigente no Vale do

⁸⁰ A análise do processo de libelo pode ser lida em: SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888**. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2014. p. 214-215.

⁸¹ Barbosinha quitou à vista os quinhões hereditários de José Barbosa da Silva e Sá (10:000\$000), Maria América Barbosa de Carvalho (10:000\$000) e Feliciano Barbosa Arruda (10:000\$250). Já as quotas pertencentes a Paulo Barbosa da Silva Sobrinho (19:000\$000), Francisco Barbosa da Silva Chichorro (9:000\$000), Martim Afonso Barbosa da Silva (20:000\$000), Dr. Inácio de Avelar Barbosa da Silva (20:000\$000), Dr. Luiz Antônio de Sá Barbosa da Silva (22:000\$000) e Placidina Barbosa Arruda (10:000\$000) foram liquidadas a prazo; para tanto, Barbosinha firmou créditos individuais, ficando estipulado o prazo de cinco anos, juros de 8% anuais, e desembolsos semestrais.

⁸² ESCRITURA de Dívida e Hipoteca que faz o comendador Antônio Barbosa da Silva e sua mulher ao comendador Manoel José de Bessa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 3º Ofício de Notas, Livro 204, fls. 78v-79, 22 out. 1849 (microfilme: 010.14-79). Agradeço a Leila Alegrio que, gentilmente, cedeu cópia desta escritura. ALEGRIO, Leila Vilela. A fazenda Bom Retiro na rota da riqueza do café? **Revista do Café** (Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, ano 90, n. 837, p. 48-49, mar. 2011. Disponível em: <http://www.cccrj.com.br/revista/837/48.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019b.

Paraíba, o endividamento era um dos mecanismos estruturais de manutenção e expansão do sistema.⁸³

É provável, também, que os sucessores do Baú tenham vendido suas respectivas legítimas ao irmão por um preço inferior ao do mercado.⁸⁴ Já se afirmou que o monte-mor da Casa teria atingido a soma de pouco menos de 600:000\$000 e, ainda, que os herdeiros alienaram seus bens por 130:000\$000. Porquanto não seja possível determinar a contento a sucessão hereditária da família Barbosa da Silva, as duas hipóteses referidas são verossímeis e congruentes entre si. Deste modo, sugere-se a existência de dívidas na Casa do “Baú”, que, possivelmente, podem ter sido liquidadas no inventário amigável de 1856. Ademais, pelo menos dois fatores teriam contribuído para que houvesse a transferência de legítimas ao primogênito da Casa, quais sejam: 1) evitar a dispersão do patrimônio familiar, acumulado ao longo de quatro décadas;⁸⁵ 2) todos os herdeiros, exceto Barbosinha, migraram para Corte do Rio de Janeiro no início dos anos 1850, favorecendo, assim, a decisão de cada um dos irmãos de ceder suas legítimas a um preço módico.

No apogeu da cafeicultura escravista, nas décadas de 1850 e 1860, houve um aumento nos custos relativos de produção. O *boom* das *commodities* fez com que o preço dos cativos se

⁸³ Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1830-1879. Ver, também: STEIN, 1990[1957]; FRAGOSO, João L. R. **Barões do Café e Sistema Agrário Escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

⁸⁴ Esta forma de sucessão hereditária era prática comum na região do quadrilátero do açúcar. Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997. p. 147-164.

⁸⁵ Algo que não foi, necessariamente, uma regra em Bananal. Veja-se, por exemplo, o caso da família de Sebastião José Rodrigues e Inácia Maria de São José. O primeiro inventário *post mortem* foi aberto em 1856, após a morte de Inácia Maria (1855). Na data, o casal possuía uma propriedade rural, na Água Comprida, com 110 cativos, 120.800 pés de café e 200 alqueires de terras. Contudo, mesmo após o falecimento de Sebastião José (1856), os seis filhos vivos do casal não lograram êxito em unificar os quinhões hereditários sob a égide de um único descendente. Por conta disso, todos os sucessores se empobreceram no decurso das décadas seguintes, muitos dos quais chegaram ao final da vida bastante endividados. A única sucessora que se locupletou foi Joaquina Maria Ribeiro, muito por conta de ter contraído núpcias com um dos potentados de Bananal, o major Cândido Ribeiro Barbosa. Ao que parece, as possibilidades de manter o *status quo* e impedir a dispersão do patrimônio familiar – auferido durante as fases de montagem e expansão da cafeicultura escravista – passavam, necessariamente, pela reunificação dos quinhões hereditários. Cf. INVENTÁRIO de Inácia Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 19 mai. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1578; INVENTÁRIO de Sebastião José Rodrigues. Cruzeiro: MMN, 20 out. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1620; INVENTÁRIO de Virgínia Angélica dos Anjos. Cruzeiro: MMN, 5 out. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 48, n. 880; INVENTÁRIO de Ana Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1435; INVENTÁRIO de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 18 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1593; INVENTÁRIO de Generosa Jesuína dos Santos. Cruzeiro: MMN, 2 mar. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 105, n. 2265; INVENTÁRIO do alferes José Rodrigues da Rosa. Cruzeiro: MMN, [16 nov.] 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 124, n. 2701; INVENTÁRIO de Januário Antônio dos Santos. Cruzeiro: MMN, 18 mar. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 139, n. 2954; INVENTÁRIO de João Raimundo Dutra. Cruzeiro: MMN, 25 out. 1872. Cartório do 2º Ofício, caixa 2, n. 23; INVENTÁRIO AMIGÁVEL do major Cândido Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 23 nov. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3393; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Joaquim José Rodrigues. Cruzeiro: MMN, 5 abr. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3575.

elevasse de modo significativo. Ao mesmo tempo, o preço da saca de café encontrava-se, ainda, em patamares relativamente baixos, desencorajando os produtores a alocar capitais em novas lavouras de café. Barbosinha reuniu os quinhões hereditários de seus irmãos justamente nessa quadra histórica. Em vista disso, adquiriu um passivo imódico, materializado, de um lado, nestas legítimas e, de outro, nas dívidas contraídas por ele próprio. Sabe-se, por exemplo, que, em 1859, o fazendeiro hipotecou suas propriedades a João Henrique Ulrich & Cia., um extraticante de escravizados estabelecido na Corte do Rio de Janeiro.⁸⁶ Segundo a escritura de dívida, Barbosinha era dono de três fazendas de café: Bom Retiro, Santana e Cascata.⁸⁷ Juntas, reuniam 331 cativos, 310,5 alqueires de terras (um terço em matas virgens) e cerca de um milhão de pés de café.⁸⁸ Esse vigoroso complexo de fazendas permitiu ao potentado colher, no início dos anos 1860, cerca de 28.000 arrobas de café, o que o alçava ao posto de um dos cinco maiores produtores em Bananal.⁸⁹ A despeito deste pujante patrimônio agrário, o fazendeiro enfrentou sérias dificuldades para preservar o *status quo* de sua família, pois passou boa parte de sua vida endividado.

O inventário *post mortem* de sua esposa, Maria Arruda Barbosa (c.1818-1869), aberto em 1870, revela, em partes, as adversidades enfrentadas pelos eminentes fazendeiros.⁹⁰ O patrimônio acumulado foi avaliado em 254:106\$000, menos da metade do que o Baú transmitiu a seus filhos. A fortuna era composta majoritariamente por bens agrários (animais, escravos, terras, pés de café, imóveis rurais e café colhido), perfazendo 94,6% do monte-mor inventariado (**Tabela III.4**). A riqueza bruta registrada no processo permite, num primeiro momento, constatar o relativo “empobrecimento” experimentado pelo casal de fazendeiros.

⁸⁶ A respeito do envolvimento de João Henrique Ulrich com o tráfico transatlântico ilegal de escravos, ver: PESSOA, Thiago C. Sob o signo da ilegalidade: o tráfico de africanos na montagem do complexo cafeeiro (Rio de Janeiro, c.1831-1850). **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 3, set./dez. 2018b. p. 442-449.

⁸⁷ A Fazenda Bom Retiro foi declarada no Registro de Terras (1856) e nos inventários do “Baú” (1852), de Maria Arruda Barbosa (1870) e de Barbosinha (1875). A Fazenda Cascata, por seu turno, foi arrolada no Registro de Terras (1856) e no inventário do casal Manoel Brás de Souza Arruda e Alda Cordoville Barbosa de Souza Arruda (1869), genro e filha de Barbosinha. Já a Fazenda Santana não consta em nenhum documento, para além da escritura de hipoteca (1859).

⁸⁸ ALEGRIO, 2019b.

⁸⁹ Cf. “Mapa do arrolamento das Fazendas de café situadas nas imediações das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, organizado na conformidade do artigo 104 do Regulamento Provincial de 24 de setembro de 1860 pela Coletoria de Rendas Provinciais do Município de Angra dos Reis”. In: PEREIRA, 1977, p. 55-70.

⁹⁰ Natural de Bananal, Maria Arruda Barbosa (também chamada de Maria de Oliveira Arruda) era filha do sargento-mor Brás de Oliveira Arruda e Alda Maria Floriana Lemes Nogueira. Ao falecer, Maria Arruda deixou seis filhos: 1) Dr. Antônio Barbosa da Silva e Souza, 35 anos, cônjuge de Maria Izabel Barbosa da Silva e Souza; 2) Dr. Brás Barbosa da Silva, 32 anos, casado com Luzia Arruda Barbosa; 3) Dr. Luiz Barbosa da Silva, 30 anos, consorte de Emiliana Eugênia de Moraes Barbosa da Silva (moradores na província do Rio de Janeiro); 4) Alda Cordoville Barbosa de Souza Arruda, 29 anos, viúva de Manoel Brás de Souza Arruda; 5) Ana Barbosa Soulier, 24 anos, esposa de Júlio Leon Soulier (residentes em Paris, França); 6) José Bonifácio Barbosa da Silva, 14 anos, solteiro (faleceu em abril de 1870, na Corte, de “reumatismo articular agudo”). Cf. INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048.

Tabela III.4 – Composição do Patrimônio de Maria Arruda Barbosa. Bananal, 1870

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	2:713\$000	1,1
Animais	2:388\$000	0,9
Escravos	118:400\$000	46,6
Terras	54:530\$000	21,5
Pés de Café	36:420\$000	14,3
Imóveis Rurais	19:900\$000	7,8
Café Colhido	9:000\$000	3,5
Joias	3:755\$000	1,5
Meio Dote	7:000\$000	2,8
Total	254:106\$000	100,0

Fonte: INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048.

No início dos anos 1870, o complexo de fazendas Bom Retiro já não ostentava a robustez de outrora. Nesse período, possuía 270 alqueires de área, 218.400 pés de café e 141 trabalhadores escravizados. Ou seja, entre 1856 e 1870, houve uma contração na área da propriedade (de 337,5 para 270 alqueires), no número de cativos (de 344 para 141) e de cafeeiros (de 737.000 para 218.400 pés).⁹¹ Dois fatores podem ajudar a compreender a derrocada deste complexo. De um lado, o enorme passivo financeiro, contraído, principalmente, na década de 1850, conforme já se sublinhou. A este ponto, retornaremos mais adiante. De outro, os fazendeiros teriam antecipado as legítimas dos filhos, mediante os instrumentos de dote e/ou doação. Sabe-se, por exemplo, que Ana Barbosa Soulier, ao contrair núpcias com Júlio Leon Soulier, cidadão francês e professor de piano no Bom Retiro, recebeu 14:000\$000 em dinheiro. Certamente, caso semelhante ocorreu com o primogênito da Casa, o Dr. Antônio Barbosa da Silva e Souza. Este advogado e fazendeiro possuía, em 1876, uma fazenda denominada “Olaria” (49,5 alqueires, 66.000 cafeeiros e 28 cativos), possivelmente desmembrada do complexo Bom Retiro.⁹² Além deles, outros três filhos encontravam-se casados desde os anos 1860 e, também, podem ter sido agraciados com dotes/doações. Deste modo, as subvenções disponibilizadas aos filhos, de modo que pudessem se estabelecer de

⁹¹ Para esta análise comparativa quanto à evolução dos fatores de produção pertencentes ao casal, desprezaram-se os bens hipotecados em 1859, na medida em que não se pode afirmar que todos os itens registrados correspondiam a todo o patrimônio de Barbosinha e Maria Arruda.

⁹² Cf. INVENTÁRIO do Dr. Antônio Barbosa da Silva e Souza. Cruzeiro: MMN, 19 out. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 164, n. 3437.

forma autônoma, implicaram em “perda” de patrimônio para o casal, resultando, assim, no declínio da pujança do complexo produtivo Bom Retiro.

O inventário de Maria Arruda não mencionou a Fazenda Cascata, que, na década de 1850, fazia parte do patrimônio de Barbosinha.⁹³ Tudo indica que a propriedade teria sido vendida, em 1863, a seu genro, Manoel Brás de Souza Arruda, cônjuge de Alda Cordoville Barbosa de Souza Arruda.⁹⁴ O processo aponta a existência de “uma sorte de terras em campos e matas, denominadas Sertão do Barbosa, no Rio do Braço, dividindo com o comendador Manoel de Aguiar Vallim, Dona Rita [Tereza dos Santos], e outros”, avaliada em apenas 400\$000. Esta “sorte de terras”, cuja área não ultrapassaria dez alqueires, chegou a ter 45 alqueires, nos anos 1850. O que pode indicar que Barbosinha teria negociado essas propriedades para saldar parte de suas dívidas.

Em 1870, as fazendas Coqueiros e Campinhos, discriminadas no inventário do “Baú”, ainda faziam parte do complexo. Todavia, figuravam como “situações” no interior do Bom Retiro. Duas novas situações – Olaria e Sossego – foram mencionadas, sugerindo, assim, que teriam sido concebidas com o intuito de dinamizar a produção de café. O complexo Bom Retiro era formado pela “casa de vivenda [...] sobrado com sacadas de ferro, cozinha anexa, senzalas e tulhas formando o quadro interior, engenho de café, moinho e casas anexas, chiqueiro, curral e pomares”, “casas do *Sossego*”, “casas dos *Campinhos*, com senzalas”, “casas de vivenda com varandas no lugar *Olaria*, e um rancho e casinha velha na fábrica de telhas”. Como se nota, os avaliadores foram sintéticos ao arrolar os bens de raiz da fazenda. Em virtude disso, não se pôde averiguar se o complexo teria preservado as máquinas de benefício de café e de produção de açúcar e aguardente.⁹⁵

Os avaliadores e o inventariante não informaram igualmente detalhes acerca da situação das terras da fazenda. Pode-se estimar, contudo, que os 218.400 pés de café ocupavam, mais ou menos, 54,6 alqueires de terras (20,2% do total). Não há, também, nenhum informe sobre a idade e/ou estado dos cafeeiros cultivados na propriedade, o que prejudica a análise apurada da alocação de capitais na atividade produtiva. Noutras palavras, não foi possível aquilatar se, na

⁹³ APESP, 1855-1858 (nº 62).

⁹⁴ Cf. INVENTÁRIO de Manoel Brás de Souza Arruda. Cruzeiro: MMN, 19 nov. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 3006. A viúva inventariante, Alda Cordoville, ao solicitar a devida licença ao juiz de órfãos para vender em hasta pública uma das propriedades agrárias do casal, o sítio do Manhanguá, delineou a trajetória da propriedade, desde 1854, quando foi transmitida em legítima paterna a seu finado marido, até o ano de 1871, e, ao mesmo tempo, assinala que a Fazenda Cascata foi comprada de porteira fechada por Manoel Brás em 1863. Este era filho do major João Brás de Oliveira Arruda e Gertrudes Umbelina de Souza Arruda.

⁹⁵ Cf. INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048 (grifos nossos).

virada dos anos 1860 para 1870, Barbosinha teria voltado a investir em novas lavouras de café, a exemplo de boa parte dos cafeicultores escravistas do Médio Vale do Paraíba.

O perfil demográfico da escravaria de Barbosinha sugere que estaria havendo um processo de reprodução natural no complexo Bom Retiro. Os casados/viúvos perfaziam 42,2% da população cativa com 15 anos ou mais. E a participação de escravos nascidos na fazenda era de 27,7%. Estes índices podem ser explicados, em parte, pela elevada taxa de mulheres, de 53,9%, e de crioulos (62,4%) (cf. **Tabela III.6**). Os dados apontam que se tratava de uma comunidade estável, sedimentada no tempo, o que facilitava as uniões matrimoniais bem como a sua reprodução natural. Ao que tudo indica, o término natural da instituição escravista no Império do Brasil não estava no horizonte dos fazendeiros de café do Vale do Paraíba.

É digno de nota que a população escravizada do Bom Retiro se encontrava relativamente envelhecida. A idade média dos cativos igualou-se a 37,7 anos (cf. **Tabela III.6**), índice mais elevado que o das escravarias inventariadas na década de 1870 (31,4 anos) (cf. **Gráfico II.8**). Apesar disso, a alocação média de pés de café por escravizado adulto (15 a 49 anos) era superior aos padrões correntes em Bananal, no mesmo período: em média, os 64 (45,4%) cativos adultos teriam sido responsáveis pelo amanho de 3.413 arbustos de café (cf. **Tabela III.7**). Quanto à produtividade da força de trabalho escravizada, estima-se que os cativos adultos do complexo Bom Retiro produziram cerca de 1.505 kg/ano de café (cf. **Tabela III.7**), cuja taxa de sobre-trabalho era sensivelmente mais elevada em relação ao conjunto de unidades cafezeiras bananalenses, nos anos 1870 (cf. **Tabelas II.24, II.25, II.29 e II.30**).

Por fim, é importante frisar que, em 1870, a Casa de Barbosinha ainda era detentora de um elevado passivo, 78:261\$072 (30,8% do patrimônio bruto). O Dr. Brás Barbosa da Silva, filho do casal inventariado, despontava como o maior credor da Casa (97,4% do total). Observando-se o perfil das dívidas, vê-se que boa parte delas (60,1%) remetia às quotas hereditárias adquiridas 14 anos antes, em 1856, a Martim Afonso Barbosa da Silva e ao Dr. Inácio de Avelar Barbosa da Silva. Os irmãos de Barbosinha transferiram a seu sobrinho, o Dr. Brás Barbosa, o direito à sua cobrança em 1860 e 1863, respectivamente. Sem contar que Barbosinha devia a Joaquim Luiz de Souza Breves & Cia., comissário de café estabelecido na Rua dos Beneditinos, nº 26, na Corte do Rio de Janeiro, a quantia de quase 51:000\$000, cujo crédito não foi legalizado, no inventário, pelo credor. Percebe-se, assim, que Barbosinha, ao tornar-se o único senhor da Casa, nos anos 1850, enfrentou dificuldades para saldar o passivo herdado. O que explica, parcialmente, as dificuldades em preservar e ampliar a capacidade produtiva do complexo Bom Retiro.

Aos 60 anos de idade, encerrou-se a trajetória atribulada do comendador Barbosinha. Em 1875, o Dr. Brás Barbosa da Silva, um dos três filhos do fazendeiro, deu início ao processo de inventário.⁹⁶ Na primeira metade da década de 1870, houve uma retração no patrimônio do fazendeiro: de 254:106\$000, em 1870, para 143:313\$000, em 1875. Sua riqueza era composta, basicamente, pela Fazenda Bom Retiro (88,5%). Uma pequena parcela encontrava-se alocada em dívidas ativas (4,2%)⁹⁷ e em meio dote (4,9%) (**Tabela III.5**).⁹⁸

Tabela III.5 – Composição do Patrimônio do Comendador Antônio Barbosa da Silva (Barbosinha). Bananal, 1875

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	3:503\$000	2,4
Animais	2:120\$000	1,5
Escravos	70:780\$000	49,4
Terras	17:350\$000	12,1
Pés de Café	17:860\$000	12,5
Imóveis Rurais	16:200\$000	11,3
Café Colhido	2:500\$000	1,7
Dívidas Ativas	6:000\$000	4,2
Meio Dote	7:000\$000	4,9
Total	143:313\$000	100,0

Fonte: INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383.

Cinco anos após a morte de Maria Arruda Barbosa, o complexo Bom Retiro era constituído por 60 escravos, 80.000 pés de café e 79 alqueires de terras. A unidade produtiva dava seus últimos suspiros, pois havia tão somente 7,5 (9,5%) alqueires em matas virgens disponíveis para o cultivo de novas plantações de café. Grande parte da fazenda, 71,5 (90,5%) alqueires, encontrava-se ocupada por cafezais. Os arbustos de café inventariados ocupavam, mais ou menos, 20 alqueires de terras. Evidencia-se, assim, que os herdeiros – Dr. Brás Barbosa

⁹⁶ Cf. INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383.

⁹⁷ As dívidas correspondiam, na verdade, à antecipação de herança, dada em dinheiro aos herdeiros, o Dr. Antônio Barbosa da Silva e Souza e o Dr. Luiz Barbosa da Silva, que faleceu, também, em 1875. Cf. Ibid.

⁹⁸ Ana Barbosa Soulier, viúva de Júlio Leon Soulier, trouxe à colação, no inventário de seu pai, a metade do dote recebido quando contraiu núpcias. A outra metade (7:000\$000) já havia sido descontada de sua legítima cinco anos antes, no inventário de sua mãe. Júlio Leon Soulier foi mestre de piano na Fazenda Bom Retiro entre 1858-61. Cf. **ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1858. p. 289; Id., 1859. p. 304; Id., 1860. p. 326; Id., 1861. p. 313.

da Silva e Alda Cordoville Barbosa de Souza Arruda – cultivavam, também, seus próprios cafezais na propriedade. Parte destas lavouras foi recebida em legítima materna, no inventário de Maria Arruda.

É bem provável que Barbosinha não tenha ampliado suas plantações de café entre 1870-5. Primeiramente, a quantidade de sua escravaria manteve-se inalterada: o plantel obtido via meação, em 1870, no inventário de Maria Arruda, era formado por 59 cativos; e, em 1872 e 1875, o número correlato igualou-se a 60. Em segundo lugar, o inventário do fazendeiro não indica a existência de cafeeiros “novos”, a despeito de ter recebido, em 1870, 70.000 pés contra os 80.000 pés declarados em 1875.⁹⁹

A única alteração substantiva, quanto aos fatores de produção, teria ocorrido no perfil demográfico da escravaria do complexo Bom Retiro. Entre os anos de 1870 e 1875, houve uma expansão na participação relativa de homens (de 46,1% para 51,7%), de adultos (de 45,4% para 51,7%), de crioulos (62,4% para 70%), de casados/viúvos (de 42,2% para 61,3%) e, por fim, de cativos nascidos na propriedade (de 27,7% para 48,3%) (**Tabela III.6**). Os dados sugerem, inicialmente, que estaria ocorrendo um processo paulatino de reprodução natural da escravaria de Barbosinha. O equilíbrio entre os sexos e os altos índices de casados/viúvos podem ter contribuído com o aumento dos cativos gerados na fazenda. Pode ser, também, que, no processo de partilha, realizado em 1870, o fazendeiro teria obtido, em meação, cativos com um perfil demográfico específico, que, a médio e longo prazo, lhe permitisse ampliar a sua escravaria via reprodução vegetativa. Não à toa, Barbosinha foi um dos signatários da representação de Bananal contra a Lei do Ventre Livre.¹⁰⁰ É válido apontar, ainda, que, até o ano de 1875, 16 (26,7%) cativos, nove homens e sete mulheres, haviam sido adquiridos no tráfico interno.¹⁰¹ O fato revela que os fazendeiros de café do Vale do Paraíba adotaram estratégias semelhantes de gestão das escravarias: aquisição de cativos via tráfico interno e, simultaneamente, estímulo à reprodução natural. Portanto, este foi o modo pelo qual os cafeicultores escravistas enfrentaram a crise de mão de obra instaurada após a abolição do tráfico atlântico, em 1850.

⁹⁹ Cf. INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048; INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383. Sobre a evolução da escravaria de Barbosinha, entre 1872 e 1875, ver, também: MIRANDA, 2018, p. 207-208.

¹⁰⁰ Ibid., p. 207-208. O autor, que analisou a composição demográfica dos cativos da Fazenda Bom Retiro, por meio da Matrícula de Escravos de 1872, argumentou que, de fato, a escravaria de Barbosinha encontrava-se em franco processo de reprodução natural. Para tanto, apresentou os seguintes índices: 1) equilíbrio absoluto entre os sexos; 2) proporção de casados e viúvos de 60%; 3) taxa de crioulos igualava-se a 66,7%; 4) percentagem de crianças nascidas na propriedade de 41,6%.

¹⁰¹ Conforme a relação de escravos matriculados em 1872, anexada ao inventário de Barbosinha. Cf. INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383.

Tabela III.6 – Perfil Demográfico das Escravarias do Complexo Bom Retiro. Bananal, 1817-1875

Escravizados														
Ano	Total	Africanos		Homens		Adultos (15 a 49 anos) [1]		de Roça [2]		Casados/Viúvos (15 anos ou +)		Idade Média (em anos)	Filhos Legítimos ou Naturais	
	N	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	N	%
1817	34	26	76,5	30	88,2	31	91,2	-	-	-	-	20,5	-	-
1829	101	75	74,3	65	64,4	86	85,1	-	-	24	27,9	22,2	-	-
1852	344	-	-	196	57,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1870	141	53	37,6	65	46,1	64	45,4	-	-	27	42,2	37,7	39	27,7
1875	60	18	30,0	31	51,7	31	51,7	28	46,7	19	61,3	38,2	29	48,3

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817 (fogo 151); APESP. 5ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829 (fogo 54); INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219; INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048; INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383.

Nota: a informação relativa aos escravizados de roça consta na Matrícula de Escravos.

Tabela III.7 – Produção Média Anual de Café no Complexo Bom Retiro. Bananal, 1817-1875

Ano	Cafezais (em Nº de Pés)			Estimativa de Produtividade			
	Total [3]	Pés por Escravo Adulto [3]/[1]	Pés por Escravo de Roça [3]/[2]	Produção (em @)	Produção (em kg) [4]	Kg por Adulto [4]/[1]	Kg por de Roça [4]/[2]
	N	N	N	N	N	N	N
1817	-	-	-	250	3.675	119	-
1829	-	-	-	6.000	88.200	1.026	-
1852	737.000	-	-	22.110	325.017	-	-
1870	218.400	3.413	-	6.552	96.314	1.505	-
1875	80.000	2.581	2.857	2.400	35.280	1.138	1.260

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817 (fogo 151); APESP. 5ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829 (fogo 54); INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219; INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048; INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383.

Notas: 1) para os anos de 1817 e 1829, o volume de café (em arrobas) consta nas fontes; 2) para os anos de 1852, 1870 e 1875, a produção de café (em arrobas) foi estimada tendo por base uma produtividade média dos cafeeiros de 30@ por 1.000 pés de café; 3) uma (1) arroba é equivalente a 14,7 kg.

Entre 1870 e 1875, a população cativa da propriedade sofreu um declínio, em termos numéricos, de 141 indivíduos, em 1870, para 60, em 1875 (**Tabela III.6**). A despeito disso, a partilha realizada em 1870 permitiu que Barbosinha ampliasse, em termos percentuais, a sua força de trabalho, garantindo, assim, a viabilidade da produção de café na Fazenda Bom Retiro. Nesse sentido, a produtividade do trabalho escravo reduziu-se de forma sintomática: de 1.505 kg/ano de café, em 1870, caiu para 1.138 kg/ano de café por cativo adulto (15 a 49 anos), em 1875 (**Tabela III.7**).

Atendo-se aos edifícios que compunham o acervo inventariado da Fazenda Bom Retiro, evidencia-se que, na prática, a propriedade estava sendo administrada em comum com o Dr. Brás Barbosa da Silva. A partilha de 1870 fracionou, em termos ideais, a Bom Retiro. O comendador Barbosinha, por exemplo, recebeu em meação apenas a “casa de morada no Bom Retiro” (16:000\$000) e “dois pequenos terrenos” (50\$000) na vila do Bananal.¹⁰² No inventário de 1875, além desses imóveis, incluiu-se uma “casa de campo”, no sítio da Alegria (200\$000). Conforme assinalamos, o Dr. Brás era o principal credor da Casa de Barbosinha e, por conta disso, acabou herdando grande parte da estrutura produtiva da Fazenda Bom Retiro. No entanto, a propriedade acabou sendo executada pelos credores anos mais tarde.¹⁰³

Ao fim e ao cabo, três razões podem ter sido decisivas para a derrocada do complexo Bom Retiro. A primeira delas diz respeito à não diversificação de investimentos nos anos 1860. Esta foi uma das principais estratégias empresariais dos fazendeiros, desde a implantação da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba.¹⁰⁴ Como a conjuntura do período 1850-1865 mostrou-se desfavorável à aplicação de capitais nas fazendas de café, a diversificação de investimentos – na esfera financeira ou comercial, por exemplo – poderia oferecer alternativas ao fazendeiro enquanto os cenários externo e interno não se tornassem novamente propícios à atividade produtiva cafeeira. Contudo, o elevado passivo financeiro da Casa, provavelmente, impediu que o sucessor do Baú alocasse recursos em outras atividades econômicas.

A crise ecológica exerceu impacto fundamental nos negócios da família Barbosa da Silva. As terras do complexo Bom Retiro vinham sendo exploradas de forma sistemática desde a década de 1810. Desse modo, o desgaste do solo e a inexistência de matas virgens, no final dos anos 1860, impuseram claros limites à expansão da capacidade produtiva do Bom Retiro. Ao contrário do comendador Vallim, que, em 1878, detinha 101 (14,1%) alqueires de terras em

¹⁰² Cf. INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048.

¹⁰³ Até o momento, não foi possível encontrar o inventário *post mortem* do Dr. Brás Barbosa da Silva. Possivelmente, o fazendeiro deve ter falecido após o ano de 1888.

¹⁰⁴ Cf. MORENO, 2015, p. 328-350.

matas, Barbosinha possuía, em 1875, tão somente 7,5 (9,5%) alqueires disponíveis para o plantio de novos cafeeiros.

Em suma, apesar da conjuntura amplamente favorável à retomada de investimentos na atividade cafeeira, na virada da década de 1860 para a de 1870, Barbosinha não teria sido capaz de liquidar os passivos financeiros e, ao mesmo tempo, ampliar as lavouras de café, devido à ausência de recursos naturais (terras em matas virgens). O que acabou acelerando o processo de falência da família Barbosa da Silva, outrora uma das mais proeminentes do Médio Vale do Paraíba.

5.3 Complexo de fazendas Monte Alegre

O comendador Francisco Ramos de Paula, natural de Taubaté, província de São Paulo, era filho de Antônio Ramos da Silva e Francisca Xavier dos Santos. Integrante da elite política bananalense, membro do partido liberal, foi vereador (1849-52) e delegado de polícia (1861-8).¹⁰⁵ Possuía vínculos de parentesco com dois potentados de Bananal: era cunhado do comendador Antônio José Nogueira (c.1788-1864), consorte de sua irmã, Adriana Florinda Nogueira (c.1796-1860),¹⁰⁶ e irmão do tenente-coronel José Ramos da Silva (c.1806-1867).¹⁰⁷ Faleceu, em 1878, com mais de 70 anos de idade, deixando, além da viúva, Ana Moreira da Silva, uma prole numerosa: onze filhos e 36 netos, órfãos de cinco herdeiros defuntos. Ao longo de sua trajetória, o fazendeiro acumulou um grande patrimônio, avaliado em quase 200:000\$000, alçando-o ao posto de um dos homens mais ricos de Bananal.¹⁰⁸ Segundo a **Tabela III.8**, o ativo imobilizado em bens agrários concentrava 73,3% da riqueza da Casa, essencialmente formado por 2.881,500 alqueires de terras, 77 escravizados e 117.300 pés de café. As dívidas ativas (empréstimos a juros), juntamente com o dinheiro existente em caixa (“moeda”), perfaziam outra fatia importante de sua fortuna (20,3% do total). Nota-se, portanto, que, nos últimos anos de vida, as fontes de rendimentos do comendador deitavam raízes nas esferas produtiva e usurária.

¹⁰⁵ RAMOS, 1978, p. 90-92; 150; 199; 210-212; 218-219; 279.

¹⁰⁶ Adriana Florinda Nogueira foi a segunda esposa do comendador Antônio José Nogueira. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Adriana Florinda Nogueira. Cruzeiro: MMN, 11 set. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 95, n. 1988; INVENTÁRIO do comendador Antônio José Nogueira. Cruzeiro: MMN, 15 abr. 1864. Cartório do 1º Ofício, caixa 112, n. 2422.

¹⁰⁷ INVENTÁRIO do tenente-coronel José Ramos da Silva. Cruzeiro: MMN, 25 jul. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 135, n. 2891.

¹⁰⁸ Seu patrimônio figurava entre as dez maiores fortunas de Bananal, nos anos 1870. Cf. INVENTÁRIOS *post mortem*. Cruzeiro: MMN, 1870-1879.

**Tabela III.8 – Composição do Patrimônio do Comendador Francisco Ramos de Paula.
Bananal, 1878**

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	5:478\$000	2,8
Animais	3:705\$000	1,9
Escravos	53:850\$000	27,1
Terras	44:160\$000	22,2
Pés de Café	25:360\$000	12,7
Imóveis Rurais	18:650\$000	9,4
Imóveis Urbanos	7:500\$000	3,8
Moeda	24:579\$460	12,4
Dívidas Ativas	15:721\$873	7,9
Meio Dote	48:585\$000	-
Total	199:004\$333	100,0

Fonte: INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551.

O fazendeiro estabeleceu residência em Bananal entre as décadas de 1830 e 1840.¹⁰⁹ Nesse período, tornou-se proprietário de uma gleba que, mais tarde, daria origem ao complexo produtivo Monte Alegre, principal unidade de produção do comendador. O complexo originou-se a partir da fusão de diversos quinhões de terra comprados ao então major Antônio José Nogueira, cunhado do comendador, e aos legatários dos sesmeiros originais do Turvo.¹¹⁰ Os herdeiros de Antônio Rodrigues Silva e Antônio Fernandes da Silva,¹¹¹ por exemplo, venderam a Francisco Ramos de Paula, na Serra do Ramos, um terreno denominado “Rancho

¹⁰⁹ Agostinho Ramos aponta que, nas eleições municipais de 1840, Francisco Ramos de Paula era um dos eleitores de Bananal. RAMOS, 1978, p. 271-272.

¹¹⁰ O Registro de Terras explicita que Francisco Ramos de Paula comprou a Fazenda Monte Alegre ao major Antônio José Nogueira, aos herdeiros de Hilária Maria Joaquina (viúva de Antônio Rodrigues Silva) e a outros. Cf. APESP, 1855-1858 (nº 3).

¹¹¹ Antônio Rodrigues Silva, José de Góes Siqueira, Antônio Fernandes da Silva e Miguel Cardoso dos Santos foram contemplados com a “sesmaria do Turvo” (450 alqueires de área) em 22 de dezembro de 1812. Cf. SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivo do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. **Repertório das Sesmarias** / Divisão do Arquivo do Estado. São Paulo: a Divisão, 1994. p. 77. Só em 1835, a propriedade seria medida, demarcada e dividida entre os sucessores dos primitivos sesmeiros. Até essa data, Francisco Ramos de Paula ainda não havia adquirido formalmente nenhuma porção de terras nesta sesmaria. Cf. AUTOS DE MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DA SESMARIA DO TURVO entre os herdeiros dos sesmeiros Antônio Rodrigues Silva, José de Góes de Siqueira e outros. Cruzeiro: MMN, 28 de Jul. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 19, n. 304. É válido destacar que, em 1828, Maria Lemes de Jesus (viúva de Antônio Fernandes da Silva) e outros já haviam tentado dividir a sesmaria do Turvo pelos legatários dos primeiros sesmeiros. Cf. LIBELO CIVEL DE DIVISÃO DE TERRAS. Cruzeiro: MMN, 5 de mar. 1828. Cartório do 1º Ofício, caixa 9, n. 146.

Queimado”.¹¹² Nos anos 1850, os talhões de terra adquiridos pelo fazendeiro, que, à essa altura, já era chamada de Monte Alegre, e se situava nas imediações da Fazenda Santo Antônio da Serra, pertencente ao major Nogueira, perfaziam uma área de 200 alqueires.¹¹³

O complexo de fazendas Monte Alegre, constituído pela Fazenda Monte Alegre e pelos sítios Frutuoso e Cachoeira, era o centro mais dinâmico da atividade produtiva cafeeira do comendador Francisco Ramos de Paula. No início dos anos 1860, seria responsável pela exportação de 8.000 arrobas de café.¹¹⁴ Além dessa propriedade, o fazendeiro possuía, ainda, mais três fazendas situadas no Vale do Paraíba: Itatiaia e Coqueiros, em Resende, Rio de Janeiro, e Três Barras, em Queluz, São Paulo.¹¹⁵ Como se pode notar, não havia ligação espacial entre estes estabelecimentos agrários e o complexo Monte Alegre.

A Fazenda Itatiaia, pertencente à freguesia de Campo Belo, Resende, conformava uma propriedade dedicada à pecuária. Ela possuía 2.700 alqueires de área, dos quais 2.500 (92,6% do total) eram destinados à criação de animais cavalares.¹¹⁶ Aparentemente, não havia nenhum cafeeiro cultivado, nem quaisquer equipamentos e edifícios para o beneficiamento de grãos de café.¹¹⁷ Talvez, a parcela fundiária restante na fazenda (7,4% do total) fosse imprestável à cultura cafeeira, na medida em que o preço do alqueire alcançou a modesta cifra de 35\$000. Apenas dois cativos africanos – Pedro, solteiro, de 52 anos, e Joana, viúva, de 57 anos – eram responsáveis pela execução dos trabalhos da fazenda.

Já a Fazenda Coqueiros, situada igualmente em Resende, era uma unidade produtiva voltada ao cultivo de café. Dentre os seus 40,5 alqueires de terras, 24,7% eram ocupados por culturas, 44,4% por capoeiras finas, 14,8% por benfeitorias (edifícios), 3,7% por pastos, sendo os 12,3% restantes compostos por matas virgens. De acordo com a “idade” dos 25.000 cafeeiros existentes – 48% “velhos”, 16% “podados” e 36% “novos” –, evidencia-se que, no início dos

¹¹² Cf. PROTESTO. Cruzeiro: MMN, 26 de ago. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 64, n. 1284.

¹¹³ Cf. APESP, 1855-1858 (nº 3).

¹¹⁴ Cf. “Mapa do arrolamento das Fazendas de café situadas nas imediações das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, organizado na conformidade do artigo 104 do Regulamento Provincial de 24 de setembro de 1860 pela Coletoria de Rendas Provinciais do Município de Angra dos Reis”. In: PEREIRA, 1977, p. 55-70.

¹¹⁵ Não se pôde determinar, até agora, em que momento as três fazendas teriam sido adquiridas pelo comendador Francisco Ramos de Paula. O que se sabe é que, no início dos anos 1850, o fazendeiro também possuía domicílio em Resende. Em 12 de fevereiro de 1853, ele foi denunciado, em Resende, acusado de ter comprado 20 africanos boçais em Bananal, contrabandeados no final de 1852, no porto do Bracuhy, freguesia da Ribeira, próximo a Angra dos Reis. Cf. ABREU, Martha. O caso do Bracuhy. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 165-195.

¹¹⁶ Nesta propriedade foi declarada a existência de 22 potros, 59 éguas e duas bestas. O alqueire de terras em “campo” recebeu a avaliação de apenas 4\$000. Cf. INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551.

¹¹⁷ Os edifícios que compunham a Fazenda Itatiaia eram os seguintes: “uma casa de vivenda e cozinha”; “seis lanços de senzalas”; “um moinho e casa”; “uma casa de cima, já caindo”; “as casas da internada e cozinha, cobertas de telha, em mal estado”; e, por último, “duas marquises forradas de taboas na casa de internada”. Cf. Ibid.

anos 1870, o comendador investiu capitais no plantio de novos arbustos de café. Dentre os 9.000 pés de café “novos”, grande parte (7.000 pés) tinha de quatro a cinco anos; logo, foram cultivados entre 1873-4. Apesar disso, a fazenda encontrava-se em avançado estado de degradação ecológica, por uma série de fatores, quais sejam: 1) grande proporção de “capoeiras”; 2) pouca disponibilidade de “matas virgens”; 3) elevada presença de cafezais “velhos” e “podados”, o que resultava em safras pouco produtivas. A combinação de todos esses elementos denota, por um lado, que a propriedade já havia atingido o seu ápice produtivo, e, por outro, havia poucas possibilidades de aumento da produção de café, visto que as matas, se derrubadas, poderiam substituir apenas os 12.000 cafeeiros “velhos”.¹¹⁸

A Coqueiros contava com os equipamentos e os edifícios indispensáveis para o beneficiamento de café. Tinha “dois monjolos e casas cobertas de palha”, “uma casa de engenho [de socar café], dois lanços” e um “ventilador”. O inventário indica, também, que a fazenda produzia aguardente e gêneros alimentícios.¹¹⁹ Por fim, cabe destacar que não foi declarada a existência de escravizados e animais, na propriedade.

A Fazenda Três Barras, situada na freguesia de Pinheiros, em Queluz, também era voltada à produção de café. Aparentemente, não se tratava de uma unidade produtiva completa, porquanto não foram mencionados cativos, animais e terras. Em relação às plantações, os avaliadores registraram 3.800 pés de café, sendo 3.500 “novos” e 300 “podados”. Além da “casa de morada da fazenda, toda coberta de telhas, assoalhada e forrada, dividida em salas de visita, de jantar e alcovas, com duas frentes, tendo em um lado onze janelas e duas portas, em bom estado”, havia, também, “um moinho para fubá, com casa, movido por canos”.¹²⁰ Como se nota, nem mesmo os itens indispensáveis para o benefício de café integravam o acervo inventariado.

A ausência de fatores de produção nas fazendas Coqueiros (escravos e animais) e Três Barras (escravos, animais e terras) indicam, muito provavelmente, que o comendador Francisco Ramos de Paula tenha iniciado o processo de sucessão hereditária no curso de sua vida. Os inventários *post mortem* revelam, com frequência, que muitos herdeiros, ao se tornarem adultos, se instalavam de forma autônoma nas terras pertencentes a seus pais. Via de regra, nos talhões de terra destinados aos futuros sucessores, poderiam ser encontradas plantações, escravos,

¹¹⁸ No inventário declarou-se que 10 alqueires de terras estavam ocupados por cafezais (24,7% do total). Se havia 25.000 pés de café plantados na propriedade, vê-se que existiam só 2.500 pés de café por alqueire. Portanto, nos cinco alqueires em matas (12,3% do total) seria possível plantar 12.500 arbustos. Cf. *Ibid.*

¹¹⁹ A título de exemplo, foram declarados: “uma roda de ralar mandioca”; “um moinho”; “um chiqueiro assoalhado”; “um galinheiro coberto de telha”; “um engenho de moer cana e casa”; “dois lanços de casas que servem de paiol, cobertos de telha, assoalhados”. Cf. *Ibid.*

¹²⁰ Cf. *Ibid.*

animais, casas de morada e edifícios empregados no beneficiamento e no armazenamento de gêneros. Esse mecanismo, corrente em distintas regiões do Brasil, nos séculos XVIII e XIX,¹²¹ ajuda a entender as razões pelas quais a Coqueiros e a Três Barras encontravam-se, teoricamente, desprovidas de alguns fatores de produção. Sabe-se, por exemplo, que uma das filhas do comendador, Constança Maria Ramos do Vale, de 49 anos, casada com Joaquim Luiz Paes de Almeida, morava há muitos anos na Fazenda Três Barras, “[...] onde tem lavoura importante de mais de 50 mil pés de café, de diversos tempos, todos produzindo, engenho, tulhas e muitas outras benfeitorias de valor considerável [...]”.¹²² Por seu turno, Amália da Silva Ramos, herdeira do fazendeiro, residia em Resende há pelo menos três anos.¹²³ Certamente, a força de trabalho escravizada e os animais, ausentes no rol de bens do comendador, pertenciam à Amália. Voltaremos a esta questão mais adiante.

A unidade produtiva mais importante do comendador Francisco Ramos de Paula era a fazenda Monte Alegre. Em 1878, possuía 141 alqueires em terras, 73 escravos e 88.500 pés de café. A **Tabela III.9** evidencia claramente os limites para a expansão da produção de café na propriedade. Administrada por um de seus filhos, o major Joaquim Ramos da Silva,¹²⁴ a propriedade possuía 54,3% das terras ocupadas por culturas (cafezais, canaviais e víveres), 2,1% por capoeirões, 2,8% por pastos e apenas 4,6% por matas virgens. Depreende-se, assim, que, no último quartel do Oitocentos, havia poucas possibilidades de manutenção e reprodução da capacidade produtiva da fazenda. As matas virgens, se transformadas em plantações de café, permitiriam aos sucessores do comendador efetuar o cultivo de, aproximadamente, 20.000 novos cafeeiros, equivalente a quase um quarto de todos os arbustos existentes na propriedade. Deste modo, as reservas de matas da fazenda não seriam suficientes para a ampliação da fortuna familiar. Em pouco tempo, esgotar-se-iam as possibilidades de a fazenda continuar a produzir café.

¹²¹ Carlos Bacellar demonstrou que, no Oeste Paulista, os senhores de engenho cediam terras aos filhos para que pudessem plantar seus talhões de café; a terra continuava pertencendo ao espólio do pai, embora os filhos a cultivassem. Cf. BACELLAR, 1997, p. 165-176.

¹²² Cf. INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551. Outros dois filhos do comendador, o alferes Francisco de Paula Ramos e Domiciano de Paula Ramos, tinham domicílio em Queluz, muito provavelmente na mesma Fazenda Três Barras.

¹²³ Amália da Silva Ramos e José Francisco Airoso tiveram duas meninas: Amália, de três anos, e Haidê, de um ano. Após o falecimento de Amália, em 1877, Airoso e os filhos permaneceram em Resende. Cf. Ibid.

¹²⁴ Consta que, entre 1879-80, o major Joaquim Ramos da Silva recebia, mensalmente, o salário de 200\$000 para administrar a fazenda Monte Alegre. Cf. Ibid.

Tabela III.9 – Distribuição das Terras do Complexo Monte Alegre Segundo a Área Ocupada e o Preço Médio. Bananal, 1878

Situação	Área Ocupada (em Alqueires)		Preço Médio (em Mil-Réis)
	N	%	\$
Mata Virgem	6,500	4,6	200\$000
Cultura	76,500	54,3	131\$667
Capoeirão	3,000	2,1	150\$000
Pasto	4,000	2,8	125\$000
Sem Declaração	51,000	36,2	135\$000
Total	141,000	100,0	143\$077

Fonte: INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551.

A despeito disso, Francisco Ramos de Paula trilhou os mesmos caminhos que os demais fazendeiros do Médio Vale do Paraíba, na virada dos anos 1860 para 1870. Nessa quadra histórica, o comendador plantou novos cafeeiros: 26.500 pés (29,9% do total) foram cultivados na ocasião.¹²⁵ Desconsiderando o evidente processo de devastação ambiental, causado pelo desgaste do solo e esgotamento dos recursos naturais (derrubada da Mata Atlântica), o fazendeiro aproveitou a conjuntura marcada pelo barateamento dos custos de produção e investiu capitais na atividade produtiva cafeeira. Reforça-se, uma vez mais, o quadro retratado até agora: os cafeicultores ditavam suas estratégias empresariais tendo em vista as flutuações de preços do café no mercado mundial.

O complexo de fazendas Monte Alegre dispunha dos edifícios e dos maquinários necessários para a produção de café. Em primeiro lugar, destaca-se a “casa de vivenda com cinco lanços, toda assoalhada, com varanda”. Na sequência, “dois lanços de casas que servem de cozinha [...]”, “três lanços de casas com varanda, que servem de tulhas [...]”, “quatro lanços de casas que servem para paiol de milho”, “um moinho com casa” e “dois lanços de casas que servem para cozinha dos pretos [...]”. Os 73 cativos ficavam confinados nos “dezessete lanços de casas que servem de dormitório para os pretos”. Quanto ao beneficiamento do café, utilizavam-se “um monjolo com casa coberta de palha”, “um monjolo com casa em aberto, coberto de palha” e “dois abanadores para café”. Por fim, a aguardente era fabricada no “engenho de moer cana, com casa coberta de palha”.¹²⁶

¹²⁵ Cf. Ibid.

¹²⁶ Cf. Ibid.

A comunidade cativa pertencente ao comendador Francisco Ramos de Paula encontrava-se deveras envelhecida, no final dos anos 1870.¹²⁷ Dos 73 escravos arrolados na Monte Alegre, a maior parte era oriunda do continente africano (65,8%), justificando, assim, a elevada idade média (de 44,1 anos) e a reduzida taxa de adultos (24,7%). A despeito disso, havia um relativo equilíbrio entre os sexos (135 homens para cada 100 mulheres) e uma elevada participação relativa de crioulos nascidos na propriedade (31,5%) e de casados/viúvos (48,5%), com 15 anos ou mais. Os dados podem sugerir, à primeira vista, que o fazendeiro deixara de investir capitais na atividade produtiva cafeeira, justamente por não ter “renovado” o estoque de mão de obra escravizada. Entre 1850 e 1872, pelo menos dois cativos, ambos crioulos, foram adquiridos no mercado interno.¹²⁸ Além disso, houve retração no contingente de cativos do fazendeiro, na década de 1870: de 102 escravos, em 1872, caiu para 77, em 1878.¹²⁹

A despeito desses indícios, voltarei à hipótese mencionada anteriormente, isto é, aquela segundo a qual o comendador teria antecipado, ainda em vida, parcelas dos quinhões hereditários a seus sucessores. Sabe-se que o fazendeiro tinha mais de 70 anos de idade ao falecer. Consta, ainda, que o enlace matrimonial entre Francisco Ramos de Paula e Ana Moreira da Silva ocorreu quando ambos eram muito jovens.¹³⁰ Deve-se mencionar que a idade média dos filhos vivos do casal era de 40,2 anos, variando entre 29 e 53 anos e, ainda, que todos os herdeiros se encontravam casados ou viúvos, em 1878. Essas informações denotam, portanto, que o fazendeiro acabou antecipando, por meio do mecanismo do dote, a transmissão hereditária a sua numerosa prole. Aliás, a própria viúva inventariante, Ana Moreira da Silva, explicitou o adiantamento dos quinhões hereditários, quando afirmou, nas últimas declarações e encerramento do inventário, que “[...] além das referidas dívidas [ativas] e doações feitas aos mencionados herdeiros, cada um destes, bem como todos os outros que não foram mencionados e constam do respectivo título, *recebeu em dote a quantia de 6:000\$000 em bens e dinheiro*

¹²⁷ Na verdade, o comendador era dono de uma escravaria formada por 77 escravos. Goliana, 35 anos, e sua filha Inês, onze anos, ambas crioulas, trabalhavam nas casas urbanas situadas na vila do Bananal. Os africanos Pedro, 52 anos, e Joana, 57 anos, eram responsáveis pelas tarefas da Fazenda Itatiaia, em Resende. Cf. *Ibid.*

¹²⁸ Aliás, trata-se dos únicos crioulos que não são frutos de uniões matrimoniais gestadas no interior do complexo Monte Alegre. Cf. INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551.

¹²⁹ Cf. *Ibid.*

¹³⁰ Sheila Faria mostra que, nas famílias Almeida e Vallim, a idade média dos homens, ao contraírem núpcias, era de 27 anos se comparada à das mulheres, cujo sacramento se dava aos 17 anos. Cf. FARIA, 1995, p. 63-97. Carlos Bacellar, que estudou os senhores de engenho do Oeste Paulista, entre 1765-1836, constatou que as idades médias ao primeiro casamento eram de 27,7 anos, para os rapazes, e 19 anos, para as moças. Fica patente, assim, que as “elites agrárias” açucareira e cafeeira adotavam estratégias semelhantes quanto ao sacramento do matrimônio. Cf. BACELLAR, 1997, p. 60-65.

[...]”.¹³¹ Multiplicando-se esta quantia pelos 16 herdeiros (onze vivos e cinco falecidos), tem-se o montante de 96:000\$000, correspondente a pouco menos da metade do monte-mor deixado pelo comendador. Embora o inventário não revele o perfil dos bens dotados, pode-se aventar que os herdeiros, em seus dotes, teriam sido contemplados com mão de obra escravizada, já que esta prática era muito comum.¹³² O adiantamento da herança, via dote, pode justificar, desse modo, a ausência de fatores de produção nas propriedades mencionadas, bem como a retração, na década de 1870, no contingente de escravizados.

A exploração da força de trabalho cativa, na fazenda Monte Alegre, era relativamente semelhante aos padrões correntes em Bananal, na década de 1870. Havia apenas 18 (24,7%) escravos adultos (15 a 49 anos) na propriedade. No entanto, 45 (61,6%) indivíduos foram declarados, no inventário, como escravizados de roça, com idade entre 20 e 67 anos. Nesse sentido, a alocação média de pés de café por cativo de roça era de 2.607 pés. Em termos de produtividade, cada escravizado roceiro teria produzido algo em torno de 1.150 kg de café/ano. Ambas as cifras são equivalentes às estimativas encontradas nos anos 1870, em Bananal (cf. **Tabelas II.25 e II.29**).

Em linhas gerais, o caso do complexo Monte Alegre, montado pelo comendador Francisco Ramos de Paula, entre os anos 1830 e 1840, permite abrir mais uma outra “janela” para apreender a crise da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, que, ao fim e ao cabo, resultou na perda de protagonismo do Vale do Paraíba Ocidental no mercado mundial de café (1830-1870). O inventário *post mortem* consultado, ao revelar o local de residência dos herdeiros do fazendeiro, sinaliza o processo paulatino de esgotamento dos recursos naturais. Dentre os onze sucessores do comendador, só o major Joaquim Ramos da Silva, Virgínia da Silva Ramos Nogueira e Serafina Moreira da Silva¹³³ viviam em Bananal. Os demais irmãos foram forçados a partir em busca de terras férteis em outras paragens, devido à ausência de matas virgens em Bananal. É o caso, por exemplo, do Dr. Ezequiel de Paula Ramos e Adriana

¹³¹ Três filhos de Francisco Ramos de Paula (Dr. Ezequiel de Paula Ramos, Francisco de Paula Ramos e Domiciano de Paula Ramos) e um dos genros (Antônio Januário Lopes de Andrade) foram contemplados com doações. Cada um dos filhos recebeu 1:000\$000, pelo valor de um escravo que lhes foi doado. E o genro obteve a quantia de 5:000\$000. Cf. INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551 (grifo nosso).

¹³² Muito embora houvesse a tendência ao declínio dessa prática, a partir da segunda metade do século XIX. Cf. FARIA, 1995, p. 63-97.

¹³³ Serafina, de 35 anos, casada com o tenente Manoel Francisco da Silva Veiga, fixou residência no Sítio da Cachoeira, no complexo Monte Alegre. Cf. INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551.

Moreira de Toledo, que migraram para o “Oeste Novo” Paulista: o primeiro, mudou-se para Limeira; a segunda, fixou-se na vila de Nossa Senhora do Patrocínio das Araras.¹³⁴

Nas décadas de 1860 e, sobretudo, 1870, o “Oeste Novo” de São Paulo recebeu um fluxo intenso de agricultores do Vale do Paraíba, que buscavam (novas) terras férteis para fazer frente à crise da cafeicultura escravista. O sistema de uso da terra vigente, no Vale do Paraíba, e os métodos empregados na gestão do trabalho escravo, presentes desde o período de implantação da cafeicultura, acabaram provocando o esgotamento das terras e a diminuição das matas virgens dispostas ao longo do Vale do Paraíba.¹³⁵ Por conseguinte, as fazendas cafeeiras vale-paraibanas sofreram um processo paulatino de declínio produtivo, intensificado nos anos 1860 e 1870. No início da década de 1820, período de montagem da cafeicultura em Bananal, as safras chegavam a registrar a produtividade de 91 a 122 arrobas por 1.000 pés,¹³⁶ ao passo que, no período de sobrevida, nos anos 1870, a produtividade, que havia declinado de forma profunda, girava em torno de 30 arrobas por 1.000 pés.

O barateamento dos custos do transporte, a partir da implantação e expansão da malha ferroviária, e o aumento mais que proporcional nos preços do café em relação ao dos escravos permitiram uma sobrevida aos cafeicultores do Vale do Paraíba. Entretanto, devido à impossibilidade de expansão física do cultivo do café, fruto do desgaste dos solos, evidenciado pela escassez de matas virgens do Vale, os agricultores da região não foram capazes de atender à crescente demanda europeia e, sobretudo, norte-americana. Nesse sentido, abriu-se espaço para novas regiões produtoras, como o “Oeste Novo” Paulista e a região da “tríplice fronteira”, que englobava os povoados situados na confluência do norte fluminense, sul capixaba e Zona da Mata mineira.¹³⁷ Tais regiões ganharam o *status* de polo de atração demográfica a partir dos anos 1860 e 1870. Diversos sucessores das primeiras gerações de fazendeiros de café do Vale do Paraíba, que procuravam formas de subsistir em meio à devastação ecológica da região, migraram para aquelas regiões. Na primeira metade da década de 1860, o comendador José de Aguiar Vallim e o capitão Antônio Ourique de Aguiar,¹³⁸ filhos de José de Aguiar de Toledo e

¹³⁴ Florinda Moreira da Silva residia na Corte do Rio de Janeiro. Firmino Ramos da Silva e Tereza Moreira de Oliveira estabeleceram-se, respectivamente, em Silveiras e em São José do Barreiro, na província de São Paulo. Cf. *Ibid.*

¹³⁵ Cf. FRAGOSO, 1983, p. 109-162.

¹³⁶ MARQUESE, 2010, p. 87.

¹³⁷ YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2019. p. 214-215.

¹³⁸ Cf. INVENTÁRIO do capitão Antônio Ourique de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 13 jul. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 136, n. 2895. O processo, na verdade, é uma precatória de avaliação dos bens existentes em Bananal, expedida pelo Juiz de Órfãos da vila de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim. A propriedade, denominada fazenda da Roseira, era administrada pelo sobrinho e genro do capitão, o tenente Manoel Ferreira de Aguiar, casado com Maria Ferreira de Aguiar.

Maria Ribeiro de Aguiar, migraram para a freguesia de São Miguel do Veado (atual Guaçuí), na vila de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim, província do Espírito Santo, onde seriam fundadas as fazendas Castelo e Cachoeira, com vastas escravarias.¹³⁹ Outrossim, os herdeiros de Joaquim José Lobato e Marcelina Maria Lobato também foram “forçados” a emigrar de Bananal. No final dos anos 1860, Cesarina Maria Lobato e Virgínia Maria Lobato, ambas casadas, encontravam-se estabelecidas na mesma vila de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim: a primeira, na freguesia do Alegre; a segunda, na freguesia do Veado.¹⁴⁰

5.4 Complexo de fazendas Santo Antônio dos Barreiros

O major Antônio Joaquim de Godoi Bueno, filho legítimo de José Joaquim de Godoi e Ana Godoi Moreira, mudou-se para Bananal na virada dos anos 1830 para 1840.¹⁴¹ Antes de estabelecer residência no município, exerceu o cargo de vereador (1833-6), em Resende, no Rio de Janeiro. No curso de sua vida, Godoi Bueno acumulou um patrimônio da ordem de 130:000\$000. Ao falecer, em 1856, deixou, além da viúva, Olinta Tereza de Godoi (1804-70), quatro filhos e um neto.¹⁴² O capital imobilizado em bens agrários concentrava quase toda a riqueza da Casa (92,6% do total). E uma pequena parcela de sua riqueza (5,3%) era composta de imóveis urbanos (**Tabela III.10**).¹⁴³ O patrimônio auferido pelo major era fruto da

¹³⁹ MENDONÇA, Marcos Cândido; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. Construção da cidade: a participação da produção da renda na formação urbana de Guaçuí-ES. **Revista Geografares (UFES)**, n. 18, p. 3-22, ago.-dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/6999/6251>. Acesso em: 13 jun. 2019. Frago e Rios se equivocaram ao afirmar que “[...] Na própria família de [Manoel de Aguiar] Vallim, seus irmãos, José de Aguiar Vallim e Antônio Henrique (sic) de Aguiar, mudaram-se, com seus escravos, nos idos de 1870, para Alegre, no Espírito Santo”. Conforme diversos testemunhos encontrados nos inventários *post mortem* de Bananal, fica claro que a migração dos irmãos ocorreu no início da década de 1860. Cf. FRAGOSO; RIOS, 1995, p. 211.

¹⁴⁰ Outros dois herdeiros de Joaquim e Marcelina migraram para outros municípios. Rosa Ramos da Palma, viúva de Antônio Zeferino Lobato, residia em Lorena, São Paulo. Já Messias Umbelina Lobato, casada com Francisco Miguel da Cunha, era moradora de Niterói, Rio de Janeiro. Cf. INVENTÁRIO de Marcelina Maria Lobato. Cruzeiro: MMN, 1 mai. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 140, n. 2962.

¹⁴¹ Agostinho Ramos assinala que, em 1842, Antônio Joaquim de Godoi Bueno já era fazendeiro em Bananal. RAMOS, 1978, p. 113.

¹⁴² Os filhos do major Godoi Bueno eram: 1) Idalina Tereza da Silva, casada com o Dr. Antônio Leme da Silva; 2) Maria Tereza de Godoi e Silva, casada com o Dr. Lourenço Justiniano da Silva (irmão de Antônio Leme); 3) José Joaquim de Godoi Bueno (demente), solteiro; 4) Dr. João de Godoi Bueno, que se casaria, em 1863, com Maria Luiza de Almeida Godoi (filha do finado comendador Luciano José de Almeida e de Maria Joaquina de Almeida). Antônio Justiniano da Silva, neto do major Godoi Bueno, era filho de Carolina Tereza da Silva (falecida) com o Dr. Lourenço Justiniano da Silva. Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627.

¹⁴³ Possuía, na vila do Bananal, “uma morada de casas na cidade, Largo do Rosário, de 60 palmos de frente, e assim mais umas taipas para casas, unidas as ditas, divisando por um lado com terreno de Luiz Ribeiro de Souza ou seus filhos, por outro lado com casas de Francisco Ramos de Paula, com quintal correspondente, e fundos até a Rua da Praia” (5:000\$000) e, na vila de Resende, “uma morada de casas de um lanço no Largo da Constituição” (2:000\$000). Cf. *Ibid.*

associação de distintas atividades, como a produção de café, a fabricação de aguardente e a sua casa de negócio, na qual comercializava produtos e admitia, ainda, o pernoite dos tropeiros e de suas tropas.¹⁴⁴

Tabela III.10 – Composição do Patrimônio do Major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Bananal, 1856

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	1:287\$780	1,0
Animais	884\$000	0,7
Escravos	71:025\$000	53,8
Terras	26:500\$000	20,1
Pés de Café	13:650\$000	10,3
Imóveis Rurais	10:200\$000	7,7
Imóveis Urbanos	7:000\$000	5,3
Meio Dote	1:400\$000	1,1
Total	131:946\$780	100,0

Fonte: INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627.

Nos anos 1850, o major era detentor de três propriedades rurais: a Fazenda Santo Antônio dos Barreiros e o sítio no Sertão do Ariró, ambos em Bananal; e a Fazenda Taquaral, em Resende. O processo de inventário *post mortem* não traz informações claras acerca do modo pelo qual Antônio Joaquim de Godoi Bueno teria adquirido as terras onde seria fundada a Santo Antônio dos Barreiros, principal unidade produtiva do fazendeiro.¹⁴⁵ Sabe-se, porém, que herdou de seu sogro, Manoel Francisco da Silva, uma parcela dessa propriedade fundiária. Pode-se cogitar que outras porções do terreno da fazenda teriam sido obtidas mediante compra aos sucessores de Mariana de Jesus, conhecida por “Mariana Ilhã”, que, nos anos 1830, era

¹⁴⁴ Consta, no inventário, “uma casa coberta de telha, com armação de negócio, na beira da estrada, e um rancho em frente da dita casa, também coberto de telha”. Cf. *Ibid.*

¹⁴⁵ A Santo Antônio dos Barreiros era formada por “uma sorte de terras, calculadas mais ou menos em 110 alqueires de planta, inclusive a porção herdada do sogro do inventariado e anexa às da fazenda na sesmaria de Mariana Ilhã, limitando ao norte com as terras do falecido sogro do inventariado [major Antônio Joaquim de Godoi Bueno] e com as de Frutuoso da Costa e Almeida, ao sul e a leste com as terras do falecido Barbaça [guarda-mor Joaquim Ferreira Pena], e a oeste com as terras de José de Aguiar Vallim na mesma sesmaria da Ilhã”. Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627. No Registro de Terras, o fazendeiro declarou que a sua propriedade, composta por dois quinhões de terra, tinha uma área de 97,840 alqueires. APESP, 1855-1858 (nº 90).

dona da Fazenda das Laranjeiras.¹⁴⁶ É provável que, com o falecimento de “Ilhôa”, em 1834, seus herdeiros tenham vendido ao major parte das terras da Laranjeiras.¹⁴⁷

A Fazenda Santo Antônio dos Barreiros era uma grande propriedade rural. Em 1856, possuía 87 escravos, 117.500 pés de café e 110 alqueires de terra.¹⁴⁸ Havia, provavelmente, muita terra em mata virgem disponível na unidade produtiva, pois a inventariante e os avaliadores não fizeram observações acerca da situação das terras. Essa hipótese é plausível na medida em que os cafeeiros da fazenda deveriam ocupar cerca de 30 alqueires (27% das terras). Do total de pés de café plantados na propriedade, 42,6% eram “velhos”, indicando que a unidade produtiva vinha sendo explorada há pelo menos 20 anos, e 10,2% eram “novos”. Quanto à planta produtiva da fazenda, pode-se afirmar que se tratava de uma unidade produtiva completa. Estava aparelhada, por um lado, com todos os itens necessários para beneficiar o café colhido, fabricar a aguardente e produzir gêneros alimentícios.¹⁴⁹ Por outro lado, contava com todos os edifícios indispensáveis ao pleno funcionamento da fazenda.¹⁵⁰ Na propriedade havia, ainda, “uma casa coberta de telha, com armação de negócio, na beira da estrada, e um rancho em frente da dita casa, também coberto de telha”, demonstrando, assim, que o fazendeiro oferecia abrigo para os tropeiros se alimentarem e pernoitarem em sua Casa.¹⁵¹

¹⁴⁶ Mariana de Jesus, filha legítima dos falecidos Domingos Valadão de Freitas e Maria de Freitas, era viúva de João Januário Ortiz de Camargo. A alcunha “Ilhôa” remetia às suas origens, a Ilha das Flores, Bispado de Angra dos Reis, em Portugal. Mariana comprou, no ano de 1805, meia légua de terras em quadra (225 alqueires) na sobre quadra do capitão-mor Manoel da Silva Reis. Tal propriedade foi comprada a Ângelo Bento Cabral, que, por sua vez, pertenceu, anteriormente, ao coronel José Vaz de Carvalho. Cf. AUTOS DE MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO. Cruzeiro: MMN, 17 jul. 1820. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 29. Ver, também: INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Mariana de Jesus. Cruzeiro: MMN, 12 mai. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 16, n. 255.

¹⁴⁷ Vale notar que, até o ano de 1837, a Fazenda das Laranjeiras permaneceria *pro indiviso* entre os sucessores de Mariana de Jesus, quais sejam: José Luiz de Freitas; Ana, casada com José Manoel de Chaves; Maria, casada com Francisco José de Freitas. Cf. EMBARGO. Cruzeiro: MMN, 8 set. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 25, n. 405.

¹⁴⁸ O inventário do major seria encerrado somente em 1868. Neste ano, o espólio do casal era composto por 97 escravos, 123.200 pés de café e 110 alqueires de terra. Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627.

¹⁴⁹ A fazenda dispunha de “mesa com guarnições e divisões propícias de escolher café”, três monjolos, um ventilador, terreiro de café, “moinho”, “roda de ralar mandioca”, “debulhador de milho”, “forno de torrar farinha”, “engenho de moer cana”, “alambique”, “duas pipas”, “um tonel grande” e “dois cochos de garapa”. Cf. *Ibid.*

¹⁵⁰ Os seguintes imóveis compunham a Fazenda Santo Antônio dos Barreiros: “casa de vivenda, contendo sete lanços, sendo quatro que servem de morada e três por acabar, tudo de taipas e coberto de telha”; tulha de café; “treze lanços de casas de taipa, cobertos de telha, que servem de paiol, tenda e senzalas”; casa de tropa; “uma casa com moinho”; “uma olaria e forno de fazer telhas”; “rego d’água e açude”; “um lavador de café”. Cf. *Ibid.*

¹⁵¹ Ao longo do século XIX, pelo menos 25 produtores de café possuíam “rancho de passageiros” e “casa de negócio” em suas propriedades rurais. Cf. INVENTÁRIO de Manoel Rebelo Rosa. Cruzeiro: MMN, 10 mai. 1819. Cartório do 1º Ofício, caixa 1, n. 10; INVENTÁRIO de José Mendes Leal. Cruzeiro: MMN, 20 jul. 1820. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 30; INVENTÁRIO de Teodora Lescura França. Cruzeiro: MMN, 17 mai. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 56; INVENTÁRIO do capitão Joaquim Gomes de Siqueira Motta. Cruzeiro: MMN, 18 mai. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 57; INVENTÁRIO de Ana Joaquina de Jesus. Cruzeiro: MMN, 17 set. 1823. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 71; INVENTÁRIO de Manoel Leite Petronilho. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1825. Cartório do 1º Ofício, caixa 5, n. 85; INVENTÁRIO do capitão Máximo José da Silva Reis. Cruzeiro: MMN, 24 mai. 1825. Cartório do 1º Ofício, caixa 5, n. 92; INVENTÁRIO de Lourença Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 17 ago. 1826. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 30; INVENTÁRIO de Ana Joaquina de Jesus.

O perfil demográfico da população cativa residente nas senzalas da Santo Antônio dos Barreiros aponta para uma comunidade sedimentada no tempo. Boa parte dos escravizados eram crioulos (59,8%), do sexo masculino (58,6%) e adultos (41,4%). Os casados/viúvos perfaziam 41,4% dos cativos com idade igual ou superior a 15 anos. Estes indicadores sugerem que na propriedade havia condições favoráveis ao crescimento natural da escravaria, visto que 36,8% de seus cativos nasceram na própria fazenda (cf. **Tabela III.16**). Nota-se, assim, que a propriedade do major, montada na era do tráfico ilegal, conjugou o tráfico atlântico com a reprodução vegetativa. No que se refere à exploração da força de trabalho cativa, a produção média anual de café, na Santo Antônio dos Barreiros, assemelhava-se à das demais grandes propriedades rurais bananalenses, na década de 1850. Em 1856, cada um dos escravizados de roça teria sido responsável pela produção de 993 kg de café/ano, o que denota que a fazenda de Godoi Bueno se encontrava em plena produtividade quando faleceu (cf. **Tabela III.17**).

A segunda propriedade do major era um sítio no Sertão do Ariró. A “sorte de terras que constituem todo o sítio do Sertão” não era contígua à Santo Antônio dos Barreiros. Ela localizava-se próxima à Barreira e Registro do Ariró, na divisa com Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Este sítio – comprado a Bernardino Ribeiro de Miranda, com área de 300 alqueires¹⁵² – servia como ponto de apoio para os tropeiros que desciam com suas tropas de mulas carregadas de café. Ele era composto por uma “casa ao pé da Barreira”, “rancho e casas”, “valos e porteiras” e, por fim, “derrubada para 23 alqueires”. Ao que parece, o major estava investindo capitais nessa propriedade com o objetivo de dar o suporte indispensável para os tropeiros que se dirigiam aos portos de Angra dos Reis. A “derrubada” serviria, provavelmente, para o cultivo

Cruzeiro: MMN, 24 set. 1829. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 195; INVENTÁRIO de Máximo Ribeiro dos Santos. Cruzeiro: MMN, 2 nov. 1831. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 186; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Mariana de Jesus. Cruzeiro: MMN, 12 mai. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 16, n. 255; INVENTÁRIO de Domiciana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 abr. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 19, n. 305; INVENTÁRIO de Tereza Maria dos Santos. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 23, n. 360; INVENTÁRIO do capitão Joaquim José Pereira. Cruzeiro: MMN, 29 jan. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 28, n. 478; INVENTÁRIO de Luciana Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 26 abr. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 29, n. 496; INVENTÁRIO de Antônia Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 5 mar. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 32, n. 561; INVENTÁRIO de Francisco Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 10 fev. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 52, n. 976; INVENTÁRIO do Guarda-mor Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 53, n. 987; INVENTÁRIO de Mariana Delfina do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 24 out. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 59, n. 1143; INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219; INVENTÁRIO de Izabel Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 31 jun. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 73, n. 1461; INVENTÁRIO INTER-VIVOS de Inácia Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 11 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 79, n. 1607; INVENTÁRIO do sargento-mor José Ramos Nogueira. Cruzeiro: MMN, [20 fev. 1856]. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1639; INVENTÁRIO do tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 16 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1764; INVENTÁRIO de Generosa Jesuíno dos Santos. Cruzeiro: MMN, 2 mar. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 105, n. 2265.

¹⁵² APESP, 1855-1858 (nº 90).

de gêneros alimentícios, já que as terras não seriam propícias para o plantio de cafeeiros.¹⁵³ O “rancho” e os mantimentos permitiriam ao fazendeiro granjear lucros, para além da atividade cafeeira.

A Fazenda Taquaral, situada em Resende, no Rio de Janeiro, era contígua à Santo Antônio dos Barreiros. Não se tratava, aparentemente, de uma unidade produtiva completa, pois contava “apenas” com 100 alqueires de terras, 15.000 pés de café “novos” e “umas casas de morada velhas, moinho e mais benfeitorias”.¹⁵⁴ Com base nesta relação de bens de raiz, pode-se supor que a propriedade teria sido obtida mediante herança de seu finado sogro, Manoel Francisco da Silva, e que, provavelmente, possuía outros herdeiros em comum. Por essa razão, não teriam sido arrolados, no inventário, escravos, animais e outros edifícios e maquinários utilizados no benefício do café.

Após o falecimento de Godoi Bueno, Olinta Tereza de Godoi passou a administrar os negócios da Casa. Por uma série de razões, o inventário do major seria concluído apenas em 1868, doze anos após a sua abertura.¹⁵⁵ Durante essa quadra, a viúva se dedicou à atividade produtiva cafeeira. Entre 1856-63, ordenou o plantio de 20.700 pés de café e a edificação de “uma casa de três lanços, coberta de telha, em aberto, no terreiro de fora” e “uma casa com roda de mandioca tocada a água”. Nesse período, exportava cerca de 3.000 arrobas de café pelos portos de Angra dos Reis.¹⁵⁶ A fazendeira-negociante prosseguiu com a atividade comercial iniciada por seu finado marido, tanto que declarou, nos anos de 1860 e 1861, ser proprietária de uma casa de negócio de “fazendas e molhados” em sua fazenda, a Santo Antônio dos Barreiros.¹⁵⁷ Ademais, procurou diversificar os negócios da Casa ao alocar recursos na

¹⁵³ As terras pertencentes ao sítio do Ariró foram avaliadas em apenas 1:000\$000, o que corresponde a pouco menos de 3\$500 por alqueire. Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627.

¹⁵⁴ Cf. *Ibid.*

¹⁵⁵ Dentre os motivos, um em particular teve peso fundamental na morosidade do processo. Ele foi explicitado pela própria Olinta Tereza, em 1867, através do “Termo de últimas declarações da inventariante”: “[...] as *insignificantes colheitas de café e gêneros* efetuados desde a confecção do inventário têm sido vendidas e gastas, e o seu produto aplicado à manutenção da casa, vestuário de escravos, compras de milho e solução de *considerável dívida que o casal ficou devendo no Rio de Janeiro à extinta firma de João Batista Leite & Cia. e a outros credores de menor importância*, todas hoje saldadas, restando apenas as dívidas dela inventariante como herdeira de seu filho o Dr. João de Godoi Bueno, e também as dívidas dos herdeiros Dr. Lourenço Justiniano da Silva e Dr. Antônio Leme da Silva, as quais já foram legalizadas para serem atendidas na partilha”. Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627 (grifos nossos).

¹⁵⁶ Cf. “Mapa do arrolamento das Fazendas de café situadas nas imediações das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, organizado na conformidade do artigo 104 do Regulamento Provincial de 24 de setembro de 1860 pela Coletoria de Rendas Provinciais do Município de Angra dos Reis”. In: PEREIRA, 1977, p. 55-70.

¹⁵⁷ Cf. **ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1860. p. 329; *Id.*, 1861. p. 316. Vale notar, contudo, que Olinta Tereza passou a arrendar o rancho e o pasto do sítio no Sertão do Ariró, situados nas imediações da Barreira e Registro do Ariró. Em 1868, por exemplo, encontrava-se arrendado. Após 1871, o sítio

atividade financeira. Em 1865, adquiriu 33 apólices da dívida pública do Império do Brasil, no valor de 33:000\$000, e, em 1870, comprou mais 19 apólices, pela quantia de 18:810\$000.¹⁵⁸ Mesmo assim, a viúva jamais deixou de investir nas atividades cafeeira e comercial. A despeito disso, diversificou seus investimentos, alocando parte das rendas oriundas da produção na esfera financeira. Certamente, a conjuntura dos anos 1860, marcada pelo encarecimento relativo nos custos de produção, teria motivado a fazendeira-negociante a buscar uma nova fonte de rendimento, enquanto os preços relativos do principal insumo de produção (a mão de obra cativa) permaneciam elevados.

Aos 65 anos de idade, Olinta Tereza de Godoi veio a óbito, deixando duas filhas e um neto.¹⁵⁹ O inventário *post mortem*, autuado em 1871, revela que a fazendeira-negociante foi bem-sucedida na gestão dos negócios da Casa, já que ampliou a riqueza legada pelo finado Godoi Bueno. Olinta Tereza foi contemplada, no inventário de seu marido, em 1868, com bens no valor de 66:114\$823, e, por ocasião da morte de seu filho, o Dr. João de Godoi Bueno, recebeu, em 1865, a quantia de 78:963\$031, totalizando 145:077\$854.¹⁶⁰ O patrimônio acumulado por Olinta Tereza, até o ano de seu falecimento, atingiu a cifra de 178:405\$333, cujo crescimento igualou-se a 23%. Conforme já se salientou, o inventário da fazendeira-negociante atesta o redirecionamento dos capitais auferidos através das esferas produtiva e comercial. O capital imobilizado em bens agrários correspondia a 45,5% da riqueza, enquanto a atividade financeira (“apólices da dívida” e “dívidas ativas”) concentrava 47% da fortuna (**Tabela III.11**). Nota-se, assim, que, entre 1865 e 1870, a viúva diversificou os negócios da Casa, alocando capitais da esfera produtiva para a financeira. O que teria motivado Olinta Tereza a optar por este caminho?

em questão não apresentava, provavelmente, nenhuma vantagem à família Godoi Bueno, por conta da chegada da ferrovia em Barra Mansa, que deslocou todo o tráfego de tropas de mulas para outras estradas.

¹⁵⁸ Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627.

¹⁵⁹ Os herdeiros de Olinta Tereza de Godoi eram os seguintes: Idalina Tereza da Silva, casada com o Dr. Antônio Leme da Silva; Maria Tereza de Godoi e Silva, esposa do Dr. Lourenço Justiniano da Silva; e seu neto, Antônio Justiniano da Silva, cônjuge de Maria do Carmo Pereira e Silva. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

¹⁶⁰ Em 1868, Olinta Tereza foi agraciada com a meação do major Godoi Bueno (52:722\$567), com a dívida que a Casa lhe devia (8:120\$000) e, ainda, com o que lhe tocou em legítima de seu filho, o Dr. João de Godoi Bueno (5:272\$256). No ano de 1865, com o falecimento do Dr. João de Godoi, recebeu, em legítima, os seguintes itens: 1) um crédito no qual ela própria era devedora (7:120\$000); 2) dinheiro em notas (47:617\$188); 3) dívidas ativas (24:225\$843). Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627; INVENTÁRIO AMIGÁVEL do Dr. João de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 4 mai. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 116, n. 2531.

Tabela III.11 – Composição do Patrimônio de Olinta Tereza de Godoi. Bananal, 1871

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	1:091\$040	0,6
Animais	1:626\$000	0,9
Escravos	35:800\$000	20,1
Terras	17:575\$000	9,9
Pés de Café	13:642\$000	7,6
Imóveis Rurais	7:270\$000	4,1
Imóveis Urbanos	4:240\$000	2,4
Apólices da Dívida	51:480\$000	28,9
Dívidas Ativas	32:229\$065	18,1
Moeda	3:174\$228	1,8
Café Colhido	3:520\$000	2,0
Gêneros Colhidos	1:608\$000	0,9
Meio Dote	5:150\$000	2,9
Total	178:405\$333	100,0

Fonte: INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

Há claros indícios, nos documentos consultados, da proximidade entre as famílias *Godoi Bueno*, *Almeida Vallim* e *Aguiar Vallim*. Os vínculos estabelecidos com a elite agrária bananalense teriam permitido à Olinta Tereza de Godoi permutar estratégias de investimento. Vejamos as evidências: 1) a Fazenda Santo Antônio dos Barreiros fazia divisa com as propriedades rurais de Antônio Ourique de Aguiar e de José de Aguiar Vallim, irmãos do comendador Manoel de Aguiar Vallim;¹⁶¹ 2) o imóvel urbano que o casal possuía na vila do Bananal foi comprado, na década de 1840, ao comendador Vallim;¹⁶² 3) Olinta Tereza despachava sua produção de café através da Casa Comercial, situada na Corte do Rio de Janeiro, pertencente ao sobrinho do comendador Vallim, o Barão da Bela Vista (José de Aguiar Toledo);¹⁶³ 4) o filho do casal, Dr. João de Godoi Bueno, negociante e fazendeiro, contraiu matrimônio, em 1863, com Maria Luiza de Almeida Godoi, herdeira do finado comendador Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida.¹⁶⁴ Na década de 1850, José de Almeida

¹⁶¹ Cf. APESP, 1855-1858 (nº 75, 90, 98).

¹⁶² Olinta Tereza de Godoi declarou, em 29 de novembro de 1865, o pagamento de 1:000\$000 ao “[...] comendador Manoel de Aguiar Vallim, resto do que lhe ficou devendo seu falecido marido pela compra de uma casa no Largo do Rosário desta cidade [...]” Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627. (Legalização de Dívida).

¹⁶³ Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

¹⁶⁴ Cf. JUSTIFICAÇÃO para Casamento. Cruzeiro: MMN, 16 jun. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 109, n. 2323.

atuava tanto na atividade produtiva cafeeira quanto na esfera financeira, estratégia seguida de perto por Maria Joaquina.¹⁶⁵ O próprio Dr. João de Godoi, ao falecer, em 1864, era detentor de apólices da dívida pública geral e provincial, recebidas a título de dote de casamento.¹⁶⁶ Como se pode notar, portanto, os laços entre as três famílias muito provavelmente influenciaram Olinta Tereza a investir na compra de títulos da dívida pública no período em que a inversão de capitais na atividade produtiva cafeeira não permitia retornos financeiros satisfatórios.

Com a morte do major Godoi Bueno, e a conseqüente partilha de bens, em 1868, boa parte da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros permaneceu sob o domínio de Olinta Tereza de Godoi. Em 1871, a propriedade tinha uma área de 93,5 alqueires, 45 escravos e 76.600 pés de café. A fazendeira-negociante recebeu, em meação do major, 55 alqueires, e, em legítima de seus filhos defuntos, José Joaquim de Godoi Bueno e Dr. João de Godoi Bueno, 22 alqueires. Entre 1868-70, adquiriu, mediante compra a Angélica Gonçalves Pena, 16,5 alqueires de terras.¹⁶⁷ Os edifícios e os equipamentos da fazenda eram praticamente idênticos aos que herdou do major.¹⁶⁸ Entre 1864-71, não foram construídos novos edifícios, e a Casa adquiriu tão somente um “abanador [de café] americano”, com o objetivo de aumentar a produtividade da unidade agrícola. Desse modo, Olinta Tereza beneficiava o café e os mantimentos e produzia aguardente com os mesmos maquinários existentes desde os anos 1850.¹⁶⁹

No mesmo período, a propriedade de Olinta Tereza encontrava-se em estágio relativamente avançado de degradação ecológica. As terras da Santo Antônio dos Barreiros estavam distribuídas da seguinte forma: 60,850 (65,1%) alqueires ocupados com culturas (pés de café, cana-de-açúcar e gêneros alimentícios); sete (7,5%) alqueires em pastos; 21,650 (23,2%) alqueires em matas virgens (**Tabela III.12**). Estima-se que os arbustos de café (76.600

¹⁶⁵ Cf. INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 ago. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446; INVENTÁRIO de Maria Joaquina de Almeida. Cruzeiro: MMN, 4 fev. 1882. Cartório do 1º Ofício, caixas 183 a 185, n. 3725; 3742 a 3745. Sobre a trajetória de Maria Joaquina de Almeida, ver: ALMEIDA, Diego Amaro de. **Maria Joaquina de Almeida** – a senhora do café. Cachoeira Paulista/SP: MBT Editora, 2016. A respeito dos laços familiares das escravarias do comendador Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida, ver SANTOS, Camila dos. **Laços cativos: uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida – Bananal (1854-1882)**. Dissertação (Mestrado em História) – FFP-UERJ, São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2011.

¹⁶⁶ O Dr. João de Godoi Bueno possuía 17 apólices da dívida pública geral (17:000\$000) e 25 apólices da dívida pública provincial do Rio de Janeiro (12:500\$000). Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do Dr. João de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 4 mai. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 116, n. 2531; INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 ago. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446.

¹⁶⁷ Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

¹⁶⁸ Os edifícios eram constituídos pela tulha de café, “a casa do engenho, a do alambique”, chiqueiro, três monjolos, “moinho e casa”, “a casa com roda de sevar mandioca”, “curral cercado de rachões”, rego d’água, “rancho na estrada coberto de telha”. Cf. *Ibid.*

¹⁶⁹ Foram avaliados, no inventário *post mortem*, 700 alqueires de milho e 140 alqueires de arroz. Cf. *Ibid.*

pés) cultivados na fazenda ocupavam, mais ou menos, 20 alqueires de terras. Nesse sentido, as lavouras de cana-de-açúcar e de mantimentos poderiam ocupar as demais parcelas em “cultura” (40 alqueires). Não se deve descartar, também, a hipótese segundo a qual as herdeiras da fazendeira-negociante estariam utilizando quinhões de terras para o plantio de seus próprios cafezais. A título de exemplo, Antônio Justiniano da Silva, neto de Olinta, possuía 7.500 cafeeiros em terras de sua avó, que ocupavam cerca de dois alqueires da fazenda.¹⁷⁰

Tabela III.12 – Distribuição das Terras da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros Segundo a Área Ocupada e o Preço Médio. Bananal, 1871

Situação	Área Ocupada (em Alqueires)		Preço Médio (em Mil-Réis)
	N	%	\$
Mata Virgem	21,650	23,2	280\$000
Cultura	60,850	65,1	137\$500
Pasto	7,000	7,5	60\$000
Sem Declaração	7,000	7,5	50\$000
Total	93,500	100,0	176\$667

Fonte: INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

A população escravizada da fazendeira-negociante tinha um perfil demográfico distinto em relação à escravaria do major Godoi Bueno. Entre os anos de 1856 e 1871, a proporção de escravos do sexo masculino manteve-se praticamente estável (de 58,6%, em 1856, para 55,6%, em 1871), ao passo que se ampliou a participação de adultos (de 41,4% para 55,6%). A despeito do aumento relativo de cativos casados/viúvos (de 41,4% para 45,7%), houve um decréscimo na taxa de nascidos na propriedade, de 36,8% para 31,1% (cf. **Tabela III.16**). No mesmo período, Olinta Tereza de Godoi ampliou a exploração de sua força de trabalho: a produtividade média anual aumentou para cerca de 1.251 kg de café por escravizado de roça (cf. **Tabela III.17**).

Os edifícios urbanos pertencentes a Olinta Tereza eram os mesmos legados pelo major Godoi Bueno. Em Bananal, era proprietária da “parte que lhe tocou nas casas da cidade”. E, no município de Resende, o imóvel já existente passou a ser utilizado como “estalagem”, o que denota que a fazendeira-negociante procurava auferir lucros por meio da atividade hoteleira.

¹⁷⁰ Cf. Ibid.

No período em que assumiu os negócios da Casa, a viúva adquiriu, ainda, “uma casa contígua a mesma, e na mesma Praça da Constituição”, em Resende.¹⁷¹

O empréstimo de capital a juros tinha um peso relativamente importante nos negócios da Casa. Quase um quinto de toda a fortuna estava “empatada” em “dívidas ativas”. No inventário, há a relação de cinco devedores, cujo principal mutuante era seu genro, o Dr. Antônio Leme da Silva, que, em julho de 1869, recebeu empréstimo de 21:261\$000 (66% do total de dívidas ativas), sem prazo pré-fixado, para adquirir a Fazenda Santana, na freguesia de Santana dos Tocos, em Resende. Os demais credores, três dos quais advogados, tomaram emprestado o valor de 8:275\$880 (25,7% do total), cuja taxa de juro, cobrada a dois deles, oscilou de 10% a 12% ao ano. Por último, foram declarados no processo saldos positivos em conta-corrente contra dois comissários de café da Praça do Rio de Janeiro: o Barão da Bela Vista e Teixeira Leite & Bastos.¹⁷² Vê-se, desse modo, que o empréstimo a juro pode ter auxiliado Olinta Tereza de Godoi a aumentar as fortunas herdadas de seu marido e de seu filho.

A atividade produtiva da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros demonstra, em linhas gerais, que, na década de 1860, Olinta Tereza de Godoi diversificou os investimentos, alocando recursos na atividade financeira. Ela seguiu os mesmos passos de um dos homens mais ricos do Império do Brasil, o comendador Manoel de Aguiar Vallim, denotando assim que a estratégia tinha uma lógica intrínseca, qual seja, a de buscar alternativas para fazer frente a uma conjuntura marcada pelo encarecimento relativo nos custos de produção. Entretanto, na virada dos anos 1860 para 1870, com o aumento da demanda de café no mercado global, aliada à redução nos custos de produção – oferta em larga escala de mão de obra cativa, expansão da malha ferroviária e aumento mais que proporcional nos preços do café em relação aos dos cativos – os fazendeiros de café do Vale do Paraíba, a exemplo de Olinta Tereza e do comendador Vallim, voltaram a investir na atividade produtiva cafeeira. A fazendeira-negociante valeu-se, indubitavelmente, do legado (78:963\$031) deixado por um de seus filhos, o Dr. João de Godoi Bueno, para, em um primeiro momento, alocar recursos na esfera financeira e, posteriormente, reinvestir na produção de café. Nas páginas precedentes, assinalamos que Olinta Tereza adquiriu as apólices da dívida pública em 1865 e 1870. Já as terras (6,250 alqueires em “matas” e 10,250 alqueires em “culturas”) e os cafezais (15.000 pés, sendo 4.000 “novos”) foram

¹⁷¹ Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

¹⁷² Sobre o Barão da Bela Vista, ver: INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307. Acerca da casa comissária Teixeira Leite & Bastos, ver: REIS, Thiago de Souza dos. A implantação da lavoura de café em Vassouras: os Teixeira Leite e o crédito em uma região de fronteira aberta (século XIX). *Estudios Históricas* (Rivera), año IX, v. 18, p. 1-18, jul.-dic. 2017.

comprados, entre 1868-70, a Angélica Gonçalves Pena.¹⁷³ O que se vê, portanto, é que os cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba não abandonaram a escravidão nas décadas de 1860 e 1870. Os fazendeiros diversificaram seus negócios como forma de lidar com a conjuntura adversa para a atividade cafeeira. A partir do momento em que tanto o cenário global quanto o local se mostraram favoráveis à produção de café, os proprietários imediatamente voltaram a aplicar recursos na cafeicultura.

A segunda geração da família Godoi Bueno deu um novo impulso à retomada dos investimentos na cafeicultura. É o caso de Maria Tereza de Godoi e Silva, cônjuge do Dr. Lourenço Justiniano da Silva, filha e genro do major Godoi Bueno e Olinta Tereza. Ao herdarem a Fazenda Santo Antônio dos Barreiros, investiram na atividade cafeeira, a despeito da devastação ambiental que assolava o Médio Vale do Paraíba. No inventário *post mortem*, aberto em 1877, Maria Tereza deixou sua fortuna, avaliada em mais de 90:000\$000, ao viúvo inventariante e aos seis filhos.¹⁷⁴ Os bens agrários compunham 81,6% de todo o patrimônio e uma pequena fração do monte-mor (5,2% do total) estava aplicada em atividades financeiro-rentistas (“apólices da dívida” e “dívidas ativas”) (**Tabela III.13**). Como se vê, os investimentos do casal expressam, de um lado, um alinhamento com o perfil de riqueza dos demais cafeicultores escravistas de Bananal, inventariados nos anos 1870, e, de outro, a alocação de recursos da atividade financeira para a esfera da produção. Ocorreu, portanto, uma mudança de estratégia quanto às opções de investimentos, comparando-se os inventários de Olinta Tereza e Maria Tereza.

Sabe-se muito pouco da trajetória de Maria Tereza e Lourenço da Silva. O que se pôde apreender, até o presente momento, com base nos documentos consultados, é que, nos anos 1850, o casal residia em Barra Mansa, na província do Rio de Janeiro. O Dr. Lourenço Justiniano, formado em direito, atuava profissionalmente naquele município. Após a partilha dos bens de seu sogro, o major Godoi Bueno, em 1868, tudo indica que o casal tenha se transferido para Bananal justamente para tomar posse e administrar o espólio recebido em legítima. Naquela data, o casal foi agraciado com bens no valor de 18:690\$402, sendo 56,4%

¹⁷³ No inventário de Olinta Tereza, aberto em 1871, as apólices da dívida pública foram avaliadas em 51:810\$000; as terras e os cafezais, pelo valor de 7:205\$000; o empréstimo concedido, em 1869, ao seu genro, o Dr. Antônio Leme da Silva, igualou-se a 21:261\$000. A somatória de todos esses valores resulta no montante de 80:276\$000, valor muito próximo ao da herança destinada à Olinta Tereza. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

¹⁷⁴ Os filhos do casal eram os seguintes: Maria Eugênia da Silva Jordão, 27 anos de idade, casada com Jordão Ferreira da Graça; Alfredo Justiniano de Godoi e Silva, casado, 22 anos; João Justiniano da Silva, solteiro, 21 anos; Adolfo Justiniano da Silva, solteiro, 16 anos; Rodolfo Justiniano da Silva, 11 anos; Lindolfo Justiniano da Silva, 10 anos. Cf. INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

deste montante oriundo da legítima e 43,6% referente à dívida que a Casa devia ao Dr. Lourenço da Silva. Este acervo hereditário era composto pelas “casas de vivenda, contendo sete lanços, sendo quatro que servem de morada e três por acabar, tudo de taipas e cobertos de telhas”, metade dos “quatro lanços de casas assoalhadas e cobertas de telha, que servem de tulha de café” e 19 escravos. Além disso, o patrimônio obtido pelo casal era formado por parcelas ideais (10%) dos seguintes bens de raiz: olaria; terras das fazendas Santo Antônio dos Barreiros e Taquaral e do sítio no Sertão do Ariró; benfeitorias na Taquaral e no Ariró e, por último, cafezais das fazendas dos Barreiros e Taquaral. Ao que tudo indica, as três propriedades teriam permanecido *pro indiviso* entre os herdeiros no período em questão. Desse modo, os sucessores do patrimônio inventariado – Olinta Tereza (viúva), Dr. Lourenço Justiniano da Silva e Dr. Antônio Leme da Silva (genros) e Antônio Justiniano da Silva (neto) – passaram a gerir as propriedades em conjunto.

Tabela III.13 – Composição do Patrimônio de Maria Tereza de Godoi e Silva. Bananal, 1877

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	1:582\$800	1,7
Animais	1:990\$000	2,2
Escravos	44:080\$000	48,6
Terras	7:123\$384	7,9
Pés de Café	13:750\$000	15,2
Imóveis Rurais	7:009\$000	7,7
Imóveis Urbanos	1:800\$000	2,0
Apólices da Dívida	590\$000	0,7
Dívidas Ativas	4:073\$537	4,5
Outros	1:715\$038	1,9
Meio Dote	6:900\$000	7,6
Total	90:616\$759	100,0

Fonte: INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

Em 1871, após a morte de Olinta Tereza, o quadro retratado se alteraria profundamente. Um ano antes de vir a óbito, a viúva do major Godoi Bueno, ao lavrar seu testamento, redigiu uma cláusula destinando a terça parte de sua fortuna a Maria Tereza e Lourenço Justiniano.¹⁷⁵

¹⁷⁵ Cláusula: “[...] atendendo aos numerosos filhos que tem minha filha Maria, casada com o Dr. Lourenço Justiniano da Silva, deixo a ela e ao dito seu marido, ou aquele dos dois que existir no tempo do meu falecimento,

Claramente privilegiados com o legado (59:468\$444) e, ainda, somando-se à legítima materna (39:645\$629), o casal acabou se apropriando de boa parte da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros, principal unidade produtiva da família Godoi Bueno. Nesse sentido, aquele casal herdou, em 1871, 68 alqueires de terras, 23 escravos e 45.600 pés de café, além de todos os edifícios e maquinários utilizados no benefício dos produtos agrícolas da fazenda.¹⁷⁶ Adquiriram, ainda, as duas casas na vila de Resende e quase três quintos das terras da Fazenda Taquaral e do sítio no Sertão do Ariró. Por fim, o casal foi contemplado com 29 apólices da dívida pública do Império.

Em pouco tempo (1871-7), o perfil patrimonial de Maria Tereza e Lourenço da Silva experimentou consideráveis transformações. Comparando-se os bens destinados ao casal por Olinta Tereza (1871), com aqueles arrolados no inventário da filha (1877), observa-se, primeiramente, que esta e o marido liquidaram quase todas as apólices legadas, dado que, em 1877, havia somente uma única apólice. Em segundo lugar, constata-se claramente uma expansão na posse cativa e no número de cafeeiros cultivados, porquanto os fatores de produção, arrolados no processo de Maria Tereza, correspondiam, em 1877, a 67 alqueires de terras, 59 escravos e 101.500 pés de café.¹⁷⁷

A evolução na distribuição das terras da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros, entre 1871-7, comprova de forma cabal os investimentos realizados na atividade produtiva cafeeira. No primeiro ano, 16,650 (24,5%) alqueires eram matas virgens, ao passo que, em 1877, havia apenas 8,000 (11,9%) alqueires na mesma situação. Já a área total ocupada por culturas e pastos, em 1871, perfazia 51,350 (75,5%) alqueires, e, em 1877, 59,000 (88%) alqueires tinham culturas, pastos e capoeiras finas (**Tabelas III.14 e III.15**). Nota-se, assim, que, na década de 1870, reduziram-se as áreas em matas virgens e, simultaneamente, se expandiram as áreas ocupadas por culturas, pastos e capoeiras. Os oito alqueires disponíveis poderiam receber algo em torno de 32.000 novos arbustos de café (cerca de um terço dos cafeeiros já plantados),

a minha terça, a fim de coadjuvar a criação e educação deles [...]”. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

¹⁷⁶ Os bens de raiz da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros transferidos para Maria Tereza e Lourenço da Silva foram os seguintes: “metade da tulha de café e varanda”; “a casa do engenho, a do alambique, todos os puxados unidos, e seus pertences”; “quinze lanços de casas no terreiro”, “a casa que serve de chiqueiro”; “o chiqueiro do campo fechado de estacada”; “casa de sapê com dois monjolos”; “o curral cercado de rachões”; “regio d’água com 700 braças”; “casa com roda de cevar mandioca”; “casa de telha e monjolo”; “400 braças de valos”; “100 braças de chanfrados”; “dois lanços cobertos de palha junto à porteira”; “moinho e casa”; “rancho na estrada coberto de telha” e “muro e portão”. Cf. Ibid.

¹⁷⁷ Cf. Ibid.; INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

insuficiente para substituir até mesmo os cafezais “velhos” (42.000 pés).¹⁷⁸ Assim, pode-se afirmar que a devastação ambiental – fruto da exploração ininterrupta da propriedade desde as décadas de 1830 e 1840 – impunha claros limites à manutenção do *status quo* da família Godoi Bueno no município de Bananal.

Tabela III.14 – Distribuição das Terras Herdadas da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros Segundo a Área Ocupada. Bananal, 1871

Situação	Área Ocupada (em Alqueires)	
	N	%
Mata Virgem	16,650	24,5
Cultura	37,850	55,7
Pasto	4,500	6,6
Pés de Café	9,000	13,2
Total	68,000	100,0

Fonte: INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.

Tabela III.15 – Distribuição das Terras da Fazenda Santo Antônio dos Barreiros Segundo a Área Ocupada. Bananal, 1877

Situação	Área Ocupada (em Alqueires)	
	N	%
Mata Virgem	8,000	11,9
Cafezal Novo	10,000	14,9
Cafezal Velho e Pasto	34,000	50,8
Cultura	6,000	9,0
Capoeira Fina	9,000	13,4
Total	67,000	100,0

Fonte: INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

A transferência de capitais, da esfera financeira para a produtiva, contou com o aporte de mais mão de obra cativa. Há indícios de que pelo menos quatro cativos teriam sido adquiridos, no tráfico interno. Maria Tereza e Lourenço Justiniano declararam, na Matrícula de

¹⁷⁸ Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141; INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

1872, a posse de 54 cativos. Desta escravaria, 42 foram obtidos em legítima paterna (1868) e materna (1871), sendo que 29 (69%) permaneciam vivos, em 1877; quatro crianças nasceram na fazenda, entre 1868-9; e outros quatro cativos foram dados, a título de dote de casamento, a Maria Eugênia da Silva Jordão.¹⁷⁹ Sendo assim, pode-se conjecturar que, descontados estes 50 cativos (42+4+4), os fazendeiros teriam comprado quatro escravos entre os anos de 1868 e 1872. Para tanto, o casal, muito provavelmente, pode ter liquidado os títulos da dívida pública legados por Olinta Tereza.

As lavouras de café existentes na Fazenda Santo Antônio dos Barreiros indicam que, entre 1871-7, Maria Tereza e Lourenço Justiniano efetuaram o plantio de, pelo menos, 20.000 novos pés. Dentre os 101,5 mil arbustos avaliados no processo da fazendeira, cerca de 12.000 foram obtidos em legítima paterna (1868)¹⁸⁰ e 45.600 em legítima materna (1871).¹⁸¹ Não se sabe a origem dos outros 24.000 pés de café. Contudo, é provável que os fazendeiros tenham adquirido tais cafezais dos demais herdeiros de Olinta Tereza. A despeito disso, o que vale ressaltar é que, na primeira metade da década de 1870, Maria Tereza e Lourenço Justiniano reinvestiram na atividade cafeeira, em uma quadra marcada pelo aumento da demanda por café no mercado global.

Por fim, é importante destacar que a escravaria residente nas senzalas da Santo Antônio dos Barreiros era, de fato, uma comunidade sedimentada no tempo. O perfil da população cativa do major Godoi Bueno, nos anos 1850, já indicava que havia condições propícias para a reprodução natural da escravaria. Nos decênios seguintes, intensificou-se a reprodução natural, visto que, em 1877, três quartos dos cativos haviam nascido na propriedade, contra um índice de 31,1%, em 1871. A proporção de escravos do sexo masculino manteve-se praticamente inalterada, entre os anos de 1871 e 1877, ao passo que a de adultos declinou, no mesmo período. A taxa de escravizados de roça igualou-se a 45,8%, e a de casados/viúvos elevou-se a 61,1% (**Tabela III.16**). Um dos aspectos que chamam a atenção diz respeito à ampliação da taxa de

¹⁷⁹ O casal herdou 19 escravos do major Godoi Bueno, dos quais 13 seriam avaliados no inventário de Maria Tereza. Com a morte de Olinta Tereza, o mesmo casal seria agraciado com 23 cativos, dentre os quais 16 encontravam-se vivos, em 1877. Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141; INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

¹⁸⁰ Trata-se de uma quantidade de cafeeiros ideais, pois, no processo de partilha, coube a Maria Tereza de Godoi e Silva e ao Dr. Lourenço Justiniano da Silva “[...] no valor dos cafezais da fazenda, 1:229\$000 [...]”, o que corresponde, aproximadamente, a 12.000 pés de café. Cf. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627; INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

¹⁸¹ Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141; INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

exploração da força de trabalho cativa, ao longo da segunda metade do século XIX. A produtividade média dos escravizados de roça chegou a 1.658 kg de café/ano por cativo, em 1877 (**Tabela III.17**), índice mais elevado que o estimado para os anos 1870 em Bananal (cf. **Tabela II.29**).

Tabela III.16 – Perfil Demográfico das Escravarias do Complexo Santo Antônio dos Barreiros. Bananal, 1856-1877

Escravizados															
Ano	Total	Africanos		Homens		Adultos (15 a 49 anos) [1]		de Roça [2]		Casados/Viúvos (15 anos ou +)		Idade Média (em anos)	Filhos Legítimos ou Naturais		
	N	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	N	%	
1856	87	35	40,2	51	58,6	36	41,4	52	60,0	24	41,4	29,9	32	36,8	
1871	45	-	-	25	55,6	25	55,6	27	60,0	16	45,7	32,1	14	31,1	
1877	59	7	11,9	34	57,6	27	45,8	27	45,8	22	61,1	29,8	45	76,3	

Fontes: INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141; INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

Nota: 1) para os anos de 1856 e 1871, o número de cativos de roça foi estimado tendo por base uma proporção de 60% do total de escravizados (cf. **Tabela II.25**); 2) para o ano de 1877, os cativos de roça constam na Matrícula de Escravos.

Tabela III.17 – Produção Média Anual de Café no Complexo Santo Antônio dos Barreiros. Bananal, 1856-1877

Ano	Cafezais (em Nº de Pés)			Estimativa de Produtividade			
	Total [3]	Pés por Escravo Adulto [3]/[1]	Pés por Escravo de Roça [3]/[2]	Produção (em @)	Produção (em kg) [4]	Kg por Adulto [4]/[1]	Kg por de Roça [4]/[2]
	N	N	N	N	N	N	N
1856	117.500	3.264	2.251	3.525	51.818	1.439	993
1871	76.600	3.064	2.837	2.298	33.781	1.351	1.251
1877	101.500	3.759	3.759	3.045	44.762	1.658	1.658

Fontes: INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627; INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141; INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godoi e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.

Notas: 1) a produção de café (em arrobas) foi estimada tendo por base uma produtividade média dos cafeeiros de 30@ por 1.000 pés de café; 2) uma (1) arroba é equivalente a 14,7 kg.

5.5 Complexo cafeeiro Formiga-Bela Vista

O complexo cafeeiro Formiga foi fundado nos anos 1810 por Francisco de Aguiar Vallim (c.1792-1856) e Maria Ribeiro de Aguiar (c.1806-1862).¹⁸² Naturais de Bananal, eram integrantes de duas importantes famílias: os *Aguiar Vallim* e os *Ribeiro Barbosa*.¹⁸³ Primogênito de José de Aguiar de Toledo e Maria Ribeiro de Aguiar,¹⁸⁴ Francisco emancipou-se na década de 1810, período no qual a cafeicultura escravista dava os primeiros passos em Bananal e no Médio Vale do Paraíba. Em 1817, solteiro e com 25 anos de idade, residia em fogo próprio e era um modesto agricultor: colheu apenas 10 alqueires de milho e 16 arrobas de café. Nessa época, ainda não detinha a posse de nenhum trabalhador escravizado.¹⁸⁵ Entre os anos de 1817 e 1822, Francisco contraiu núpcias com Maria Ribeiro de Aguiar, filha dos proprietários da Fazenda dos Coqueiros, Inácio Ribeiro Barbosa e Gertrudes Maria de Oliveira.¹⁸⁶ Em 1822, o cafeicultor havia diversificado sua produção agrícola: seis cativos (quatro homens e duas mulheres) foram responsáveis pela colheita de 60 alqueires de milho, 30 de feijão, 20 de arroz e 100 arrobas de café (cf. **Tabelas III.21 e III.22**).¹⁸⁷

Na década de 1820, a produção de café cresceu de modo substantivo no domicílio do então alferes Francisco de Aguiar Vallim. Em 1829, produziu 40 alqueires de milho, 20 de feijão, seis de arroz, 500 arrobas de café e 30 arrobas de toucinho. Para tanto, o casal contava com a força de trabalho de 20 escravizados (16 homens e quatro mulheres).¹⁸⁸ Pouco tempo depois, em 1836, o agricultor havia se tornado um dos maiores cafeicultores de Bananal. Sua produção, estimada em 4.000 arrobas (6,2% da safra local), lhe proporcionou um rendimento de 10:000\$000. A força de trabalho de sua propriedade quase dobrou, atingindo o número de 38 cativos (33 homens e cinco mulheres).¹⁸⁹ Ao longo das décadas de 1820 e 1830, o alferes

¹⁸² Até o início dos anos 1840, assinava o próprio nome como “Maria Ribeiro Barbosa”. De 1842 em diante, ao término do inventário de seu pai, Inácio Ribeiro Barbosa, adotou o nome “Maria Ribeiro de Aguiar, homônimo de sua sogra. Cf. INVENTÁRIO de Inácio Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 2 set. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 25, n. 404; ver, também: “PARTILHAS AMIGÁVEIS entre D. Gertrudes Maria de Oliveira e seus herdeiros”, anexo ao INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Gertrudes Maria de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 13 out. 1842. Cartório do 1º Ofício, caixa 37, n. 667.

¹⁸³ O membro mais ilustre da família Aguiar Vallim foi, sem dúvida, o comendador Manoel de Aguiar Vallim, irmão de Francisco de Aguiar Vallim. Dentre os Ribeiro Barbosa, destacou-se o major Cândido Ribeiro Barbosa, irmão de Maria Ribeiro de Aguiar. Cf. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510; INVENTÁRIO AMIGÁVEL do major Cândido Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 23 set. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3396.

¹⁸⁴ Sobre a trajetória de José de Aguiar de Toledo e Maria Ribeiro de Aguiar, cf. MORENO, 2015, p. 328-350.

¹⁸⁵ APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1817 (fogo 95).

¹⁸⁶ Vale destacar que, atualmente, a sede da Fazenda dos Coqueiros encontra-se preservada. Disponível em: <http://www.fazendadoscoqueiros.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2019.

¹⁸⁷ APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1822 (fogo 147).

¹⁸⁸ APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829 (fogo 2).

¹⁸⁹ APESP. Quarteirão nº 7 (Coqueiros). Bananal, 1836 (fogo 27).

especializou-se na atividade produtiva cafeeira, tanto que a produtividade média de café por cativo adulto, que era de 294 kg/ano, em 1822, subiu para 490 kg/ano, em 1829, e atingiu o patamar de 1.838 kg/ano, em 1836 (cf. **Tabelas III.21 e III.22**).

A propriedade rural cafeeira de Francisco de Aguiar Vallim foi, portanto, montada entre os anos de 1810 e 1830, justamente no período de formação da cafeicultura escravista em Bananal. A fazenda foi instalada em terras pertencentes a seu pai, José de Aguiar de Toledo, dono das fazendas Pinheiros e Resgate.¹⁹⁰ Em 1838, com a morte de Toledo, ele recebeu, em legítima paterna, bens avaliados em 17:664\$490. O espólio era composto, principalmente, por escravos (18 ao todo), terras (18,750 alqueires) e cafezais (20.875 pés), todos situados na Resgate.¹⁹¹ Quinze anos mais tarde, em 1853, com o falecimento de sua mãe, Maria Ribeiro de Aguiar, herdou 81:390\$499, constituídos, basicamente, por cativos (41 ao todo), terras (cerca de 37,625 alqueires, no Rio Manso, e cerca de 82,250, na Pinheiros) e cafezais (cerca de 38.000 pés, no Rio Manso, e cerca de 31.500, na Pinheiros).¹⁹² Evidencia-se, assim, que o seu patrimônio ampliou-se de forma extraordinária após as sucessões hereditárias de seus progenitores.

O cafeicultor Aguiar Vallim foi beneficiado, ainda, com as legítimas legadas pela família de sua esposa. Em 1840, quando se concluiu o inventário *post mortem* de Inácio Ribeiro Barbosa, aberto em 1837, o alferes foi aquinhoado com 1:540\$392, cujos bens correspondiam a “um terreno de dois lanços de casas já com alguns esteios”, defronte à Igreja, na vila do Bananal, e a 11,2 alqueires de terras na Fazenda dos Coqueiros.¹⁹³ Dois anos depois, com a

¹⁹⁰ José de Aguiar de Toledo declarou, em 1819, ser dono da Fazenda Pinheiros, cuja dimensão era igual a 90 alqueires. Cf. APESP, 1819 (nº 155). Nesse ano, alegou, ainda, a posse de 18 escravos. A Fazenda Resgate seria comprada em 1833 ao coronel Inácio Gabriel Monteiro de Barros (c.1798-1850) por José de Aguiar de Toledo.

¹⁹¹ O quinhão hereditário paterno de Francisco de A. Vallim correspondia aos seguintes bens: 18 escravos (6:100\$000); “a oitava parte dos cafezais do Sul”, equivalente a 20.875 pés (12,5% do total); 18,750 alqueires de terras (6,25% do total); “a casa que foi de Salvador Correia Marins” (500\$000); alguns animais (dois burros, duas bestas, dois bois de carro); móveis e miudezas (34\$800) e a reposição do herdeiro, seu irmão, Manoel de Aguiar Vallim (5:920\$690). Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de José de Aguiar de Toledo. Cruzeiro: MMN, 9 fev. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 26, n. 427.

¹⁹² A legítima materna pertencente a cada um dos oito herdeiros de Maria Ribeiro de Aguiar igualou-se a 62:981\$214. Observa-se, assim, que Francisco de A. Vallim teve de repor a seus irmãos a quantia de 18:409\$285. Os bens herdados correspondiam à oitava parte das terras e benfeitorias (edifícios e cafezais) das fazendas Rio Manso e Pinheiros, no valor de 38:067\$000, contíguas à Fazenda Bela Vista; “oito bestas arreadas” (570\$000); “no valor das joias, móveis, ferramentas, ferros e cobres, a quantia de 353\$499” e, por fim, 41 escravos (42:400\$000). Cf. INVENTÁRIO E PARTILHA AMIGÁVEL de Maria Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 25 jun. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 68, n. 1396.

¹⁹³ Na verdade, Francisco de A. Vallim recebeu de legítima paterna, por cabeça de sua esposa, uma fração ideal das terras da Fazenda dos Coqueiros. Seu quinhão fundiário foi estimado em 1:490\$822, o que equivalia a 25,9% das terras inventariadas. Como a fazenda tinha área de 43,2 alqueires, logo a fatia pertencente ao casal era de 11,2 alqueires. Vale notar, por fim, que à legítima somou-se a dívida de 180\$000 que o inventariado lhe ficou devendo. Cf. INVENTÁRIO de Inácio Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 2 set. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 25, n. 404; ver, sobretudo: “PARTILHAS AMIGÁVEIS entre D. Gertrudes Maria de Oliveira e seus herdeiros”, anexado

morte de sua sogra, Gertrudes Maria de Oliveira, recebeu a quantia de 1:951\$812. Desse modo, Francisco de Aguiar herdou dois escravos, alguns animais (um boi e seis porcos capados), a quinta parte da “casa de morada com três lanços e cozinha, com pasto na frente cercado”, um alqueire de terras e, por fim, 4.075 pés de café, todos na Fazenda dos Coqueiros.¹⁹⁴ Percebe-se, assim, que os quinhões transmitidos pela família Ribeiro Barbosa contribuíram muito pouco para o seu enriquecimento.

**Tabela III.18 – Composição do Patrimônio do Alferes Francisco de Aguiar Vallim.
Bananal, 1857**

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Móveis	2:273\$500	0,4
Animais	10:380\$000	1,6
Escravos	353:030\$000	54,4
Terras	101:400\$000	15,6
Pés de Café	91:440\$000	14,1
Imóveis Rurais	32:990\$000	5,1
Imóveis Urbanos	23:700\$000	3,7
Café Colhido	16:000\$000	2,5
Dívidas Ativas	10:156\$126	1,6
Outros	7:580\$000	1,2
Total	648:949\$626	100,0

Fonte: INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

Em 1856, aos 64 anos de idade, veio a óbito Francisco de Aguiar Vallim. A viúva iniciou, pouco tempo depois, em 1857, os procedimentos burocráticos para lavrar o inventário *post mortem*. Membro da elite política local – vereador e Juiz de Paz do 4º Distrito (1833-6), Juiz de Paz do 1º Distrito (1837-40) e vereador (1845-8),¹⁹⁵ o alferes acumulou uma extraordinária riqueza no decurso da primeira metade do século XIX (648:949\$626), que o

ao INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Gertrudes Maria de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 13 out. 1842. Cartório do 1º Ofício, caixa 37, n. 667.

¹⁹⁴ Os partidores informaram que cabia, em legítima materna, a Francisco de A. Vallim, por cabeça de sua consorte, além dos bens supracitados, a oitava parte das terras da Fazenda dos Coqueiros e a quarta parte dos cafezais. Como a fazenda tinha 8 alqueires de terras e 16.300 pés de café, logo, o herdeiro auferiu frações ideais da Coqueiros, que corresponderia a, mais ou menos, um (1) alqueire de terra e 4.075 arbustos de café. Cf. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Gertrudes Maria de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 13 out. 1842. Cartório do 1º Ofício, caixa 37, n. 667.

¹⁹⁵ RAMOS, 1978, p. 44; 88-90; 376.

alçava ao posto de um dos mais pujantes potentados do Médio Vale do Paraíba.¹⁹⁶ Em linha com os fazendeiros de café da região, quanto ao perfil de seus investimentos, quase toda sua riqueza era composta por bens agrários (93,3% do total). Além disso, uma fração dela estava empregada em imóveis urbanos (3,7%) (**Tabela III.18**).¹⁹⁷

O complexo cafeeiro do alferes Francisco de Aguiar Vallim era constituído por quatro unidades produtivas cafeeiras, contíguas entre si: Formiga, Turvo, Rio Manso e Bela Vista. Esse império agrário congregava uma ampla população cativa (364 escravos), um extenso território (cerca de 528 alqueires)¹⁹⁸ e milhares de cafeeiros plantados (cerca de 599.000 pés de café). A Fazenda Formiga correspondia, seguramente, ao centro do complexo.¹⁹⁹ Tinha 100 alqueires de terras, 133 escravos e 192.000 cafeeiros (**Quadros III.3 e III.4**). Contava com os principais edifícios e maquinários para a produção de café, aguardente e gêneros alimentícios.²⁰⁰ Possuía, também, gado muar (“64 bestas arreadas”) e bovino (“15 bois de carro”), necessários para escoar os grãos de café para os portos de Angra dos Reis. Na propriedade criava-se, ainda, porcos (100 “soltos” e 34 “capados de ceva”), utilizados, principalmente, na produção de toucinho.

¹⁹⁶ Sua fortuna só não era maior que a de outros três indivíduos inventariados nos anos 1850: o comendador Luciano José de Almeida (2:717:512\$383); o sargento-mor José Ramos Nogueira (920:441\$524) e o tenente José Ferreira Gonçalves (846:780\$865). Cf. INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446; INVENTÁRIO do sargento-mor José Ramos Nogueira. Cruzeiro: MMN, [20 fev. 1856]. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1639; INVENTÁRIO do tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 16 nov. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1764.

¹⁹⁷ Os prédios urbanos pertencentes ao espólio inventariado eram: “uma casa de sobrado na Rua do Comércio” (14:000\$000); “uma casa térrea pegada a mesma, com duas portas, para negócio” (1:200\$000); “uma casa térrea na Rua do Comércio, com cinco janelas, uma porta na frente, com os fundos até a primeira porta” (4:000\$000) e “umas casas na Rua do Fogo, com três portas e uma janela na frente, com os fundos até a Rua da Boa Morte” (3:000\$000). Cf. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

¹⁹⁸ De acordo com o Registro de Terras, em declaração realizada três dias após a morte de Francisco de Aguiar Vallim, o Barão da Bela Vista e Maria Ribeiro de Aguiar eram donos de 555,5 alqueires de terras. Cf. APESP, 1855-1858 (nº 97).

¹⁹⁹ A Fazenda Formiga, atualmente denominada Casa Grande, encontra-se relativamente preservada. Há poucos anos havia sido convertida em hotel-fazenda. Hoje, porém, já não oferece mais este serviço ao público.

²⁰⁰ Os edifícios e os equipamentos avaliados na Fazenda Formiga eram os seguintes: “uma casa de vivenda e cozinha” (3:500\$000); “um engenho de socar [café] e casas”; “11 lanços de senzalas de telha, e casa de tenda [de ferreiro]”; “cinco lanços de casas cobertos de telha”; “um engenho de cana e casas”; “uma casa que serve de chiqueiro”; “dois paredões de pedra em roda do terreiro”; “roda de mandioca e prensa”; “um forno de ferro”. Cf. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

**Quadro III.3 – Complexo Cafeeiro do Alferes Francisco de Aguiar Vallim (Parte I).
Bananal, 1857**

Propriedades	Área das Fazendas			Escravizados		
	Total	Mata Virgem		Total	Adultos (15 a 49 Anos) [1]	
	N	N	%	N	N	%
Fazenda da Formiga	100,000	20,000	20,0	133	88	66,2
Sítio do Turvo	53,000	7,000	13,2	37	25	67,6
Fazenda do Rio Manso	175,000	-	-	69	55	79,7
Fazenda Bela Vista	200,000	-	-	125	65	52,0
Total	528,000	-	-	364	233	64,0

Fonte: INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

**Quadro III.4 – Complexo Cafeeiro do Alferes Francisco de Aguiar Vallim (Parte II).
Bananal, 1857**

Propriedades	Cafezais (em Nº de Pés)			Estimativa da Produtividade		
	Total [2]	Área Ocupada	Pés por Escravo Adulto [2]/[1]	Produção (em @) [3]	Produção (em kg) [3]	kg por Adulto [3]/[1]
	N	N	N	N	N	N
Fazenda da Formiga	192.000	60,000	2.182	5.760	84.672	962
Sítio do Turvo	82.000	30,000	3.280	2.460	36.162	1.446
Fazenda do Rio Manso	139.000	46,333*	2.527	4.170	61.299	1.115
Fazenda Bela Vista	186.000	62,000*	2.862	5.580	82.026	1.262
Total	599.000	198,333	2.571	17.970	264.159	1.134

Fonte: INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

Nota: (*) Área estimada = 3.000 pés de café por alqueire.

Nos anos 1850, o quadro produtivo da Fazenda Formiga, aparentemente, havia atingido o seu ápice, e já dava sinais de que, em pouco tempo, esgotar-se-ia a capacidade de expansão da produção de café. Os “pastos” e os cafeeiros cultivados ocupavam, respectivamente, 20% e 60% da superfície da propriedade, ao passo que os quinhões de terras em “matas virgens” cobriam tão somente 20% da fazenda (**Quadro III.3**).²⁰¹ Havia, em média, 3.200 pés de café plantados por alqueire. Desse modo, as matas virgens poderiam dar lugar a outros 64.000 pés de café, correspondente a um terço dos arbustos existentes na unidade produtiva.

O Sítio do Turvo, encravado na Fazenda Formiga, era composto por 53 alqueires, 82.000 pés de café e 37 escravos (**Quadros III.3 e III.4**), e funcionava como unidade produtiva complementar. A ausência de engenho de socar café e de animais de carga, presentes em todas as grandes propriedades cafeeiras, nos anos 1850, pode sugerir que a maior parte dos grãos de café colhidos no Turvo fosse remetida à Formiga para que pudesse ser beneficiada e despachada para os portos de Angra dos Reis. Há indícios, ainda, de que o sítio possa ter sido a primeira propriedade cafeeira de Francisco de Aguiar Vallim. Por dois motivos. Primeiro, 30,2% das terras do sítio eram “capoeiras”, outrora utilizadas no cultivo de café. Segundo, tanto os edifícios quanto os equipamentos destinados ao beneficiamento do café eram rudimentares.²⁰²

O sítio também já apresentava evidentes sinais de devastação ambiental. Os pés de café cultivados dominavam 56,6% da área da propriedade, enquanto as matas virgens configuravam apenas 13,2% do terreno. Havia, portanto, poucos talhões de terra disponíveis para o plantio de novos cafezais, necessários para substituir os pés envelhecidos. Em média, havia 2.700 pés de café por alqueire; assim, mais 19.000 cafeeiros (cerca de 23% do total existente) poderiam ser cultivados no lugar das terras em mata virgem. Nota-se que, de fato, tanto a Fazenda Formiga quanto o Sítio do Turvo apresentavam limites claros à expansão da produção de café no interior do império agrário em processo de partilha.

De acordo com o **Quadro III.4**, observa-se que, no Sítio do Turvo, aplicava-se uma taxa de sobretrabalho – alocação de pés de café por escravo adulto – proporcionalmente mais elevada em comparação aos índices praticados nas demais propriedades do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Deve-se frisar, no entanto, que, se o sítio foi, de fato, a sua primeira unidade

²⁰¹ Nesta fazenda, foram arrolados, ainda, outros dois quinhões de terras: “uma chakra [sic] com laranjal na entrada da fazenda” (200\$000) e “uma sorte de terras comprada ao finado Joaquim Pinto [do Nascimento]” (400\$000). Tendo em vista que, neste inventário, o preço do alqueire oscilou de 150\$000 a 300\$000, pode-se deduzir que a área ocupada por ambos não excederia a quatro alqueires. Cf. Ibid.

²⁰² O sítio do Turvo era formado pelos seguintes bens de raiz: “um lanço de casas de telha assoalhado” (500\$000); “dois lanços de casas pegados a mesma”; “um moinho”; “um monjolo e rego d’água”; “quatro lanços de casas por acabar”; “quatro lanços de senzalas velhas, cobertos de palha”. Cf. Ibid.

cafeeira, provavelmente haveria uma fração maior de cafezais envelhecidos. Seguindo esse raciocínio, a baixa produtividade desses cafeeiros permitiria ao administrador da propriedade designar mais pés de café para cada um dos cativos adultos, sem extrapolar o padrão de exploração cristalizado no decurso da primeira metade do século XIX.

Por seu turno, a Fazenda Rio Manso²⁰³ constituía uma grande propriedade rural. Possuía cerca de 175 alqueires de terras,²⁰⁴ 139.000 pés de café²⁰⁵ e 69 escravos (**Quadros III.3 e III.4**). Era uma unidade produtiva completa, a despeito de, aparentemente, não dispor de engenho de socar café e de animais de carga.²⁰⁶ Além da produção de café, havia a criação de suínos (60 “porcos soltos” e 20 “capados de ceva”) e bovinos (seis vacas de leite, doze vacas e dez novilhos). Quanto à planta produtiva da fazenda, há poucas informações disponíveis no inventário. Uma hipótese plausível é que a unidade produtiva, por ser oriunda do espólio herdado de sua mãe, Maria Ribeiro de Aguiar, ainda não teria sido partilhada entre os demais herdeiros. Pode-se assinalar, contudo, que os 139.000 pés de café deveriam ocupar por volta de 46 alqueires (26,5% da área da fazenda). Assim, supõe-se que havia muitos talhões de terras

²⁰³ Tudo indica que a Rio Manso, em sua origem, pertenceu à Fazenda Pinheiros, que, até 1838, era propriedade de José de Aguiar de Toledo, pai de Francisco de A. Vallim. Entre 1838 e 1853, a Pinheiros daria origem a duas “novas” propriedades: as fazendas Rio Manso e Pinheiros. A partir dos inventários dos herdeiros de Toledo, pôde-se observar que, *grosso modo*, Francisco de Aguiar e Águeda Maria de São José estabeleceram-se na Rio Manso, ao passo que, Eufrásia Maria de São José, Inácia Ribeiro de Aguiar e Antônio Ourique de Aguiar fixaram residência na Pinheiros. Cf. INVENTÁRIO de José Gonçalves Pereira. Cruzeiro: MMN, 12 abr. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 40, n. 726; INVENTÁRIO de Inácia Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 28 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1594; INVENTÁRIO de Eufrásia Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 30 ago. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 125, n. 2721; INVENTÁRIO do capitão Antônio Ourique de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 13 jul. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 136, n. 2895; INVENTÁRIO de Águeda Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 15 out. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 153, n. 3257.

²⁰⁴ Os avaliadores descreveram as terras da Fazenda Rio Manso do seguinte modo: “terras da fazenda, visto e avaliado pela quantia de 35 contos de réis”. Como se vê, não há informações explícitas acerca da dimensão da propriedade. A despeito disso, sabe-se que o alqueire de terra, no inventário de Francisco de A. Vallim, foi avaliado em 150\$000, 200\$000 ou 300\$000, dependendo da situação das terras, se em “pasto” (150\$000), “cultura” (150\$000), “capoeira” (200\$000), “mata virgem” (300\$000). Supondo-se que as terras da dita fazenda conformavam essas diversas situações, como é o caso da Fazenda Bela Vista, cujo valor médio do alqueire foi estipulado em 200\$000, pode-se conjecturar que a dimensão da Fazenda Rio Manso girava em torno de 175 alqueires. Cf. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

²⁰⁵ No Rio Manso foram declarados: “10.000 pés de café” (1:000\$000); “15.000 pés de café” (2:400\$000); “um cafezal comprado a José de Aguiar Vallim” (5:500\$000); “um cafezal comprado a Manoel de Aguiar Vallim” (5:500\$000) e “um cafezal herdado pelo finado inventariado” (5:500\$000). Segundo o inventário de Maria Ribeiro de Aguiar, mãe do alferes Francisco de Aguiar Vallim, sabe-se que ele recebeu, em legítima materna, na Fazenda Rio Manso, cerca de 38.000 pés de café. Com base nessa estimativa, pode-se cogitar que os outros dois cafeeiros, comprados a seus irmãos José e Manoel, provavelmente, possuíam, cada qual, 38.000 pés de café. Cf. *Ibid.*; INVENTÁRIO E PARTILHA AMIGÁVEL de Maria Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 25 jun. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 68, n. 1396.

²⁰⁶ Os imóveis e maquinários arrolados na Fazenda Rio Manso eram: “quatro lanços de casas de morada, forrada e assoalhada” (2:000\$000); “quatro lanços de casas pegados a mesma [casa de morada]”; “quinze senzalas”; “oito senzalas”; “quinze em aberto”; “dez lanços de casas de tulha e paiol”; “uma cozinha pegada a casa de morada”; “uma casa de tropa”; “um moinho, monjolo e rego d’água”. Cf. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

em matas virgens, tendo em vista que os avaliadores não detalharam a existência de “capoeiras”, “pastos” etc.

A Fazenda Bela Vista, fruto da sociedade firmada entre o inventariado e seu filho, o Barão da Bela Vista,²⁰⁷ também integrava o império agrário do potentado Francisco de Aguiar Vallim. Em 1846, data de assinatura do contrato, a propriedade tinha 126.000 cafeeiros e 89 escravos, além de “uma casa de morada de três lanços”, “doze lanços de senzalas, pegado a tulha do engenho”, “onze lanços de senzalas” e “um pomar com três mil pés de diversos arvoredos”. O Barão era “[...] encarregado de toda a gerência e correspondência da Casa em seu próprio nome, e com direito à percepção da metade dos rendimentos líquidos da fazenda, deduzidas as despesas de custeio”.²⁰⁸

De acordo com o inventário de Francisco de Aguiar, aberto em 1857, a fazenda dispunha de 200 alqueires de terras, 186.000 pés de café e 125 escravos (**Quadros III.3 e III.4**). Percebe-se, deste modo, que o Barão da Bela Vista realizou, entre 1846-57, uma série de investimentos na propriedade agrária. Ele plantou 60.000 arbustos de café e construiu “um engenho de café e casas”, “quatro tulhas por acabar, pegadas ao engenho”, “oito lanços de senzalas” e “três [lanços] cobertos de palha no Retiro”. E, mais do que isso, estimulou a reprodução natural de sua escravaria: nesse período, nasceram 36 crianças, na Bela Vista. O elevado número de crianças explicaria, assim, a baixa participação relativa de adultos (52%) na escravaria da fazenda.²⁰⁹

Sobre a planta produtiva da Bela Vista, pode-se assinalar, primeiramente, que o inventário não apresenta informações acerca da distribuição de terras. Os avaliadores fizeram a seguinte declaração: “terras da fazenda, calculada em 200 alqueires, em matas virgens, capoeiras, cafezais e pastos”. A despeito disso, é possível estimar que os pés de café ocupavam, mais ou menos, 62 alqueires (31% da área da fazenda), indicando que havia, ainda, talhões de terras suficientes para substituir os cafeeiros envelhecidos e, mais do que isso, expandir a produção de café existente.

A composição demográfica da população cativa residente no complexo cafeeiro do alferes Francisco de Aguiar Vallim – 364 escravos – era notavelmente semelhante ao perfil das escravarias inventariadas no mesmo período. Apresentava alta proporção de cativos do sexo masculino (68,4%) e de adultos (64%); equilíbrio entre escravos crioulos (49,1%) e africanos

²⁰⁷ José de Aguiar Toledo (homônimo de seu avô paterno) foi agraciado com o título de Barão da Bela Vista no ano de 1854 e, Visconde de Aguiar Toledo, em 1877. RAMOS, 1978, p. 404.

²⁰⁸ Cf. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

²⁰⁹ Cf. Ibid.

(50,9%); baixa idade média (27,2 anos); e, por último, pequena participação relativa de escravizados nascidos nas próprias unidades produtivas (14,6%). Vale notar, contudo, que não se declarou a existência de cativos casados ou viúvos. Por isso, é provável que o percentual de crianças gestadas no complexo esteja subestimado.

A situação econômica do alferes Francisco de Aguiar Vallim era, em 1857, quando o inventário foi concluído, amplamente favorável para os negócios de sua família. O potestado deixou só um débito de pouco mais de 15:000\$000 a favor de seu irmão, o comendador Manoel de Aguiar Vallim. Nesse sentido, quase toda a riqueza, acumulada desde a década de 1810, seria transmitida aos seus sucessores. À viúva coube, em meação, bens no valor de 304:381\$293. O Barão da Bela Vista e sua filha, Cecília Clementina de Aguiar Toledo, herdaram, respectivamente, a quantia de 202:920\$862 e 71:832\$563.²¹⁰ Todo este patrimônio continuou, na prática, sendo administrado pelo Barão da Bela Vista.

Nos anos subsequentes, o Barão ampliaria, ainda mais, a riqueza da família. Em 1862, com a morte de sua mãe, Maria Ribeiro de Aguiar, tornou-se dono de uma outra parcela da Fazenda Rio Manso, que, como vimos, foi obtida em meação do alferes Francisco de Aguiar Vallim.²¹¹ O patrimônio herdado de seus pais, permitiu que o Barão da Bela Vista se transformasse em um dos maiores cafeicultores de Bananal, no apogeu da cafeicultura escravista. Nesse período, exportou 30.000 arrobas de grãos de café através dos portos de Angra dos Reis.²¹²

A diversificação de negócios esteve presente, desde o início, nas atividades dos cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba. Pôde-se depreender esse traço distintivo das empresas agrárias de Bananal a partir das trajetórias das famílias dos comendadores Manoel de Aguiar Vallim, Antônio Barbosa da Silva, Francisco Ramos de Paula, do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno e do alferes Francisco de Aguiar Vallim. O Barão da Bela Vista, a exemplo de seu pai, também diversificou os negócios da família. Em virtude da conjuntura desfavorável à expansão das lavouras cafeeiras, entre c.1850-1865, o fazendeiro decidiu alocar parte de seus capitais em uma casa comissária de café, no Rio de Janeiro.

²¹⁰ Cf. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.

²¹¹ INVENTÁRIO de Maria Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 20 abr. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 107, n. 2291.

²¹² Antônio José Nogueira e Maria Joaquina de Almeida & Filhos, ambos cafeicultores em Bananal, também exportaram, cada qual, 30.000 arrobas de café na mesma época. Cf. “Mapa do arrolamento das Fazendas de café situadas nas imediações das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, organizado na conformidade do artigo 104 do Regulamento Provincial de 24 de setembro de 1860 pela Coletoria de Rendas Provinciais do Município de Angra dos Reis”. In: PEREIRA, 1977, p. 55-70.

O novo negócio do Barão situava-se na Rua dos Pescadores, n° 45 (casa comercial) e n° 47 (armazém de café), e o gestor efetivo era o sócio Marcos Weyl. Sob a denominação “Weyl & Lazarus”, a firma social foi constituída em agosto de 1862, da qual “[...] faziam parte o Barão da Bela Vista como sócio comanditário com a quantia de 89 contos de réis, Marcos Weyl com a de 16 contos de réis e Charles Louis Lazarus com a de 10 contos de réis, perfazendo todo o capital 115 contos de réis”. Três meses depois, a sociedade foi dissolvida em razão da saída de Lazarus, “[...] que até então não havia realizado quantia alguma do seu capital, tendo o Barão da Bela Vista entrado com a quantia de 56:914\$480, e Marcos Weyl com a de 6:154\$680”. A casa comercial, agora nomeada “Bela Vista & Cia.”, estabeleceu novo capital, dividido da seguinte maneira: o Barão, com 330:000\$000, e Weyl, com 20:000\$000.²¹³ O objetivo do Barão, ao diversificar os negócios, era ampliar a margem de rentabilidade. De um lado, o fazendeiro-negociante poderia continuar granjeando lucros a partir da atividade produtiva cafeeira. De outro, seria possível, ainda, obter ganhos através da comercialização dos grãos de café para o mercado mundial, negociando diretamente com os exportadores, dispensando os intermediários, que normalmente cobravam uma taxa de 3% sobre a venda do café.

No entanto, as expectativas do Barão em expandir a riqueza familiar seriam frustradas pouco tempo depois. O sócio Marcos Weyl acabou sendo expulso da sociedade, em abril de 1865, quando o fazendeiro-negociante descobriu que ele o estava levando à ruína. O Barão declarou que “[...] foi vítima da sua boa-fé e da confiança que depositou no seu sócio Marcos Weyl [o] qual, querendo como dizem os peritos, por meio de contas fantásticas ou de nenhum valor, encobrir a retirada que fazia do dinheiro do caixa, falseou o ativo da sociedade a ponto de tornar-se impossível fazer face ao passivo”.²¹⁴ O fazendeiro-negociante enfrentou sérios problemas entre 1864-73, e viu-se na iminência de quase dilapidar toda o patrimônio familiar angariado no transcurso de várias décadas. O trecho a seguir, embora extenso, permite compreender, sob o ponto de vista do próprio Barão, as razões que o levaram à falência e o modo pelo qual conseguiu sobreviver a esse período turbulento.

No correr do ano de 1864, devido à quebra de várias casas bancárias pela crise comercial do mês de setembro do mesmo ano, viu-se [o Barão da Bela Vista] constringido a solicitar uma concordata, que obteve de seus credores, e que foi homologada a 15 de novembro do mesmo ano, obrigando-se a pagar com 25% de rebote no principal de seu passivo em três prestações anuais. O inventariante [Barão da Bela Vista], alheio as transações de sua casa

²¹³ INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.

²¹⁴ Ibid.

comercial, pela ilimitada confiança que depositava em seu sócio [Marcos Weyl], mal sabia que lhe havia de ser impossível solver o compromisso que tomou para com seus credores, completamente iludido por este sócio. Pelo estado da Casa, por circunstâncias que ocorreram, sobretudo pelo abuso e extravio de capitais por parte desse sócio [...] viu-se forçado a requerer a abertura de falência de sua casa comercial, tendo apesar da primeira concordata feito o pagamento da primeira prestação, vencida a 15 de novembro do ano seguinte [de 1865], falência que foi aberta e declarada a 16 de novembro de 1866. [...] todos os bens, tanto os que constituíam a sua casa comercial como os particulares, de sua lavoura, foram judicialmente arrecadados e postos sob a administração de um preposto, como depositário, por parte dos credores. [...] O viúvo inventariante viu-se sem bens, sujeito a um elevado passivo, e a graves compromissos. Todavia, devido ao favor de um amigo – o comendador Manoel de Aguiar Vallim – pôde habilitar-se para propor uma segunda concordata a seus credores, oferecendo 30% à vista sobre o seu passivo – para ficar de posse de todos os seus bens, e do ativo da casa falida – felizmente, o conseguiu, e pôde então garantir ao mesmo comendador Aguiar com todos os seus bens o empréstimo que fez na alta importância de 452:232\$000 em duas escrituras – a primeira passada a 20 de abril de 1867; a segunda a quatro de julho do mesmo ano. [...] Livre o viúvo inventariante das obrigações a que esteve sujeito para com os credores da casa comercial, tratou logo de concentrar-se em suas fazendas, e exclusivamente só se ocupou de apurar rendimentos para solver a sua obrigação puramente do empréstimo – e o conseguiu com a mais insistência, e o trabalho fora de comum.²¹⁵

O Barão afirma, inicialmente, que os seus negócios foram diretamente impactados pela “[...] crise comercial do mês de setembro [de 1864]”, que levou “[...] à quebra de várias casas bancárias”. Esta crise foi desencadeada pela bancarrota da “Casa Bancária Souto & Cia.”.²¹⁶ Para além desta crise bancária, o Barão teve de lidar, ainda, com o “[...] abuso e extravio de capitais [...]” por parte de seu sócio, Marcos Weyl. Apesar das dificuldades enfrentadas, o Barão da Bela Vista logrou contar com o apoio imprescindível de seu tio, o já mencionado comendador Manoel de Aguiar Vallim, para liquidar suas dívidas.

Resolvidas todas as pendências judiciais, o Barão da Bela Vista pôde, finalmente, iniciar, em 1873, o processo de inventário *post mortem* de sua finada consorte, Maria Guilhermina Pacheco (Baronesa da Bela Vista), que faleceu de tísica, em 1865, no Rio de Janeiro, com 30 anos de idade.²¹⁷ Ela e o Barão, cônjuges desde 1851, deixaram três filhas:

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Sobre a crise comercial de 1864, ver: GUIMARÃES, Carlos G. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial**: os casos da Sociedade Bancária *Mauá, MacGregor & Cia.* (1854-1866) e da firma inglesa *Samuel Phillips & Cia.* (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012. p. 207-213; GAMBI, Thiago F. R. O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866). São Paulo: Alameda, 2015. p. 447-463; GAMBI, Thiago F. R. Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864. **Veredas da História** (on-line), vol. 5, n. 2, p. 124-145, 2012.

²¹⁷ A Baronesa da Bela Vista, natural do Rio de Janeiro, era filha do Desembargador Joaquim José Pacheco (1808-84) e Margarida Domenech (1814-89). Natural de São Salvador, Bahia, Pacheco exerceu diversos ofícios públicos, dentre os quais: presidente da província de Sergipe (07.10.1838 a 21.01.1839); deputado na Assembleia Provincial de São Paulo (1838-9, 1844-5, 1852-3); suplente na mesma Assembleia (1835-7, 1842-3, 1848-9, 1854-5).

Cecília, de 14 anos de idade, Maria, de dez anos, e América, de oito anos. A riqueza inventariada foi avaliada em pouco mais de 181:000\$000, quase toda constituída por bens agrários (**Tabela III.19**). O complexo cafeeiro pertencente ao casal era composto por duas grandes propriedades agrárias, contíguas entre si: as fazendas Rio Manso, em Bananal, e Bela Vista, em Bananal e Barra Mansa, no Rio de Janeiro. Possuíam, ambas, 311 alqueires, 198.500 pés de café e 267 escravizados (cf. **Quadros III.3 e III.4**).

Tabela III.19 – Composição do Patrimônio da Baronesa da Bela Vista. Bananal, 1873

Patrimônio	Valor (em Mil-Réis)	Valor (em %)
Animais	2:920\$000	1,6
Escravos	101:150\$000	55,8
Terras	29:150\$000	16,1
Pés de Café	39:850\$000	22,0
Imóveis Rurais	7:970\$000	4,4
Outros	232\$000	0,1
Total	181:272\$000	100,0

Fonte: INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.

O Barão da Bela Vista, que chegou a ser um dos cidadãos mais abastados do Médio Vale do Paraíba, perdeu grande parte de sua riqueza na década de 1860. Viu-se que, na passagem dos anos 1840 para 1850, encontrava-se estabelecido como fazendeiro de café em Bananal. Em 1857, seu patrimônio contabilizado, produto da sociedade com o seu pai, o alferes Francisco de Aguiar Vallim, era de 21:375\$000. Neste mesmo ano, recebeu, em legítima paterna, bens avaliados em 202:920\$862 e, seis anos mais tarde (1863), herdou parcela substantiva da riqueza legada por sua mãe, Maria Ribeiro de Aguiar, cujo montante igualou-se a 164:958\$682. Deste modo, pode-se estimar que a fortuna do barão girava em torno de 400:000\$000 nessa época. Ademais, o barão era o tutor e administrador das fortunas legadas às suas filhas, Cecília (71:832\$563), Maria (36:939\$670) e América (36:939\$670), pelos avós paternos, até que atingissem a maioridade.²¹⁸

Disponível em: https://al.sp.gov.br/acervo-historico/base-de-dados/imperio/imperio_deputados.html. Acesso em: 23 nov. 2019.

²¹⁸ Cf. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656; INVENTÁRIO de Maria Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 20 abr. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 107, n. 2291. Cecília foi contemplada por seu avô paterno com o remanescente da terça. Em 1867, a então Cecília Toledo de Oliveira Lisboa contraiu núpcias com o Dr. Bento Luiz de Oliveira Lisboa e passou a residir em Vassouras, na província do Rio de Janeiro. Maria e América, por seu turno, foram aquinhoadas por sua avó paterna também com o restante da terça. Maria Guilhermina Toledo Bandeira de Melo casou-se, em 1874,

Nos anos 1870, o complexo cafeeiro Bela Vista encontrava-se em avançado estado de degradação ecológica, na medida em que vinha sendo explorado para o cultivo de café desde, pelo menos, a década de 1830. Conforme a **Tabela III.20**, percebe-se que 27,3% da área da Bela Vista e Rio Manso possuía cafeeiros já abandonados, improdutivos, com mais de 25 anos de idade. Além disso, cerca de 10% das terras (“sapezal e terra muito seca”) eram imprestáveis para a atividade produtiva, evidenciado pelo baixo preço médio do alqueire. Os cafezais cultivados, por sua vez, abrangiam 21,5% da superfície do complexo. Por fim, só 1% das terras eram “matas virgens”. Portanto, não havia possibilidade alguma de expansão da produção de café a curto e a médio prazo. Os quinhões de terra em “capoeira”, “capoeira fina” e “capoeirão”, que recobriam 21,1% das propriedades, encontravam-se, teoricamente, em pousio e, por isso, não deveriam ser empregados no plantio de novos cafeeiros, visto que geraria reduzidos rendimentos.

Tabela III.20 – Distribuição das Terras do Complexo Cafeeiro Bela Vista Segundo a Área Ocupada e o Preço Médio. Bananal, 1873

Situação	Área Ocupada (em Alqueires)		Preço Médio (em Mil-Réis)
	N	%	\$
Mata Virgem	3,000	1,0	300\$000
Cultura (Café)	67,000	21,5	100\$000
Cultura (Café Abandonado)	85,000	27,3	57\$500
Campo e Capinzal	60,000	19,3	80\$000
Capoeira	30,000	9,6	133\$333
Capoeira Fina	16,000	5,1	150\$000
Capoeirão	20,000	6,4	200\$000
Sapezal e Terra Muito Seca	30,000	9,6	50\$000
Total	311,000	100,0	115\$000

Fonte: INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.

com o Dr. Ernesto Júlio Bandeira de Melo, que, à época, era Juiz de Direito da Comarca de São João do Príncipe, Rio de Janeiro. Em 1878, América Toledo de Aguiar Vallim contraiu núpcias com Luciano José de Almeida Vallim, filho do comendador Manoel de Aguiar Vallim e Domiciana Maria de Almeida Vallim. INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.

No sistema agrário vigente desde os primórdios da atividade cafeeira, no Vale do Paraíba, as terras em matas virgens apresentavam uma alta produtividade por alqueire em comparação às já empregadas no cultivo de café, cujo plantio era realizado em derrubadas de capoeiras.²¹⁹ No século XIX, os fazendeiros de café do Vale do Paraíba não se preocuparam em adotar técnicas agrícolas necessárias para a recuperação da fertilidade do solo, como o pousio (descanso do cultivo) e/ou a rotação de culturas.²²⁰ Os senhores de escravos alegavam, de forma reiterada, a escassez de mão de obra cativa, situação que se agravaria com a abolição definitiva do tráfico transatlântico de africanos. Nesse sentido, a disponibilidade de recursos naturais (terras em mata virgem) exercia papel primordial na expansão da produção de café.²²¹

A Fazenda Bela Vista era o centro do complexo cafeeiro. Possuía 218 alqueires, 132.500 pés de café²²² e 210 escravos. A descrição dos edifícios demonstra, de um lado, que a propriedade permaneceu como uma unidade produtiva completa e, de outro, que boa parte dela necessitava de reparos urgentes, caso contrário os prédios corriam o risco de desabar.²²³ Grande porção dos cafeeiros cultivados eram “velhos” e “muito velhos” (62,3% do total). No entanto, 50.000 pés de café (37,7% do total) eram novos, plantados entre os anos 1860 e 1870. É relevante destacar que, dentre os cafeeiros novos, 70% foram cultivados em terras “secas”, “capoeiras” e “capineiros”, o que evidencia, primeiramente, a inexistência de matas virgens desde meados dos anos 1860. Indica, ainda, que o Barão da Bela Vista, como tantos outros fazendeiros de café, procurou aproveitar a conjuntura favorável à atividade produtiva cafeeira, a despeito dos saberes agronômicos disponíveis à época acerca da baixa produtividade de cafezais em terras de “capoeira”. Tschudi, por exemplo, destacou que os produtores de café do Rio de Janeiro consideravam que “uma capoeira onde já existiu um cafezal, não se usa mais para o mesmo fim, pois a terra já cansada não dá tão bons resultados como o terreno virgem”.²²⁴

²¹⁹ FRAGOSO, 1983, p. 27.

²²⁰ O padre Francisco Belisário Soares de Sousa (1839-89), em conferência pronunciada durante a “2ª Exposição do Café”, em 1882, assinalava que a técnica do pousio não era empregada pelos agricultores no Brasil. Cf. *Ibid.*

²²¹ *Ibid.*, p. 38-39.

²²² Estes cafezais ocupavam 45 alqueires de terras, o que corresponde, aproximadamente, a 3.000 pés de café por alqueire. Cf. *INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco)*. Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.

²²³ Os imóveis e os maquinários que compunham a Fazenda Bela Vista eram os seguintes: “uma casa de vivenda velha, toda assoalhada, sendo parte forrada de taboas e um puxado térreo, estragado” (1:500\$000); “uma linha de senzalas com dez lanços cobertos de telha, em bom estado”; “mais uma linha de senzalas, de onze lanços cobertos de telha, em mal estado”; “sete lanços de tulhas, assoalhadas, inclusive o do engenho de socar”; “engenho de socar café”; “mais sete lanços de tulhas assoalhadas, em mal estado”; “mais dois lanços pegados, térreos, em muito mal estado”; “um moinho e casa”. Cf. *Ibid.*

²²⁴ TSCHUDI, Johann J. von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. trad. Port. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 39. Ver, também: FRAGOSO, 1983, p. 26.

A Fazenda Rio Manso também se achava em avançado estado de decadência. Nos anos 1870, era composta por 93 alqueires, 66.000 pés de café e 57 escravos. Os edifícios arrolados no inventário comprovam que a propriedade era uma unidade produtiva completa.²²⁵ Os cafeeiros plantados ocupavam 22 alqueires (23,7% das terras), equivalente a 3.000 pés de café por alqueire. Quase metade dos arbustos de café (48,5%) eram “velhos” ou “muito velhos” e a fração restante (51,5%) era composta por pés novos, cultivados na passagem da década de 1860 para a de 1870. Desperta a atenção, uma vez mais, o fato de todos estes cafeeiros novos terem sido lavrados em terras de “capoeiras”. Depreende-se, desse modo, que o Barão da Bela Vista continuou alocando capitais na cafeicultura, a despeito do evidente processo de esgotamento dos recursos naturais (matas virgens) à sua disposição.

No inventário de Maria Ribeiro de Aguiar, mãe do Barão, aberto em 1863, já era patente a exiguidade de matas virgens. Nesta data, dentre os 98.000 cafeeiros avaliados na mesma Fazenda Rio Manso, 10,2% eram “mudas”, 32,7% “novos”, 10,2% “velhos”, 10,2% em “bom estado” e para 36,7% não houve menção à “idade”. Dos 32.000 pés “novos”, 62,5% haviam sido cultivados em “capoeiras”, demonstrando, assim, que na primeira metade dos anos 1860 já não existiam matas para o plantio de arbustos de café.²²⁶

Quanto ao perfil demográfico dos 267 cativos do complexo Bela Vista, a maior parte deles era do sexo masculino (65,2%) e adulta (73,4%). Os crioulos, por seu turno, constituíam 46,1% da população cativa. A proporção de casados/viúvos igualou-se a 12,2% e os escravos nascidos na propriedade representavam 27,7% da escravaria (cf. **Tabela III.21**).²²⁷ Nota-se, portanto, que esta comunidade era muito semelhante à dos demais proprietários inventariados na mesma época. A produtividade média dos cativos era relativamente baixa, em comparação ao que se praticava em outras grandes propriedades rurais. Os escravizados roceiros produziram cerca de 644 kg/ano de café, em 1873 (cf. **Tabela III.22**). Provavelmente, parte dos cativos do complexo vinha sendo utilizada nas outras duas propriedades adquiridas pelo Barão após a morte de sua consorte: a Fazenda das Saudades, em Bananal, e o Sítio da Floresta, localizado

²²⁵ Os prédios foram descritos da seguinte forma no inventário: “uma casa de vivenda, velha, forrada de estuque ordinário, e um puxado de três lanços assoalhados” (1:500\$000); “dez lanços de tulhas assoalhadas”; “vinte e dois lanços de senzalas”; “dois monjolos em casa de palha”; “um moinho e casa”. Cf. INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.

²²⁶ Cf. INVENTÁRIO de Maria Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 20 abr. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 107, n. 2291. Optamos por não analisar, de forma pormenorizada, este processo de inventário, pois ele não traz informações detalhadas acerca da planta produtiva da Fazenda Rio Manso. Como havia só um herdeiro interessado na sucessão hereditária, os avaliadores foram sucintos no arrolamento e avaliação dos bens a serem partilhados.

²²⁷ Até o momento, não foi possível consultar a Matrícula de Escravos (1872) do Barão da Bela Vista. Nesse sentido, será possível aquilatar as relações de parentesco entre os cativos. É muito provável que as quantidades de casados/viúvos e de nascidos no próprio complexo cafeeiro sejam maiores que aquelas declaradas no inventário da Baronesa.

em Barra Mansa, Rio de Janeiro. Certamente, o fazendeiro as comprou para fazer frente ao esgotamento das terras em matas virgens de suas antigas fazendas, Bela Vista e Rio Manso.

Tabela III.21 – Perfil Demográfico das Escravarias do Complexo Cafeeiro Formiga-Bela Vista. Bananal, 1822-1873

Escravizados														
Ano	Total	Africanos		Homens		Adultos (15 a 49 anos) [1]		de Roça (16 a 67 anos) [2]		Casados/Viúvos (15 anos ou +)		Idade Média (em anos)	Filhos Legítimos ou Naturais	
	N	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	N	%
1822	6	6	100,0	4	66,7	5	83,3	-	-	-	-	25,0	-	-
1829	20	18	90,0	16	80,0	15	75,0	-	-	-	-	18,0	2	10,0
1836	38	35	92,1	33	86,8	32	84,2	-	-	3	9,4	21,9	-	-
1857	364	145	50,9	249	68,4	233	64,0	-	-	-	-	27,2	53	14,6
1873	267	144	53,9	174	65,2	196	73,4	136	50,9	24	12,2	34,2	74	27,7

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1822 (fogo 147); APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829 (fogo 2); APESP. Quarteirão nº 7 (Coqueiros). Bananal, 1836 (fogo 27); INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656; INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.

Tabela III.22 – Produção Média Anual de Café no Complexo Cafeeiro Formiga-Bela Vista. Bananal, 1822-1873

Ano	Cafezais (em Nº de Pés)			Estimativa de Produtividade			
	Total [3]	Pés por Escravo Adulto [3]/[1]	Pés por Escravo de Roça [3]/[2]	Produção (em @)	Produção (em kg) [4]	Kg por Adulto [4]/[1]	Kg por de Roça [4]/[2]
	N	N	N	N	N	N	N
1822	-	-	-	100	1.470	294	-
1829	-	-	-	500	7.350	490	-
1836	-	-	-	4.000	58.800	1.838	-
1857	599.000	2.571	-	17.970	264.159	1.134	-
1873	198.500	1.013	1.460	5.955	87.539	447	644

Fontes: APESP. 4ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1822 (fogo 147); APESP. 6ª Cia. de Ordenanças. Areias, 1829 (fogo 2); APESP. Quarteirão nº 7 (Coqueiros). Bananal, 1836 (fogo 27); INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656; INVENTÁRIO da Baronesa da Bela Vista (Maria Guilhermina Pacheco). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.

Notas: 1) a produção de café (em arrobas) foi estimada tendo por base uma produtividade média dos cafeeiros de 30@ por 1.000 pés de café; 2) uma (1) arroba é equivalente a 14,7 kg.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, houve um claro e importante movimento de renovação na historiografia da escravidão brasileira, sobretudo nas áreas da demografia histórica e da história social. Grande parte dos pesquisadores passou a questionar, de maneira sistemática, o modelo demográfico da *plantation* escravista. Com efeito, comprovaram que, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, parcela majoritária dos proprietários detinha a posse de poucos escravizados.

Esta pesquisa de doutorado, ao investigar minuciosamente a estrutura da posse cativa em um único município, o de Bananal (maior produtor de café da província de São Paulo, entre as décadas de 1830 e 1870), veio corroborar essa constatação. No século XIX, predominavam, de fato, as pequenas propriedades rurais com poucos cativos. Contudo, ficou demonstrado que, apesar de numericamente minoritária, a *plantation* escravista cafeeira dominou, a rigor, a paisagem geográfica, econômica e social bananalense.

Provavelmente, esse padrão demográfico se fez presente em outros grandes municípios produtores de café do Vale do Paraíba: a distribuição da propriedade cativa mostrou-se notavelmente similar nos municípios de Vassouras e Cantagalo. Particularmente no caso de Bananal, constatou-se a existência de uma correlação positiva entre os fatores de produção (terra e trabalho), sobretudo após a década de 1830. Com base nisso, pode-se avançar a hipótese de que o que verifiquei para Bananal – no que se refere à estrutura da posse de cativos, à distribuição da propriedade fundiária e de cafeeiros cultivados e às taxas de sobre-exploração da força de trabalho escravizada – constitua o padrão produtivo da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista. A validação desta hipótese de trabalho demanda, certamente, investigações correlatas para as demais localidades cafeeiras do Vale (Barra Mansa, Resende, Rio Claro, Pirai, São João Marcos, Valença etc.), algo que poderá vir à lume com a organização de seus respectivos acervos documentais e, sobretudo, com a realização de trabalhos coletivos, por parte dos pesquisadores.

A formação e a expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba, na primeira metade do século XIX, deram-se em um contexto mais amplo de fortalecimento da escravidão nas Américas. A revolução escrava de Saint-Domingue (1791-1804) desestruturou as *plantations* cafeeiras e açucareiras, provocando um vácuo no mercado mundial, justamente em um período de curva ascendente do consumo desses produtos. De imediato, os demais espaços de produção escravista entraram em intensa disputa pelo controle da oferta dessas mercadorias.

Na virada do século XVIII para o XIX, as transformações decorrentes do surgimento da economia-mundo industrial levaram os produtores, com receio de serem excluídos do mercado, a aumentar a produtividade dos escravizados. Nessa nova conjuntura, as antigas zonas produtivas do Caribe entraram em colapso, em razão do crescente movimento abolicionista metropolitano, das ações de resistência dos escravizados e do esgotamento da capacidade produtiva das propriedades. Ao mesmo tempo, abriu-se um amplo campo de oportunidades para os espaços que, até então, se encontravam nas franjas das zonas de produção de algodão, açúcar e café. Nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil surgiram propriedades rurais escravistas com plantas produtivas inéditas, que romperam com os padrões vigentes nas Américas.¹

No caso do Brasil, a montagem da cafeicultura ocorreu a partir da década de 1810. A volta da paz na Europa – e a consequente estabilidade nos fluxos mercantis globais – propiciou o aumento da demanda de café nos portos do Atlântico Norte, provocando, assim, uma acentuada majoração nos preços externos e internos do produto. Até fins dos anos 1820, o café brasileiro competiu, lado a lado, com a produção cafeeira do Caribe, sobretudo a cubana. De 1833 em diante, contudo, o Brasil – leia-se, o Vale do Paraíba – passou a ocupar a posição de maior produtor mundial de café. Suas exportações foram responsáveis pela redução nos preços desse produto no decênio de 1820 – tendência que se manteria até o final dos anos 1840. Cada vez mais barato, houve um aumento da base de consumo de café, estimulando, a seu turno, a elevação da demanda, suprida pela produção brasileira.

O ponto-chave para compreender o sucesso da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba, no século XIX, reside na brutal exploração da força de trabalho escravizada. Este assunto tem sido discutido por diversos pesquisadores. Rafael Marquese, por exemplo, ao tratar da formação do mercado mundial de café, no longo século XIX, demonstrou que a adoção de uma nova planta produtiva cafeeira, pelos grandes proprietários do Vale, na virada das décadas de 1820 e 1830, permitiu-lhes instituir métodos espoliativos de administração da paisagem e do trabalho escravo.²

Esta pesquisa corrobora integralmente as conclusões de Marquese. Por meio da análise qualitativa de um conjunto variado de fontes, constatou-se que a nova planta cafeeira do Vale do Paraíba contou com um elemento presente desde a implantação das primeiras lavouras

¹ TOMICH, Dale. A “Segunda Escravidão”. In: _____. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011b. p. 81-97; MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383.

² MARQUESE, Rafael de B. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, jul./dez. 2013b.

cafeiras: a concentração fundiária, legado da colonização da América portuguesa. Essa concentração de terras seria, mais tarde, na expansão da cafeicultura, um dos vetores decisivos para a melhor competitividade do café brasileiro no mercado mundial. Ela criou as bases para que os cafeicultores concatenassem a exploração extensiva dos recursos naturais com a maximização do uso da força de trabalho escravizada.

A exploração da mão de obra escravizada, que passou por mudanças ao longo do tempo, atrelou-se à própria dinâmica da cafeicultura escravista, no Vale do Paraíba. Em um primeiro momento, entre as décadas de 1820 e 1850, houve uma intensificação substantiva nos padrões de sobre-exploração dos cativos, compostos, em sua ampla maioria, por homens africanos em idade produtiva ideal. Esse período foi essencialmente marcado pela expansão da *plantation* escravista, apesar dos baixos preços do café no mercado. Contudo, isto foi contrabalançado pela enorme oferta de terras em mata virgem, aceleração da aquisição de africanos escravizados e elevada produtividade dos cafeeiros.

No início da década de 1850, o *boom* das *commodities*, no exato momento em que o infame comércio foi abolido, provocou uma tremenda alta nos custos relativos de produção. As exportações de café do Brasil – grande parte proveniente da porção ocidental do Vale do Paraíba (recém-convertida em zona madura) – permaneceram em patamares relativamente estáveis, entre os anos de 1850 e 1863. A exemplo do que se verificou em Bananal, os proprietários rurais não alocaram seus capitais na expansão das lavouras de café; parte deles, inclusive, diversificou seus investimentos, adquirindo títulos da dívida pública. Por isso, nesse período, eles não compraram, no mercado interno, grande quantidade de escravizados, o que, a seu turno, deu ensejo a uma série de mudanças na estrutura demográfica dessa população, majoritariamente adquirida na vigência da ilegalidade do tráfico atlântico. Aos poucos, reduziram-se os desequilíbrios na proporção entre os sexos, engendrando, assim, um aumento nas taxas de nupcialidade e, tudo indica, crescimento natural moderado da população cativa. Essa nova dinâmica demográfica, que alterou a correlação social de forças entre senhores e escravizados, pode ter colocado limites à elevação da exploração dos cativos. Com isso, entre os anos de c.1850 e c.1870, os padrões de sobre-exploração dos escravizados permaneceram nos mesmos patamares do início da década de 1850.

Na passagem das décadas de 1860 para 1870, a conjunção de fatores externos e internos abriu uma nova janela de oportunidades para a expansão da cafeicultura escravista brasileira. Após a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-65), a demanda de café neste país cresceu de maneira progressiva, causando uma alta acentuada nos preços internacionais do produto. Ao

mesmo tempo, a redução nos custos de produção – oferta em larga escala de mão de obra cativa, expansão da malha ferroviária e o aumento mais que proporcional nos preços do café em relação ao dos escravizados – estimulou os proprietários a investirem seus capitais na expansão das plantações de café. Entretanto, esses senhores, sobretudo os do Vale do Paraíba Ocidental, não tinham à disposição os recursos naturais (terras em mata virgem) para atender à crescente demanda. O padrão produtivo cafeeiro – adotado entre as décadas de 1820 e 1830 – provocou uma devastação ambiental nessa região. Na década de 1870, as fazendas apresentavam limitadas capacidades de expansão: solos degradados, produtividade declinante dos cafeeiros (grande parte envelhecida) e, acima de tudo, baixa oferta de terras.

Essa conjuntura, favorável à expansão da produção, teria permitido apenas uma *sobrevida* aos fazendeiros de café do Vale do Paraíba e, portanto, não teria sido marcada por um período de grandeza da cafeicultura escravista. A majoração dos preços do café, na década de 1870, levou os proprietários a acelerarem os vetores da crise da cafeicultura do Vale. Ainda que possível, era praticamente inviável a esses senhores se desfazerem de seus bens de raiz para, com esses recursos, migrar para as novas áreas de produção (Oeste de São Paulo e a “tríplice fronteira”) em busca de terras férteis. Eles teriam que renunciar aos espaços de sociabilidade tecidos ao longo de décadas. Assim, sua opção foi exaurir a capacidade produtiva de suas unidades. Preocupados em obter ganhos a curto prazo, eles derrubaram os últimos quinhões de mata virgem e aumentaram ainda mais os padrões de sobre-exploração dos escravizados. Ao mesmo tempo, estimulavam a migração de seus herdeiros para as áreas de fronteira onde o mesmo padrão produtivo estava sendo replicado. Portanto, diante desse cenário, os municípios do Vale Ocidental – que, na virada dos anos 1870 para 1880, entraram em processo irreversível de decadência – perderam competitividade para as zonas maduras e pioneiras, que contavam com ampla oferta de terras (relativamente baratas), produtividade elevada dos cafeeiros e capacidade de atrair mão de obra escravizada (do sexo masculino e em idade produtiva ideal).

Nos últimos anos, alguns historiadores têm chamado a atenção para a emergência de uma “segunda escravidão”, na passagem do século XVIII para o XIX. Isso fica claro quando comparamos a *plantation* escravista cafeeira do Vale do Paraíba oitocentista em relação à *plantation* de Saint-Domingue do século XVIII. Os dados sistematizados sobre Bananal, no que se refere à estrutura fundiária, ao perfil de distribuição da posse cativa e de exploração da força de trabalho escravizada, evidenciam a notável diferença de escala das propriedades rurais cafeeiras desse município em comparação às de Saint-Domingue. Essa diferença na dimensão

espacial e humana das fazendas do Vale do Paraíba, a exemplo do que foi encontrado em Bananal e em outros grandes municípios cafeeiros,³ possibilitou aos proprietários aumentarem, de forma exponencial, os padrões de sobre-exploração dos cativos, adquiridos na ilegalidade do tráfico transatlântico de africanos. Essa nova planta produtiva cafeeira do Vale do Paraíba, ao romper com os padrões vigentes nos espaços caribenhos, aponta que o deslocamento do eixo da produção mundial de café, do Caribe para o Brasil, provocou – e, ao mesmo tempo, foi o resultado de – uma transformação na *plantation* escravista cafeeira e o fortalecimento da escravidão, no século XIX.

Mas, a estruturação da escravidão oitocentista brasileira se deu numa conjuntura marcada pelo antiescravismo britânico. Desde sua fundação, o Estado nacional brasileiro teve de se contrapor, no plano externo, à permanente pressão da coroa britânica pelo efetivo encerramento do tráfico atlântico de africanos. Já no plano interno, a experiência bem-sucedida da revolução escrava de Saint-Domingue pairava como uma constante ameaça no horizonte dos proprietários, no século XIX, que temiam vê-la repetir-se aqui no Brasil. Por isso, políticos e grandes proprietários rurais elaboraram uma série de mecanismos para restringir a circulação dos cativos, tanto nas fazendas quanto nas cidades, com vistas a colocar obstáculos a uma possível revolta escrava, que pudesse levar à derrocada o Império do Brasil.

Ao longo desta pesquisa de doutorado, nos deparamos com uma série de questões que, até o presente momento, não puderam ser respondidas. Que estratégias de gestão da escravaria foram empregadas pelos distintos grupos de proprietários, tendo em vista que, nas menores propriedades, houve tendência à uma imposição de taxas mais elevadas de sobretrabalho em comparação aos maiores proprietários? Quais os mecanismos utilizados pelos proprietários rurais para financiar a expansão da produção de café, após a década de 1830? Qual a natureza do poder político dos maiores senhores de escravizados e de que maneira esse poder estava relacionado à estrutura demográfica e fundiária? Qual a natureza de suas relações sociais e políticas com os proprietários de pequeno porte? E de que modo a dinâmica da alforria se relacionou à concentração da posse cativa?

Estas perguntas, que não podem ser resolvidas com as fontes examinadas, demandarão novas pesquisas. É justamente isto que pretendemos fazer nos próximos anos.

³ Cf. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PESSOA, Thiago C. **O império da escravidão: o complexo Breves no vale do café** (Rio de Janeiro, c. 1850-c. 1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018a; MARRETO, Rodrigo M. **O opulento capitalista** – café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História Social) – ICHF-UFF, Niterói, 2019.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 Fontes

1.1 Fontes Manuscritas

Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo (SP)

Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias (freguesia do Bananal), 1818.

Disponível em: <https://1drv.ms/u/s!AkBXpqiOYpkAl5sRQJpra7cXkaoRqQ?e=5je15x>.

Mss. **Inventário dos Bens Rústicos**. Vila de São Miguel das Areias, 1819.

Disponível em: https://1drv.ms/u/s!AkBXpqiOYpkAl5sS9-_KjqyOyqH3bw?e=Il2SOJ.

Mss. **Lista Nominativa de Habitantes**. 4ª Cia. de Ordenanças da vila de Areias (freguesia do Bananal), 1817.

Disponível em: https://1drv.ms/b/s!AkBXpqiOYpkAl5sprQooU_mbbuwYfw?e=z1eeLZ

Mss. **Lista Nominativa de Habitantes**. 4ª Cia. de Ordenanças da vila de Areias (freguesia do Bananal), 1818.

Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AkBXpqiOYpkAl5s42NNoRhJZsXvgFA?e=yAMdvS>.

Mss. **Lista Nominativa de Habitantes**. 4ª Cia. de Ordenanças da vila de Areias (freguesia do Bananal), 1822.

Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AkBXpqiOYpkAl58YQSBIX9OVpG1RYA?e=gkIgw2>.

Mss. **Lista Nominativa de Habitantes**. 5ª e 6ª Cias. de Ordenanças da vila de Areias (freguesia do Bananal), 1829.

Disponível em: <https://1drv.ms/u/s!AkBXpqiOYpkAl58ZNnD4AZuCEsVQnQ?e=qgjkJb>.

Mss. **Lista Nominativa de Habitantes**. Vila do Bananal, 1836.

Mss. **Registro Paroquial de Terras**. Bananal, 1855-1858.

Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AkBXpqiOYpkAl58azn0IwYSbxjRLVg?e=qGkPUy>

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro (RJ)

Auto da Demarcação da Divisão dos Distritos de São João do Príncipe e São Miguel das Areias, 9 out. 1820.

Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1350354&v_abas=1

[Requerimento para Confirmação de Sesmaria]. Requerente: Joaquim Ferreira Pena, 18 ago. 1814.

Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=Joaquim%20Ferreira%20Pena&v_fundo_colecao=

[Requerimento para Medição de Sesmaria]. Requerente: Francisco da Cunha Muniz Gusmão e outros, 28 set. 1819.

Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=BR%20RJANRIO%20BI.0.R15.331&v_fundo_colecao=

[Requerimento para Medição, Demarcação e Tombamento de Sesmaria]. Requerente: Hilário Gomes Nogueira, 25 fev. 1817.

Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=BR_RJANRIO_BI_0_R15_0345_d0001de0001&v_fundo_colecao=

[Requerimento para Medição, Demarcação e Tombamento de Sesmaria]. Requerente: Quitéria Rita do Espírito Santo, 6 out. 1825.

Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1308040&v_abas=1

[Requerimento para Medição e Demarcação de Sesmaria]. Requerente: Francisco Antônio do Rosário, 9 jul. 1821.

Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=296154&v_abas=1

[Requerimento para Medição e Demarcação de Sesmaria]. Requerente: Maria Rodrigues de Souza, 20 nov. 1826.

Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=296225&v_abas=1

Resposta (cópia) da Câmara de São Miguel das Areias, 7 out. 1820.

Disponível em:

http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1350343&v_abas=1

Museu Major Novaes – Cruzeiro (SP)

Inventários

1. INVENTÁRIO de Quitéria Inácia de Jesus. Cruzeiro: MMN, 22 set. 1806. Cartório do 1º Ofício, caixa 1, n. 1.
2. INVENTÁRIO de Francisco Antônio da Costa. Cruzeiro: MMN, 18 jul. 1810. Cartório do 1º Ofício, caixa 1, n. 2.
3. INVENTÁRIO de Luiz José de Almeida (moço). Cruzeiro: MMN, 27 out. 1817. Cartório do 1º Ofício, caixa 1, n. 4.
4. INVENTÁRIO de Manoel Rebelo da Rosa. Cruzeiro: MMN, 10 mai. 1819. Cartório do 1º Ofício, caixa 1, n. 10.
5. INVENTÁRIO de Francisco José de Azevedo. Cruzeiro: MMN, 12 jan. 1819. Cartório do 1º Ofício, caixa 1, n. 11.
6. INVENTÁRIO de José Francisco de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 13 jun. 1819. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 17.
7. INVENTÁRIO de José Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 15 jul. 1820. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 28.
8. INVENTÁRIO de José Mendes Leal. Cruzeiro: MMN, 20 jul. 1820. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 30.
9. INVENTÁRIO de Januária Maria Teodora. Cruzeiro: MMN, 13 mai. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 55.
10. INVENTÁRIO de Teodora Lescura França. Cruzeiro: MMN, 17 mai. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 56.
11. INVENTÁRIO do capitão Joaquim Gomes de Siqueira Motta. Cruzeiro: MMN, 18 mai. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 57.
12. INVENTÁRIO de Maria Angélica da Conceição. Cruzeiro: MMN, 7 out. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 69.
13. INVENTÁRIO de Ana Joaquina de Jesus. Cruzeiro: MMN, 17 set. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 71.
14. INVENTÁRIO de Manoel Ferreira de Almeida. Cruzeiro: MMN, 20 jul. 1823. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 74.
15. INVENTÁRIO de Anastácio Alves Moreira. Cruzeiro: MMN, 27 nov. 1823. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 76.
16. INVENTÁRIO de Rosa Maria Coutinho. Cruzeiro: MMN, 4 dez. 1823. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 77.
17. INVENTÁRIO de Manoel Leite Petronilho. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1825. Cartório do 1º Ofício, caixa 5, n. 85.

18. INVENTÁRIO de Valentina Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 25 abr. 1825. Cartório do 1º Ofício, caixa 5, n. 91.
19. INVENTÁRIO do capitão Máximo José da Silva Reis. Cruzeiro: MMN, 24 mai. 1825. Cartório do 1º Ofício, caixa 5, n. 92.
20. INVENTÁRIO de Maria Ferreira Teodora. Cruzeiro: MMN, 24 mai. 1825. Cartório do 1º Ofício, caixa 5, n. 93.
21. INVENTÁRIO de Lourença Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 17 ago. 1826. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 30 (processo apensado ao inventário de seu finado marido, José Mendes Leal).
22. INVENTÁRIO de Maria Francisca. Cruzeiro: MMN, 24 jul. 1827. Cartório do 1º Ofício, caixa 6, n. 120.
23. INVENTÁRIO de Antônio Rodrigues Silva. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1827. Cartório do 1º Ofício, caixa 6, n. 122.
24. INVENTÁRIO de José Lopes de Medeiros. Cruzeiro: MMN, 22 out. 1828. Cartório do 1º Ofício, caixa 9, n. 150.
25. AUTUAÇÃO de uma petição despacho INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS feita entre o coronel Joaquim Silvério de Castro Souza Medronho e o capitão Antônio Gomes Nogueira (bens da falecida Maria Madalena Carolina Nogueira de Castro). Cruzeiro: MMN, 14 nov. 1828. Cartório do 1º Ofício, caixa 10, n. 151.
26. INVENTÁRIO do sargento-mor Brás de Oliveira Arruda. Cruzeiro: MMN, 4 out. 1828. Cartório do 1º Ofício.
27. INVENTÁRIO de Antônia Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 26 mar. 1829. Cartório do 1º Ofício, caixa 10, n. 156.
28. INVENTÁRIO de Felizarda Gonçalves de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1829. Cartório do 1º Ofício, caixa 16, n. 247.
29. AUTUAÇÃO de uma petição despacho INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS feita entre a viúva e mais herdeiros do falecido alferes André Lopes Correia. Cruzeiro: MMN, 27 mar. 1829. Cartório do 1º Ofício, caixa 10, n. 160.
30. INVENTÁRIO de Ana Joaquina de Jesus. Cruzeiro: MMN, 24 set. 1829. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 195.
31. INVENTÁRIO do capitão João Gonçalves Leite. Cruzeiro: MMN, 4 dez. 1829. Cartório do 1º Ofício, caixa 11, n. 173.
32. INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS entre os herdeiros da falecida inventariada Ana Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 28 jan. 1830. Cartório do 1º Ofício, caixa 11, n. 174.

33. INVENTÁRIO de Raimundo José de Freitas. Cruzeiro: MMN, 28 fev. 1830. Cartório do 1º Ofício, caixa 15, n. 236.
34. INVENTÁRIO de Máximo Ribeiro dos Santos. Cruzeiro: MMN, 2 nov. 1831. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 186.
35. INVENTÁRIO de José Pedro de Almeida Lima. Cruzeiro: MMN, 5 nov. 1831. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 187.
36. INVENTÁRIO de Maria Tereza dos Santos. Cruzeiro: MMN, 4 nov. 1831. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 192.
37. INVENTÁRIO de José Corrêa Caro. Cruzeiro: MMN, 7 nov. 1831. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 193.
38. INVENTÁRIO de Izabel Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 9 mai. 1832. Cartório do 1º Ofício, caixa 12, n. 198.
39. INVENTÁRIO de Joaquina Antunes Cordeira. Cruzeiro: MMN, 11 abr. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 13, n. 203.
40. INVENTÁRIO de José Francisco Lourenço. Cruzeiro: MMN, 12 abr. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 13, n. 204.
41. INVENTÁRIO de José Vieira de Souza. Cruzeiro: MMN, 12 abr. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 13, n. 205.
42. INVENTÁRIO de Ana Maria de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 13 abr. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 13, n. 206.
43. INVENTÁRIO de Maria Madalena do Espírito Santo. Cruzeiro: MMN, 26 abr. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 13, n. 207.
44. INVENTÁRIO de Joaquina Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 20 jun. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 14, n. 216.
45. INVENTÁRIO de Antônio Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 2 jul. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 14, n. 218.
46. INVENTÁRIO de Ana Joaquina da Conceição. Cruzeiro: MMN, 3 ago. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 14, n. 221.
47. INVENTÁRIO de Maria Nogueira. Cruzeiro: MMN, 23 ago. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 14, n. 222.
48. INVENTÁRIO de Antônio Ferreira da Silva. Cruzeiro: MMN, 14 fev. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 15, n. 239.

49. INVENTÁRIO de Joaquim Pereira da Silva. Cruzeiro: MMN, 17 fev. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 15, n. 240.
50. INVENTÁRIO de Francisco Antônio do Rosário. Cruzeiro: MMN, 30 abr. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 13, n. 210.
51. AUTOS DE INVENTÁRIO dos bens do falecido Manoel Homem Cordeiro, e arrecadação dos mesmos bens, com heranças pertencentes aos ausentes. Cruzeiro: MMN, 6 mai. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 16, n. 254.
52. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Mariana de Jesus. Cruzeiro: MMN, 12 mai. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 16, n. 255.
53. INVENTÁRIO de Ana Maria de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 17 jun. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 16, n. 261.
54. INVENTÁRIO do capitão João Gonçalves Lopes. Cruzeiro: MMN, 1 jul. 1834. Cartório do 1º Ofício, caixa 17, n. 265.
55. INVENTÁRIO de José Vitorino Moreira. Cruzeiro: MMN, 8 jan. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 18, n. 278.
56. INVENTÁRIO de Maria Xavier dos Santos. Cruzeiro: MMN, 20 jan. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 18, n. 280.
57. INVENTÁRIO de Domiciana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 abr. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 19, n. 305.
58. INVENTÁRIO de José Machado da Silva. Cruzeiro: MMN, 23 jun. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 19, n. 306.
59. INVENTÁRIO de José Antônio Martins e Ana Joaquina da Conceição. Cruzeiro: MMN, 7 jan. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 20, n. 320.
60. INVENTÁRIO de Francisca Maria da Silva. Cruzeiro: MMN, 27 jan. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 20, n. 324.
61. INVENTÁRIO de João Francisco de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 9 fev. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 20, n. 325.
62. AUTOS DE INVENTÁRIO AMIGÁVEL entre a viúva do capitão Antônio Gomes Nogueira, sua testamenteira, e a herdeira dona Maria Josefa do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 22 fev. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 21, n. 326.
63. INVENTÁRIO de Felícia Maria de Santana. Cruzeiro: MMN, 22 fev. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 21, n. 328.
64. INVENTÁRIO do tenente Pedro Antônio Ferreira. Cruzeiro: MMN, 25 jun. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 21, n. 335.

65. INVENTÁRIO de José Gonçalves Campos. Cruzeiro: MMN, 8 out. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 22, n. 353.
66. INVENTÁRIO de Tereza Maria dos Santos. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1836. Cartório do 1º Ofício, caixa 23, n. 360.
67. AUTOS DE INVENTÁRIO E ARRECADAÇÃO DOS BENS do falecido padre Lourenço Justiniano da Profecia, por parte de seus herdeiros ausentes. Cruzeiro: MMN, 31 jan. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 23, n. 371.
68. INVENTÁRIO de João José Moreira, Joaquina Rosa de Jesus e Matilde Inácia de Souza. Cruzeiro: MMN, 22 abr. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 24, n. 380.
69. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Inácio Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 2 set. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 25, n. 404.
70. INVENTÁRIO de João José Inácio. Cruzeiro: MMN, 17 out. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 25, n. 412.
71. INVENTÁRIO do tenente-coronel Luiz Gomes Nogueira. Cruzeiro: MMN, 23 jan. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 26, n. 424.
72. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de José de Aguiar de Toledo. Cruzeiro: MMN, 9 fev. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 26, n. 427.
73. INVENTÁRIO de José Joaquim do Nascimento e Ana Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 3 mar. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 26, n. 429.
74. INVENTÁRIO de Ana Gonçalves Leite. Cruzeiro: MMN, 8 mai. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 27, n. 439.
75. INVENTÁRIO de Rita Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 8 jul. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 27, n. 447.
76. INVENTÁRIO de Ana Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 19 ago. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 27, n. 450.
77. INVENTÁRIO de Antônio Mendes da Silva. Cruzeiro: MMN, 21 ago. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 27, n. 453.
78. INVENTÁRIO de Jesuína Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 20 out. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 28, n. 462.
79. INVENTÁRIO de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 dez. 1838. Cartório do 1º Ofício, caixa 28, n. 469.
80. INVENTÁRIO de Marceliano Ferreira. Cruzeiro: MMN, 21 jan. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 28, n. 474.

81. INVENTÁRIO de Maria Rodrigues. Cruzeiro: MMN, 23 jan. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 28, n. 475.
82. INVENTÁRIO do capitão Joaquim José Pereira. Cruzeiro: MMN, 29 jan. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 28, n. 478.
83. INVENTÁRIO de Luciana Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 26 abr. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 29, n. 496.
84. INVENTÁRIO de Ana Soares Lemes. Cruzeiro: MMN, 3 mai. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 29, n. 500.
85. INVENTÁRIO de Maria Lemes de Jesus. Cruzeiro: MMN, 17 jun. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 29, n. 504.
86. INVENTÁRIO – Partilhas e Inventário Amigável a que procederam João Martins de Oliveira e Joaquim Gonçalves Pinto dos bens da falecida Maria Ferreira. Cruzeiro: MMN, 8 jun. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 29, n. 505.
87. INVENTÁRIO de Manoel Dias Ramos. Cruzeiro: MMN, 15 jun. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 29, n. 506.
88. INVENTÁRIO de Cláudio Rodrigues da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 jun. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 29, n. 507.
89. INVENTÁRIO de Antônio de Araújo Carvalho. Cruzeiro: MMN, 21 jun. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 29, n. 508.
90. INVENTÁRIO de José Antônio de Siqueira. Cruzeiro: MMN, 27 jul. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 30, n. 515.
91. INVENTÁRIO de João Mendes Paiva. Cruzeiro: MMN, 23 ago. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 30, n. 521.
92. INVENTÁRIO de Francisco José Pereira. Cruzeiro: MMN, 30 set. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 30, n. 530.
93. INVENTÁRIO de Francisco José de Souza. Cruzeiro: MMN, 4 out. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 30, n. 531.
94. INVENTÁRIO de Rosana Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 10 out. 1839. Cartório do 1º Ofício, caixa 31, n. 536.
95. INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS feita entre João José Lopes de Macedo e João José Buçate (bens de Maria Tereza da Trindade). Cruzeiro: MMN, 28 jul. 1830. Cartório do 1º Ofício, s/caixa, s/n.

96. INVENTÁRIO de Maria Josefa da Conceição. Cruzeiro: MMN, 23 ago. 1833. Cartório do 1º Ofício, caixa 14, n. 223.
97. INVENTÁRIO de Manoel Inácio Bicudo e Joana Ramos das Neves. Cruzeiro: MMN, 1 fev. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 31, n. 552.
98. INVENTÁRIO de Antônio de Medeiros Torres. Cruzeiro: MMN, 7 fev. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 31, n. 553.
99. INVENTÁRIO de Antônia Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 5 mar. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 32, n. 561.
100. INVENTÁRIO de Gertrudes Maria. Cruzeiro: MMN, 11 abr. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 32, n. 565.
101. INVENTÁRIO de Maria Tereza da Conceição. Cruzeiro: MMN, 4 mai. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 32, n. 560.
102. INVENTÁRIO de Francisca Guilhermina Pereira. Cruzeiro: MMN, 4 mai. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 32, n. 566.
103. INVENTÁRIO de Floriano Fernandes da Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 33, n. 571.
104. INVENTÁRIO de Ana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 24 set. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 33, n. 578.
105. INVENTÁRIO de Francisco Inácio Pereira. Cruzeiro: MMN, 27 nov. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 33, n. 588.
106. INVENTÁRIO de Ana Gonçalves Leite. Cruzeiro: MMN, 1 dez. 1840. Cartório do 1º Ofício, caixa 33, n. 589.
107. INVENTÁRIO de Polucena Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 7 mai. 1841. Cartório do 1º Ofício, caixa 34, n. 600.
108. INVENTÁRIO de Elias Pinto de Sá. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1841. Cartório do 1º Ofício, caixa 34, n. 608.
109. INVENTÁRIO de Joaquim José Lobato. Cruzeiro: MMN, 7 ago. 1841. Cartório do 1º Ofício, caixa 35, n. 610.
110. INVENTÁRIO de João Carlos Guio. Cruzeiro: MMN, 16 ago. 1841. Cartório do 1º Ofício, caixa 35, n. 611.
111. INVENTÁRIO de Mariana Rosa da Palma. Cruzeiro: MMN, 23 out. 1841. Cartório do 1º Ofício, caixa 35, n. 618.

112. INVENTÁRIO de Izabel Maria das Dores. Cruzeiro: MMN, 23 nov. 1841. Cartório do 1º Ofício, caixa 35, n. 622.
113. INVENTÁRIO de Emerenciana Maria do Espírito Santo. Cruzeiro: MMN, 16 dez. 1841. Cartório do 1º Ofício, caixa 35, n. 626.
114. INVENTÁRIO de Joaquim Alves de Araújo. Cruzeiro: MMN, 9 abr. 1842. Cartório do 1º Ofício, caixa 36, n. 640.
115. INVENTÁRIO de Esméria Rodrigues da Silva. Cruzeiro: MMN, 6 jul. 1842. Cartório do 1º Ofício, caixa 37, n. 650.
116. INVENTÁRIO de Domingos Dias de Vasconcelos. Cruzeiro: MMN, 28 set. 1842. Cartório do 1º Ofício, caixa 37, n. 665.
117. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Gertrudes Maria de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 13 out. 1842. Cartório do 1º Ofício, caixa 37, n. 667.
118. INVENTÁRIO de José Joaquim de Azevedo. Cruzeiro: MMN, 15 jul. 1843. Cartório do 1º Ofício, caixa 39, n. 708.
119. INVENTÁRIO de Laura da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 jul. 1843. Cartório do 1º Ofício, caixa 39, n. 709.
120. INVENTÁRIO de Inês Lescura França. Cruzeiro: MMN, 31 ago. 1843. Cartório do 1º Ofício, caixa 39, n. 713.
121. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Gertrudes Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 26 set. 1843. Cartório do 1º Ofício, caixa 40, n. 714.
122. INVENTÁRIO de Apolinário Pereira Ribeiro. Cruzeiro: MMN, 12 mar. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 40, n. 724.
123. INVENTÁRIO de José Gonçalves Pereira. Cruzeiro: MMN, 12 abr. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 40, n. 726.
124. AUTUAÇÃO DE TRÊS PETIÇÕES PARA INVENTÁRIO de Ana Maria dos Santos. Cruzeiro: MMN, 27 abr. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 41, n. 729.
125. INVENTÁRIO de João Rebelo de Mendonça. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 41, n. 734.
126. PARTILHAS AMIGÁVEIS de Manoel Joaquim de Siqueira. Cruzeiro: MMN, 31 jul. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 42, n. 740.
127. INVENTÁRIO de João da Cunha Lopes. Cruzeiro: MMN, 27 ago. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 42, n. 744.

128. INVENTÁRIO de Antônio Moreira do Prado. Cruzeiro: MMN, 4 set. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 42, n. 747.
129. INVENTÁRIO de Maria Joaquina de Jesus. Cruzeiro: MMN, 6 set. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 42, n. 748.
130. INVENTÁRIO de Brás Pereira da Silva. Cruzeiro: MMN, 13 set. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 42, n. 749.
131. INVENTÁRIO de Francisco Alves da Luz. Cruzeiro: MMN, 10 out. 1844. Cartório do 1º Ofício, caixa 43, n. 754.
132. ARRECADAÇÃO de uns bens do finado João Antônio Gonçalves, de nação português. Cruzeiro: MMN, 6 mar. 1845. Cartório do 1º Ofício, caixa 43, n. 776.
133. INVENTÁRIO de Rita Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 15 mar. 1845. Cartório do 1º Ofício, caixa 44, n. 778.
134. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Francisco Soares da Silva. Cruzeiro: MMN, 21 abr. 1845. Cartório do 1º Ofício, caixa 44, n. 782.
135. INVENTÁRIO de Manoel da Silva Reis. Cruzeiro: MMN, 2 jun. 1845. Cartório do 1º Ofício, caixa 44, n. 787.
136. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Escolástica Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 18 dez. 1845. Cartório do 1º Ofício, caixa 46, n. 830.
137. INVENTÁRIO de Inácia Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 26 jan. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 46, n. 833.
138. INVENTÁRIO de Ana Jacinta de Camargo. Cruzeiro: MMN, 28 jan. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 46, n. 834.
139. INVENTÁRIO de João Rodrigues Lopes. Cruzeiro: MMN, 31 jan. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 46, n. 838.
140. ARRECADAÇÃO dos bens do finado Manoel José da Cruz. Cruzeiro: MMN, 4 jun. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 47, n. 850.
141. INVENTÁRIO de José Francisco de Faria. Cruzeiro: MMN, 12 jun. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 47, n. 852.
142. INVENTÁRIO de Joana Poyana Mosnier. Cruzeiro: MMN, 12 set. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 48, n. 873.
143. INVENTÁRIO de Diniz Hilário Gomes Nogueira (Chim). Cruzeiro: MMN, 23 set. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 48, n. 877.

144. ARRECADAÇÃO dos bens da finada dona Mariana Leocádia de Paiva Pereira. Cruzeiro: MMN, 4 out. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 48, n. 879.
145. INVENTÁRIO de Virgínia América dos Santos. Cruzeiro: MMN, 5 out. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 48, n. 880.
146. INVENTÁRIO de Maria da Conceição de Magalhães Alvim. Cruzeiro: MMN, 26 out. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 48, n. 885.
147. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do capitão Francisco Pinto do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 4 nov. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 49, n. 889.
148. ARRECADAÇÃO, INVENTÁRIO dos bens do finado José Maria de Azevedo Feio. Cruzeiro: MMN, 19 nov. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 49, n. 891.
149. INVENTÁRIO de Miguel Antônio da Silva. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1846. Cartório do 1º Ofício, caixa 49, n. 892.
150. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Benedito Ribeiro Mendes. Cruzeiro: MMN, 24 fev. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 49, n. 901.
151. INVENTÁRIO de José Félix de Macedo. Cruzeiro: MMN, 31 mai. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 49, n. 912.
152. INVENTÁRIO de Ana Pereira da Silva. Cruzeiro: MMN, 2 jun. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 49, n. 913.
153. INVENTÁRIO de Joaquina Maria de Santiago. Cruzeiro: MMN, 2 jun. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 49, n. 914.
154. ARRECADAÇÃO, INVENTÁRIO dos bens da finada Antônia Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 5 jun. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 49, n. 915.
155. INVENTÁRIO de Martinho Gonçalves Teixeira. Cruzeiro: MMN, 19 jun. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 50, n. 918.
156. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Rosa Maria do Espírito Santo. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 50, n. 923.
157. INVENTÁRIO de Ana Maria de Souza. Cruzeiro: MMN, 5 jul. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 50, n. 924.
158. INVENTÁRIO de Antônio Ferreira Tinoco. Cruzeiro: MMN, 20 ago. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 50, n. 930.
159. INVENTÁRIO de José Antônio Martins. Cruzeiro: MMN, 6 set. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 50, n. 933.

160. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Lina Cândida de São José. Cruzeiro: MMN, 24 set. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 50, n. 935.
161. INVENTÁRIO de Lourenço Marcondes do Amaral. Cruzeiro: MMN, 8 out. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 51, n. 936.
162. INVENTÁRIO de João Gonçalves Leite. Cruzeiro: MMN, 29 out. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 51, n. 943.
163. ARRECADAÇÃO dos bens do finado Carlos Dias dos Santos. Cruzeiro: MMN, 22 nov. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 52, n. 961.
164. INVENTÁRIO de Antônio Gonçalves Leite Filho. Cruzeiro: MMN, 30 nov. 1847. Cartório do 1º Ofício, caixa 52, n. 964.
165. INVENTÁRIO do capitão José Joaquim da Silva Reis. Cruzeiro: MMN, 28 jan. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 52, n. 973.
166. INVENTÁRIO de Francisco Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 10 fev. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 52, n. 976.
167. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de José Antônio Martins. Cruzeiro: MMN, 14 mar. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 53, n. 986.
168. INVENTÁRIO do guarda-mor Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 53, n. 987.
169. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de José Pereira Goulart. Cruzeiro: MMN, 26 mai. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 54, n. 996.
170. INVENTÁRIO de Maria Francisca dos Reis Grellet. Cruzeiro: MMN, 27 jun. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 54, n. 1003.
171. INVENTÁRIO de Mônica Maria de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 9 ago. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 55, n. 1010.
172. INVENTÁRIO de Teodoro Rodrigues dos Ouros. Cruzeiro: MMN, 23 ago. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 55, n. 1017.
173. INVENTÁRIO de Bento Fernandes de Faria. Cruzeiro: MMN, 21 set. 1848. Cartório do 1º Ofício, caixa 55, n. 1034.
174. INVENTÁRIO de Maria do Carmo Silva. Cruzeiro: MMN, 12 jan. 1849. Cartório do 1º Ofício, s/caixa, s/n.
175. INVENTÁRIO de Januário Martiniano Lopes. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 56, n. 1077.

176. INVENTÁRIO de Leopoldina Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 24 mar. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 57, n. 1080.
177. INVENTÁRIO de João Ferreira de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 23 abr. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 57, n. 1088.
178. INVENTÁRIO de João Martins de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 22 mai. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 58, n. 1113.
179. INVENTÁRIO de Antônio Gonçalves Leite Pai. Cruzeiro: MMN, 4 jun. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 58, n. 1117.
180. INVENTÁRIO de Ana Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 4 jul. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 58, n. 1125.
181. INVENTÁRIO de Joaquina Maria do Espírito Santo. Cruzeiro: MMN, 12 jul. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 58, n. 1129.
182. INVENTÁRIO de Joaquim Antônio de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 31 ago. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 59, n. 1134.
183. INVENTÁRIO de José da Cunha Mesquita. Cruzeiro: MMN, 16 out. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 59, n. 1142.
184. INVENTÁRIO de Mariana Delfina do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 24 out. 1849. Cartório do 1º Ofício, caixa 59, n. 1143.
185. INVENTÁRIO de Miguel Cardoso dos Santos. Cruzeiro: MMN, 18 jan. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 60, n. 1160.
186. INVENTÁRIO de Manoel Leite da Silva. Cruzeiro: MMN, 9 fev. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 60, n. 1166.
187. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Antônio Gonçalves Ribeiro. Cruzeiro: MMN, 9 fev. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 60, n. 1168.
188. INVENTÁRIO de José Pereira do Lago. Cruzeiro: MMN, 18 fev. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 60, n. 1170.
189. INVENTÁRIO de Luzia Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 7 mar. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 60, n. 1175.
190. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO do doutor Francisco Pereira da Cunha Guimarães. Cruzeiro: MMN, 22 mar. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 60, n. 1179.
191. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de João Félix de Araújo. Cruzeiro: MMN, 13 abr. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 61, n. 1181.

192. INVENTÁRIO de Antônia Maria Leite. Cruzeiro: MMN, 2 mai. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 61, n. 1185.
193. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de bens de ausentes de José Rodrigues Pereira. Cruzeiro: MMN, 7 jan. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 63, n. 1238.
194. INVENTÁRIO de Placidina Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1850. Cartório do 1º Ofício, caixa 63, n. 1254.
195. INVENTÁRIO de Ana Francisca Ribeiro. Cruzeiro: MMN, 8 abr. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 63, n. 1259.
196. INVENTÁRIO de Cristiano Augusto Lopes de Abreu. Cruzeiro: MMN, 29 abr. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 63, n. 1260.
197. INVENTÁRIO de Francisco Rodrigues de Siqueira Afonso. Cruzeiro: MMN, 26 mai. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 64, n. 1267.
198. INVENTÁRIO de Luiz José de Vasconcelos. Cruzeiro: MMN, 5 jun. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 64, n. 1269.
199. INVENTÁRIO de Antônia Francisca de Jesus. Cruzeiro: MMN, 7 jun. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 64, n. 1272.
200. INVENTÁRIO do alferes João de Magalhães Couto. Cruzeiro: MMN, 16 jun. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 64, n. 1273.
201. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Inácia Maria do Espírito Santo. Cruzeiro: MMN, 27 ago. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 64, n. 1285.
202. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de bens de ausentes de Domingos Bastos da Silva. Cruzeiro: MMN, 27 ago. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 64, n. 1286.
203. INVENTÁRIO de Joaquim Machado de Faria. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 65, n. 1306.
204. ARRECADAÇÃO de bens de ausentes de Manoel Lourenço de Siqueira. Cruzeiro: MMN, 14 set. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 65, n. 1293.
205. INVENTÁRIO de Joaquim Valadão de Freitas. Cruzeiro: MMN, 23 set. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 65, n. 1294.
206. INVENTÁRIO de Camilo José Maria. Cruzeiro: MMN, 22 out. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 65, n. 1298.
207. INVENTÁRIO de Salvador Rodrigues da Silva. Cruzeiro: MMN, 28 mai. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 66, n. 1327.

208. INVENTÁRIO de João José Frederico Ludovice. Cruzeiro: MMN, 26 jul. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 66, n. 1335.
209. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de bens de ausentes de Joaquim Santana. Cruzeiro: MMN, 8 set. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 67, n. 1342.
210. INVENTÁRIO de João de Moura do Amaral. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 67, n. 1344.
211. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 20 nov. 1852. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2219. Este processo estava anexado a um Libelo Civil, autuado em 27 set. 1862, movido pelo comendador Antônio Barbosa da Silva (homônimo do pai) contra a preta Alexandrina e seu curador.
212. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Manoel José Luiz Bagre. Cruzeiro: MMN, 9 abr. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 67, n. 1372.
213. INVENTÁRIO de Manoel Joaquim da Rocha. Cruzeiro: MMN, 10 mai. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 68, n. 1380.
214. INVENTÁRIO de Francisco Gonçalves Leite. Cruzeiro: MMN, 12 mai. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 68, n. 1381.
215. INVENTÁRIO de Henrique Kleinfilder. Cruzeiro: MMN, 23 jun. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 68, n. 1394.
216. INVENTÁRIO E PARTILHA AMIGÁVEL de Maria Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 25 jun. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 68, n. 1396.
217. INVENTÁRIO de José Joaquim do Espírito Santo. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 69, n. 1398.
218. ARRECADAÇÃO dos bens do finado João Marques Moreira. Cruzeiro: MMN, 29 ago. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 69, n. 1403.
219. INVENTÁRIO de Manoel Ribeiro dos Santos. Cruzeiro: MMN, 31 ago. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 74, n. 1469.
220. INVENTÁRIO do tenente José Joaquim dos Santos. Cruzeiro: MMN, 10 jul. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 73, n. 1456.
221. INVENTÁRIO de João Batista da Câmara. Cruzeiro: MMN, 4 nov. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 70, n. 1419.
222. INVENTÁRIO de Tomás da Silva Lisboa. Cruzeiro: MMN, 7 fev. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 70, n. 1426.
223. INVENTÁRIO de Felicidade Porfíria Neto. Cruzeiro: MMN, 2 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 70, n. 1432.

224. INVENTÁRIO de Antônio Ribeiro da Silva. Cruzeiro: MMN, 9 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1434.
225. INVENTÁRIO de Ana Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1435.
226. INVENTÁRIO de Francisca de Moura Guimarães. Cruzeiro: MMN, 18 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1436.
227. INVENTÁRIO de Antônio Joaquim da Costa. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1437.
228. INVENTÁRIO do major João Brás de Oliveira Arruda. Cruzeiro: MMN, 21 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1438.
229. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Maria Antônia da Costa. Cruzeiro: MMN, 31 mar. 1853. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1439.
230. INVENTÁRIO de Bárbara Maria de França. Cruzeiro: MMN, 3 abr. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 71, n. 1441.
231. PARTILHA AMIGÁVEL de Maria Ferreira da Conceição. Cruzeiro: MMN, 2 jun. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 73, n. 1455.
232. INVENTÁRIO de Izabel Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 31 jun. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 73, n. 1461.
233. INVENTÁRIO de Catarina de Sena Clara Dina. Cruzeiro: MMN, 4 jul. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 73, n. 1462.
234. INVENTÁRIO de Manoel Francisco Alves. Cruzeiro: MMN, 1 ago. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 73, n. 1464.
235. INVENTÁRIO do comendador Luciano José de Almeida. Cruzeiro: MMN, 3 ago. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 72, n. 1443 a 1446.
236. INVENTÁRIO de Ana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 3 out. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 74, n. 1473.
237. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO do padre Bento José Duarte. Cruzeiro: MMN, 1 fev. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 74, n. 1482.
238. INVENTÁRIO de Plácida Maria do Sacramento. Cruzeiro: MMN, 17 fev. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 74, n. 1486.
239. INVENTÁRIO de Joaquim Pinto do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 22 fev. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 74, n. 1487.

240. INVENTÁRIO de Tristão José de Alvarenga. Cruzeiro: MMN, 1 mar. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1492.
241. AUTOS DE ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Isidoro José da Gama. Cruzeiro: MMN, 20 jun. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1507.
242. INVENTÁRIO de Manoel Barbosa Pinto. Cruzeiro: MMN, 22 jun. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1508.
243. INVENTÁRIO de Francisco Rodrigues Vieira. Cruzeiro: MMN, 23 jun. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1509.
244. INVENTÁRIO de João Gonçalves Pereira de Souza. Cruzeiro: MMN, 2 jul. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1511.
245. INVENTÁRIO de Manoel Correia Leme. Cruzeiro: MMN, 20 jul. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 76, n. 1521.
246. INVENTÁRIO de Vicente Ferreira da Silva. Cruzeiro: MMN, 22 jun. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1508.
247. INVENTÁRIO de Mariana Dias da Silva. Cruzeiro: MMN, 21 ago. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 76, n. 1532.
248. INVENTÁRIO E PARTILHAS AMIGÁVEIS de Joaquim Antônio de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 22 set. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 76, n. 1535.
249. INVENTÁRIO de Miguel Francisco de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 27 nov. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1548.
250. AUTOS DE ARRECADAÇÃO do capitão João da Cruz da Silva Guimarães. Cruzeiro: MMN, 12 jan. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1554.
251. INVENTÁRIO de José Pinto Cabral. Cruzeiro: MMN, 21 abr. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1566.
252. INVENTÁRIO de Maria Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 22 abr. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1567.
253. INVENTÁRIO de Antônio Joaquim de Oliveira Rios. Cruzeiro: MMN, 26 abr. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1569.
254. INVENTÁRIO de Augusta Maria Nogueira. Cruzeiro: MMN, 30 abr. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 77, n. 1570.
255. INVENTÁRIO de Inácia Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 19 mai. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1578.

256. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Alexandre Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 3 jun. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1580.
257. INVENTÁRIO de João Paim da Câmara. Cruzeiro: MMN, 7 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1588.
258. INVENTÁRIO de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 18 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1593.
259. INVENTÁRIO de Inácia Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 28 jul. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 78, n. 1594.
260. INVENTÁRIO INTER-VIVOS de Inácia Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 11 set. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 79, n. 1607.
261. INVENTÁRIO de Gonçalo José de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 30 set. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 79, n. 1613.
262. INVENTÁRIO de Sebastião José Rodrigues. Cruzeiro: MMN, 20 out. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1620.
263. INVENTÁRIO do major Antônio Joaquim de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1856. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1627.
264. INVENTÁRIO do sargento-mor José Ramos Nogueira. Cruzeiro: MMN, [20 fev. 1856]. Cartório do 1º Ofício, caixa 80, n. 1639.
265. INVENTÁRIO do alferes Francisco de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 81, n. 1656.
266. INVENTÁRIO de Mariana Esméria Nogueira da Silva. Cruzeiro: MMN, 23 mai. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 82, n. 1664.
267. INVENTÁRIO de Inácio Machado Barbosa. Cruzeiro: MMN, 3 jul. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 82, n. 1670.
268. INVENTÁRIO do alferes José dos Santos Souza. Cruzeiro: MMN, 31 out. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 83, n. 1696.
269. INVENTÁRIO de Emerenciana Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 7 fev. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1713.
270. INVENTÁRIO AMIGÁVEL INTER-VIVOS de Antônio Ferreira Pena e Maria Gertrudes da Conceição. Cruzeiro: MMN, 20 fev. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1714.
271. INVENTÁRIO de José Joaquim Ferreira. Cruzeiro: MMN, 15 mar. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1723.

272. INVENTÁRIO de Francisca Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 18 mar. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1724.
273. INVENTÁRIO de Luiz Fernandes Moreira. Cruzeiro: MMN, 10 mai. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1734.
274. INVENTÁRIO de João Ribeiro Guimarães. Cruzeiro: MMN, 15 mai. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 84, n. 1736.
275. INVENTÁRIO de Joaquim Soares da Silva. Cruzeiro: MMN, 27 jun. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 85, n. 1750.
276. INVENTÁRIO de Manoel Antônio de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 9 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 85, n. 1762.
277. INVENTÁRIO do tenente José Ferreira Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 16 set. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1764.
278. INVENTÁRIO de Jerônimo Alves da Silva. Cruzeiro: MMN, 4 out. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1769.
279. INVENTÁRIO de Maria Francisca de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 13 out. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 86, n. 1771.
280. ARRECADANÇA dos bens de Joaquim Francisco da Cruz. Cruzeiro: MMN, 18 dez. 1858. Cartório do 1º Ofício, caixa 87, n. 1792.
281. INVENTÁRIO de Luciano Ribeiro da Silva. Cruzeiro: MMN, 18 fev. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 87, n. 1798.
282. INVENTÁRIO de Luiz Gomes Nogueira Franco. Cruzeiro: MMN, 19 fev. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 87, n. 1799.
283. INVENTÁRIO de Joana Mari Leal. Cruzeiro: MMN, 11 mai. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 89, n. 1843.
284. INVENTÁRIO de Diniz Ferreira de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 3 jun. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 90, n. 1853.
285. AUTOS DE DESISTÊNCIA DE HERANÇA A BENEFÍCIO DE INVENTÁRIO (bens de Francisco de Oliveira César). Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 90, n. 1856.
286. INVENTÁRIO de Joaquim José Pereira da Gama. Cruzeiro: MMN, 18 jul. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 90, n. 1871.
287. INVENTÁRIO de Bernardina Maria de Alcântara Peixoto. Cruzeiro: MMN, 21 jul. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 90, n. 1872.

288. INVENTÁRIO de Claudina Maria do Nascimento Silveira. Cruzeiro: MMN, 25 jul. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 90, n. 1875.
289. INVENTÁRIO de Napoleão Francisco Mercier. Cruzeiro: MMN, 11 ago. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 91, n. 1882.
290. INVENTÁRIO E PARTILHA AMIGÁVEL de João Dias de Freitas. Cruzeiro: MMN, 5 nov. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 91, n. 1897.
291. INVENTÁRIO de Rosa Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 7 nov. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 91, n. 1898.
292. INVENTÁRIO de João Leite da Costa e Tereza Maria do Espírito Santo. Cruzeiro: MMN, 15 nov. 1859. Cartório do 1º Ofício, caixa 92, n. 1903.
293. INVENTÁRIO do tenente Manoel Dias de Freitas. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1854. Cartório do 1º Ofício, caixa 112, n. 2419.
294. INVENTÁRIO de Custódio Gonçalves da Rocha. Cruzeiro: MMN, 12 mar. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 92, n. 1922.
295. INVENTÁRIO de Francisco Silvestre dos Santos. Cruzeiro: MMN, 27 mar. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 93, n. 1934.
296. INVENTÁRIO de Ana Maria Rosa. Cruzeiro: MMN, 11 abr. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 93, n. 1937.
297. INVENTÁRIO de João José Marques. Cruzeiro: MMN, 4 set. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 95, n. 1987.
298. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Adriana Florinda Nogueira. Cruzeiro: MMN, 11 set. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 95, n. 1988.
299. INVENTÁRIO de Nicolau Antônio de Lima. Cruzeiro: MMN, 12 out. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 95, n. 1997.
300. INVENTÁRIO do capitão Manoel Valadão de Freitas. Cruzeiro: MMN, 23 out. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 95, n. 2000.
301. INVENTÁRIO de Damaso Pereira de Melo. Cruzeiro: MMN, 15 fev. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 96, n. 2023.
302. AUTOS DE ARRECAÇÃO E LEILÃO dos bens de Joaquim Francisco dos Santos. Cruzeiro: MMN, 19 fev. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 96, n. 2024.
303. INVENTÁRIO de Ana Maria de Magalhães Machado e Bernardina de Magalhães Machado. Cruzeiro: MMN, 28 fev. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 96, n. 2027.

304. INVENTÁRIO de Liberata Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 2 mar. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 100, n. 2121.
305. INVENTÁRIO de Maria Antônia de Jesus. Cruzeiro: MMN, 4 mar. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 97, n. 2029.
306. INVENTÁRIO de Francisco Antônio da Rocha. Cruzeiro: MMN, 31 mai. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 97, n. 2047.
307. INVENTÁRIO de Joaquim Brás da Silva. Cruzeiro: MMN, 27 jun. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 97, n. 2049.
308. INVENTÁRIO de Cecília Maria Rosa Dutra. Cruzeiro: MMN, 31 ago. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 98, n. 2062.
309. INVENTÁRIO de Joaquim Ferreira de Castilho. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 98, n. 2067.
310. INVENTÁRIO de Francisco Calixto da Costa. Cruzeiro: MMN, 5 out. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 99, n. 2083.
311. INVENTÁRIO do capitão Antônio Mariano da Ressurreição. Cruzeiro: MMN, 28 nov. 1861. Cartório do 1º Ofício, caixa 99, n. 2094.
312. INVENTÁRIO de Teófilo Martins de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 2 abr. 1862. Cartório do 1º Ofício, caixa 101, n. 2132.
313. INVENTÁRIO de Manoel Joaquim Pinto Peixoto. Cruzeiro: MMN, 13 mai. 1862. Cartório do 1º Ofício, caixa 101, n. 2153.
314. INVENTÁRIO de Prudente Moreira Pena. Cruzeiro: MMN, 18 jul. 1862. Cartório do 1º Ofício, caixa 102, n. 2186.
315. INVENTÁRIO de Antônio Luiz de Aguiar Neto. Cruzeiro: MMN, 11 set. 1862. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2216.
316. INVENTÁRIO de José Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 8 out. 1862. Cartório do 1º Ofício, caixa 103, n. 2213.
317. INVENTÁRIO de Antônio José Teodoro. Cruzeiro: MMN, 6 fev. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 105, n. 2254.
318. INVENTÁRIO de Maria Antônia da Conceição. Cruzeiro: MMN, 9 fev. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 105, n. 2258.
319. INVENTÁRIO de Generosa Jesuína dos Santos. Cruzeiro: MMN, 2 mar. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 105, n. 2265.

320. INVENTÁRIO de José Gonçalves Leite. Cruzeiro: MMN, 4 mar. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 106, n. 2270.
321. INVENTÁRIO de Benedita Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 18 mar. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 106, n. 2279.
322. INVENTÁRIO de Maria Francisca da Conceição. Cruzeiro: MMN, 16 abr. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 106, n. 2286.
323. INVENTÁRIO de Maria Ribeiro de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 20 abr. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 107, n. 2291.
324. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Francisco Luiz da Costa. Cruzeiro: MMN, 29 abr. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 107, n. 2299.
325. INVENTÁRIO de José Pereira de Moares. Cruzeiro: MMN, 6 mai. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 108, n. 2306.
326. INVENTÁRIO do capitão Francisco de Paula Pereira Leite. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 108, n. 2319.
327. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Agostinho José Duarte. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 109, n. 2329.
328. INVENTÁRIO de Catarina Maria Ferreira Brito. Cruzeiro: MMN, 2 jul. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 109, n. 2370.
329. INVENTÁRIO INTER-VIVOS de Angélica Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 15 jul. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 124, n. 2693.
330. ARRECADAÇÃO de Félix Translau. Cruzeiro: MMN, 13 ago. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 110, n. 2350.
331. INVENTÁRIO de Manoel Leite da Costa. Cruzeiro: MMN, 11 set. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 110, n. 2365.
332. ARRECADAÇÃO de Ana Rodrigues da Silva. Cruzeiro: MMN, 23 out. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 111, n. 2385.
333. INVENTÁRIO de Carolina de Paula Gavião. Cruzeiro: MMN, 4 nov. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 111, n. 2388.
334. INVENTÁRIO de Mariano Inácio de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 13 nov. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 111, n. 2392.
335. INVENTÁRIO de José Caetano da Silva (Chim). Cruzeiro: MMN, 16 dez. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 111, n. 2398.

336. INVENTÁRIO de Josefa Maria de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 19 fev. 1864. Cartório do 1º Ofício, caixa 112, n. 2409.
337. INVENTÁRIO do comendador Antônio José Nogueira. Cruzeiro: MMN, 15 abr. 1864. Cartório do 1º Ofício, caixa 112, n. 2422.
338. INVENTÁRIO de Manoel Rodrigues Pinto. Cruzeiro: MMN, 14 jul. 1864. Cartório do 1º Ofício, caixa 114, n. 2441.
339. INVENTÁRIO do padre Antônio Machado Lourenço. Cruzeiro: MMN, 3 abr. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 116, n. 2523.
340. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do doutor João de Godoi Bueno. Cruzeiro: MMN, 4 mai. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 116, n. 2531.
341. INVENTÁRIO de Maria Francisca da Conceição. Cruzeiro: MMN, 8 mai. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 116, n. 2533.
342. INVENTÁRIO de Raimundo Pereira de Souza. Cruzeiro: MMN, 26 mai. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 116, n. 2540.
343. INVENTÁRIO de Ana Esméria do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 12 jun. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 117, n. 2517.
344. INVENTÁRIO de Inácia Loiola da Trindade. Cruzeiro: MMN, 13 jun. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 117, n. 2545.
345. INVENTÁRIO do capitão Manoel José Nogueira. Cruzeiro: MMN, 14 jun. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 117, n. 2543.
346. INVENTÁRIO de Inácio Alves da Silva. Cruzeiro: MMN, 19 jun. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 117, n. 2546.
347. INVENTÁRIO de Emerenciana Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 21 jun. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 117, n. 2548.
348. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do doutor João Bernardo de Vasconcelos Coimbra. Cruzeiro: MMN, 1 jul. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 118, n. 2557.
349. INVENTÁRIO de Ana Tereza Nogueira de Sá. Cruzeiro: MMN, 5 ago. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 119, n. 2600.
350. INVENTÁRIO de Vicência Zeferina da Conceição. Cruzeiro: MMN, 15 ago. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 120, n. 2610.
351. INVENTÁRIO de Carlos Kleinfelder. Cruzeiro: MMN, 19 out. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 122, n. 2623.

352. INVENTÁRIO de Generoso Rodrigues Leite. Cruzeiro: MMN, 9 nov. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 121, n. 2634.
353. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Antônio Luiz de Aguiar (“Antônio Luiz mulatinho”). Cruzeiro: MMN, 24 jul. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 118, n. 2580.
354. INVENTÁRIO de João Francisco Dutra. Cruzeiro: MMN, 17 jul. 1865. Cartório do 1º Ofício, caixa 118, n. 2571.
355. INVENTÁRIO de Mariana Francisca Ferreira. Cruzeiro: MMN, 24 fev. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 123, n. 2669.
356. INVENTÁRIO de Ana Maria Rebelo. Cruzeiro: MMN, 7 mar. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 123, n. 2674.
357. INVENTÁRIO de José Lourenço da Silva (Chim). Cruzeiro: MMN, 29 mai. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 124, n. 2687.
358. INVENTÁRIO de Luiza Maria de Freitas. Cruzeiro: MMN, 21 jun. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 124, n. 2697.
359. INVENTÁRIO INTER-VIVOS de Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 12 jul. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 124, n. 2700.
360. INVENTÁRIO de João Miguel Pereira (Chim). Cruzeiro: MMN, 21 jul. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 125, n. 2703.
361. INVENTÁRIO de Eufrásia Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 30 ago. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 125, n. 2721.
362. INVENTÁRIO de Joaquina Maria de Freitas. Cruzeiro: MMN, 29 set. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 126, n. 2733.
363. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Ana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 9 out. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 126, n. 2741.
364. INVENTÁRIO de Senhorinha Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 30 out. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 127, n. 2753.
365. INVENTÁRIO de Adriana Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 3 nov. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 127, n. 2755.
366. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO do doutor Eliziário Joaquim Gomes. Cruzeiro: MMN, 8 nov. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 128, n. 2758.
367. INVENTÁRIO de Maria Francisca do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1866. Cartório do 1º Ofício, caixa 128, n. 2764.

368. INVENTÁRIO de Isabel Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 18 fev. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 129, n. 2771.
369. INVENTÁRIO de Antônio Ferreira da Silva. Cruzeiro: MMN, 7 mar. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 129, n. 2776.
370. INVENTÁRIO de Jesuína Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 22 mar. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 129, n. 2783.
371. INVENTÁRIO de Maria Cabinda Alves de Siqueira. Cruzeiro: MMN, 4 abr. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 130, n. 2791.
372. INVENTÁRIO de Balbina do Bom Sucesso. Cruzeiro: MMN, 7 abr. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 130, n. 2795.
373. INVENTÁRIO de Felismina Ferreira da Silva. Cruzeiro: MMN, 12 abr. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 130, n. 2798.
374. INVENTÁRIO de Adriana Maria de Freitas. Cruzeiro: MMN, 13 mai. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 130, n. 2804.
375. INVENTÁRIO de Rita Maria das Candeias. Cruzeiro: MMN, 25 mai. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 130, n. 2810.
376. INVENTÁRIO de José Antônio de Oliveira Guimarães. Cruzeiro: MMN, 22 nov. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 131, n. 2815.
377. INVENTÁRIO do capitão Antônio Domingues Guedes. Cruzeiro: MMN, 10 ago. 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 132, n. 2821.
378. INVENTÁRIO do tenente Francisco Guedes de Aguiar Toledo. Cruzeiro: MMN, [06 nov. 1867]. Cartório do 1º Ofício, caixa 133, n. 2839.
379. INVENTÁRIO do alferes José Rodrigues da Rosa. Cruzeiro: MMN, [16 nov.] 1867. Cartório do 1º Ofício, caixa 124, n. 2701.
380. INVENTÁRIO do tenente Francisco Gabriel Guimarães. Cruzeiro: MMN, 8 fev. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 133, n. 2855.
381. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Felícia Maria do Rosário. Cruzeiro: MMN, 21 mar. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 134, n. 2865.
382. INVENTÁRIO de Antônio Leite de Brito. Cruzeiro: MMN, 6 abr. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 134, n. 2870.
383. INVENTÁRIO de Maria Tereza da Conceição. Cruzeiro: MMN, 13 mai. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 135, n. 2874.

384. INVENTÁRIO de Maria Cordeira do Bom Sucesso. Cruzeiro: MMN, 16 jul. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 135, n. 2888.
385. INVENTÁRIO do tenente-coronel José Ramos da Silva. Cruzeiro: MMN, 25 jul. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 135, n. 2891.
386. INVENTÁRIO de Mariano Inácio de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 14 ago. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 136, n. 2898.
387. INVENTÁRIO de Francisco José dos Santos e Ana Rosa dos Santos Carvalho. Cruzeiro: MMN, 2 out. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 136, n. 2908.
388. INVENTÁRIO de Luciano Valério. Cruzeiro: MMN, 30 nov. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 137, n. 2921.
389. PRECATÓRIA DE AVALIAÇÃO dos bens do capitão Antônio Ourique de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 13 jul. 1868. Cartório do 1º Ofício, caixa 136, n. 2895.
390. INVENTÁRIO de Geralda Constança Perpétua. Cruzeiro: MMN, 17 fev. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 138, n. 2934.
391. INVENTÁRIO de Maria de Jesus Freitas. Cruzeiro: MMN, 1 mar. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 138, n. 2940.
392. ARRECADANÇA de José Antônio Caraça. Cruzeiro: MMN, 10 mar. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 139, n. 2948.
393. INVENTÁRIO de Guilhermina Tude Nogueira. Cruzeiro: MMN, 11 mar. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 139, n. 2949.
394. INVENTÁRIO de Maria Francisca Nogueira. Cruzeiro: MMN, 4 mar. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 138, n. 2938.
395. INVENTÁRIO de Francisco Ramos da Silva. Cruzeiro: MMN, 13 mar. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 139, n. 2952.
396. INVENTÁRIO de Januário Antônio dos Santos. Cruzeiro: MMN, 18 mar. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 139, n. 2954.
397. INVENTÁRIO de José Domingues Guedes. Cruzeiro: MMN, 29 abr. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 140, n. 2959.
398. INVENTÁRIO de Marcelina Maria Lobato. Cruzeiro: MMN, 1 mai. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 140, n. 2962.
399. INVENTÁRIO E PARTILHA AMIGÁVEL de Maria Gertrudes da Conceição. Cruzeiro: MMN, 13 mai. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 140, n. 2964.

400. ARRECADAÇÃO do espólio da finada Ana Rosa de Jesus. Cruzeiro: MMN, 14 jun. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 140, n. 2971.
401. INVENTÁRIO de José Antônio de Sá. Cruzeiro: MMN, 26 jun. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 140, n. 2973.
402. INVENTÁRIO de Francisco de Paula Reis. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 2989.
403. INVENTÁRIO de Emília Ludovice Grellet. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 2991.
404. INVENTÁRIO de Francisca Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 27 set. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 2993.
405. INVENTÁRIO de Manoel Brás de Souza Arruda. Cruzeiro: MMN, 19 nov. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 3006.
406. INVENTÁRIO de José Pinto Peixoto Sobrinho. Cruzeiro: MMN, 4 dez. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 3008.
407. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Antônia Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 14 dez. 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 3012.
408. ARRECADAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE BENS de Damião Antônio Rebelo de Araújo. Cruzeiro: MMN, [15 jul. 1869]. Cartório do 1º Ofício, caixa 140, n. 2981.
409. INVENTÁRIO de Flora Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 13 set. 1860. Cartório do 1º Ofício, caixa 94, n. 1957.
410. INVENTÁRIO de Generosa Jesuína dos Santos Macedo. Cruzeiro: MMN, [5 nov.] 1869. Cartório do 1º Ofício, caixa 141, n. 3004.
411. INVENTÁRIO do alferes Luciano Ramos da Silva. Cruzeiro: MMN, 14 jan. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 142, n. 3015.
412. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de Vicente Ferreira da Silva (Chim). Cruzeiro: MMN, 20 fev. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 142, n. 3019.
413. INVENTÁRIO de Cândida Souto de Souza Leite. Cruzeiro: MMN, 6 mar. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3025.
414. INVENTÁRIO de Manoel Ribeiro da Silva. Cruzeiro: MMN, 8 mar. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3024.
415. INVENTÁRIO de Joaquim Caia (Chim). Cruzeiro: MMN, 9 abr. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3037.

416. INVENTÁRIO do padre Joaquim Belizário de Mendonça Siqueira. Cruzeiro: MMN, 9 abr. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 145, n. 3084.
417. INVENTÁRIO de Maria Arruda Barbosa. Cruzeiro: MMN, 30 jun. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 143, n. 3048.
418. INVENTÁRIO de Maria da Glória Gomes dos Reis Leite. Cruzeiro: MMN, 13 jul. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 144, n. 3054.
419. ARRECADAÇÃO E INVENTÁRIO de José Rodrigues. Cruzeiro: MMN, 2 ago. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 144, n. 3060.
420. INVENTÁRIO de Josefa Leite da Silva. Cruzeiro: MMN, 8 ago. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 144, n. 3061.
421. INVENTÁRIO de José Leite da Silva e Rita Leite da Silva. Cruzeiro: MMN, 8 ago. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 144, n. 3063.
422. INVENTÁRIO de Jerônimo Alves de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 16 ago. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 144, n. 3064.
423. INVENTÁRIO de Carolina Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 24 ago. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 144, n. 3067.
424. INVENTÁRIO de Cândida Júlia Emília. Cruzeiro: MMN, 4 set. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 145, n. 3070.
425. INVENTÁRIO de Francisco Gonçalves Vilarinho. Cruzeiro: MMN, 17 nov. 1870. Cartório do 1º Ofício, caixa 145, n. 3074.
426. ARRECADAÇÃO de Francisca Maria de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 4 mar. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 146, n. 3107.
427. INVENTÁRIO de Ernesto Frederico da Costa Gavião. Cruzeiro: MMN, 21 abr. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 147, n. 3122.
428. INVENTÁRIO de Mariana da Silva Corrêa. Cruzeiro: MMN, 26 abr. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 147, n. 3117.
429. INVENTÁRIO de Felisbina Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 2 mai. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 148, n. 3126.
430. INVENTÁRIO de Porcina Maria do Carmo. Cruzeiro: MMN, 2 mai. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 148, n. 3130.
431. INVENTÁRIO de Antônio Gonçalves Pereira. Cruzeiro: MMN, 15 mai. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 148, n. 3127.

432. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Olinta Tereza de Godoi. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3141.
433. INVENTÁRIO de Maria Joaquina de Gouveia. Cruzeiro: MMN, 8 jul. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 149, n. 3154.
434. INVENTÁRIO de Eliziário Martins Pereira. Cruzeiro: MMN, 26 ago. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 150, n. 3172.
435. INVENTÁRIO de Ubaldina Clemência de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 25 set. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 150, n. 3184.
436. INVENTÁRIO de Antônio da Silva Pereira. Cruzeiro: MMN, 21 out. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 151, n. 3198.
437. AUTOS DE ARRECADAÇÃO dos bens do finado conde Carlos da Vila de Quency. Cruzeiro: MMN, 31 out. 1871. Cartório do 2º Ofício, caixa 1, n. 1.
438. INVENTÁRIO de Teodora Leite da Silva. Cruzeiro: MMN, 9 nov. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 151, n. 3210.
439. INVENTÁRIO de Ana Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 10 nov. 1871. Cartório do 2º Ofício, caixa 1, n. 2.
440. INVENTÁRIO de Maria Senhorinha de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 11 nov. 1871. Cartório do 2º Ofício, caixa 1, n. 3.
441. INVENTÁRIO de Antônio Zeferino Lobato. Cruzeiro: MMN, 14 nov. 1871. Cartório do 1º Ofício, caixa 151, n. 3215.
442. INVENTÁRIO de Manoel Quintino da Rocha. Cruzeiro: MMN, 8 fev. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 152, n. 3229.
443. INVENTÁRIO de Josefa Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 27 fev. 1872. Cartório do 2º Ofício, caixa 1, n. 5.
444. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Januária Jesuína de Jesus. Cruzeiro: MMN, 22 mar. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 152, n. 3233.
445. INVENTÁRIO de Emília Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 7 mai. 1872. Cartório do 2º Ofício, caixa 1, n. 7.
446. TUTELA de Rosália Maria de Jesus Ancede. Cruzeiro: MMN, 25 jun. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 153, n. 3241.
447. AUTOS DE REQUISIÇÃO para nomeação de um curador aos herdeiros ausentes do súdito português José Antônio da Silva. Cruzeiro: MMN, 1 jul. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 153, n. 3240.

448. ARRECADAÇÃO DOS BENS do finado José Antônio Pires (Chim). Cruzeiro: MMN, 27 jul. 1872. Cartório do 2º Ofício, caixa 1, n. 14.
449. INVENTÁRIO de Águeda Maria de São José Moura. Cruzeiro: MMN, 15 out. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 153, n. 3257.
450. INVENTÁRIO de João Raimundo Dutra. Cruzeiro: MMN, 25 out. 1872. Cartório do 2º Ofício, caixa 2, n. 23.
451. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de João Cândido Dutra. Cruzeiro: MMN, 6 dez. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 153, n. 3261.
452. INVENTÁRIO de Amélia Maria das Dores. Cruzeiro: MMN, 13 dez. 1872. Cartório do 1º Ofício, caixa 153, n. 3262.
453. INVENTÁRIO de Luiz da Cunha Pinto. Cruzeiro: MMN, 8 fev. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 154, n. 3268.
454. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Cândida Jesuína dos Santos. Cruzeiro: MMN, 27 mai. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 154, n. 3286.
455. AUTOS DE ARROLAMENTO DE BENS de José Pereira Roças. Cruzeiro: MMN, 14 jun. 1873. Cartório do 2º Ofício, caixa 3, n. 44.
456. INVENTÁRIO de Carlota Carolina Fernandes Freitas. Cruzeiro: MMN, 5 ago. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3293.
457. INVENTÁRIO de José Dias de Freitas. Cruzeiro: MMN, 11 nov. 1873. Cartório do 2º Ofício, caixa 3, n. 53.
458. INVENTÁRIO de Maria Guilhermina Pacheco (Baronesa da Bela Vista). Cruzeiro: MMN, 24 nov. 1873. Cartório do 1º Ofício, caixa 155, n. 3307.
459. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Luiza Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 3 fev. 1874. Cartório do 2º Ofício, caixa 3, n. 57.
460. INVENTÁRIO de Clemência Maria de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 4 fev. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 156, n. 3313.
461. NOMEAÇÃO DE CURADOR dos ausentes no inventário do súdito português Manoel Caetano da Costa. Cruzeiro: MMN, 11 fev. 1874. Cartório do 2º Ofício, caixa 3, n. 60.
462. AUTOS DE ARRECADAÇÃO dos bens do falecido súdito espanhol Manoel José de Puga. Cruzeiro: MMN, 27 mar. 1874. Cartório do 2º Ofício, caixa 3, n. 63.
463. INVENTÁRIO de Pedro Gonçalves Leite. Cruzeiro: MMN, 25 abr. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 156, n. 3319.

464. INVENTÁRIO de Joaquim Gonçalves Pereira. Cruzeiro: MMN, 27 abr. 1874. Cartório do 2º Ofício, caixa 3, n. 65.
465. INVENTÁRIO de Manoel Pereira da Cunha. Cruzeiro: MMN, 5 mai. 1874. Cartório do 2º Ofício, caixa 4, n. 67.
466. INVENTÁRIO de Adriana da Glória Nogueira Ramos. Cruzeiro: MMN, 7 mai. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 156, n. 3321.
467. INVENTÁRIO de José Coelho Júnior. Cruzeiro: MMN, 7 jul. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 156, n. 3323.
468. INVENTÁRIO de Luiz Antônio de Souza Galvão. Cruzeiro: MMN, 14 jul. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 157, n. 3330.
469. INVENTÁRIO de Claro Manoel do Nascimento. Cruzeiro: MMN, 14 jul. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 157, n. 3333.
470. INVENTÁRIO de Maria Amália da Costa Almeida. Cruzeiro: MMN, 17 ago. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 157, n. 3336.
471. AUTOS DE ARRECADAÇÃO de uma casa e terreno pertencente ao ausente Diógenes José da Rocha. Cruzeiro: MMN, 2 set. 1874. Cartório do 2º Ofício, caixa 4, n. 83.
472. INVENTÁRIO de Tibúrcio Ribeiro de Mattos. Cruzeiro: MMN, 15 set. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 157, n. 3344.
473. INVENTÁRIO do tenente Manoel Ferreira de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 10 out. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 158, n. 3348.
474. INVENTÁRIO de Antônio José da Silva. Cruzeiro: MMN, 14 out. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 158, n. 3350.
475. AUTOS DE ARRECADAÇÃO dos bens do falecido João Anastácio Rosa. Cruzeiro: MMN, 16 out. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 158, n. 3351.
476. INVENTÁRIO de Inácia Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 20 out. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 158, n. 3353.
477. INVENTÁRIO de Antônio Lopes de Medeiros. Cruzeiro: MMN, 27 out. 1874. Cartório do 2º Ofício, caixa 4, n. 85.
478. INVENTÁRIO de Rita Moreira da Silva. Cruzeiro: MMN, 17 nov. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 158, n. 3355.
479. INVENTÁRIO de Antônio Pereira da Mó. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 158, n. 3356.

480. INVENTÁRIO de João José da Costa e Eleutéria Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 9 dez. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 158, n. 3358.
481. INVENTÁRIO de Manoel José de Puga. Cruzeiro: MMN, 17 nov. 1874. Cartório do 1º Ofício, caixa 157, n. 3339.
482. INVENTÁRIO de Luiza Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 11 fev. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 159, n. 3364.
483. INVENTÁRIO do tenente Justiniano de Paula Ramos. Cruzeiro: MMN, 23 fev. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 159, n. 3365.
484. INVENTÁRIO de Carolina Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 6 mar. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 159, n. 3368.
485. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Manoel João da Rosa. Cruzeiro: MMN, 25 mai. 1875. Cartório do 2º Ofício, caixa 4, n. 97.
486. INVENTÁRIO de Carlota Pereira Barbosa. Cruzeiro: MMN, 7 jun. 1875. Cartório do 2º Ofício, caixa 5, n. 98.
487. AUTOS DE ARRECADAÇÃO dos bens deixados pelo finado Luiz Viana de Hermógenes – súdito espanhol. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 160, n. 3381.
488. INVENTÁRIO do comendador Antônio Barbosa da Silva. Cruzeiro: MMN, 11 jun. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3383.
489. INVENTÁRIO AMIGÁVEL do major Cândido Ribeiro Barbosa. Cruzeiro: MMN, 23 set. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3396.
490. INVENTÁRIO de Luiza Jesuína dos Santos. Cruzeiro: MMN, 1 out. 1875. Cartório do 2º Ofício, caixa 5, n. 103.
491. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Joaquim Manoel da Luz. Cruzeiro: MMN, 2 out. 1875. Cartório do 2º Ofício, caixa 5, n. 104.
492. INVENTÁRIO de José Lourenço da Rosa. Cruzeiro: MMN, 28 out. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 161, n. 3399.
493. ARRECADAÇÃO DOS BENS da finada Luiza Maria da Conceição, conhecida por Luiza Grande. Cruzeiro: MMN, 26 nov. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 162, n. 3406.
494. INVENTÁRIO de João Gonçalves Pereira. Cruzeiro: MMN, 6 dez. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 162, n. 3407.
495. ARRECADAÇÃO DOS BENS do finado súdito português Antônio da Costa Azevedo. Cruzeiro: MMN, 16 dez. 1875. Cartório do 1º Ofício, caixa 162, n. 3408.

496. ARRECADAÇÃO DOS BENS do finado Salvador Rodrigues de Lima. Cruzeiro: MMN, 7 fev. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 162, n. 3409.
497. INVENTÁRIO de Carolina Leopoldina Pereira. Cruzeiro: MMN, 15 mar. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 162, n. 3413.
498. AUTOS DE ARRECADAÇÃO dos bens do finado súdito português Miguel Soares da Rocha. Cruzeiro: MMN, 17 abr. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 162, n. 3416.
499. INVENTÁRIO de José Afonso de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 29 abr. 1876. Cartório do 2º Ofício, caixa 5, n. 117.
500. ARRECADAÇÃO DOS BENS pertencentes aos joalheiros Maurício & Adolfo, súditos franceses, falecidos. Cruzeiro: MMN, 24 mai. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3420.
501. INVENTÁRIO de Angélica Gonçalves Pena. Cruzeiro: MMN, 12 jun. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3421.
502. INVENTÁRIO de Dionísia Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 5 jul. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3422.
503. INVENTÁRIO de Felipe Gonçalves Leite. Cruzeiro: MMN, 15 jul. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3425.
504. INVENTÁRIO de João Belizário de Siqueira. Cruzeiro: MMN, 7 ago. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3428.
505. INVENTÁRIO de Luiz Ferreira de Paula. Cruzeiro: MMN, [22] ago. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3430.
506. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Josefa da Costa Miranda Almeida. Cruzeiro: MMN, 21 ago. 1876. Cartório do 2º Ofício, caixa 6, n. 124.
507. INVENTÁRIO de Balbina Pereira de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 24 ago. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 163, n. 3431.
508. INVENTÁRIO de Henrique Pereira Cardoso. Cruzeiro: MMN, 21 out. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 164, n. 3436.
509. INVENTÁRIO do doutor Antônio Barbosa da Silva e Souza. Cruzeiro: MMN, 19 out. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 164, n. 3437.
510. INVENTÁRIO de Maria Guilhermina Pereira da Gama. Cruzeiro: MMN, 6 nov. 1876. Cartório do 1º Ofício, caixa 165, n. 3441.

511. INVENTÁRIO de Inácia Ferreira de Aguiar. Cruzeiro: MMN, 16 fev. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 165, n. 3449.
512. INVENTÁRIO de Ana Maria dos Santos. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 166, n. 3456.
513. ARRECADAÇÃO DOS BENS deixados pela finada Mariana de Marins Ferreira de Araújo. Cruzeiro: MMN, 14 abr. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 166, n. 3457.
514. INVENTÁRIO de Manoel Alves Moreira. Cruzeiro: MMN, 15 mai. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 166, n. 3467.
515. INVENTÁRIO de Maria Custódia da Conceição. Cruzeiro: MMN, 28 jun. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 167, n. 3475.
516. INVENTÁRIO de Manoel Antônio da Silva. Cruzeiro: MMN, 28 jun. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 7, n. 155.
517. INVENTÁRIO de Carolino José da Silva Freitas. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 7, n. 156.
518. INVENTÁRIO de Maria Tereza de Godói e Silva. Cruzeiro: MMN, 30 jul. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 158.
519. INVENTÁRIO do alferes Lourenço Justiniano dos Santos. Cruzeiro: MMN, 30 ago. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 167, n. 3481.
520. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Lauriana Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 18 out. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 164.
521. ARRECADAÇÃO DOS BENS deixados pela finada Esméria Maria da Conceição. Cruzeiro: MMN, 24 out. 1877. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 165.
522. INVENTÁRIO de João Antônio Batista (Chim). Cruzeiro: MMN, 15 nov. 1877. Cartório do 1º Ofício, caixa 168, n. 3496.
523. INVENTÁRIO de Florindo José de Lacerda. Cruzeiro: MMN, 8 fev. 1878. Cartório do 2º Ofício, caixa 8, n. 174.
524. INVENTÁRIO de Maria Custódia Pereira de Carvalho. Cruzeiro: MMN, 14 fev. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 169, n. 3503.
525. ARRECADAÇÃO DOS BENS deixados pelo falecido doutor Francisco Xavier Vahia Durão. Cruzeiro: MMN, 16 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 169, n. 3508.
526. INVENTÁRIO de Maria Ribeiro de São José. Cruzeiro: MMN, 20 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3511.

527. INVENTÁRIO de Ana Rosa do Bom Sucesso. Cruzeiro: MMN, 21 mar. 1878. Cartório do 2º Ofício, caixa 9, n. 179.
528. INVENTÁRIO de José Felipe de Andrade. Cruzeiro: MMN, 27 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3512.
529. INVENTÁRIO de Manoel José Teixeira. Cruzeiro: MMN, 3 jun. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 171, n. 3527.
530. INVENTÁRIO de Prisciliana Faustina Batista de Araújo. Cruzeiro: MMN, 21 jun. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 172, n. 3532.
531. INVENTÁRIO de Ana Ribeiro dos Santos. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 172, n. 3536.
532. INVENTÁRIO de Emerenciana Maria de São José. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3537.
533. ARRECADAÇÃO DOS BENS pertencentes aos finados João Vieira da Costa e Silva e sua mulher d. Maria Antônia Rodrigues Vieira. Cruzeiro: MMN, 19 jul. 1878. Cartório do 2º Ofício, caixa 9, n. 190.
534. INVENTÁRIO de Rita Tereza dos Santos. Cruzeiro: MMN, 24 jul. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 172, n. 3531.
535. INVENTÁRIO do comendador Francisco Ramos de Paula. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 173, n. 3551.
536. INVENTÁRIO de Manoel Antônio da Silva (Chim). Cruzeiro: MMN, 21 dez. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3566.
537. AUTORIZAÇÃO PARA VENDA de bens de raiz, e nomeação de curador a ausentes no espólio do finado súdito português Francisco Rodrigues Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 5 abr. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 171, n. 3514.
538. ARROLAMENTO DOS BENS deixados por Anacleto José Gonçalves. Cruzeiro: MMN, 14 nov. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3562.
539. INVENTÁRIO do comendador Manoel de Aguiar Vallim. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1878. Cartório do 1º Ofício, caixa 170, n. 3510.
540. INVENTÁRIO de Antônio de Pádua Nogueira. Cruzeiro: MMN, 13 fev. 1879. Cartório do 2º Ofício, caixa 9, n. 203.
541. ARRECADAÇÃO DOS BENS deixados pelo finado Olívio Teixeira de Souza Leite. Cruzeiro: MMN, 15 mar. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3572.
542. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Joaquim José Rodrigues. Cruzeiro: MMN, 5 abr. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3575.

543. INVENTÁRIO de Brandina Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 24 abr. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3577.
544. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Ana Maria de Jesus. Cruzeiro: MMN, 15 mai. 1879. Cartório do 2º Ofício, caixa 10, n. 206.
545. INVENTÁRIO de Polucena Maria do Sacramento. Cruzeiro: MMN, 9 jun. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 175, n. 3582.
546. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Marinha Miranda Barbosa (Baronesa de Ariró). Cruzeiro: MMN, 26 jun. 1879. Cartório do 2º Ofício, caixa 10, n. 208.
547. INVENTÁRIO de Joaquim Ferreira Pena. Cruzeiro: MMN, 23 jul. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 176, n. 3592.
548. INVENTÁRIO de Teodora Alves de Siqueira. Cruzeiro: MMN, 16 ago. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 176, n. 3594.
549. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Úrsula Marina de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 1 set. 1879. Cartório do 2º Ofício, caixa 10, n. 215.
550. INVENTÁRIO de Januário Ribeiro Guimarães. Cruzeiro: MMN, 20 set. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 176, n. 3601.
551. INVENTÁRIO de Pedro Mendes Leal. Cruzeiro: MMN, 16 out. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 177, n. 3603.
552. AUTOS DE ARRECADAÇÃO DOS BENS deixados pelo falecido Domingos Ferreira Ribeiro, súdito português. Cruzeiro: MMN, 18 out. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 177, n. 3605.
553. INVENTÁRIO AMIGÁVEL de Emília Castel. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1879. Cartório do 1º Ofício, caixa 177, n. 3624.
554. INVENTÁRIO do alferes José de Araújo Ferraz Branco. Cruzeiro: MMN, 10 dez. 1879. Cartório do 2º Ofício, caixa 11, n. 225.
555. INVENTÁRIO de Maria Joaquina de Almeida. Cruzeiro: MMN, 4 fev. 1882. Cartório do 1º Ofício, caixas 183 a 185, n. 3725; 3742 a 3745.
556. INVENTÁRIO de Teodoro Pereira de Souza. Cruzeiro: MMN, 5 mai. 1885. Cartório do 2º Ofício, caixa 12, n. 257.

Processos Diversos

1. AÇÃO DE DESPEJO entre o tenente Antônio Joaquim de Oliveira e José Pereira da Costa. Cruzeiro: MMN, 27 ago. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 67.

2. AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO entre o tenente Antônio Joaquim de Oliveira e Antônio Pires de Oliveira. Cruzeiro: MMN, 30 ago. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 4, n. 68.
3. ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANANAL. Cruzeiro: MMN, 5 jul. 1854 a 5 jan. 1861; 14 dez. 1870 a 29 set. 1879; 3 out. 1879 a 10 set. 1887.
4. AUTO DE CONCILIAÇÃO ESPONTÂNEA entre José de Aguiar de Toledo e Salvador Correia de Marins. Cruzeiro: MMN, 21 jan. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 23, n. 369.
5. AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO de Francisca Tereza de Toledo. Cruzeiro: MMN, 29 jul. 1822. Cartório do 1º Ofício, caixa 3, n. 61.
6. AUTOS DE MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DA SESMARIA DO TURVO entre os herdeiros dos sesmeiros Antônio Rodrigues Silva, José de Góes de Siqueira e outros. Cruzeiro: MMN, 28 de Jul. 1835. Cartório do 1º Ofício, caixa 19, n. 304.
7. AUTOS DE MEDIÇÃO, DIVISÃO E PARTILHA DE TERRAS. Cruzeiro: MMN, 9 jul. 1857. Cartório do 1º Ofício, caixa 82, n. 1672.
8. AUTOS DE MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO. Cruzeiro: MMN, 17 jul. 1820. Cartório do 1º Ofício, caixa 2, n. 29.
9. AUTOS DE MEDIÇÃO E DIVISÃO JUDICIAL DE TERRAS entre os herdeiros da falecida d. Rita Tereza dos Santos, o Dr. Curador Geral dos Órfãos e mais herdeiros interessados. Cruzeiro: MMN, 13 dez. 1879. Cartório do 1º Ofício, Caixa 177, n. 3626.
10. CURATELA de Teodoro Pereira de Souza. Cruzeiro: MMN, 19 mar. 1855. Cartório do 1º Ofício, caixa 75, n. 1494.
11. EMBARGO. Cruzeiro: MMN, 8 set. 1837. Cartório do 1º Ofício, caixa 25, n. 405.
12. JUSTIFICAÇÃO para Casamento. Cruzeiro: MMN, 16 jun. 1863. Cartório do 1º Ofício, caixa 109, n. 2323.
13. LIBELO CIVEL DE DIVISÃO DE TERRAS. Cruzeiro: MMN, 5 de mar. 1828. Cartório do 1º Ofício, caixa 9, n. 146.
14. LIBELO de João José Frederico Ludovice contra os herdeiros do finado Luiz José de Vasconcelos e o Curador Geral. Cruzeiro: MMN, 21 nov. 1851. Cartório do 1º Ofício, caixa 65, n. 1303.
15. LIVRO dos Requerimentos de Ofícios, Leis, Portarias e Provisões da Câmara Municipal de Bananal. MMN: Cruzeiro, 1836-1838.
16. MEDIÇÃO. Cruzeiro: MMN, 10 set. 1878. Cartório do 2º Ofício, caixa 9, n. 195.

1.2 Fontes Impressas

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – Cidade Universitária (USP), São Paulo (SP)

LUNÉ, Antônio José Batista de; FONSECA, Paulo Delfino da (org.). **Almanak da Província de São Paulo para 1873**. São Paulo: Tipographia Americana, Largo do Palácio, n. 2, 1873. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4302>.

MARQUES & IRMÃO (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o Ano de 1857**. São Paulo: Tipographia Imparcial, de J. R. de Azevedo Marques, Rua do Ouvidor, n. 46, 1856. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2208>.

MARQUES & IRMÃO (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o Ano de 1858**. São Paulo: Tipographia Imparcial, de J. R. de Azevedo Marques, Rua do Ouvidor, n. 46, 1857. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2080>.

Biblioteca Digital – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São Paulo (SP)

INFORMAÇÃO do Secretário da Capitania de S. Paulo, 1812. In: ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). **Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo**. Divisas de S. Paulo e Minas Gerais (Vol. XI). São Paulo: Typ. a Vap. – Espíndola, Siqueira & Comp., 1896. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/6954>.

Center for Research Libraries – Chicago, Illinois (EUA)

Brazilian Government Documents. Almanak Laemmert, 1844-1889

LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1854**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1854. p. 194-197 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo). Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/88#?c=0&m=10&s=0&cv=0&r=0&xywh=337%2C1997%2C1600%2C1129>.

LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1855**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1855. p. 219-226 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo). Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/88#?c=0&m=11&s=0&cv=0&r=0&xywh=-194%2C-230%2C3033%2C2139>.

LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1856**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1856. p. 242-249 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo). Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=12&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1644%2C-163%2C5207%2C3673>.

LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1857**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1857. p. 253-259 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo). Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=13&s=0&cv=0&r=0&xywh=435%2C2429%2C1334%2C941>.

LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1858**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1858. p. 288-294 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo). Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=14&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1671%2C-196%2C5389%2C3802>.

LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1859**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1859. p. 303-310 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo). Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=15&s=0&cv=0&r=0&xywh=17%2C1874%2C2246%2C1585>.

LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1860**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1860. p. 324-332 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo). Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=16&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1527%2C-44%2C5037%2C3553>.

LAEMMERT, Eduardo (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o Ano de 1861**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, Rua da Quitanda, n. 77, 1861. p. 311-318 (Município da Cidade do Bananal, Província de São Paulo). Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=0&m=17&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1561%2C-242%2C5361%2C3782>.

Ministerial Report: Império, 1832-1888

Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império

Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=45&s=0&cv=1&r=0&xywh=-923%2C498%2C3685%2C2599>.

Provincial Presidential Reports: Rio de Janeiro

ALMEIDA, Francisco Antônio de. Quadro C – Demonstração do termo médio do preço do café no mercado e do preço porque se cobrou o imposto do dízimo nos diversos anos abaixo declarados com distincção das províncias que o produzirão, qual o número de arrobas despachadas, e qual o número de arrobas isempto do imposto. In: **Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, o Comendador João Pereira Darrigue Faro, na abertura da 1ª Sessão da 8ª Legislatura da Assembleia Provincial, no dia 1º de março de 1850, Acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o Ano Financeiro de 1850-1851.** Rio de Janeiro: Typographia do Diário, de N. L. Vianna, 1850. Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=19&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1365%2C0%2C4809%2C3392>.

Provincial Presidential Reports: São Paulo

OLIVEIRA, José J. Machado de (org.). Quadro estatístico da população da província de São Paulo recenseada no anno de 1854. In: **Discurso com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. Antônio Roberto d’Almeida, Vice-Presidente da Província de S. Paulo, Abrio a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1856.** São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1856. Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/titles/186#?c=0&m=24&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1192%2C83%2C3630%2C2561>.

OLIVEIRA, José J. Machado de (org.). Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da província de S. Paulo. In: **Documentos com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antônio Saraiva, Presidente da Província de S. Paulo, Instruiu o Relatório da Abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855.** São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1855. Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/titles/186#?c=0&m=23&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1392%2C-35%2C3967%2C2798>.

Documentos que Acompanham o Relatório que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Doutor Vicente Pires da Motta Apresentou à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1863. São Paulo: Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, Rua do Rosário, 49, 1863. Disponível em:
<http://ddsnext.crl.edu/services/download/pdf/5099?from=000001&to=000076>.

Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, Barão do Parnaíba, no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/186#?c=0&m=111&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1177%2C14%2C3824%2C2697>.

Fundação Seade – Cidade Universitária (USP), São Paulo (SP)

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatística Agrícola e Zootécnica de Bananal no Anno Agrícola de 1904-1905.** São Paulo: Typ. Brazil – Carlos Gerke & Rothschild, Rua 15 de novembro, 1908. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011270&parte=4>.

2 Bibliografia

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800).** Rio de Janeiro: M. Orosco & C. Impressores, 1907.
- ABREU, Martha. O caso do Bracuhy. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate.** Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 165-195.
- ABSELL, Christopher David. The rise of coffee in the Brazilian south-east: tariffs and foreign market potential, 1827-40. **The Economic History Review**, v. 73, p. 964-990, nov. 2020.
- AGOSTINI, Camilla. **Africanos no cativo e a construção de identidades no além-mar.** Vale do Paraíba, século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2002.
- AGUIAR, Padre João Joaquim Ferreira de. **Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café.** Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, 1836.
- AGUIRRA, João Batista de Camargo. Tombamento de 1817: propriedades rurais na capitania de São Paulo. **Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo**, São Paulo, v. X, p. 57-64, mar. 1935.
- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: a América Latina Colonial II.** (trad. port.). São Paulo: Edusp/Funag, 1999.
- ALEGRIO, Leila Vilela. A fazenda Bocaina e seus poderosos proprietários. **Revista do Café** (Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, p. 36-37. Disponível em: <http://www.cccrj.com.br/revista/845/36.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019a.

- ALEGRIO, Leila Vilela. A fazenda Bom Retiro na rota da riqueza do café? **Revista do Café** (Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, ano 90, n. 837, p. 48-49, mar. 2011. Disponível em: <http://www.cccrj.com.br/revista/837/48.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019b.
- ALFONSO, Felipe R. **A fronteira escravista entre o açúcar e o café**: Campinas, 1790-1850. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2018.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais**: produção e hierarquização no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- ALMEIDA, Diego Amaro de. **Maria Joaquina de Almeida – a senhora do café**. Cachoeira Paulista/SP: MBT Editora, 2016.
- ALMICO, Rita de Cássia da S. **Em nome da palavra e da lei**: relações de crédito em Minas Gerais no Oitocentos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da pobreza**: a manutenção da diferença em Taubaté, 1680-1729. Taubaté: Prefeitura de Taubaté, 1999.
- ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989.
- ANDRADE, Marcelo L. de. **Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, 2019.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e formação do estado Imperial brasileiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ANDRADE, Rômulo. Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista. **População e Família**, CEDHAL-USP, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998.
- ANDRADE, Rômulo. Formação de estruturas agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata Mineira (Juiz de Fora e Muriaé, século XIX). In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina (MG). **Anais...** Belo Horizonte (MG): UFMG/FACE/Cedeplar, 2006, v. 1. p. 4.
- ANTONIO, Rabib Floriano. **A dinâmica do capital agrário**: crédito e investimentos na realidade dos fazendeiros de Vassouras (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio (org.). **Dimensões do poder em Minas**: séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.
- ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. **Arquitetura do café**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- AZEVEDO, Juan Dyego Marcelo. **Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade**: estrutura fundiária em Bananal, 1840-1850. Relatório Final de Iniciação Científica/FAPESP. São Paulo: DH/FFLCH/USP, 2007.

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Agricultura, escravidão e economia de abastecimento em São Luiz do Paraitinga, Brasil, 1776-1828. **Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Población y Sociedad en América Latina (SEPOSAL 2010)**. Salta, Argentina, Grupo de Estudios Socio-Demograficos (GREDES).
- _____. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 14, p. 114-120, 2008.
- _____. Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855. **Estudos Cedhal**, São Paulo, n. 7, 1991.
- _____. **Os senhores da terra**. Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.
- _____. Uma rede fundiária em transição. In: _____; BRIOSCHI, Lucila R. (orgs.). **Na estrada do Ananguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p. 91-116.
- _____. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, século XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2001.
- _____; SCOTT, Ana S. Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sérgio Odilon; MARCÍLIO, Maria Luiza; BALHANA, Altiva Pillati (Org.). **História e população**. Estudos sobre a América Latina. São Paulo: ABEP/CELADE/IUSSP, 1990.
- _____; BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 339-350, dez. 2005.
- BACHA, E. “Política brasileira do café. Uma avaliação centenária”. In: BACHA, E.; GREENHILL, R. **Marcelino Martins & E. Johnston: 150 anos de café**. 2ª ed. revisada. São Paulo: Salamandra Cons. Editorial, 1992.
- BARROSO, Daniel S. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2017.
- BARTH, Frederick. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). **São Paulo do passado: dados demográficos, 1854**. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998.
- BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais “distintas em qualidade e riqueza” no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do século XIX). In: FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA, Carla M. C. de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). **Conquistadores e negociantes**. Histórias de elites no

Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 379-402.

BEIER, José R. **Artefatos de poder**: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849). Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015. p. 173-174.

_____. As Barreiras como instrumento econômico para o desenvolvimento da rede viária da província de São Paulo (1835-1850). **Confins** (*on-line*), Paris, n. 32, p. 1-22, 2017.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. 1. ed., 1999. Bauru: EDUSC, 2004.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. 1. ed., 1970. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976.

BOPP, Itamar. Primeiros casamentos na Matriz de Resende. **Edição Especial da Revista Genealógica Latina**, São Paulo: Salvador de Moya – Federação dos Institutos Genealógicos Latinos, vol. 20, 1968. p. 45-70. Disponível em: http://www.genealogiafreire.com.br/bopp/casamento_227_299.htm. Acesso em 11 jul. 2020.

BORGES, Magno Fonseca. **Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da cultura cafeeira em Vassouras, 1821-1850**. Dissertação (Mestrado em História) – DH-USS, Vassouras, Rio de Janeiro, 2005.

BOSERUP, Ester. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.

_____. **Las condiciones del desarrollo en la agricultura**. Madrid: Editorial Tecnos, 1967.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 1994.

_____; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; CERQUEIRA, Adriano; MARQUES, Cláudia; FAVERSANI, Fábio (org.). **História quantitativa e serial**: um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII: os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRITO, Mônica Silveira. **Modernização e tradição**: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**. Família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BUESCU, Mircea. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

CÂMARA, Lourival A. Concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

- CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: **História econômica: estudos e perspectivas**. 1. ed., 1971. São Paulo: ABPHE/Hucitec/Ed. Unesp, 2005.
- _____. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. **Separata da Revista de Estudos Econômicos**. IPE-USP, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 77-111, dez. 1972.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARRARA, Angelo Alves (org.). **À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.
- _____. **Contribuição para a história agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1999.
- _____. **Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na Zona da Mata Central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Ouro Preto: Editora UFOP, 1999.
- CARRILHO, Marcos. **As fazendas de café no Caminho Novo da Piedade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU-USP, São Paulo, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 1. ed., respectivamente, 1980 e 1988. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CASTRO, Antônio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira – 2 vols**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, vol. 2, 1971.
- _____. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil**. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1977.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 1. ed., 1987. 2. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV – Faperj, 2009.
- _____. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX**. 1. ed., 1995. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes**. Mercadores nas Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.
- CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. Tese (Doutorado em História) – ICHF-UFF, Niterói, 2012, 2v.

- COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. **Ensaio sócio-econômico de áreas valeparaibanais**. (Pref. José Luiz Pasin). Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas. 1984.
- CONRAD, Robert. **Tumbeiros: o tráfico de escravos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 5-16, maio 1981.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. **Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850**. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 1997.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 1. ed., 1966. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 1. ed., 1972. São Paulo: Unesp, 1999.
- COSTA, Fernando Antônio A. da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários post-mortem do século XIX. **Histórica**, São Paulo, ano 9, n. 60, p. 6-17, dez. 2013.
- _____. **Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, 2014.
- COSTA, Fernando Dores; OLIVAL, Fernanda. Elites econômicas. In: LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.). **História Econômica de Portugal, 1700-2000, v. 1: o século XVIII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 323-344.
- COSTA, Hernani M. **As Barreiras de São Paulo (Estudo histórico das Barreiras paulistas no século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 1984.
- _____. **O triângulo das Barreiras (As Barreiras do Vale do Paraíba paulista, 1835-1860)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2002.
- COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil**. São Paulo: MGSP Editores Ltda., 1992.
- COSTA, Iraci del Nero da. **Minas Gerais: estruturas populacionais típicas**. São Paulo: EDEC, 1982.
- _____. Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 28, p. 111-113, 1988.
- _____. Por uma definição de demografia histórica. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo, ano I, n. 2, jul. 1994.

- _____. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: IPE-USP, 1979. (Ensaio econômico, 1)
- _____; GUTIÉRREZ, Horácio. Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 313-321, dez. 1984.
- COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson Hideiki. Elementos da estrutura da posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio/ago. 1989.
- COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987.
- CUNHA, Mauro Rodrigues da. Apêndice Estatístico. In: Marcellino Martins & E. Johnston. **150 anos de Café**. São Paulo: Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., 1992.
- DEAN, Warren. Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil. **Hispanic American Historical Review**, v. 51, n. 4, p. 606-629, Sept. 1971.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS; NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioRural10-11.pdf>. Acesso em 15 set. 2020.
- EGAS, Eugênio. **Galeria dos presidentes de S. Paulo – Período Monárquico (1822-1889)**. São Paulo: Seção de Obras do Estado de S. Paulo, 1926. p. 67. (Publicação Oficial do Estado de São Paulo – Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil).
- EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- _____. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. 1. ed., 1974; trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- EL-KAHREN, Almir Chaiban. **Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- ESPÍRITO SANTO, Cláudia C. do. **Economia da palavra: ações de almas nas Minas setecentista**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2003.
- FARIA, Maria Dulce de. **Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/acervo-digital/colecao-cartografica-e-iconografica-do-ahu/>.

- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 63-97.
- _____. **Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPHS-UFF, Niterói, 1986.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**. 1. ed., 1988. Bauru: Edusc, 2003.
- FERNANDEZ, Ramon V. Garcia. A consistência das Listas Nominativas da Capitania de São Paulo: um estudo de caso. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 19, n. 3, p. 477-496, 1989.
- FERREIRA, Maria de M. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro: 1870-1906**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – ICHF-UFF, Niterói, 1977.
- FERREIRA, Roberto Guedes. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- FILHO, Milton Stanczyk. Afortunados e desafortunados. Mecanismos de acumulação de cabedal simbólico e material nos sertões curitibanos do setecentos. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; FILHO, Milton Stanczyk (org.). **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 203-218.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. 1. ed., 1997. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- _____. (org.). **Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. “Parentesco e família entre os escravos de Vallim”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 139-164.
- FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)**. Dissertação (Mestrado em História) – FCHS-UNESP, Franca, 2011.
- FRAGOSO, João L. R. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125-150, mar./ago. 1986.
- _____. **Barões do Café e Sistema Agrário Escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

- _____. **Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-exportadora no Rio de Janeiro: 1790-1888.** Tese (Doutorado em História Social) – PPHS-UFF, Rio de Janeiro, 1990.
- _____. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920).** Um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.
- _____; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto.** Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 1. ed., 1993. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João L. R.; RIOS, Ana Maria L. Um empresário brasileiro nos oitocentos. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo. (Org.). **Resgate.** Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- FRANCO, Elizeu M. et al. Evolução construtiva da casa de morada da Fazenda Rialto: da casa do trabalho à casa senhorial. In: PESSOA, Ana; MALTA, Marize (org.). II Colóquio Internacional ‘Casa senhorial: anatomia dos interiores’. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. p. 54-68.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. **Homens livres na ordem escravocrata.** 1. ed. 1969. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro Oitocentista.** São Paulo: Annablume, 2012.
- FREIRE, Jonis. Crescimento da população cativa em uma economia agroexportadora: Juiz de Fora (Minas Gerais), século XIX. **Revista de História,** São Paulo, n. 166, p. 245-283, jan.-jun. 2012.
- _____. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista.** São Paulo: Alameda, 2014.
- FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. **Bananal.** Cidade Histórica, Berço do Café. São Paulo: Massao Ohno/Roswitha Kempf Editores, 1981.
- FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica.** São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 205-222.
- FUKUI, Lia F. G. A ‘riqueza do pobre’: relação pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,** São Paulo: IEB-USP, n. 14, p. 67-77, 1973.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 1. ed., 1959. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

- FURTADO, Júnia F. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GAMBI, Thiago F. R. **O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)**. São Paulo: Alameda, 2015.
- _____. **Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864. Veredas da História (on-line)**, vol. 5, n. 2, p. 124-145, 2012.
- GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- GEGGUS, David P. **Sugar and coffee cultivation in Saint Domingue and the shaping of the slave labor force**. In: BERLIN, Ira; MORGAN, Philip (Ed.). **Cultivation and culture. Labor and the shaping of slave life in the Americas**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993. p. 73-98.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. **Câmara dos Compadres: relações familiares na Câmara Municipal de Juiz de Fora (1853-1889)**. **Locus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 2, n. 2, p. 61-80, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GIL, Tiago L. **Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 1. ed., 1990. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **O escravismo colonial**. 1. ed., 1978. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- GRAÇA FILHO, Afonso de A. **A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888**. São Paulo: Annablume, 2003.
- GRAHAM, Richard. **A “família” escrava no Brasil colonial**. In: GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 41-57.
- _____. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- _____. **Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil**. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, p. 121-160, jan./jun. 2002.
- GRINBERG, Keila; MAMIGONIAN, Beatriz (Org.). **Dossiê: “Para inglês ver”? Revisitando a lei de 1831**. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 29, v. 1/2/3, p. 91-340, jan./dez. 2007.

- GUIMARÃES, Carlos G. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840).** São Paulo: Alameda Editorial, 2012.
- _____. O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850. In: GUIMARÃES, Elione S.; MOTTA, Márcia M. M. (org.). **Campos em disputa: história agrária e companhia.** São Paulo: Annablume, 2007. p. 13-40.
- GURVITCH, Georges. **As classes sociais.** Cidade: Iniciativas Editoriais, 1973.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161-188, mar./ago 1988.
- _____. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.
- _____. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 120, n. 120, p. 59-72, jan./jul. 1989.
- HANLEY, Anne G. **Native capital: financial institutions and economic development in São Paulo, Brazil, 1850-1920.** Stanford: Stanford University Press, 2005.
- HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- HENRY, Louis. **Técnicas de análise em demografia histórica.** Curitiba: UFPR, 1977.
- HERRMANN, Lucila. **Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos.** São Paulo: IPE-USP, 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 1. ed., 1936. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- _____; MAIA, Tom. **Vale do Paraíba – Velhas Fazendas.** São Paulo: Cia. Editora Nacional; Edusp, 1975.
- IANNI, Octávio. **Teorias de estratificação social: leituras de sociologia.** São Paulo: Cia. Nacional, 1978.
- KLEIN, Herbert. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago. 1987.
- KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal.** trad. port. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1979.
- LACERDA, Antônio Henrique Duarte Lacerda. **Negócios de minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850).** Tese (Doutorado em História) – PPGH-UFF, Niterói, 2010.
- LAËRNE, C.F. Van Delden. **Brazil and Java.** Report on coffee-culture in America, Asia and Africa. Londres-Haia: Martinus Nijhoff, 1885.

- LAGUARDIA, Rafael M. de O. **Sorte de terra, fazenda, sesmaria...** Georreferenciamento como instrumento de análise do Registro de Terras. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2011.
- LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767-1820)**. Tese (Doutorado em História) – ICHF-UFF, Niterói, 2013.
- LARA, Silvia H. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVY, Maria Bárbara. **História dos bancos comerciais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1972.
- _____. **História financeira do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LIBBY, Douglas. **Transformações e trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LINHARES, Maria Yedda. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Tempo**, Rio de Janeiro: Sette Letras, v. 1, n. 2, p. 135-150, 1996.
- _____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- LISANTI FILHO, Luís. **Negócios coloniais: uma correspondência comercial no século XVIII**. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, 5vs.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro 1820-1930 - resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 24-5, p. 235-265, out./dez. 1971.
- LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888)**. Tese (Doutorado em História Social) – UFF, Rio de Janeiro, 2015.
- LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos e atividades produtivas em Jacareí (1777 a 1829). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 28, p. 23-35, 1988.

- _____. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, Antônio Emílio Muniz et al. **História econômica: ensaios**. São Paulo: IPE-USP, 1983, p. 25-41 (Relatórios de Pesquisa, 13).
- _____. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 157-171.
- _____. **Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: IPE-USP, 1981 (Ensaio Econômico, 8).
- _____. Posse de escravos em Sorocaba (1778-1836). **Primeiro Seminário do Centenário da Abolição do Escravismo: da Época Colonial à Situação do Negro na Atualidade**. São Paulo, IPE-USP, 1986, 21 p.
- _____; COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Escravidão no Brasil**. (trad. port.). São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- _____. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. **Boletim de História Demográfica**, São Paulo: FEA-USP, ano VIII, n. 21, p. 1-5, mar. 2001a.
- _____. Observações a respeito dos preços agrícolas em São Paulo (1798/1836). **The Advance-Progress (Vidalia)**, São Paulo, VII, p. 1-20, 2001b.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. et al. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- MAGALHÃES, Juliana de Paiva. **Moçambique e Vale do Paraíba na dinâmica do comércio de escravos: diásporas e identidades étnicas, séc. XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2011.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.
- _____. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, jan./dez. 1997.
- _____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.
- MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Stiliano, 1998a.

- _____. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. **Locus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 4, n. 2, p. 35-54, jul./dez. 1998b.
- _____. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 51-74, 2002a.
- _____. Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009.
- _____. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença de negociantes de gado (1801-1811). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 41-71, jan./jun. 2001.
- _____. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista (1865-87). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 147-170, 2002b.
- _____. Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba (in the Province of São Paulo, Brazil). **The Hispanic American Historical Review**, DURHAM, v. 85, n. 2, p. 259-281, 2005.
- MARCONDES, Renato L.; GARAVAZO, Juliana. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875). XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. **Anais...**, p. 1-12.
- _____; MADURO JÚNIOR, Paulo R. R. Crédito hipotecário em São Paulo: evidências para um núcleo urbano em expansão (1865-1890). In: **XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC**, 2005, Natal. XXXIII Encontro Nacional de Economia ANPEC. Belo Horizonte: ANPEC, 2005.
- MARCONDES, Renato L.; MOTTA, José F. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 495-514, dez. 2001.
- _____. Preços e comercialização do café no Vale do Paraíba paulista: Bananal em inícios do século XIX. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 183-209, 1999.
- MARINS, Paulo César G. Queluz e o café: cotidiano e cultura material no século XIX através de inventários. **Historical Archaeology in Latin América**, Columbia – South Carolina, v. 6, p. 45-65, 1995.
- MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F.; DANIELI NETO, Mário. Mercado interno colonial e grau de autonomia: crítica às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. **Estudos Econômicos: IPE-USP**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, abr./jun. 2001.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração & Escravidão**: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, ed. 74, v. 1, p. 107-123, mar. 2006.

- _____. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 51, p. 37-71, 2015a.
- _____. A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura escravista brasileira em perspectiva comparada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 855-880, out./dez. 2009a.
- _____. A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e George Grimm. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 44, p. 55-76, fev. 2007.
- _____. A tale of two coffee colonies: environment, slavery, and anti-slavery in Suriname and Saint-Domingue, c.1750-1790 (*no prelo*).
- _____. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História (USP)**, v. 169, p. 223-253, 2013a.
- _____. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. **História**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 108-127, jul./dez. 2015b.
- _____. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 29, p. 289-321, jul./dez. 2013b. (p. 301).
- _____. Diáspora africana, escravidão e paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. **Almanack Braziliense (online)**, v. 7, p. 138-152, maio 2008.
- _____. Espacio y poder en la caficultura esclavista de las Américas: el Valle del Paraíba en perspectiva comparada, 1760-1860. In: PIQUERAS, José Antonio (Ed.). **Trabajo libre y trabajo coactivo en sociedades de plantacion**. Madrid: Siglo XXI, 2009b. p. 215-252.
- _____. Estados Unidos, segunda escravidão e a economia cafeeira do Império do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 5, p. 51-60, 1º semestre de 2013c.
- _____. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- _____. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul.-dez. 2005.
- _____. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, p. 83-128, 2010.
- _____. Visualidade e administração do trabalho escravo nas fazendas de café e engenhos de açúcar de Brasil e Cuba, c.1840-1880. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 143-170, jan.-abr. 2019.
- MARQUESE, Rafael de B.; SALLES, Ricardo. A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 100-129.

- _____. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: _____ (Org.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 99-161.
- MARQUESE, Rafael de B.; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.
- MARRETO, Rodrigo M. **O opulento capitalista** – café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História Social) – ICHF-UFF, Niterói, 2019.
- MARSON, Izabel A.; OLIVEIRA, Cecília H. de S. (org.). **Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil, 1780-1860**. São Paulo: Edusp, 2013.
- MARTINHO, Lenira M.; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 1. ed., 1979. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2010.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. 1. ed., 1987. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; [Salvador]: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- _____. **Ser escravo no Brasil**. 1. ed., 1982; trad. port. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- MELLO, Caio Roberto Bourg de. **Contribuição ao estudo do sistema de crédito em *O Capital* de Karl Marx**. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2007.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 1. ed., 1982. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MELLO, Pedro Carvalho de. **A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Pesquisa Econômica, 1984.
- MENDONÇA, Marcos Cândido; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. Construção da cidade: a participação da produção da renda na formação urbana de Guaçuí-ES. **Revista Geógrafares (UFES)**, n. 18, p. 3-22, ago.-dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/6999/6251>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- MILLIET, Sérgio. Recenseamentos antigos do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. XXXII, p. 283-295, 1937.

- MIRANDA, Bruno da F. **O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2018.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- MORENO, Breno S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 328-350.
- _____. A estrutura da posse de escravos no Médio Vale do Paraíba: Bananal, 1830-1880. In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2019, Florianópolis. **Anais do 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/9encontro/textos/breno_moreno.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.
- _____. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2013.
- _____. FREIRE, Jonis. Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista. São Paulo: Alameda, 2014, 360p. **Almanack**, v. 11, p. 841-845, 2015.
- MORENO, Breno S.; NICOLETTE, Carlos Eduardo. A estrutura fundiária no período de montagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba Paulista (vila de São Miguel das Areias, 1819). **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, Edição 35, v. 13, n. 1, p. 945-970, jan./jun. 2021.
- MORENO FRAGINALS, Manuel; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. The Level and Structure of Slave Prices on Cuban Plantations in the Mid-Nineteenth Century: Some Comparative Perspectives. **The American Historical Review**, v. 88, n. 5, 1201-1218, dec. 1983.
- MOTTA, José F. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 12, n. 1/2, p. 133-149, jan./dez. 1995.
- _____. A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829). **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 71-101, 1988.
- _____. **Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999.
- _____. Demografia histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da. (Org.). **Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001, p. 473-507.
- _____. **Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.
- _____. O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 21, n. 3, p. 409-434, set./dez. 1991.

- MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica: da sementeira à colheita. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 14, n. 1/2, p. 151-157, jan./dez. 1997.
- MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). **População e família**, São Paulo: Humanitas, CEDHAL/FFLCH/USP, n. 3, p. 93-128, 2000a.
- _____. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 30, n. 2, p. 267-299, abr./jun. 2000b.
- MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson Hideiki. Cafeicultura e acumulação. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio/ago. 1994.
- _____; COSTA, Iraci del Nero da. Às vésperas da abolição – um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 34, n. 1, p. 157-213, jan./mar. 2004.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 1. ed., 1998. Ed. rev. e ampl. Niterói: EDUFF, 2011.
- _____. **Pelas bandas d'além: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora (1808-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPHS-UFF, Niterói, 1989.
- MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 11, n. 14, p. 9-34, 1º sem. 2009.
- _____. **Demografia histórica do Rio de Janeiro na segunda escravidão**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2020.
- MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. Família escrava em impérios agrários – o caso da Fazenda Guaribú. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 34-51, jan.-jun. 2017.
- MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837**. 1. ed., 1838. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **Os donos da terra**. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF-UFF, Niterói, 1979.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.
- NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composições e transformações (1600-1870). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 17, p. 87-100, set. 1988/fev. 1989.

- NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense** (*online*), São Paulo, n. 10, p. 5-22, nov. 2009.
- NEVES, Edson Alvisi. **O Tribunal do Comércio**. Magistrados e negociantes na Corte do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Jurídica do Rio de Janeiro – FAPERJ, 2008.
- NICOLETTE, Carlos Eduardo; MORENO, Breno S. Rede fundiária no Oeste Paulista: inventário dos bens rústicos de Campinas (1818). **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 2, e-022115, jul./dez. 2021.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo F. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos de nossa formação econômica e social. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, nº especial, p. 539-564, 2002.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo F.; VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R. O. Preços de escravos e racionalidade econômica. In: VERSIANI, Flávio R.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F. (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016. p. 249-292.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 1. ed., 1979. São Paulo: Hucitec, 2001.
- NOZOE, Nelson H. **A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo**. Tese (Livro-Docência em História Econômica) – FEA-USP, São Paulo, 2008.
- _____. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2006.
- _____; COSTA, Iraci del Nero da. Achegas para a qualificação das Listas Nominativas. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 21, n. 2, p. 271-284, maio/ago. 1991.
- _____. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: IEB-USP, n. 34, p. 175-182, 1992.
- NOZOE, Nelson Hideiki; MOTTA, José Flávio. Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 51-84, 1999.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria Lourdes de Monaco (org.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.
- OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 65-85, set. 1988/fev. 1989.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do café no Brasil e no Mundo**. 1. ed., 1984. Rio de Janeiro: Barléu Edições, 2004.
- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Economia e história em Franca: século XIX**. Franca: UNESP-FHDSS/Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

- OLIVEIRA, Maria Luiza F. de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.
- OLIVEIRA, Mônica R. de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc, 2005.
- _____. Os espaços do crédito e as estratégias sócio-familiares em uma sociedade em transformação: cafeicultura mineira no século XIX. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 23-44, 1999.
- ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro: s/ed., 1960.
- PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan.-abr. 1992.
- PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio-ago. 1995.
- PARÉS, Luis Nicolau. O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800). **Afro-Ásia (UFBA)**, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.
- PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. **A política da escravidão na era da liberdade**: Brasil, Espanha e Estados Unidos, 1787-1845. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)**: diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.
- PEDROZA, Manoela da S. **Engenhocas da moral**: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2008.
- _____. Passa-se uma engenhoca ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 241-266, jan.-jun. 2010.
- PEIXOTO, Tatiana da Cunha. **Os mandarins do sertão**: os criadores de gado do São Francisco, 1650-1750. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH-UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**: análise da política, comportamento e instituições monetárias. 1. ed. 1976; 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. da UNB, 1981.
- PEREIRA, Waldick. **Cana, café & laranja**: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/SEEC, 1977.

- PESSOA, Thiago C. E depois da “Lei Eusébio”? Reprodução da escravidão e seus limites em um complexo de fazendas do vale do café (Rio de Janeiro, c. 1864-1888). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, p. 465-489, set./dez. 2017.
- _____. **O império da escravidão: o complexo Breves no vale do café** (Rio de Janeiro, c. 1850-c. 1888). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018a.
- _____. Sob o signo da ilegalidade: o tráfico de africanos na montagem do complexo cafeeiro (Rio de Janeiro, c.1831-1850). **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 3, set./dez. 2018b. p. 442-449.
- PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio** (1765-1851). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- _____. Terras devolutas. Posses e sesmarias no Vale do Paraíba paulista em 1854. **Revista de História**, São Paulo, ano XXVI, vol. LII, nº 103, p. 375-399, jul.-set. 1975.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Os simples comissários: negociantes e política no Brasil Império**. Tese (Doutorado em História) – PPGH-UFF, Niterói, 2002.
- PINTO, Francisco Eduardo. **Potentados e conflitos nas sesmarias da Comarca do Rio das Mortes**. Tese (Doutorado em História) – ICHF-UFF, Niterói, 2010.
- PINTO, Francisco E. Inácio Correia Pamplona e as sesmarias dos confins da Comarca do Rio das Mortes. In: GUIMARÃES, Elione S.; MOTTA, Márcia M. M. (orgs.). **Campos em disputa: história agrária e companhia**. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007. p. 155-188.
- PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)**. Doutorado (Tese em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2004.
- _____. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930**. Dissertação (Mestrado em História) – ICHF-UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 1993.
- PIROLA, Ricardo. **Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 1. ed., 1980. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. 1. ed., 1943. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **História econômica do Brasil**. 1. ed., 1945. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PRETO FUGIDO. Intérprete: Tião Carreiro & Pardinho. Compositor: Zé Carreiro. In: BOI Soberano. Intérprete: Tião Carreiro & Pardinho. [S. l.]: WEA International Inc., 1966 [1953]. (3:35).

- PRETO INOCENTE. Intérprete: Tião Carreiro & Pardinho. Compositor: Teddy Vieira, Campão e Bento Palmiro. In: CASINHA da Serra. Intérprete: Tião Carreiro & Pardinho. [S. l.]: WEA International Inc., 1963. (3:25).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba, entre 1850 e 1888. **Revista de História**, São Paulo, n. 2, p. 195-218, 1950.
- RAMOS, Agostinho Vicente de Freitas. **Pequena história do Bananal**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. (Coleção História, 19).
- RANGEL, Armênio de Souza. Dilemas da historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 351-368, abr.-jun. 1998.
- REIS, Paulo Pereira dos. Os Puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 61, p. 117-158, mar. 1965.
- _____. **O Caminho Novo da Piedade no nordeste da capitania de São Paulo**: apontamentos para o estudo do “Caminho Novo da Freguesia de N. Sa. da Piedade à Fazenda Santa Cruz dos Padres Jesuítas” – 1725-1822. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- _____. **O indígena do Vale do Paraíba**: apontamentos históricos para o estudo dos indígenas do Vale do Paraíba paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo: Governo do Estado, 1979.
- REIS, Thiago de Souza dos. A implantação da lavoura de café em Vassouras: os Teixeira Leite e o crédito em uma região de fronteira aberta (século XIX). **Estudios Históricos** (Rivera), año IX, v. 18, p. 1-18, jul.-dic. 2017.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBAS, Rogério de Oliveira. **Tropeirismo e escravidão**: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 1989.
- RIBEIRO, Fábila Barbosa. **Caminho da Piedade, caminhos de devoção**: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba paulista – século XIX. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2010.
- RIBEIRO, Maria A. R. Preços de escravos em Campinas no século XIX. **História Econômica & História de Empresas**, v. 20, n. 1, p. 85-123, jan.-jun. 2017.
- ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ROCHA, Maria Manuela. Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX). **Análise Social**, Lisboa, v. XXIII (1º), n. 145, p. 91-115, 1998.
- RODRIGUES, Antônio da Gama. **Gens Lorenensis**. Do sertão de Guapacaré à formosa cidade de Lorena. Lorena: HL2 – Gráfica e Editora (Coleção Lorenense – Vol. VI).

- RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.
- RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. **O Caminho Novo**: povoadores do Bananal. São Paulo: Governo do Estado, 1980. (Coleção Paulística, XVIII).
- ROVARON, Carlos Eduardo. **O xadrez imobiliário**: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (século XIX). Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015.
- SAES, Flávio A. M. de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1950)**. São Paulo: IPEA, 1986.
- SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. Notas de um debate. Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. **Almanack Braziliense (online)**, São Paulo, n. 10, p. 48-53, nov. 2009.
- _____; GRINBERG, Keila; BORGES, Magno (Org.). **Vassouras – Século XIX**. Escravidão e Direitos em Vassouras. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ceo.historia.uff.br>>.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)**. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 1980.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo**: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – PPHS-UFF, Niterói, 1994.
- _____. **Na encruzilhada do Império**: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755 – c. 1823. Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2002.
- SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIC, Steven (eds.). **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. (trad. port.). São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

- SANTOS, Adelci Silva dos. **À sombra da fazenda: a pequena propriedade agrícola no século XIX**. Curitiba: Juruá Editora, 2012.
- SANTOS, Camila dos. **Laços cativos: uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida – Bananal (1854-1882)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, UERJ-FFP, São Gonçalo, Rio de Janeiro, 2011.
- SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888**. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2014.
- _____. Lutas políticas, abolicionismo e a desagregação da ordem escravista: Bananal, 1878-1888. **Almanack**, Guarulhos, v. 11, p. 717-741, 2015.
- SANTOS, Marco Aurélio dos; MORENO, Breno Aparecido Servidone. A formação da economia cafeeira do Vale do Paraíba. **Topoi (Online)**, Rio de Janeiro, v.18, n. 34, p. 196-201, jan.-abr. 2017.
- SANTOS, Raphael F. **Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713/1773**. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- SANTOS, Theotônio dos. **Conceito de classes sociais**. Cidade: Editora, 1982.
- SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2008.
- SCHNOOR, Eduardo. Das casas de morada à casa de vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 31-62.
- _____. **Na penumbra: o entrelace de família e negócios (Vale do Paraíba, 1770-1840)**. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983.
- _____. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. 1. ed., 1988; trad. port. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi; MACHADO, Cacilda; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; BERUTE, Gabriel Santos (org.). **Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.
- SILVA, Cibele Monteiro da. **Documentação cafeeira das cidades do Fundo do Vale do Paraíba paulista: a concentração e desconcentração da documentação cartorária e judicial custodiada ao Museu Major Novaes – Cruzeiro/SP**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – EACH-USP, São Paulo, 2016.
- SILVA, Eduardo. A função ideológica da brecha camponesa. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Revista Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-156, abr. 1997.
- SILVA, Guilherme Augusto do Nascimento e. **Os laços da escravidão: população, reprodução natural e família escrava em uma vila mineira. Piranga, 1850-1888.** Dissertação (Mestrado em História) – UFSJ, São João del-Rei, 2014.
- SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850.** 1. ed., 1996. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- SIMONSEN, Roberto. **Aspectos da história econômica do café.** São Paulo: Separata da Revista do Arquivo, 1940.
- SLENES, Robert. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 217-228, maio/ago. 1987.
- _____. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica.** São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 103-155.
- _____. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX.** 1. ed., 1999. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- _____. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 117-149, jan./abr. 1983.
- _____. The Brazilian internal Slave Trade, 1850-1888: regional economies, Slave experience, and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (ed.). **The Chattel principle: internal slave trades in the Americas.** New Haven: Yale University Press, 2004. p. 325-370.
- _____. **The demography and economics of Brazilian Slavery: 1850-1888.** Doctoral thesis in History. Stanford: Stanford University, 1976.
- SLENES, Robert W.; MELLO, Pedro Carvalho de. Análise Econômica da Escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (Org.). **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SOBRINHO, Juliano Custódio. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850.** Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2009.
- SOUZA, Elizabeth Santos de. **O mercado de crédito na Corte Joanina: experiências das relações sociais de empréstimos (c. 1808-1821).** Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2015.
- STEIN, Stanley J. **Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900.** 1. ed., 1957; trad. port. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

- SWEIGART, Joseph E. **Coffee factorage and the emergence of a Brazilian capital market, 1850-1888**. New York; London: Garland Publishing, 1987.
- TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. 1. ed., 1839. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas de Mariana (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
- TEODORO, Rodrigo da S. Crédito e expansão da cafeicultura: o caso do município paulista de Franca 1887-1914. **Heera: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 2, n. 2, p. 2-24, jan./jun. 2007.
- _____. **O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – IE-UNICAMP, Campinas, 2006.
- TIRELLO, Regina A. O caso da destruição das pinturas murais da sede da Fazenda Rialto, Bananal. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 277-334, jul.-dez. 2005.
- TOLEDO, Francisco Sodero. **Estrada Real: Caminho Novo da Piedade**. Campinas: Editora Alínea, 2009.
- TOMICH, Dale. A ordem do tempo histórico: a *longue durée* e a micro-história. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 38-51, 2º semestre de 2011a.
- _____. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. (trad. port.). São Paulo: Edusp, 2011b.
- TRINER, Gail. **Banking and economic development: Brazil, 1889-1930**. New York: Palgrave, 2000.
- TSCHUDI, Johann J. von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. trad. Port. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. 1. ed., 1965. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VASCONCELLOS, Paulo Mário B. **Guia prático para o fazendeiro**. 1. ed., 1975. São Paulo: Nobel, 1983.
- VERSIANI, Flávio R.; VERGOLINO, José R.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F. Escravos e escravas: havia preferência por gênero entre os proprietários escravistas? In: VERSIANI, Flávio R.; NOGUERÓL, Luiz Paulo F. (org.). **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016. p. 293-325.
- VILELLA, André Arruda. **The political economy of money and banking in Imperial Brazil, 1850-1870**. Thesis (Doctor of Philosophy) – London School of Economics and Political Science, London, 1999.
- VITTORETO, Bruno N. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2012.

- _____. **Fronteiras do café na Zona da Mata Mineira (1870-1940)**. Tese (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2016.
- VOYAGES DATABASE. **The Trans-Atlantic Slaves Trade Database**, 2009. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. 1. ed, 1847. In: SILVA, Eduardo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1985.
- YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880**. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 2019.
- ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 1. ed., 1951. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.
- WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Cidade: LTC, 1982.
- WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda (barão de Pati do Alferes). **Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. 1. ed., 1847. In: SILVA, Eduardo (org.). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1985.
- WHATELY, Maria Celina. **O café em Resende no século XIX**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.